

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

ALICE MARC

**FRANCISCO RODOLFO SIMCH (1877-1937) E A SIDERURGIA NO BRASIL
Bloqueamentos e mutações dos sistemas técnicos no início do século XX**



**São Leopoldo
14 de julho de 2023**

ALICE MARC

FRANCISCO RODOLFO SIMCH (1877-1937) E A SIDERURGIA NO BRASIL
Bloqueamentos e mutações dos sistemas técnicos no início do século XX

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt (UNISINOS)

São Leopoldo

14 de julho de 2023

M313f

Marc, Alice.

Francisco Rodolfo Simch (1877-1937) e a siderurgia no Brasil : bloqueamentos e mutações dos sistemas técnicos no início do século XX / Alice Marc. – 2023.

572 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

"Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt (UNISINOS)."

1. Simch, Francisco Rodolfo, 1877-1937. 2. Mineração estatal – Rio Grande do Sul. 3. Siderurgia. 4. Tungstênio. 5. Coque. I. Título.

CDU 94(816.5)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

ALICE MARC

**FRANCISCO RODOLFO SIMCH (1877-1937) E A SIDERURGIA NO BRASIL:
bloqueamentos e mutações dos sistemas técnicos no início do século XX**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora em
História pelo Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt (UNISINOS)

Aprovada em 14 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Antônio Witt – UNISINOS (Orientador)

Prof. Dr. Frederik Schulze – Universität Bielefeld, Alemanha

Prof^a. Dr^a. Dalva Neraci Reinheimer – Faculdades Integradas de Taquara, FACCAT

Prof^a. Dr^a. Marluza Marques Harres – UNISINOS

Prof^a. Dr^a. Máira Inês Vendrame – UNISINOS

São Leopoldo

14 de julho de 2023

Dedico esta tese a Francisco José Simch, Emma Wild Simch e seus filhos Francisco Rodolfo Simch, Carlos Alfredo Simch, Eleonora Simch de Assis e Waldemar Simch.
(In Memoriam)

A Francisco Rodolfo Simch, Alice Nunan Simch e seus filhos Clélia Simch Marc, Alaíde Simch Brochado, Selma Simch de Campos, Francisco José Simch Júnior, Vera Nunan Simch, Débora Simch Gomes e Léo Nunan Simch.
(In Memoriam)

Aos descendentes de Clélia Simch Marc e Oscar Marc:
Maria Marc (In Memoriam),
Maria Suzana Marc Amoretti,
Pedro Marc Allgaier,
Lúcia Marc, Daniel, Gabriel (In Memoriam) e Etienne Marc Grubert,
Fábio, Joseph, Viviane, Ambre e Armand Sarmiento da Silva.

Ao Baku.

Aos familiares dos amigos, alunos e colegas de Francisco Rodolfo Simch e a todos aqueles que se interessam por sua trajetória e pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil.

Às comunidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), da Escola de Minas de Ouro Preto, do Museu Júlio de Castilhos, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, cujas histórias se entrelaçam com a trajetória estudada nesta pesquisa.

Aos descendentes de Alaíde Simch Brochado, Selma Simch de Campos, Francisco José Simch Júnior e Débora Simch Gomes.

Aos descendentes de Carlos Alfredo Simch, Eleonora Simch de Assis e Waldemar Simch.

Aos descendentes de Victor Marc e Maria Sagebin Marc.

Ao Nicolau Amoretti (In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que se envolveram com esta pesquisa, contribuindo com conhecimento e amizade e oferecendo diferentes olhares para os temas discutidos. Procuvo representá-las nestes agradecimentos coletivos.

Agradeço à minha mãe, Maria Suzana Marc Amoretti, ao meu filho, Pedro Marc Allgaier, meus melhores amigos e leitores preferidos, e aos meus cachorros, que tornam os dias mais alegres: Gino, Donna, Bolinha e Leão, e, em especial, ao Baku (In Memoriam), amigo para além da vida e que sempre esteve ao meu lado, na escrita desta tese. Obrigada a todos vocês por existirem e tornarem a vida tão bela e especial.

Sou grata à minha querida avó Maria Marc (In Memoriam), à minha bisavó e Madrinha Clélia Simch Marc (In Memoriam), ao meu fascinante tio-bisavô Léo Nunan Simch (In Memoriam), e à querida tia-bisavó Vera Nunan Simch (In Memoriam), por terem trazido um pouco da presença de Francisco Rodolfo Simch na sua maneira de ser, nas suas histórias, e nos documentos e objetos que ele nos deixou.

Agradeço ao João Manoel Simch Brochado (In Memoriam), que compartilhou e registrou suas memórias, na pesquisa biográfica que se iniciou no Mestrado. Obrigada à Maria Teresa Simch de Castro, ao Francisco Pedro Bopp Simch, e a tantos outros parentes queridos, por todo o Brasil e também no exterior, que me oportunizaram trocar informações e fontes de pesquisa.

Agradeço ao meu Orientador, Professor Doutor Marcos Antônio Witt pela orientação segura, pela leitura atenta do meu trabalho e pela disponibilidade para conversarmos, sempre que precisávamos realizar ajustes na minha pesquisa.

Agradeço aos professores, pós-doutorandos, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos pela qualidade da minha formação. Em especial, sou grata pelos esclarecimentos sobre o método biográfico, durante as aulas a que tive o prazer de assistir, ministradas por meu estimado Orientador e Professor Marcos Antônio Witt, juntamente com o competente Professor Jorge Luiz da Cunha, da Universidade Federal de Santa Maria. Agradeço à Professora Ana Paula Korndörfer e ao Professor Paulo Roberto Staudt Moreira, pelas suas excelentes aulas. Muito obrigada também aos Professores Maíra Inês Vendrame, Jairo Henrique Rogge e Hernán Ramiro Ramirez, que compuseram a

Banca de Admissão ao Doutorado, que reconheceram o valor do meu projeto, possibilitando executá-lo e concluí-lo, e sobretudo pela oportunidade que tive de com eles aprender, em aulas e eventos do PPGH. Obrigada à Professora Maria Cristina Bohn Martins, pela aprendizagem que me proporcionou, como Professora e Coordenadora do PPGH. Com especial carinho lembro e agradeço pela primeira disciplina que cursei, no Doutorado, ministrada pela Professora Marluza Marques Harres e pela inesquecível Professora Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (In Memoriam). Meu agradecimento a todos os meus colegas fica representado nos queridos Ketlin Quinhones Wons, Jefferson Nunes, Henrique Melati, Kalinka Schmitz, Adriana Rolim, Vinicius Almeida, Felipe Parisoto e Anna Paula Boneberg, que, apesar de todas as dificuldades impostas pela Pandemia de COVID-19, foi solidária e empática com toda minha família, quando o Baku nos deixou.

Sou grata à Banca examinadora, composta pelos Professores Doutores Dalva Reinheimer, das Faculdades Integradas de Taquara, Marluza Marques Harres e Maíra Inês Vendrame, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e Frederik Schulze, da Universität Bielefeld, na Alemanha, pelas valiosas sugestões que me ofereceram e pela disponibilidade em avaliar o meu trabalho e, assim, enriquecê-lo.

Meus agradecimentos a todos os responsáveis pelas instituições brasileiras e estrangeiras que me forneceram fontes preciosas para minha pesquisa, em especial: Miguel Frederico do Espírito Santo, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite, o Beto (In Memoriam), servidor e pesquisador do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Vanessa Gomes de Campos, Arquivista da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Jan Němec, Diretor do Arquivo Público do Distrito de Děčín, na República Tcheca, Agnès Vatican, dos Arquivos do Departamento da Gironda, na França, Jan Waldes, Arquivista do Arquivo Nacional da Alemanha, e Ulf Schneider, Arquivista do Arquivo do Município de Idar-Oberstein, na Alemanha.

Agradeço aos professores, funcionários e colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, por sua participação na construção da minha trajetória como pesquisadora da história da técnica e da biografia de Francisco Rodolfo Simch, e àqueles do Centro Universitário Claretiano de Batatais, em São Paulo, pela qualidade da formação em história e em geografia.

Agradeço aos colegas e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelas oportunidades de trabalho e de aprendizagem que me proporcionaram.

“Não compete aos contemporaneos – amigos ou adversarios – dos homens eminentes, julgal-os: é tarefa da Historia e só se fará quando, com o perpassar do tempo – seculos, em certos casos, se tenham gasto e desaparecido todos os momentos de ordem pessoal que viciam e deturpam as apreciações e, ademais, só se fará bem não perdendo de vista serem os homens imperfeitos e que a propria perfeição é mera tendencia – curva de que o progresso é asymtota, isto é que elle nunca poderá atingir”.

(Francisco Rodolfo Simch)

“C'est l'avion qui descend du ciel
Et sous l'ombre de son aile
Une ville passe
Que la terre est basse”

(Michel Polnareff)

“Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos,
Meu sangue latino, minha alma cativa
Rompi tratados, traí os ritos
Quebrei a lança, lancei no espaço
Um grito, um desabafo
E o que me importa é não estar vencido
Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos”

(Ney Matogrosso)

RESUMO

Esta tese analisa aspectos da trajetória de Francisco Rodolfo Simch (1877-1937) sob o prisma da história das técnicas e da história cruzada, sendo a Mina de Gravataí um testemunho da mineração estatal, no princípio do século XX. Como Desembargador, Professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, membro do governo do PRR, egresso da Escola de Minas de Ouro Preto e *passseur* do conhecimento científico, Francisco Rodolfo opera variações de escala ao protagonizar suas atividades, conduzindo a uma dimensão transnacional da siderurgia e à relação entre homem político e técnica. Na Primeira Guerra Mundial, a implicação estatal na busca de autossuficiência energética e no aperfeiçoamento dos transportes levou à retomada dos debates sobre o Porto de Torres, à criação do Serviço Mineralógico e Geológico e à exploração da Mina de Gravataí como lavra de carvão modelo, sob sua direção. O biografado defendia a produção e o transporte de coque no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres e a mineração do metal estratégico tungstênio para superar bloqueamentos à mutação do sistema técnico da siderurgia e promover a industrialização. A pesquisa evidencia mudanças nas características da mineração estatal com a sucessão do governo estadual em 1928, a crise econômica de 1929 e a Revolução de 1930, repercutindo no desenvolvimento da ciência e da técnica siderúrgica no Brasil. A análise das fases da vida do biografado, situadas nas dimensões da técnica e da circulação do conhecimento científico, utiliza como fontes suas publicações, arquivos particulares e administrativos, possibilitando identificar sua formação intelectual e alguns grupos primários de interação, como a Secretaria de Obra Públicas. Fontes inéditas da Alemanha esclarecem o desfecho do projeto do Porto de Torres de 1930 e o acervo particular apresenta relatório requisitado pelo governo caracterizando práticas técnicas, equipamentos utilizados e a qualidade do coque obtido, trazendo o tema da expertise dos funcionários estatais e sua capacidade de adaptação conforme as oportunidades técnicas oferecidas pelo desenvolvimento industrial. O espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres esbarrou em obstáculos de ordem política, econômica e administrativa, porém deixa rugosidades na sociedade contemporânea, com o debate renovado destes temas.

Palavras-chave: Francisco Rodolfo Simch (1877-1937); história da mineração estatal no Rio Grande do Sul; siderurgia; tungstênio; coque.

RÉSUMÉ

FRANCISCO RODOLFO SIMCH (1877-1937) ET LA SIDÉRURGIE AU BRÉSIL: Blocages et mutations des systèmes techniques au début du XX^e siècle

Cette thèse analyse des aspects de la trajectoire de Francisco Rodolfo Simch (1877-1937) sous le prisme de l'histoire des techniques et de l'histoire croisée, où la Mine de Gravataí est un témoin de l'exploitation minière étatique, au début du XX^e siècle. En tant que Juge à la Cour d'Appel, Professeur de la Faculté Libre de Droit de Porto Alegre, membre du gouvernement du Parti Républicain du Rio Grande (PRR), diplômé de l'École des Mines de Ouro Preto et *porteur* de la connaissance scientifique, il procède à des variations d'échelle quand il réalise ses actions, ce qui aboutit à une dimension transnationale de la sidérurgie et au rapport entre l'homme politique et la technique. Pendant la Première Guerre Mondiale, l'implication étatique dans la quête de l'autosuffisance énergétique et du perfectionnement des transports conduit à la reprise de la discussion sur le Port de Torres, à la création du Service Minéralogique et Géologique et à son administration de la Mine de Gravataí comme modèle d'exploitation charbonnière. Il soutenait la production et le transport du coke dans l'espace Mine de Gravataí – Port de Torres et l'exploitation du tungstène, métal stratégique, pour surmonter les blocages à la mutation du système technique de la sidérurgie et promouvoir l'industrialisation. La recherche montre les changements dans les caractéristiques de l'exploitation minière étatique avec la succession du gouvernement du Rio Grande do Sul en 1928 et la Révolution de 1930, ainsi que ses répercussions dans le développement de la science et de la technique sidérurgique au Brésil. Les sources de l'analyse des phases de sa vie, situées dans les dimensions de la technique et de la circulation de la connaissance technique, sont ses publications et des archives privées et administratives, qui permettent d'identifier sa formation intellectuelle et quelques groupes primaires d'interaction, comme le le Service des Travaux Publics. Des sources inédites allemandes expliquent le résultat du projet du Port de Torres de 1930 et la collection privée présente un rapport demandé par le gouvernement où sont montrés les équipements utilisés, les pratiques techniques et la qualité du coke obtenu, concernant l'expertise des fonctionnaires de l'état et leur capacité de s'adapter aux opportunités techniques découlant du développement industriel. L'espace Mine de Gravataí – Port de Torres a rencontré des obstacles d'ordre

politique, économique et administratif, mais il a laissé des rugosités dans la société contemporaine, à travers un débat renouvelé sur ces thèmes.

Mots-clé: Francisco Rodolfo Simch (1877-1937); histoire de l'exploitation minière étatique au Rio Grande do Sul; sidérurgie; tungstène; coke.

ABSTRACT

FRANCISCO RODOLFO SIMCH (1877-1937) AND STEELMAKING IN BRAZIL: Blockages and mutations of technical systems at the beginning of the 20th century

This thesis analyses aspects of Francisco Rodolfo Simch's life (1877-1937) through the history of the techniques and entangled history approach. The Gravataí Mine is an example of state mining, at the beginning of the 20th century. Francisco Rodolfo as a Court of Appeal Judge, a Professor of Free Law School of Porto Alegre, a member of the government of Riograndense Republican Party (PRR), a graduated from the School of Mines of Ouro Preto and a *passeur* of scientific knowledge performs scale variations through his activities, leading to a transnational dimension of the steelmaking technique and to the human connexion between politics and technique. During the First World War, the involvement of the state in order to achieve energy self-sufficiency and the improvement of transportation systems led to the resumption of the Port of Torres Project, to the creation of the Mineralogical and Geological Service and the exploration of the Gravataí Mine as a state model mine under his supervision. He defended the production and transport of coking coal in the space Gravataí Mine – Port of Torres and the mining of tungsten, a strategic metal, to overcome blockages to the mutation of the steel industry's technical system and promote industrialisation. The research highlights changes in the characteristics of state mining with the succession of the state government in 1928, the economic crisis of 1929 and the Revolution of 1930, and their repercussions on the development of science and steelmaking technique in Brazil. The analysis of Francisco Rodolfo's life stages, considering the dimensions of technique and circulation of scientific knowledge, studies his publications, private and administrative files as sources, which enables to identify his intellectual background and some primary groups of interaction, such as the Service of Public Works. Unpublished sources from Germany clarify the outcome of the 1930 Port of Torres project. A private collection presents a report requested by the government describing technical practices and equipment used, as well as the quality of the obtained coke, bringing the subject of the expertise of state technicians and their flexibility to adjust themselves to the opportunities offered by industrial development. The space Gravataí Mine – Port of Torres had obstacles of political, economic and

administrative nature, but left rugosities in contemporary society, which are perceptible in the renewed debate on these themes.

Key-words: Francisco Rodolfo Simch (1877-1937); history of state mining in Rio Grande do Sul; steelmaking; tungsten; coking coal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trecho extraído da página 346 do Tratado de Mineralogia de Wallerius, 1750	46
Figura 2 - Localização aproximada da Mina de Gravataí, com relação ao rio Gravataí	54
Figura 3 – Propaganda das minas de tungstênio em Encruzilhada, 1910	64
Figura 4 - Esboço de um forno metalúrgico do século XVI	132
Figura 5 – Forja catalã	134
Figura 6 – Anúncio dos serviços de mineração de Francisco Rodolfo Simch em jornal	218
Figura 7 - Mapa das bacias carboníferas brasileiras, indicando carvão em Torres e a localização do projeto do Porto das Torres	222
Figura 8 - Localização geográfica da bacia hidrográfica do rio Mampituba e de Torres, indicada com o nº13	249
Figura 9 - Localização geográfica das lagoas Capivari, Marcelino Ramos e Itapeva	252
Figura 10 – Desenho das zonas de produção no Rio Grande do Sul, por Francisco Rodolfo Simch	271
Figura 11 - Legenda do mapa das zonas de produção, por Francisco Rodolfo Simch	271
Figura 12 – Desenho das correntes da circulação do Rio Grande do Sul atual, por Francisco Rodolfo Simch	272
Figura 13 – Desenho de Francisco Rodolfo Simch das linhas de circulação do transporte no Rio Grande do Sul, para a hipótese de construção do Porto de Torres	278
Figura 14 - Mapa das jazidas de carvão mineral da RMPA	286
Figura 15 - Ampliação da figura anterior, ressaltando a Antiga Mina de Viamão, na divisa entre Gravataí e Viamão	286
Figura 16 - Localização das principais Jazidas de Carvão da Bacia do Paraná (RS, SC e PR)	287
Figura 17 - Localização de Gravataí com relação ao litoral norte do Rio Grande do Sul, situando-se as jazidas de carvão Morungava, Chico Lomã e Santa Terezinha	288

Figura 18 - Reconstituição dos limites da Serra descritos por Francisco Rodolfo Simch, em 1924	302
Figura 19 - Detalhe da reconstituição dos limites da Serra por Francisco Rodolfo .	303
Figura 20 - Mapa Geológico realizado por Viktor Leinz, em 1943.....	307
Figura 21 - Área geográfica em que se situava as linhas de transporte ferroviário e lacustre entre Palmares e Torres, entre 1926 e 1927, situando-se portos e estações	335
Figura 22 - “Estado do Rio Grande do Sul. Schema dos trabalhos de colonização. Schema de viação, especialmente na zona norte.....	344
Figura 23 - Detalhe do mapa da viação ferroviária e fluvial do Rio Grande do Sul, em 1927, com localização da bacia carbonífera entre Porto Alegre e Torres	345
Figura 24 - Legenda do mapa da viação ferroviária e fluvial no Rio Grande do Sul	346
Figura 25 - Detalhe do mapa da viação ferroviária e lacustre no Rio Grande do Sul, com ênfase na área entre Porto Alegre e Torres	347
Figura 26 – Desenho técnico do dispositivo projetado e construído por Francisco Rodolfo Simch, para testar a produção de coque, em 1928, escala 1:25, com sua assinatura à direita, abaixo.....	379
Figura 27 – Francisco Rodolfo Simch, na década de 1930.....	409
Figura 28 – Getúlio Vargas e autoridades militares na demonstração do processo norte-americano Smith, defendido por Monteiro Lobato	414
Figura 29 - Localização da <i>Pivot area</i> no núcleo do continente eurasiático (área pivô, tradução nossa).....	418
Figura 30 - Localização do “triângulo econômico Cochabamba – Santa Cruz de la Sierra – Sucre”	418
Figura 31 - Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, em 27/06/1932, com assinaturas de seus Secretários de Estado, entre os quais Francisco Rodolfo Simch.	438
Figura 32 - “Os descendentes de alemães devem ser exterminados até a quinta geração”	440
Figura 33 - Um jantar de cordialidade teuto-brasileira.....	452
Figura 34 – Evolução da produção mundial de tungstênio (concentrado em 60%), em milhões de toneladas métricas	459
Figura 35 - Produção de aço bruto do Brasil entre as décadas de 1920 e 1940.....	478

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Assinatura de Francisco Rodolfo Simch em sua caderneta pessoal de anotações, 1929.....	26
Fotografia 2 – Francisco Rodolfo Simch (1877-1937).....	28
Fotografia 3 – <i>Kobold</i> que pertenceu a Francisco Rodolfo Simch, guardião do carvão, com martelos de geólogo, símbolo da geologia	48
Fotografia 4 – Francisco Rodolfo Simch, Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, na Mina de Gravataí, década de 1920.	55
Fotografia 5 – Carlos Heitor de Azevedo, João Carlos Machado, Flores da Cunha e Francisco Rodolfo Simch, década de 1930.....	74
Fotografia 6 – Três gerações da família Simch reunidas, no início do século XX.....	77
Fotografia 7 – Registro de nascimento de Franz Simch, 12/03/1851, Oberkreibitz, Boêmia.	102
Fotografia 8 – Francisco José Simch (1851-1928), quando jovem.	104
Fotografia 9 – Passaporte de Francisco José Simch emitido pelo antigo Império Austro-húngaro, 1871.....	104
Fotografia 10 – Registro do óbito de Benedikt Simch, em 25/05/1868, Oberkreibitz, Boêmia.	121
Fotografia 11 – Lista de passageiros do navio sueco Arvid, com partida do porto de Hamburgo, Alemanha, em junho de 1873.....	124
Fotografia 12 – Detalhe da lista de passageiros do navio Arvid, em 1873, indicando os passageiros da família Simch: Theresia, August e Anton.	124
Fotografia 13 – Registro nº 7 de casamento de Franz Joseph Simch e Emma Wild, na região de Santa Cruz do Sul, em 4 de julho de 1876.	125
Fotografia 14 - “ <i>Kirchen Buch der Gemeinde Villa Thereza</i> , vol.II”	144
Fotografia 15 – Registro nº 16 de batismo: Franz Rudolph Simch, 03/04/1877	144
Fotografia 16 - Igreja Evangélica de Vera Cruz.....	145
Fotografia 17 – Ouro Preto, Minas Gerais, século XIX.....	151
Fotografia 18 – Alice Nunan Simch e Francisco Rodolfo Simch em Ouro Preto, na década de 1890.....	156
Fotografia 19 – Alice Nunan Simch	157
Fotografia 20 – Planta do rio Vacacaí, com destaque para São Gabriel, 1908.....	168
Fotografia 21 - Notícia no jornal “ <i>Deutsche Zeitung</i> ” de São Paulo.	174

Fotografia 22 – Francisco José e Francisco Rodolfo Simch, início do século XX ...	215
Fotografia 23 - Primeira turma de bacharéis em Direito da Faculdade Livre de Porto Alegre, em 1907	229
Fotografia 24 - Bacharéis da turma de 1907 da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em comemoração aos 20 anos de formados.	230
Fotografia 25 - “Dr. Francisco R. Simch, Lente de Economia Social na Faculdade de Direito de Porto Alegre”,	269
Fotografia 26 - Epígrafe do artigo “O Porto de Torres”: “ <i>die Welt steht im Zeichen des Verkehrs</i> ”	270
Fotografia 27 – Mina de Gravataí, início do século XX	283
Fotografia 28 – Visão geral da Mina de Gravataí, início do século XX.....	283
Fotografia 29 – Francisco Rodolfo Simch (à esquerda, ao fundo), Francisco José Simch (à frente, à direita), na Mina de Gravataí, década de 1920	285
Fotografia 30 – Francisco Rodolfo Simch, Centro Histórico de Porto Alegre, década de 1930	351
Fotografia 31 – Francisco José Simch (1851–1928)	356
Fotografia 32 – Equipamento para testar a produção de coque, construído por Francisco Rodolfo Simch, conforme seu projeto, na Mina de Gravataí, em 1928...	380
Fotografia 33 – Detalhe do equipamento para testar a produção de coque, construído por Francisco Rodolfo Simch, conforme seu projeto, na Mina de Gravataí, em 1928	381
Fotografia 34 – Francisco Rodolfo Simch realizando ensaios de produção de coque, no dispositivo que construiu, nas instalações da Mina de Gravataí, em junho de 1928	382
Fotografia 35 – Folha de rosto da caderneta pessoal de anotações de Francisco Rodolfo Simch, 1929	401
Fotografia 36 - Página 147 da caderneta pessoal de Francisco Rodolfo Simch com a indicação da formação permeana carbonífera em cor preta, 1929	402
Fotografia 37 – O “não” de Hitler para “o projeto do Professor Vageler de colonização” no sul do Brasil, em 03/11/1933	455
Fotografia 38 – Francisco Rodolfo Simch, Desembargador, 1935	463
Fotografia 39 – Notícia do falecimento de Francisco Rodolfo Simch, na imprensa, em 1937	466
Fotografia 40 – Registro nº 249 de nascimento de Emma Wild, em Idar	556

Fotografia 41 - Capa do diário de trabalho de Francisco José Simch, Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, 1920.....	564
Fotografia 42 – Página interna do diário de trabalho de Francisco José Simch, com sua assinatura, acima, à esquerda, 1920.....	564
Fotografia 43 - “Diário do Director” Francisco Rodolfo Simch, “Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul”, 1920	565
Fotografia 44 – Torres, década de 1930	569
Fotografia 45 – Carta de renúncia de Francisco Rodolfo Simch da Presidência do IHGRGS, em 1935	570
Fotografia 46 – Oscar Marc, genro de Francisco Rodolfo Simch e filho do capataz da Barragem do Caí, com seus irmãos, década de 1910	571

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Utilização do termo aço antes e depois do século XIX.....	133
Tabela 2 - Altitude de algumas localidades gaúchas, de acordo com a direção dos meridianos.....	299
Tabela 3 - Altitude de algumas localidades gaúchas, de acordo com a direção dos paralelos.....	300
Tabela 4 - Cotas dos comprimentos das galerias da camada mestra do Poço nº 2 da Mina de carvão de Gravataí, em 31 de dezembro de 1926	317
Tabela 5 - Extração de carvão da Mina de Gravataí, em toneladas/mês, em 1926	319
Tabela 6 - Extração de carvão da Mina de Gravataí, em toneladas/mês, em 1927	320
Tabela 7 - Despesa do Serviço de Mineralogia e Geologia em 1926.....	322
Tabela 8 - Despesas previstas para prospecção de nafta, petróleo, cobre, wolfram e estanho pelo SMG-RS, 1927.....	326
Tabela 9 - Comprimento total das galerias da Mina de Gravataí, em 30 de julho de 1927	327
Tabela 10 - Despesa do Serviço de Mineralogia e Geologia no primeiro semestre de 1927	329
Tabela 11 - Plantação de eucalipto ao longo da linha férrea Palmares – Conceição, 1926-1927	336
Tabela 12 - Mudanças “anti-dunas” plantadas na linha Conceição-Torres, 1926-1927	341
Tabela 13 - Experiência para avaliar a qualidade do carvão de Gravataí, em 1927	365
Tabela 14 – Custo total para obtenção de 140t de coque a partir de 200t de matéria limpa e britada, produzida com 300t de carvão da Mina de Gravataí, estimado por Francisco Rodolfo Simch em 1928.....	386
Tabela 15 – Saldo a favor da coqueria, deduzindo-se o custo total para obtenção de 140t de coque e a despesa de transporte da receita total, estimado por Francisco Rodolfo Simch em 1928	387
Tabela 16 – Estimativa aproximada das despesas para a construção de uma bateria de colmeias na Mina de Gravataí.....	393
Tabela 17 – Resumo das despesas para a construção de colmeias para a produção de coque na Mina de Gravataí	394

Tabela 18 – Caderneta de meneio, bateria de destilação de carvão de pedra da Mina de Gravataí, 1928.....	396
Tabela 19 – Estimativa das despesas pessoais da comissão do projeto de Torres (1932).....	449
Tabela 20 – Estimativas das despesas objetivas da comissão do projeto de Torres (1932).....	450
Tabela 21 - Classificação dos imigrantes chegados em Porto Alegre, no 1º semestre de 1895.....	557
Tabela 22 - Despesas com obras da 2ª Seção de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul.....	559
Tabela 23 - Quantidade de imigrantes recebidos em alguns estados brasileiros, entre 1888 e 1893, de acordo com os relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.....	559
Tabela 24 - Classificação dos imigrantes chegados em Porto Alegre, no 2º semestre de 1895 e no 1º semestre de 1896.....	559
Tabela 25 - Orçamento previsto para a 2ª Seção de Terras e Colonização no 2º semestre de 1895: hospedagem e alimentação; estabelecimento.....	562
Tabela 26 - Resumo geral das despesas da 2ª Seção de Terras e Colonização, do segundo semestre de 1895 ao primeiro semestre de 1896.....	563

LISTA DE SIGLAS

ACESITA	Aços Especiais Itabira
ANE	Academia Nacional de Engenharia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão
CTEF	Conselho Técnico de Economia e Finanças
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
eduCAPES	Portal de objetos educacionais abertos da CAPES
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
F.Rod.	Francisco Rodolfo
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IFRS	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
MJC	Museu Júlio de Castilhos
NSDAP	Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães
O.F.M.	<i>Ordo Fratrum Minorum</i> (ordem dos frades menores, ou Ordem de São Francisco, ou Ordem dos Franciscanos, ou Ordem Franciscana ou Ordem Seráfica)
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
SGB	Serviço Geológico do Brasil
SMG-RS	Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul
SOP	Secretaria de Obras Públicas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 Francisco Rodolfo Simch (1877-1937).....	33
1.2 A “espuma do lobo” e o <i>Kobold de Hrodulf</i>	43
1.3 O espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres	50
1.4 Considerações teóricas e metodológicas	59
2 ANTECEDENTES DE UMA TRAJETÓRIA EM FAMÍLIA (1851-1900).....	99
2.1. O sentimento de ser austríaco em um império multiétnico	100
2.2 Breve panorama dos antecedentes metalúrgicos no Brasil (séculos XVI a XIX).....	129
2.3 De Franz Rudolph a Francisco Rodolfo Simch: o nascimento de um intelectual engajado (1877-1900)....	143
2.4 Uma história em paralelo: o pai Francisco José, entre ambições e convicções (1892-1900)	167
3 O RETORNO DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH A PORTO ALEGRE: UMA HISTÓRIA DE PAI E FILHO (1901-1927)	214
3.1 Inserção profissional e política no Rio Grande do Sul (1901-1907)	216
3.2. Algumas perspectivas do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres (1907-1909)	235
3.3 A consolidação das relações profissionais e sociais de Francisco Rodolfo, na década de 1910	253
3.4 A mineração estatal do carvão no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, nas duas primeiras décadas do século XX	282
4 UMA NOVA FASE NA VIDA DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH, A PARTIR DE 1928.....	350
4.1 O coque do “carvão Gravataí” e a valorização da hidrologia e da exploração estatal do wolfram (1927- 1928)	357
4.2 Uma ferrovia Porto Alegre – Torres, passando “por cima dos campos carboníferos, quiçá á boca das minas” (1928)	369

4.3 Extinção do Serviço Mineralógico e Geológico do RS: dissociação dos objetos técnicos do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres (1929)	400
4.4 Alguns efeitos da depressão econômica de 1929 nas relações comerciais entre Brasil e Alemanha, a partir da década de 1930	408
4.5 Aspectos da negociação da concessão do Porto de Torres com a Alemanha (1932-1933)	441
4.6 Da exoneração da Secretaria de Obras Públicas à morte (1937)	456
4.7 Alguns desdobramentos do projeto do porto de Torres	471
CONCLUSÃO	483
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	494
ALGUMAS PUBLICAÇÕES DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH	516
ALGUMAS PUBLICAÇÕES DA AUTORA SOBRE FRANCISCO RODOLFO SIMCH	518
FONTES E ACERVOS CONSULTADOS	520
Alemanha	520
Bundesarchiv	520
Porto de Bremen, Alemanha	520
Stadtarchiv Idar-Oberstein	520
Brasil	520
Acervo Privado de Clélia Simch Marc	520
Acervo Privado de Francisco José Simch Jr.....	524
Arquivo do Instituto Martius Staden	524
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	525
Arquivo Nacional	525
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS.....	525
Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul	526
Biblioteca Nacional do Brasil	527
Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da 3ª zona da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul	528
Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da 4ª zona da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul	528
Cartório de Vila Rica 1º Registro Civil de Ouro Preto, Minas Gerais	528

Hemeroteca Digital.....	528
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.....	537
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, IPHAN	537
Instituto do Patrimônio Histórico e Art[ístico do Estado, IPHAE	538
Ministério da Economia.....	543
Portal da Câmara dos Deputados	544
Portal do Senado	545
Portal da Presidência da República	545
Prefeitura Municipal de Porto Alegre.....	545
Sites da Internet	546
Estados Unidos	548
Internet Archive.....	548
United States Holocaust Memorial Museum.	548
National Library of Medicine	548
The New York Times	548
França.....	548
Archives Départementales de la Gironde.....	548
República Tcheca	549
Státní oblastní archiv v Litoměřicích.....	549
Státní okresní archiv Děčín	549
União Europeia	549
Arquivos Históricos da União Europeia	549
Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)	549
REFERÊNCIAS DE EPÍGRAFES.....	550
GLOSSÁRIO	553
Austromarxismo	553
Bloqueamento	553
Coqueificação, coque:.....	553
Espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres	554
Hrodulf	554

<i>Kobold</i>	554
Sistema técnico.....	554
<i>Torresprojekt</i>	555
Wolfram	555
ANEXO A – FAMÍLIA WILD, DE IDAR	556
ANEXO B – CARACTERÍSTICAS DA COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL.....	557
ANEXO C – AMOSTRA DE DIÁRIO DE TRABALHO DE FRANCISCO JOSÉ SIMCH NA MINA DE GRAVATAÍ, 1920	564
ANEXO D – AMOSTRA DE DIÁRIO DE TRABALHO DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH NA MINA DE GRAVATAÍ, 1920	565
ANEXO E - DISCURSO DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH EM HOMENAGEM A BORGES DE MEDEIROS, EM 23 DE JANEIRO DE 1928.....	566
ANEXO F – FOTOGRAFIAS DE TORRES, FEITAS POR FRANCISCO RODOLFO SIMCH, NA DÉCADA DE 1930.....	569
ANEXO G – CARTA DE RENÚNCIA DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH DA PRESIDÊNCIA DO IHGRGS, EM 1935	570
ANEXO H – FRANCISCO RODOLFO SIMCH E A TÉCNICA FRANCESA NA NAVEGAÇÃO FLUVIAL, NO RIO GRANDE DO SUL	571

1 INTRODUÇÃO

*“A verdade, meu amor mora num poço
É Pilatos lá na Bíblia quem nos diz
Que também faleceu por ter pescoço
O infeliz, autor da guilhotina de Paris
Vai orgulhosa querida
Mas aceita esta lição
No câmbio incerto da vida
A libra sempre é o coração
O amor vem por princípio, a ordem por base
O progresso é que deve vir por fim”
(Noel Rosa)*

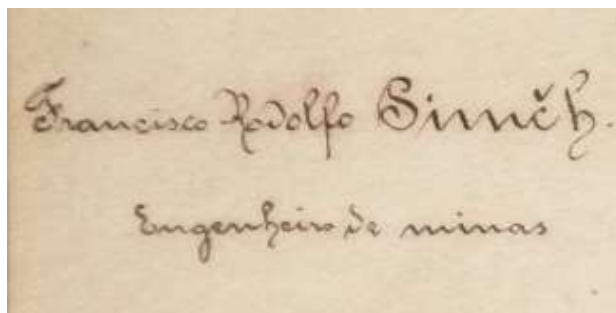
Nesta biografia de Francisco Rodolfo Simch, sua atuação é o principal objeto de pesquisa, em que o protagonista multifacetado empreende ações em várias áreas, como a política, o direito e a ciência, envolvendo lugares diversos no Brasil e no exterior, sobretudo na América Latina e na Europa. Com isso, aspectos da história são expostos e analisados, estabelecendo-se conexões da história local com outras pessoas e lugares, em nível nacional e internacional.

Francisco Rodolfo Simch¹ nasceu no Brasil e era brasileiro.

Os seus pais eram estrangeiros, assim como os seus avós, os tios paternos e alguns dos seus tios maternos. Estes familiares emigraram da Europa para o Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, durante o Império, e foram o principal ponto de contato de Francisco Rodolfo com a cultura centro-europeia.

¹ Nos lugares em que Francisco Rodolfo Simch não era muito conhecido, poderia, eventualmente, ser publicada alguma notícia de jornal simplesmente com o nome “Francisco Simch”. No entanto, nos lugares em que ele é conhecido e reconhecido, o seu nome é “Francisco Rodolfo Simch” ou “Rodolfo Simch”, em que o nome Rodolfo tem um peso tão grande ou maior do que o prenome Francisco, no que se refere à sua identificação e diferenciação do pai, Francisco José. Já para o seu filho Francisco José Simch Júnior, a identidade se faz principalmente pelo prenome Francisco, sendo o filho conhecido pela família e pelos amigos como “Chico”, e pela imprensa como “Simch Júnior”. Esta distinção é importante e pertinente para saber de quem estamos falando, porque as trajetórias profissionais destas três gerações (Francisco José, Francisco Rodolfo e Francisco José Simch Júnior) acontecem simultaneamente, por várias décadas, e nos mesmos círculos políticos e instituições. Apesar das origens germânicas da família e da grafia Simčh, com o sinal diacrítico “č”, com origem no alfabeto tcheco, que designa o fonema /tch/, conforme os documentos da família emitidos pelo antigo Império Austro-húngaro, no Brasil o sobrenome Simch costuma ser pronunciado /simsh/, e assim se apresentavam os filhos de Francisco Rodolfo Simch com os quais a autora conviveu. Por fim, escrever-se-á seu prenome com a letra “f”, apesar da ocorrência também de “ph” na grafia do seu nome, nas fontes, utilizando-se como critério a forma como o próprio biografado assinou seu nome em sua caderneta pessoal de anotações, em 1929, identificando-se com o nome Francisco “Rodolfo”.

Fotografia 1 – Assinatura de Francisco Rodolfo Simch em sua caderneta pessoal de anotações, 1929

A photograph of a handwritten signature in cursive script on aged paper. The signature reads "Francisco Rodolfo Simch." followed by "Engenheiro de Minas" on a second line.

Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

A época da formação da família Simch no Brasil foi turbulenta, com a fundação de vários centros republicanos que utilizavam a imprensa para difundir suas ideias (CESAR, 1969, p.35). Segundo Azambuja (1969, p.342), passado o ciclo da Revolução Farroupilha, manteve-se a atividade política no Rio Grande do Sul, intensificando-se a luta pela implantação da República e organizando-se partidos políticos, sendo o primeiro deles o Partido Republicano Rio-Grandense, o PRR:

Preconizava a república, a autonomia das províncias, a liberdade civil, o sufrágio universal, a abolição da escravatura e tantas outras medidas que hoje são para nós coisas conquistadas e quase lugares-comuns, mas que naquele tempo eram realmente ideais a realizar.

Neste partido, fundado para combater a Monarquia e instaurar a República, eram figuras primaciais Júlio de Castilhos, Venâncio Aires, Demétrio Ribeiro, Assis Brasil e tantos outros a quem o Rio Grande deve tanto. Em 1884, o Partido Republicano cria sua imprensa doutrinária, a Federação, que Júlio de Castilhos dirigiu de 1884 a 1889.

Espírito lúcido, cultura filosófica haurida na política positiva de Augusto Comte, caráter inflexível, sua influência crescia à medida que a ideia republicana ganhava terreno (AZAMBUJA, 1969, p.342)

O PRR originou-se na primeira convenção republicana, a Convenção de 23 de fevereiro de 1882, reunida em Porto Alegre, e foi “um elemento preponderante na organização do Brasil sob o novo regime” (AZAMBUJA, 1969, p.342), escolhendo-se o “pensamento racional, em sua oposição às especulações do romantismo e do idealismo, em que se assentava o Segundo Império” (RIBEIRO JÚNIOR, 1984, p.37). Este partido foi “consolidado no poder pela força, depois da Revolução Federalista (1893-1895)”, constituindo-se como “uma organização programática, hierarquizada e disciplinada, em negação ao sistema coronelista vigente no País” (AXT, 2022, p.2):

Instaurada a República, uma geração de jovens advogados e publicistas, em cujo centro figuravam Júlio de Castilhos e Assis Brasil, assumiu de fato esta dupla responsabilidade: governar um Estado dividido em várias correntes e, na órbita federal, fazer as alianças mais vantajosas à ameaçada estabilidade do novo regime. (CESAR, 1969, p.35).

Pai e filho, Francisco José e Francisco Rodolfo, tiveram atuação política junto ao Partido Republicano Rio-grandense, o PRR, em que “Castilhos², Borges e os intelectuais do PRR mantiveram-se, em geral, coerentes com o ideal comtiano da passagem da fase militar-feudal para a fase industrial da Humanidade” (BOSI, 1992, p.283), tendo sido o ano de 1891 um marco para o castilhismo, com a Constituição do Rio Grande do Sul, de 14 de julho (CESAR, 1969, p.36), redigida por Júlio de Castilhos e considerada pelos republicanos gaúchos como sendo sua lei magna (BOSI, 1992, p.282). Segundo Balbinot (2008, p.48), o valor do positivismo como um dos fundamentos da estrutura do governo estadual, orientando sua constituição e propiciando, inclusive, elementos de oposição à Constituição Federal, representava uma particularidade do estado do Rio Grande do Sul, em comparação com outros estados brasileiros. Segundo Comte (1891, p.55, grifo do autor, tradução nossa), a fórmula sagrada do positivismo é “o *Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim*”³, “sempre fundamentada em um livre concurso de vontades independentes”, em que “sua existência composta, que toda discórdia tende a dissolver, consagra imediatamente a preponderância contínua do coração sobre o

² Júlio de Castilhos era considerado um “discípulo de Augusto Comte”, e aplicou alguns princípios do Positivismo para “conceber um sistema em que o executivo forte concentrasse, em realidade, todo o poder nas mãos do presidente” (CESAR, 1969, p.35).

³ Esta “fórmula sagrada do positivismo” encontra-se também na capa da obra “Catéchisme positiviste : ou, sommaire exposition de la religion universelle, en treize entretiens systématiques entre une femme et un prêtre de l’humanité”, de Augusto Comte : “*L’Amour pour principe, l’Ordre pour base et le Progrès pour but*” (COMTE, 1891, p.55).

espírito como a única base de nossa verdadeira unidade”⁴, como bem lembra Noel Rosa, em epígrafe.

Fotografia 2 – Francisco Rodolfo Simch (1877-1937)



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Segundo Fausto (2006, p.17), “o positivismo castilhista era uma versão pragmática da ideologia comtiana, instrumentalmente adaptada à realidade gaúcha e brasileira”. Uma das principais adaptações realizadas pelo castilhismo, com relação ao positivismo social comtiano foi, segundo Bosi (1992, p.281), “sua tendência de atribuir ao poder público a função de promover e, no limite, controlar os rumos do desenvolvimento econômico”. Nesse sentido, o positivismo social de Auguste Comte como base do pensamento castilhista considerava as obras públicas e o desenvolvimento industrial como parte do bem público, que se sobrepuja aos interesses particulares e possibilitava rever o sistema capitalista por meio de “propostas de integração das classes” implementadas por meio de “uma vigilante administração pública dos conflitos” (BOSI, 1992, p.281).

Em nível nacional, Prado Jr. (1969, p.195) aponta que as dificuldades da industrialização brasileira remontam ao ano de 1808, com a abertura dos portos ao

⁴ Na prática, “a célebre Constituição estadual de 14 de julho de 1891 enfeixou nas mãos do chefe do Poder Executivo formidáveis instrumentos de compressão do sistema representativo e jurídico, imprimindo a aparência institucional de um regime de força. Prática governativa e discurso, portanto, pareciam rejeitar o caminho das urnas como forma de constituir o espaço da representação política na sociedade” (AXT, 2001, p.2).

livre comércio exterior, possibilitando a concorrência de produtos estrangeiros no Brasil, com qualidade superior e custo inferior às mercadorias nacionais, paralisando o sistema de manufatura e retardando o surgimento da indústria moderna no país. Além disso, identifica três outros fatores que dificultaram a industrialização no Brasil: i) a falta de fontes energéticas, em especial do minério de ferro, que era sabidamente abundante, porém encontrava-se distante dos centros consumidores, bem como do carvão de pedra⁵, que se acreditava ser pouco em quantidade e de baixa qualidade; ii) a ausência no Brasil do “elemento fundamental da indústria moderna: a siderurgia”, e iii) a falta de mercados consumidores (PRADO JR., 1969, p.195). Assim, dois dos motivos apresentados como obstáculos à industrialização brasileira estavam relacionados à siderurgia: a ausência de produção siderúrgica em si, como setor de base que possibilita o surgimento de outras indústrias, e, ao mesmo tempo, a mineração e o transporte do minério de ferro, cuja logística deve ser implementada de forma eficiente para suprir a indústria siderúrgica, prevendo uma rede de ferrovias e portos estrategicamente conectados para escoar a produção do minério e dos produtos siderúrgicos.

A perspectiva do desenvolvimento econômico e industrial gaúcho e brasileiro está presente na historiografia abrangendo o início do século XX. Há estudos sobre a mineração de carvão no Rio Grande do Sul e o projeto de construção de um porto em Torres, no litoral norte do estado, envolvendo diferentes indivíduos, projetos e países, alguns deles considerados neste trabalho. No entanto, a mina de carvão de Gravataí, a exploração de tungstênio e uma concepção em particular do porto de Torres estão relacionadas à atuação de Francisco Rodolfo Simch como funcionário público do Rio Grande do Sul, inicialmente, nas duas primeiras décadas do século XX, como Diretor do recém-criado Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, contando com o trabalho de seu pai, Francisco José, que foi nomeado seu auxiliar. Esta repartição também seria responsável pela supervisão da mineração privada, já em andamento no estado, entre outras atividades. Seria um passo para o controle dos recursos naturais pelo estado, diminuindo a dependência dos países estrangeiros e

⁵ “Carvões se formam a partir do soterramento continuado de vegetais superiores e de resíduos vegetais terrestres (troncos, galhos, arbustos, folhas, sementes, polens, celulose) cuja deposição, ao longo do tempo geológico (milhões de anos), sofreu diagênese e compactação na bacia sedimentar, transformações devidas a pressões e temperaturas, concentrando carbono e hidrogênio sob a forma de rochas estratificadas. Após milhões de anos, os jazimentos carbonosos podem aflorar à superfície ou situarem-se a profundidades médias (100–200m) e elevadas (300–600m)” (GOMES; CRUZ; BORGES In BIZZI et al, 2003, p.595).

quebrando monopólios de empresas privadas. Igualmente importante, nesse sentido, foi sua atuação, na década de 1930, como Diretor do Porto de Porto Alegre e, depois, Secretário de Obras Públicas do estado.

Com relação a projetos anteriores do governo estadual, Francisco Rodolfo Simch contribui com a concepção de um porto como elemento integrador da industrialização do estado e da circulação dos transportes, que repercute, por sua vez, no projeto desenvolvimentista nacional da década de 1930. Esta noção de porto como elemento decisivo no processo de industrialização acontece em um quadro de revolução logística decorrente das novas técnicas oriundas da revolução industrial⁶, em que ocorre um deslocamento da escala espacial, ao serem articuladas atividades como o comércio e a indústria (LALANDRE, 2017, p.13), sendo, para Simch, o transporte fluvial, marítimo e ferroviário entre o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres e outros espaços nacionais e internacionais uma necessidade para a implementação da indústria siderúrgica brasileira, em conexão com a mineração e as demais indústrias em desenvolvimento no país. Isto porque Francisco Rodolfo, assim como Attali (2017), percebe o papel determinante do mar para a evolução da técnica, das empresas e das nações, reconhecendo que é lá, no mar, que tudo o que é essencial acontece, portanto, a história dos homens e a história da mineração estatal gaúcha podem ser vista a partir do mar. Cabe lembrar que, nesta pesquisa, entende-se o sentido do termo “técnica” tal como proposto por Fédi (2000, p.268, tradução nossa), ao entender que “a técnica intervém a cada vez que, na realização de uma tarefa, um conjunto de operações coordenadas é necessário para a obtenção de um resultado a ser atingido”. Por exemplo, quando Francisco Rodolfo realiza sua experiência de coqueificação⁷ do carvão na Mina de Gravataí, ele está realizando uma técnica, porque ele faz várias operações coordenadas – como extrair e beneficiar o

⁶ Um aspecto importante da revolução industrial é o surgimento de novas expressões de ansiedade por parte das populações, diante da modernização das cidades e dos meios de transporte. O sentimento do temor com a modernização trouxe reflexos na literatura, com o surgimento, na Inglaterra, do romance gótico no final do século XVIII. Assim, a obra “Frankenstein”, de Mary Shelley, publicada em 1818, pode ser considerada um “romance industrial”, ao expressar as inquietações humanas com a industrialização (DALY, 2004, p.58). No Brasil, onde a industrialização ocorreu mais tarde, observa-se esta mesma tendência na literatura, com as obras “Macário” e “Noite na Taverna”, de Álvares de Azevedo, no século XIX.

⁷ “A coqueificação é um processo químico no qual ocorre uma divisão das moléculas orgânicas complexas que constituem o carvão mineral, produzindo gases e compostos orgânicos sólidos e líquidos de moléculas menores, além de um resíduo carbonáceo relativamente não volátil: o coque”, que serve para “dar suporte mecânico à carga de minério de ferro, calcário e outros minerais, permitindo a percolação dos gases quentes, além, é claro, de fornecer calor” (BRANCO, 2014).

carvão, pulverizar, entre outras etapas que ele descreve em seu relatório, para obter o resultado esperado, o coque.

A etapa do desenvolvimento da industrialização no Brasil, no início do século XX, é um estágio inicial de um processo de internacionalização da economia que levará, nas décadas seguintes, à globalização, passando por várias trocas técnicas com outros países:

A globalização é o estágio supremo da internacionalização. O processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos 17 e 18, expande-se com a industrialização, ganha novas bases com a grande indústria, nos fins do século 19, e, agora, adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira, cultural (SANTOS, 2002, p.79).

O desenvolvimento siderúrgico, pilar do processo brasileiro de industrialização, articula-se, pois, com o conceito de mundialização, em que se ampliam o espectro e a quantidade de espaços de referência e de ação, o que exige reflexividade na pesquisa. A mundialização, sob a perspectiva cultural, salienta a especificidade do local, contribuindo para afinar os conhecimentos sobre o funcionamento diferenciado das sociedades (WERNER; ZIMMERMAN, 2003, p.7). Desse modo, estudar certos aspectos do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres possibilita, por exemplo, apurar o papel diferenciado da mineração estatal no Rio Grande do Sul com relação ao desenvolvimento siderúrgico nacional, no período analisado.

Sendo assim, este primeiro capítulo de introdução procura explicar os elementos do título desta pesquisa. Em primeiro lugar, apresenta brevemente Francisco Rodolfo Simch, para melhor compreender sua atuação profissional como funcionário público do governo gaúcho. Depois disso, esclarece o significado das expressões “espuma do lobo” e “*Kobold de Hrodulf*”, e explica de que forma estes conceitos estão ligados à trajetória do biografado. A seguir, define-se o que designa o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, nesta pesquisa. Apresentados estes elementos fundamentais à compreensão da atuação de Francisco Rodolfo, o capítulo especifica o objeto de pesquisa, o espaço geográfico e o recorte temporal considerados, para, depois, delimitar o tema, apresentar o problema, os objetivos e a justificativa do trabalho. A seguir, a historiografia e as fontes são brevemente apresentadas, bem como a fundamentação teórica e a metodologia da pesquisa.

O segundo capítulo inicia-se apresentando o que antecede a existência de Francisco Rodolfo, e o influencia em sua trajetória de trabalho com o pai: a origem paterna na Boêmia, a formação da família Wild-Simch no Rio Grande do Sul, com o casamento de seus pais, em 1876, para chegar na conjuntura de seu nascimento. Assim como os antecedentes biográficos são apresentados, são explicados brevemente os antecedentes da técnica metalúrgica no Brasil, para que se compreenda em que circunstâncias a atuação profissional de Francisco Rodolfo ocorrerá, mais tarde. A seguir, descreve-se seu percurso escolar, em Porto Alegre, em paralelo com a vida da família em São Gabriel, formando-se duas histórias paralelas para pai e filho, levando o primeiro a Porto Alegre e o segundo à Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais, onde se diplomará em 1898.

Depois disso, o terceiro capítulo trata do retorno de Francisco Rodolfo a Porto Alegre, em 1901, trazendo a família que formou em Ouro Preto. O trabalho de pai e filho junto ao governo do Rio Grande do Sul inicia-se nesta fase, em que acontece a inserção social do filho, ao fazer parte da primeira turma de bacharéis da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1907, sua segunda formação. Neste período, eles iniciam a prospecção e a exploração da Mina de Gravataí e Francisco Rodolfo formula sua representação do espaço Mina de Gravataí – Torres. Ao longo desta seção, são apresentados pontos de vista diferentes, de seus colegas da SOP, e as obras realizadas pelo governo no espaço Mina de Gravataí – Torres, bem como o contrato de sublocação da Mina de Gravataí para geração de energia elétrica e o subsequente retorno da atividade de mineração do carvão ao governo do Rio Grande do Sul, sob direção de Francisco Rodolfo.

Finalmente, o quarto e último capítulo apresenta os ensaios científicos que Francisco Rodolfo realizou para defender a qualidade do “carvão Gravataí”, para geração de energia elétrica para um trajeto de trem, contando com convidados como Augusto Pestana e Borges de Medeiros, e produção de coque siderúrgico, com especificação técnica do equipamento que construiu, na Mina de Gravataí, e detalhamento dos resultados obtidos, que ele remeteu à SOP, em 1928. Estes ensaios compuseram sua argumentação técnica para defender a exploração do carvão na Mina de Gravataí pelo estado. O capítulo narra, ainda, a transição do governo estadual de Borges de Medeiros para Getúlio Vargas, e suas implicações no trabalho de Francisco Rodolfo, como a extinção do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul. Depois disso, apresenta-se brevemente as circunstâncias em que

ocorreram as negociações do Porto de Torres com a Alemanha, que incluem as relações comerciais entre estes e outros países com o Brasil no período após a crise de econômica de 1929, a Revolução de 1930 e a Revolução de São Paulo de 1932. Com o falecimento de Francisco Rodolfo, em 1937, a pesquisa apresenta alguns dos desdobramentos do *Torresprojekt*⁸, ao longo da Segunda Guerra Mundial, e suas repercussões para o desenvolvimento da siderurgia brasileira.

Por fim, retoma-se a argumentação apresentada na Dissertação de Mestrado (MARC, 2019), sobre o distanciamento realizado pela autora como pesquisadora e descendente direta do biografado. Observa-se que, “no sentido estrito, a objetividade é impossível tanto na história, quanto na sociologia ou na antropologia. Em vez de objetividade, conviria falar de distanciamento e de imparcialidade” (PROST, 2015, p.257), que fizeram parte do método científico utilizado pela autora ao analisar as fontes e elaborar suas conclusões. Além disso, “a noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou uma imperfeição já foi clara e precisamente enunciada” (VELHO, 1987, p.122), ou seja, todo pesquisador se envolve com seu tema de estudo, sem que este envolvimento constitua um impedimento para que a pesquisa seja realizada conforme os preceitos da ciência. Nesse sentido, a assertiva de Le Goff (1999, p.12) relembra que, na pesquisa biográfica, o “esforço de autenticidade objetiva”, está na seriedade com que são tratadas as informações e com que se desenvolve uma interpretação pessoal, sempre com base no método científico”.

1.1 FRANCISCO RODOLFO SIMCH (1877-1937)

*“Am Strand des Lebens
Ohne Grund, ohne Verstand
Ist nichts vergebens
Ich baue die Träume auf den Sand
Und es ist
Es ist okay”
(Herbert Grönemeyer)*

Nascido em 1877, filho de imigrantes germânicos, Francisco Rodolfo Simch encontrava-se, no início do século XX, diplomado pela Escola de Minas de Ouro

⁸ O termo “Torresprojekt” refere-se ao projeto do Porto de Torres formulado pela Alemanha.

Preto⁹, instituição formadora de profissionais preparados para promover o desenvolvimento siderúrgico brasileiro, e na primeira turma de Bacharéis em Direito da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, que marcou a política gaúcha e brasileira através de seus formandos. Um deles, Getúlio Vargas, escreveu de próprio punho uma descrição do colega de turma Francisco Rodolfo Simch. Este texto foi entregue a Simch e publicado no jornal castilhista “O Debate”¹⁰, no ano de formatura, em 1907:

É alto, claro, caminha ligeiramente curvo, inclinando o longo pescoço de ave pernaltas, calça botinas cômodas de sola reforçada e, no andar, levemente apressado, assenta o pé cheio, como quem está afeito a longas caminhadas. É magro e forte, sem adiposidades. Corpo formado de fibras e de músculos tem a rija textura das existências que variam entre a ciência e o esporte. Testa ampla, lisa e escanteada; barba loura, rosto fino e ligeiramente oval; olhos azuis claros, tendo a tranquila serenidade dos espíritos observadores. Ao iniciar uma exposição, a voz sai-lhe, a princípio, um pouco demorada, em seguida desenvolve-se fácil, insinuante, persuasiva. As ideias acodem-lhe com nitidez e presteza, florindo, alastrando...

[...] É um trabalhador fecundo e o Pizarro quer que se o chame de insubstituível. Possui sólido preparo científico, principalmente de ciências naturais. Espírito afeito também à Matemática, gosta, na exposição de suas ideias, de guardar a proporcionalidade e a ordem.

O estudo dessa ciência e a vasta cultura germânica de seu espírito apuram e aguçam-lhe a inclinação pelo raciocínio abstrato e especulações filosóficas (VARGAS, 1907)

Segundo Alzira Vargas, seu pai, Getúlio, era um dos redatores deste jornal e nele traçava os perfis de colegas de turma, como fez para Francisco Rodolfo Simch, ou, ainda, de colegas de pensão, tendo publicado também os perfis de Firmino Paim Filho, Alziro Marino, Leonardo Truda e Manuel Duarte (VARGAS, 2017). Ao se mencionar este jornal castilhista, cabe lembrar que foi, justamente, através da atuação política familiar na política do PRR que Francisco Rodolfo Simch inseriu-se socialmente e profissionalmente no Rio Grande do Sul. Roche (1959) destacou que

⁹ Francisco Rodolfo Simch formou-se, em 1898, na Escola de Minas de Ouro Preto, dirigida por Claude-Henri Gorceix. Em Ouro Preto, também estudaram Getúlio Vargas e seus irmãos mais velhos, Viriato e Protásio (FAUSTO, 2006, p.23).

¹⁰ O artigo foi publicado em 1º de junho de 1907. O 2º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IHGRGS, Antônio da Rocha Almeida, escreveu a seguinte anotação, em 29/10/63: “Anotação do IHGRS: Este artigo foi copiado de uma coleção completa e encadernada do jornal “O Debate”, que pertenceu ao Dr. Joaquim Maurício Cardoso e onde ele anotou a tinta vermelha o nome do autor – Getúlio Vargas – e do vulto de que ele traçara o perfil – Francisco Rodolfo Simch. Vários outros companheiros de Faculdade, como Cláudio Ferrando, Araújo, Amantino, Marino, Inocêncio da Rosa, Truda, Carlos Ribeiro e outros ali figuram”. Archymedes retoma esta descrição de Francisco Rodolfo Simch, feita por Getúlio Vargas, em uma edição do Correio do Povo, sob a seção “Revivendo o passado: perfil dos bacharelados de 1907” (CORREIO DO POVO, Acervo particular de Clélia Simch Marc).

ele era um dos eruditos teuto-riograndenses que, assim como Teschauer, Hafkemeyer, Jaeger e Rambo, escreveram capítulos da história e fizeram parte da sociedade gaúcha. Para Fortunato Pimentel, Francisco Rodolfo Simch deixava “seu nome ligado à história gaúcha e ao lado dos rio-grandenses que se têm destacado pela cultura e trabalhos de valor”¹¹. Francisco Rodolfo Simch também foi lembrado pelo Padre Milton Valente¹² em sua lista de alemães e descendentes de alemães que se dedicaram ao ensino e à pesquisa no Brasil, adicionando aos sobrenomes germânicos precedentes nomes como Englert e von Koseritz, definindo-o como segue: “Francisco Rodolfo Simch, geólogo, etnógrafo, ensaísta, fundou o Museu Júlio de Castilhos¹³ e foi um dos professores mais afamados da Faculdade de Direito de Porto Alegre” (CORREIO DO POVO, 1975).

Assim como seu pai, o boêmio alemão Francisco José Simch, Francisco Rodolfo atuava no governo gaúcho, alinhando-se com o castilhismo. Sob esta perspectiva, defendia o desenvolvimento econômico do país, fundamentado na educação para a qualificação dos trabalhadores e dos cientistas, bem como na autossuficiência para exploração dos recursos naturais, aplicação e aprimoramento das técnicas.

Francisco Rodolfo Simch constitui uma personalidade multifacetada que se desdobrava, aparentemente, em centros de interesse variados, conforme evocados pelas percepções, memórias e análises de familiares e de historiadores. Participou ativamente da vida científica e cultural de Porto Alegre¹⁴ e do estado do Rio Grande do Sul. Em nível internacional, ele foi sócio titular da *Société Belge d’Astronomie, Géodesie, Météorologie et Physique du Globe*, na Bélgica, membro do *Internationaler Entomologischer Verein* de Guben, na Alemanha¹⁵, membro de sociedades científicas como a Associação de Filosofia Jurídica e Econômica de Berlim, na Alemanha e a

¹¹ Artigo com informações biográficas sobre Francisco Rodolfo Simch, publicado por Fortunato Pimentel, no Correio do Povo (Acervo Particular de Clélia Simch Marc).

¹² O Padre Milton Valente ingressou na Companhia de Jesus em 1928 e foi homenageado com uma galeria cultural da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, com seu nome, na comemoração dos 50 anos da instituição (UNISINOS, 2019).

¹³ O Museu do Estado passa a ser assim denominado por decreto nº 1140 de 19 de julho de 1907 (GODOY In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.28)

¹⁴ Francisco Rodolfo Simch foi fundador e primeiro Diretor do Museu Júlio de Castilhos e um dos sócio-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual foi Presidente entre 1934 e 1935 (CIBILS, 2005, p.38).

¹⁵ Estas duas primeiras afiliações são divulgadas em sua obra “Orographia do Estado do Rio Grande do Sul”, publicada pela Livraria e Papelaria Brasileira, de Tancredo de Barros Paiva, Rua dos Andradas, 132, Rio de Janeiro.

*Société Géologique de France*¹⁶, esta última na França. Sua participação científica foi reconhecida com a Medalha de Ouro na Exposição Internacional de Milão, em 1906, e com menção honrosa na Exposição de Sevilha, em 1928¹⁷. Em 1956, a cidade de Porto Alegre denominou a “Avenida Eng. Francisco Rodolfo Simch”, de acordo com a Lei nº 1624 de 19 de julho de 1956¹⁸, sancionada pelo então Prefeito Leonel Brizola.

Iniciou sua vida profissional em 1896, como Professor de Alemão no Ginásio Mineiro de Ouro Preto, em Minas Gerais¹⁹, cidade onde se formou, em 1898, na Escola de Minas de Ouro Preto. De volta a Porto Alegre, foi professor de História Natural do Ginásio Júlio de Castilhos²⁰. Participou da fundação de instituições de ensino como a Escola de Comércio de Porto Alegre, anexa à Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1909²¹, e da Universidade de Porto Alegre, atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1934²², onde foi Catedrático de Economia e Finanças.

No entanto, percebe-se a convergência das atividades de Francisco Rodolfo Simch para a geologia. Assim, mesmo ao atuar em outras áreas, como o direito ou a política, seu pensamento e suas ações buscaram, muitas vezes, fundamentação nesta disciplina, que, antes mesmo da formação teórica, constituiu sua cultura

¹⁶ Na “*Société Géologique de France*”, em 1905, são listados somente três membros no Brasil: Francisco Rodolfo Simch, Eugênio Dahne e Joaquim Cândido da Costa Sena.

¹⁷ O filho mais novo de Francisco Rodolfo Simch, Léo Nunan Simch, realizou uma breve biografia do pai, reunindo estas informações.

¹⁸ Em 19 de julho de 1956, o Poder Legislativo decretou e o Prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, sancionou a Lei nº 1624, que dá a denominação das avenidas Eng. Francisco Rodolfo Simch e Eng. Frederico Dahne a logradouros da Vila Passo da Mangueira (PMPA, Legislação Municipal de Porto Alegre/RS, 1956. Disponível em: <http://leismunicipa.is/aouhf>. Acessado em 10/10/2020). Observa-se que os nomes de Simch e Dahne estão frequentemente relacionados, em diversos empreendimentos do governo gaúcho.

¹⁹ Em 7 de abril de 1896, Francisco Rodolfo Simch foi nomeado Lente de Alemão do Ginásio Mineiro de Ouro Preto, em Minas Gerais, tendo disso classificado em 4º lugar em concurso (O ESTADO DE MINAS, 1896, p.1).

²⁰ A inserção profissional de Francisco Rodolfo Simch foi coerente com o posicionamento político seu e de seu pai, Francisco José Simch, junto ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Com efeito, o colégio Júlio de Castilhos era “nascido da necessidade do ultraconservador Partido Republicano Rio-grandense formar o quadro de estudantes que estudaria na Faculdade de Direito e na Escola de Engenharia” (MACHADO, In COPSTEIN; DE LIMA E SILVA; SCHÄFFER, 2001, p.9).

²¹ A participação de Francisco Rodolfo Simch na fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909, foi o tema da Dissertação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica da autora (MARC, 2019) e do documentário “Simch, prepara o projeto para amanhã”, como Produto Educacional associado à pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS (SIMCH..., 2019).

²² Francisco Rodolfo Simch fez parte da comissão especial designada pelo Interventor Federal General Flores da Cunha com o objetivo da criação da Universidade de Porto Alegre, representando a Faculdade de Direito, juntamente com Leonardo Macedônia (JOÃO; CLEMENTE, 1995, p.39)

germânica da mineração, constituindo um *habitus*²³ familiar, em comum com o pai Francisco José, imigrante de uma área tradicional da mineração, a Boêmia.

Além deste aspecto, sua aguçada curiosidade intelectual fazia com que a pesquisa e as trocas com a comunidade fizessem parte de seu cotidiano. Assim como outros intelectuais de sua época, buscava o desenvolvimento econômico e cultural do seu país, considerando o conhecimento fundamental para aprimorar a sociedade, e a política uma possibilidade de implementação de melhorias. Seu diferencial estava na busca contínua da atualização do seu próprio conhecimento, estabelecendo, para isso, conexões com diversas instituições e pessoas no país e no exterior, utilizando o domínio de idiomas como uma ferramenta de contato e de debate científico. Desse modo, sua abordagem era multidisciplinar, estabelecendo e evidenciando para a sociedade as conexões entre a geologia e as outras ciências:

Simch. – Diplomado Engenheiro de Minas, Bacharel pela Fac. De Dir. de P. Alegre. Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do RS. Catedrático de Dir. Industrial e Legislação do Trabalho da Fac. De Dir. de P. Alegre. Desembargador da Corte de Apelação do RS. Secretário das Obras Públicas do RS. Geógrafo, economista, jurista e geólogo. (MARTINS, 1978, p.551)

Observa-se, realmente, na descrição de Francisco Rodolfo Simch, a frequência das palavras relacionadas à geografia²⁴ e à geologia: “Engenheiro de Minas”, “Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do RS”, “geógrafo”, “geólogo”. O espectro de sua atuação profissional reflete-se em suas publicações, mas as referências à geologia predominam, na memória de quem o descreve:

SIMCH, Francisco Rodolfo [...] Bacharel em Direito. Professor. Engenheiro. Etnógrafo, geólogo e historiador. Bib: *Noções Elementares de Mineralogia e Geologia*, 1ª Ed. 1907, 185 + 2 + 4 págs. Gráficos, Liv. Globo, P. Alegre; 2ª Ed. 1923, 211 págs. Mesma Editora; Programa de Economia Social, resumo

²³ Emprega-se o conceito de *habitus* de Bourdieu (1986, p.40, tradução nossa): “o *habitus*, como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo das condutas regulares, portanto da regularidade das condutas”. Na pesquisa de mestrado da autora, demonstrou-se o *habitus* da mineração, entre Francisco José e Francisco Rodolfo, e o *habitus* relacionado à prática do direito, entre Francisco Rodolfo e Francisco José Simch Jr. Logo, para estas três gerações da família Simch, Francisco Rodolfo era o elo entre seu pai e seu filho, não somente do ponto de vista genealógico, mas também sob o prisma profissional.

²⁴ “Historicamente falando, tanto na Idade Média, quanto no Renascimento, a Engenharia era considerada como um ramo da Geografia e, particularmente, o estudo da Geografia da Terra era parte de uma ciência maior denominada Cosmografia. Os dicionários da época definiam a Cosmografia como uma descrição do universo, cuja abrangência compreendia a Astronomia, a Hidrografia e a Geografia que descreve as terras, as províncias e os impérios da Terra. Em 1510, surgiu pela primeira o termo “geógrafo” na obra de Lemaire de Belges. Nascido em 1473, atualmente Bélgica, foi poeta, historiador e um dos principais precursores, tanto no estilo, quanto no pensamento dos renascentistas-humanistas na França e Flandres” (MACEDO; SAPUNARU, 2016, p.40).

das lições na Faculdade de Direito, 1ª Ed. 378 págs. Liv. Globo, P. Alegre; 2ª Ed. 1934, 499 págs. mesma Editora; 3ª Ed. 499 págs. mesma Editora²⁵; *Dos Métodos de Desmonte e Extração do Carvão de Pedra*, 1ª Ed. 1923, 125 págs. Liv. Globo, P. Alegre; *Artefatos Indígenas* – Comunicação do Inst. Histórico do RS, 1923, edição de 17.7, col. 1 p.3 nº167 do “Correio do Povo”, P. Alegre; *Tembetás, adornos indígenas*, 1924, in págs. 51/60 nº 15/66 ano IV revista do IHGRGS, P. Alegre; *Fisiografia do RS*, 1924, in págs. 61/92 mesmo número, mesma revista; *Os campos do Estado*, estudo geológico, 1925, in págs. 51/81 nº 19/20 mesma revista. (VILLAS-BÔAS, 1974, p.485)

Além destas obras, tem-se, ainda, a publicação “Formação Geológica de Porto Alegre”²⁶. Na breve descrição precedente, destacam-se, a exemplo da primeira, os termos “geólogo”, sua obra “Noções Elementares de Mineralogia e Geologia”, os artigos “Dos Métodos de Desmonte e Extração do Carvão de Pedra”, “Fisiografia do RS”, “Os campos do Estado, estudo geológico”. Até mesmo as obras que, aparentemente, tratam de outros assuntos, também remetem à geologia, com capítulos inteiros discutindo a mineração em “Programa de Economia Social” (SIMCH, 1931²⁷) e a descrição dos tipos de minerais utilizados para a confecção dos artefatos indígenas, no artigo sobre arqueologia, por exemplo. Além disso, para os descendentes de Francisco Rodolfo Simch, a geologia vem sendo trazida continuamente nas memórias familiares²⁸ como seu grande foco de interesse.

Francisco Rodolfo Simch pode ser considerado um geógrafo, no sentido definido por Pinchemel (1973, p.688), que é uma pessoa que contribuiu para o desenvolvimento e para o progresso do pensamento geográfico, considerando não somente aqueles facilmente identificáveis como geógrafos, mas todos aqueles que agregaram conhecimento à geografia, tais como geólogos, economistas, historiadores, entre outros. A geografia, no sentido amplo, como lógica de ação articulada ao pensamento de Francisco Rodolfo Simch, como Diretor do Serviço

²⁵ A 1ª ed. da obra “Programa de Economia Social” é datada de 1912, a 2ª ed., de 1931 e a 3ª ed., de 1934.

²⁶ Fortunato Pimentel publicou uma lista de publicações de Francisco Rodolfo Simch, juntamente com informações biográficas, no jornal Correio do Povo (Acervo particular de Clélia Simch Marc)

²⁷ Nesta pesquisa, todos os exemplares e edições das obras de Francisco Rodolfo Simch pertencem ao Acervo pessoal de Clélia Simch Marc, porém estes livros estão presentes em várias bibliotecas e sebos do país, como, por exemplo, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁸ A narrativa da tradição familiar traz a memória da filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch, Clélia Simch Marc. Clélia narrava a utilização do elevador de acesso às minas de carvão de Gravataí, em visita guiada pelo seu pai. Tratava-se de uma experiência bastante peculiar para uma jovem cidadina nascida no final do século XIX. O filho mais novo, Léo Nunan Simch, relatava que seu pai o convidava, em Torres, para prospectar as areias da praia, depois da ocorrência de temporais com fortes descargas elétricas. Juntos, pai e filho vasculhavam a areia para retirar pedras de raio, estruturas solidificadas pelo contato do solo arenoso com a descarga elétrica. Estas pedras de raio foram conservadas por toda a vida do filho Léo, como uma lembrança afetiva do pai.

Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, reflete-se na forma como este analisou a mina de carvão de Gravataí e a sua concepção do Porto de Torres, relacionando estas ideias dentro do espaço geográfico entre Gravataí e Torres, conectado com o porto da capital gaúcha, Porto Alegre.

Além disso, sua atitude profissional, que se consolidou nas décadas de 1920-1930, acompanhava a tendência dos geógrafos daquele período, pois, “entre as duas grandes guerras mundiais, a geografia enumerava a produção do carvão, do petróleo e do aço de cada país; passava em revista as grandes potências que dominavam o mundo pela força de sua economia e por seus impérios” (CLAVAL, 2014). Este movimento, por sua vez, vincula a geografia “com a dominação, com estratégias de poder para o controle social através do espaço: os planejamentos urbanos e regionais, os mapas militares e aqueles imprescindíveis para a administração territorial” (VESENTINI, 1986, p.28).

Neste contexto, em 1910, desempenhando o cargo de Diretor do Museu Júlio de Castilhos, Francisco Rodolfo Simch demonstrou ao governo gaúcho a viabilidade técnica de desenvolver a exploração do carvão com o objetivo de se alcançar a autossuficiência energética do estado. Este procedimento argumentativo de Simch em seus escritos expõe sua coerência com o ideal de desenvolvimento econômico defendido pelo estado do Rio Grande do Sul, associado à expansão da rede fluvial e ferroviária, bem como da estrutura portuária, para tornar possível a amplificação do transporte e, com isso, o fortalecimento do comércio. O conhecimento técnico de que dispunha era a base de sua argumentação e era colocado a serviço do governo, para atender a uma diretriz econômica com que concordava.

Neste ponto inicial da pesquisa, vale ressaltar que o uso da palavra “contexto” tem o sentido atribuído a Revel (1998), ao considerar haver uma “pluralidade de contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados” (REVEL, In: REVEL (Org.), 1998, p.27), portanto cada “contexto” referido na pesquisa é considerado como parte de um conjunto complexo que possibilita, através de variadas escalas de observação, compreender os comportamentos observados na atuação de Francisco Rodolfo Simch.

Feito este esclarecimento, retoma-se o assunto da ciência como fundamento para argumentar e difundir as ideias de Francisco Rodolfo para a sociedade, em especial para a sociedade gaúcha, como uma das formas como ele atuava politicamente, para além da esfera do governo do estado. A política não parecia ser

seu objetivo final, mas sim um instrumento para que a técnica ocupasse o lugar que lhe cabia na sociedade, para auxiliar no seu desenvolvimento. Para isso, publicava suas ideias em jornais como “O Progresso” e “A Federação”²⁹, e em revistas como a do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Assim, Francisco Rodolfo Simch publicou em “O Progresso” um artigo intitulado “Tungstênio”, em que destaca a exploração deste metal em solo gaúcho³⁰ e, em 1916, com a mineração do carvão em Gravataí já projetada, Francisco Rodolfo Simch publica sua concepção do Porto de Torres, fundamentada na racionalidade da construção de vias de transporte próximas a locais de produção e em direção aos centros consumidores mais próximos, como uma escolha de menor custo ao se escolher o menor trajeto entre produtos e centros consumidores, e como forma de levar a industrialização a toda a extensão do estado, conectando-o comercialmente com o resto do Brasil e do mundo. Esta proposta inspira-se em Guilherme II, Imperador da Alemanha à época da Primeira Guerra Mundial, e esta influência em seu pensamento é mostrada com orgulho, em sua publicação, com uma citação em epígrafe, em língua alemã. Nas circunstâncias de um importante conflito mundial, emerge sua tendência em assumir posicionamentos polêmicos publicamente, afrontando muitas vezes seus pares, nos meios políticos e acadêmicos, e, de forma mais ampla, a sociedade em geral, como se percebe ao longo da pesquisa.

Em 1917, quando a Primeira Guerra Mundial ainda acontecia, esta ideia da exploração e controle dos recursos naturais pelo estado ganhava força, depois de diversas excursões de Simch para comprovar a viabilidade da mineração estatal. Assim, ele foi autorizado a realizar a prospecção do carvão no Rio Grande do Sul, objetivando a mineração em escala industrial pelo governo do estado.

A estratégia de escolha da mina em Gravataí seria, em uma primeira análise, restrita à possibilidade de escoamento de mercadorias e do carvão como fonte energética, criando um fluxo de transporte entre Porto Alegre, a mina e o futuro Porto de Torres. No entanto, Torres representava mais do que um destino para o transporte, pois o porto teria em comum com a Mina de Gravataí a localização geográfica sobre

²⁹ “A Federação” foi um jornal fundado por Júlio de Castilhos, publicado no Rio Grande do Sul, considerado “um reduto das ideias republicanas” (CESAR, 1969, p.35).

³⁰ Este artigo foi citado pelo jornal “A Federação” no contexto da utilização do tungstênio como material fundamental para se vencer a guerra, em virtude das qualidades que conferia às ligas de aço utilizadas para a produção de armamentos.

a região de uma mesma bacia carbonífera³¹, ao longo da qual, atualmente, são reconhecidas três jazidas de carvão.

Na época de Simch, as jazidas de carvão na área entre Gravataí e Torres não constituíam uma oportunidade garantida de exploração econômica, embora se conhecesse esta possibilidade, a qual Francisco Rodolfo defendia. Portanto, interligar Gravataí a Torres significaria mais do que criar uma via adicional de circulação de mercadorias: o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres constituiria uma rota ao longo da qual haveria recursos naturais a serem explorados e transportados. O transporte a partir do próprio local de produção representaria, pois, uma vantagem suplementar, reduzindo custos operacionais.

Esta concepção do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres entrou, em 1933, em contato com aquela desenvolvida pelo governo alemão. Isto ocorreu quando o governo do Rio Grande do Sul recebeu uma comitiva de especialistas alemães em Porto Alegre, com uma subsequente visita técnica a Torres, guiada por Francisco Rodolfo Simch, em maio daquele ano³². A Alemanha, neste momento, desenvolvia seu próprio entendimento sobre este espaço e sobre as oportunidades econômicas que o contexto brasileiro poderia oferecer, o que propicia um nível de análise suplementar para a pesquisa. Enquanto isso, a mina de wolfram de Encruzilhada ainda não tinha sido aproveitada pelo governo (DIÁRIO CARIOCA, 1933, p.8³³)

Sobre a família de Francisco Rodolfo, o papel de de seu pai, Francisco José, revela-se cada vez mais presente em sua vida profissional. Pai e filho trabalharam juntos na mineração estatal do carvão, a serviço do governo gaúcho. Inicialmente, poder-se-ia pensar que o pai, imigrante, formado no exterior, teria tido seu ingresso na administração pública facilitado pela integração do filho Francisco Rodolfo, brasileiro, formado engenheiro e bacharel em Direito, no Brasil. No entanto, foi o pai

³¹ Sobre as bacias carboníferas, Francisco Rodolfo Simch distingue dois tipos, lacustres e marinhas: “as bacias carboníferas dividem-se em *lacustres* e *marinhas*. As primeiras são independentes umas das outras, estreitas, circunscriptas e formaram-se em lagos d’água doce. As segundas estão em depósitos contínuos, regulares, situados em vastas extensões e formaram-se em lagunas marinhas” (SIMCH, 1907, p.174, grifo do autor).

³² O contexto da organização da visita científica dos especialistas alemães Vageler, Passow e Turner encontra-se documentado no Arquivo Federal da Alemanha, em Berlim. A comitiva alemã foi recebida pelo Interventor General Flores da Cunha, pelo Prefeito de Porto Alegre, Alberto Bins, pelo Secretário de Obras Públicas, Engenheiro Francisco Rodolfo Simch, pelo Cônsul da Alemanha em Porto Alegre, Walbeck além de outras autoridades, em 7 de maio de 1933, na Sociedade Germânia, em Porto Alegre (A FEDERAÇÃO, 1933, p.1).

³³ DIÁRIO CARIOCA. *O tungstênio no Brasil*. Wolframita. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1933, p.8. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/11055. Acessado em 12/03/2020

quem abriu caminhos para o filho, sendo o primeiro a trabalhar para o governo do estado e a tecer relações sociais e políticas com a elite gaúcha. Francisco Rodolfo foi integrado posteriormente ao serviço público e à rede de contatos paterna, estabelecendo-se uma estrutura patriarcal de trabalho e de atuação política que se repetiu na geração seguinte. Um dos aspectos que se pretende demonstrar é em que medida a origem familiar paterna no Império Austro-húngaro influenciou o pensamento e a personalidade de Francisco Rodolfo Simch, no Rio Grande do Sul.

Isto não significa que a família materna tenha tido menor importância para a trajetória do biografado. A família materna foi fundamental para a sua identidade e sentimento de pertencimento à etnia germânica, estando sempre muito presente em sua vida pessoal, através de sua mãe, de seus avós, tios e primos. Ainda assim, é Francisco José quem se torna um personagem-chave para compreender quem foi o profissional Francisco Rodolfo, porque o pai estabelecia conexões entre o Império Austro-húngaro, a Alemanha e o Brasil, e colocava, assim, o filho em contato com a técnica e com as correntes políticas oriundas da cultura germânica de sua época³⁴. Sendo assim, este estudo da origem familiar de Francisco Rodolfo concentra-se mais no ramo paterno, que auxilia a esclarecer a concepção de Francisco Rodolfo dos projetos de mineração estatal do carvão e de construção do Porto de Torres.

Por esse motivo, este estudo biográfico tem o ano de 1928 como marco divisor, porque é, ao mesmo tempo, o ano do falecimento do pai, Francisco José, e o ano em que Getúlio Vargas assumiu o governo do estado do Rio Grande do Sul, depois da longa continuidade administrativa de Borges de Medeiros e da Revolução de 1923, dando início a uma série de modificações no cotidiano de trabalho de Francisco Rodolfo no serviço público estadual e, conseqüentemente, nas suas aspirações referentes à mineração estatal do carvão e à exploração do wolfram. Além disso, trata-se de uma segunda fase da Mina de Gravataí, em que o governo estadual retoma a direção da mineração do carvão, depois de um curto período de concessão para a iniciativa privada. Por fim, é um ano que antecede eventos impactantes para a atuação política de Simch, como a Revolução de 1930 e a Revolução de São Paulo, de 1932.

Com efeito, a década de 1930 é uma etapa decisiva para se delimitar o desfecho da mineração estatal e do projeto do Porto de Torres, na década seguinte,

³⁴ Segundo Milton Vargas (1992, p.100), “pode-se pensar a invenção das técnicas e sua transmissão de geração a geração como baseadas num instinto esclarecedor inato ao homem – a partir, talvez, do inconsciente. Daí o caráter mágico e simbólico que sempre teve”.

porque se buscava, então, criar uma indústria siderúrgica de grande porte no Brasil, sendo que as forças armadas reforçaram o papel estratégico deste setor para a defesa nacional (ABREU, 2016). Neste período crucial para a industrialização brasileira, Francisco Rodolfo Simch vinculou-se, em nome do governo gaúcho, como Diretor do Porto de Porto Alegre e, em seguida, como Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, a um dos projetos do Porto de Torres, desta vez uma possibilidade de concessão de obra pública para o governo da Alemanha.

1.2 A “ESPUMA DO LOBO” E O *KOBOLD* DE *HRODULF*

*“Tourner le temps à l'orage
Revenir à l'état sauvage
Forcer les portes, les barrages
Sortir le loup de sa cage”
(Johnny Hallyday)*

No sentido de desenvolver a industrialização brasileira por meio da siderurgia, Francisco Rodolfo Simch defende a mineração estatal do carvão e do wolfram, que é uma das formas sob a qual o tungstênio pode ser encontrado (CLAIRIN, 1954, p.3). Assim, os minérios, sob a perspectiva de exploração econômica apresentada por Francisco Rodolfo, são objetos de pesquisa.

Ao se estudar a historiografia do wolfram, é importante diferenciar os termos tungstênio, wolfrâmio, wolfram, wolframita e scheelita, porque todas estas palavras são encontradas nas fontes e estão relacionadas entre si. Nesta pesquisa, em português, utilizam-se os termos tungstênio, wolfram e wolfrâmio (eventualmente escritos com a letra “v” – volframita, volfrâmio) como sinônimos, sendo wolfram o termo de origem germânica preferencialmente utilizado por Francisco Rodolfo Simch. Nesse sentido, o engenheiro Ney Chrisostomo da Costa critica, em 1928, o “sabor todo germânico” do termo wolfram, lembrando que “o termo wolframita vem do wolfram, que é a tradução alemã de *spuma lupi*, era denominação empregada nos tempos de antanho, quando se citava Agricola³⁵ e Haüy³⁶” (A FEDERAÇÃO, 1928,

³⁵ Segundo Almeida (2023, p.4), “Georgius Agricola [1494-1555] foi um médico alemão residente em Joachimsthal (República Checa), importante centro mineiro, onde dedicou-se ao estudo da mineração buscando contribuir com a metalurgia”.

³⁶ De acordo com a Universidade de Coimbra, em Portugal, René Just Haüy foi fundador da mineralogia na França. José Bonifácio foi um de seus discípulos e com ele aprendeu Cristalografia e Mineralogia (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2023. Disponível em: https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/brasileiros/andrada. Acessado em 30/04/2023).

p.3)³⁷. Isto demonstra a influência alemã e francesa na área da mineração e da siderurgia, no Brasil, porém confere uma conotação negativa ao uso do termo germânico, na língua portuguesa. Já as palavras wolframita³⁸ e scheelita³⁹ referem-se a minérios a partir dos quais se pode obter tungstênio ou wolfram.

O tungstênio, assim como o estanho, é um metal pesado, porque tem número atômico maior do que o ferro. Seu símbolo é a letra W. (GOLDMANN, 2016, p.8). É muito raro encontrar o tungstênio como elemento na natureza. Os minérios que têm maior importância econômica para obtenção de tungstênio são as séries isomórficas de solução sólida do grupo da wolframita e a scheelita (GOLDMANN, 2016, p.8; UFRGS, 2020, p.1; UFRGS, 2021, p.1). Francisco Rodolfo sintetiza informações sobre o tungstênio em sua obra “Noções elementares de mineralogia e geologia”, indicando sua presença conhecida no Rio Grande do Sul:

Familia – Tungstitas
 Genero - Tungstato
 209 – wolframito
 Tungstato de ferro. Monoclinico. Uma clivagem excelente. Brilho diamantino metaloide. Negro pardacento ou de ferro. Pó pardo avermelhado ou pardo escuro. D = 5,5. P = 7 a 7,5.
 Fusível em globo magnético cuja superfície cobre-se de cristais prismáticos. Atacavel pelo HCl deixando residuo amarello de acido tungstico. Na Allemanha, Rio Grande do Sul (Serro da Arvore em Encruzilhada) (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.111)

A indústria utiliza o tungstênio para a fabricação de filamentos de lâmpadas incandescentes⁴⁰ (AVENAS, 2015, p.6) e aços especiais com liga de tungstênio para a produção de armamentos, sendo esta uma razão pela qual os acontecimentos internacionais têm grande impacto na sua comercialização, levando a uma alta excepcional do seu preço em períodos de guerra e a uma subsequente queda nos períodos de paz (CLAIRIN, 1954, p.1). Por este motivo, desde o início do século XX,

³⁷ A FEDERAÇÃO. Assumptos de tungstênio. Porto Alegre, 2 de maio de 1928, ed.10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/63782>. Acessado em 10/05/2021.

³⁸ A “Wolframita na realidade não é um mineral, mas um termo que se refere a composições intermediárias entre os minerais ferberita (FeWO₄) e hübnerita (MnWO₄)” (UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Wolframita – (Fe,Mn)WO₄. Porto Alegre, 2021, p.1. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/minmicro/Wolframita.pdf>. Acessado em 10/04/2023), podendo ser, portanto, representada como (Fe,Mn)WO₄.

³⁹ A scheelita é, depois da wolframita, o segundo mais importante minério de tungstênio (UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Scheelita – Ca(WO₄). Porto Alegre, 2020, p.1. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/minmicro/Scheelita.pdf>. Acessado em 10/04/2023).

⁴⁰ O tungstênio é empregado para a fabricação dos filamentos das lâmpadas incandescentes porque é o elemento químico com maior ponto de fusão, 3.422°C (AVENAS, 2015, p.6), resistindo a altas temperaturas.

e em escala mundial, o wolfram já desperta o interesse econômico para obtenção de material estratégico⁴¹. No Rio Grande do Sul, sua exploração já despertou o interesse de especialistas nacionais e estrangeiros. O valor comercial e político do wolfram cresce ainda mais nas décadas seguintes, especialmente no período entre os dois conflitos mundiais e ao longo da Segunda Guerra Mundial.

Feitas estas distinções sobre estes termos, e apresentadas as principais características do wolfram, resta esclarecer seu contexto histórico. Goldmann (2016, p.28) indica o surgimento do termo wolfram durante a Idade Média, quando mineiros dos Montes Metalíferos⁴², ou *Erzgebirge*, região montanhosa de fronteira entre a Saxônia, na Alemanha, e a Boêmia, na República Tcheca, descobriram que um determinado mineral, hoje conhecido como wolframita, quando associado a minérios de cassiterita⁴³, reduzia a recuperação do minério de estanho durante o processo de fundição e perturbava a redução da cassiterita. A wolframita e a cassiterita têm densidades semelhantes, que dificultam a separação e a concentração destes minérios. Então o tungstênio permanece na escória, formando uma fase densa na porção inferior do forno de fundição, que é difícil de separar do estanho fundido. Este estanho retido na escória como gotículas metálicas fazia com que o rendimento final da produção de estanho fosse menor. Durante o processo de fundição, surgia espuma na superfície do estanho líquido, contendo muito do valioso estanho, sob forma de gotículas. A partir destas observações, os mineiros dos Montes Metalíferos diziam que um mineral desconhecido “devora o estanho assim como o lobo devora a ovelha” e este fenômeno foi chamado de *spuma lupi* por Georgius Agricola em 1546. Em 1757,

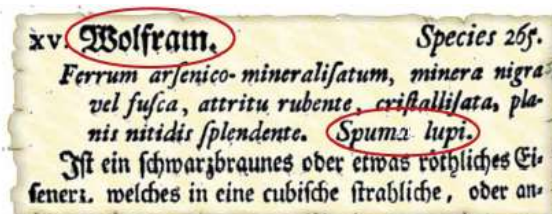
⁴¹ O tungstênio é considerado um material estratégico para a defesa, que desempenhou um papel decisivo na Segunda Guerra Mundial, com destaque para a Crise do Wolfram entre os países Aliados e a Espanha franquista (PÉREZ, 1985). Portugal também teve um papel político importante na guerra em decorrência de sua riqueza em tungstênio. Atualmente, o tungstênio ganhou importância também para o setor tecnológico e é considerado um mineral de conflito, sendo um dos 3TG, que são: estanho (*tin*, em inglês), tântalo, tungstênio e ouro (*gold*, em inglês), os quais correspondem aos minérios de ouro, columbita-tantalita (coltan), cassiterita, volframita ou seus derivados. O Regulamento 2017/821 da União Europeia regulamentou o comércio dos 3TG, para “quebrar o nexo de causalidade entre os conflitos e a exploração ilegal de minerais e ajudar a pôr termo à imposição de condições abusivas às comunidades locais, incluindo os mineiros” (UNIAO EUROPEIA, 2017). Portanto o tungstênio vem tendo ao longo da história uma trajetória de conflitos que até hoje não foram completamente resolvidos.

⁴² A origem histórica dos termos “wolfram”, nos Montes Metalíferos da Boêmia, e “tungstênio”, na Suécia, não está relacionada à presença abundante do minério nestes locais. Apesar da origem do termo “wolfram” estar na mineração nos Montes Metalíferos da Boêmia, esta não é uma área muito rica em tungstênio. Quanto ao termo “tungstênio”, embora suas reservas também não sejam expressivas na Suécia, este foi identificado pela primeira vez nos minérios de estanho daquele país, em 1781, pelo químico Scheele, e a palavra que o designa significa “pedra pesada”, no idioma sueco (CLAIRIN, 1954, p.825).

⁴³ A cassiterita é um minério de estanho (GOLDMANN, 2016, p.9).

Johan Gottschalk Wallerius passou a denominar este mineral “wolfram”, significando espuma ou saliva de lobo (GOLDMANN, 2016, p.6):

Figura 1 – Trecho extraído da página 346 do Tratado de Mineralogia de Wallerius, 1750



Fonte: AVENAS, 2015, p.6, tradução nossa, grifo do autor.

A expressão “espuma de lobo” é, portanto, uma metáfora para a espuma formada, quando há presença de wolfram no minério de estanho⁴⁴. Assim, a espuma é como o lobo: ela é voraz. A espuma “devora” o estanho, ou seja, retém parte do estanho, e diminui, desse modo, o rendimento de estanho obtido a partir do minério. O wolfram, naquela época, era considerado a “espuma do lobo” e fazia parte da ganga, ou seja, era considerado apenas um elemento indesejável que atrapalhava a obtenção do estanho, porque o elemento tungstênio não havia sido, ainda, identificado.

O jornal da Sociedade Química da França⁴⁵ traz também a hipótese de que a origem do termo wolfram esteja no prenome Wolfram, que já existia muito antes dos tratados de mineralogia, como atesta a existência do Santo Wolfram, que foi Bispo de Sens, na França, no século VII, e Wolfram von Eschenbach, poeta alemão do final do século XII. A origem etimológica do prenome Wolfram é *wulf*, significando lobo, e *hram*, corvo, divindade da mitologia escandinava, sendo que esta última partícula não é idêntica à partícula *ram* referente ao minério *wolfram*, que sugere a origem em *rham*. O que há em comum, nos dois casos, é a presença do elemento significando lobo,

⁴⁴ Segundo Avenas (2015, p.6, tradução nossa), trata-se de uma “metáfora típica da linguagem esotérica dos alquimistas”: um exemplo disso é a associação do antimônio com o lobo cinza, que engole o ouro. Truchot (1905, p.72) observa, ainda, que os alquimistas chamavam o antimônio de “lobo”, e este minério, antigamente, era muitas vezes confundido com o minério de tungstênio, pelos mineiros.

⁴⁵ *L'actualité chimique*, jornal da Sociedade Química da França (AVENAS, Pierre. *À propos du wolfram*. *L'actualité chimique*, nº 397-398, junho-julho de 2015, p.6. Disponível em: <https://new.societechimiquedefrance.fr/numero/a-propos-du-wolfram-p6-n397-398/>. Acessado em: 28/06/2022).

nos dois termos. Contudo, no caso do minério *wolfram*, o lobo adquire uma conotação negativa, como devorador de minérios, enquanto os nomes masculinos que contêm a partícula *wulf* apresentam um aspecto positivo do lobo, que é “um herói, um guerreiro valoroso e prudente ao avançar com passo de lobo⁴⁶”, ou seja, o wolfram articula qualidades do corvo, enquanto divindade nórdica, com aquelas do lobo (AVENAS, 2015, p.6, tradução nossa). O lobo, com seus atributos positivos, está presente, assim, na formação de vários prenomes masculinos, como em “Rodolfo” (*Hrodulf*, contração das partículas *hrod* e *wulf*), associado a *hrod*, que significa glória ou renome (AVENAS, 2015, p.6; GAUDEFROY, 2000, p.243). Portanto o prenome Rodolfo, que integra o nome Francisco Rodolfo Simch, é etimologicamente interpretado como “lobo glorioso”: discreto, estratégico, preciso e renomado.

Esta segunda hipótese sobre a origem etimológica do wolfram faz parte de um mecanismo de atribuição de um nome humano a um minério, até então desconhecido, que é indesejado pelos mineiros porque lhes causa problemas. Por exemplo, os mineiros buscavam extrair o estanho, mas encontravam wolfram, que diminuía o rendimento de estanho. Ou, ainda, os mineiros buscavam o cobre em minérios ricos em cobalto, cuja ustulação provocava sua intoxicação pelos gases inalados. O mesmo acontecia com a tentativa dos mineiros de extrair cobre de minérios ricos em níquel, resultando na geração de fumaças tóxicas, também em decorrência do processo de ustulação. Em virtude destes fenômenos que ocorriam em torno do século XV, especialmente em áreas tradicionais da mineração, como a Saxônia e a Boêmia, os mineiros chamavam estes minérios por eles detestados de *kobolds*, em alusão aos pequenos duendes que frequentavam, segundo a mitologia germânica, as minas subterrâneas (AVENAS, 2014, p.4):

Os *Kobolds*, amavelmente provocadores e brincalhões na vida cotidiana, frequentavam o mundo das minas subterrâneas (aliás, os famosos anões de Branca de Neve eram *Kobolds* amigáveis). Contudo, alguns *Kobolds* podiam se tornar maléficos e perigosos nestas minas; eles eram acusados de destruir

⁴⁶ “Avançar a “passo de lobo” (*pas de loup*), diz Derrida, é caminhar sem barulho, chegar sem prevenir, proceder discretamente ao mover-se, de maneira silenciosa, invisível, quase inaudita e imperceptível, por uma absoluta discrição que não intercepta nem interrompe, mas surpreende uma presa, como para tomar, sorrateiramente, o que está próximo, mas que não o vê chegar e, no entanto, já o viu, o outro, a quem prepara a tomar de surpresa e a compreendê-lo como surpresa. Nesse sentido, o *pas de loup* é ainda onde o lobo ausenta-se; ele é nomeado a partir do lugar onde não se o vê nem se o ouve chegar. Não há ainda lobo aí onde as coisas se anunciam a passo de lobo”, explica Borges (2016, p.147), finalizando com a tradução para o português da citação do célebre filósofo Jacques Derrida: “*Il n’y a pas encore de loup là où les choses s’annoncent à pas de loup*”.

o trabalho de mineiros e de lhes causar todos os aborrecimentos possíveis (AVENAS, 2014, p.4, tradução nossa).

Levando-se em consideração a cultura do mundo da mineração, os químicos suecos Georg Brandt e Axel Frederik Cronstedt deram o nome, respectivamente, de cobalto (*Kobold*) ao minério identificado em 1735, e de níquel (pequeno Nicolau⁴⁷) ao metal que deixou de ser desconhecido em 1751 (AVENAS, 2014, p.4). Considerando-se estes casos da influência da cultura germânica na denominação do cobalto e do níquel, como *Kobolds*, questiona-se, pois, se Wolfram não teria sido também um prenome atribuído a um *Kobold* pelos mineiros germânicos (AVENAS, 2015, p.6).

De todo modo, seja como nome do minério wolfram ou como parte da mitologia, o *Kobold* está presente na cultura dos mineradores germânicos, e é um conhecimento trazido por Francisco José Simch, pai de Francisco Rodolfo, como imigrante da Boêmia. A figura do *Kobold* era tão importante para Francisco Rodolfo Simch que ele sempre manteve, entre seus pertences pessoais, a representação de um *Kobold* como um guardião de uma mina de carvão, com o símbolo da geologia, os martelos de geólogo. Este objeto é conservado pela família:

Fotografia 3 – *Kobold* que pertenceu a Francisco Rodolfo Simch, guardião do carvão, com martelos de geólogo, símbolo da geologia



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Outros instrumentos do trabalho em geologia compõem o Acervo pessoal da família, como a bússola e a caderneta de campo, em que Francisco Rodolfo anotava e desenhava o que observava, indicando informações como as coordenadas

⁴⁷ No caso da presença de gás tóxico na ustulação do minério de níquel, quando os mineiros pensavam extrair cobre, foi atribuído um apelido carinhoso ao *kobold*: *Nickel*, o diminutivo de *Nikolaus* (AVENAS, Pierre. À propos du nickel. *L'actualité chimique*, nº 386, Junho de 2014, p.4. Société Chimique de France. Disponível em: <https://new.societechimiquedefrance.fr/wp-content/uploads/2019/12/et-386.pdf>. Acessado em 28/06/2022).

geográficas de cidades gaúchas, as características do solo⁴⁸, entre outras coisas, e indicando suas reflexões. Não é possível determinar se o objeto representando um *Kobold* das minas de carvão foi adquirido na Boêmia ou em Ouro Preto, ou em algum outro lugar, mas, seja qual for sua origem, ele atesta o afeto e a familiaridade de Francisco Rodolfo com a cultura germânica da mineração, um elo com a família paterna. Além disso, a Alemanha havia sido um país iniciador⁴⁹ da técnica da siderurgia, do século XVI ao século XVIII, e tinha grande importância para a ciência, de forma global, impactando, evidentemente, a Escola de Minas de Ouro Preto, e a cultura da mineração ali vivenciada.

Feitas estas considerações sobre a dimensão cultural do wolfram para a cultura germânica da mineração e, portanto, para Francisco Rodolfo, extrapolando seu significado para além do seu valor industrial como metal, resta explicar o termo “tungstênio”. A denominação tungstênio foi utilizada por Axel Fredrik Cronstedt em 1758, e refere-se às palavras “tung” e “sten”, em idioma sueco, que significam, juntas, pedra pesada. A palavra scheelita surgiu depois. Em 1781, Carl Wilhelm Scheele, químico e farmacêutico sueco, nasceu na Alemanha, provou que o “tung sten” continha cal e um componente desconhecido que ele denominou ácido túngstico. Depois disso, o químico e mineralogista sueco Tobern Olof Bergman sugeriu que um novo metal poderia ser obtido por meio da redução do recém-descoberto ácido túngstico com carvão, e, em 1821, o mineral tungstato de cálcio (“tung sten”) foi chamado de scheelita pelo mineralogista alemão Karl Cäsar von Leonhard (GOLDMANN, 2016, p.6). Logo, a scheelita é uma forma de tungstato de cálcio.

Sobre a identificação da wolframita, em 1779, o químico irlandês Peter Woulfe observou que um mineral desconhecido formava uma coloração amarela quando tratado com ácido clorídrico e concluiu que ele deveria conter um elemento não descoberto até então – este elemento formado naquela reação foi, depois, conhecido como ácido túngstico. Depois disso, os químicos espanhóis Juan José Elhúyar e Fausto Elhúyar, que eram irmãos, comprovaram que o mineral wolframita continha ferro, manganês e o mesmo ácido túngstico antes descrito. Em 1783, eles conseguiram isolar o elemento metálico tungstênio, ao reduzir o ácido túngstico com

⁴⁸ Francisco Rodolfo define o solo como a “porção da superfície da terra considerada estância ou stand econômico de determinada coletividade”, ou, ainda, como “área exígua com relação à superfície total do globo” (SIMCH, 1934, p.286).

⁴⁹ Este conceito de “país iniciador” é oportunamente esclarecido na seção que detalha a metodologia desta pesquisa.

carvão, como sugeria Bergman. A este mineral foi dado o nome de wolframita por Friedrich August, no ano de 1820 (GOLDMANN, 2016, p.6-7).

Este breve panorama histórico das descobertas relacionadas ao tungstênio, ao ácido túngstico e ao wolfram permitem perceber o vínculo da mineração do wolfram com a mineração do estanho, porque o wolfram e o estanho podem ser encontrados em associação na cassiterita. Em 1870, o wolfram começa a ser utilizado na produção de ligas metálicas, para aumentar sua dureza e resistência à corrosão, então, no final do século XX, com o desenvolvimento da indústria bélica, elétrica e automotiva, começa a aumentar a procura por este mineral. No princípio do século XX, o wolfram deixa aos poucos de ser considerado um mineral de ganga do estanho, porque lhe é atribuído valor econômico, e por esse motivo a mineração do wolfram torna-se complementar à mineração do estanho (PÉREZ, 1985, p.49).

Conhecendo-se, então, o sentido dos termos wolfram e “espuma do lobo”, bem como a interpretação do significado do *Kobold* na cultura germânica da mineração, conhecida e vivenciada por Francisco Rodolfo, e, por fim, reconhecendo a presença desta cultura na etimologia do nome *Hodrulf*, torna-se claro o que esta pesquisa pretende elucidar ao aludir ao “*Kobold de Hodrulf no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres*”: o equilíbrio oscilante de elementos que ora “guardam” o espaço Mina de Gravataí – Torres, isto é, favorecem o protagonismo de Francisco Rodolfo para desenvolver, em nome do governo do estado, um lugar de relevância econômica e industrial para o Rio Grande do Sul e para o Brasil, ora obstaculizam e iludem este protagonista, afastando-o do seu propósito. O gênio brincalhão das minas, que passa facilmente de um humor a outro, de protetor e amigável a ser maléfico, perigoso e destruidor do trabalho do mineiro é uma metáfora para a inconstância política e os acontecimentos que determinaram o desfecho do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres. Portanto o wolfram e os acontecimentos, pessoas e manifestações acerca do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres são importantes para esta pesquisa porque se relacionam com a atuação de Francisco Rodolfo.

1.3 O ESPAÇO MINA DE GRAVATAÍ – PORTO DE TORRES

*“Nas pegadas das minhas botas
Trago as ruas de Porto Alegre
E na cidade dos meus versos
O sonho dos meus amigos”*

Um aspecto importante da exploração da riqueza mineral e do planejamento dos transportes na região de Viamão, onde se localizava a Mina de Gravataí, é o desenvolvimento econômico de uma área que, historicamente, abrangia Porto Alegre. A crescente função portuária de Porto Alegre refletiu-se em seus sucessivos nomes do lugar, como Porto do Dorneles, em 1740, Porto de Viamão e Porto de São Francisco dos Casais, em 1751 e Porto dos Casais, e levou à emancipação da “pequenina e mal situada Viamão” (AB’SÁBER, 1966, p.17; FRANCO, 2015, p.11) e invertendo a relação de importância entre as duas localidades. Ainda assim, as características geográficas de Viamão e de Porto Alegre fizeram com que estes locais permanecessem interligados, constituindo um mesmo espaço metropolitano. Assim, quando se fala do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, não se pode deixar de incluir, neste espaço, a conexão de Viamão com Porto Alegre, e, por conseguinte, com o porto da capital e sua rede ferroviária.

Esta assertiva se verifica ao se constatar que, no século XVIII, considerava-se Viamão como um espaço, uma região à qual Porto Alegre estava vinculada: “é comum a referência, nas escrituras públicas de Porto Alegre, na década de 1780, apontar o local como *Porto Alegre de Viamão*” (GIL, 2009, p.62, grifo do autor). No entanto, em 24 de julho de 1773, a capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul já havia deixado de ser Viamão para ser Porto Alegre⁵⁰, cidade que acabara de ser oficialmente fundada, em 26 de março de 1772, e é uma das mais jovens capitais do Brasil (FRANCO, 2015, p.11). A capital recém-fundada do Rio Grande do Sul, Porto Alegre era, inicialmente, a “sede de uma administração que era acima de tudo uma comandância militar, com muita gente de armas e escassos funcionários civis” (FRANCO, 2015, p.11). Conforme Ab’Sáber (1966), esta mudança de localização da sede da capital foi uma escolha acertada, do ponto de vista estratégico, em razão, justamente, das características geográficas de Porto Alegre como área interiorizada e com elevações:

A mudança da capital de Viamão para um promontório estratégico, situado nos confins interiores da beirada alta do Guaíba, que correspondia também ao fundo de um largo vistoso estuário e ao princípio de uma série de canais

⁵⁰ Segundo Ab’Sáber (1966, p.17), a cidade de Rio Grande foi capital da Província de São Pedro de 1737 a 1763, seguida por Rio Pardo, entre 1763 e 1765, Viamão, entre 1765 e 1773 e, finalmente, Porto Alegre, a partir de 1773.

fluviais, obedeceu a um excelente critério de escolha de sítio e posição, que deve ser contabilizado historicamente a favor dos administradores e engenheiros coloniais que operavam na América portuguesa (AB'SÁBER, 1966, p.17)

Desde então, com seu “porto de bom calado, junto a um formidável caudal navegável, que é o ‘rio Guaíba’, um rio que não é rio, mas lago, recebendo as águas dos rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí”, Porto Alegre desenvolveu-se ainda mais e consolidou-se como um importante núcleo econômico urbano⁵¹, pois “o Guaíba abre uma ampla malha de caminhos líquidos” (FRANCO, 2015, p.12). Esta capital, com seu vínculo histórico e geográfico intrínseco com Viamão, foi o cenário de uma parte significativa da biografia de Francisco Rodolfo Simch, em sua atuação como funcionário público do Rio Grande do Sul, inclusive como Diretor do Porto de Porto Alegre.

A região metropolitana de Porto Alegre, quanto à sua localização, traz semelhanças com a forma como se constituíram as aglomerações em cidades litorâneas, embora seja uma área interiorizada, situada “muito à retaguarda da larga planície costeira e do enorme sistema lagunar da fachada atlântica do Estado do Rio Grande do Sul” (AB'SÁBER, 1966, p.10). A área em torno de Porto Alegre é uma “região chave da terra gaúcha”⁵² (AB'SÁBER, 1966, p.16), um lugar genuinamente inédito, embora a capital gaúcha só tenha representado “um papel histórico relativamente recente” (ROCHE, 1966, p.31), devido a esta característica de interiorização. Medeiros (1969, p.92-93) considera, ainda, Porto Alegre como o centro de uma “constelação urbana” da chamada “região do Guaíba”, que “abarca a área

⁵¹ Sobre a maneira como aconteceu o desenvolvimento de Porto Alegre, Roche (1966, p.86) pondera: “Sua evolução, indo da cabana ao arranha-céu, da barca ao transatlântico, da oficina artesanal à usina ultramoderna, resume em seis ou sete gerações a história da humanidade: partindo da tomada da posse de um solo virgem, chega ela à constituição deste organismo complexo – a grande cidade, fenômeno geográfico no fim de contas anormal, ou pelo menos excepcional”.

⁵² Nesse sentido, Ab'Sáber (1966, p.10) destaca o caráter diferenciado da “grande Porto Alegre”, que se localiza em uma “área relativamente complexa, onde se inter cruzam ou se aproximam elementos de relevo pertencentes a diversas províncias morfo-estruturais do Rio Grande, desdobrando o número de elementos topográficos que participam do sítio urbano metropolitano”: “Em síntese, quatro são as unidades de relevo ou setores topográficos, às vezes complexos, às vezes homogêneos, que realmente interessam e participam da condição de sítio urbano da MetrÓpole gaúcha e de seus subúrbios, a saber: 1) Maciço de Pôrto Alegre; 2) Depressão periférica; 3) Delta do Jacuí; e 4) Morros, colinas e planícies de além Guaíba. Interligando êsses quatro compartimentos topográficos, ora servindo para separá-los, ora para uni-los, faz-se presente permanentemente o organismo fluvial do baixo Jacuí e do velho estuário do Guaíba. Na realidade, qualquer bom estudo do sítio urbano de Pôrto Alegre terá que levar em conta tôdo êste rico mosaico de compartimentos topográficos e de canais fluviais, sob pena de não atinar com a verdadeira originalidade geográfica desta região chave da terra gaúcha” (AB'SÁBER, 1966, p.16).

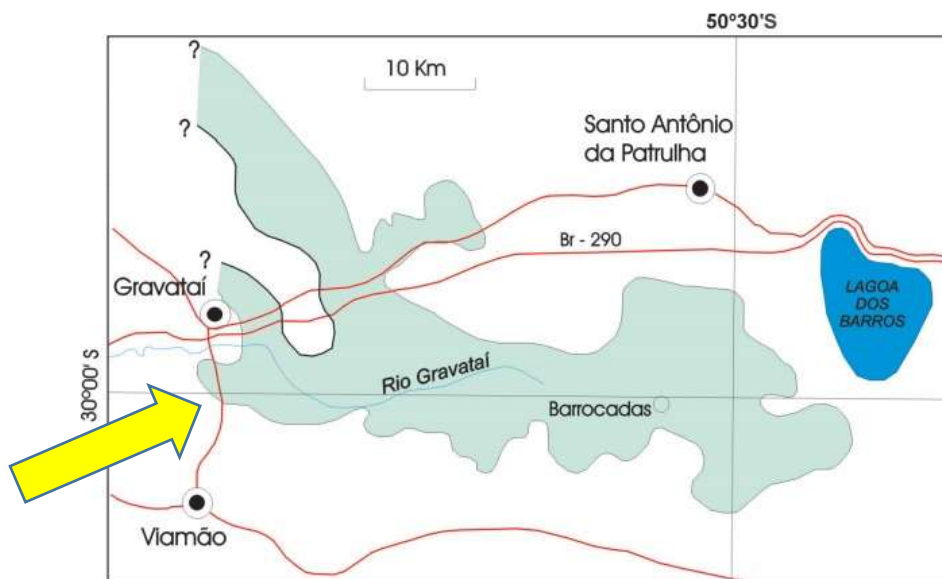
incluída no perímetro Camaquã – Lajeado – Arroio do Meio – Caí – Canela – Tôrres e o Litoral até Palmares” e, logo, inclui Viamão.

Francisco Rodolfo trabalhava como funcionário público em Porto Alegre, quando prospectou a região em torno do rio Gravataí e obteve permissão do governo estadual para realizar as sondagens e a posterior exploração da mina de carvão em Viamão, sendo nomeado, então, Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, e seu pai, Francisco José, seu auxiliar. Enquanto trabalhavam na mina, permaneciam em Viamão, na área da mina, onde, por vezes, a família os acompanhava. Porém, sua residência permanecia em Porto Alegre, assim como o local de trabalho na sede das instalações da repartição pública.

A Mina de carvão de Gravataí situava-se no vale do rio Gravataí, no “1º Districto de Viamão”⁵³. Por este motivo, esta mina é também chamada, algumas vezes, de mina de carvão de Viamão. Em algumas fontes, denomina-se “minas de Gravataí”, na forma plural. Nesta pesquisa, foi escolhida a forma “Mina de Gravataí” porque é a mais utilizada por Francisco Rodolfo Simch (“Mina de Gravatahy”). Sua localização está entre Gravataí e Viamão, junto ao rio Gravataí. Esta particularidade na localização destas minas e de sua denominação pode ser facilmente esclarecida com a figura seguinte.

⁵³ Francisco Rodolfo Simch faz referência à localização da Mina de Gravatahy no título do seu projeto: “Projecto de instalação de um poço para extracção de carvão de pedra no 1º Districto de Viamão. Capacidade: 1.000 toneladas em média diárias” (Acervo particular de Clélia Simch Marc, 1919), e descreve, em um edital publicado na imprensa, a localização da Mina de Gravatahy como situada à margem esquerda do rio Gravataí, no 1º Distrito de Viamão (A FEDERAÇÃO. Secretaria de Estado das Obras Públicas. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. *Edital*. Porto Alegre, edição 54, 3 de março de 1924, p.10. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/52942>. Acessado em 02/02/2020).

Figura 2 - Localização aproximada da Mina de Gravataí, com relação ao rio Gravataí



Fonte: GOMES; CRUZ; BORGES In BIZZI et al (2003, p.592, seta da autora)

A localização privilegiada da Mina de Gravataí junto ao rio de mesmo nome seria propícia também para o desenvolvimento do transporte fluvial, em debate, no início do século XX. Tratava-se, portanto, de uma localização ao mesmo tempo próxima da capital gaúcha, e, portanto, do Porto de Porto Alegre, de seu sistema ferroviário e das vias de acesso ao litoral gaúcho. Sendo assim, a prospecção de carvão por Francisco Rodolfo Simch na área próxima ao rio Gravataí iria ao encontro do Plano de Viação⁵⁴ proposto por Borges de Medeiros, em 1913, porque tornaria possível escoar a produção de carvão facilmente e permitiria uma melhor circulação do transporte no estado. Para ele, isso permitiria, ainda, o transporte de outros recursos naturais, como, por exemplo, o wolfram, ao longo de toda uma linha de circulação de transportes planejada pelo governo estadual, em uma etapa futura mais ambiciosa.

⁵⁴ A crítica de Francisco Rodolfo ao Plano de Viação de 1913 é que ele não executa aquilo que propõe (SIMCH, 1934, p.425).

Fotografia 4 – Francisco Rodolfo Simch, Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, na Mina de Gravataí, década de 1920.



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

Sobre a presença de jazidas de carvão do Brasil, sabe-se, atualmente, que as principais reservas estão na região Sul, sendo 89% no Rio Grande do Sul (LEVANDOWSKI, 2003, p.35). O processo de descoberta e a exploração de carvão, no contexto sul-rio-grandense, iniciou no século XVIII, e pode ser assim descrito:

No Brasil a primeira descoberta de carvão data de 1795, realizada pelo soldado português Vicente Wenceslau Gomes de Carvalho, conhecedor do carvão de pedra por ser ferreiro de profissão. A descoberta se deu na localidade de Curral Alto, na Estância do Leão (hoje município de Minas do Leão), no estado do Rio Grande do Sul. Também é desta época a descoberta do carvão mineral em Hulha Negra, próximo à cidade de Bagé, RS. (GOMES; CRUZ; BORGES In BIZZI et al, 2003, p.583)

Em 1907, Francisco Rodolfo Simch tinha conhecimento da riqueza em carvão do Rio Grande do Sul, porém já manifestava sua preocupação com o assunto da qualidade do carvão gaúcho, que não era tida como a melhor, principalmente em comparação com o carvão estrangeiro. Apesar disso, a perspectiva da descoberta de novas camadas de carvão trazia esperanças de obter carvão gaúcho de melhor qualidade, como indica sua obra sobre mineralogia e geologia:

Hulha ou Carvão de Pedra.

É carbono muito impuro: amorpho. Fractura conchoide ou desigual. Brilho resinoso. Preto. Muito frágil. D = 2 a 2,5. P = 1,23 a 1,34.

Arde com chamma longa (hulha gorda) ou com chamma curta (h. magra) os fragmentos das primeiras aglutinam-se, soldam-se, os da segunda não. Ao

queimar dão cheiro betuminoso. À lexivia de potassa a quente dão quando muito um tom amarelado.

Encontra-se especialmente na Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica. No Brasil são notáveis as jazidas de carvão do Rio Grande do Sul (Arroio dos Ratos, Capelinha, Candiota, Rio Negro) e as de S. Catharina (Tubarão) que podem ser considerar como boas, embora não de primeira qualidade como se tem dito até agora; ha no entanto esperanças de que brevemente se encontrem camadas melhores (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL,, 1907, p.79)

Na década seguinte, a atuação de Francisco Rodolfo Simch na exploração carbonífera no Rio Grande do Sul e sua concepção do porto de Torres fizeram parte de uma tendência nacional, decorrente da crise energética vinculada à Primeira Guerra Mundial:

Assim, entre 1914 e 1918 a Mineração do carvão lucrou enormemente porque, das necessidades das crises decorrentes, e então incontornáveis, geradas pelas Guerras, nasceu a INDÚSTRIA CARBONÍFERA NACIONAL. Com efeito, vários tipos de isenções e leis especiais possibilitaram na prática, que Cias. Nacionais ou estrangeiras de transporte consumissem o Carvão Nacional. Sabemos que o tráfego marítimo em 1º lugar, depois as locomotivas e, por fim, as antigas fábricas de gás, foram os grandes consumidores sucessivamente, em tempos atrás do Carvão Mineral, fora e dentro do Brasil (SUSZCZYNSKI, 1979, p.8, grifo do autor).

O estímulo à produção nacional de carvão, na ocasião da Primeira Guerra Mundial, ocorreu porque o transporte marítimo e os preços elevados do carvão importado tornaram impraticável a importação regular desta fonte energética (PESAVENTO, 1982, p.287). No entanto, apesar do conseqüente crescimento da mineração e do consumo do carvão nacional, em grande parte relacionado ao tráfego marítimo, esta atividade era controlada principalmente pela iniciativa privada:

O consumo do carvão nacional aumentou consideravelmente por ocasião da Primeira Guerra Mundial, especialmente pela Viação Férrea, também abastecida pelo carvão do baixo Jacuí e Candiota–Hulha Negra (RS). No pós-guerra, o carvão estrangeiro voltou a ocupar o mercado e as mineradoras gaúchas e catarinenses buscaram novos mercados para o seu carvão. No Rio Grande do Sul as carboníferas adquirem o controle de duas empresas em Porto Alegre (Fiat, Lux e Força e Luz), resultando na construção da primeira usina térmica a carvão – Usina do Gasômetro. Foi o primeiro passo à utilização do carvão na termoelectricidade. Porto Alegre, em 1928, contava com energia elétrica, bondes elétricos e gás encanado do carvão. Por não contar com filtros e precipitadores de cinzas, a poluição por particulados na época era intensa. A mineração do carvão em Candiota e Hulha Negra data de 1863, quando atendia às fábricas e charqueadas da região. O carvão era garimpado em minas de encosta e às margens dos cursos d'água. Até 1920 o carvão do sul do Rio Grande abasteceu a Viação Férrea. Em 1958 exauriu-se a Mina dos Ratos, após 105 anos de produção desde sua descoberta em 1826 e a instalação da mina pelos ingleses em 1853 (GOMES; CRUZ; BORGES In BIZZI et al, 2003, p.583)

Nesse sentido, como estímulo à exploração carbonífera privada, a Lei nº 14 de 1º de dezembro de 1916 oferecia auxílios de até 500:000\$ para esta atividade econômica (PESAVENTO, 1982, p.289-290). No entanto, nesta mesma época, também foi estimulada a mineração estatal do carvão gaúcho, com a criação do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, cujo diretor era Francisco Rodolfo Simch, assessorado por seu pai, o agrimensor Francisco José Simch. Portanto a prática da mineração privada e a estatal do carvão coexistiram, no início do século XX, no Rio Grande do Sul, sendo que o estado pretendia controlar a atividade privada neste setor por meio da repartição recém-criada.

Além disso, neste período, o governo estadual de Borges de Medeiros articulava a mineração do carvão com a questão dos transportes, percebendo que um fluxo otimizado de escoamento dos produtos reduziria o preço do minério nacional, tornando-o competitivo (PESAVENTO, 1982, p.290). Segundo Bosi (1992, p.288), a iniciativa do governo gaúcho de explorar a mina de carvão de Gravataí acontece em 1919, mesmo ano em que se promove a encampação do porto de Rio Grande e da ferrovia ligando Porto Alegre a Uruguaiana, ações estas que representam uma oposição aos interesses de empresas estrangeiras no Brasil, estabelecendo-se uma analogia com os presidentes do Uruguai, José Batlle (1856-1929), e da Argentina, Juan Hipólito del Sagrado Corazón de Jesús Yrigoyen Alen (1852-1933), que, no mesmo período, reagem ao imperialismo britânico:

Essas medidas podem soar precoces, pois estamos habituados a situar o nosso nacionalismo estatizante entre os anos de 1930 e 1950, mas, a rigor, formam sistema com uma doutrina que pretende coibir os abusos do mercado por meio de uma disciplina que "prevê para prover"; logo, intervém (BOSI, 1992, p.288).

Realmente, as minas de carvão de Gravataí foram um marco na exploração do carvão no Rio Grande do Sul, por fortalecer o estado como centralizador da exploração carbonífera em uma área com elevado potencial econômico. Esta faceta constitui uma mudança na abordagem da questão do desenvolvimento econômico do litoral norte e de sua conexão com o restante do estado e com outros países, pensando-se, também na conexão fluvial com a América Latina.

Com efeito, as minas de carvão de Gravataí marcavam a exploração do carvão realizada pelo Rio Grande do Sul, através do Serviço Mineralógico e Geológico do estado, como possibilidade de reverter a situação de controle privado desta atividade

econômica: “o maior benefício advinha, contudo, do fato da intervenção oficial poder, desta forma, coibir a ação dos trustes e monopólios” (PESAVENTO, 1982, p.291), que eram extensivamente praticados pela iniciativa privada e em nome de empresas estrangeiras.

Depois deste período de incentivo à produção energética, durante a Primeira Guerra Mundial, acontece uma fase intermediária, que dura até a Segunda Guerra Mundial, que é caracterizada, segundo Compagnon (2014), “por uma crise de identidade e por reflexões renovadas sobre o destino da nação ou do subcontinente, as quais levam ao surgimento de um nacionalismo político e cultural”⁵⁵, trazendo reflexos também para o PRR e para o governo de Borges de Medeiros.

Nesse contexto, nas duas primeiras décadas do século XX, a concepção do Porto de Torres de Francisco Rodolfo Simch está pautada no intervencionismo econômico do estado e na ênfase na implementação de uma circulação eficiente dos transportes. A partir desta fundamentação centralizadora do governo estadual, e, de posse do seu conhecimento geológico, Francisco Rodolfo identifica o potencial de exploração de uma bacia carbonífera entre Gravataí e Torres, sendo a conexão ferroviária entre a capital e o litoral norte um meio de escoar a produção desse carvão, ao longo de seu trajeto. Da mesma forma o porto, em Torres, ampliaria as rotas de comércio para o mineral gaúcho, tornando-o competitivo no mercado nacional e internacional, com o controle estatal da produção e da comercialização do produto. Esta sua concepção do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres não formaliza um projeto, mas apresenta argumentos que norteiam suas ações dentro do governo estadual e são evocados ao longo de seus relatórios de trabalho.

Já no final da década de 1920, com o advento da Revolução de 1923, e com a Revolução de 1930, é esboçado, ainda no início da década de 1930, um projeto de governo para a construção do Porto de Torres, do qual Francisco Rodolfo participa, primeiramente como Diretor do Porto de Porto Alegre, depois como Secretário de

⁵⁵ Além da mudança na forma como o nacionalismo se manifestava no Brasil, até então, Compagnon (2014) também destaca como uma característica brasileira do período entre as duas guerras mundiais as “correntes estéticas que se considerava encarnavam a ‘verdadeira’ natureza da nação (como o modernismo brasileiro a partir de 1922)”. Sobre a participação da literatura gaúcha no modernismo brasileiro e na Semana de Arte Moderna, destaca-se Augusto Meyer como um poeta que “descreveria a curva ascendente cujo ponto de partida, o local, teria como ponto de chegada o universal”, ou seja, um artista que teve como referencial o “localismo”, mas que “transcende o ambiente regional, alarga sua experiência e documenta, em síntese, o que há de melhor no processo literário dos gaúchos” (CESAR, 1969, p.241). Esta interessante assertiva do crítico literário Guilhermino Cesar demonstra a riqueza de perspectivas de análise que as variações de escala oferecem, não somente no campo da história.

Obras Públicas, sob o governo do Interventor Flores da Cunha. É importante observar que este projeto não é o *Torresprojekt* ao qual alude este trabalho. Nesta pesquisa, a referência ao “projeto do Porto de Torres” significa o projeto do governo gaúcho de concessão da construção deste porto para uma empresa, nacional ou estrangeira, associado à exploração do carvão. O *Torresprojekt*, por sua vez, refere-se à proposta de concessão negociada com a Alemanha, que envolvia, além destes temas, a imigração de trabalhadores alemães em Torres, vinculando-se à atuação de Francisco Rodolfo como participante das negociações em nome do governo estadual.

Destarte, a dimensão intrínseca deste espaço geográfico possibilita interações entre os diferentes níveis de análise, que se relacionam por meio das ações de Francisco Rodolfo para estabelecer uma lógica de estruturação do espaço. Desse modo, as variações de escalas temporais e espaciais são mobilizadas em determinadas situações analisadas, como atributo não somente da escolha da pesquisadora, mas também como um feito do protagonista principal destas situações estudadas (WERNER; ZIMMERMAN, 2003, p.22-23), que é, neste caso, Francisco Rodolfo Simch.

1.4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

*“Treading in the steps already marked, I will
pioneer a new way, explore unknown
powers, and unfold to the world the deepest
mysteries of creation”
(Mary Shelley)*

O objeto da pesquisa, de forma ampla, é a atuação de Francisco Rodolfo Simch, o biografado, em ações por ele protagonizadas e relacionadas ao espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres e ao desenvolvimento da ciência e da técnica no Brasil. Suas ações como *passeur* da técnica siderúrgica conectam-se com o papel intervencionista do governo no desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira, trazendo os temas da mediação do conhecimento científico e tecnológico da exploração de minérios no Rio Grande do Sul, da circulação dos transportes e da utilização do wolfram como material estratégico para a indústria bélica. Levando-se em consideração a breve contextualização da investigação no tempo e no espaço, percebe-se que o objeto de pesquisa é construído em função de uma problemática de cruzamento da qual ele mesmo é um vetor, ou seja, o cruzamento é um

desenvolvimento temporal do qual se desdobra sua historicidade própria (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.31). Assim, a atuação do biografado com relação ao espaço Gravataí – Torres, ao *Torresprojekt* e à exploração de wolfram estrutura-se de acordo com uma problemática modelada pelo cruzamento de concepções técnicas e políticas que conectam, em especial, Brasil e Alemanha, e que é delineada pelas suas próprias ações, revelando sua dimensão histórica.

Isto posto, a pesquisa analisa as trocas, especialmente aquelas técnicas, comerciais, financeiras e culturais, entre pessoas e instituições, no decorrer das atividades de mineração estatal do carvão no Rio Grande do Sul e do planejamento do Porto de Torres, bem como o papel do wolfram como “produto conjuntural”⁵⁶ e alvo do interesse governamental, que permanece latente no recorte temporal estudado, com implicações importantes para o desfecho destes projetos. Para isso, considera também a interação do objeto de pesquisa, essencialmente a atuação da pessoa do biografado, com outros espaços de referência e de ação, considerando seus respectivos níveis de análise. Um exemplo disso é a atuação de Francisco Rodolfo em outros projetos, como a negociação de um tratado comercial com o Uruguai, na década de 1930, que, embora não tenha relação direta aparente com a pesquisa, reflete a dimensão do planejamento das rotas de transporte passando pelo Rio Grande do Sul sob a perspectiva econômica sul-americana. Neste caso, a interação de Simch com o Uruguai como espaço de referência e de ação traz novas luzes quanto às formas de agir de Simch ao representar o Rio Grande do Sul em nível internacional, o que auxilia no esclarecimento das suas estratégias políticas e da sua lógica de ação em outras esferas políticas de negociação. Outro exemplo é sua interação com seus pares, como parte do governo gaúcho, em que a Secretaria de Obras Públicas, SOP, do estado do Rio Grande do Sul, é o espaço de referência. Neste caso, seus relatórios técnicos estabeleciam uma comunicação com outros membros do governo, ao apresentar regularmente o trabalho que realizava e apresentar seu ponto de vista sobre questões discutidas pelo corpo de funcionários da época, como a decisão de se construir uma nova obra, ou de escolher, por exemplo, uma rota ou outra para o transporte.

⁵⁶ Clairin (1954) refere-se ao wolfram, ou tungstênio, como “produto conjuntural”, em razão do incremento de seu valor comercial e relevância para a indústria bélica, durante as duas guerras mundiais, em comparação com os períodos de paz.

O recorte espacial desta pesquisa é o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, que é historicamente vinculado com a capital do Rio Grande do Sul. O espaço geográfico Mina de Gravataí – Porto de Torres desdobra-se em um sistema de objetos técnicos e em um sistema de ações, assim conceituados:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2006, p.39).

Sendo assim, a história do espaço geográfico formado entre a Mina de Gravataí e o Porto de Torres acontece em um quadro formado por um sistema de objetos técnicos e por um sistema de ações, que “resultam de necessidades, naturais ou criadas”. Neste caso, as necessidades materiais e econômicas “conduzem os homens a agir e levam a funções”, que resultam na criação e na utilização dos objetos técnicos e das formas geográficas (SANTOS, 2006, p.53).

Assim, nesta pesquisa, os principais objetos técnicos deste espaço são: a Mina de carvão de Gravataí, as vias de transporte ferroviário, fluvial, as estradas de rodagem e o Porto de Torres, compondo um sistema de objetos que modificaram, no decorrer da história, os objetos naturais, como as dunas⁵⁷, as montanhas, os rios e o solo, conferindo um funcionamento da natureza semelhante ao de uma máquina, ao gerar uma produção. Estes objetos técnicos foram indissociáveis do sistema de ações que os implementou, e que acrescentou conteúdo técnico à natureza. Assim, por exemplo, as ações de perfurar o solo para a realização de sondagens geológicas, a dragagem de canais, a detonação de explosivos para abertura das vias fluviais e das galerias das minas, a construção de estruturas portuárias e de mineração, como as vilas operárias e os depósitos, fazem parte de um sistema de ações vinculado aos objetos técnicos anteriormente mencionados. Desse modo, o sistema de objetos técnicos, incluindo a Mina de Gravataí e o Porto de Torres, e o sistema de ações que

⁵⁷ De acordo com Francisco Rodolfo, no Rio Grande do Sul, “as areias caminham terra a dentro” (SIMCH, 1934, p.294).

sobre eles age, definem, em conjunto, o espaço geográfico Mina de Gravataí – Porto de Torres.

O recorte temporal situa-se, principalmente, nas três primeiras décadas do século XX, embora não exclua eventos fora deste enquadramento, quando pertinentes à argumentação. Neste período, o ano de 1916 é um marco para a investigação, em que Francisco Rodolfo publicou sua concepção do Porto de Torres, logo depois da publicação do Plano Viário por Borges de Medeiros, em 1913, que enfatizou o problema dos transportes marítimo, fluvial e terrestre como único problema a resolver. Neste contexto da Primeira Guerra Mundial, foi criado o Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul⁵⁸, como parte de um propósito de fortalecimento da economia gaúcha, com a expansão viária e comercial, planejamento portuário com controle de capital pela administração pública e encampação de obras sob controle de concessionárias estrangeiras. Além disso, a partir deste período, e até a Segunda Guerra Mundial, o tungstênio⁵⁹ ganhou crescente importância como material estratégico para a produção de aços especiais para a indústria bélica e se tornou um objeto de monopólio da indústria alemã (A FEDERAÇÃO, 1916, p.6), que dispunha de uma jazida de tungstênio na cadeia montanhosa do Harz, ao norte daquele país, e tinha acesso a uma produção um pouco mais significativa, oriunda dos Montes Metalíferos da Boêmia (CLAIRIN, 1954, p.835).

Segundo Truchot (1905, p.132), no princípio do século XX, além das jazidas de tungstênio da Boêmia, eram também conhecidas jazidas nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Grã-Bretanha, Saxônia, Espanha e Brasil. Sobre a importância do tungstênio para a guerra, dizia-se:

Quando o canhão está decidindo o destino das nações, o tungstênio, que regula a tempera do seu aço, que, portanto, influe sobre a victoria final deve ter alcançado a mais intensa procura à mais elevada cotação. A oportunidade é patente e não deve passar despercebida aos capitaes cuja avides de lucros a guerra assanha (BRAZIL-FERRO-CARRIL, 1917, p.224).

⁵⁸ “Quando foi da conflagração européa o Exmo. Snr. Dr. Presidente de Estado de então, avaliando bem a importancia do assumpto creou o Serviço Geologico e Mineralogico encarregando-o de, no momento, atacar o problema da hulha que escasseava no mercado e assim se fez” (Relatório de Francisco Rodolfo Simch, parte integrante do Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, 1928, p.324. Acervo do IHGRGS).

⁵⁹ O nome tungstênio significa “pedra pesada”. Wolfrâmio ou wolframita ou wolfram são minérios do tungstênio, formados sobretudo por tungstatos de ferro, de manganês e de cálcio (scheelita), em homenagem a Scheele, que isolou este elemento a partir do minério, em 1780 (BRAZIL-FERRO-CARRIL, 1917, p.224).

Com efeito, segundo Clairin (1954, p.3), em 1914, especialistas acreditavam que a dificuldade imposta pelos países aliados para o acesso a fontes de metais pelos inimigos faria com que estes ficassem sem munição depois de seis meses de guerra, porém, ao contrário, a produção daqueles países crescia constantemente, superando aquela dos países aliados. Um dos motivos disso foi a modificação dos processos de produção de aço pela Sociedade Krupp, com a liga de tungstênio. Levando-se em conta este novo processo de fabricação de aço, e com o auxílio do *Reich*, grandes quantidades de tungstênio começaram a ser armazenadas. Os alemães ofereciam, então, preços vantajosos aos ingleses para comprar o minério da Cornualha, o que gerou desconfiança e os levou a compreender o que ocorria: a busca do tungstênio. A partir de então, os aliados também começaram a prospectar este mineral em nível mundial, fazendo com que seu preço subisse enormemente no mercado internacional.

Ora no relatório da SOP de 1909 relatava-se que a wolframita vinha sendo explorada no município de Encruzilhada, no Rio Grande do Sul, pela empresa “Preiss, Wiedemann & Cia.”, no 6º Distrito, em Sanga Negra, que exportava este minério para Hamburgo, por 800 mil réis⁶⁰ a tonelada, para a Sociedade Krupp – justamente a empresa alemã que passou a produzir ligas de aço com tungstênio e a estocar, com o auxílio do Reich, este minério no exterior (A FEDERAÇÃO, 1917, p.1).

⁶⁰ Para se ter uma ideia do valor da moeda da época: CARVALHO, Neuza Guerreiro de. *Preços de antigamente em São Paulo*. São Paulo, minha cidade. Disponível em: <https://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/257/Precos%2Bde%2BAntigamente%2Bem%2BSao%2BPaulo>. Acessado em 12/12/2022.

Figura 3 – Propaganda das minas de tungstênio em Encruzilhada, 1910



Fonte: ALMANAK HENAULT, 1910, p.1121⁶¹

Hamburgo era considerado, no início do século XX, o principal mercado de tungstênio, onde se vendia cerca de 600 toneladas anuais de minério proveniente da Áustria, da Espanha, de Portugal, do Brasil, da Austrália, da Nova Zelândia e do Canadá (TRUCHOT, 1905, p.79). Segundo Truchot (1905, p.132), Hamburgo e Paris chegavam a quase monopolizar o mercado mundial do tungstênio, naquela época. Logo o Rio Grande do Sul, até mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, já era conhecido pela Sociedade Krupp na Alemanha, e por outros países, como exportador de tungstênio, com potencial para contribuir para a produção de aço ligado. Em 1914, o relatório de Otávio Rocha, da SOP, fazia referência, ainda, ao artigo “O tungstênio”, de Francisco Rodolfo Simch, publicado na Revista “O Progresso”, e buscando identificar as áreas ricas em tungstênio no estado, em sintonia com a tendência do mercado internacional da época. Antes disso, Simch já mencionava a existência do tungstênio em Cerro da Árvore, em Encruzilhada do Sul (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.111⁶²), distinguindo sua ocorrência daquela do estanho, também encontrado em Encruzilhada (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.169). Apesar disso tudo, o Rio Grande do Sul tratava o minério de tungstênio explorado no estado como “minério não classificado”, por considerar sua quantidade insignificante, sendo

⁶¹ ALMANAK HENAULT. *Preiss, Wiedemann e Cia*. Rio de Janeiro, 1910, p.1121. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/709930/2457>. Acessado em 12/02/2020.

⁶² Relatório da SOP. Acervo do IHGRGS.

que sua exportação sequer era contabilizada como estatística para o comércio exterior⁶³ (A FEDERAÇÃO, 1917, p.1⁶⁴). A Sociedade Krupp manteve-se presente nas trocas comerciais com o Brasil, no período analisado nesta pesquisa, e mesmo após, como se verá no estudo das fontes do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, na década de 1930.

Levando-se em conta a produção de aço, o minério de ferro também era muito procurado no Brasil pelos países estrangeiros, para fins bélicos:

[...] desde as vésperas da guerra de 1914, os grandes trustes siderúrgicos internacionais procuram obter o domínio das jazidas brasileiras de ferro, o que efetivamente conseguiram; mas isto com o fim principal de guardá-las para um futuro remoto. Não as exploram por isso em escala apreciável, e é somente depois de 1930 que o Brasil começa efetivamente a exportar minério (PRADO JR., 1969, p.210).

No ano de 1933, evidenciou-se uma repercussão aparentemente contraditória ao projeto de controle estatal das obras públicas no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, pensado por Francisco Rodolfo Simch: a abertura deste espaço para concessão, então negociada com o governo alemão. A possibilidade de concessão fazia parte da estratégia do tipo de nacionalismo que era praticado pelo governo de Getúlio Vargas, naquele período, que “nunca assumiria as tintas do anti-imperialismo”. Sendo assim, “os interesses estrangeiros não foram afrontados impulsivamente, nem a população foi mobilizada em torno desse tema” (FAUSTO, 2006, p.47), pois havia reconhecida necessidade do capital estrangeiro para a implementação do almejado desenvolvimento industrial brasileiro.

Esta breve apresentação dos temas selecionados salienta sua complexidade, apesar do recorte temporal e espacial proposto. Assim, a pesquisa concentra-se na história de como Francisco Rodolfo representou e relacionou a Mina de Gravataí com o Porto de Torres. Com esta abordagem, busca-se analisar situações que evidenciem as interações e a lógica de ação do biografado, bem como as consequências das suas representações. A partir desta delimitação, a pesquisa desdobra-se, principalmente, nos seguintes assuntos: a influência da política castilhistas e do pensamento austro-

⁶³ O fato da exportação de tungstênio brasileiro não ter sido devidamente contabilizada, no princípio do século XX, gerou fontes historiográficas que desconsideravam a exata dimensão deste comércio, como mostra a informação sobre a exportação de tungstênio brasileiro, formulada por Caio Prado Jr. (1969, p.210): “Além do manganês e do ferro, o Brasil fornece quantidades insignificantes de bauxita e minérios de chumbo, tungstênio e cromo”.

⁶⁴ A FEDERAÇÃO. *O tungstênio*. Porto Alegre, 29 de maio de 1917, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/36590>. Acessado em 29/03/2020.

marxista na formação intelectual de Francisco Rodolfo Simch, situações que marcaram intercâmbios científicos entre Brasil e Alemanha sobre o espaço Mina de Gravataí – porto de Torres, a mineração estatal do carvão no Rio Grande do Sul, a mineração do wolfram, a circulação da produção de discursos referentes ao objeto de pesquisa e os *passeurs*⁶⁵ entre suas formações culturais de origem e o Rio Grande do Sul, formando redes profissionais e familiares pelas quais as produções escritas e os eventos se conectam entre si.

Além disso, como forma de promover a reflexão sobre a exploração dos recursos naturais no Rio Grande do Sul contemporâneo, a pesquisa busca identificar rugosidades deixadas no espaço Gravataí – Torres, no recorte proposto. As rugosidades, neste caso, são as marcas que a mineração carbonífera em Gravataí e o projeto de construção de um porto em Torres deixaram na paisagem, em uma perspectiva histórica, ainda que de maneira imperceptível para os sentidos, pois:

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2006, p.92).

Assim, o conceito de rugosidade extrapola a materialidade da paisagem, podendo constituir uma marca deixada na sociedade que se relaciona com o espaço estudado, através do trabalho e do capital.

Diante destes aspectos, formula-se o problema de pesquisa: em que medida a atuação de Francisco Rodolfo Simch no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, em nome do governo do Rio Grande do Sul, contribuiu para superar bloqueamentos técnicos e orientar mutações dos sistemas técnicos relacionados ao desenvolvimento da siderurgia brasileira? Quais são as repercussões de se pensar um espaço Mina de Gravataí – Torres, articulado à produção estatal do coque e à exploração do wolfram, para o desenvolvimento industrial da siderurgia brasileira? O problema de pesquisa é formulado, pois, em torno da definição do modo de utilização do espaço Mina de

⁶⁵ A pesquisa considera o conceito de *passeur* como um agente de mediação entre culturas ou universos intelectuais (FLÉCHET, 2017, p.301; p.316).

Gravataí – Porto de Torres por Francisco Rodolfo. Sendo assim, a análise de situações, sobretudo dos experimentos técnicos por ele realizados e registrados, possibilitam verificar a hipótese de que estes dois objetos técnicos fariam parte de um mesmo sistema, cuja significação seria fundamentada no interesse estratégico da geologia para o governo, de acordo com a representação de Simch. Daí decorrem elementos de reflexão sobre o impacto das rugosidades desta articulação do espaço Mina de Gravataí – porto de Torres para o debate contemporâneo das questões ambientais associadas à exploração dos recursos naturais e do papel dos minérios como matéria-prima para os armamentos para as guerras.

Para procurar responder ao problema, procura-se contextualizar, em um primeiro momento, a trajetória de Francisco Rodolfo Simch, buscando compreender suas origens familiares e sua inserção social no estado do Rio Grande do Sul. Após esclarecer sua biografia, a pesquisa concentra-se em períodos de sua vida ligados à mineração estatal do carvão e ao projeto de construção do Porto de Torres, no Rio Grande do Sul. Para isso, são selecionadas situações que possibilitem compreender a articulação do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, reconhecer trocas científicas, comerciais e culturais, além do conhecimento científico que alimentou seu discurso produzido a partir de diários de trabalho, relatórios e correspondências, bem como identificar os *passeurs* e as instituições que foram mediadores entre diferentes formações culturais. São exemplos destas situações o cotidiano do trabalho na Mina de Gravataí, relatado em diários de trabalho, e a negociação do Porto de Torres com a Alemanha⁶⁶.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é compreender de que modo, no Rio Grande do Sul, as interações políticas, as circulações e os bloqueamentos da técnica metalúrgica, relacionadas à mina de carvão de Gravataí e ao projeto do Porto de

⁶⁶ Um exemplo do cotidiano de trabalho é a tarefa de Francisco Rodolfo de administrar o trabalho dos mineiros: “Pingret [um dos mineiros], logo de saída, quebrou uma das brocas, além de que não colocou o furo no ponto de máxima resistência. Censurei-o por isso, ao que ele me quis dizer que tal pino podia ser colocado mais ou menos em qualquer parte. Chamei-o à ordem fazendo-lhe ver que nós éramos responsáveis pelo instrumental e utensílios que o governo nos confia e que, portanto, ficam eles obrigados a cumprir os preceitos da segurança, sob pena de ter de indenizar os prejuízos que de seu indiferentismo ou ignorância adviessem” (SIMCH, Francisco Rodolfo. Diário de trabalho da SMG-RS. Mina de Gravataí, 12 de novembro de 1917. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc). Havia também os mineiros enviados para espionar ou sabotar o trabalho nas minas: “esse alguém é o célebre português que, em princípios de outubro apareceu em Gravataí com cartas de recomendação e do qual eu desconfie que tem um espião de concorrentes que têm interesse em não nos deixar ir avante” (SIMCH, Francisco Rodolfo. Diário de trabalho da SMG-RS. Mina de Gravataí, 13 de novembro de 1917. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc).

Torres, segundo a representação de Francisco Rodolfo Simch, contribuiriam para o desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira, como parte de um conjunto de mutações dos sistemas técnicos no Brasil, no início do século XX. Para isso, consideram-se estes dois elementos em cruzamento como objetos técnicos conjugados a um sistema de ações, constituindo o espaço Mina de Gravataí - Torres como uma configuração complexa.

Os objetivos específicos, considerando-se o recorte espacial e temporal, são: a) analisar as interações, os bloqueamentos e as circulações técnicas referentes ao espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres; b) identificar a figura de *passeurs*, como Francisco Rodolfo Simch e seu pai, como atores da mediação do conhecimento geológico e metalúrgico entre a Europa, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; c) estudar as consequências e repercussões da interação dos objetos técnicos mencionados, a partir da década de 1930, como as mutações dos sistemas técnicos no Brasil e a negociação da concessão das obras do porto de Torres com a Alemanha; d) identificar rugosidades imateriais deixadas no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres pelos referidos objetos técnicos.

Com relação ao papel das pessoas na história das técnicas, o ser humano constitui sempre a base de uma inovação e de um progresso técnico, e a escolha de estudar a trajetória de Francisco Rodolfo Simch é uma das formas possíveis para compreender alguns aspectos do desenvolvimento da siderurgia no Brasil, pois “[...] certos homens refletem perfeitamente uma época, uma cultura, e seus trabalhos não podem ser dissociados de sua própria vida, de seu status social” (JACOMY, 2015, tradução nossa). Desse modo, a escolha deste biografado permite “ilustrar, de uma maneira mais dinâmica, uma forma de pensamento e um ambiente tecnológico” (JACOMY, 2015, tradução nossa), pois ele estabelece conexões entre a sociedade e a técnica no Brasil com países como Alemanha e França, acompanhando e participando de uma postura de defesa do desenvolvimento siderúrgico e da industrialização no Brasil. Nesse sentido, Landgraf (2017) defende a reinserção da metalurgia brasileira nos livros de História do Brasil, ressaltando sua importância histórica, especialmente no século XX, quando promoveu grandes transformações que conduziram à industrialização.

A imbricação da relação histórica entre a Mina de Gravataí e o Porto de Torres acrescenta uma perspectiva singular aos estudos de historiadores que analisaram cada um destes dois elementos isoladamente, como Reinheimer (2010), que estudou

a navegação fluvial no Rio Grande do Sul, e Ruschel (2004), que analisou sucessivas tentativas de se projetar um porto em Torres. Não se tem conhecimento, até o presente momento, de um estudo que analise a relação que o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres estabelece entre estes dois elementos, com sua característica de objetos técnicos situados em uma mesma bacia carbonífera, com a presença hoje reconhecida das jazidas de carvão Morungava, Santa Terezinha e Sul-Catarinense, entre Gravataí e Torres.

Esta tese não pretende estabelecer o grau exato de antiguidade e inovação do projeto do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, com relação a outras propostas, anteriores e atuais, para aquela área, muito menos atribuir a Francisco Rodolfo Simch a exclusividade do interesse no desenvolvimento siderúrgico e industrial daquela área, em conexão com a política brasileira e internacional. Suas ações decorrem de um contexto técnico e científico da época, com o desenvolvimento de estudos em paralelo, em diversos lugares do mundo, que muitas vezes tiveram pontos de contato, através de pessoas e instituições propiciando a aparição natural de inovações e atitudes criativas, pois “a história das técnicas é um encadeamento constante de avanços, em que cada técnica evolui sobre a base de uma cultura existente para criar inovações sucessivas e cumulativas” (JACOMY, 2015, tradução nossa). Nestes termos, o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres é historicamente relevante porque constitui parte da base de uma cultura de exploração econômica deste espaço geográfico, que retoma importância, atualmente. Um exemplo disso é a preocupação com a preservação da natureza, na década de 1960, ao se perceber o quanto as práticas extrativas alteram a relação entre a paisagem natural e a paisagem humanizada: “milhares de trabalhadores penetram no subsolo para extrair carvão, degradando a paisagem com os buracos e as escórias negras e fumegantes; outros, quase miseráveis, sonhando com riquezas, fuçam no solo para catar ouro e cobre ou recolher pedras semipreciosas” (PRUNES, 1969, p.26). No ano de 2019, aliás, retoma-se o assunto, com novo projeto de exploração carbonífera neste espaço (ARAÚJO; VIEIRA JÚNIOR; WOSNIAK, 2019) e a reconsideração da construção do Porto de Torres (JORNAL DO COMÉRCIO, 2019).

Desse modo, o conhecimento desta faceta do processo histórico que constituiu o espaço geográfico Mina de Gravataí – Porto de Torres contribui para uma visão ampla das questões atuais que o envolvem, pois:

Com a globalização do mundo, as possibilidades de um enfoque interdisciplinar tornam-se maiores e mais eficazes na medida em que a análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo. Nesse processo de conhecimento, o espaço tem um papel privilegiado, na medida em que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre o passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam. Desde que um enfoque particular se proponha com uma visão contextual, deve ser possível, através da soma de estudos setoriais, recuperar a totalidade (SANTOS, 2011, p.59-60)

Esta pesquisa pretende, pois, utilizar um enfoque particular que pretende contribuir para uma visão ampla do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, no sentido de restituir à sociedade a totalidade da significação deste espaço, cuja construção é conjunta com os estudos de outros pesquisadores. Para isso, pretende evidenciar as rugosidades imateriais deixadas neste espaço, questionando-se que ação sobre elas desempenha o Estado, pois,

No que diz respeito às relações entre os grupos humanos e o Estado, trata-se muito mais de ações dependentes, porque toda força do poder é insuficiente para negligenciar as “rugosidades” que definem cada espaço do território⁶⁷; com efeito, sendo cada pedaço do território definido por uma história, por um arranjo específico dos homens, dos equipamentos e das atividades, nenhuma ação externa e nenhuma ação do Estado podem ser indiferentes a estas rugosidades. Assim, a ação do Estado ou que o Estado transmite pode ser encarada segundo duas hipóteses:

- a) essa ação cria diretamente novas rugosidades ou contribui para reforçar os caracteres da rugosidade já existente, mesmo que isso implique uma mudança da sua natureza;
- b) ou a ação do Estado se faz sobre a variação de certos fluxos e, se cria novas rugosidades, o faz apenas de forma indireta e *a posteriori*. (SANTOS, 2004, p.227)

No caso do objeto de pesquisa analisado, sugere-se que a ação do Estado seja contribuir para reforçar aspectos já presentes nas rugosidades do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, mesmo que, com isso, modifique a natureza do projeto do início do século XX. Isto porque está em andamento, atualmente, um novo projeto de exploração carbonífera nesta área, agindo sobre as rugosidades existentes. Com isso, tem-se outra perspectiva relevante para a pesquisa: despertar o interesse para o

⁶⁷ Observa-se a relação entre as rugosidades e o conceito de território, que Francisco Rodolfo define como um “elemento sôbre o qual existe a coletividade”, em que “os homens, além de estarem ou residirem sôbre o território, retiram dêle – da superfície e de suas profundezas – todos os elementos para sua subsistência, para seu progredir e seu constante evoluir” (SIMCH, 1934, p.285). Para ele, o território é o primeiro fator de produção, seguido do trabalho, entendido como “a energia humana dispendida para a obtenção de bens”, e do capital, ou “o conjunto de bens de que se serve o homem para por seu intermédio conseguir outros”, sendo “o resultado da aplicação do segundo [o trabalho] sôbre parcelas do primeiro [o território]” (SIMCH, 1934, p.285-286).

debate com a sociedade. Sobre este aspecto, Milton Santos (2001) defendeu a importância de as universidades brasileiras promoverem a “construção dos grandes debates nacionais”, como é este sobre o meio-ambiente:

Na grande crise em que o país agora se confronta, torna-se evidente e clamorosa a ausência de uma discussão mais intensa e mais profunda, partindo da academia, em suas diversas instâncias, e que, como em outras ocasiões na vida de todos os povos, mostra o papel pioneiro da universidade na construção dos grandes debates nacionais (SANTOS, 2001, p.2)

Um exemplo ilustra o papel das universidades, que justifica a relevância desta pesquisa acadêmica para a sociedade: atualmente, de forma geral, poucas pessoas conhecem o projeto em andamento de exploração carbonífera no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres. A população discute intensamente a possibilidade de exploração da mina Guaíba, já inserida nos debates atuais, mas este outro projeto ainda não é conhecido, razão pela qual se pretende estimular o espírito crítico da comunidade.

Por fim, a descoberta de carvão na mina de Gravataí por Francisco Rodolfo Simch, em nome do governo do Rio Grande do Sul, é um episódio importante da política de nacionalização da indústria brasileira, no período entre as duas guerras mundiais. No entanto, a imprensa e os órgãos oficiais de mineração tomam como marco a descoberta de jazidas carboníferas naquela área pelo governo federal, na década de 1970, ignorando o importante passo que havia sido dado antes, pelo governo estadual gaúcho, bem como a documentação existente nos arquivos da SOP do Rio Grande do Sul. Com relação à exploração particular do carvão no Rio Grande do Sul, é pouco mencionado o papel centralizador que o Serviço de Mineralogia e Geologia do estado pretendia exercer, para combater monopólios de empresas particulares de carvão pertencentes a capitalistas de fora do Rio Grande do Sul a quem o Estado havia entregue seus minérios em troca de votos e eleitores (SIMCH, 1934, p.337). Esta iniciativa merece maior destaque, portanto.

Com relação à historiografia e às fontes, destaca-se, com relação à rede fluvial e portuária no Rio Grande do Sul, Reinheimer (2010), que, no período proposto, contextualiza a navegação e a estrutura portuária, esclarecendo a complexidade das negociações e interesses políticos envolvidos, que repercutem no projeto de mineração e construção do Porto de Torres, além de evidenciar iniciativas de

navegação pública e privada, francesas⁶⁸, que se comunicam com a rede profissional e familiar formada pela filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch⁶⁹ através do casamento. Espírito Santo (2004), por sua vez, esclarece estratégias da política econômica do castilhismo para analisar o posicionamento de Francisco Rodolfo Simch sobre o transporte como fator de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Enfatiza, ainda, o papel econômico de outros países no desenvolvimento do estado e nas tentativas de implementação de um novo sistema viário. Sobre a influência da circulação do conhecimento técnico em família, Bled (1993), Judson (2021) e Patočka (1991), entre outros, contextualizam a origem paterna na Boêmia, região de tradição técnica na mineração. No Rio Grande do Sul, Flores (2015) contribui com sua pesquisa sobre imigrantes germânicos da Boêmia nas colônias gaúchas. Radünz (2008), por sua vez, esclarece algumas características da família materna Wild, que se estabeleceu na colônia germânica região de Santa Cruz do Sul. Estes estudos elucidam a experiência de Francisco Rodolfo junto à colônia germânica, que o familiarizou com questões como a posse e o desmatamento das terras, fundamentais para o governo. Roche (1959), por sua vez, evidencia a contribuição da família Simch para o estado do Rio Grande do Sul, em um contexto de contribuição intelectual de imigrantes germânicos para o desenvolvimento do estado. Já a negociação do Porto de Torres entre o governo gaúcho e o Terceiro *Reich* é contextualizada com a obra de Chapoutot (2018), para compreender a interface do pensamento do governo alemão da época com o então Secretário de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, Francisco Rodolfo Simch. Sobre França, Alemanha e Brasil, Compagnon (2014) salienta as relações entre estes países após a primeira guerra mundial, influenciando o crescimento de movimentos nacionalistas e as mudanças na relação econômica do Brasil com a França, o que explica a participação francesa na navegação fluvial e nas construções portuárias, e também as relações familiares e profissionais que se formaram nestas circunstâncias. Além disso, algumas características peculiares da atuação política de Francisco Rodolfo, enquanto filho de

⁶⁸ De acordo com Ruschel (2004, p.769), os franceses consideravam importante a construção de canais internos para o transporte de mercadorias pesadas e pessoas, dispondo a França há muito tempo de um sistema de canais artificiais ligando suas bacias hidrográficas, com impacto econômico positivo. Um exemplo disso é o engenheiro francês Jean-Charles Pompée Demoly, contrário ao projeto do Porto de Torres e de uma ferrovia. Chegou a morar em Torres e foi demitido pelo governo em 1860.

⁶⁹ Outras estruturas familiares e profissionais foram formadas em decorrência dos casamentos dos filhos de Francisco Rodolfo Simch, mas a vinculação com a família francesa, atuante na política castilhistas e na navegação fluvial, é relevante para o assunto desta pesquisa.

imigrantes germânicos, em Porto Alegre, são apontadas por Gertz (2002), que também contribui ao esclarecer o sentido do termo “perigo alemão” (GERTZ, 2022), algumas vezes evocado no discurso de brasileiros e alemães, nos relatórios da SOP e nas negociações do Porto de Torres. Finalmente, Ruschel (2004) detalha projetos prévios de construção de um porto em Torres, especificando a geografia e a história daquela região para evidenciar os desafios impostos pela natureza para o empreendimento. Witt (2015), por sua vez, analisa a região de Torres sob o prisma das estratégias de inserção política próprias da colonização alemã, comprovando que havia circulação da comunicação e de transporte de produtos entre o litoral norte e a capital gaúcha.

As fontes primárias de pesquisa são as bases bibliográficas, os textos e as notícias do período analisado, os arquivos privados (correspondências, diários de trabalho, anotações, cadernetas, projetos, gráficos, mapas, desenhos, entre outros), os arquivos públicos (processos judiciais, testamentos, certidões), os arquivos administrativos da Alemanha, da França e da República Tcheca, as revistas (em especial a revista do IHGRGS) e os jornais, em particular o periódico *A Federação*. Os acervos pessoais, a imprensa, assim como a memória familiar⁷⁰ e seus documentos⁷¹, auxiliaram a fixar como referência cronológica as datas importantes da vida de Francisco Rodolfo, como nascimento, casamento e falecimento. Além disso, informações biográficas foram encontradas em obras sobre a história e a sociedade do Rio Grande do Sul, organizadas por estudiosos como Jean Roche⁷². A pesquisa também consultou cartórios de registro civil em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e em Ouro Preto, em Minas Gerais, identificando datas, cidades e nomes de pessoas do círculo social de Francisco Rodolfo. Já seu registro de batismo provém dos arquivos da IECBL⁷³ e o de sua esposa, dos arquivos da Arquidiocese de Mariana⁷⁴,

⁷⁰ Um primeiro estudo sobre a memória familiar foi realizado nos estudos de mestrado, em que descendentes de Francisco Rodolfo Simch foram entrevistados (MARC, 2019).

⁷¹ Léo Nunan Simch, o filho mais novo de Francisco Rodolfo Simch, escreveu uma biografia resumida de seu pai, contendo as instituições em que atuou, as sociedades científicas de que participou, entre outras informações que guiaram a pesquisa. Clélia Simch Marc, a filha mais velha, organizou as datas importantes da família, como as comemorações de nascimento e de casamento, em sua caderneta de anotações. A indicação destas datas também constituiu uma base preciosa para a busca de documentos em arquivos oficiais. Acervo Particular de Clélia Simch Marc.

⁷² ROCHE, Jean. Chapitre VIII. La société nouvelle In : *La colonisation allemande et le Rio grande do Sul*. Disponível em : <http://books.openedition.org/iheal/5892>. Acessado em 10/02/2021. Paris : Éditions de l'IHEAL, 1959.

⁷³ Os livros eclesiásticos dos arquivos da IECBL foram consultados sob forma digital.

⁷⁴ Os arquivos da Arquidiocese de Mariana encontram-se digitalizados no Portal FamilySearch.

em Minas Gerais. Para identificar outros membros da família que fazem parte da constelação familiar e dos eventos estudados, a pesquisa localizou registros civis nos arquivos públicos de Litomerice, na República Tcheca, de Idar-Oberstein, na Alemanha, de Pau e de Reims, na França, e as listas de passageiros dos portos de Hamburgo e de Bremen, na Alemanha, e de Bordeaux, na França.

O jornal mais consultado foi “A Federação”, no período do final do século XIX até 1937, principalmente, em razão deste ter sido transformado em diário oficial do Rio Grande do Sul através do Decreto nº 5.240, de 12 de janeiro de 1933, tornando-se a Imprensa Oficial estadual, por meio do Decreto nº 5.644, de 12 de julho de 1934, publicado pelo Interventor Flores da Cunha e por seus Secretários de Estado, João Carlos Machado, Carlos Heitor de Azevedo e Francisco Rodolfo Simch⁷⁵ (A FEDERAÇÃO, 1934, p.1), refletindo, assim, o pensamento do PRR. Na fotografia a seguir, da esquerda para a direita, estão Carlos Heitor de Azevedo, João Carlos Machado, Flores da Cunha e Francisco Rodolfo Simch:

Fotografia 5 – Carlos Heitor de Azevedo, João Carlos Machado, Flores da Cunha e Francisco Rodolfo Simch, década de 1930



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Francisco Rodolfo participava do jornal de várias maneiras: com exposições de argumentação científica, em pequenos artigos, com participações sociais relacionadas à família, como nascimentos, casamentos e falecimentos, além da publicação de normativas jurídicas e avisos, como funcionário público do governo

⁷⁵ A FEDERAÇÃO. *Decreto nº 5.644, de 12 de julho de 1934* [Crêa a Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre], ed.159, 12 de julho de 1934, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75818>. Acessado em 10/10/2019.

estadual. Além disso, o jornal também menciona numerosas vezes seu nome em eventos do governo, permitindo reconhecer outros atores políticos de sua época que faziam parte de seu cotidiano de trabalho. De forma análoga, publicações de outros membros da família ligados ao serviço público, em especial de seu pai, Francisco José, possibilitam compreender como os integrantes de uma mesma família se relacionam, entre si, na esfera da administração estadual. Tais publicações auxiliam para a identificação de marcos temporais na cronologia dos eventos estudados.

Para estimar a evolução do patrimônio da família e a transmissão da riqueza, são analisados alguns inventários, obtidos no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS, e no acervo pessoal da família. O primeiro inventário é do avô materno de Francisco Rodolfo, Carlos Wild, seguido, na geração seguinte, do inventário de seu pai Francisco José, passando pela transmissão da herança depois do falecimento de Francisco Rodolfo e, ainda, em um ramo da quarta geração, com o inventário do genro Oscar Marc, cujo pai também trabalhou nas obras públicas estaduais, nos mesmos ambientes pelos quais circulava a família Simch.

O processo de inventário de Francisco José Simch é interessante porque possibilita conhecer a composição da família, o local em que moravam, a data de aquisição da casa, bem como a distribuição do patrimônio no momento do falecimento do patriarca. Além disso, o processo traz, justamente, a figura do filho mais velho, Francisco Rodolfo, Bacharel em Direito, como inventariante, representando seus próprios interesses e aqueles de sua mãe e de seus irmãos. Este processo é rico em informações sobre a estrutura familiar formada depois da imigração desta primeira geração, bem como sobre os bens que puderam adquirir, em seu processo de integração no Rio Grande do Sul.

A atuação do biografado como advogado também acontece no inventário de seu avô materno, quando ele representa sua avó viúva, Carolina Becker Wild, que é a inventariante, e revela vínculos afetivos entre as famílias Wild e Simch, com a vinda do avô, então doente, com a avó, da região de Santa Cruz do Sul para a casa da filha Emma e do genro Francisco José, em Porto Alegre. Neste processo, Francisco Rodolfo defende os interesses de seus pais, com relação aos tios maternos, quando ele documenta e reparte com os demais herdeiros, seus tios, as despesas médicas, documentadas, que seus pais assumiram, ao hospedar e prestar assistência ao enfermo. Além disso, o documento evidencia seus fracos vínculos com a colônia de imigração alemã: é o tio materno, Roberto Wild, quem o leva a Vila Theresa, para

repertoriar os bens da família. Isto demonstra a falta de intimidade do biografado com o lugar e com a propriedade da linhagem materna, em oposição à casa dos pais, em Porto Alegre. Também surge a figura do irmão Carlos Alfredo Simch como médico do avô Carlos Wild, prescrevendo medicações.

O inventário do genro Oscar Marc demonstra, em um dos ramos da geração seguinte, que as famílias Marc e Simch, ambas tendo trabalhado na administração pública, não enriqueceram com o serviço público, tendo um patrimônio modesto e proporcional à trajetória que seguiram. O genro e a filha Clélia Simch Marc compram uma casa simples, por eles adquirida fora da esfera familiar, que constitui seu único bem.

O falecimento de Francisco Rodolfo fornece, como documentação, o inquérito policial de investigação da sua morte. Trata-se de um documento que, além do detalhamento das circunstâncias da morte, com o depoimento de testemunhas, traz uma rede dos vínculos afetivos e familiares, pois é o irmão Carlos Alfredo quem atua, novamente, como médico para a família, interagindo com os peritos legistas. Ao mesmo tempo é o filho Francisco José Simch Júnior, Professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, quem interage com as autoridades administrativas, representando a sua mãe. O irmão e o filho são acionados para intermediar os procedimentos com as autoridades, para assinar documentos e tomar decisões, de forma que a presença da viúva Alice só é percebida por meio de sua assinatura, ao pedir o encerramento do processo.

O inventário de Francisco Rodolfo, por sua vez, permite avaliar o patrimônio da família naquela geração, incluindo os direitos autorais de suas obras, e sua inserção social em Porto Alegre, e traz como peculiaridade um triplo formal de partilha, decorrente da proximidade da sua própria morte com aquela da sua esposa Alice e de uma de suas filhas, Débora. Neste documento, mais uma vez evidenciam-se os vínculos de afeto e de confiança na família, na escolha do inventariante, o filho Francisco José Simch Jr.

Estas fontes evidenciam que, assim como havia o *habitus* da mineração na família, também havia, entre o pai Francisco Rodolfo e o filho Francisco José Simch Jr., o *habitus* do direito. Pai e filho tinham em comum a carreira jurídica. Assim como Francisco Rodolfo atuou como advogado para realizar o inventário da família materna, o filho Francisco José Simch Jr. desempenha este papel com seus predecessores na família. A reunião de três gerações da família Simch foi registrada na fotografia a

seguir: o patriarca Francisco José está sentado à frente, à esquerda, acompanhado de sua esposa Emma. Francisco Rodolfo encontra-se em pé, atrás de seus pais, à esquerda, acompanhado da esposa Alice, enquanto os noivos, Francisco José Simch Jr. e Lili Bopp, estão sentados, à frente:

Fotografia 6 – Três gerações da família Simch reunidas, no início do século XX



Fonte: Acervo pessoal de Francisco José Simch Jr.

Observa-se que os inventários e formais de partilhas indicam onde eles residiram e que propriedades adquiriram, incluindo as transações imobiliárias de compra e venda, as características de localização dos imóveis e terrenos, a rápida alteração na repartição das heranças com a sucessão de três óbitos em um curto intervalo de tempo. Estas informações possibilitam avaliar as escolhas de moradia da família, como os núcleos familiares da terceira geração se reorganizaram e relacionar estas informações com os eventos da vida familiar.

Outra fonte importante é o processo de Francisco José Simch, pai do biografado, contra Horst Meyer, após a dissolução de uma empresa de colonização no noroeste do Rio Grande do Sul, da qual ambos eram sócios. Neste processo, Francisco José lista e requer os bens adquiridos pela sociedade, para que satisfaçam os valores que lhe seriam devidos, já que a parte ré havia retornado à Alemanha. Por meio deste pleito, é possível conhecer objetos e equipamentos relativos à organização da imigração no estado, incluindo o material tipográfico referente ao jornal germânico por eles mantido.

Como fonte de pesquisa da produção científica do governo do Rio Grande do Sul, tem-se os relatórios da SOP produzidos por Francisco Rodolfo e seus colegas da administração pública, que contextualizam o problema da circulação dos transportes no estado, as obras realizadas para melhorar o transporte entre a capital e o litoral, os

variados posicionamentos sobre estas obras, além do empreendimento da mineração estatal do carvão e do projeto do Porto de Torres. Esta análise possibilita relacionar a atuação de Francisco Rodolfo com aquela de seus contemporâneos.

Para conhecer a perspectiva do governo alemão, nas negociações com o Brasil para a construção do Porto de Torres, foi consultada a página oficial do Arquivo Federal da República Federal da Alemanha, obtendo-se documentação digitalizada⁷⁶. Os arquivos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha não foram destruídos, à época da capitulação de maio de 1945, e foram explorados pelos Aliados, e depois entregues, em 1959, à República Federal da Alemanha, sendo abertos à pesquisa para os historiadores (BARIÉTY, In: KREBS; SCHNEILIN, 1994), constituindo uma fonte de pesquisa desta tese, que contém correspondências entre representantes do governo alemão em Berlim e das representações diplomáticas alemãs no Brasil. O *Torresprojekt* discute a possibilidade da construção de um porto em Torres e de uma ferrovia de ligação a Porto Alegre, com a vinda de trabalhadores alemães, com base em informações consulares sobre o estado e na visita de uma comitiva científica alemã a Porto Alegre. Esta fonte evidenciou a necessidade de identificar possíveis mudanças na política externa alemã em um momento decisivo para se decidir a concessão do projeto de Torres, e menciona Francisco Rodolfo em sua participação como Secretário de Obras Públicas do estado, em um período em que ele era visto frequentemente em eventos públicos com Walbeck, Cônsul da Alemanha em Porto Alegre, cada um deles representando o governo de seu respectivo país⁷⁷.

Quanto às fontes geradas diretamente por Francisco Rodolfo ou por pessoas e instituições que o conheceram ou por seus parentes, falando a seu respeito ou se dirigindo diretamente a ele, tem-se correspondências, biografias, autobiografias, diários de trabalho e pessoais, fotografias, projetos de trabalho, anotações, notícias de jornal, artigos científicos e livros, por exemplo. Suas publicações sobre mineralogia

⁷⁶ A pesquisadora encomendou a documentação digitalizada sobre o *Torresprojekt*, mediante solicitação formal à instituição alemã. A localização destas informações foi facilitada pela consulta à obra de Adams Filho (2017, p.232), que faz referência a esta fonte, mas, segundo o que se depreende de seu texto, não as pôde acessar.

⁷⁷ Um exemplo disso é “o baptismo desse avião [o primeiro avião-escola com material exclusivamente nacional], no salão da Sociedade Gymnastica Turner Bund, á Avenida São Raphael”, em que Vera Nunan Simch, filha de Francisco Rodolfo, “depois de uma breve saudação, realizou o baptismo, derramando “champagne” sobre o planador e dando-lhe ao mesmo tempo o nome de “Vera””, sendo sucedida por um discurso do “Consul Geral da Allemanha, Dr. Walbeck” (REVISTA DAS ESTRADAS DE FERRO. *O inicio da aviação sem motor em Porto Alegre*. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/142204/7629>. Acessado em 12/08/2019).

e economia constituem uma fonte bastante explorada, porque trazem o seu pensamento com relação a questões como a imigração, a sociedade, a propriedade da terra e o desenvolvimento econômico. As modalidades de produção destas duas fontes são, entretanto, diversas: a primeira condensa o conhecimento científico necessário para a admissão do leitor na Escola de Minas de Ouro Preto, aplicando sua própria experiência em Minas Gerais. Já a segunda obra resume as aulas de Economia Social que proferia como Catedrático da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre e se destinava, em primeiro lugar, à formação dos alunos. Esta outra fonte apresenta uma forma mais próxima do diálogo expositivo, como se supõe que seriam suas aulas. De forma geral, os assuntos são organizados por grandes temas para os quais Simch apresenta as teorias existentes e os grandes pensadores a eles relacionados, apresentando, ao mesmo tempo, sua opinião sobre o assunto, em um procedimento argumentativo. A bibliografia fundamenta a exposição de tais ideias, demonstrando referência a trabalhos em língua portuguesa, alemã, inglesa, francesa, italiana e espanhola.

Sobre as correspondências, a pesquisa teve acesso à documentação de arquivos públicos e particulares, que ilustram o cotidiano de Francisco Rodolfo e identificam suas redes de relações sociais, trazendo pistas para reconstituir sua representação do mundo, como sua forma de expressão e seus códigos, descrevendo, por exemplo, práticas relacionadas ao pertencimento ao grupo dos funcionários públicos do governo estadual, em um contexto histórico específico.

Sua interação com a comunidade científica deixou registros de publicações, correspondências e trocas, especialmente no acervo do IHGRGS, do qual foi sócio-fundador. As atas da fundação e das reuniões posteriores desta instituição trazem seu posicionamento face aos debates de sua época. Além disso, as revistas do IHGRS publicaram seus artigos. As correspondências recebidas e enviadas por Francisco Rodolfo, durante o período em que foi Presidente do IHGRGS, entre 1934 e 1935, expressam seu posicionamento sobre a cultura, a história e a geografia do Rio Grande do Sul e as ações que pretendia empreender neste sentido. Trata-se de um período posterior à sua atuação na mineração estatal do carvão e à negociação do Porto de Torres com a Alemanha, logo antes de sua aposentadoria e de sua morte, portanto estes elementos possibilitam compreender suas concepções na fase final de sua vida.

Finalmente, o acervo particular da família contém os diários de trabalho de Francisco Rodolfo, além de projetos e cartas endereçados a autoridades do governo

gaúcho. As cópias de projetos científicos endereçados ao governo também têm o caráter de correspondência, porque ele expõe ao seu superior hierárquico os motivos pelos quais acredita na viabilidade e na importância dos novos empreendimentos ou por que se queixa ou solicita alguma modificação nos procedimentos existentes, por exemplo. Algumas cartas foram analisadas com maior atenção, porque retratam a vida familiar, as relações de trabalho com o governo, com os habitantes da região de mineração carbonífera e com os mineradores, as desavenças, os sentimentos com relação aos fatos e às pessoas, as viagens, entre outros aspectos. O estudo da correspondência engloba não somente as cartas escritas por Francisco Rodolfo a terceiros, mas também cartas contendo alguma referência ou expressando uma opinião sobre ele ou algum membro da família. Este é o caso das correspondências de Júlio Castilhos, arquivadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em que o pai, Francisco José, é mencionado. Estes documentos mostram as redes de contato da família que sinalizam uma possibilidade de inserção social da geração dos filhos, como Francisco Rodolfo. Quanto ao acervo pessoal da família, os destinatários mais frequentes são os sucessivos secretários de obras públicas e, principalmente, o General Flores da Cunha. O maior volume de correspondência para este destinatário justifica-se pelos cargos que Francisco Rodolfo exerceu na década de 1930. Observa-se, com respeito à repartição por ano, que o corpus epistolar é heterogêneo.

Sobre a fundamentação teórica deste trabalho, a mina de carvão de Gravataí é analisada como objeto técnico integrando um sistema de significações relacionado a outro objeto técnico, o Porto de Torres, compondo, juntamente com o respectivo sistema de ações, o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres. Os conceitos de espaço, sistema de objetos técnicos, sistema de ações e rugosidade, tais como definidos na introdução da pesquisa, fazem parte da geografia crítica de Milton Santos (2011). Outrossim, a tese aprofunda a dimensão cultural do tema, sendo impossível separar as redes econômicas e produtivas das condições de recepção e integração da produção escrita sobre estas minas, sabendo-se que “todo documento que torna possível o acesso ao real ou ao social é, ele mesmo, uma representação” (CHARTIER, 2015, p.293). Mobiliza-se, então, a relação do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres com a cultura familiar, profissional e política de Simch, e com a imigração alemã e austríaca.

A história cultural e a geografia crítica trazem, pois, conceitos fundamentais para analisar a circulação do conhecimento científico e a interação do homem com a

natureza por meio dos objetos técnicos em um espaço geográfico. Como base deste processo, conceitua-se a técnica:

A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno.

Se, ontem, o homem se comunicava com o seu pedaço da Natureza praticamente sem mediação, hoje, a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante, o local ou o mundo, é cheia de mistérios (SANTOS, 2011, p.47).

Este conceito de técnica é fundamental para a análise da interação dos objetos técnicos do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres como mediadores que tornam possível para Francisco Rodolfo atuar em seu entorno, modificando a natureza. Além disso, o caráter científico da técnica a equipara à tecnologia, da seguinte forma:

Entendamos por técnica científica ou “tecnologia” um saber orgânico fundamentado em princípios: uma técnica só é tecnologia se ela se apresentar como uma “doutrina”; a tecnologia opõe-se à técnica empírica que pode ser definida como uma prática baseada em regras não sistematizadas que procedem mais da tentativa e erro e de um contato imediato com a realidade do que de uma experiência refletida (RUSSO, 1948, p.29).

Fédi (2000, p.268, tradução nossa) entende, ainda, que “a técnica intervém a cada vez que, na realização de uma tarefa, um conjunto de operações coordenadas é necessário para a obtenção de um resultado a ser atingido”, aproximando-se do conceito de “técnica científica” ou “tecnologia”, de Russo (1948)⁷⁸. Feitas estas distinções e esclarecido o sentido da palavra “técnica”, nesta pesquisa, utilizar-se-á sempre este termo com o significado de “técnica científica”, considerando a existência de princípios sistematizados que a fundamentam.

A partir disso, torna-se evidente a necessidade de se compreender o espaço estudado, como base para a construção do conhecimento histórico:

Nesse caso, as condições preexistentes em cada lugar, o seu estoque de recursos, materiais ou não, e de organização - essas rugosidades - constituem as coordenadas que orientam as novas ações. Se consideramos o espaço tal como existe em dado momento, como uma realidade objetiva, e

⁷⁸ A relação entre ciência e tecnologia é amplamente discutida, e o ponto de vista mais utilizado é aquele em que a tecnologia é considerada uma “ciência aplicada”, em que “uma tecnologia é principalmente um conjunto de regras tecnológicas”, que são, por sua vez, “consequências dedutíveis das leis científicas”, e o “desenvolvimento tecnológico depende da investigação científica” (PALACIOS; VON LINSINGEN; GALBARTE et al, 2003, p.40).

o tempo como as ações que nele se vão inserir, então é o tempo que depende do espaço e não o contrário. (SANTOS, 2006, p.133)

Logo, a partir do entendimento do espaço e de suas rugosidades, pode-se compreender sua constituição histórica, sob a perspectiva de uma representação, até mesmo porque toda história das práticas, como a história da mineração, deve aceitar a mediação obrigatória das representações, controlando-a com a utilização das técnicas próprias da análise crítica dos documentos (CHARTIER, 2011, p.12).

A história das técnicas, tal como fundamentada por Maurice Daumas (1969) e Bertrand Gille (1973) contribui, nesse sentido, com o conceito de estrutura técnica. Para Gille (1973, p.522), na maior parte dos casos ocorre uma combinação de matéria e energia, vinculados pelo ato técnico que, geralmente, tem necessidade de um suporte. Este suporte pode ser uma simples ferramenta ou alguma técnica mais complexa, com uma máquina ligada a uma ferramenta, por exemplo. A ferramenta é uma função ao mesmo tempo da matéria que é trabalhada e do trabalho que deve ser executado. A noção de estrutura é um conjunto ou um complexo técnico. O alto-forno, por exemplo, combina técnicas da produção de matérias-primas, como o combustível, o minério, o ar, e estabelece uma série de problemas, como as dimensões, as formas, os materiais, e a temperatura, entre outros. Disso decorre a noção de setor de operações pelas quais se deve necessariamente passar para que se obtenha um determinado produto. Quando são concebidas as estruturas técnicas levando-se em consideração os complexos e os setores, deve haver uma coerência entre os elementos constitutivos destas técnicas (GILLE, 1973, p.524). Sendo assim, segundo Gille (1973, p.525), um progresso técnico, em princípio, somente pode ser realizado na medida em que as técnicas estejam no mesmo nível. Um exemplo disso é a turbina a vapor que só pode ser realizada na medida em que se dispõe de material suficiente, de aço ou de aços especiais. Da mesma forma, o Brasil do início do século XX só ocorreria produção nacional de aço com liga de tungstênio a partir do momento em que implementasse sua indústria siderúrgica e fossem explorados seus minérios de tungstênio.

Estes conceitos estabelecidos por Gille (1973) são importantes para a pesquisa porque permitem compreender a importância do tungstênio para a produção de material bélico durante a Segunda Guerra Mundial. A estrutura técnica de produção do material bélico na Alemanha e nos Estados Unidos levava em consideração o fato de que o progresso técnico na fabricação de produtos que permitissem vencer a

guerra dependia, entre outras técnicas, da utilização de tungstênio para conferir determinadas propriedades aos aços especiais que formariam tais produtos. Para se produzir os materiais bélicos que se pretendia, materiais estes que constituíam um progresso técnico, o tungstênio era necessário, era uma das condições para a fabricação de produtos com um diferencial de qualidade para o fim desejado. Segundo Gille (1973, p.536), a mutação de um sistema requer um ambiente favorável, o que significa a ocorrência de mutações em paralelo, em outros sistemas. No caso da exploração do tungstênio para a produção de aços especiais no Brasil, a mutação do sistema técnico encontrou como circunstância favorável ao desenvolvimento siderúrgico brasileiro o período entre as duas guerras mundiais, culminando na Segunda Guerra Mundial, em que a mutação de outros sistemas, como a economia e as relações diplomáticas brasileiras com os Estados Unidos e com a Alemanha, tornou aquela primeira mutação necessária.

Lalandre (2017, p.233) define, ainda, um sistema técnico fluvial como um ciclo ligando a matéria-prima, a energia, a produção e o transporte. No caso do Porto de Torres, o sistema técnico proposto ligaria o carvão, o coque, o ferro, a navegação e as ferrovias. A ligação fluvial e ferroviária com o Porto de Porto Alegre, passando pela Mina de Gravataí, uniria matéria-prima e transporte, direcionando-a ao encontro da produção de ferro em Minas Gerais e ao comércio com outros estados e países.

O sistema técnico decorre deste raciocínio de Gille (1973, p.525): “em diversos graus, as técnicas dependem umas das outras, com ações recíprocas mais ou menos pronunciadas”, cujas ligações deveriam ser estabelecidas esquematicamente. No caso desta pesquisa, procura-se identificar o sistema técnico da produção de ferro e de aço no princípio do século XX, no Brasil, reconhecendo-se as ligações entre as técnicas metalúrgicas então praticadas. Por sua vez, um sistema técnico estabelece ligações com outros sistemas técnicos e com sistemas de outras naturezas, como a economia e a sociedade (GILLE, 1973, p.527). Assim, as ligações entre o sistema técnico de produção de ferro e de aço no Brasil também tem suas próprias ligações com os sistemas de outros países, em particular da Boêmia, da França e da Alemanha, que, ao longo da trajetória do biografado, evidenciam-se através da atuação profissional e da aprendizagem da técnica com o pai, imigrante germânico, e por meio da formação profissional na Escola de Minas de Ouro Preto.

Isto posto, os conceitos de “bloqueamento” e de “saturação de uma técnica” são fundamentais para se compreender a “dinâmica dos sistemas técnicos”, “em que

a invenção é pensada como inovação, como ponto de intercepção entre a técnica e a economia” (NEVES, 2006, p.62). Nesta pesquisa, estas noções possibilitam pensar na produção nacional do coque e do tungstênio como bloqueamentos para a implementação de uma inovação, que era a produção siderúrgica em larga escala e a produção de armamentos para a defesa do país, quando a técnica até então utilizada para fabricação de produtos siderúrgicos não bastaria para promover o crescimento do Brasil. Um bloqueamento possibilita, segundo Simard (2012, tradução nossa) “melhor apreender a existência de estagnações similares em outras civilizações do que a nossa”, depois de se ter esgotado todas as perspectivas oferecidas por um determinado sistema técnico, o que permite estabelecer conexões entre a história da técnica metalúrgica no Brasil com outros lugares e períodos da história.

Também importam para esta tese os conceitos de difusão e de aquisição das técnicas, assim como as noções de “país iniciador” e “país não iniciador”. No caso do período de colonização do Brasil, pode-se falar em difusão das técnicas metalúrgicas, porque a colonização não enseja uma verdadeira aquisição da técnica (DAUMAS, 1971, p.11). A difusão das técnicas acontece pela transmissão oral e pela aprendizagem do ofício, enquanto o fenômeno de aquisição acontece principalmente a partir da segunda metade do século XIX, havendo países iniciadores e não iniciadores, e estando estes últimos, então, prontos para adquirir as técnicas da sua época (DAUMAS, 1971, p.9), como foi o Brasil desde aquela época até as décadas de 1930-1940, em que se consolida a industrialização. No caso específico das técnicas de mineração, países como a Alemanha tiveram o papel de países iniciadores, do século XVI ao século XVIII, porque existiam gerações sucessivas de mineiros experientes nas áreas de mineração (DAUMAS, 1971, p.9). Percebe-se que a formação profissional do pai de Francisco Rodolfo, como imigrante da Boêmia, insere-se nesta tradição germânica de mineração e contribui para a difusão da técnica para o filho Francisco Rodolfo, que complementa este conhecimento com a posterior aquisição da técnica na Escola de Minas de Ouro Preto.

Além disso, em razão das características das fontes de pesquisa, que reúnem fontes documentais oficiais, provenientes da administração pública, e o acervo da família do biografado⁷⁹, emprega-se o conceito de “documento excepcional normal”,

⁷⁹ O acervo particular de Clélia Simch Marc apresenta projetos de mineração, fotografias e diários de trabalho de Francisco Rodolfo Simch, então Diretor do Serviço de Geologia e Mineralogia do estado, e de Francisco José Simch, seu pai e funcionário.

de Edoardo Grendi⁸⁰ (GRENDI In GIULI, 2017, p.144), para os diários de trabalho⁸¹ de Francisco José e Francisco Rodolfo Simch. Se, por um lado, estes diários de trabalho são um documento normal, porque eram uma forma habitual de registro do trabalho das seções da SOP, por outro lado constituem documentos excepcionais, com perspectiva única e insubstituível. Na verdade, o contexto de produção destas fontes é singular, porque relata o trabalho diário de pai e filho nas minas de carvão, narrando eventos e detalhes que são omitidos no relatório final transmitido à SOP.

Outrossim, utiliza-se o entendimento do termo “perigo alemão” com o sentido atribuído pelo crítico literário Sílvio Romero, como um temor da sociedade brasileira diante do fenômeno da “concentração de uma importante comunidade de origem germânica nos três estados do Sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná) [...] tida como refratária a qualquer forma de integração no país que a acolheu” (COMPAGNON, 2014). Esta concepção vai ao encontro do sentido percebido por Gertz (2013, p.89) de “perigo alemão” como “o papel que essa população poderia exercer numa eventual política agressiva da Alemanha em relação ao Brasil”, em uma perspectiva que, segundo ele, perdeu sua plausibilidade depois da Segunda Guerra Mundial⁸². Embora a presente pesquisa utilize a concepção de “perigo alemão” sob a perspectiva brasileira, é fundamental observar que este termo não se restringe ao Brasil, pois:

A campanha contra o “perigo alemão” não foi promovida, exclusivamente, por brasileiros. A imprensa internacional – sobretudo de França, Inglaterra e Estados Unidos – insistiu no tema, desde 1871, após a derrota francesa para a Prússia e a criação do Império Alemão (GERTZ, 2022, 258).

Esta abordagem é importante para contextualizar a forma como foi percebida a atuação de Francisco José, pai de Francisco Rodolfo, na chefia da verificação de

⁸⁰ Documentos excepcionalmente normais, segundo a concepção de Edoardo Grendi, oferecem uma perspectiva singular como possibilidade de se adequar o foco da análise espacialmente e temporalmente, relacionando um contexto específico com estruturas mais amplas (GIULI, 2017).

⁸¹ Os diários de trabalho eram uma forma usual de registro do trabalho das seções da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX. São blocos de anotações que serviam como uma fonte para a redação posterior dos relatórios de cada seção, como o Serviço de Mineralogia e Geologia do Rio Grande do Sul, no contexto dos relatórios da SOP.

⁸² Ao analisar o tema do “perigo alemão”, Gertz (2022, p.257) explica, justamente, o posicionamento de Sílvio Romero: “intelectual conhecido, na época – este caso é especialmente significativo, pois era um dos mais destacados “germanófilos” brasileiros, isto é, conhecedor e admirador da cultura alemã. Para ele, o problema não estava na Alemanha ou na “cultura alemã”, mas nos alemães de carne e osso estabelecidos no Brasil”, cuja integração na sociedade brasileira seria difícil, e um exemplo disso seria seu pouco envolvimento com as “lutas partidárias locais”.

posses na colônia alemã de Santa Cruz do Sul, como agrimensor e membro do governo estadual, pois o “perigo alemão” pode ser percebido como “o olhar de suspeita que se pode lançar, do exterior, às comunidades alemãs do Sul do país” (COMPAGNON, 2014).

Por fim, o conceito de “lei do sangue”, desenvolvido por Chapoutot (2018), evidencia uma característica do *Torresprojekt*, debatido em 1933, ano que marca uma “verdadeira revolução normativa” na Alemanha. Para Chapoutot (2018), o conceito nazista de “raça” não se fundamenta na linguagem, mas sim no sangue e na terra, que deveria se tornar a expressão e o objeto de um espírito, de uma cultura e de um sangue. Nesse sentido, a paisagem era um dos alicerces da consolidação da “raça” alemã, porque não bastava “implantar” aquela “raça” em outras regiões, e excluir as “raças” estranhas a ela: os povos germânicos deveriam sentir-se à vontade nestes espaços (CHAPOUTOT, 2018). Busca-se verificar, então, a hipótese de que o projeto de trazer trabalhadores alemães para Torres, tal como previsto pela concessionária alemã, não tinha por objetivo a integração dos alemães no Rio Grande do Sul, tampouco a exclusão dos brasileiros. A “lei do sangue” é utilizada como fundamento sinalizando que a infraestrutura do porto geraria empregos para os trabalhadores alemães desempregados da década de 1930, solucionando, simplesmente, uma questão econômica, sem a intenção de criar uma colônia como as que existiam no Rio Grande do Sul, como parte de um posicionamento que se encontra exemplificado em um texto de um manual para os oficiais alemães:

É hora de desistir de planos fantásticos de colônias massivas do além-mar. O desperdício inútil do sangue Nórdico em zonas ao sul, onde o sol brilha forte, é uma lição que entendemos claramente. Sabemos que a raça depende do espaço, e que qualquer modificação artificial desta relação antiga e comprovada com o ambiente é um ataque às leis da natureza na qual a ordem em que vivemos está fundamentada (CHAPOUTOT, 2018, tradução nossa).

Esta perspectiva é compatível com o conceito de Arata (1990) de “colonização reversa”⁸³, em que os efeitos negativos da colonização poderiam ser revertidos contra o colonizador:

⁸³ Trata-se do conceito de “anxiety of reverse colonization” (ARATA, 1990). Na era Vitoriana, Londres era uma cidade muito grande, com milhões de habitantes. Apesar de governarem praticamente a metade do mundo, em especial a Índia, os vitorianos pareciam temer o que Arata (1990) chamou de “ansiedade da colonização reversa”: eles temiam que os povos nativos das colônias britânicas se dirigissem à Inglaterra de forma análoga àquela como eles lá chegaram como colonizadores. Com esta perspectiva, temia-se, por exemplo, que os indianos fizessem o caminho no sentido inverso e vivessem em Londres. Este conceito surgiu em um contexto de temor do declínio do Império Britânico, em

(...) o colonizador encontra-se em posição de colonizado, o explorador torna-se explorado, o vitimizador, vitimizado”, sendo que estes temores estão vinculados ao percebimento de um declínio – racial, moral, espiritual – que torna a nação vulnerável ao ataque de povos mais vigorosos e “primitivos” (ARATA, 1990, p.623, tradução nossa)

Além disso, o conceito de Chapoutot (2018) mostra que Francisco Rodolfo, como filho de imigrantes, nascido e criado no Brasil, portanto fora do espaço germânico, provavelmente não seria considerado um conterrâneo pela comitiva alemã que veio a Torres para com ele negociar, considerando-se o pensamento daquela época e daquele grupo de pessoas da comitiva alemã. Aliás, no contexto desta visita técnica das autoridades alemãs, os conceitos de circulação, recepção, representação⁸⁴ e apropriação do conhecimento sobre o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres também serão utilizados.

Os “limites ao estatismo nacionalista” e os “passos calculados” de Getúlio Vargas (FAUSTO, 2006, p.47) também são conceitos importantes porque explicam em que medida a política do governo da década de 1930, do qual Francisco Rodolfo fazia parte, defendia a nacionalização da economia brasileira, sempre atenta, porém, para não afrontar os estados estrangeiros e a iniciativa privada e, portanto, evitar rupturas. Esta forma de promover a industrialização das riquezas naturais Brasil sem se opor ao capital privado nacional e estrangeiro está, pois, presente na forma de atuar de Francisco Rodolfo, principalmente na década de 1930.

O estudo da sua relação com seu pai Francisco José segue o conceito de sociabilidade de Sirinelli (1988, p.276). Neste caso, organiza-se, em torno da atividade de mineração um propósito de desenvolvimento econômico que é permeado pela admiração profissional que o filho nutre pelo pai. Fazendo-se uma analogia com o conceito formulado por Sirinelli (1988), aplicado ao caso de Émile Chartier, pode-se dizer que Francisco José e Francisco Rodolfo formam um grupo que ordena vários círculos de fidelidade e de admiração em torno da figura de Júlio de Castilhos, e,

circunstâncias de expansão imperialista. A comparação que esta pesquisa estabelece com o caso da Alemanha limita-se à hipótese de que, se a Alemanha colonizasse um outro espaço geográfico, esta colonização poderia ser revertida em um possível retorno dos colonizados à Alemanha, fossem eles de origem alemã ou não, podendo fazer com que a Alemanha perdesse sua identidade, indo ao encontro da ideia de Chapoutot (2018, tradução nossa) de que as “colônias massivas do além-mar” contrariariam o princípio da “lei do sangue”.

⁸⁴ Chartier (2015, p.304) esclarece que o termo representação direciona a atenção não somente para o discurso em si, mas também às formas como este discurso se inscreve, como, por exemplo, o lugar e o suporte em que este se inscreve.

depois, de Borges de Medeiros, em função da maior ou menor aproximação com uma visão compartilhada do castilhismo.

Estes são alguns dos autores mais significativos cujas teorias foram utilizadas nesta pesquisa. Contudo, outras obras e autores são empregados neste trabalho.

Sobre a metodologia da pesquisa, utilizam-se ferramentas próprias da biografia, combinadas com a história técnica e com a história cruzada, de acordo com a matéria tratada. Considerando-se que se trata de narrar uma vida, em que Francisco Rodolfo é o agente principal das ações descritas na tese, o método biográfico proporciona uma metodologia segura para selecionar situações e pessoas em torno do biografado a quem a narrativa precisa dedicar atenção para esclarecer sua trajetória. Ao se perceber que, em sua atuação profissional, a técnica metalúrgica tem um espaço importante, mesmo quando suas ações são políticas ou pedagógicas, a história técnica traz uma metodologia pertinente para que se compreenda por que estágios do desenvolvimento industrial o Brasil passou ao longo da sua vida, e o que este buscava para o país. Por fim, a história cruzada possibilita situá-lo como protagonista de ações que relacionam a técnica metalúrgica de outros países com aquela que vinha sendo praticada no Brasil, mostrando como o conhecimento tecnológico vinha sendo construído pelas conexões entre pessoas e instituições, o que pode ser considerado, eventualmente, uma história da geografia, no sentido de uma “história dos homens que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento geográfico”, como concebe Pinchemel (1973, p.687).

Logo, cada uma destas metodologias pode ter uma ênfase variável, ao longo da narrativa, de acordo com o aspecto da biografia que é tratado no decorrer da pesquisa. Embora sejam estas as metodologias mais expressivas desta tese, elas não excluem o uso pontual de outras metodologias próprias da história que possam clarificar alguns eventos narrados.

Com relação à história da técnica, Lucien Febvre salienta três tarefas a cumprir: i) constituir uma “história técnica das técnicas”; ii) avaliar o quanto de ciência há na invenção técnica e a inserção da invenção técnica na sequência de fatos científicos e iii) reposicionar a atividade técnica no centro das outras atividades humanas (FEBVRE, 1935; GILLE, 1973, p.521; DAUMAS, 1969, p.5). Para ele, deve-se, antes de mais nada, definir quais são os procedimentos e as máquinas utilizadas, o que torna a cooperação dos historiadores com os técnicos indispensável (GILLE, 1973, p.521-522). Seguindo esta linha de pensamento, a pesquisa pretende valorizar a

assertiva de Lucien Febvre, retomada e enfatizada por Maurice Daumas (1969, p.6, tradução nossa): “cada época tem a sua técnica, e esta técnica tem o estilo da sua época”. Assim, restabelecer as conexões do conhecimento técnico praticado no Brasil com as práticas de outros países, em particular da Alemanha, possibilita esclarecer outros aspectos da época, porque a técnica, como foi dito precedentemente, está inserida no centro das atividades do ser humano. Nesse sentido, a aquisição das técnicas é um fenômeno complexo, do ponto de vista histórico, podendo, eventualmente, se confundir com a difusão pura e simples pela transmissão oral e pela aprendizagem e passando pela necessidade de formação de um pessoal técnico qualificado (DAUMAS, 1971, p.9), como é o caso da Escola de Comércio de Porto Alegre e da Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais, por exemplo. Sobre a referida assertiva de Lucien Febvre, Fédi (2000, p.291) observa, ainda, que Auguste Comte, “um século antes, havia estabelecido os fundamentos de uma história das técnicas que logo foi eclipsada”, em que se percebe a estreita relação entre o progresso e o desenvolvimento dos transportes, no pensamento comtiano, elemento presente no governo castilhistas:

Na última fase do movimento moderno, explica Comte, na idade em que “o uso extensivo das máquinas” participa do desenvolvimento da “ação racional da humanidade sobre o mundo exterior”, as proezas técnicas, apoiadas no conhecimento das leis naturais, acabam por arruinar a crença em uma ordem divina reputada imutável e estimulam o espírito positivo. Ao destruir as estruturas hierárquicas do antigo sistema, a crise revolucionária coloca em primeiro plano a potência política e financeira da indústria. Esta promoção social suscita um vasto progresso técnico, marcado por uma profunda mutação dos meios de transporte (FÉDI, 2000, p.290, tradução nossa).

Embora, segundo Fédi (2000, p.283, tradução nossa), Lucien Febvre não faça alusão à contribuição de Comte, até mesmo por se opor aos historiadores “positivistas”, e evitar direcionar sua obra para a filosofia, nota-se, paradoxalmente, seu teor filosófico ao orientar a pesquisa na perspectiva de “inserir a invenção técnica na série de feitos científicos, evidenciando a relação entre a teoria e a prática variável conforme as áreas e as épocas”, ou ainda, de “detectar as relações que atividade técnica mantém com outras atividades humanas como a religião, a arte, a política, as necessidades militares ou sociais”. Uma outra frase formulada por Febvre (1935), “técnica: uma das tantas palavras das quais a história não é feita”, representa, justamente sua reação contra uma história *événementielle*, dos acontecimentos, tida como “positivista”, e foi também publicada nos *Annales* em 1935, no conhecido

manifesto em defesa de uma história das técnicas (FÉDI, 2000, p.281-282), aqui mencionado. Para Jacomy (2015), o posicionamento de Febvre expressado nesta sua frase deve estar sempre presente na mente dos historiadores, até mesmo porque há ainda muito a ser feito na área da história das técnicas. A história das técnicas, atualmente, não deve simplesmente mencionar as inovações e as pessoas que a marcaram, tampouco ser compartimentalizada em áreas distintas do conhecimento. A metodologia deve seguir uma abordagem cultural, mostrando as conexões que unem as técnicas às práticas sociais, ao cotidiano, entre outras coisas (JACOMY, 2015). Sendo assim, esta tese busca apresentar a técnica metalúrgica no Brasil em sua relação com a sociedade brasileira, com a participação de Francisco Rodolfo e de outros políticos e cientistas, identificando suas conexões com a técnica e com pessoas de outros países, como a Alemanha, envolvendo aspectos econômicos e sociais, entre outros.

Para isso, a articulação com a história cruzada possibilita uma abordagem relacional que, assim como a comparação, as transferências e a história conectada, questiona as ligações materializadas na esfera social ou projetadas entre diferentes formações historicamente constituídas (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.8). Desse modo, analisam-se relações que as minas de carvão de Gravataí e o Porto de Torres estabelecem entre si, com Francisco Rodolfo, com o Rio Grande do Sul, com o Império Austro-húngaro e com a Alemanha, entre outras relações que podem ser evidenciadas, no decorrer da pesquisa, buscando uma perspectiva peculiar para revelar fenômenos que poderiam passar despercebidos:

Mas a história cruzada ambiciona também tratar objetos e problemáticas específicas que escapam às metodologias comparativas e aos estudos de transferências. Ela permite, desse modo, apreender fenômenos inéditos a partir de quadros de análise renovados. Desse modo, a história cruzada fornece a ocasião de sondar, através de uma perspectiva particular, questões gerais como as escalas, as categorias de análise, a relação entre diacronia e sincronia, os regimes de historicidade e de reflexividade. Por fim, a história cruzada problematiza sua própria historicidade, a partir de um triplo procedimento de historicização: do objeto, das categorias de análise e das relações entre pesquisador e objeto de pesquisa. Ela oferece, portanto, uma “caixa de ferramentas” que, para além das ciências históricas, pode ser operacional em muitas outras disciplinas que cruzam perspectivas do passado e do presente (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.10, tradução nossa).

A história cruzada tem, assim, aspectos em comum com abordagens como as transferências, as comparações, ou a história conectada, mas tem a particularidade

de procurar ajustar as limitações que estas perspectivas poderiam apresentar para a especificidade do tipo de fenômeno de mudança, de consequência e de repercussão que se pretende evidenciar na presente pesquisa.

Quanto à comparação, a história cruzada questiona a relação desta abordagem com a historicidade do objeto de pesquisa, destacando dificuldades: a escolha do nível de comparação, a definição do objeto de comparação e os conflitos entre as lógicas sincrônica e diacrônica (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.11-12). Nesse sentido, reconhece a impossibilidade para qualquer pesquisador, na prática, de estabelecer uma comparação a partir de um posicionamento externo. Além disso, as relações entre os elementos de comparação são dinâmicas no tempo e no espaço, e modificam suas zonas de contato, necessitando de um ajuste permanente dos instrumentos de análise. Estas questões estão ligadas à articulação de uma análise sincrônica com um objeto de pesquisa historicamente constituído, que apresenta uma dimensão histórica. Esta dificuldade poderia ser superada pelas transferências, que partem dos processos históricos que se desenvolvem ao longo do tempo, e são particularmente úteis para as relações entre as disciplinas (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.13), como é o caso desta pesquisa, que relaciona história com aspectos da geografia. No entanto, as transferências também apresentam suas limitações, que são os quadros de referência, pressupondo pontos fixos: uma situação inicial e outra final, e, conseqüentemente, a rigidez das categorias de análise. Com isso, ocorre um *déficit* de reflexividade, eventualmente priorizando e consolidando um determinado referencial de análise, até mesmo em uma situação de troca. Por fim, outra limitação das transferências seria a reciprocidade e a reversibilidade de processos lineares de introdução, difusão e recepção entre as culturas (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.15).

Já a história cruzada direciona o olhar para múltiplas direções, para abordar os fenômenos de interação entre elementos e apreender os múltiplos efeitos deste cruzamento, em função da maleabilidade, resistência e do ambiente em que se inserem (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.15). Isto significa que, ao considerar a intersecção entre a Mina de carvão de Gravataí e o Porto de Torres, um elemento não é considerado somente em relação ao outro elemento. Considera-se um elemento através do outro, em termos de relações, de interações e de circulação, opondo-se a um quadro estático de comparação (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.16). Seguindo este princípio dinâmico, Werner e Zimmermann (2003, p.16) salientam que

o cruzamento entre os elementos excede o ponto de encontro entre os objetos, estendendo o olhar para as consequências deste encontro. Estas repercussões podem atingir ambientes próximos ou até mesmo distantes, e acontecer em temporalidades outras, como se verifica nesta pesquisa. Do ponto de vista espacial, a história cruzada das minas de carvão e do Porto de Torres repercutiu em outros ambientes, como Porto Alegre, como sede do governo estadual, e a Alemanha, através da negociação da concessão do Porto de Torres com o governo gaúcho, na década de 1930. A repercussão desta história cruzada também acontece no tempo, com o andamento do atual projeto de exploração carbonífera Gravataí – Torres, mais de um século depois do período pesquisado.

Por fim, Werner e Zimmermann (2003, p.16) apontam que a história cruzada se interessa não somente pelo caráter novo e inédito do resultado do cruzamento, mas também pela forma como os elementos que foram cruzados são afetados pelo cruzamento. Os autores pressupõem que estes elementos, apesar de alterados, permanecem identificáveis, o que marca a problemática do cruzamento. Nesse sentido, ao analisar a intersecção entre a Mina de Gravataí e o Porto de Torres, cada um destes objetos técnicos é afetado, porém a mina continua sendo a Mina de Gravataí e, da mesma forma, continua-se a reconhecer a concepção de Francisco Rodolfo do Porto de Torres, ainda que ambos os elementos tenham sido alterados, em seu cruzamento como espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres.

Em síntese, a história cruzada não rejeita a comparação nem os estudos de transferência. Na verdade, esta abordagem dedica uma atenção especial aos aspectos metodológicos até então discutidos, porém propondo uma alternativa centrada na mudança para superar o que considera um “ponto cego” metodológico:

Pensar configurações relacionais ativas e dissimétricas, assim como o caráter lábil e evolutivo das coisas e das situações, pensar não somente a novidade, mas também a mudança, essa é uma das ambições da história cruzada. Ao invés de um modelo analítico – que acabaria por fixar as coisas, lá onde gostaríamos, ao contrário de articulá-las e colocá-las em movimento -, ela oferece a possibilidade de elaborar uma caixa de ferramentas que, integrando as contribuições metodológicas já experimentadas da comparação e do estudo das transferências, permite apreender de modo mais satisfatório a complexidade de um mundo compósito e plural em movimento, e por esta via, justamente, a questão fundamental da mudança, ponto crítico, se não for um ponto cego, da comparação e, em uma certa medida, das transferências WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.18, tradução nossa).

Na prática da história cruzada, encontram-se imbricadas quatro grandes famílias: os cruzamentos intrínsecos ao objeto de pesquisa, o cruzamento de pontos de vista, as relações entre o observador e o objeto e o cruzamento de escalas. Através do cruzamento, ocorre um processo cognitivo que articula o objeto, o observador e o meio, com superposição das dimensões empírica e reflexiva. Com isso, podem-se combinar as possibilidades de abordagem de acordo com o objeto de pesquisa e com as escolhas teóricas ou metodológicas (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.17). Nesta pesquisa, o cruzamento das minas de carvão de Gravataí com o projeto de Porto de Torres é intrínseco ao objeto de pesquisa, que é o espaço Porto Alegre - Gravataí - Torres pensado por Francisco Rodolfo. Neste caso,

Pode-se enfatizar a dimensão histórica constitutiva dos elementos cruzados e a história do próprio cruzamento. [...] A investigação foca, então, nos momentos e nos fenômenos anteriores ao cruzamento, assim como as modalidades deste último. No entanto, também é possível se interessar ao que ocorre depois, aos produtos e aos processos que o cruzamento gera mais ou menos diretamente. [...] Seja qual for o ponto de início escolhido, o cruzamento, nestes estudos, atua como matriz de base para a construção do objeto que, de acordo com cada caso, será ancorada mais ou menos fortemente à análise dos momentos anteriores ou posteriores de intersecção propriamente ditos. Assim sendo, trata-se de objetos de pesquisa inéditos, geralmente inacessíveis às problemáticas da comparação e das transferências (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.18, tradução nossa).

Seguindo esta escolha metodológica, esta pesquisa é a história do cruzamento da representação do Porto de Torres de Francisco Rodolfo Simch com a Mina de Gravataí, com interesse maior nos momentos anteriores a este cruzamento, como o início do seu interesse na exploração do tungstênio. No entanto, alguns momentos posteriores à intersecção também interessam à pesquisa, como a negociação da concessão do Porto de Torres para a Alemanha e o atual projeto Gravataí – Torres, considerados um processo gerado por este cruzamento. O cruzamento de alguns pontos de vista sobre a qualidade do carvão gaúcho, bem como sobre a construção da ligação entre Porto Alegre e Torres e do Porto de Torres também é apresentado, com utilização, em especial, de relatórios de diferentes autores, funcionários da SOP.

Além disso, “a história cruzada busca evidenciar o espesso tecido de entrecruzamentos, a partir das referências efetivamente mobilizadas por uns e por outros na elaboração de suas representações respectivas”, insistindo nos efeitos das interações da reflexividade e das interações (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.28). Como um trabalho de objetivação das relações multiformes do pesquisador com o

objeto, assegura-se a dimensão reflexiva ao ajustar continuamente a análise de acordo com a dinâmica da investigação (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.21). Tendo isto em vista, a pesquisadora, ciente dos efeitos das suas próprias experiências sobre a análise dos assuntos investigados, procurou ajustar a problemática e as categorias de análise, buscando dominar estas relações com o objeto de pesquisa, dentro de suas possibilidades. Segundo Werner e Zimmermann (2003, p.23), esta prática de ajuste dinâmico da investigação faz parte da orientação indutiva da história cruzada, como forma de limitar os efeitos que a comparação pode causar, pela cristalização das categorias de análise e dos objetos. Nesse sentido, uma estratégia é o cruzamento de escalas, que procura superar a oposição entre micro e macro, para, ao contrário, insistir em sua inextricável imbricação nas ações analisadas:

A noção de escala não remete ao micro ou ao macro, mas sim aos diferentes espaços nos quais se inscrevem as interações constitutivas do processo analisado. Em outros termos, trata-se de escalas construídas ou mobilizadas em situações variadas, que são tanto espaciais quanto temporais, e suas variações não são apanágio exclusivo do pesquisador, mas são também fato dos protagonistas das situações estudadas. Vê-se, portanto, que o cruzamento pertence tanto ao registro do objeto de estudo quanto àquele dos procedimentos de pesquisa ligados às escolhas do pesquisador (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.2003).

Isto significa que certas variações de escala são realizadas por Francisco Rodolfo, enquanto protagonista de situações pesquisadas que envolvem vários níveis espaciais e temporais. No caso da mineração, por exemplo, relações em nível familiar, local, nacional e internacional são por ele protagonizadas, e fatos do passado, bem como projeções para o futuro são por ele delineados e relatados. As escolhas de escala operadas pela pesquisadora ocorrem em função do objeto, ao selecionar situações que demonstrem os processos que pretende analisar, seguindo o princípio da indução pragmática. Esta forma de análise é coerente com a proposição de Revel (1998) sobre a “hierarquia dos níveis de observação”, ao afirmar que:

(...) cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global (REVEL, 1998, In: REVEL (Org.), 1998, p.27-28)

Esta modulação particular da história global é coerente com a abordagem de Schulze e Fischer (2019, tradução nossa), ao analisar as “múltiplas facetas e as

densidades desiguais” de processos de globalização, procurando examinar a circulação de atores e de ideias, com especial atenção aos cruzamentos em escala global, ao invés de, simplesmente, observar uma única dimensão binacional destes processos. Nesta pesquisa, Francisco Rodolfo e Francisco José são atores que circulam e fazem circular ideias que contribuem para o processo de globalização da aquisição da técnica siderúrgica no Brasil, utilizando suportes como a imprensa, os livros, e passando por instituições. Eles atuam como mediadores entre suas próprias culturas técnicas e aquelas de países como a Alemanha, os Estados Unidos e a França, além dos outros países sul-americanos, aos quais estão atentos ao desenvolvimento técnico enquanto economias concorrentes.

É com este objetivo que, em determinados espaços onde acontecem interações que constituem um processo analisado, reduz-se a escala de observação para situações concretas vivenciadas por Francisco Rodolfo, com o objetivo de identificar “estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula (GINZBURG; PONI, 1979, p.188, tradução nossa). Um exemplo disto é a análise do processo de recepção e circulação do conhecimento científico dentro do espaço familiar, onde a interação entre pai e filho, Francisco José e Francisco Rodolfo, constitui este processo analisado. Neste caso, é o espaço familiar o objeto escolhido para ser analisado e que requer, portanto, uma redução de escala que possibilite reconstituir as conexões entre as estruturas da sociedade austríaca e brasileira, inerente às interações destes indivíduos, trazendo perspectivas novas e complementares para a historiografia. Seguindo a metodologia da história cruzada, as diferentes escalas são articuladas no nível do próprio objeto, que é, neste caso, o biografado.

Nesse sentido, o princípio da indução pragmática significa partir do objeto em análise e das situações de ação nas quais ele é considerado, utilizando-se parâmetros de investigação previamente definidos que sofrem reajustes contínuos, de acordo com o andamento da pesquisa. As situações são importantes, nesta perspectiva, como uma maneira de se evitar o caráter de exterioridade e de rigidez do contexto para, ao contrário, torná-lo parte integrante da análise. Assim como as escalas, a definição do contexto não é exclusiva do pesquisador, porque apresenta referenciais próprios dos objetos e das atividades estudadas (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.24). Sendo assim, a situação não se refere somente a um quadro específico em que ocorre a ação, ela inclui as interações que prevalecem neste quadro, e a maneira como ocorrem, com sua lógica de ação (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.25). Desse

modo, “atenta, ao mesmo tempo, às conjunturas curtas de ação e às condições estruturais de possibilidade desta última, uma abordagem assim abre perspectivas para pensar conjuntamente a mudança e a estabilidade” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.26, tradução nossa). Uma destas perspectivas é a reflexividade como “um campo relacional criador de sentido” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.28, tradução nossa). Dessa forma, nesta pesquisa, a escolha de situações como o cotidiano da mineração em Gravataí e a negociação da concessão do Porto de Torres com o governo alemão decorre de referenciais próprios do objeto de pesquisa, em que o contexto supera a noção de um quadro onde as ações acontecem para, ao contrário, integrar a pesquisa e revelar lógicas de ação.

Finalmente, considerando-se que esta pesquisa é uma narrativa sobre a vida de Francisco Rodolfo, o método biográfico é uma ferramenta que possibilita selecionar as situações da vida do biografado que permitirão revelar suas lógicas de ação, especialmente sob o prisma da técnica. No método biográfico, “o trabalho de análise, de interpretação e de síntese da vida enunciada é obra exclusiva, por assim, dizer, de um outro, e não daquele que contou essa vida” (PINEAU, 2012, p.138). Segundo Dosse (2015), uma biografia pode apresentar várias abordagens ao mesmo tempo, até mesmo pela variedade de assuntos e referências cronológicas e espaciais que pode envolver. Neste caso, por um lado, tem-se a abordagem modal, como metodologia de escrita “que corresponde tanto a um momento histórico quanto a uma forma de abordagem sempre atual do gênero [biográfico]” (DOSSE, 2015, p.195). Assim, a tese é capaz, em alguns momentos, de “descentralizar o interesse pela singularidade do percurso recuperado a fim de visualizá-lo como representativo de uma perspectiva mais ampla” (DOSSE, 2015, p.195), que é aquela da Mina de Gravataí, em sua particularidade de relação com o Porto de Torres e com Porto Alegre. Isto não significa, contudo, que Francisco Rodolfo seja um representante perfeito de uma categoria política, étnica ou social, ou mesmo de uma época ou de um lugar. Nesse sentido, Burke (1997, p.95) ressalta o método biográfico contemporâneo, que se distingue das produções renascentistas, em que prevalecia uma “noção de exemplaridade” do indivíduo pertencente a “categorias morais” específicas, narrado como uma pessoa “estática, o produto fixo de um equilíbrio de humores”, ou, ainda, “o resultado inevitável de uma constelação de fatores ligados ao nascimento”. A biografia, em seu sentido atual, discute o desenvolvimento da personalidade, leva em consideração a cronologia e introduz materiais relevantes

(BURKE, 1997, p.84). Desse modo, embora Francisco Rodolfo tenha características em comum com grupos sociais e políticos de sua época, suas particularidades também são apresentadas, não constituindo o biografado um simples produto do seu tempo e do lugar em que viveu. O valor das singularidades da sua trajetória, apontadas ao longo da pesquisa, está nas conexões e interfaces que ele estabelecia com outros grupos, contribuindo, entre outras coisas, para a circulação do conhecimento científico entre as esferas sociais pelas quais transitava. A cronologia da biografia de Francisco Rodolfo Simch possibilita, assim, que se perceba o desenvolvimento da sua personalidade, que, longe de ser estática, modifica-se no decorrer de sua vida, como se percebe por meio da análise das fontes selecionadas em função de sua relevância para evidenciar estes pontos de continuidade e de mudança de sua existência, e pela identificação dos seus vínculos com as pessoas, os lugares e os eventos presentes em sua trajetória.

Por este motivo, justamente, a pesquisa não deixa de analisar o “vínculo de interação que permitirá ver as coisas de outro modo e autonomizar o método biográfico” (DOSSE, 2015, p.248). Nesse sentido, utiliza como metodologia a biografia do grupo primário de Ferrarotti (2014), em que as interações do biografado são consideradas a partir de seus núcleos primários de interação, como a SOP, ou o cotidiano da mineração, por exemplo. Esta forma de proceder faz com que a pesquisa biográfica evite o “nominalismo”, escapando de uma “lógica atomista” e do “psicologismo social”, porque Francisco Rodolfo não é um “átomo social” (FERRAROTTI, 2014, p.83), ele faz parte de “um sistema complexo de relações” situado no quadro de um contexto histórico específico (MARC, 2020, p.216). Assim, esta pesquisa biográfica tem por tema principal a atuação de Francisco Rodolfo, mas não deixa de estudar suas relações com as ações de outras pessoas a ele relacionadas, com o objetivo de evitar “distorções na interpretação da subjetividade do biografado” (MARC, 2020, p.217), porque “a razão dialética pode evitar esses perigos, mesmo baseando-se na prática individual”(FERRAROTTI, 2014, p.83). Sobre a razão dialética, esta, na concepção conferida por Ferrarotti (1991, p.172), além de evitar o referido perigo de atomismo social, “nos autoriza a interpretar a objetividade de um fragmento da história social, na base da subjetividade presente de uma história individual”. Dessa forma, toda a subjetividade das fontes produzidas por Francisco Rodolfo Simch, ou que sobre ele falam, é analisada como um dos fundamentos, juntamente com a historiografia já produzida, para interpretar a

objetividade de acontecimentos selecionados para esta pesquisa. Esta escolha metodológica baseia-se no pressuposto de que a realização de uma biografia total seria impossível, e que, partindo-se da biografia de vários grupos primários, seria possível, em uma pesquisa futura, buscar retratar de forma mais abrangente a vida de Francisco Rodolfo Simch (MARC, 2020).

Em conclusão, este método permite narrar as ações de Francisco Rodolfo em alguns dos seus campos de atuação, onde a racionalidade atua como “constituidora de sentido” (RÜSEN, 2001, p.174), “ao interpretar um passado experimentado por outro sujeito, em outra época e circunstância, para procurar reconstituir o sentido das suas experiências” (MARC, 2020, p.216). Assim, a consciência da “razão histórica”⁸⁵, que “confere ao princípio da diferença, da pluralidade, da particularidade e da negatividade uma força regulativa na interpretação do passado” (RÜSEN, 2001, p.173), pode mostrar “as diferenças e a diversidade de fatores e modos do acesso da experiência do passado”, de modo a ampliar sua coerência⁸⁶ (RÜSEN, 2001, p.174).

⁸⁵ Para Rösen (2001, p.173), “razão é um saber referente aos modos de operação da argumentação racional e, simultaneamente, a capacidade de sintetizar com coerência os diversos tipos de racionalidade presentes no pensamento histórico, sem reduzir sua pluralidade à uniformidade”.

⁸⁶ A razão “media, sintetiza e amplia a coerência na diversidade” (RÜSEN, 2001, p.174).

2 ANTECEDENTES DE UMA TRAJETÓRIA EM FAMÍLIA (1851-1900)

*“Moi qui n’ai connu toute ma vie
Que le ciel du nord
J’aimerais débarbouiller ce gris
En virant de bord”
(Charles Aznavour)*

Esta parte da biografia de Francisco Rodolfo Simch estuda o período desde o seu nascimento, em 1877, passando por sua formação na Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais, e seu retorno a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no início do século XX. Esta divisão temporal evidencia o sentimento de Francisco Rodolfo pelo lugar Rio Grande do Sul, segundo o conceito de topofilia de Tuan (2015), pois abrange desde o seu nascimento até a idade adulta, quando tem 51 anos, passando pelo ano de 1928, marco da sua trajetória. A terra natal do pai, a Boêmia, e o Rio Grande do Sul, são “lugares conectados por um caminho” (TUAN, 2015), caminho este marcado pela imigração, pela política e pela técnica, como este capítulo pretende mostrar.

Grande parte da trajetória profissional de Francisco Rodolfo Simch aconteceu em parceria com seu pai, Francisco José, razão pela qual esta tese dedica especial atenção a aspectos da biografia paterna, porque elucidam o trabalho conjunto de pai e filho a serviço do governo do Rio Grande do Sul, principalmente nas duas primeiras décadas do século XX. Considerando-se sua atividade na área da mineração e metalurgia, também é importante apresentar brevemente os antecedentes do desenvolvimento da técnica destas áreas, no contexto brasileiro, estabelecendo conexões com a técnica de outros países, em especial com a Alemanha. Assim, embora a maior parte desta pesquisa trate do período 1877-1937, é necessário, em uma primeira etapa, retroceder em algumas décadas, até antes do nascimento de Francisco Rodolfo Simch, para identificar suas origens familiares.

Nesta seção, Francisco Rodolfo é apresentado, em primeiro lugar, sob a perspectiva biográfica e genealógica, para, depois, no capítulo seguinte, situá-lo em seu contexto social e de trabalho. No âmbito profissional, aliás, destaca-se a presença de seu pai, que com o filho compartilha a sua própria rede de relações com o governo do Rio Grande do Sul. Levando-se isso em conta, o pai Francisco José ganha destaque na narrativa, como um dos muitos imigrantes do antigo Império Austro-

húngaro que trazem uma “perspectiva centro-oriental europeia através da qual vieram, perceberam e interpretaram a América Latina e, sobretudo, souberam refletir suas experiências em diversos escritos” (PRUTSCH; BERTONHA; SZENTEVARGA, 2017).

Por esse motivo, é importante compreender o seu papel na trajetória do filho, observando o seu contexto de chegada ao Brasil, passando pela posterior integração na colônia germânica da região de Santa Cruz do Sul e, depois, em São Gabriel, até o trabalho em Porto Alegre. Assim, a descrição dos principais eventos da vida do pai esclarece algumas referências políticas e familiares de Francisco Rodolfo Simch. Da mesma forma, alguns aspectos da família da mãe, Emma Wild Simch, e da esposa, Alice Nunan Simch, são evidenciados, ao longo deste estudo, para compor uma visão do conjunto da família. Esta abordagem explica e introduz a família Simch como parte da elite política e econômica gaúcha, em função dos cargos assumidos na administração pública, e da história do Brasil, principalmente sob o prisma da imigração e da economia. Nesta seção, busca-se, então, identificar a figura paterna: Francisco José Simch, que nasceu em 1851, na Boêmia, no antigo Império Austríaco, e morreu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no Brasil, em 1928.

2.1. O SENTIMENTO DE SER AUSTRÍACO EM UM IMPÉRIO MULTIÉTNICO

*“Il voulait trouver mieux que son lopin de
terre
Que son vieil arbre tordu au milieu
Trouver mieux que la douce lumière
Du soir près du feu
Qui réchauffait son père
Et la troupe entière de ses aïeux”
(Francis Cabrel)*

Francisco José identificava-se e era identificado como austríaco, e assim era, portanto, reconhecido por sua família e pela sociedade gaúcha. Esta sua identificação com a nacionalidade austríaca e este sentimento de fazer parte de uma organização política maior, o Império Austríaco, até mais que da região da Boêmia, é coerente com a sua origem étnica alemã:

A população alemã dos países boêmios, instalada na longa banda fronteira e em algumas pequenas ilhas linguísticas tinha, no melhor dos casos, um vago sentimento de pertencimento regional, e se identificava à terra natal

como Alemães da Boêmia, da Morávia e da Silésia austríaca. Ela era profundamente leal à casa imperial e tinha uma consciência muito viva de um grande Estado global austríaco (...). (HOENSCH, 1995, p.326, tradução nossa).

Este sentimento de lealdade ao Império Austríaco era, à época do nascimento de Francisco José, até mais importante do que o sentimento de pertencimento à etnia alemã ou à região da Boêmia. Com efeito, Hoensch (1995, p.327, tradução nossa) esclarece que, neste período, “este patriotismo de Estado passivo, reforçado pelas forças nacionais que eram a Igreja, a nobreza de corte e a burocracia, havia obstaculizado a aparição de uma consciência pan-alemã”⁸⁷.

Voltando, então, a Francisco José, sua terra natal passou por várias mudanças políticas, desde o seu nascimento, em 1851, deixando de ser Império Austríaco para se tornar Império Austro-Húngaro e, depois da Primeira Guerra Mundial, Tchecoslováquia. Mesmo depois da formação política da Tchecoslováquia, em 1918, Francisco José era identificado como austríaco. Hoje, sua cidade natal, Oberkreibitz ou Horní Chřibská, pertence à República Tcheca e situa-se no distrito de Tetschen (em alemão) ou Děčín (em tcheco), que pertence, por sua vez, à região conhecida como Aussiger Region (em alemão) ou, ainda, Ústí nad Labem ou Ústecký kraj (em tcheco). É uma cidade, que, à época do nascimento de Francisco José Simch, contava com menos de 2.000 habitantes, e que se localiza na Boêmia do Norte, próxima à fronteira com a Alemanha. Hoensch (1995, p.257), explica que na cidade natal da família Simch, em 1669, foi fundada por Venceslas Norbert Kinsky uma organização para os sopradores e lapidadores de cristal, objetivando o desenvolvimento da manufatura do cristal da Boêmia, um produto que logo alcançou renome internacional. Spiegl (2021, p.46-49) traz o sobrenome Simchen em Oberkreibitz, no princípio do século XIX, ao narrar a história da fabricação de cristal da Boêmia.

⁸⁷ Esta peculiaridade do patriotismo austríaco dos boêmios é ilustrada nas memórias do imigrante Josef Umann: “Embora nós usufríssemos poucas vantagens da nossa pátria [Alemanha], pois não era culpa nossa haveremos nascido na Áustria, éramos, no entanto, patriotas e xingávamos vigorosamente aos insaciáveis prussianos [...]” (UMANN, 1997, p.14). Umann (1997, p.15) lembrava, ainda, que os idosos costumavam dizer que “um austríaco vencia brincando dois prussianos”.

Fotografia 7 – Registro de nascimento de Franz Simch, 12/03/1851, Oberkreibitz, Boêmia.



Fonte: MATRIKA L49/38 1826-1856, p.177-178, Arquivo de Litomerice, República Tcheca⁸⁸.

Grande parte dos registros da segunda metade do século XIX está atualmente nos arquivos da República Tcheca e da Eslováquia, como o Arquivo Central de Praga, que contém documentação da administração civil da Boêmia ou *Gubernium*, no contexto de emigração promovida pela Boêmia, naquele século (OPATRNÝ, 2017, p.122). Há também os arquivos regionais, como Třeboň, Opava, Zámbrsk, Pilsen e Litomerice (OPATRNÝ, 2017, p.122), sendo neste último encontrados os registros da família Simch.

Isto posto, a partir desta etapa da pesquisa, far-se-á menção à terra natal de Francisco José Simch como a Boêmia, pertencente ao Império Austro-Húngaro, porque esta denominação, decorrente da união política entre o Império Austríaco e o Reino da Hungria, foi utilizada entre 1867 e 1918, ou seja, é aplicável à maior parte da sua vida e, principalmente, ao período de sua vida adulta. Além disso, utilizar-se-ão doravante, no presente texto, preferencialmente as denominações em alemão das cidades daquele império.

Esmiuçando-se os antecedentes biográficos de Francisco Rodolfo, sabe-se, pois, que seu pai nasceu em um lugar de grande diversidade cultural, a Boêmia. Isto se comprova pelo próprio fato da cidade natal da família Simch possuir dois nomes, um em idioma alemão e outro em tcheco, como também ocorre com o distrito e a região correspondentes. O mesmo acontece com outras cidades da região, atestando a pluralidade étnica que foi característica do Império Austro-Húngaro, onde habitavam pessoas falando mais de um idioma e cultivando culturas diversas.

⁸⁸ O registro de nascimento de Franz Simch, em 12 de março de 1851, encontra-se no Arquivo de Litomerice, na República Tcheca, em MATRIKA L49/38 1826-1856, p.177-178

Bled (1993) esclarece que as circunscrições políticas e administrativas do Império Austro-húngaro não coincidiam com os limites dos territórios povoados pelas nacionalidades, mas, na realidade, reproduziam os territórios progressivamente adquiridos pelos Habsburgos, sem que houvesse uma preocupação com a homogeneidade nacional. No caso específico da Boêmia, assim como na Morávia, ocorria um “dualismo nacional” entre alemães e tchecos (BLED, 1993), por esse motivo reitera-se que é importante contextualizar a identificação da família Simch com a etnia alemã.

De acordo com Opatrný (2017), é uma tarefa difícil para o historiador definir precisamente a etnia de uma pessoa do Império Austro-Húngaro, sendo necessário observar sua cultura, sua afinidade maior com um idioma, eslavo ou alemão, por exemplo, para, ainda assim, somente presumir seu pertencimento a uma determinada etnia. Nesse sentido, o sobrenome não pode ser considerado isoladamente como um indicativo das origens de um imigrante, porque “um nome tcheco poderia ser escrito foneticamente em alemão, ou um indivíduo poderia modificá-lo para utilizá-lo mais facilmente em um novo país”, então, para esclarecer a origem de um imigrante do Império Austro-Húngaro, é necessário estudar documentação suplementar, como as correspondências pessoais e a afiliação a organizações vinculadas a uma etnia (OPATRNÝ, 2017, p.122, tradução nossa).

No caso de Francisco José Simch, reitera-se que seu nome está sempre associado à nacionalidade austríaca, mesmo depois da criação da Tchecoslováquia, que aconteceu em sua vida adulta. Ele tinha o alemão como língua materna, e constituiu, no Brasil, uma família de cultura germânica.

Fotografia 8 – Francisco José Simch (1851-1928), quando jovem.



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Até depois da emigração de Francisco José, incluindo os dias atuais, tem-se registro de outras pessoas com o sobrenome Simch na cidade de Oberkreibitz. Seu passaporte, emitido pelo antigo Império Austro-Húngaro, informa sua profissão como auxiliar de engenheiro, em 1871, aos 20 anos de idade. Isto indica que Francisco José, antes de emigrar para o Brasil, já tinha uma formação técnica reconhecida pelas autoridades locais. Este conhecimento, que poderia ser formal ou consolidado pela experiência do trabalho em sua terra natal, traduziu-se, no Brasil, pelo reconhecimento da atividade profissional de Francisco José Simch como agrimensor.

Fotografia 9 – Passaporte de Francisco José Simch emitido pelo antigo Império Austro-húngaro, 1871



Fonte: Acervo pessoal de Francisco José Simch Jr.

Nos registros civis de Francisco José Simch, de seus pais e de seus avós, a família Simch aparece vinculada às atividades de jardinagem e de fabricação de cristal. Os casamentos indicam que os membros da família eram pessoas próximas, eventualmente até vizinhos de casa, morando, no máximo, em cidades limítrofes. Embora as profissões do núcleo familiar indiquem o pertencimento à classe trabalhadora e, em razão disso, uma provável austeridade econômica, percebe-se um bom nível cultural e de formação profissional. Isto se comprova pelo conhecimento profissional, atestado no referido passaporte de Francisco José, pela narrativa da tradição familiar e também por sua trajetória no Brasil, como se verá a seguir.

Seguindo, então, os vestígios deixados sobre a origem paterna, tem-se a região da Boêmia como terra natal da família paterna. Mas, afinal, como definir a Boêmia? Flores (2105, p.77) traz a origem etimológica da palavra no latim *Boii – Boiohemum*, referente à tribo dos celtas boios. Segundo Hoensch (1995, p.7), o historiador František Palacký⁸⁹, em 1836, foi o primeiro autor de uma história da Boêmia satisfatória, do ponto de vista científico: um reino cujos contornos externos formam

⁸⁹ František Palacký (1798-1876) foi um historiador e político que marcou o renascimento nacional tcheco, pregando o austroeslavismo. Para ele, os dois princípios que definem o caráter específico da história tcheca são a ideia religiosa da Reforma e o espírito democrático, que se opõem ao *Drang nach Osten* dos Alemães, que traz a ideia do feudalismo e do absolutismo, especialmente no período hussita. Seu pensamento influenciou a concepção da “questão tcheca” e o ideal de humanidade do programa político de Tomáš Garrigue Masaryk, que foi presidente da Tchechoslováquia entre 1918 e 1935. Antes disso, Masaryk foi professor da Universidade de Praga, de 1882 a 1911, deputado do Conselho do Império Austríaco entre 1891 e 1893 e entre 1907 e 1914 e promotor da resistência tcheca no estrangeiro durante a Primeira Guerra Mundial (PATOČKA, 1991, p.216-218).

um quadrilátero irregular, onde cada ângulo aponta para um dos pontos cardeais, sendo este território cercado de montanhas que, em três dos seus lados, são também a linha divisória mais elevada das águas da Europa central, formando fronteiras naturais. Palacký (2007) salienta que esta localização geográfica central da Boêmia na Europa propiciou contatos entre povos eslavos, romanos e alemães, onde se sucederam principalmente conflitos entre tchecos e alemães.

Destacam-se, na Boêmia, a exploração das minas de metais preciosos, que foi muito importante na Idade Média, bem como as jazidas de metais não ferrosos, de urânio e de carvão (HOENSCH, 1995, p.10), uma experiência ancestral que Francisco José leva para o Brasil e compartilha com o filho, na geração seguinte da família Simch.

Em sua origem, a Boêmia sofreu a influência de diferentes grupos étnicos, como, por exemplo, as tribos celtas, que haviam iniciado suas rotas de migração no século V a.C., passando a coabitar com os germanos, na Boêmia do Norte, depois da ocupação germânica, a partir do século II a.C., da presença romana e dos eslavos, que se instalaram a partir de 375 (HOESCH, 1995, p.17-23). Esta ancestralidade está presente na narrativa mítica de Cosme de Praga, falecido em 1125, deixando a sua Crônica dos Boêmios (*Chronica Boëmorum*):

A lenda do ancestral Bohemus ou Čech, chegado (assim como Moisés) em uma terra prometida e deserta desde o dilúvio, introduz a história de uma idade de ouro da paz e do amor livre. A propriedade privada semeia os germes do mal, gera conflitos arbitrados por juizes e mulheres sábias (como nos Germanos de Tácito, a mulher tem alguma coisa de divino). Uma das três grandes mágicas (ou Normas? [Deusas da mitologia nórdica]), a profetisa Libuše é insultada por dois queixosos que exigem, em seguida, serem governados por homens. Libuše inaugura ela mesma esta nova fase – expulsão do paraíso da felicidade e da liberdade para o mundo rude da sujeição ao arado e do regime militar – ao se casar com Přemysl, o Lavrador (fundador da agricultura) e ao construir um castelo. A idade de ouro não capitula imediatamente, começa um revigoramento sob forma de uma insurreição de Amazonas, mas, no final das contas, é a autoridade masculina de Přemysl que triunfa. O casamento como submissão da mulher, o Estado, o castelo como símbolo do poder ilimitado dos príncipes e a agricultura, o modo de vida sedentário com, ao mesmo tempo, seus benefícios e suas maldições, procedem, desse modo, do mesmo princípio. (PATOČKA, 1991, p.27-28, tradução nossa)

Patočka (1991, p.28) explica que existe outra versão para este mito, mas a característica em comum, em ambas as narrativas, é a forma como Libuše resolve o conflito, ao buscar a presença de Přemysl, e a necessidade de uma fase de transição, representada pelas Amazonas, até se chegar a um governo exclusivamente

masculino, isto é, até que Přemysl esteja à altura da mulher divina. Trata-se da “espiritualização progressiva da dura existência do trabalho e do combate graças à influência dos santos e dos mártires, dos monges e dos bispos, tudo isso sob a proteção ou com base na iniciativa dos melhores dos Premislidas” (PATOČKA, 1991, p.28, tradução nossa), que foi uma dinastia masculina que reinou até 1306 (HOESCH, 1995, p.37). Desde então, Libuše passa a ser celebrada, por exemplo, na música de Bedřich Smetana⁹⁰, no despertar da consciência nacional tcheca, na segunda metade do século XIX (HOESCH, 1995, p.361).

De acordo com Patočka (1991, p.26-27), a unificação política da Boêmia aconteceu no século X pelos príncipes Premislidas, cuja origem é imprecisa. Cosme de Praga lista, ainda, santos e mártires, que contrastam com as circunstâncias violentas vividas na Boêmia, onde famílias lutavam pelo poder. Neste contexto, o duque assassinado “São Venceslau⁹¹ é aquele que liberta do cativo e da escravidão” (PATOČKA, 1991, p.29, tradução nossa) e que, no início do século XI, se torna o santo patrono da Boêmia, cultuado em 28 de setembro, legitimando a soberania de sua descendência sobre o reino (HOESCH, 1995, p.43;58).

Como se percebe, o contato entre povos germânicos e eslavos marcou a história e a cultura da Boêmia⁹². Esta interação, que aconteceu na forma de lutas, forjou a cultura da Boêmia. As reformas religiosas de Jan Huss e as guerras Hussitas (1419-1436) que se sucederam também foram marcos da formação da Boêmia, que teve um papel importante na reforma protestante.

Mais tarde, o Império dos Habsburgos teve forte influência e propósito unificador para o reino da Boêmia, consolidando a religião católica e a língua alemã, apesar da política de igualdade dos povos, de 1867. Segundo (Patočka, 1991, p.16, tradução nossa), “a língua certamente não é o único determinante (nem mesmo, sem dúvida, o mais importante) da sociedade que se constitui na Boêmia, mas ela figura entre os seus traços característicos na época de sua grandeza”.

⁹⁰ Bedřich Smetana (1824-1884) é compositor da Boêmia, autor, entre outras obras, de “From Bohemia's woods and fields”, que exalta a natureza da Boêmia. Esta é a música de fundo do documentário “Simch, prepara o projeto para amanhã” (SIMCH..., 2019), enquanto se dá a narrativa da criação da Escola de Comércio de Porto Alegre.

⁹¹ Segundo Patočka (1991, p.222, tradução nossa), São Venceslau (907-929) foi “o quarto duque premislíada da Boêmia, assassinado pelo seu irmão Boleslau; santo patrono dos países tchecos”.

⁹² Um exemplo disso são os conflitos em torno da religião, que são mostrados no filme “Marketa Lazarová”, dirigido por František Vlácil, com roteiro de Frantisek Pavlíček, lançado pela Filmové studio Barrandov, com duração de 162min (MARKETA..., 1967).

De forma mais ampla, para além da Boêmia, no Império Austro-húngaro havia uma grande diversidade de etnias e religiões e, por esse motivo, é importante identificar Francisco José Simch como pertencente à etnia alemã e católico, para compreender o seu lugar na comunidade em que viveu a infância e parte da juventude.

De acordo com Johnston (1972, p.11), até 1800, a dinastia dos Habsburgos organizava-se como a Casa de Habsburgo, cujo governante era também o Imperador do Sacro-Império Romano. O império confundia-se com os territórios pertencentes à família imperial, até então. Johnston (1972, p.12) esclarece que, em 1745, com a escolha, pelos eleitores do Sacro-Império Romano, de Franz Stephan de Lorena, inicia-se a dinastia da Casa Habsburgo-Lorena. Segundo Judson (2021), tratava-se de um Estado centralizado que surgiu, pois, na segunda metade do século XVIII, englobando territórios adquiridos pela dinastia dos Habsburgos desde o século XIII. Desse modo,

Nos anos 1780, as posses da dinastia estendiam-se das cidades atuais de Innsbruck, a oeste, até Lviv, no leste, de Milão e Florença, na península italiana, até Anvers, no mar do Norte, e Cluj, nos Montes Cárpatos, de Praga, na Boêmia, a Vukovar e Belgrado, no sul. Os Habsburgos detinham territórios que são hoje localizados em doze países europeus diferentes e que, no final do século XVIII, incluíam falantes de línguas que são, atualmente, o croata, o tcheco, o flamengo, o húngaro, o italiano, o ladino, o polonês, o romeno, o sérvio, o eslovaco, o ucraniano e o yiddish. Esta diversidade estendia-se, inclusive, à prática religiosa: se a Igreja católica romana ocupava tradicionalmente um lugar privilegiado nas terras dos Habsburgos, estes contavam também entre os seus súditos com cristãos ortodoxos, gregos católicos e uniatas, calvinistas, luteranos, judeus, cristãos armênios e uniatas (JUDSON, 2021, tradução nossa).

Um exemplo da forma como a religião católica se tornou preponderante foi a lei que determinava que somente o primogênito de cada família judaica poderia ter permissão para se casar, para que a religião judaica não se perpetuasse através das famílias. Muitas famílias foram convertidas ao catolicismo, seja à força ou pela pressão que as leis exerciam sobre a vida das pessoas, que tinham suas vidas prejudicadas pela escolha religiosa. A presença judaica estava também na mineração, como nas minas de prata de Kuttenberg (em alemão) ou Kutná Hora (em tcheco), na Boêmia Central, em que os judeus eram proibidos de trabalhar nas minas, devendo-se limitar a trabalhar em seu entorno. Os judeus dedicavam-se, então, à atividade comercial, mas os mineiros contraíram dívidas com eles, o que causou grande revolta na população e motivou a expulsão pelas autoridades da população judaica da área de mineração. Entretanto, também houve leis de tolerância religiosa posteriores, que

valorizaram os judeus na sociedade austríaca, através do iluminismo judaico e da incorporação dos judeus no exército austríaco, por exemplo.

Com relação aos nomes do biografado e de seu pai, percebe-se a evocação política destas escolhas. O nome do pai, Francisco José, é um fio condutor para a pesquisa biográfica do filho, trazendo indícios importantes sobre a família. Segundo Ginzburg e Poni (1979, p.185), o nome pode ser utilizado na pesquisa histórica para a reconstrução da família, porque o nome pode nos conduzir a documentos trazendo informações seriadas, relacionadas ao sujeito pesquisado, e que possibilitam reconstruir uma determinada conjuntura de sua vida, em um período breve de tempo. Assim, em seu passaporte, emitido pelo antigo Império Austro-húngaro, lê-se seu nome como Franz Simch.

O prenome Franz, Francisco em português, era recorrente na família paterna, assim como em outras famílias da Boêmia. Era, em primeiro lugar, uma homenagem a Franz I. Francisco I, como é conhecido em língua portuguesa, foi rei da Hungria, Croácia e Boêmia a partir de 1792, foi o primeiro imperador da Áustria, a partir de 1804, e o primeiro presidente da Confederação Germânica, criada em 1815. Cabe lembrar que Francisco I era o pai de Maria Leopoldina da Áustria, que se casou com D. Pedro I em Viena, em 13 de maio de 1817, tendo sido o noivo representado pelo irmão, o Arquiduque Carlos (SANTOS, 1927, p.36). Esta aliança entre as casas de Habsburgo-Lorena e de Bragança buscava diminuir a influência da Grã-Bretanha em Portugal (SANTOS, 1927, p.18-19), e foi precedida por uma missão naturalista ao Brasil (SANTOS, 1927, p.16). Com relação à Independência do Brasil, em 1822, D. Leopoldina “possui até hoje importância e é reencontrada na autoimagem do sul do país como motor econômico do Brasil” (SCHULZE, 2013, p12-13).

A Confederação germânica reunia trinta e nove Estados presididos pelo Imperador da Áustria, com base na soberania destes estados, representados por um embaixador na dieta federal de Frankfurt. Apesar do domínio da Áustria e da aproximação das duas monarquias, havia uma dualidade entre Áustria e Prússia desde a oposição entre Frederico II e Maria Teresa, no século anterior. Além disso, a uma Áustria multinacional, em que os alemães representavam pouco mais de 20% da população total, opunha-se a Prússia predominantemente alemã, com 90% da população desta etnia. (BLED, 2011).

O nome do Imperador austríaco Francisco José reforça a descendência de Francisco I, o avô. Nesta dinastia, os nomes compostos Francisco José e Francisco

Rodolfo, além de homenagear o Francisco ancestral, unem pai e filho como Imperador e príncipe herdeiro do Império Austro-húngaro⁹³. Com admiração a esta dinastia, a linhagem masculina da família Simch da Boêmia também era constituída de “Franciscos”, e o nome escolhido para o primogênito do Francisco José que emigrou para o Rio Grande do Sul, aqui estudado, foi Francisco Rodolfo, assim como o príncipe herdeiro.

A partir da emigração para o Brasil, Francisco José dá ênfase à utilização do nome composto Francisco José, o que destaca uma escolha realizada pelo próprio titular do nome, na idade adulta, que reflete seus valores e sua conexão com o Império Austro-Húngaro, e com a relação de pai e filho do Imperador com o Príncipe Herdeiro, conforme exposto precedentemente. Esta hipótese é reforçada não somente pela escolha do nome do filho Francisco Rodolfo, mas também pela reafirmação da admiração à dinastia dos Habsburgos nas gerações seguintes, em que, depois de Francisco José, Francisco Rodolfo e Francisco José Simch Júnior, tem-se, ainda, na quarta geração, uma neta cujo nome presta homenagem à Imperatriz Maria Teresa e a retomada da tradição dos nomes compostos de Francisco a partir do filho. Em todo caso, a marca do Império Austro-húngaro nos nomes da família indica apreço pelo Imperador Francisco José e pelo poder do nome ancestral Francisco: Francisco I da Áustria, ou Francisco II Imperador Romano-Germânico.

Percebe-se a admiração e o respeito da família Simch à origem austríaca e à etnia alemã. Este sentimento se repete nas gerações seguintes, até os dias de hoje, na formação de nomes compostos da linhagem masculina. A família admirava e se colocava do lado do governo austríaco e do povo de etnia alemã, ao fazer esta escolha de nomes, indicando o seu pertencimento a uma etnia minoritária, com relação à população total do império austríaco.

É interessante observar que, pouco tempo depois da ascensão de Francisco I como presidente da Confederação Germânica, já surgia, no Brasil, uma das primeiras idealizações do Porto de Torres de que se tem conhecimento. Portanto mais de um século antes do nascimento do pai de Francisco Rodolfo, já se vislumbrava aquela área do litoral norte do Rio Grande do Sul como um lugar estratégico para o

⁹³ Franz Rudolf era o Príncipe-herdeiro do Império Austro-húngaro, filho do Imperador Franz Joseph. O nome Rudolf também faz alusão ao Imperador do Império Sacro-Romano Rudolf I (1273-1291), que, segundo Johnston (1972, p.12), foi o primeiro Habsburgo a controlar a Áustria. Além disso, a origem germânica do nome *Hrodulf* sublima as características positivas do lobo, como visto na introdução.

desenvolvimento nacional. A ideia de construção de um porto em Torres é, portanto, muitíssimo anterior ao governo castilhistas. De acordo com Ruschel (2004, p.708), uma carta de Francisco de Paula Soares de 1844 fazia referência ao projeto no que se chama, hoje, a praia da Guarita. O projeto teria sido apresentado ao Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes, na ocasião de seu comando do exército brasileiro na Guerra da Cisplatina, em novembro de 1826. O Marquês de Barbacena esteve, pois, em Torres, e considerou vantajoso o projeto (RUSCHEL, 2004, p.709).

Depois disso, em 1857, enquanto Francisco José ainda era uma criança de apenas cinco anos com sua família na Boêmia, o Coronel Gomes Jardim, durante a Monarquia, no Brasil, apresentava ainda duas propostas portuárias para o Rio Grande do Sul: “um porto em Rio Grande, com a fixação da Barra, ou a construção de um porto em Torres” (RUSCHEL, 2004, p.463). Os engenheiros ingleses Sir James Brunless, Henry Law e James Abernethy seriam favoráveis ao Porto de Torres, cuja execução da obra foi considerada pelo governo. Ainda assim, por questões políticas, buscou-se novo parecer técnico, do engenheiro inglês Sir John Clarke Hawkshaw, que, depois de analisar as duas alternativas, também se posicionou favorável ao Porto de Torres. A pressão política perdurou, entretanto, de modo que diversos outros estudos em Rio Grande foram realizados, sem que se chegasse a um consenso, até a instalação da Comissão de Melhoramentos das Obras da Barra de Rio Grande⁹⁴, sob responsabilidade do engenheiro Honório Bicalho⁹⁵, pondo fim ao projeto de Torres (RUSCHEL, 2004, p.463-464). Segundo Reinheimer (2019, p.247), durante o Império também surge o projeto de construção de um canal de ligação entre Porto Alegre e Torres, porém esta ideia será reforçada mais tarde, na primeira década do século seguinte. A breve introdução destes exemplos de projetos ilustra e reforça a ideia de antecedência dos projetos de construção de um porto em Torres, no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, despertando o interesse de outras nações, bem antes mesmo do pai de Francisco Rodolfo nascer. Isto significa que Francisco José e, mais tarde, seu filho Francisco Rodolfo, vão se inserir, no Brasil, em uma sociedade que já pensa

⁹⁴ De acordo com Franco (1969, p.72), “a barra do Rio Grande, cuja impraticabilidade estrangulava a economia estadual, abriu-se em 1918. Em consequência, o comércio do litoral passaria a ter mais acesso à fronteira oeste, por encontrar melhores condições de concorrência com os portos de Montevideú e Buenos Aires”.

⁹⁵ Segundo a Academia Nacional de Engenharia, “Honório Bicalho foi um engenheiro formado pela Escola Militar, posteriormente Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e participou na construção de obras públicas em portos e ferrovias brasileiras. Foi chefe de construção da Estrada de Ferro Pedro II” (ANE, Academia Nacional de Engenharia. *Honório Bicalho*. Disponível em: <http://anebrasil.org.br/patronos/honorio-bicalho/>. Acessado em 23/05/2023).

na possibilidade de um porto em Torres. Sua contribuição original está na forma como projetam esta construção, pensando em um empreendimento propício para aliar os transportes à extração mineral, possibilitando o desenvolvimento da indústria siderúrgica, como se verá mais adiante.

O enaltecimento da trajetória política austríaca vai além da escolha dos nomes da família e se traduz nas próprias atitudes políticas e escolhas de Francisco José Simch, como imigrante germânico no Brasil. O nome do imperador austríaco evoca uma política conservadora capaz de dominar as circunstâncias da Revolução de 1848, pois o Imperador Francisco José carrega a ancestralidade dos “Franciscos”:

Depositário da soberania, o imperador é a fonte do poder. Francisco é muito claro sobre este assunto: “Em nosso Império, há somente uma pessoa que governa, e esta pessoa, sou eu”, ele proclama alto e forte. Diferentemente do rei da Inglaterra, que se contenta de reinar, ele dá os impulsos, segue de perto o tratamento dos negócios e os reexamina, se houver necessidade de levá-los a ele. A exemplo de seu tio José II, Francisco consagra uma parte importante do seu tempo à leitura dos dossiês e se revela o primeiro burocrata de seu império, como será também, mais tarde, seu neto Francisco José (BLED, 2018, tradução nossa).

Uma família e uma política conservadora são ideais almejados por Francisco José, imigrante no Rio Grande do Sul, ao fazer parte do PRR. Continuar, no Brasil, uma tradição da linhagem paterna de utilizar o nome Francisco significa unir e valorizar a família, ao sublimar a origem porque a própria imagem de Francisco José I, juntamente com outros produtos culturais, como o Exército, a arquitetura, a culinária e as valsas, era parte integrante da identidade austríaca (BERTONHA; SZENTEVARGA, 2017).

Por mais paradoxal que possa parecer, a corrente política austríaca que despertará, mais tarde, o interesse do filho Francisco Rodolfo será o Austromarxismo, uma corrente intelectual que toma forma no início do século XX, depois da organização do partido social democrata da Áustria por Victor Adler⁹⁶, em 1888:

Diversos movimentos socialistas haviam começado a se manifestar desde a revolução de 1848. O desenvolvimento da indústria, em particular na Boêmia, e o aumento da população operária vivendo na miséria, em consequência, levaram ao surgimento das primeiras associações operárias, aliás mais influenciadas pelo socialismo alemão e pelas ideias de Ferdinand Lasalle do

⁹⁶ Segundo Johnston (1972, p.99-100), Victor Adler (1852-1918) estudou em Viena e se tornou o pai do socialismo, na Áustria. Em 1885, Adler filiou-se ao Partido Socialista e, no congresso de Hainfeld, em 1888, organizou um partido unificado Social Democrata. Era um defensor do Império dos Habsburgos.

que por aquelas [ideias] de Karl Marx. Com a cisão entre a tendência liberal (*die Gemäßigten*) e a tendência marxista (*die Radikalen*), emergiu a rejeição ao parlamentarismo. Victor Adler conseguiu conciliar estas duas tendências no Congresso fundador de Hainfeld (1888). Líder incontestável do Partido social democrata da Áustria (SPÖ), até sua morte, em 1918, Adler procurou soluções políticas que respeitassem as exigências sociais relativas à cultura de cada nacionalidade do Estado imperial multinacional. Sob sua direção, no congresso social democrata que ocorreu em 1889, em Brno, um programa foi elaborado, oferecendo às nacionalidades a oportunidade de um diálogo e de um entendimento (MAYERHOFER, 2020, p.8, tradução nossa).

Segundo Johnston (1972, p.99), entre 1900 e 1905, um grupo de jovens teóricos liderados por Otto Bauer, Karl Renner e Max Adler começou a denominar seus integrantes “austromarxistas”. Apesar da novidade, a escola austromarxista dialogava com correntes anteriores, como “a escola austríaca de Carl Menger” e “o positivismo de Ernst Mach” (KRÄTKE, 2016, p.122;135, tradução nossa).

Embora possa parecer contraditória com o conceito de império, a proposta do austromarxismo fundamentava-se na reconciliação das diversas nacionalidades naquele território, bem como na necessidade de melhorar a educação da classe operária (JOHNSTON, 1972, p.99), e isso afastaria, em tese, as turbulências revolucionárias que colocavam o Império Austro-Húngaro em risco. Francisco Rodolfo conhece o pensamento dos autores austromarxistas, e o conecta ao contexto sul-riograndense e brasileiro, em que imigrantes de diversas etnias compunham uma sociedade em construção. Um exemplo disso está na defesa de uma política de integração dos imigrantes no Brasil que permita a manutenção da língua materna e da religião dos estrangeiros instalados nas colônias. Este tema será analisado em detalhe, mais adiante, pois “demonstrar a existência de convergências intelectuais e, contemporaneamente, a ausência de contatos diretos é, muitas vezes, uma operação que é tudo, menos fácil” (GINZBURG, 1994, p.527). Nesta etapa, importa observar que esta postura indica que Francisco Rodolfo se mantinha informado e em contato com as ideias políticas austríacas. Em um primeiro momento, a circulação de ideias acontecia pela mediação paterna, e, depois, ao participar da comunidade científica internacional, através do estudo e do trabalho. Mais do que isso, ele estabelecia conexões entre a cultura germânica e a brasileira, principalmente.

Por todos estes motivos, é fundamental contextualizar o Império Austro-húngaro para compreender como a recepção e a circulação de determinadas correntes do pensamento socialista austríaco por Francisco Rodolfo Simch, no Rio

Grande do Sul, podem ter influenciado a formação de sua personalidade e seus projetos de mineração estatal e construção de um porto em Torres.

O nascimento e a juventude de Francisco José aconteceram em um período importante para a Boêmia. Na segunda metade do século XIX, depois das referidas revoluções de 1848, a questão da manutenção da paz em um território multinacional como o Império Austro-húngaro tornou-se ainda mais importante, especialmente pela forma dual como o reino da Hungria passou a fazer parte do império, de modo que os elementos unificadores do império passaram a ter importância ainda maior. Segundo Bled (1993), a Constituição de 1867, quando Francisco José tinha 16 anos de idade, afirmava, em seu artigo 19, a igualdade de todos os povos austríacos e o “direito inalienável de conservar e de cultivar sua nacionalidade e sua língua”, reconhecendo o Estado a igualdade de todas as línguas faladas, no âmbito da Escola, da administração e da vida pública. Os estabelecimentos de ensino deveriam, ainda, proporcionar meios para que cada povo pudesse ser instruído em seu próprio idioma, sem a obrigação de aprender uma segunda língua. Desse modo, define-se “a língua como um dos atributos distintivos da nacionalidade”, e se reconhece a escola como “um dos lugares privilegiados onde se forma e se preserva a identidade de um povo” (BLED, 1993). Esta legislação faz pensar em uma sociedade harmônica, mas, na verdade, reflete a instabilidade desafiadora de um território multicultural. Apesar da política de igualdade dos povos, em regiões como a Boêmia, pelo menos até a juventude de Francisco José, o idioma alemão era, na prática, oficialmente utilizado até mesmo pelas minorias étnicas.

Desde o século XVIII, a língua havia deixado de ser uma questão local para se tornar o problema central, enfrentado de maneira contraditória: por um lado, os Habsburgos impedem que a língua eslava progrida em seu território, porém, ao mesmo tempo, forçam “as autoridades a conceder esta língua às camadas da população que ainda a praticam” (PATOČKA, 1991, p.17, tradução nossa). Desse modo, a língua tcheca não foi proibida, mas também não foi estimulada, ficando restrita às populações que continuassem a praticá-la. Enquanto isso, a língua alemã foi fortalecida pelo uso. Segundo Patočka (1991, p.17), esta conduta levou à divisão da sociedade da Boêmia, de acordo com um critério linguístico, em que as camadas superiores da população foram, em sua maioria, germanizadas. Diante desta cisão na sociedade da Boêmia, a identificação de Francisco José Simch como falante nativo da língua alemã o situa em uma camada mais favorecida da população, o que vai ao

encontro do nível de educação e de conhecimento técnico por ele demonstrado em sua atuação profissional no Rio Grande do Sul.

Outro aspecto fundamental no Império Austro-húngaro foi o ensino como elemento unificador dos povos, reforçando o indício de que Francisco José trouxe um sólido conhecimento cultural e científico de sua terra natal, que facilitou seu acesso à sociedade gaúcha, por intermédio de sua contribuição com o trabalho qualificado. Na verdade, conforme Patočka (1991, p.18), a indústria e o capital da Boêmia estavam principalmente nas mãos da população de língua alemã, que tinha, assim, uma aproximação facilitada à cultura e ao conhecimento científico. No Brasil, Francisco José e Francisco Rodolfo perpetuam esta estratégia de utilizar o domínio da língua alemã como um diferencial para acessar, em primeira mão, os avanços tecnológicos e os debates políticos mais recentes de sua época, tornando-se personagens relevantes e necessários para as negociações internacionais entre os governos brasileiro e alemão.

A preocupação em unificar e pacificar os territórios do Império Austro-húngaro através do alemão como língua oficial de trabalho e estudo era evidente também no exército austríaco, formado por cidadãos de etnias diferentes, falando línguas diferentes, e, como mencionado anteriormente, incluindo os judeus no corpo do exército. No entanto, todos falavam, recebiam ordens e se compreendiam em alemão. A instrução formal foi, portanto, um elemento unificador naquele contexto, promovendo a confluência de povos através da língua e cultura alemã e da religião católica.

Além disso, o ensino formal e, mais precisamente, o ensino técnico foi valorizado neste período, porque, além de consolidar a cultura alemã, qualificava as populações para o trabalho. Mesmo nas cidades pequenas foram criadas escolas, de maneira que as pessoas tivessem pelo menos uma escolaridade de base que possibilitasse o trabalho qualificado e a familiaridade com o idioma alemão. Surgiram, assim, as escolas técnicas, preparando as pessoas para concretizar o processo de industrialização e a exploração dos recursos naturais, como a exploração dos minérios. Com efeito, importavam ao Império Austro-húngaro a mineração da prata na cidade de Kuttenberg (PATOČKA, 1991, p.32), e a mineração do carvão, mais particularmente o lignito, o chamado carvão marrom, na Boêmia do Norte (HOENSCH, 1995, p.10). A floresta era também um elemento importante de fortalecimento da atividade agrícola, cultuada, inclusive, na música de Smetana e de Dvorák. A Boêmia

era uma grande geradora de riquezas que alimentava o Império Austríaco com seus abundantes minérios. A técnica de fabricação do cristal da Boêmia, que a família Simch dominava, é outra atividade importante que caracteriza a região como produtora de renomados cristais, mas que contribuiu para um processo de intensa emigração, justamente na época em que Francisco José Simch partiu para o Brasil. A reconhecida qualidade do cristal da Boêmia contrastava com a baixa expectativa de vida dos artesãos devido às condições árduas de trabalho com o sopro do vidro e a consequente pobreza das famílias⁹⁷.

É muito provável que Francisco José Simch tenha frequentado uma escola técnica no Império Austro-Húngaro. Isto porque, como referido anteriormente, ele pertencia a uma família de artesãos, que trabalhava com a jardinagem e a fabricação de cristais, e sua qualificação na área de engenharia, área profissional externa às atividades tradicionais exercidas por sua família, escapa da origem familiar. Na verdade, sem uma formação sólida e uma instrução formal prévia, Francisco José não teria sido capaz de realizar feitos como a construção da ponte sobre o rio Vacacaí, na cidade de São Gabriel, sendo recém-chegado no Brasil, ou a medição das terras devolutas do estado do Rio Grande do Sul, tampouco teria sido escolhido por Júlio de Castilhos para ser Diretor de Terras e Colonização do estado, durante o período republicano, ou para negociar a colonização privada no noroeste do Rio Grande do Sul com uma empresa alemã. Portanto presume-se que a técnica que ele aprendeu, e que está documentada em seu passaporte, emitido aos seus 20 anos de idade, quando emigrou para o Brasil, tenha sido desenvolvida pelo estudo e pela experiência do trabalho anterior, quando ainda morava no Império Austro-húngaro.

Nesse sentido, é importante compreender também que a Boêmia, região de origem de Francisco José, possuía tungstênio, especialmente em Schlaggenwald (FUCHS; LAUNAY, 1893, p.59). Riche (1857, p.6) afirmava, mais especificamente, que o wolfram⁹⁸ era abundante na Boêmia. Portanto, não será por acaso a atenção

⁹⁷ Josef Umann, imigrante Boêmio no Rio Grande do Sul, escreveu, em suas memórias: “polir vidro é uma ocupação muito insalubre, à qual o organismo mais robusto resiste no máximo até os 40 anos, para então sucumbir no túmulo. Naturezas mais delicadas muitas vezes são ceifadas antes dos 30 anos de vida, por este trabalho perigoso” (UMANN, 1997, p.35).

⁹⁸ “Wolframio, wolframite, wolfram (que no Rio Grande do Sul o povo chama aço, provavelmente por causa de sua dureza e aspecto fisico) são minérios do tungstênio, constituídos, principalmente, por tungstatos de ferro, de manganês, de cálcio (scheelite). Este corpo simples não existe isolado na natureza e foi descoberto por Scheele, em 1780. Launay diz que a aplicação deste metal ao preparo de aço data de 1855, ‘depois que elle foi reconhecido nos aços de Damasco, mas só de 1882 em diante adquirio caracter pratico’”. (BRAZIL-FERRO-CARRIL. *Tungstênio*, 1917, p.224). Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/161730/5254>.

dedicada ao wolfram pela família Simch, no Rio Grande do Sul, depois da emigração de Francisco José.

Feita esta observação e retornando-se ao exame do nome do pai de Francisco Rodolfo, percebe-se que, se o nome José foi omitido em seu passaporte, a partir de sua chegada no Brasil, passa-se, no entanto, a ler o nome Francisco José em seus registros, inclusive no casamento, reforçando-se a utilização do nome composto como uma forma de individualizá-lo, de identificá-lo com precisão, em terras estrangeiras, com relação aos outros membros da família, como o pai e o avô Franz. Na Boêmia, seus conterrâneos certamente saberiam diferenciá-lo como Franz, com relação ao seu pai ou do seu avô, mas, no Brasil, Francisco José passa a assumir o papel de patriarca de uma nova família, e passa a ser precisamente identificado. Além disso, o nome de Francisco José marca o período histórico de seu nascimento, apenas três anos depois da ascensão de Francisco José I ao poder, como Imperador da Áustria e rei da Hungria, Croácia e Boêmia, em 1848. Logo, ressaltar o nome composto Francisco José significa celebrar uma política conservadora de um imperador autocrata (HOENSCH, 1995, p.352) que se impôs face aos ímpetus revolucionários de 1848, da chamada Primavera dos Povos.

Aliás, este ano de 1848, que antecede em apenas dois anos o nascimento de Francisco José, é um ponto de ruptura fundamental para esclarecer as circunstâncias da emigração da família Simch para o Brasil, mais de duas décadas depois. Segundo Hoensch (1995, p.326), antes destas turbulências políticas, os alemães da Boêmia haviam até mesmo apoiado ativamente os patriotas boêmios em seus gestos de promoção da língua e da consciência nacional tchecas. A tensão marcada entre os povos tchecos e alemães foi um fenômeno que se configurou especialmente depois da revolução de 1848:

As reticências alemãs que precederam a aparição de uma consciência comunitária nacional alemã apareceram somente como reação à penetração dos trabalhadores tchecos na concorrência econômica crescente, nas cidades que eram, até então, largamente alemãs, ao temor de que a concessão de uma maior autonomia provincial nos países da coroa os fizesse perder suas vantagens anteriores e os obrigasse a ceder o lugar aos Tchecos, e também aos progressos da renascença nacional tcheca, ressentidos como uma ameaça para o seu povo e sua identidade. Em resposta à atitude anti-alemã cada vez mais comum na burguesia nacional tcheca, observou-se o surgimento na pequena burguesia alemã do início de uma defesa de interesses nacionais, mas estas aspirações não resultavam ainda em conflitos profundos. Antes e durante a revolução de 1848, as cisões nacionais ainda não estavam claramente afirmadas (HOENSCH, 1995, p.327, tradução nossa)

O movimento revolucionário de 1848 iniciou-se na França, e depois estimulou o nacional-liberalismo em Viena, a partir de 13 de março daquele ano, e tomou conta de Veneza e Milão, chegando na Hungria, que proclamou sua independência, seguindo para outros territórios, como a Prússia (CHAPOUTOT, 2017). Bled (2015) esclarece, com o título de seu artigo “In deinem Lager ist Österreich” (em teu campo está a Áustria), a referência ao poema de Franz Grillparzer, dedicado ao Marechal Radetzky, que evidencia o papel do exército como a sustentação primeira do trono diante da revolução de 1848⁹⁹. Com efeito, nestas circunstâncias, o exército passou a incorporar o papel de “guardião da ordem monárquica” e da “unidade da monarquia”, em um movimento que persistiu até a Primeira Guerra Mundial, reforçado com o Compromisso de 1867 (BLED, 2015, p.21).

Como dito, a revolução de 1848 é um momento de ruptura, tanto que se utiliza o termo *Vormärz*¹⁰⁰ para o período que a antecede (HOENSCH, 1995, p.309). Francisco José nasce, pois, em um momento de ruptura na sociedade da Boêmia, em que se acentuam tensões entre tchecos e alemães:

Os termos de Boêmia e boêmio, retomados do latim medieval e majoritariamente utilizados até o primeiro quarto do século XIX para designar tanto o país quanto seus habitantes e a sua língua incluíam a importante população germano-boêmia, que foi cada vez mais excluída da coletividade boêmia em razão do peso crescente da ideia nacional presente na vida pública e cultural, bem como nos objetivos políticos de uma burguesia tcheca ambiciosa. Depois de 1848, esta população foi, desse modo, levada a um compromisso alemão ou austro-alemão (HOENSCH, 1995, p.309, tradução nossa)

Logo é provável que a família Simch, como tantas outras famílias germânicas da Boêmia, sofresse um processo de exclusão social diante do crescente nacionalismo tcheco, associado a dificuldades econômicas. A partir de 1860, um tratado de imigração entre o Império Austro-Húngaro e os Estados Unidos levou à imigração em massa, que os Habsburgos logo procuraram limitar (OPATRNÝ, 2017,

⁹⁹ Nesse sentido, Johnston (1972, p.51) salienta que a Marcha de Radetzky, romance de Joseph Roth, celebrava o Exército como elo de ligação entre o Imperador e o povo, em que a música unia as fileiras do Exército composto por cerca de doze nacionalidades diferentes. Roth escolheu este título para seu livro com base na marcha que Johann Strauss I havia escrito para comemorar a restauração da ordem, em 1848. O autor acrescenta, ainda, que Stefan Zweig dizia que os maestros das bandas do Exército austríaco eram melhores que seus generais. Joseph Roth era nascido em Brody, cidade que faz parte, atualmente, da Ucrânia, e que era uma rota importante do circuito comercial entre a Áustria e a Rússia, no século XIX. Seu livro trata do desmoronamento do Império Austro-húngaro (ROTH, 1932).

¹⁰⁰ O termo *Vormärz* pode ser traduzido, em português, como “antes de março” ou “pré-março”, em referência às revoluções iniciadas em março de 1848.

p.120). Isto exemplifica a tendência crescente de emigração e a reação do Imperador de restringir o fluxo de pessoas para fora de seu império.

Outrossim, a partir de 1851, ano de nascimento do pai do biografado, até 1866, o Imperador Francisco José atuou como o último presidente da Confederação Germânica, até a eclosão das guerras austro-prussianas, que é outro momento histórico determinante para o destino do pai de Francisco Rodolfo. Segundo Chapoutot (2017, tradução nossa), “o neo-absolutismo triunfa com Francisco José, imperador de direito divino”, e, com isso, explica Hoensch (1995, p.353), os alemães da Boêmia que estivessem descontentes por não fazer parte da constituição da “Pequena Alemanha”, realizada em 28 de março de 1849, sofriam repressão e represálias que levariam seus representantes à clandestinidade ou ao exílio.

Sobre a chegada de imigrantes da Boêmia no Brasil, no final do século XIX, sabe-se que:

O norte da Boêmia é um exemplo típico destas incidências dos movimentos migratórios. Trata-se, com efeito, de uma zona povoada, em sua origem, unicamente por alemães. Porém, sendo um dos polos do desenvolvimento industrial da Monarquia, esta zona atrai, na segunda metade do século XIX, muitos Tchecos à procura de um emprego e se torna, em consequência deste fluxo, uma das zonas mais vulneráveis às paixões nacionais (BLED, 1993, tradução nossa)

Portanto na época em que Francisco José decidiu emigrar para o Rio Grande do Sul, a estrutura da população da Boêmia sofre uma nova instabilidade política e econômica. Quando os tchecos passam a buscar emprego na Boêmia, a proporção dos alemães se reduz, na população local, e se acentua a dualidade entre estas etnias. Os alemães sentiam-se amparados pela monarquia austríaca, em razão da língua e da religião em comum. Já os tchecos, ainda que admiradores do império, reivindicam um reconhecimento político como o dos povos magiares. Chega-se a propor, por exemplo, que os alemães também utilizassem o idioma tcheco, da mesma forma como os tchecos utilizavam o idioma alemão. Na prática, a igualdade dos povos, estabelecida pelo Império Austro-húngaro, no contexto da anexação do reino da Hungria, nem sempre era aplicada pelas autoridades locais. Segundo Mayerhofer (2020, p.11), estas circunstâncias, na Boêmia e na Morávia, foram agravadas porque os tchecos sentiram-se ressentidos e discriminados, apesar da lealdade que ainda sentiam pela dinastia dos Habsburgos. Isto porque, na ocasião do compromisso de 1867, os tchecos esperavam fazer parte de uma tríade em um Estado que seria

formado por alemães, húngaros e tchecos. Não obstante, os tchecos não puderam impor o reconhecimento de seus direitos na monarquia que se tornou simplesmente dual, entre Áustria e Hungria. O Compromisso de 1867 foi um regime constitucional que dividiu o Império da Áustria em dois Estados autônomos, a Áustria e a Hungria, vinculados pela defesa e pela política exterior (BÉRENGER, 2011). Segundo Bérenger (2011), este regime correspondia “a três experiências no plano das instituições, a experiência federalista de 1860, a experiência centralizadora, comportando um regime representativo de 1861 e a experiência original do compromisso de 1867”. Francisco José pretendia, com isto, agradar aos liberais e constituir um regime representativo, colocando a opinião europeia em seu favor (BÉRENGER, 2011). Neste contexto, permaneceram como instituições em comum aos dois Estados, unindo-os, a diplomacia e o exército, reforçando o patriotismo, definido como “dinástico”, sendo o Exército um elemento unificador do Império Austro-húngaro, enquanto o socialismo constituía uma ameaça ao regime, por criticá-lo como instituição. Os nacionalismos também constituiriam uma ameaça, apesar de não serem representativos no exército, em que as nacionalidades eram representadas de forma heterogênea. Assim, em 1910, 78,7% do corpo do exército austro-húngaro era alemão, contra 4,8% de tchecos, por exemplo (BLED, 2015, p.22). Portanto a existência de Francisco José Simch no Império Austro-Húngaro foi permeada pela experiência do patriotismo e da importância do exército como elemento de unificação dos territórios, experiência esta que ele busca repetir, no Brasil, ao integrar a Guarda Nacional¹⁰¹.

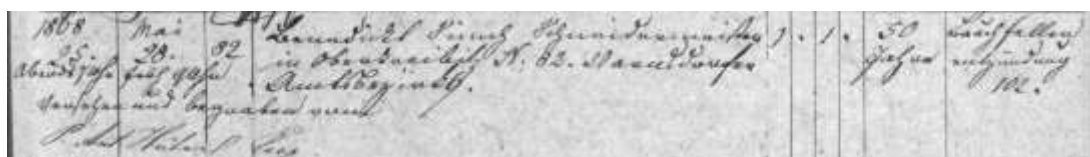
Bled (1993) esclarece, ainda, que, de forma geral, na segunda metade do reinado do Imperador Francisco José, período este em que se situa a emigração de Francisco José Simch para o Brasil, aumentavam as crises entre os povos do Império Austro-húngaro, em razão das reivindicações destes povos, dos contrastes entre o seu grau de desenvolvimento cultural, político, social e econômico, bem como da desigualdade numérica das etnias em algumas circunscrições, trazendo dificuldades à implementação e ao fortalecimento do conceito de igualdade. A população alemã

¹⁰¹ A Guarda Nacional foi criada por uma lei de agosto de 1831, para substituir as milícias. Esta lei copiava uma lei francesa daquele mesmo ano, e trazia a ideia de “organizar um corpo armado de cidadãos confiáveis, capaz de reduzir, de um lado, os excessos do governo centralizado e, de outro, as ameaças das “classes perigosas”. Na prática, a nova instituição ficou incumbida de manter a ordem no município onde era formada” (FAUSTO, 2018, p.87-88).

sofre, então, “a angústia de um posicionamento como minoria”, e passa a reivindicar a divisão da Boêmia em função das etnias, o que não é aceito pelos tchecos.

Foi nestas circunstâncias de tensões crescentes que o pai de Francisco José, Benedikt, faleceu, deixando, certamente, a família vulnerável às instabilidades políticas locais.

Fotografia 10 – Registro do óbito de Benedikt Simch, em 25/05/1868, Oberkreibitz, Boêmia.



Fonte: MATRIKA L49/45 1803-1875, p.90, Arquivo de Litomerice, República Tcheca¹⁰²

Benedikt era agrimensor, profissão esta que o filho Francisco José também exerce¹⁰³ (A FEDERAÇÃO, 1895). Na década de 1870, muitos habitantes da Boêmia emigraram para o Brasil, em especial para o Rio Grande do Sul. Havia muitos agentes de imigração que apresentavam às famílias desamparadas um cenário acolhedor no Brasil, sendo um deles “Joseph Hörmeyer, que, imigrado como Brummer em 1851, conheceu o Brasil e após retornou à Europa como agente oficial em Viena” (Flores, 2004, p.19).

A perspectiva de uma vida próspera em outras terras deve ter parecido vantajosa também para a família Simch, que emigrou em duas etapas: Francisco José Simch chegou ao Brasil em 1871, seguido de outros membros da sua família, a mãe viúva e dois irmãos, em 1873, que se instalaram em Estrela, então freguesia com 80% da população de origem alemã, dedicada à agricultura familiar, com porto no rio Taquari (FLORES, 2004, p.51). Naquele período, agentes de imigração, como Hörmeyer aproveitavam a instabilidade econômica na Boêmia para trazer trabalhadores para o Brasil, onde os boêmios alemães passam a ser conhecidos como “austríacos” (FLORES, 2015, p.35). Aliás, para a historiografia, uma dificuldade das pesquisas sobre a imigração para a América do Norte é o registro pelas autoridades

¹⁰² Benedikt Simch faleceu em 25 de maio de 1868, três anos antes da emigração do filho Francisco José para o Brasil. (MATRIKA L49/45 1803-1875, p.90).

¹⁰³ Em 1895, Francisco José Simch consta como filho de Francisco B. Simch, agrimensor (A FEDERAÇÃO, 1895). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/10417>.

dos imigrantes como “austríacos”, sem diferenciação da comunidade étnica a que pertenciam. Grande parte destes imigrantes eram tchecos ou alemães, oriundos principalmente da Morávia e da Boêmia (OPATRNÝ, 2017, p.122). No Brasil, o mesmo acontecia com o registro destes imigrantes. Este é uma dificuldade da pesquisa sobre imigrantes do Império Austro-húngaro, apesar do fluxo migratório de cerca de 3,5 milhões de pessoas entre 1876 e 1910 para os Estados Unidos, Argentina, Brasil e Canadá, entre outros países da América, porque, depois de atravessarem o oceano, passaram a fazer parte de grupos caracterizados por línguas ou religiões, como os alemães, por exemplo (PRUTSCH; BERTONHA; SZENTEVARGA, 2017).

Francisco José, sendo o primeiro a emigrar, em 1871, provavelmente verificou se as condições de vida no Rio Grande do Sul realmente seriam boas para seus familiares que, em 1873, se juntaram a ele. Esta segunda etapa da emigração familiar ocorreu quando faleceu o avô paterno Franz, em um momento em que a família, ao mesmo tempo em que deveria estar mais desamparada, pode ter recebido alguma herança que os auxiliasse a realizar a viagem transcontinental. Flores (2004, p.21) menciona, nas circunstâncias deste período de 1872 a 1873 a chegada de imigrantes da Boêmia, inclusive em Estrela, referindo a esta estratégia dos familiares já emigrados, como Francisco José, assegurarem aos demais parentes na Europa que havia a possibilidade real de se construir um futuro no Rio Grande do Sul.

Em parte, os imigrantes da Boêmia instalaram-se em Lajeado, cuja colonização foi iniciada em 1855, como um “empreendimento particular de Antônio Fialho de Vargas, que adquiriu dos irmãos Teixeira as fazendas de Conventos e Lajeado, à margem direita do rio Taquari” (FLORES, 2004, p.50). Os registros dos irmãos de Francisco José mencionam as terras de Fialho, onde fundaram família. Foi a partir de 1875, dois anos depois da chegada ao Rio Grande do Sul da mãe e dos irmãos de Francisco José, que Lajeado deixou de estar “sob a jurisdição de Rio Pardo e, depois, de Taquari”, para ser o 2º Distrito de Estrela, com cerca de 80% da população de origem alemã (FLORES, 2004, p.50-51).

Sobre a imigração da Boêmia para o Brasil, na década de 1870, sabe-se que os colonos “foram assentados em Agudo, Nova Petrópolis e Venâncio Aires, com desdobramentos em municípios lindeiros” (FLORES, 2015, p.15). Segundo Flores (2015, p.74-76), as regiões de Lajeado, Teutônia, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul e São Bento do Sul, em Santa Catarina, também receberam imigrantes boêmios.

Finalmente, não se deve esquecer que o ano de 1871, em que Francisco José emigrou para o Brasil, não é um ano qualquer. 18 de janeiro de 1871 é a data da unificação da Alemanha, em que Bismarck “põe fim à divisão que o corpo germânico conheceu durante séculos”, como ponto culminante de “três guerras contra a Dinamarca (1864), a Áustria (1866), e, depois, a França (1870-1871)” (BLED, 2011). Entretanto,

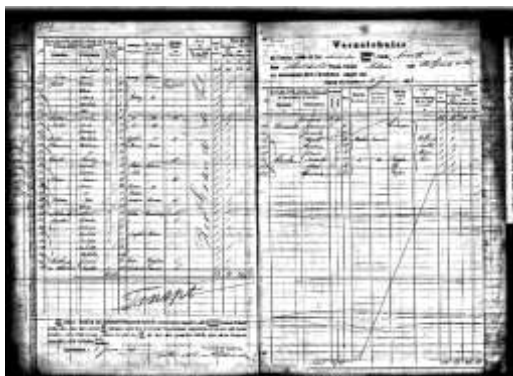
Uma outra questão diz respeito aos limites do Reich. Ao realizar a escolha da Pequena Alemanha, isto é, ao expulsar a Áustria do corpo germânico, Bismarck deixou vários milhões de Alemães fora da unidade. De imediato, esta exclusão não devia ter consequências graves. Porém, se a monarquia de Habsburgo desaparecesse do mapa político da Europa, ela correria o risco de se tornar uma bomba-relógio (BLED, 2011, tradução nossa)

Segundo Bled (2011), na verdade, a “Pequena Alemanha” já se configurava desde o *Zollverein*, criado em 1834, que reunia a maior parte dos Estados da Confederação Germânica, com exclusão do Império Austríaco. Viena excluiu-se, aliás, sozinha, deste mercado interno. Nestas circunstâncias, foi estimulada e desenvolvida a economia prussiana, sobretudo por possuir, em seu território, a região do Ruhr, com suas jazidas de carvão, cuja exploração econômica iniciou na década de 1840.

Vale também lembrar que o ano precedente, 1870, marca a unificação da Itália como ápice de um processo iniciado com o *risorgimento*, a partir de 1866. Esta unificação teve um impacto no Império Austro-húngaro, em razão dos territórios desmembrados, como Trieste, que deixa de ser um acesso do império austríaco ao mar.

As razões pelas quais Francisco José emigrou para o Brasil, em 1871, não são perfeitamente esclarecidas, porém este breve contexto histórico da Boêmia, limitado à época deste evento, pode trazer pistas sobre suas motivações. Como visto, quando Francisco José deixou a Boêmia, seu pai, Benedikt, já era falecido, e, dois anos depois, a mãe, viúva, e os dois irmãos juntaram-se ao filho para fazer uma nova vida no Brasil. Chegados em 1873, a família estabeleceu diversas alianças pelo casamento com habitantes mais antigos da colônia germânica. A sua mãe, Theresia Simch (nascida Theresia Worm) e seus dois irmãos Augustin e Anton instalaram-se em Estrela, no Rio Grande do Sul.

Fotografia 11 – Lista de passageiros do navio sueco Arvid, com partida do porto de Hamburgo, Alemanha, em junho de 1873



Fonte: Arquivo Martiustaden.

Fotografia 12 – Detalhe da lista de passageiros do navio Arvid, em 1873, indicando os passageiros da família Simch: Theresia, August e Anton.

116	Simch	Theresia	1	20				
117		August	1	11	Rudolf, Rehman			
118		Anton	1	11	Ida			

Fonte: Arquivo Martiustaden

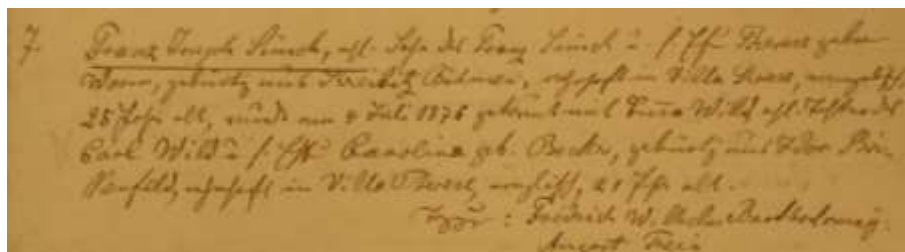
Em Estrela, no Rio Grande do Sul, a mãe¹⁰⁴ se casou de novo, assim como seus dois irmãos. Todos estes casamentos foram realizados pela Igreja Católica. Augustin adoeceu e faleceu logo em seguida, e não são encontrados registros de filhos dele. Já Anton teve vários filhos, e seu nome é encontrado em registros em Santa Cruz do Sul e depois, no noroeste do estado, sempre nos mesmos círculos frequentados pelo irmão Francisco José, que foi o único dos irmãos a se casar na Igreja evangélico-luterana, seguindo a escolha religiosa da esposa.

Com efeito, depois de chegar ao Rio Grande do Sul, o pai, Francisco José, casou-se com Emma Wild em Vila Theresa, núcleo de colonização germânica na região de Santa Cruz do Sul, em 4 de julho de 1876. Villa Thereza é o atual município de Vera Cruz, na região de Santa Cruz do Sul. No registro de casamento dos pais de Francisco Rodolfo, ocorrido em Villa Theresa, em 1876, lê-se o nome de Franz

¹⁰⁴ É possível que Theresia Simch, avó paterna de Francisco Rodolfo, tenha permanecido em Estrela, pois há registro da viagem do seu filho Francisco José (que residia, então, em São Gabriel) como passageiro, juntamente com José Buchmann, com destino a esta localidade, mais de duas décadas depois, em 1894. Jornal A Federação, p.2, 26 de fevereiro de 1894 <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/8950>

Joseph, filho de Franz Simch (que é Franz Benedikt), reafirmando sua origem na Boêmia.

Fotografia 13 – Registro nº 7 de casamento de Franz Joseph Simch e Emma Wild, na região de Santa Cruz do Sul, em 4 de julho de 1876.



Fonte: IECLB, CD nº 76, Vera Cruz

Sobre o casamento de Francisco José no Brasil, este registro traz indícios das pessoas com as quais o noivo se relacionava, logo depois de chegar no Rio Grande do Sul, pois “as linhas que convergem para o nome, e que dele partem, compondo uma espécie de teia de aranha bem entrelaçada, dão ao observador a imagem gráfica de um retículo de relações sociais no qual o indivíduo está inserido” (GINZBURG; PONI, 1979, p.186, tradução nossa). Esta sua rede de relações sociais é a estrutura na qual nasce e cresce o seu filho, o biografado, como a pesquisa analisa.

No registro de casamento que unia as famílias Wild e Simch, o noivo tinha 25 anos de idade e a noiva, 21. As testemunhas do casamento foram Friedrich Wilhelm Bartholomaÿ e August Trein. O primeiro nome, de Friedrich Wilhelm Bartholomaÿ, refere-se a uma figura proeminente na área de engenharia, ligada à maçonaria, à política e à Guarda Nacional, portanto com áreas de atuação coincidentes com Francisco José. O segundo nome, de August Trein, indica a relação com Carlos Trein, diretor da colônia, originário de Idar, assim como a noiva e sua família.

Aliás, a família Wild deixou a Europa a partir do porto de Bordeaux, na França, onde também estavam a bordo conterrâneos, naturais de Idar, da família Trein¹⁰⁵. A noiva Emma Wild Simch chegou de Idar ao Rio Grande do Sul com a idade de 6 anos, acompanhada de sua irmã Carolina e de seus pais Carl Wild e Caroline Wilhelmine

¹⁰⁵ Em 17 de junho de 1861, a mãe de Francisco Rodolfo Simch chega ao Brasil, ainda criança. A imprensa informa a chega de Carlos Wild, de sua esposa Caroline, e dos filhos Emma e Caroline no Rio de Janeiro: “os Allemães L. Trein, sua mulher e 2 filhos; C. Wild, sua mulher e 2 filhos, C. Berndt”. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Relação de passageiros do paquete a vapor francez Béarn, entrado a 17 do corrente. Ed. 167. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1861, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/14450. Acessado em 10/10/2019).

Becker Wild. A família Wild, originária de Idar, que fazia parte do Principado de Birkenfeld e hoje constitui a cidade de Idar-Oberstein, na Alemanha, estava instalada no Brasil bem antes do casamento de Emma Wild com Francisco José Simch, desde 1861, na colônia de Santa Cruz¹⁰⁶, em um período “no qual evidencia-se a estruturação dos setores econômicos, a expansão agrícola e o desenvolvimento de uma economia para o mercado, ainda em pequena escala” (RADÜNZ, 2008, p.35). Os pais de Emma Wild Simch contribuíram, em 1890, para a construção da primeira igreja evangélico-luterana em Villa Thereza (DUMMER et al, 2009, p.57), e somente deixaram Santa Cruz do Sul por razões de saúde do patriarca Carl Wild, no início do século XX, quando passaram a residir na casa da filha e do genro, em Porto Alegre¹⁰⁷.

O primeiro filho do casal é o biografado, Francisco Rodolfo Simch, que nasceu em Vila Theresa, em 1877. Depois dele, nasceram os irmãos Carlos Alfredo, Eleonora e Waldemar. Todos foram batizados na igreja evangélico-luterana, como Franz Rudolf, Carl Alfred, Eleonora Emma e Waldemar, respectivamente.

A partir da formação do núcleo familiar brasileiro, o pai de Francisco Rodolfo Simch, Franz Joseph, passa a ser chamado Francisco José Simch, em seus registros locais, em língua portuguesa. Como imigrante germânico da Boêmia¹⁰⁸, traz do Império Austro-Húngaro a experiência da atividade de mineração como geradora de riqueza:

Em um espaço de cem anos surgem quase todas as aglomerações que determinarão a geografia do país até o século XIX. Mas as minas têm um papel ainda mais importante na nova ordem econômica do país. Graças a Jihlava, Kolín e Kutná Hora, a Boêmia se torna por algum tempo um grande centro de extração de prata que atrai os estrangeiros e enriquece o tesouro real, dá potência e brilho aos soberanos do país. (PATOČKA, 1991, p.32)

Como visto, ao chegar no Brasil, seu passaporte já indicava a profissão de auxiliar de engenheiro, aos 20 anos de idade. A tradição em mineração da Boêmia coloca-se em prática em seu posterior envolvimento com a mineração de carvão, no Rio Grande do Sul, ao lado do filho Francisco Rodolfo, indicando que a origem paterna

¹⁰⁶ Prazo Colonial nº13, Colônia de Santa Cruz, Linha Entrada de Rio Pardinho, p.117, 29/04/1876.

¹⁰⁷ O processo de inventário de Carl Wild, avô materno de Francisco Rodolfo Simch, foi realizado em 1908 pelo neto, formado no final do ano anterior como Bacharel em Direito. A inventariante foi a avó materna, Carolina Wild. Para realizar o inventário, o tio Roberto Wild acompanhou Simch até a casa da família Wild, em Santa Cruz do Sul, para listar os bens, que indicavam atividade agrícola familiar. O processo indica que os avós maternos de Francisco Rodolfo Simch passaram a viver em Porto Alegre, na casa de Emma Wild e Francisco José Simch. Processo nº 74 de Inventário de Carlos Wild. Inventariante: Carolina Wild. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS, 1908.

¹⁰⁸ Registro de nascimento de Franz Joseph Simch, em Oberkreibitz, em 12 de março de 1851. Arquivo Público de Litomerice, República Tcheca.

influenciou escolhas profissionais. A trajetória profissional do filho Francisco Rodolfo Simch e a sua inserção política no Rio Grande do Sul estão, portanto, diretamente relacionadas a esta história familiar e com a imigração germânica. Nesse sentido, a pesquisa histórica possibilita que sejam analisadas:

[...] as novas perspectivas abertas para pensar outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados (CHARTIER, 1991, p.177).

Francisco José é um personagem fundamental para a compreensão da trajetória profissional do filho Francisco Rodolfo Simch, que seguiu a área profissional do pai agrimensor, se tornando seu companheiro de trabalho e sucessor na administração pública gaúcha, fortalecendo as redes de solidariedade que o pai havia tecido¹⁰⁹, junto ao Partido Republicano Rio-grandense, PRR.

O pai de Francisco Rodolfo, ao chegar no Brasil, traz consigo experiências de sua terra natal que influenciam a sua forma de trabalhar e de pensar a política. A Boêmia, com sua tradição na mineração e na fabricação de cristais, foi um lugar de aprendizagem da técnica. Além disso, sua origem germânica, em um império multiétnico, fez com que ele conhecesse os desafios da integração de diferentes etnias em um mesmo território, como no caso dos tchecos. A compreensão da importância da língua, da cultura e do estudo como formas de integração dos povos é um aspecto importante para sua própria integração no Rio Grande do Sul, como imigrante. No final do século XIX, muitos austríacos, como eram conhecidos os imigrantes do antigo Império Austro-húngaro no Brasil, chegaram no Rio Grande do Sul, buscando melhores oportunidades de trabalho. A baixa expectativa de vida, decorrente da fabricação do cristal, bem como as tensões entre tchecos e alemães foram alguns dos motivos que levaram muitos imigrantes de etnia alemã a viver no sul do Brasil, conforme se evidenciou.

Na região de Santa Cruz do Sul, Francisco José forma uma família germânica, ao se casar com Emma Wild Simch, integrando-se na família Wild, que havia chegada no Brasil há mais tempo. No Rio Grande do Sul, o conhecimento como agrimensor

¹⁰⁹ O nome de Francisco Rodolfo Simch aparece com muita frequência, desde a sua adolescência até depois do seu falecimento, no Jornal Republicano "A Federação", em especial em eventos marcantes, como o falecimento de Júlio de Castilhos e como orador do discurso da despedida de Borges de Medeiros do governo.

produziu oportunidades de trabalho para ele, com destaque para a construção da Ponte de Vacacaí, em São Gabriel. Através do trabalho, ele cria redes de amizade e tem participação política na sociedade, atuando, inclusive, em nome do governo, como Comandante Interino da cidade, na Revolução Federalista:

A Revolução Federalista, que se estendeu de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, foi um dos mais amplos e tormentosos conflitos estalados no Brasil. A revolta, na qual efetivamente se jogou o futuro da República então recém-proclamada, conflagrou três Estados do Sul da Federação e, combinada com a Revolta da Armada, que eclodiu em setembro de 1893 no Rio de Janeiro, cercou e bombardeou a Capital do País, chegando ainda a constituir um governo paralelo na cidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis). [...] Tamanha foi a barbárie desta que, popularmente, ficou conhecida como a “revolução da degola” [...]” (AXT, 2018, p.107-108).

Esta revolução originou-se de um acirramento das disputas políticas, quando Júlio de Castilhos assumiu, novamente, o governo do Rio Grande do Sul, em janeiro de 1893 (CESAR, 1969, p.36).

Este é um momento chave para Francisco José, em que ele decide seguir, no Brasil, uma política conservadora, coerente com aquela dos Habsburgos, que tanto admira. A renovação, no Brasil, da sua experiência de uma política autoritária, em um contexto de conflitos entre etnias diferentes, acontece quando ele tem acesso às lideranças do PRR e atua em assuntos referentes à posse de terra e à imigração no Rio Grande do Sul. Ao longo da presente pesquisa, percebe-se que estes dois temas, a posse de terra e a imigração, acompanham também a trajetória do filho Francisco Rodolfo através do trabalho conjunto de pai e filho, como funcionários públicos. Estes acontecimentos referentes ao trabalho de Francisco José no Brasil serão oportunamente detalhados ao longo da pesquisa.

2.2 BREVE PANORAMA DOS ANTECEDENTES METALÚRGICOS NO BRASIL (SÉCULOS XVI A XIX)

*“Num tempo
Página infeliz da nossa história
Passagem desbotada na memória
Das nossas novas gerações
Dormia
A nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações”
(Chico Buarque)*

Segundo Jacomy (2015), é fundamental apresentar um breve panorama da história das técnicas para compreender como elas ocorreram em um período determinado e, com isso, disponibilizar pontos de referência, ao evidenciar alguns fatos mais marcantes e relevantes para o contexto da época.

Assim, a presente seção pretende mostrar em que grau de desenvolvimento se encontrava a técnica da metalurgia no Brasil, antes da chegada de Francisco José Simch no Brasil. A ordem histórica utilizada tem, no entanto, sua limitação, porque faz parecer o desenvolvimento da ciência da metalurgia como um evento isolado, mas auxilia a melhor compreender as ações que Francisco Rodolfo Simch protagoniza nesta e em outras áreas. Sendo assim, os referenciais que delimitam o período de tempo selecionado são, por um lado, o ano de 1500, com a chegada dos portugueses ao Brasil, e a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876, em razão das fontes disponíveis sobre a técnica metalúrgica no Brasil e pela relevância de se conhecer o propósito da instituição que formou Francisco Rodolfo, no final do século XIX.

A Escola de Minas de Ouro Preto era considerada “um modelar estabelecimento de ensino mineralógico e metalúrgico” que constituía uma iniciativa de estímulo à exploração das minas brasileiras, tendo contribuído para que o país pudesse divulgar, no Congresso de Estocolmo de 1910¹¹⁰, o potencial de suas

¹¹⁰ O Brasil não enviou representantes ao Congresso de Estocolmo, em 1910, mas o Serviço Geológico redigiu um “Memorial” com uma estimativa do minério de ferro brasileiro (PIMENTA, 1949, p.107).

reservas de ferro, em Minas Gerais¹¹¹ (PIMENTA, 1949, p.101). Esta instituição, era destinada a formar profissionais capazes de desenvolver a mineração e a metalurgia no país, e de se conectar com os especialistas estrangeiros, trazendo conhecimento técnico e mediando empreendimentos. Sua fundação aconteceu somente cinco anos depois da chegada de Francisco José no Brasil, ou seja, quando se buscava formar profissionais para implementar a siderurgia no Brasil. Neste contexto, pretende-se mostrar como a atuação da família Simch poderia contribuir para a indústria siderúrgica que se pretendia desenvolver no país. Retoma-se aqui, a noção de que o conhecimento de mineração de Francisco José advinha da tradição germânica, presente na cultura técnica de uma região de fronteira da Boêmia com um país iniciador, a Alemanha, que passa a ter contato com um país não iniciador, o Brasil, na virada do século XIX para o século XX.

Ao se analisar o princípio da formação de um sistema técnico de produção de aço no Brasil, torna-se possível compreender a atuação profissional do filho, Francisco Rodolfo, procurando integrar a produção regional a uma almejada produção siderúrgica em nível nacional. Isto porque a historiografia da técnica metalúrgica explica a relevância da extração do carvão de pedra gaúcho, por ele tão defendida, para o processo de coqueificação para a produção siderúrgica.

Segundo Landgraf, Tschiptschin e Goldenstein (1994), o desenvolvimento da técnica metalúrgica no Brasil foi pouco favorecido pelas transformações sofridas pela economia brasileira, até 1850, só conseguindo crescer de forma significativa no século XX¹¹². Isto significa que pai e filho, Francisco José e Francisco Rodolfo, atuaram profissionalmente em um período em que a economia brasileira buscava o desenvolvimento da técnica metalúrgica que possibilitaria, mais tarde, a implementação da indústria siderúrgica no país, para que pudesse deixar a condição de país não iniciador, com relação à técnica.

¹¹¹ Esta afirmação foi feita em julho de 1949, no 1º Congresso Panamericano de Engenharia, pelo engenheiro mineiro Demerval José Pimenta (PIMENTA, 1949, p.101).

¹¹² Os autores fazem uma analogia do desenvolvimento da técnica metalúrgica no Brasil com o processo de nucleação dos metais: "Ao reunir as informações sobre a História da Metalurgia no Brasil no período de 1500 a 1850, é irresistível a analogia metalúrgica: tratamos do processo de nucleação, da curta vida dos embriões de técnica metalúrgica que só teriam potencial econômico - dinâmico para o crescimento no século XX. Com frequência, esses embriões não deixaram herança, não se transformaram em núcleos, porque a matriz, a economia brasileira, não favoreceu seu crescimento. É necessário, portanto, acompanhar também as transformações dessa matriz nesse período". (LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDENSTEIN, 1994).

No Brasil colonial, no período entre 1500 e 1700, são fundados os “engenhos de ferro”. É um período em que Salvador e Recife tinham grande importância para Portugal, devido à cana-de-açúcar, atraindo mão-de-obra portuguesa. Entre os portugueses que chegavam ao Brasil, havia artífices da área metalúrgica, que passaram a se dedicar não somente ao trabalho metalúrgico, porque passavam a realizar outras atividades, tornando-se, por exemplo, fazendeiros ou comerciantes. Surgiu, então, a preocupação de que seu conhecimento técnico pudesse ser dominado por indígenas e escravizados, como comprova a advertência feita pela Câmara Paulistana, no século XVI, aos ferreiros, para que não ensinassem seu ofício aos indígenas, que poderiam passar a fabricar armas de ferro que constituiriam uma ameaça aos colonizadores. Por outro lado, naquela época, os metais, como matéria-prima, eram importados e difíceis de se obter, de forma que, nos engenhos de açúcar, os metais somente eram empregados como material de construção quando realmente necessários, utilizando-se, ao invés disso, muita madeira (LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDSTEIN, 1994).

São Paulo teve um papel importante para a metalurgia, porque era um ponto de fornecimento de mão-de-obra e teve influência dos jesuítas, que contavam com seus ferreiros. De acordo com Felicíssimo Júnior (1969, p.1), tem-se registro, em 1532, na Expedição de Martim Afonso de Souza, do Mestre Bartolomeu Fernandes, conhecido como Bartolomeu Carrasco, fazendo-se alusão ao seu ofício de ferreiro. Ele passou a morar nos Campos de Piratininga, na capitania de São Vicente, onde produzia artefatos de ferro, tendo instalado uma forjaria à margem esquerda do rio Jurubatuba, como menciona o padre Anchieta. Em 1559, o padre Leonardo Nunes, conhecido como Abarebebê, ou Padre Voador¹¹³, trouxe o noviço Mateus Nogueira¹¹⁴, do Convento da Penha, em Vitória, na Capitania do Espírito Santo, para a aldeia do Colégio dos Jesuítas. Ele tinha sido ferreiro, fundidor e armeiro na África, de onde trouxe a técnica de forjar ferramentas a partir de sucata de ferro. A atividade de ferreiro

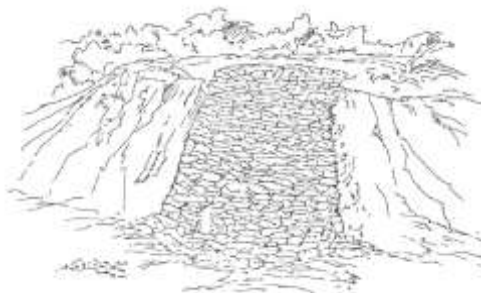
¹¹³ Abarebebê significa “padre voador” em tupi, uma referência à impressão que os indígenas tinham de que o padre jesuíta Leonardo Nunes estaria em vários lugares ao mesmo tempo (RUÍNAS Engenho São Jorge dos Erasmos. Projeto de valorização patrimonial do monumento nacional. Ruínas do Abarebebê. Disponível em: <http://www.resjeroteirosbaixadasantista.prceu.usp.br/sitio/ruinas-do-abarebebe>. Acessado em 10/03/2023).

¹¹⁴ Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “Mateus Nogueira, um ferreiro e ex-combatente da África, se juntou nesta época aos jesuítas de São Vicente. Este já não falava a língua “destes brasis”, mas, como “metalúrgico” foi muito importante para missionários e índios” (SUESS, Paulo. *A história dos jesuítas no Brasil*. Disponível em: <https://cimi.org.br/2006/01/24398/#>. Acessado em 10/02/2022).

estava relacionada, naquela época, ao povoamento do Brasil (FELICÍSSIMO Jr., 1969, p.2-3).

Apesar da importância da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro, a metalurgia extrativa iniciou em São Paulo, principalmente, em um momento coincidente com a união das Coroas de Portugal e da Espanha, entre 1580 e 1640. Ocorreu, então, a fundação dos “engenhos de ferro”, incentivados pelo 7º Governador Geral do Brasil, D. Francisco de Souza. Porém, os engenhos de ferro de Afonso Sardinha, de 1590, em Araçoiaba e Sorocaba, e aquele de Diogo de Quadros, de 1606, em Santo Amaro, já haviam encerrado suas atividades em torno do ano de 1620, em razão do custo elevado da produção de ferro e da falta de mão-de-obra¹¹⁵ (LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDSTEIN, 1994). Segundo Andrade e Cunha¹¹⁶ (2002, p.21), o engenho de ferro fundado por Afonso Sardinha é considerado um marco histórico da siderurgia brasileira. Assim, logo após a primeira metade do século XVI, considera-se que este evento marca o início de um movimento de busca de aprimoramento técnico para se obter uma produção de ferro em escala ampliada no Brasil, constituindo, pois, uma das referências históricas para a siderurgia nacional.

Figura 4 - Esboço de um forno metalúrgico do século XVI



Fonte: LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDSTEIN, 1994

¹¹⁵ Não há consenso, nas fontes, sobre a data exata de fundação dos engenhos de ferro. Segundo Manfredini, Guandique e Rosa (2015, p.55), Afonso Sardinha chegou no Morro do Araçoiaba para explorar aquela região, e construiu, no Vale das Furnas, em 1589, dois pequenos fornos catalães e o engenho de ferro. Acredita-se que as ruínas do engenho de ferro de Afonso Sardinha tenham sido descobertas, e estariam em estudo pelo Museu Paulista, e sabe-se que o local do engenho de Santo Amaro foi atingido por obras realizadas na Avenida Marginal do Rio Pinheiros, em São Paulo (LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDSTEIN, 1994).

¹¹⁶ Em comemoração aos 50 anos do BNDES, foi publicado o artigo “O setor siderúrgico” como parte integrante da obra “Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 50 anos: histórias setoriais, em que se apresentam alguns marcos da história da siderurgia no Brasil (ANDRADE; CUNHA, 2002, p.21-46. O setor siderúrgico. In: BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) *Banco Nacional de Desenvolvimento Social 50 anos: histórias setoriais* Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13314/1/BNDES%2050%20Anos%20-%20Hist%C3%B3rias%20Setoriais_O%20Setor%20Siderurgico_P.pdf. Acessado em 10/06/2021).

Landgraf, Tschiptschin e Goldenstein (1994) esclarecem um aspecto histórico importante sobre o termo “aço”. De acordo com estes autores, até o século XIX, o ferro enriquecido em carbono, que hoje chamamos de “ferro gusa” ou “ferro fundido”, era conhecido como “ferro coado”. O ferro com baixo teor de carbono, dútil, que atualmente se denomina aço, era, então chamado “ferro trabalhado” ou “ferro maleável”. Até o século XIX, a nomenclatura “aço” era atribuída ao ferro com teor médio de carbono, que podia obter dureza através do processo de têmpera¹¹⁷. Esta informação pode ser sintetizada como segue:

Tabela 1 – Utilização do termo aço antes e depois do século XIX

Teor de carbono do ferro	Nomenclatura até o século XIX	Nomenclatura atual
Baixo (menor que 0,1%)	Ferro trabalhado Ferro maleável	Aço
Médio (perto de 1%)	Aço	
Alto (em torno de 4%)	Ferro coado	Ferro gusa Ferro fundido

Fonte: adaptado pela autora de LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDENSTEIN, 1994; MARCOLIN, 2010, p.8.

Durante o período de colonização, acredita-se que eram empregadas forjas, em um processo de redução direta do minério com o uso de carvão vegetal em pequenos fornos, com cerca de um metro de altura. Através do orifício superior, carrega-se o minério e o carvão vegetal, e retira-se, com frequência, o metal reduzido. Pelo orifício inferior, sopra-se o ar com foles de couro acionados por meio da tração animal, manual ou hidráulica. Além disso, no orifício inferior, a escória é removida. Este tipo de forno reduzia em média 15 quilos de metal em estado sólido e com

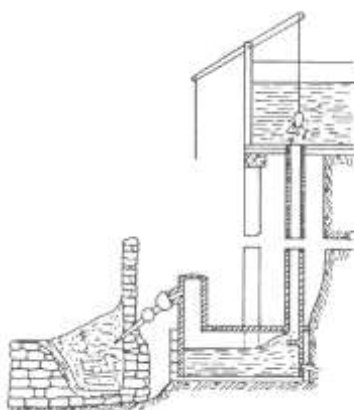
¹¹⁷ A explicação técnica sobre estas variações no teor de carbono do ferro encontra-se na forma como é realizado o processo de obtenção do ferro metálico a partir do minério: “Antes de descrevermos os processos em voga, são necessários alguns esclarecimentos metalúrgicos e de nomenclatura. Os minérios de ferro são normalmente óxidos e para a obtenção de ferro metálico o oxigênio deve ser removido, em geral, combinando-se com carbono. Como o ferro puro tem ponto de fusão acima de 1.500°C, a redução do óxido, ou seja, a remoção do oxigênio, resulta em ferro metálico sólido, quando realizado abaixo daquela temperatura. Se as condições químicas no interior do forno forem tais que o ferro seja enriquecido em carbono, ocorre um abaixamento do ponto de fusão e pode-se obter ferro líquido a 1.200°C, chamado no passado de ferro coado, hoje, gusa ou ferro fundido. Com esse material só se pode fundir peças, porque não suporta forjamento. Já o ferro com baixo teor de carbono é dútil, sendo conhecido anteriormente como ferro trabalhado, ferro maleável, hoje, genericamente, como aço. Até o século XIX, era chamado de aço o ferro com médio teor de carbono, passível de endurecimento por têmpera” (LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDENSTEIN, 1994).

presença de escória, que era dele retirado para ser forjado com o auxílio de um martelo, para que a escória fosse retirada (LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDENSTEIN, 1994). Sobre a nomenclatura deste tipo de forja, há controvérsia, pois:

A literatura brasileira tende a chamar esses fornos de "forja catalã", nomenclatura possivelmente imprópria, já que Eschwege, em 1812, supõe serem fornos de Galícia, enquanto a forja catalã é um equipamento mais desenvolvido, de mais de 2 metros de altura e normalmente caracterizado pela injeção de ar por meio de trompa d'água (LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDENSTEIN, 1994).

Apesar das fontes chamarem este tipo de forno utilizado à época da colonização como sendo uma forja catalã, tecnicamente este seria um forno de Galícia, porque a forja catalã seria um equipamento como indica a figura abaixo:

Figura 5 – Forja catalã



Fonte: LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDSTEIN, 1994

Sobre a técnica metalúrgica em Portugal, sabe-se do contato com especialistas estrangeiros para aprendizagem, e a ocorrência da produção de ferro fundido em locais como Figueiró dos Vinhos, no século XVIII. O norte europeu encontrava-se mais desenvolvido, graças ao alto-forno, criado pelo aumento da altura do forno e da relação entre o carvão e o minério, permitindo a produção contínua de ferro fundido. Isto ampliou o leque de possibilidades produtivas, substituindo-se, por exemplo, o bronze na produção de canhões pelo ferro fundido. Na Inglaterra, a metalurgia extrativa exigia grandes investimentos que eram garantidos pelo Estado e pela aristocracia, enquanto o capital destinado à metalurgia da transformação originava-se

da atividade crescente do comércio, ensejando a produção fabril. Ainda assim, os pequenos negócios com forjas antigas mantinham-se relevantes e competitivos, porque realizavam um processo menos oneroso do que a descarburização do ferro gusa (LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDSTEIN, 1994). Até o final do século XVIII, Portugal financiou estudos de metalurgia para portugueses e brasileiros em renomadas instituições europeias, para qualificá-los¹¹⁸ (MARCOLIN, 2010, p.8). Em 1693, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, surge um novo período de migração para o interior. Como mencionado anteriormente, a metalurgia do ferro, no Brasil, tem também a influência da técnica africana:

A metalurgia do ferro desse período é pouco documentada e parece ter sido marcada pelo aproveitamento dos conhecimentos africanos de extração do ferro. A mineração exigia artefatos de ferro, o minério era abundante e as culturas africanas já dominavam uma técnica rudimentar, porém eficaz, de extração de ferro, e as dificuldades de transporte de matéria-prima até a região mineira concorrem para justificar as afirmações de autores do século XIX, de que as "forjas de cadinho", operadas por escravos negros, estavam bastante disseminadas por Minas Gerais. As tais dificuldades de transporte incluíam, por exemplo, o corte dos lingotes nos portos brasileiros, para que fosse possível distribuir a carga no lombo dos burros que subiam as serras em direção a Minas Gerais (LANDGRAF; TSCHIPTSCHIN; GOLDSTEIN, 1994).

Além da técnica metalúrgica africana, também havia a presença da técnica francesa em Minas Gerais, muito antes da criação da Escola de Minas de Ouro Preto. Robert Guinot, em sua obra *Jean de Monlevade, pionnier de la sidérurgie brésilienne*,¹¹⁹ indica que Jean de Monlevade foi aluno da Escola Politécnica e da Escola de Minas de Paris, no início do século XIX, e é considerado um dos pioneiros da siderurgia no Brasil. Em Paris, Jean de Monlevade conheceu Ildelfonso Gomes de Freitas, de São Paulo, que o convenceu a vir para o Brasil. Vislumbrando possibilidades científicas em terras brasileiras, ele chegou no Rio de Janeiro em 1817, com autorização da administração pública francesa, e logo visitou os locais das minas

¹¹⁸ MARCOLIN, Neldson. Os primeiros anos da siderurgia: falta de conhecimento técnico dificultou implantação de uma nova indústria no país há 200 anos. Revista de Pesquisa FAPESP, ed. 173, jul.210, p.8-9. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-primeiros-anos-da-siderurgia/#:~:text=O%20primeiro%20grande%20investimento%20em,a%20se%20firmar%20no%20pa%C3%ADs>. Acessado em 10/06/2021.

¹¹⁹ Este livro ("Jean Monlevade, pioneiro da siderurgia brasileira", tradução nossa), foi publicado pelas Edições Guénégaud, em 2005, e é uma biografia de Jean Antoine Félix Dissandes de Monlevade (1791-1872). O site internet das edições *Les Annales des Mines* (Os Anais das Minas), fundadas em 1794, na França, fundamenta-se na mencionada obra de Robert Guinot para trazer informações sobre a influência de Jean Monlevade para a siderurgia brasileira (LES ANNALES DES MINES. Jean Antoine Félix Dissandes de Monlevade (1791-1872). Disponível em: <https://www.annales.org/archives/x/monlevade.html>. Acessado em 20/04/2021).

de Ouro Preto, em Minas Gerais. Juntamente com Luiz Soares de Gouveia, fundou uma usina metalúrgica em Caeté (LES ANNALES DES MINES, 2021). Este empreendimento, conquanto ainda mantivesse estrutura artesanal, é considerado um marco na produção de ferro no Brasil. De acordo com o a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)¹²⁰, Monlevade fez um estudo mineralógico e geológico em Minas Gerais, e descobriu forjas para produzir ferro, tendo fundado a primeira forjaria de Minas Gerais movida pela força da água. No antigo Arraial de São Miguel, estabeleceu residência no local que chamou Solar da Fazenda Monlevade¹²¹. Lá ele instalou uma usina para a metalurgia do ferro, contando com o trabalho de 150 escravizados, mas sua fábrica, que produzia instrumentos de ferro e moinhos para as usinas de açúcar, era pouco competitiva, em comparação com o ferro importado da Europa. Ele procurou modernizar sua produção, com o apoio financeiro do tio de sua esposa Clara de Souza Vasco Fernandes Coutinho, o Barão de Catas Altas. Ele tentou vender sua usina, a partir de 1847, para retornar para a França, mas acabou mantendo o negócio até seu falecimento, no ano de 1872, quando seu filho João Pascoal assumiu seu lugar, para depois se mudar para o Rio de Janeiro, com a família e vender a fábrica, em 1891. Apesar da venda, seu filho Francisco de Monlevade continuou na direção da empresa até sua falência, em 1897 (LES ANNALES DES MINES, 2021). A influência de Monlevade na siderurgia brasileira é viva na memória dos metalurgistas franceses e brasileiros, mas outras contribuições também são lembradas e reconhecidas, existindo, desse modo, mais de um metalurgista lembrado como “patrono da siderurgia brasileira”.

Para Poso (2015, p.112), são três os momentos importantes que marcam o processo de constituição da siderurgia no Brasil, no século XIX.

¹²⁰ A UFMG mantém o site internet do programa “Circuito Cultural Vieira Servas”, “uma iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade (FRMFA) em parceria com a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba (AMEPI)”. O nome do programa homenageia o escultor e entalhador português Francisco Vieira Servas, que representa a arte do Barroco Mineiro e cuja existência foi documentada em Catas Altas do Mato Dentro, no século XVIII. Vieira Servas viveu na região do Médio Rio Piracicaba, e foi enterrado em São Domingos do Prata, em 1811 (UFMG. Circuito cultural Vieira Servas. Disponível em: <https://www.ufmg.br/vieiraservas/apresentacao/>, Acessado em 10/04/2021).

¹²¹ Em 27 de dezembro de 1948, a Lei Estadual nº 336 criou o Distrito de João Monlevade. Em 1921, instalou-se a Arcelor Mittal Aços Longos (antiga Belgo-Mineira), propiciando o desenvolvimento do local e sua emancipação como município de João de Monlevade, em 29 de abril de 1964 (UFMG. João Monlevade. Disponível em: <https://www.ufmg.br/vieiraservas/municipio/joao-molevade/>. Acessado em 10/04/2021).

O primeiro deles foi a construção, em 1815, do primeiro alto-forno, de fornos de refino e forjas catalãs, no Morro Pilar, em Minas Gerais, orientada pelo Intendente Manuel Ferreira da Câmara de Bethencourt Aguiar e Sá, conhecido como Intendente Câmara¹²². Ele era mineiro, nascido em Itacambira, em 1764, de origem portuguesa, e conhecido como o “patrono da siderurgia brasileira”. Estudou em Coimbra, onde se tornou amigo e colega de José Bonifácio de Andrada, formando-se em 1788. O Intendente Câmara, José Bonifácio de Andrada e Joaquim Pedro Fragoço percorreram vários lugares da Europa para ampliar seu conhecimento sobre mineração e siderurgia, com patrocínio da Coroa Portuguesa, passando, inclusive, pela Boêmia. Também foi aluno de Fourcroy e Duhamel, na *École de Mines* de Paris e seguiu os ensinamentos de Abraham Gottlob Werner, na Alemanha. De volta ao Brasil, foi o primeiro brasileiro a se tornar “Intendente das Minas Gerais e do Distrito Diamantino”. No Morro do Pilar, realizou um projeto combinando o alto-forno catalão com o sueco, inovando a tradição portuguesa de utilizar o alto-forno catalão, criando uma discussão metalúrgica histórica com Eschwege, que defendia a utilização dos altos-fornos saxões, que eram menores e exigiam um menor consumo de carvão. Além disso, contribuiu para modernizar as leis da mineração, em sua época.

O segundo momento aconteceu em 1818, quando se construiu a fundição Ipanema, em Sorocaba, São Paulo, sob a supervisão do metalurgista Frederico de Varnhagen¹²³. Ele nasceu em 17 de fevereiro de 1816, em Sorocaba, no estado de São Paulo. Seus pais eram o Coronel Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, engenheiro alemão que se destacou como um dos pioneiros da fundição de ferro no Brasil, e a portuguesa Maria Flávia de Sá Magalhães. Seu pai chegou ao Brasil no ano de 1809 para trabalhar na Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, o que fez até 1821, quando deixou o país para viver com a família em Portugal.

Depois disso, foi construída em Congonhas do Campo, Minas Gerais, a fábrica de ferro Patriótica pelo Barão de Eschwege¹²⁴. O geólogo e metalurgista Wilhelm

¹²² A página do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais apresenta a descrição do Intendente Câmara exposta neste trabalho.

<https://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.e.w?idPaginaltemMenuConteudo=7628>

¹²³ A biografia de Frederico de Varnhagen está na página da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/labteo/varnhagen/>. Percebe-se, pois, a presença da influência germânica no contexto da implantação da indústria siderúrgica no Brasil.

¹²⁴ Informação fornecida pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB, Serviço Geológico do Brasil. *Barão de Eschwege*, 2023. Disponível em: <http://cprm.gov.br/publico/Redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Barao-de-Eschwege-519.html>. Acessado em 20/01/2023.

Ludwig von Eschwege nasceu e faleceu na Alemanha, tendo sido aluno de Werner, que sistematizou a mineralogia. Eschwege foi contratado pelo governo português para reorganizar as minas em Portugal, e se transferiu com a Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Permaneceu no Brasil até 1821, e foi nomeado intendente das minas de ouro e curador do gabinete de mineralogia do governo, no Rio de Janeiro (SGB, 2023). Em sua obra “Pluto brasiliensis” (ESCHWEGE, 2021), Eschwege, o filho, menciona o ouro na região de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, e o carvão, afirmando que “os únicos indícios de carvão até agora descobertos na província do Rio Grande do Sul, nos arredores de Rio Pardo, não são propriamente de carvão de pedra, mas de linhito betuminoso”. Ele menciona o estudo feito por seu compatriota Tenente-Coronel von Feldner, naquela região, em 1811, lembrando ter ouvido falar que este colega, à época já falecido, apontava a dificuldade de se extrair o carvão daqueles “terrenos alagadiços”, e havia enviado amostras ao Gabinete de Mineralogia de Eschwege (ESCHWEGE, 2021, p.594). Eschwege menciona nesta obra, diversas vezes, os trabalhos de Varnhagen e, principalmente, a fundição Ipanema, no capítulo “História Antiga do Ferro” (ESCHWEGE, 2021, p.599). Além disso, relata as imitações que surgiram, na região, das suas instalações da Fábrica de Ferro do Prata, próxima a Congonhas do Campo, o que mostra um dos mecanismos pelos quais as pessoas tentavam reproduzir a técnica metalúrgica:

Embora eu fosse sempre prestativo e ensinasse o pouco que aprendera e experimentara, houve muitos que não quiseram dever-me favores, pretextando simplesmente que sabiam fazer tudo, sem necessidade de mestre. Bastava, porém, olhar para suas instalações, para verificar que se tratava de cópia das minhas. Tais imitadores, ignorantes e inexperientes, erravam muitas vezes, pois não percebiam a importância de coisas aparentemente inúteis (ESCHWEGE, 2021, p.604)

Neste capítulo sobre a história do ferro no Brasil, Eschwege identifica um momento de ruptura na história siderúrgica brasileira, quando ele separa um primeiro momento em que havia pequenas, mas muitas instalações para a fabricação do ferro, até que surgiram instalações maiores, a partir do século XIX. É a partir deste ponto de ruptura que surgem os três momentos importantes da história siderúrgica brasileira, que haviam sido anteriormente citados: as instalações do Intendente Câmara, as de Varnhagen e as de Eschwege. Eschwege (2021, p.605-607) faz, então, uma retrospectiva dos dois primeiros empreendimentos, para mostrar como ele chegou a

um feito maior e melhor do que seus predecessores, segundo ele, no que se refere à produção de ferro:

Da fabricação do ferro em instalações pequenas, muito numerosas, passo agora às maiores. Câmara, Intendente da Administração Diamantina, foi o primeiro que, em 1808 ou 1809, formou o projeto de construir, às expensas do Erário, uma grande usina siderúrgica na comarca do Serro do Frio, perto do arraial do Morro do Pilar. (...) Nessa ocasião, também meu patrício Tenente-Coronel von Varnhagen, foi mandado para São Paulo, com a missão de projetar uma nova e grande usina de ferro, que acionistas da empresa deviam fazer construir nas proximidades de Sorocaba, no morro de Araçoiaba, onde existira a antiga fábrica de ferro. (...) Von Varnhagen sugeriu que se construíssem altos-fornos. O diretor sueco¹²⁵, porém, teimou¹²⁶ em levantar quatro pequenos Stückofen, comprometendo-se a produzir anualmente, a partir de um ano, 40.000 quintais de ferro em barras. (...) Veio-me então a idéia de passar à frente daqueles dois senhores e alcançar a honra de ter sido o primeiro no Brasil a produzir ferro em escala industrial. (...) A usina foi construída, e, em 17 de dezembro de 1812, começou a trabalhar regularmente, antes das duas outras, que não tinham ainda produzido uma libra de ferro (...). Só em junho de 1813 começou a trabalhar a usina dos suecos, em São João do Ipanema. A de Câmara fez a sua primeira tentativa de fundição em agosto de 1818, e isto com o auxílio do meu mestre fundidor alemão. Não quero antecipar-me, porém, à história, tratando agora de cada uma dessas fábricas. Direi somente que, até o ano de 1818, quando a fábrica sueca de São João do Ipanema foi transformada por von Varnhagen em uma fábrica do tipo alemão, minha usina de Congonhas produzia mais ferro do que a do Morro do Pilar e tanto quanto a de São João do Ipanema. E também, que, tendo as duas primeiras custado 300.000 cruzados cada uma, as despesas com a construção da minha atingiram somente a 13.000. Além disso, havia ainda a grande diferença de ter dado bons lucros aos proprietários, enquanto as duas outras somente produziram prejuízos consideráveis (ESCHWEGE, 2021, p.605-607)

Percebe-se que Eschwege enfatiza e respeita a qualidade da técnica metalúrgica alemã: ele menciona Varnhagen como “meu patrício”, mostra que este apresentava boas sugestões para a Fábrica de Ipanema, porém a teimosia dos suecos faria com que escolhas técnicas equivocadas fossem tomadas, até que foi transformada em uma “fábrica do tipo alemão”, e passou a funcionar adequadamente. Segundo Eschwege, na usina do Morro do Pilar, do Intendente Câmara, também é o conhecimento alemão que se destaca, pois ele conta com a ajuda de um “mestre fundidor alemão” seu, que traz melhorias ao processo. Por fim, segundo ele, a sua

¹²⁵ Segundo Marcolin (2010, p.8), Carl Gustav Hedberg era o experiente diretor dos técnicos suecos.

¹²⁶ Quanto à forma ineficiente com que o diretor sueco Hedberg decidiu operar a Fábrica de Ipanema, deixando de lado o conceito de alto-forno para a produção contínua, até hoje se discute se isto teria sido mais do que teimosia, ou se teria sido um ato de sabotagem da produção de ferro brasileira para evitar a concorrência com a Suécia. Outra hipótese levantada é de que haveria simplesmente pouco pessoal técnico competente para encaminhar com maior eficiência e qualidade o empreendimento¹²⁶ (MARCOLIN, 2010, p.9).

usina de Congonhas, embora produzisse tanto ferro quanto aquela de seu colega alemão Varnhofen, e estas duas usinas de técnica alemã, por sua vez, produzissem mais do que aquela do Intendente Câmara, era a que menos despesas exigira, e a que mais lucro gerara, até aquele momento. Martin (1966) esclarece como a iniciativa privada provocou uma ruptura na história da implementação da siderurgia estatal:

Muito rapidamente, no entanto, esta siderurgia tradicional mostra-se incapaz de garantir uma produção massiva e regular. A capacidade do forno ou do cadinho é mínima e o produto de uma fusão oscila entre 1/2 e 2 arrobas (7,5 a 30 kg); o número de fusões é ele mesmo limitado pela força de trabalho necessária para acionar os foles e bater o metal fundido. Atendendo à solicitação da administração portuguesa do Brasil, D. João VI autoriza, a partir de 1795, a exploração das minas de ferro e a implantação de unidades siderúrgicas de grande dimensão, e ainda mais: assim que chegou ao Brasil, ele mesmo procurou fazer com que fossem realizadas. Apesar das dificuldades e dos atrasos devidos, ao que parece, à falta de assistência técnica estrangeira, duas usinas modernas são construídas pelo poder público: uma no Morro do Pilar, em Minas Gerais, e outra em Ipanema, na Província de São Paulo. Enquanto a segunda chegou a ter um alto-forno, isto não foi possível para a primeira, que acabou empregando pequenos fornos suecos. Entretanto, a siderurgia não permanece um monopólio público e muito rapidamente a iniciativa privada assume protagonismo: embora utilizando o pequeno forno de redução direta, a usina de Congonhas atinge o estágio industrial graças à introdução do fole e do martelo hidráulicos que economizam mão-de-obra. Em Minas Gerais, várias forjarias surgem e se desenvolvem em torno de Itabira¹²⁷, de Mato Dentro, de Serro. O próprio Monlevade volta a utilizar o forno catalão depois do fracasso de seu alto-forno de Caeté; sua nova usina de São Miguel de Piracicaba parece ter funcionado perfeitamente ao longo de sua vida (MARTIN, 1966, tradução nossa).

Em todas estas fases da mineração e da siderurgia no Brasil, o termo “mão-de-obra” repete-se como um desafio para a realização dos novos projetos de produção de metal. Pandiá Calógeras atribui esta dificuldade ao desconhecimento do trabalho metalúrgico por muitos trabalhadores, além da falta de pessoal em decorrência da abolição da escravatura, fator este que Eschwege já havia mencionado em seus estudos:

O problema da mão de obra, após o desaparecimento da escravidão, a cuja existencia attribuia Eschwege, não sem razão, o terem florescido tantas lavras, foi solvido pelo salariado dos operarias locais, pela immigração provocada de mineiros estrangeiros e pela introdução do systema das pequenas tarefas, de empreitada com cada turma de cabeceira. Na concurrencia entre os trabalhadores nacionaes e estrangeiros, ha certa divisão de serviços que se effectua naturalmente: os hespanhóes, os italianos, são bons mineiros de cabeceira, o nacional tambem o é, mas já em segunda linha, salvo excepções; para os serviços que exigem intelligencia mais aguçada, como os engenhos, as manobras de registos em tempo opportuno, ha certa superioridade em favor do brasileiro; para o fabrico do

¹²⁷ Observe-se que, nesta fase, não se fala em produção industrial de aço, em Itabira.

carvão, o italiano é em geral preferido; para as derrubadas, o falquejamento de madeiras, os cuidados dispensados aos regos dagua, ás canalisações e bicarnes, escolhem-se preferencialmente mineiros da localidade (CALÓGERAS, 1938, 494-495).

Surgem, pois, as migrações como um importante componente para o desenvolvimento da mineração e da siderurgia no Brasil, ao suprir o país com um novo efetivo de mineradores para compensar a saída do serviço das minas dos trabalhadores escravizados, e para aproveitar as contribuições técnicas que os imigrantes de variadas etnias podem trazer.

Em conclusão, houve algumas formas de fabricação do ferro e novas técnicas no Brasil foram introduzidas para desenvolver a siderurgia, mas algumas iniciativas são consideradas referências históricas, como o engenho de ferro de Sardinha, no século XVI, a usina Monlevade, em XX, a usina do Morro do Pilar, em 1815, a fábrica de Ipanema, em 1815, a fábrica de Congonhas e, por fim, a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876, que será estudada em seção posterior.

Depois destes marcos da história da siderurgia brasileira, passa-se a uma nova fase de da industrialização, no início do século XX, estabelecendo-se uma forte ligação do desenvolvimento siderúrgico com a indústria bélica, em razão da maior demanda mundial de ferro e aço:

A I Grande Guerra dará um primeiro impulso sério à exploração e aproveitamento industrial do minério brasileiro. Uma pequena usina instalada desde 1888 em Itabirito (Minas Gerais) produzirá em 1915, 3.259 toneladas de gusa, que se elevarão em 1921 para 15.316. É neste último ano que se instala a primeira grande empresa siderúrgica, a Belgo-Mineira, formada de capitais franco-belgoluxemburgueses, que estabelece sua primeira usina com alto forno em Sabará (Minas Gerais). Outras, mas de menor importância, aparecem em seguida. Empregarão todas como combustível o carvão de lenha obtido localmente (trata-se de uma região de florestas) e uma pequena parte de coque importado. A siderurgia brasileira começa então a se desenvolver, embora ainda muito lentamente (PRADO JR., 1969, p.204).

Quanto à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira¹²⁸, sua história está ligada a Jean de Monlevade, que, como mencionado, instalou, em Minas Gerais, em 1825, uma fábrica de ferro pioneira que constituiu, na década de 1920, a referida empresa, por intermédio do grupo Arbed, de Luxemburgo. A Companhia Siderúrgica Belgo-

¹²⁸ A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira é, atualmente, a Arcelor Mittal (UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto. João Monlevade – cidade sede do departamento de Ciências Exatas e Aplicadas, 2023. Disponível em: <https://decsi.ufop.br/hist%C3%B3ria-do-departamento>. Acessado em 01/05/2023).

Mineira dominou a siderurgia brasileira até a década de 1950, quando as consequências da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, e de outras empresas estatais como a Usiminas e a Acesita modificaram este cenário (UFOP, 2023).

Em 1910, o Congresso de Estocolmo era uma espécie de guia para os investidores estrangeiros, para a compra de propriedades para a mineração. Diante disso, o minucioso “Memorial”, com informações e mapas sobre as jazidas brasileiras, tecnicamente organizado pelo Serviço Mineralógico e Geológico nacional, recém-criado em 1907, despertou o interesse de investidores estrangeiros, em especial Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, para o volume dos minérios brasileiros. Na falta de iniciativas do governo brasileiro e com a facilidade que o direito do solo brasileiro conferia, no início do século, à exploração do subsolo pelo proprietário de terras, a compra de propriedades no Brasil a baixo custo, com direito a exploração do subsolo já habilmente mapeado pelo próprio Serviço Mineralógico e Geológico de 1907, tornou-se um negócio lucrativo para as empresas estrangeiras, que já tinham a experiência do aço (PIMENTA, 1949, p.108-109). Um exemplo destas circunstâncias é a *Itabira*¹²⁹ *Iron Ore Company*, Companhia inglesa de exploração de minério de ferro autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto nº 8.787, de 16 de junho de 1911¹³⁰ e que foi transferida ao governo brasileiro através do Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942¹³¹, que determinou a encampação desta companhia. Nesse sentido, os egressos da Escola de Minas de Ouro Preto, como Francisco Rodolfo Simch e Pandiá Calógeras¹³², têm uma atuação importante na sociedade porque defendem a distinção

¹²⁹ O poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) nasceu em Itabira do Mato Dentro, em Minas Gerais (CARLOS Drummond de Andrade. Vida. Disponível em: <https://www.carlosdrummond.com.br/>. Acessado em: 20/04/2023). A mineração e a siderurgia em sua cidade é um tema central da sua obra, pois ele acompanhou todo o processo de industrialização em sua terra natal e as modificações na sociedade e na paisagem, dela decorrentes.

¹³⁰ BRASIL. Decreto nº 8.787, de 16 de Junho de 1911 [Concede autorização á «Itabira Iron Ore Company, Limited», para funcionar na Republica]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8787-16-junho-1911-525467-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 12/03/2020.

¹³¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942 [Encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A. e dá outras providências]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4352-1-junho-1942-414669-norma-pe.html>. Acessado em: 10/10/2020.

¹³² Pandiá Calógeras formou-se na Escola de Minas de Ouro Preto, em 1890 (ARQUIVO NACIONAL. João Pandiá Calógeras. MAPA, Memória da Administração Pública Brasileira, 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/862-joao-pandia-calogeras>. Acessado em 23/04/2022).

da posse do solo da posse do subsolo, no que se refere à propriedade de terras, como forma de garantir ao governo o controle da mineração.

O escritor alemão Wolfgang Hoffmann-Harnisch, em sua visita ao Brasil, na década de 1930, registrou suas impressões¹³³ sobre as reservas de ferro de Minas Gerais e seu papel para o desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira:

O maior reservatório de ferro do mundo! Aqui há mais ferro condensado num espaço relativamente reduzido, do que no mundo inteiro. É bem compreensível que um país que possui riqueza como esta não tenha pressa. Uma vez resolvido o grande problema de transporte, por cuja solução se trabalha ativamente, veremos surgir aqui a maior siderurgia do mundo, e com ela uma indústria das mais poderosas. O ferro que aqui jaz ainda inaproveitado se transformará em trilhos que cobrirão o Brasil com uma rede densa e imensa, em máquinas e arados, em locomotivas e vapores, que levarão a sobra do produto para os confins do mundo. Gerações viverão ainda deste minério. O Brasil, que já teve sua era de ouro, terá sua era ainda maior, a do ferro (HOFFMANN-HARNISCH, 1934, p.253-254)

Sua narrativa ilustra o crescimento do investimento em siderurgia no país, e a importância das reservas de ferro de Minas Gerais para o desenvolvimento da indústria na década de 1930.

2.3 DE FRANZ RUDOLPH A FRANCISCO RODOLFO SIMCH: O NASCIMENTO DE UM INTELLECTUAL ENGAJADO (1877-1900)

*“O gaúcho, desde piá, vai aprendendo
A ser valente, não ter medo, ter coragem
E, em manotaços do tempo e em bochinchos
Retempera e moldura a sua imagem”
(Leopoldo Rassier)*

Francisco Rodolfo Simch era brasileiro e, na sua juventude, teve a oportunidade de conhecer o interior do estado do Rio Grande do Sul. Este foi um período de enraizamento, em que se encantou com a natureza gaúcha, criando um forte vínculo de afeto com o lugar.

Seu nascimento ocorreu em 3 de abril de 1877. Ele foi batizado evangélico-luterano, no mesmo dia em que nasceu, em Villa Thereza, na comunidade do atual

¹³³ O prefácio do livro “O Brasil que eu vi: retrato de uma potência tropical” foi escrito por Lourival Fontes, jornalista nomeado em 1934 para dirigir o “Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC)” do Governo Provisório de Getúlio Vargas (PANTOJA, 2009), que enaltece a obra de Hoffmann-Harnisch pela sua “compreensão clara do sentido do novo regime e do papel desempenhado pelo Presidente Getúlio Vargas na obra de renovação do Brasil” (HOFFMANN-HARNISCH, 1934).

município de Vera Cruz, na região de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, com o nome Franz Rudolph Simch.

Fotografia 14 - “*Kirchen Buch der Gemeinde Villa Thereza*, vol.II”



Fonte: IECLB, CD nº 76, Vera Cruz¹³⁴.

Fotografia 15 – Registro nº 16 de batismo: Franz Rudolph Simch, 03/04/1877

№	Kind	Geburtsort	Geburtsdatum	Kind	Vater	Mutter	Patrinen	Beamteter
1	Kind	Verdun	11.12.76	Kind	Verdun	Verdun	Verdun	Verdun
2	Kind	Verdun	11.12.76	Kind	Verdun	Verdun	Verdun	Verdun
3	Kind	Verdun	11.12.76	Kind	Verdun	Verdun	Verdun	Verdun
4	Kind	Verdun	11.12.76	Kind	Verdun	Verdun	Verdun	Verdun

Fonte: IECLB, CD nº 76, Vera Cruz¹³⁵

Seus pais, Franz Joseph Simch¹³⁶, católico, e Emma Wild, evangélico-luterana haviam se casado no ano anterior, em 1876, na mesma localidade¹³⁷. Segundo Radünz (2008, p.66), “o casamento misto era tolerado principalmente em

¹³⁴ Capa e folha de rosto do Livro de registros eclesiásticos da Comunidade Evangélica de Vera Cruz, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB. CD nº 76. *Kirchen Buch der Gemeinde Villa Thereza*, vol.II. 16 de dezembro de 1877.

¹³⁵ Registro de batismo de Franz Rudolph Simch, contendo o nome da criança, a data de nascimento e de batismo em 03/04/1877, o nome do pai, Franz Joseph Simch, e da mãe, Emma, cujo nome de solteira era “Wild”. Padrinhos: Carlos Wild (avô materno) e Wilhelmine Caroline Wild (avó materna), cujo nome de solteira era “Becker”. Livro de registros eclesiásticos da Comunidade Evangélica de Vera Cruz, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB. CD nº 76. *Kirchen Buch der Gemeinde Villa Thereza*, vol.II. 16 de dezembro de 1877.

¹³⁶ Com o casamento de Franz Joseph Simch com Emma Wild, a geração seguinte da família Simch passa a ser evangélico-luterana. Mais tarde, na vida adulta, Francisco Rodolfo Simch casou com Alice Brandão Nunan, católica, e a geração seguinte voltou a ser católica. As mulheres da família definiram a religião da geração seguinte.

¹³⁷ Registro de casamento de Franz Joseph Simch e Emma Wild. Livro de registros eclesiásticos da Comunidade Evangélica de Vera Cruz, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB. Villa Theresa, 4 de julho de 1876.

comunidades onde católicos e protestantes se equiparavam socialmente”, o que indica que a cultura germânica era um ponto de contato entre as famílias Wild e Simch. Ele é o primeiro filho do casal.

Fotografia 16 - Igreja Evangélica de Vera Cruz.



Fonte: IECLB, CD nº76, Vera Cruz.

A família materna havia adquirido um terreno em Vila Theresa, na região de Santa Cruz do Sul, onde estava ligada ao comércio e à pequena propriedade rural, com um núcleo familiar estabelecido desde 1860, como parte da comunidade germânica. Embora não se tenha conhecimento sobre o grau de instrução dos Wild, um exemplo que indica que eram pessoas cultivadas é o fato de que a mãe de Francisco Rodolfo, Emma possuía um piano alemão, e tocava este instrumento com as netas. Isto demonstra que a família materna tinha acesso à educação formal que lhe daria condições para o acesso ao estudo avançado.

Já o pai, Francisco José, como se sabe, aplicava seus conhecimentos de agrimensor em empreendimentos no estado do Rio Grande do Sul, na virada do século XIX para o século XX, combinando conhecimento técnico com atuação política. Os tios da linhagem paterna também parecem ter recebido instrução formal, sendo Antônio professor, como consta em algumas certidões de batismo de seus filhos.

As fontes indicam que as duas linhagens, materna e paterna, embora não fossem originárias de uma classe social nobre, apresentavam um bom nível de educação formal, valorizavam a cultura, os livros, o conhecimento científico e a música, e mantinham uma forte ligação com a terra, comprovada por práticas como o plantio na pequena propriedade, a jardinagem ou o domínio da técnica de medição de

terrenos. Este forte vínculo com a natureza está presente na produção intelectual de Francisco Rodolfo Simch, na forma como ele observa e reflete sobre a sociedade, e em sua atuação profissional. Desse modo, o casal que deu origem a Francisco Rodolfo Simch tem em comum a cultura germânica, uma boa formação intelectual, a experiência do trabalho, o amor à música, como a cítara e o piano, a forte ligação afetiva com a natureza e o desejo de tornar o Rio Grande do Sul um lugar com significação afetiva para os filhos.

Um ponto de partida para pai e filho foi o município de São Gabriel. O pai, Francisco José, conquistou seu lugar na sociedade gaúcha ao comprovar o domínio da técnica, como agrimensor, e ao demonstrar lealdade ao governo do estado, durante a Revolução Federalista. Estes aspectos fizeram dele um mediador entre os governos brasileiro e alemão, articulando os negócios dos alemães e de seus descendentes no Rio Grande do Sul com o governo estadual, em razão da facilidade com que transitava por ambas as culturas e se expressava nos idiomas português e alemão¹³⁸. Somava-se a estas qualidades a sua familiaridade com as terras do estado. Estas características o filho Francisco Rodolfo procura seguir, ao organizar as informações que observa e estuda sobre a geografia do Rio Grande do Sul, em sua caderneta de anotações de bolso e em suas publicações científicas, ao ler obras de autores brasileiros e estrangeiros e procurar se relacionar com intelectuais dentro e fora do país. A atitude de mediação entre a cultura local e aquela de origem germânica está sempre presente na forma como pai e filho atuam.

Francisco Rodolfo Simch cresceu, então, em uma família de origem econômica modesta, porém ambiciosa. A educação, o trabalho, o engajamento político e a persistência são a base para atingir os seus objetivos de integração dos filhos destes imigrantes germânicos em plena ascensão social no Rio Grande do Sul. É certamente em meio a este processo de adaptação familiar que se desenvolve a forte ligação de Francisco Rodolfo com a natureza e sua atração pela política. Antes mesmo de seu ingresso na Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1896, Francisco Rodolfo já tinha, portanto, tido contato com o trabalho de seu pai, que realizava obras de engenharia e a medição de terras do Rio Grande do Sul. Em seu cotidiano juvenil,

¹³⁸ Os diários de trabalho redigidos por Francisco José Simch como funcionário do governo do Rio Grande do Sul são exemplares, tanto do ponto de vista técnico quanto pela qualidade da expressão em língua portuguesa, não se podendo identificar que o autor fosse um estrangeiro que emigrou para o Brasil em idade adulta.

ele participava da experiência de interagir tanto com os colonos quanto com os políticos locais. Sua juventude foi uma oportunidade de conhecer as características da natureza e das pessoas, além de um ensaio para a sua participação posterior na política. Trata-se de um período de sua vida de construção da sua ligação afetiva com o Rio Grande do Sul.

Com apenas 14 anos de idade, Francisco Rodolfo ingressou no Ginásio São Pedro¹³⁹, em Porto Alegre, onde, muito provavelmente, foi aluno interno, visto que a família permaneceu, inicialmente, em São Gabriel. Esta foi, assim, para Francisco Rodolfo, uma experiência intensa de integração na sociedade de Porto Alegre, inclusive do ponto de vista linguístico, ao deixar sua casa, onde o idioma materno dos pais era o alemão. O jovem já demonstrava domínio das disciplinas cursadas, e esboçava sua inclinação pelas ciências, em especial pela geografia, bem como pelos idiomas, sendo excelente em português – um prenúncio da sua característica de bom orador. Depois disso, estudou no Colégio Ivo Affonso Corseuil¹⁴⁰, preparando-se para

¹³⁹ Desde 1892, tem-se registro de Francisco Rodolfo Simch como estudante em Porto Alegre, ao mesmo tempo em que se sabe que o pai residia em São Gabriel, onde liderou a Revolução Federalista. Como, no início daquele ano de 1892, Francisco Rodolfo tinha apenas 14 anos, e o colégio em que estudava oferecia também a modalidade de internato, presume-se que o jovem fosse aluno interno, na capital gaúcha, enquanto a família permanecia em São Gabriel. Assim, em 11 de fevereiro de 1893, o *Gymnasio São Pedro*, situado na rua do Riachuelo (da ponte), números 299 e 301 divulga os resultados dos exames preparatórios prestados pelos alunos que lá haviam estudado no ano anterior: Francisco Rodolfo Simch é aprovado com distinção em português e aprovado plenamente em alemão. Naquele ano, apenas 5 alunos haviam sido aprovados com distinção, e 25 haviam sido aprovados plenamente, de um total de 56 alunos. Carlos Torres Gonçalves era colega de ginásio de Francisco Rodolfo, cujo pai, Francisco José Simch, será nomeado Diretor de Terras e Colonização em 1895, portanto, embora não seja lembrado, o nome Simch teve anterioridade neste cargo do governo estadual (A FEDERAÇÃO. *Gymnasio S. Pedro*. Edição 47, 1893. <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/8360>. Acessado em 12/03/2019). Em 1894, esta mesma instituição divulga mais resultados dos exames de 1893, em que Francisco Rodolfo Simch é aprovado plenamente em inglês e aprovado com distinção em geografia (A FEDERAÇÃO. *Gymnasio S. Pedro*. Edição 7, 1894. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/8791>. Acessado em 12/03/2019)

¹⁴⁰ O *Collegio Ivo Affonso Corseuil* oferecia curso primário e secundário, em Porto Alegre. Em 1895, divulgou os resultados dos exames preparatórios feitos em 1894 (A FEDERAÇÃO. *Collegio Ivo Affonso Corseuil*. Porto Alegre, 1895, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/9409?pesq=corseuil%20simch>. Acessado em 23/03/2020). Francisco Rodolfo Simch é aprovado em geometria e trigonometria e em história, e aprovado plenamente em aritmética e álgebra. Destaca-se o nome do aluno Pedro Rache, que, mais tarde, estudará em Ouro Preto e contará, em suas memórias, sua chegada na cidade e sua recepção pelo colega Francisco Rodolfo. Sua amizade com Francisco Rodolfo iniciara no curso preparatório, e, segundo ele, influenciou sua escolha da Escola de Minas de Ouro Preto: “no último ano de preparatórios travei relações de amizade com outro estudante de igual nível de adiantamento e também resolvido a seguir a carreira de engenharia. Apesar de ser êle mais avançado em idade, uns 5 ou 6 anos mais velho, ligou-nos grande afinidade de idéias, além da admiração empolgante que me dominava pela grande inteligência e cavalheirismo dêsse insinuante colega. Chamava-se Francisco Rodolfo Simch” (RACHE In MACHADO, 2013, p.120). As memórias de Pedro Rache estão listadas nas referências desta tese e são citadas ao longo do trabalho.

a admissão no ensino superior. Nestas instituições, Francisco Rodolfo amplia a rede de amizades que já compartilha com o pai, passando a conviver com outros jovens gaúchos da elite sul-rio-grandense que reencontrará em sua trajetória, tanto em Ouro Preto, quanto em Porto Alegre. A educação era um valor para a família, que assegurou a formação escolar do jovem, para que desenvolvesse a base intelectual que despertaria seu interesse para as possibilidades que oferece o conhecimento multifacetado. Nesta etapa, as experiências e descobertas de Francisco Rodolfo desde a vida na colônia germânica, passando por São Gabriel e Porto Alegre criam sua própria perspectiva e a significação afetiva do Rio Grande do Sul. A partir destas premissas, Francisco Rodolfo é admitido na Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais, marcando uma nova etapa em sua vida familiar e profissional. Ao mesmo tempo, é um momento em que o pai se define e luta, na Revolução Federalista¹⁴¹, em São Gabriel, colocando-se ao lado do governo republicano gaúcho. O gosto pelas atividades relacionadas à política o motiva a acompanhar a escolha política paterna: o PRR.

Entre 1892 e 1895, percebe-se, pois, que, Francisco Rodolfo e Francisco José passam concomitantemente por uma transição em suas trajetórias. Enquanto o filho desenvolve suas habilidades e consolida seu gosto pelos estudos científicos, passando dos estudos em Porto Alegre à admissão na Escola de Minas de Ouro Preto, o pai participa da Revolução Federalista em São Gabriel e é chamado pelo governo do Rio Grande do Sul para trabalhar em um cargo de chefia na capital.

A partir dos estudos em Ouro Preto até o retorno de Francisco Rodolfo a Porto Alegre, existe um período desde 1896 até o princípio do século XX em que pai e filho realizam suas trajetórias em paralelo. É um momento importante para ambos. O pai, estrangeiro, é escolhido para ser Diretor de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, em um período crucial para a política de imigração, que passa por uma nova fase de descentralização da União para os estados, envolvendo desafios orçamentários. Quando Francisco José assume este importante cargo, a família ascende socialmente de forma muito rápida. Desta forma, em 1896, à época do casamento do filho Francisco Rodolfo Simch, em Ouro Preto, cerca de duas décadas depois da chegada do pai no Brasil, a família já se encontrava bem situada socialmente, reconhecida por

¹⁴¹ “No plano da memória, a Federalista passou a figurar como “guerra fratricida”, inexplicável explosão de violência entre irmãos, mas cujo alcance teria ficado restrito ao Sul do Brasil e, especialmente, ao Rio Grande do Sul, não sendo assumida como guerra civil brasileira” (AXT, 2018, p.134).

seus atributos de conhecimento científico e engajamento político alinhado com as políticas do governo de sua época.

Diante deste cenário, esta seção está estreitamente vinculada à seção seguinte. Juntas, estas duas seções procuram reconstituir os rumos aparentemente diversos que as vidas de Francisco Rodolfo e de seu pai tomaram, entre 1895 e o início do século XX. Depois do retorno do filho a Porto Alegre, estas trajetórias voltam a compor uma narrativa conjunta, que será objeto do terceiro capítulo.

Esta trajetória em paralelo do filho Francisco Rodolfo passa pela Escola de Minas de Ouro Preto, onde se forma em 1898¹⁴², com cerca de 21 anos de idade. Como visto anteriormente, a pesquisa considera esta instituição um dos marcos do desenvolvimento siderúrgico no Brasil, sendo uma instituição civil criada pelo Decreto nº 6.026, de 6 de novembro de 1875¹⁴³, portanto logo após o Decreto nº 5.529, de 17 de janeiro de 1874¹⁴⁴, que promoveu a reforma de 1874, ou seja, em um período em que o Exército havia recentemente deixado de formar engenheiros para atuação na esfera civil, passando a subordinar à Escola Militar a formação de engenheiros militares e o Estado-Maior (LUCENA, 2005, p.9).

Segundo Lucena (2005, p.5-8), a engenharia militar é tradicional no Brasil, com raízes na engenharia portuguesa, no período colonial. Conforme a Carta Régia de 15 de janeiro de 1699, o objetivo de formação de soldados técnicos no Brasil era a construção de fortificações para garantir a defesa territorial. Assim, em 1669, foi fundada a Aula de Fortificação do Rio de Janeiro, coordenada pelo Capitão Engenheiro Gregório Gomes Rodrigues, utilizando-se como material didático uma obra de 1680, intitulada “Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças

¹⁴² Enquanto Francisco Rodolfo seguia sua trajetória em Ouro Preto, seus irmãos, os filhos mais novos dos imigrantes Francisco José Simch e Emma Wild Simch, também começam a formar seus círculos de amizade e de trabalho na sociedade brasileira que acolheu a família, no início do século XX. Assim, Carlos Alfredo será, mais tarde, diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, Waldemar estuda na Faculdade de Medicina em Porto Alegre e é diplomado em Farmácia em Berlim, na Alemanha, e Eleonora casa-se com o oficial militar José Pacheco de Assis, tio paterno de Dilermando de Assis, conhecido pelo episódio da morte do escritor Euclides da Cunha.

¹⁴³ BRASIL. *Decreto nº 6.026, de 6 de novembro de 1875* [Crêa uma Escola de minas na Provincia de Minas Geraes, e dá-lhe Regulamento]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim6026.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.026%2C%20DE%206%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201875.&text=Cr%C3%AAa%20uma%20Escola%20de%20minas,%2C%20e%20d%C3%A1%20lhe%20Regulamento. Acessado em: 05/12/2019.

¹⁴⁴ BRASIL. *Decreto nº 5.529, de 17 de janeiro de 1874* [Approva o Regulamento para as Escolas do Exército]. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5529-17-janeiro-1874-550076-publicacaooriginal-65706-pe.html>. Acessado em: 07/06/2023.

Regulares e Irregulares”, do Tenente-General Luís Serrão Pimentel. Em 1710, foi fundada a Aula de Fortificação e Artilharia de Salvador. Havia também uma Aula de Fortificação no Recife. Em 1774, a Aula Militar do Regimento de Artilharia passou a formar artilheiros, que eram engenheiros encarregados de projetar e fabricar armamentos, constituindo um marco para a engenharia militar brasileira (LUCENA, 2005, p.5-8). De acordo com Macedo e Sapunaru (2016, p.43), “a data de início formal dos cursos de Engenharia no Brasil foi em 17 de dezembro de 1792, com a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho¹⁴⁵, na cidade do Rio de Janeiro”, com sede na ponta do Calabouço, na Casa do Trem de Artilharia, seguindo a estrutura da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho de Portugal. A partir destas instalações, em 23 de abril de 1811, foi criada a Academia Real Militar pelo Príncipe Regente, futuro Rei D. João VI, em Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810, sendo que esta instituição passou a se chamar Imperial Academia Militar, em 1822, Academia Militar da Corte, em 1832, Escola Militar, em 1840, e Escola Central, a partir de 1858 (LUCENA, 2003, p.5-8). Em 1858, a Escola Central segmentou-se em Escola Central e Escola de Aplicação da Praia Vermelha, sendo que os alunos de engenharia frequentavam as duas escolas. A partir de 1874, a Escola Central deixou de formar engenheiros militares, e passou a denominar-se Escola Politécnica, responsável pelo ensino civil, enquanto a Escola Militar da Praia Vermelha dedicou-se à formação militar, incluindo-se a engenharia¹⁴⁶ (LUCENA, 2003, p.5-8).

Embora a Escola de Minas de Ouro Preto tenha sido inaugurada em 1875, seu projeto de criação data de 1832. Com a Independência do Brasil, discutiu-se na Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, em 1823, a possibilidade de desenvolvimento do ensino técnico na área de mineralogia, em Minas, mas depois da dissolução da Constituinte o assunto só foi retomado no Conselho Geral da Província de Minas, em 1832, quando um projeto aprovado pela Assembleia Geral Legislativa foi transformado em lei, que “é considerada o documento

¹⁴⁵ Segundo Macedo e Sapunaru (2016, p.43), “a Real Academia é a precursora em linha direta e contínua da atual Escola de Politécnica da UFRJ e faz parte também da origem do Instituto Militar de Engenharia (IME)”.

¹⁴⁶ BRASIL. *Decreto nº 1718, de 17 de junho de 1937* [Institue a data comemorativa da Escola Militar]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1718-17-junho-1937-459925-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 07/06/2022. A Escola Militar, que passou a se chamar Escola Central, é considerada a origem da atual Academia Militar das Agulhas Negras, AMAN, segundo este decreto (LUCENA, 2003, p.7).

oficial de criação da Escola de Minas de Ouro Preto, efetivada 43 anos depois” (CARVALHO, 2010, p.24-25). A fundação da Escola de Minas de Ouro Preto insere-se em um processo de “modernização do ensino de Engenharia”, assim como havia ocorrido na França, fazendo parte de uma etapa posterior à “desmilitarização deste ensino”, com o surgimento, em 1874, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e de outras Politécnicas como a de São Paulo, em 1894, e a de Salvador, em 1897 (RIBEIRO, 2011, p.7). Sendo assim, a formação técnica de Francisco Rodolfo Simch em Ouro Preto faz parte de uma nova fase do ensino da engenharia no Brasil, quando as instituições civis e militares se distinguem.

A Escola de Minas de Ouro Preto foi criada a partir da proposta de uma escola de minas na Província Central, criada em lei da Regência, em 1832 (CARVALHO, 2010, p.6), retomada com a lei de 6 de novembro de 1875, com inauguração em 12 de outubro de 1876 (ROYER, 2012, p.18), ano anterior ao nascimento de Francisco Rodolfo Simch. A mineralogia vinha, então, sendo ensinada como uma cadeira na Escola Militar (CARVALHO, 2010, p.26). D. Pedro II articulou a implementação do curso de engenharia de minas em sua viagem à Europa, ainda no início daquela década (CARVALHO, 2010, p.6). O Imperador entrou em contato com Auguste Daubrée, Diretor da Escola de Minas de Paris, que, por sua vez, encarregou Claude-Henri Gorceix de alicerçar os estudos em mineralogia no Brasil, o que começou a fazer a partir de sua chegada ao Brasil, em 1874 (ROYER, 2012, p.16).

Fotografia 17 – Ouro Preto, Minas Gerais, século XIX



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

A Escola de Minas de Ouro Preto contava, inicialmente, com uma equipe docente da Escola Politécnica e da Escola de Minas de Paris, com a integração gradual dos alunos ali formados como professores (ROYER, 2012, p.19).

Francisco Rodolfo deixou Porto Alegre para ingressar na Escola de Minas de Ouro Preto, retornando algumas vezes ao Rio Grande do Sul para participar de algumas atividades profissionais junto ao seu pai. Antes disso, a publicação regular de seus resultados escolares no ginásio, no jornal republicano “A Federação” mostra seu pertencimento à sociedade porto-alegrense e que a situação financeira da sua família não poderia ser ruim, já que o filho podia dedicar-se livremente aos estudos, e colocar a educação formal como prioridade em sua vida. O jovem Francisco Rodolfo pertence, pois, a uma camada social intermediária que pode proporcionar aos seus filhos a aquisição de um capital cultural e social. Seus pais possivelmente consideraram que a qualidade do ensino e da preparação profissional na colônia germânica ou em São Gabriel não bastaria para seus filhos, apostando na preparação escolar na capital gaúcha para possibilitar o acesso dos filhos a escolas renomadas, como a Escola de Minas de Ouro Preto, a Faculdade de Medicina da Bahia e a Faculdade de Farmácia, em Berlim, na Alemanha. Além disso, a admissão na Escola de Minas de Ouro Preto também tem um aspecto estratégico, por oferecer uma formação pouco oferecida no Brasil. Desenvolver o conhecimento geológico significava adquirir uma *expertise* única, um conhecimento técnico que faria a diferença para Francisco Rodolfo em seu ingresso na vida pública – como, de fato, fez – como um especialista capaz de prospectar e explorar novos recursos energéticos para o Rio Grande do Sul.

Assim, antes de partir, ainda em Porto Alegre, Francisco Rodolfo fundamenta uma forte base de educação clássica, como forma de acesso ao mundo do trabalho qualificado. No ginásio, recebeu os valores do humanismo clássico, com destaque para as disciplinas literárias e as línguas modernas e antigas, com o francês, o inglês, o grego e o latim. Este conhecimento sólido lhe permitirá, mais tarde, em Ouro Preto, a aprovação e o ingresso no funcionalismo público mineiro, como professor do Ginásio Mineiro, ensinando disciplinas como grego e alemão.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que trabalhava como professor, Francisco Rodolfo estudava na Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais, uma instituição fundada em 1876 por Dom Pedro II, juntamente com seu primeiro Diretor, o francês Claude-Henri Gorceix, que modelou a pedagogia e a técnica inovadoras para a época. O período de fundação da Escola de Minas de Ouro Preto insere-se em uma fase brasileira de renascimento da ciência, que se percebe na sua valorização e no

interesse na renovação do ensino (CARVALHO, 2010, p.32-33). A Escola de Minas de Ouro Preto foi essencial para o desenvolvimento da metalurgia no Brasil:

(...) por sua orientação original, pela prática de seus anos iniciais e mesmo pela natureza de seu ensino, deve ser considerada instituição fundamental para a implantação no Brasil da ciência geológica, da mineralogia, da metalurgia e do desenvolvimento tecnológico nessas áreas (CARVALHO, 2010, p.10).

No final do século XIX, as escolas de engenharia eram poucas, ou ligadas à atividade militar, portanto a formação nesta instituição era diferenciada, porque ela não havia sido criada somente para suprir uma demanda econômica do país. Havia um ideal de formar alunos com conhecimento amplo em diversas áreas, com espírito crítico, capazes de atuar politicamente no país (CARVALHO, 2010, p.11),

A Escola de Minas de Ouro Preto buscava aliar o ensino teórico com a prática, associando o ensino às atividades de campo e às viagens de estudo, nos moldes da Escola de Minas de Paris, na França. Além disso, era um momento de grande relevância para Ouro Preto, em que as famílias mais abastadas procuravam enviar seus filhos para lá estudar, como foi o caso dos irmãos Vargas.

Desde os tempos do ginásio, os bons resultados de Francisco Rodolfo em diferentes áreas do conhecimento demonstram a extensão da sua cultura, ainda que seus resultados indiquem sua inclinação especial para as ciências e sua grande familiaridade com a língua alemã. Ao lado da formação científica convencional, o jovem Francisco Rodolfo também valorizou o domínio dos idiomas como uma forma de acesso à produção científica internacional e à troca de conhecimento com seus pares, sem limitação linguística. Em sua trajetória, percebe-se esta abertura para uma grande variedade de fontes bibliográficas de vários países, não se limitando aos autores de língua portuguesa ou alemã, idiomas com os quais tinha total familiaridade.

A cultura desenvolvida pelo jovem, ainda que sólida, não apresenta, ainda, o caráter de excepcionalidade e originalidade que se consolidará nos anos seguintes. Francisco Rodolfo parece querer demonstrar à sociedade que a sua cultura científica é mais extensa e original do que a simples formação escolar recebida em Porto Alegre, porque ele soma à experiência da terra, que compartilha com seu pai, o desejo intelectual de acessar o conhecimento dos autores europeus para se aperfeiçoar e trocar conhecimento com o mundo intelectual. Para além da formação escolar e acadêmica, Francisco Rodolfo mostra, pelas suas escolhas de leituras e pela sua

afiliação a círculos e associações científicos, que ele mesmo cultivou o seu espírito, dando forma ao seu conhecimento de acordo com o que acreditava.

Embora tivesse familiaridade com a língua alemã, a formação acadêmica de Francisco Rodolfo Simch em Ouro Preto aproximou-o bastante da ciência e da cultura francesa, cuja referência é constante em seu trabalho, pois:

A geologia vivia na França um período de grande dinamismo. Alguns cientistas franceses começavam a desafiar o neptunismo de Werner e a teoria das crateras de levantamento de von Bush, os dois alemães que tinham dominado o pensamento geológico francês até a segunda metade do século XIX. Entre os contestadores dessas teorias, estavam Fouquet, com quem Gorceix trabalhou na Itália, numa rápida fugida da Grécia, Delesse, professor de Gorceix na Escola Normal, e Daubrée, muito chegado a Delesse e amigo também de Gorceix (CARVALHO, 2010, p.37).

Contudo, a partir de 1895, sabe-se que os professores visitantes franceses não mais faziam parte do cotidiano da Escola de Minas de Ouro Preto (CARVALHO, 2010, p.151).

Sobre a influência francesa e alemã na formação profissional de Simch, sabe-se que, enquanto a Alemanha é considerada um país iniciador da técnica da mineração, pelo menos até o século XVIII, a França não chegou a superar o caráter tradicional destas técnicas, mas suas subseqüentes indústrias da mineração e da metalurgia atingiram um nível honroso da técnica, no contexto da economia francesa, em comparação com outros países (DAUMAS, 1971, p.9).

Sobre a personalidade de Francisco Rodolfo Simch como estudante, as memórias de um ex-aluno em Ouro Preto descrevem o colega como uma pessoa de “grande inteligência e cavalheirismo”, com “feitio morigerado e prudente” e “qualidades espontâneas de atração e viva simpatia” (RACHE, In MACHADO, 2013, p.120-123). Retratam a peculiaridade do senso de humor de Francisco Rodolfo Simch, que propôs ao colega recém-chegado em Ouro Preto, depois de uma viagem de 16 horas de duração, o caminho mais difícil de percorrer, uma ladeira muito íngreme, a partir da estação de trem até a república dos estudantes gaúchos (RACHE, In MACHADO, 2013, p.126-127). Além disso, as memórias apresentam Francisco Rodolfo como uma pessoa orgulhosa da sua experiência e que já trazia algum conhecimento prévio em geologia:

Simch sempre tinha revelado grande pendor pela História Natural, e seus conhecimentos desta matéria eram bem mais fortes do que os nossos. Ele também tinha consciência da sua superioridade.

Ao passar pelo Caminho Novo, tendo à vista a nebulosa e imperfeita imagem da opressiva parede dos cortes, àquelas horas da noite, exaustos pela longa viagem e arquejantes pelo pouco hábito de vencer montanhas, Simch impiedoso fez-nos grande preleção sobre a natureza dos terrenos, ostentando a sabedoria tranquila dos mestres.

Classificou as rochas com minúcias, idades das camadas, empregando termos técnicos difíceis, completamente desconhecidos para nós. [...]Jurássico, cambrianos, silurianos, etc., choviam do palavreado do Simch a cada passo na escalada heroica. Que confusão diabólica para os pobres bichos desarvorados (RACHE In MACHADO, 2013, p.128)

No final do século XIX, também estudavam em Ouro Preto Getúlio Vargas e seus irmãos, pois, “na época, a cidade era ainda a capital de Minas Gerais e rivalizava com outros centros urbanos pelo número e a qualidade de suas escolas, a tal ponto que gente de vários estados enviava seus filhos para ali estudar” (FAUSTO, 2018, p.23). Sendo assim, Getúlio Vargas foi aluno do curso preparatório ao ensino superior, oferecido pelo tradicional Ginásio Mineiro, onde Francisco Rodolfo era Professor de Alemão.

Foi em Ouro Preto que se formou a família Nunan – Simch, quando Francisco Rodolfo Simch casou¹⁴⁷ e teve suas primeiras filhas. Desde 1898, era formado em Engenharia de Minas e, desde 1896, era professor de Alemão no tradicional Gymnasio Mineiro, admitido em prova de concurso público.

¹⁴⁷ Francisco Rodolfo Simch e Alice Brandão Nunan casaram-se em 15/08/1896, em Ouro Preto, Minas Gerais. As testemunhas eram Thomas da Silva Brandão, advogado, 42 anos de idade, Augusto Berardo Nunan, 21 anos, negociante, irmão de Alice. A sogra de Francisco Rodolfo Simch, Dona Thereza de Jesus Brandão Nunan, era viúva de Augusto Berardo da Rocha Nunan, e residia à rua do Pilar, nº25, onde foi celebrado o casamento (Livro 01-B, f.190, Termo 21, Cartório de Vila Rica – 1º Registro Civil de Ouro Preto, Minas Gerais). O casal teve as primeiras filhas em Ouro Preto, e os demais filhos nasceram em Porto Alegre. Seus sete filhos eram Clélia (bisavó da autora), Alaíde, Selma, Francisco José, Vera, Débora e Léo. Segundo a tradição familiar, a família Nunan seria originária da Irlanda. A família Brandão tinha prestígio social em Ouro Preto.

Fotografia 18 – Alice Nunan Simch e Francisco Rodolfo Simch em Ouro Preto, na década de 1890



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

A noiva, Alice Brandão Nunan, que passou a assinar Alice Nunan Simch, fazia parte de uma família tradicional de Ouro Preto, garantindo uma posição social privilegiada à família que se formava. Os Brandão pertenciam ao brasão de armas de Francisco Sanches Brandão, e se destacavam na literatura, no direito e na engenharia¹⁴⁸ (BRANDÃO, 1962), enquanto os Nunan tinham engajamento político e atuação eclesiástica¹⁴⁹. Ressalta-se, ainda, a atuação do cunhado José da Silva Brandão, engenheiro também formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, que participou da mineração do carvão no Rio Grande do Sul¹⁵⁰.

¹⁴⁸ O Dr. Tomás Augusto da Silva Brandão, escritor e advogado, autor da biografia de Marília de Dirceu, o Dr. Paulo da Silva Brandão, membro da Academia Mineira de Letras, o Dr. Cláudio da Silva Brandão, mestre e escritor, e o Dr. José da Silva Brandão, engenheiro de renome, eram cunhados de Francisco Rodolfo Simch (BRANDÃO, 1962, p.99-100).

¹⁴⁹ O avô paterno de Alice, Manoel Berardo Accurcio Nunan, foi secretário da Câmara de Mariana e editor do jornal “Estrella Marianense” e, em 1831, escreveu a “Carta das liberdades brasileiras”, um texto com “tendência ao liberalismo exaltado (federalismo)” e “anseios de maior liberdade”, que provocou críticas e discussões na Câmara, lembrando seus vereadores que: “o secretário é súbdito da Câmara, e não arbitrário censor se [de] suas operações; é executor [...] das ordens, e não fiscal de seu procedimento” (CARVALHO; VIEIRA, In: MOLLO; SILVEIRA (Orgs.), 2010, p.252-253, grifo do autor). Um dos tios paternos de Alice era o padre Francisco de Paula da Rocha Nunan, considerado um “orador sacro notável” (GUIMARÃES, 2013, p.58).

¹⁵⁰ José da Silva Brandão fundou, em 1925, a Companhia J. S. Brandão & Cia., chamada “Usina Gorceix”, em homenagem a Henri Gorceix, fundador da Escola de Minas de Ouro Preto, com produção de ferro gusa, até 1937. A Usina Gorceix tornou-se, em 1931, a Companhia Ferro Brasileiro (RIBEIRO, 2018, p.18). Formou-se em 1907, na 29ª Turma EMOP-Engenheiros de Minas e Civis, trabalhou em ferrovias, na Secretaria de Agricultura de Minas, no vale do Alto Madeira no Amazonas e na

Fotografia 19 – Alice Nunan Simch



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Segundo a tradição familiar e as fontes deixadas por Francisco Rodolfo, não se percebe, em sua vida pessoal, uma importância atribuída à prática da religião. Já sua esposa Alice vinha de uma família tradicional católica de Minas Gerais. Em sua origem, a família Nunan teria migrado de Cork, na Irlanda, para um convento em Lisboa¹⁵¹, escapando da ocupação das terras tradicionalmente pertencentes aos católicos pelos protestantes ingleses. Depois disso, deixaram Portugal e migraram para o Brasil, instalando-se em Minas Gerais¹⁵². Na arquidiocese de Mariana, há registro da doação de um imóvel para esta família, em troca dos serviços de um de seus integrantes como médico. Desta família também se originaram eclesiásticos e funcionários do governo e políticos atuantes, justamente, contra o governo imperial. A

Superintendência da Defesa da Borracha, foi engenheiro de minas de carvão de Jacuí e Leão no Rio Grande do Sul, e Professor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Em 1919, publicou “O Estado de Minas e a Indústria de Ferro” (SEMOP-BH, Sociedade dos ex-alunos da Escola de Minas de Ouro Preto em Belo Horizonte. Associação dos Antigos Alunos da Escola de Minas. Informativo Nº 154 - Belo Horizonte – Julho/2019, p.154-5). Estudou no Ginásio Mineiro (MINAS GERAES, 1895, p.6), onde Simch foi professor.

¹⁵¹ Segundo Pozo (2010, p.13-14), houve “conflitos intensos e ininterruptos” nas relações entre Irlanda e Inglaterra, na segunda metade do século XVII, com destaque para “o fim do parlamento irlandês depois do Ato de União ao Reino Unido em 1801”, o que se considera “o clímax do controle e autoridade inglesa sobre a ilha”, em um contexto de “constante entrada de imigrantes protestantes, provenientes de todas as regiões do Reino Unido, desde o século XVI na Irlanda”, de modo que os protestantes acabaram, aos poucos, expropriando as terras dos habitantes católicos, “de tal forma que em 1774, momento em que os protestantes eram cerca de 40% da população, somente 5% da terra produtiva na ilha pertencia a católicos”. De acordo com uma publicação da Câmara Municipal de Lisboa (1959, p.6), “desejando Henrique VIII de Inglaterra e mais tarde sua filha a Rainha Isabel extirpar a Fé Católica na Irlanda, tomaram por princípio destruir tudo que revelasse ideias cristãs, não deixando convento algum de pé, confiscando todos os bens, perseguindo, matando e desterrando todos os religiosos”. Nestas circunstâncias, o frade dominicano irlandês Daniel O’Daly, conhecido como Frade Domingos do Rosário, fundou, em 4 de maio de 1659, o Convento dos Dominicanos do Corpo Santo, na Freguesia de São Paulo, em Lisboa (SANTOS, 1959, p.7).

¹⁵² Acredita-se que estes imigrantes irlandeses católicos fossem Felipe Nunan e Maria Frarma, que nasceram em Cork, e se mudaram para a freguesia de São Paulo da cidade de Lisboa, em Portugal, passando a residir em um convento de religiosos irlandeses, para depois se instalar com a família em Mariana, em Minas Gerais, no Brasil. Um de seus filhos era o Dr. Guilherme Nunan, que foi médico do hospital de Santana, em Mariana (TRINDADE, 1943, p.260).

linhagem dos Brandão, por sua vez, descende de uma família nobre portuguesa, também muito participante da sociedade mineira, como mencionado. Portanto o casamento de Francisco Rodolfo Simch amplia sua rede social e política e retoma, ainda, a religião católica na nova geração da família, por intermédio da sua esposa¹⁵³.

Do ponto de vista político, a vida de Francisco Rodolfo em Ouro Preto propiciou o desenvolvimento de sua faceta de “intelectual engajado”. A Escola de Minas de Ouro Preto era um local de formação da elite intelectual e científica do país, e esta ligação estreita com o governo era evidente na atuação dos seus egressos. Assim, durante seus estudos, Francisco Rodolfo participou de uma homenagem a Floriano Peixoto e de um almoço com Campos Salles, nas circunstâncias da descoberta de uma mina de manganês. Estas ocasiões demonstram o protagonismo que era esperado dos alunos que ali se formassem, impulsionando o desenvolvimento da economia e da política brasileira, trazendo expectativas para o princípio do século XX.

Ao mesmo tempo, à época em que Francisco Rodolfo se formava, em 1898, Émile Zola publica o manifesto “J'accuse”, denunciando o antissemitismo no julgamento do *Affaire* Dreyfus e levando ao surgimento de uma postura que passou a ser denominada aquela própria de um “intelectual engajado”:

Petições, que se diziam serem petições intelectuais, circularam entre acadêmicos, acadêmicos e escritores para exigir a retomada do julgamento, bem como a libertação de Dreyfus. Com este movimento pró-Dreyfus, a palavra “intelectual” representa, pela primeira vez, a ideia de um grupo refletindo uma dada percepção do mundo social e se expressando como uma categoria política. É aí que os historiadores tradicionalmente fundamentam o nascimento do “intelectual engajado” (GISPERT, 2020, p.31, tradução nossa)

Ora neste momento de intensa movimentação intelectual na França, Francisco Rodolfo estudava em uma instituição fundada por um francês e espelhada no sistema de ensino da Escola de Minas de Paris. Cabe observar que ele era uma pessoa muito bem informada, que procurava se manter atualizada dos debates de sua época, que buscando o acesso aos livros, revistas e instituições científicas que faziam circular o

¹⁵³ Desse modo, em seu retorno a Porto Alegre, as instituições católicas passam a fazer parte da vida do núcleo familiar de Francisco Rodolfo. Seu filho mais novo, Léo, estudará no colégio Anchieta, sua filha Vera, solteira, viverá a maior parte de sua vida em instituições católicas, como a comunidade do colégio de freiras Nossa Senhora da Medianeira, ao lado da Igreja São José, em Porto Alegre e a São José, em São Leopoldo, onde também viverá sua mãe Emma, avó paterna de Vera, no final de sua vida. A religiosidade no cotidiano de suas filhas, principalmente, está presente no relato de seus descendentes, tanto que lhes causa, hoje, surpresa a presença de uma religião diferente da católica na origem da família germânica.

conhecimento pelo mundo. Evidentemente, a Escola de Minas de Ouro Preto foi um destes meios acadêmicos de circulação do pensamento dos intelectuais engajados. Portanto Francisco Rodolfo deu provas, ali, de ter desenvolvido um forte engajamento como intelectual, como se verá, especialmente, com o caso do crime em Ouro Preto.

Além da influência francesa para cunhar em Francisco Rodolfo sua característica de intelectual engajado, houve também o reforço desta postura política através das suas leituras em língua alemã, das trocas com a comunidade científica germânica. Tanto a França quanto os países germânicos contribuíram com este modelo de intelectual engajado, pois:

O adjetivo *intellektuell* e o substantivo *Intellektueller* foram importados da França e generalizados na Alemanha, no contexto do *Affaire Dreyfus*. Logo, eles designam – como em francês – um escritor, um sábio, um filósofo, um artista ou um universitário que, em uma dada situação, abandona sua profissão de origem para engajar sua notoriedade, adquirida fora, no debate político da cidade em favor de valores universais, tais como a verdade, a justiça, a razão. E, como o *Affaire Dreyfus* tem o papel de “mito fundador” dos intelectuais na Alemanha e na França, o intelectual situa-se em primeiro lugar à esquerda, basicamente no campo socialista, e sofre ataques de uma violência rara da parte de uma direita conservadora, profundamente ancorada em todas as camadas da sociedade guilhermina (SCHULTE In: LEYMARIE; SIRINELLI, 2018).

Francisco Rodolfo corresponde perfeitamente a esta concepção de intelectual engajado que surge com o *Affaire Dreyfus*. No final do século XIX, ele é um jovem que se torna notório como professor de alemão de uma prestigiada instituição de ensino, o *Gymnasio Mineiro*, e também como recém-formado da renomada Escola de Minas de Ouro Preto. Ao retornar a Porto Alegre, no século seguinte, Francisco Rodolfo engaja sua notoriedade no debate político direcionado ao desenvolvimento econômico e social do país. Ele quer trazer a verdade ao apontar os problemas que percebe no país, como a corrupção, a má administração, os problemas sociais e o coronelismo. Ele buscará a justiça, através de uma nova formação, em Direito, porque percebeu que esta é a única solução para a arbitrariedade, como aquela que sofreu, nos anos anteriores, em que foi preso em Minas Gerais, até ser inocentado. Por fim, ele usa a razão, ao estruturar seu pensamento racionalmente, provando seus posicionamentos e expondo a fundamentação de suas ideias. Esta postura política de intelectual engajado que se configura na virada do século é acompanhada do interesse de Francisco Rodolfo pelo socialismo, pelo marxismo, pelo comunismo e, mais tarde, pelo austromarxismo, que estarão presentes em sua escrita ao longo das décadas

seguintes. Assim como os intelectuais engajados da Alemanha, ele não agrada nem à direita tampouco à esquerda, ao procurar modificar a estrutura política vigente, da qual faz parte.

Na Alemanha, os intelectuais engajados sofriam o confronto da política conservadora com a esquerda socialista e marxista. Como pessoas pertencentes ao meio universitário ou intelectual, estes eram vistos com desconfiança, porque não pertenciam ao proletariado, mas sim à burguesia. Estes indivíduos despertavam desconfiança porque situavam-se entre duas classes sociais “como se sentassem entre duas cadeiras” (SCHULTE In: LEYMARIE; SIRINELLI, 2018, tradução nossa). De forma análoga, Francisco Rodolfo não fazia parte do proletariado, mas defendia os direitos desta classe à educação e a melhores condições de trabalho. Criticava o trabalho repetitivo e a falta de estímulo ao aprimoramento do trabalhador, por exemplo. Este posicionamento geraria desconfiança nos próprios operários, porque Francisco Rodolfo não era um deles. Porém, ao mesmo tempo, trazia ideias de mudança na estrutura do mundo do trabalho que não eram compartilhadas pela maior parte dos seus colegas.

Os intelectuais procuram se inserir entre os revisionistas, que preferem modificar a sociedade ao melhorar suas leis e suas regras, ao invés de incitar a revolução e a luta de classes, o que é uma atitude diferente daquela dos revolucionários tradicionais. Na Alemanha, em razão destes aspectos, o surgimento do socialismo é acompanhado, então, do anti-intelectualismo, sendo o intelectual atacado pela direita e pela esquerda, e a palavra “intelectual” recebendo uma conotação negativa (SCHULTE In: LEYMARIE; SIRINELLI, 2018).

Esta característica revisionista está presente nas ações de Francisco Rodolfo, mas é pelo seu engajamento que acontece sua inserção efetiva na sociedade e na política, em Ouro Preto, ao mesmo tempo em que se mantém em ligação com o seu pai e com o governo de Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Ele mantém a estrutura social que herdou do pai e, durante a vigência da Guarda Nacional, assume o posto de Primeiro tenente, em Minas Gerais¹⁵⁴ (MINAS GERAES, 1897, p.4). Com a Escola de Minas e o Ginásio Mineiro, ele estabelece ligações duradouras com a sociedade de Minas Gerais e participa da vida intelectual mineira.

¹⁵⁴ MINAS GERAES. *Guarda Nacional*. Ouro Preto, 8 de maio de 1897, ed.121. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/11952>. Acessado em 12/10/2020.

A formação da família Nunan – Simch fortalece os vínculos políticos de Francisco Rodolfo Simch com a sociedade mineira, mas seu forte comprometimento com a política castilhistista gaúcha é evidenciado no episódio conhecido como o “crime em Ouro Preto”, envolvendo Simch, os irmãos Vargas e outros gaúchos que estudavam em Ouro Preto. Os estudantes da cidade viviam em repúblicas, e as ruas que uniam estes lugares convidavam às relações de sociabilidade entre os jovens, que vinham de diferentes regiões do Brasil em busca do ensino em uma instituição tradicional e conceituada. Os estudantes gaúchos tinham forte engajamento político com o Rio Grande do Sul, como se depreende da camaradagem e do comprometimento que os vinculavam ao PRR, em sua terra natal, por meio de seus familiares e amigos, e da sua rivalidade política com outros estados.

No acontecimento mencionado, estudantes discutiam em torno da política, e a discussão resultou na morte de um jovem paulista de família politicamente influente. O caso foi julgado, na época, pelo Juiz Antônio Augusto de Lima, que foi também, um poeta parnasiano e um dos governadores de Minas Gerais, cuja atuação no julgamento do crime foi questionada (MOURÃO, 2004, p5). Seu filho, o historiador Augusto de Lima Júnior, traz sua versão sobre o processo em sua obra “Serões e vigílias (páginas avulsas)”¹⁵⁵, que é, nesta pesquisa, contrastada com as informações obtidas nos jornais da época e no Museu da Inconfidência de Minas Gerais. De acordo com Lima Júnior, **“os autos desse processo estão intactos no Cartório do antigo escrivão Agostinho dos Santos, e constituem documentos dos mais valiosos para o estudo da formação brasileira”**, pois comprovariam a inconsistência das ações empreendidas por aqueles que “pretendiam servir-se de um doloroso drama para intuítos políticos nacionais”, sem que houvesse prova nos autos que incriminasse os estudantes gaúchos e contestasse a imparcialidade do julgamento (LIMA JÚNIOR, 1952, p.38-39, In: MACHADO, 2003, grifo do autor).

No entanto, Lima Júnior reconhece que o juiz, seu pai, “recebeu a visita do General Manuel Vargas”, em Ouro Preto, o qual teria, simplesmente, agradecido o cuidado para que se preservasse a vida do filho Protásio, durante a prisão, enquanto “na cidade circulou que o recém-chegado trouxera carta do poderoso cacique político do Rio Grande, Júlio de Castilhos, solicitando o despronunciamento dos conterrâneos” (MOURÃO, 2004, p.5). Outrossim, este historiador, que era um militante do

¹⁵⁵ Lima Junior, Augusto de. “Serões e Vigílias. (Páginas Avulsas). Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

Integralismo, foi escolhido por Getúlio Vargas, décadas depois, para uma “missão de pesquisar, localizar e exumar no continente africano os ossos dos brasileiros que haviam sido degredados pela justiça da rainha D. Maria I”, o que foi considerado “uma retribuição de Getúlio Vargas, feita através do filho, àquele que protegeu a seus irmãos, quando do crime que teve Viriato Vargas como protagonista principal” (MOURÃO, 2004, p.5).

Antes deste crime acontecer, outras brigas e provocações teriam ocorrido entre estudantes gaúchos e paulistas. Em um episódio anterior, Viriato Vargas e Baltazar do Bem teriam sido “humilhados com palavras insolentes por um dos que pretenderam ridiculizar”, um estudante “de aristocrática família paulista, proprietária de jornal”, que não quis se desculpar com os gaúchos e “derrubou a bengaladas os contendores, que, sangrando muito, precisaram ser socorridos” (MOURÃO, 2004, p.4). Isto teria ocorrido no Café e Bilhares High-Life, à rua São José, em Ouro Preto (LIMA JÚNIOR, 1952, p.33, In: MACHADO, 2003).

Depois deste conflito, dois outros confrontos ocorreram, um, na República da Bastilha, dos jovens gaúchos, e outro naquela dos estudantes de Direito. A lide final aconteceu em junho (LIMA JÚNIOR, 1952, p.34, In: MACHADO, 2003), à frente do Ginásio Mineiro, no Rosário (MOURÃO, 2004, p.4). Era nesta instituição que Francisco Rodolfo trabalhava como professor de alemão. O grupo de paulistas caminhava em direção ao Rosário, enquanto os gaúchos Viriato Vargas, Fernando Kauffman e Baltazar do Bem vinham na direção oposta, seguidos, “cerca de dez passos mais para trás”, por Francisco Rodolfo, Protásio, e outros amigos (LIMA JÚNIOR, 1952, p.34-35, In: MACHADO, 2003), quando foram disparados tiros, que atingiram o peito do paulista Carlos de Almeida Prado, que logo caiu, e o braço de Viriato (MOURÃO, 2004, p.4).

Os estudantes gaúchos da República da Bastilha fugiram, e começaram as buscas nos locais onde houvesse pessoas do Rio Grande do Sul, até que Protásio foi preso, quando tentava partir de trem, enquanto seus irmãos se esconderam na casa de Octávio Brito, que era um líder político e professor da Escola de Farmácia (MOURÃO, 2004, p.4), que atendeu Viriato para tratar do ferimento (LIMA JÚNIOR, 1952, p.35, In: MACHADO, 2003). Na justiça, a versão que prevaleceu foi aquela dos paulistanos, de que houve um assassinato, enquanto os gaúchos afirmaram ter ocorrido uma emboscada, em que os paulistas os aguardavam, armados. Protásio

Vargas foi absolvido, Kauffmann foi internado temporariamente em instituição de saúde e Francisco Rodolfo foi despronunciado (MOURÃO, 2004, p.4-5).

A filha de Getúlio Vargas, Alzira, resume o acidente da seguinte forma:

Um conflito entre estudantes, motivado por exaltações de juventude fogosa e irresponsável, provocou a morte de um deles. Os três Vargas¹⁵⁶ foram chamados de volta. Cada um seguiu o seu rumo. [...] Getúlio continuou seus estudos em São Borja mesmo, até atingir a idade de ser soldado. Com apenas catorze anos, não havia tomado parte na luta de Ouro Preto (VARGAS, 2017)

Francisco Rodolfo pediu um *habeas corpus*, que foi, em um primeiro momento, negado pelas autoridades mineiras¹⁵⁷ (MINAS GERAES, 1897, p.3), mas acabou não sendo considerado culpado do incidente em Ouro Preto, e permaneceu na cidade, pois já havia fundado família com sua esposa mineira, Alice. Apesar do despronunciamento¹⁵⁸ (MINAS GERAES, 1897, p.6), sua vida na cidade mineira deve ter se tornado difícil, pois, desde então, “os membros da representação dos pampas de um modo geral passaram a ser repudiados e tratados com hostilidade” (MOURÃO, 2004, p.5), já que a morte do estudante paulista teve grande repercussão na sociedade.

Este acontecimento também está presente na literatura, no prólogo da obra “O homem que matou Getúlio Vargas: biografia de um anarquista”, do jornalista e humorista Jô Soares (SOARES, 2022). A licença poética de Jô Soares, em sua obra de ficção, traz em sua narrativa uma possibilidade de contextualização das circunstâncias do crime em Ouro Preto, inspirada nos fatos conhecidos¹⁵⁹.

¹⁵⁶ Alzira Vargas refere-se a Getúlio Vargas e seus irmãos, Viriato e Protásio.

¹⁵⁷ MINAS GERAES. *Julgamentos*. Petições de habeas corpus. Ouro Preto, 20 de junho de 1897, ed. 162. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/12277>. Acessado em 10/10/2020.

¹⁵⁸ MINAS GERAES. *Grave conflito*. Ouro Preto, 13 de julho de 1897, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/12466>. Acessado em: 10/12/2020.

¹⁵⁹ Apesar da liberdade da licença poética da obra de Jô Soares, percebe-se a atmosfera de rivalidade política entre gaúchos e mineiros em uma cidade de importância cultural e política como Ouro Preto, e que o crime praticado por um gaúcho contra um membro de uma família tradicional paulista teve grande impacto político na sociedade: “Ouro Preto – Minas Gerais – 1897. A capital do estado conserva sua importância política e cultural desde os tempos da Inconfidência, grito sufocado de liberdade, quando a cidade ainda se chamava Vila Rica. Sua música sacra é comparada à europeia e a famosa Faculdade de Direito, uma das mais tradicionais do Brasil, atrai alunos de todos os cantos do país. A rivalidade entre os moradores das várias repúblicas provoca, como de praxe, atritos e discussões. São comuns as refregas de estudantes no Bilhar Helena, na rua São José, um dos pontos preferidos pelos rapazes que estudam na cidade. Os notívagos que ali se reúnem naquela noite chuvosa de segunda-feira, 7 de junho, não demonstram a costumeira alegria dos boêmios. Apoiados no largo do balcão do bar polido pelos anos, entre uma bebida e outra eles comentam, em voz baixa, que apesar de acostumados à agressividade extravasada pelos jovens universitários, jamais haviam presenciado violência igual à acontecida um dia antes. Domingo, tarde da noite, em volta de uma das mesas, tacos de *snooker* na

Os contatos políticos dos estudantes gaúchos com o Rio Grande do Sul ao que parece, foram decisivos para que pudessem retornar, livres, os estudantes para a terra natal, mas não há consenso entre as versões do desfecho do crime. Outra versão para este episódio é que simplesmente não teria havido provas conclusivas para a condenação, embora tenha sido Protásio Vargas acusado. O que este evento atesta é a importância da discussão política na vida de Francisco Rodolfo, a ponto de estar presente em meio a uma discussão intensa entre jovens, provavelmente expondo seu ponto de vista e sua afiliação partidária. A esta altura, casado, um episódio como este teria uma repercussão ainda mais séria em sua vida, ao envolver a família. Muito provavelmente a combinação de todas estas circunstâncias motivou sua transferência como professor para Barbacena, seguida de uma licença médica, uma viagem para Porto Alegre e, em seguida, o seu retorno definitivo, com o núcleo familiar que acabara de formar, para Porto Alegre. Apesar do reconhecimento de sua inocência, a vida em Ouro Preto deve ter se tornado difícil para uma pessoa casada com uma esposa de família tradicional na cidade.

Francisco Rodolfo não deixou Ouro Preto repentinamente, mudando-se com a família. Antes da mudança definitiva, há registro de viagens de Francisco Rodolfo ao Rio Grande do Sul para realizar expedições científicas, durante o tempo em que residia em Ouro Preto. Depois da formatura na Escola de Minas de Ouro Preto, ele começa a se preparar para se reinserir na sociedade gaúcha, oferecendo seus serviços, reaproximando-se do Rio Grande do Sul, até seu retorno definitivo à terra

mão, três irmãos gaúchos, filhos de um influente general do Rio Grande, começam uma discussão tola com um aluno mineiro. Outro estudante, este paulista, também da faculdade, vendo o colega de Minas inferiorizado, entra na briga para defendê-lo. Atinge especialmente o mais jovem, um menino pequeno e franzino, aluno do curso de Humanidades, preparatório indispensável para mais tarde ingressar na faculdade. O garoto, ainda imberbe, acaba sendo espancado de forma brutal. Finalmente, os demais frequentadores conseguem apartar os rapazes, porém o mal já estava feito. Ao sair trôpego do Bilhar, amparado por seus dois irmãos, ele jura vingança. A poucos metros dali, no exato momento em que os fregueses habituais do Helena lembram o funesto incidente da véspera, o rapaz de São Paulo que se envolvera na rixa volta tranquilamente para sua república, descendo a rua do Rosário. Não deu importância ao entrevero da noite anterior. Achou graça nas ameaças do fedelho. Os gaúchos já o esperam, atrás de um muro, ocultos pela penumbra. O paulista nem tem tempo de reagir. É derrubado por nove tiros de revólver desfechados à queima-roupa. Agoniza por quatro dias antes de morrer. Seu nome era Carlos de Almeida Prado Jr., filho do líder republicano paulista Carlos Vasconcelos de Almeida Prado. O caso comoveu o país. Os Almeida Prado desembarcaram na cidade e Carlos foi sepultado em Ouro Preto. Para se avaliar a importância da família do morto, basta dizer que o ataúde foi carregado, entre outros, pelo presidente do estado de Minas, Crispim Jacques Bias Fortes. Mais de quatro mil pessoas acompanharam o féretro. Quanto aos irmãos gaúchos envolvidos no sinistro episódio, Viriato, o mais velho dos três, com dezoito anos de idade, assumiu a autoria dos disparos. Protásio, o do meio, havia feito dezesseis poucos meses antes. O caçula, o menino miúdo e ainda imberbe que prometera vingar-se, tinha apenas catorze anos. Chamava-se Getúlio Dornelles Vargas” (SOARES, 2022).

natal. Por este motivo, é difícil determinar se a mudança da família que formara com Alice já havia sido planejada antes do crime em Ouro Preto, e este foi simplesmente um fator que apressou este movimento de retorno, ou se os planos de permanecer em Minas Gerais foram alterados por este evento.

De qualquer forma, em Ouro Preto, a formação na Escola de Minas e a atuação como funcionário público, professor de alemão no Ginásio Mineiro, asseguraram a posição de Francisco Rodolfo na sociedade mineira, mas um evento trágico desestabiliza seriamente a vida da família que fundou, em Minas Gerais. É nesse momento que a influência política paterna acena com a possibilidade de um novo começo, na capital gaúcha, onde ele deve realizar um novo percurso para conquistar uma nova posição social.

Como muitos descendentes de imigrantes, Francisco Rodolfo acredita que o seu lugar na sociedade brasileira está em uma grande cidade. Conforme visto anteriormente, aos 14 anos de idade, enquanto seu pai se engajava politicamente em São Gabriel, Francisco Rodolfo partiu pela primeira vez para morar em Porto Alegre, onde se preparou para a admissão na Escola de Minas de Ouro Preto, passando pelo Gymnasio São Pedro, onde foi colega de Torres Gonçalves, e também pelo Colégio Ivo Corseuil, onde foi colega de Pedro Rache, que tornou a encontrar mais tarde, durante os estudos em Ouro Preto. Os vínculos com o Rio Grande do Sul eram continuamente fortalecidos, enquanto estava em Minas Gerais. Seus progressos nos estudos são noticiados detalhadamente no jornal “A Federação”, reinserindo, aos poucos, o seu nome no meio republicano gaúcho.

O seu processo de inserção política e social começou, portanto, antes, desde a transição da adolescência para a vida adulta, dos estudos em Porto Alegre, passando por Ouro Preto, onde reencontra gaúchos já conhecidos, como Pedro Rache e os irmãos Vargas, e defende a política sul-rio-grandense publicamente, como se viu. É em Ouro Preto que ele se casa e funda uma família, onde nascem suas primeiras filhas.

Esta etapa desde os estudos em Porto Alegre, passando por Ouro Preto, até o seu retorno¹⁶⁰ em definitivo a Porto Alegre corresponde, então, a uma história em

¹⁶⁰ No jornal A Federação, o nome de Francisco Rodolfo Simch aparece com muita frequência, em razão de seu alinhamento político com o partido do governo, com exceção do período entre fevereiro de 1895 e 1901, em que esteve em Minas Gerais. Em 1895 foram divulgados no jornal os resultados dos exames finais que prestou no ano anterior, no colégio Corseuil, antecedendo a viagem para estudar na Escola de Minas de Ouro Preto. Em 1901, Simch está novamente em Porto Alegre e participa como

paralelo à trajetória do pai, nesse mesmo período, em que ele começa a criar suas próprias redes de sociabilidade com uma nova geração de castilhistas. É no retorno de Francisco Rodolfo a Porto Alegre que estes dois caminhos do pai e do filho voltam a se encontrar, iniciando uma nova etapa em que eles combinam as experiências que acumularam paralelamente, buscando fortalecer o lugar da família na sociedade gaúcha.

O movimento de transição de Ouro Preto para Porto Alegre já se havia completado na virada do século XIX para o século XX, pois, em 26 de abril de 1901, Francisco Rodolfo já vê sua atuação profissional no estado: ele recebeu um telegrama de Santa Cruz para verificar uma manifestação vulcânica na Picada Ferraz (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1901, p.2). Na cidade de Porto Alegre do início do século XX, Francisco Rodolfo se identifica como egresso da Escola de Minas de Ouro Preto, indicando a vocação que tinha desde a juventude. Nesta época, embora fossem conhecidas profissões como engenheiro, agrimensor ou geólogo, a *expertise* em mineração, em nível de gestão, ainda não era comum entre os profissionais nacionais da região. Eram sobretudo os especialistas estrangeiros que procuravam encontrar e explorar minérios no Rio Grande do Sul, restringindo-se os nacionais, quase que exclusivamente, às funções subalternas na atividade de mineração. Recém-chegado de volta à capital gaúcha, Francisco Rodolfo subverte esta ordem, e oferece seus serviços de mineração em anúncios no jornal “A Federação”, ao que parece, sem alcançar grande demanda por seus serviços.

Francisco Rodolfo quer participar da política, profere discursos, escreve artigos para os jornais, se relaciona com os políticos do estado, e participa intensamente, com sua família, da vida social da capital, para realizar seu sonho. Gosta do interior do Rio Grande do Sul, mas sabe também apreciar a vida na capital. Apesar de admirar a natureza e a variedade geográfica do interior do estado, é na capital que ele encontra as possibilidades de fazer parte da cena política e poder, então, atuar sobre esta mesma natureza e sobre os recursos que ela oferece, como o carvão e o wolfram.

jugador de produtos da Exposição Estadual, no 1º grupo (produtos naturais), juntamente com Eugenio Dähne. (A FEDERAÇÃO. *Actos do governo*. Acto nº 7 de 9 de março de 1901 [nomeia o pessoal para formar o conselho, que deverá julgar os objetos apresentados na Exposição Estadual]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/12712>. Acessado em 12/03/2022). É interessante observar que o sobrenome Dahne será mencionado nos relatórios do governo alemão, identificado como uma família alemã, na década de 1930, ao estudar a possibilidade da construção do porto de Torres. É um sobrenome recorrente nas discussões sobre geologia do governo e na área das concessões à iniciativa privada, como se verá oportunamente. Encontram-se as grafias “Dähne” e “Dahne”, nas fontes, e esta pesquisa utiliza a forma “Dahne”.

Resta retroceder um pouco no tempo para saber, a seguir, como foi a trajetória que seu pai, Francisco José, construiu em paralelo a ele, antes de se passar ao capítulo seguinte, que narra uma fase de trabalho conjunto de pai e filho.

2.4 UMA HISTÓRIA EM PARALELO: O PAI FRANCISCO JOSÉ, ENTRE AMBICÕES E CONVICÇÕES (1892-1900)

*“Gotta find me a future, move out of my way
I want it all, I want it all, I want it all, and I
want it now”
(Queen)*

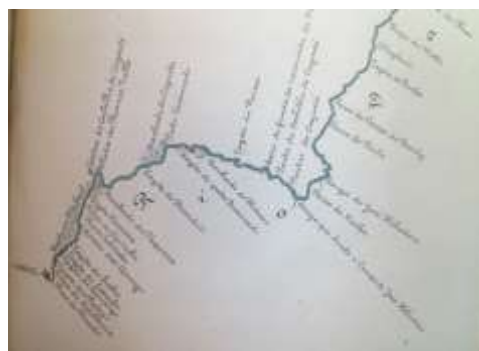
Conforme visto, a partir de 1892, Francisco Rodolfo parte, sozinho, de São Gabriel para estudar na capital, e depois ingressa na Escola de Minas de Ouro Preto. Durante este período, que se estende até o início do século XX, sua família permanece em São Gabriel até a Revolução Federalista para, depois, Francisco José assumir um cargo público para o qual foi nomeado, em Porto Alegre. Este percurso paterno durante este curto período, antes do retorno de Francisco Rodolfo de Ouro Preto para Porto Alegre, é um curto período que prepara uma nova fase da vida com a família em Porto Alegre.

A cidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, sinaliza o início de um período decisivo para a inserção política e social da família Simch. Trata-se de uma nova etapa na trajetória familiar: a construção da ponte de Vacacaí pelo pai Francisco José, depois de deixar a colônia germânica da região de Santa Cruz do Sul, onde nasceram seus primeiros dois filhos, Francisco Rodolfo e Carlos Alfredo¹⁶¹. Segundo o jornal “A Resistência”, de 31 de dezembro de 1885, Francisco José Simch e Carlos Cândido Pereira apresentaram-se naquele ano a Luiz Gonçalves das Chagas, o Barão de Candiota, que havia subscrito todas as apólices emitidas pela Câmara Municipal de São Gabriel, autorizadas pelas leis provinciais 1.276, de 2 de maio de 1881 e 1.439, de 8 de abril de 1884, para a construção de uma ponte de pedra e madeira sobre o

¹⁶¹ Os outros dois filhos, Eleonora e Waldemar, nasceram em São Gabriel, porém os dois foram batizados no mesmo dia, em 7 de fevereiro de 1886, em Villa Theresa, cidade natal dos irmãos mais velhos Francisco Rodolfo e Carlos Alfredo. O batizado conjunto aconteceu mais de dois anos depois do nascimento de Waldemar e um ano depois do nascimento de Eleonora. Os padrinhos de Waldemar eram o Dr. Alfonso Vielkind e Elisabetha Becker, e os padrinhos de Eleonora eram Ernst Wild e Laura Wild (IECLB, CD nº76, Batismos, Livro II, registros nºs 254 e 255, p.58-59). Isto mostra a importância para a mãe, Emma Wild Simch, de conectar todos os filhos à terra que acolheu a ela e aos seus pais, imigrantes de Idar, e à sua religião evangélico-luterana.

rio Vacacaí, no Passo do Fidêncio, que se chamava, então, Passo Geral, tendo sido a proposta sancionada pela municipalidade e a construção realizada (VIVA SÃO GABRIEL, 2015). Este episódio representa uma possibilidade, para Francisco José Simch, de atestar, no Rio Grande do Sul, sua capacidade técnica na área de engenharia. Além disso, nestas circunstâncias, Francisco Rodolfo, como filho, então criança, teve certamente a oportunidade de acompanhar o trabalho do pai, com quem passa a trabalhar, na idade adulta, lado a lado, nas minas de carvão de Gravataí. Esta atividade inicia, assim, um ciclo de atividades relacionadas à geografia do estado. Francisco José integra-se à sociedade de São Gabriel, participando de uma loja maçônica e da Guarda Nacional. Nas fotografias a seguir, vê-se a planta do rio Vacacaí, com destaque para o município de São Gabriel, no canto da porção esquerda inferior da imagem:

Fotografia 20 – Planta do rio Vacacaí, com destaque para São Gabriel, 1908



Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Relatório da SOP do RS. Directoria de Viação, J. L. Faria dos Santos, 1908, p.206, escala 1:500.000. Acervo do IHGRGS.

Destaca-se o rio Jacuí, na porção superior do mapa, indicando a relação de familiaridade que começa a se formar com a navegação fluvial e a mineração, preparando o jovem Francisco Rodolfo para o trabalho.

Enquanto o pai Francisco José e seus familiares vivem esta etapa em São Gabriel, o filho mais velho, Francisco Rodolfo, parte para Porto Alegre, adolescente, para estudar no Ginásio São Pedro, como visto anteriormente. Esta etapa o prepara à admissão na Escola de Minas de Ouro Preto, que acontece no final do século XIX. A partir deste momento de descontinuidade, pai e filho protagonizam, por pouco tempo, duas trajetórias paralelas, que voltam, logo no início do século XX, a se reencontrar. Nesta seção, é narrada somente a trajetória do pai.

Como mencionado, um elemento fundamental para a inserção política e social do pai Francisco José Simch foi o comando da cidade de São Gabriel, na Revolução Federalista. “Durante a Revolução Federalista, de 1893 a 1895, a população das regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul ficou bastante dividida entre o governo castilhistas e a oposição federalista” (GERTZ, 2002, p.51), divisão esta que levou Francisco José a se posicionar como “chimango”¹⁶². O filho mais velho, Francisco Rodolfo, ao longo de sua trajetória, também adere a esta escolha política do castilhismo.

De acordo com Fausto (2018, p.19), “a revolução foi de uma violência inaudita, caracterizando-se, entre outros horrores, pela degola sumária dos prisioneiros”. Quanto à motivação de Francisco José Simch na Revolução Federalista, enquanto imigrante germânico, observa-se que, “na zona colonial, habitada sobretudo por imigrantes, os chimangos tiveram grande influência, pois, ao deter o poder, estavam em condições de colocá-los sob suas asas, concedendo-lhes favores, entre os quais se incluía a concessão de terras” (FAUSTO, 2006, p.20). Aliás, o tema da posse de terras é recorrente no trabalho de Francisco José e de Francisco Rodolfo¹⁶³. Como imigrante, Francisco José mantinha sua rede de familiares e amigos nas colônias alemãs, partilhando deste ideal de se buscar a inserção social através do alinhamento político com o partido republicano. De fato, “os republicanos baseavam-se na população do litoral e da serra, onde se encontravam muitos imigrantes. Formavam uma elite mais recente, que irrompia na política disposta a monopolizar o poder” (FAUSTO, 2018, p.144).

Assim, em um contexto de conflito político, quando os imigrantes se colocavam do lado dos governantes do país que os recebeu, demonstravam lealdade, que poderia ser recompensada com o poder e a ascensão social.

Nesse sentido, a Revolução Federalista foi um marco para a inserção social da família Simch, em que foi reconhecido e recompensado o engajamento político de

¹⁶² “‘Chimango’ – uma ave de rapina comum no Prata -, ou, mais raramente “pica-pau”, era a designação pejorativa dada pelos federalistas aos republicanos. Estes, por sua vez, a partir da revolução de 1893, passaram a chamar seus adversários de ‘maragatos’ [...]” (FAUSTO, 2006, p.19).

¹⁶³ Francisco José verifica posses nas colônias do Rio Grande do Sul, como Diretor de Terras e Colonização do estado. É sobretudo a verificação das posses em Santa Cruz do Sul, terra da família da esposa (Wild), que causa polêmica junto ao governo, quando aponta as injustiças sofridas pelos imigrantes germânicos e a incompetência do governo na medição de terras e conservação dos respectivos arquivos de documentação de propriedade. O tema da posse de terras permanece presente ao se tornar Diretor da *Westbahngesellschaft* e participar do processo de colonização particular no noroeste do país. O livro “Programa de Economia Social”, de Francisco Rodolfo, aborda profundamente este assunto, trazendo a argumentação de Karl Kautsky sobre a desapropriação de terrenos.

Francisco José. Sua nomeação e ingresso na administração pública, além da sua atuação na imigração privada, com o aval do governo, são demonstrações do mérito reconhecido pelos castilhistas. Francisco José Simch era, inclusive, considerado um amigo por Júlio de Castilhos, participando da liderança do PRR:

[...] visando preparar a lista dos candidatos à deputação federal e estadual para o pleito de 1897, Castilhos reuniu, na Chácara da Figueira, no domingo, 22 de novembro de 1896, “muitos amigos em agradável convivência, inclusive o João [Abbott] e o Simch”. Mais do que um encontro festivo este foi um momento de reunir lideranças republicanas para esboçar “a lista de candidatos à deputação federal”¹⁶⁴ (MARTINY, 2018, p.267).

Mais tarde, esta rede de vínculos políticos, a experiência construída no âmbito da verificação da posse das terras no Rio Grande do Sul e também a identificação de suas riquezas constituíram um conhecimento fundamental para planejar e realizar, com o filho Francisco Rodolfo, a mineração estatal do carvão. Isto porque, neste período, “o PRR impôs-se como uma máquina política forte, inspirada em uma versão autoritária do positivismo, arbitrando os interesses de estancieiros e imigrantes em ascensão” (FAUSTO, 2018, p.148). Reitera-se que Francisco José era admirador do regime conservador do Império Austro-húngaro, sendo a dinastia dos Habsburgos exaltada na escolha dos nomes da família. Sendo assim, o pai de Francisco Rodolfo tinha afinidade com a política autoritária do estado do Rio Grande do Sul, e colocava-se a serviço de um tipo de governo que apreciava e no qual acreditava.

Para a família Simch, a ascensão social ocorreu, como exposto, a partir da atitude política do patriarca Francisco José Simch, em São Gabriel, marcando uma ruptura com a vida de imigrante na colônia alemã para protagonizar a política castilhista, na capital, junto a Júlio de Castilhos. Esta descontinuidade também acontece com o filho Francisco Rodolfo, como bem observa Gertz (2002)¹⁶⁵, ao analisar a organização social dos imigrantes alemães e de seus descendentes em Porto Alegre:

O outro sobrenome autenticamente alemão, este de destaque como professor, também nascido em Santa Cruz do Sul, foi o de Francisco Rodolpho Simch [...].

¹⁶⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 23 de novembro de 1896. Localização: AHRs, APAVB, Maço 1, doc. 75 (MARTINY, 2018, p.267).

¹⁶⁵ A observação de Gertz (2002) vai ao encontro dos relatos dos descendentes de Clélia Simch Marc, filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch. Embora Clélia falasse alemão e mantivesse aspectos da cultura alemã na família, através de canções natalinas, por exemplo, não costumava fazer referência à colônia, nem fazia menção a imigrantes e descendentes de imigrantes alemães.

A influência alemã na formação intelectual de Simch era evidente. [...] Mas nem toda pessoa de sobrenome alemão, mesmo quando inspirada pela tradição intelectual ou pela ciência alemã, era um “germanista” ou mantinha contato estreito com a “colônia alemã”. Assim, o nome de Simch não consta da longa lista de sócios da Sociedade Germânia nem do livro de matrículas ou do registro de pagamento das mensalidades do Turnerbund (Sociedade Ginástica – SOGIPA), duas das mais tradicionais agremiações da “colônia alemã” de Porto Alegre. Seu nome também não pôde ser encontrado entre as bem mais de mil pessoas e empresas que contribuíram, em suas etapas (1912-1913 e 1921 em diante), com a arrecadação de fundos para a construção do Hospital Alemão (Moinhos de Vento) (GERTZ, 2002, p.169-170)

A participação de Francisco José na liderança do PRR auxiliou a construir os caminhos trilhados por Francisco Rodolfo para ingressar na administração pública. Como visto anteriormente, laços de solidariedade foram estabelecidos pelo pai em todas as suas etapas, desde sua chegada na colônia germânica em Santa Cruz do Sul, passando pelo alinhamento com os republicanos e com a maçonaria, em São Gabriel, e consolidando-se com a condecoração por Floriano Peixoto¹⁶⁶, que lhe abriu portas para chefiar a recém-criada 2ª Seção de Terras e Colonização da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, em 1895¹⁶⁷. Sua atuação na comissão de verificação de posses foi fonte de conhecimento sobre as características administrativas e geográficas das terras gaúchas, permitindo projetar, ulteriormente, possibilidades da colonização alemã particular no estado e de apropriação da terra pelo estado para a mineração, nas décadas seguintes. Neste período de criação da Seção de Terras e Colonização, o país era, segundo o filho Francisco Rodolfo Simch, como “uma verdadeira colcha de retalhos”, em que cada estado regulamentou, do seu jeito, as “suas questões de terras” (SIMCH, 1931, p.302).

Em 1891, Francisco José Simch foi promovido de Tenente a Capitão do 18º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, na Comarca de São Gabriel¹⁶⁸. Naquele mesmo ano, um episódio que relaciona o Porto de Torres com a recém-proclamada República chama a atenção. O Presidente provisório Marechal Deodoro da Fonseca quis retomar o projeto de Torres da época da monarquia, e expediu o Decreto nº 597-

¹⁶⁶ Fausto (1997, p.7), aponta Floriano Peixoto como um “típico representante” das classes médias, que se identificavam com os movimentos militares, em contraste com a “classe senhorial”, no contexto da Proclamação da República. Cesar (1969, p.36) esclarece, ainda, que Júlio de Castilhos se tornou “o sustentáculo de Floriano Peixoto, na obra de consolidar a República”, agindo “com indomável energia”.

¹⁶⁷ Nesse sentido, Roche (1969, p.131) esclarece que “a administração sempre teve um papel fundamental e às vezes decisivo na vida dos colonos, sem deixar, porém, de lhes insuflar o espírito pioneiro ou de tentar conservá-los na condição de *fazedores de terra*”.

¹⁶⁸ A Federação. *Actos officiaes*, 27 de julho de 1891, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/6482>. Acessado em 12/08/2020.

A (RUSCHEL, 2004, p.468). Entretanto, Deodoro da Fonseca pretendia oferecer ao concessionário, seu amigo pessoal Trajano Viriato Medeiros, uma garantia de juros assegurada pela União, prevista mesmo que o Porto de Torres não gerasse lucro, o que foi terminantemente negado, em uma reunião ministerial, em 17 de janeiro de 1891. Contrariado, o Marechal Deodoro da Fonseca ameaçou renunciar à Presidência, causando uma crise política que resultou em um requerimento coletivo de demissão pelos ministros, apresentado em 20 de janeiro daquele mesmo ano e deferido pelo governo. Ao organizar o novo ministério, o Marechal Deodoro da Fonseca selecionou um novo ministério formado por “monarquistas encapotados”, como dizia o povo, ou seja, políticos reacionários. Além disso, dissolveu o Congresso Nacional, contrariando a Constituição (RUSCHEL, 2004, p.468). O descontentamento da população acabou levando, assim, à renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca (RUSCHEL, 2004, p.469). A imposição de Deodoro da Fonseca de entregar a concessão do Porto de Torres para um amigo seu colocou em risco o princípio da neutralidade do Estado, e neste conflito gerado pela sua demissão, em 21 de janeiro de 1891, com a saída de quase todos os republicanos históricos do Ministério, o Porto de Torres foi um tema foi habilmente utilizado pela oposição para calar os republicanos que tinham por princípio a moralidade do governo (BACKES, 2004, p.59).

Constata-se, assim, que a ideia de construção de um porto em Torres estava também presente na transição política do império à república, envolvendo conflitos com os republicanos históricos, corrupção e revolta. Segundo Ruschel (2004, p.469), “o caso do Porto de Torres foi causa remota e indireta da queda do próprio Deodoro, com o conseqüente governo do Mal. Floriano Peixoto”. Sem querer, segundo Ruschel (2004), “Torres mudou os rumos do destino brasileiro”, com este projeto do Porto de Torres, em circunstâncias que deixaram rugosidades na paisagem:

Nessa época chegaram a ter início as obras do porto de Torres. Na Praia da Guarita foram estendidos trilhos e colocadas vagonetas; instrumentos vários foram instalados. As explosões de dinamite para arrancar pedras deixaram sinais que ainda hoje podem ser vistos na Ponte (extremidade marítima da Torre das Furnas). Um começo de molhe rochoso foi lançado mar a dentro, a partir da base da Torre do Sul, como se pode constatar olhando de cima da dita Torre. Porém, os trabalhos foram logo desativados e certos equipamentos, abandonados. Os maiores vestígios das obras dispersaram-se ao tempo da Rebelião de 1893 (RUSCHEL, 2004, p. 469)

O Marechal Floriano Peixoto, por sua vez, aprovou os estudos técnicos precedentes, porém propôs que uma ferrovia passasse por Gravataí, para chegar a

Porto Alegre (RUSCHEL, 2004, p.766). Com isso, percebe-se que já se considerava a conexão entre Porto Alegre e o litoral norte passando pela região de Gravataí.

No ano seguinte, enquanto o filho Francisco Rodolfo estava em Porto Alegre para realizar seus estudos, o pai, Francisco José, foi um Comandante Interino que liderou o movimento de repressão aos federalistas, que culminou na Revolução Federalista, em São Gabriel:

Restauração da Legalidade

[...] Em S. Gabriel

N'esta cidade, desde o dia 17, que notou-se uma agitação da parte dos partidários do dr. Castilhos, e a 18, ás 8 horas da noite, alguns d'elles foram á câmara municipal a fim de tomarem conta da municipalidade, o que não effectuaram em consequencia do grande numero de federalistas que ali compareceram.

A 19 começaram a affluir á cidade grupos de cavalarianos, e a 20 estavam os partidarios do dr. Castilhos senhores de todas as posições, tendo tomado conta da localidade, que foi evacuada pelos federalistas, que seguiram a direcção de Bagé, para ali confraternisarem com as forças do general Silva Tavares.

[...] Aquartela n'um predio á praça da Caridade o 18º batalhão da Guarda Nacional, ao mando interino do capitão Francisco José Simch; fiscal, o capitão Florencio Mercado; ajudante, o tenente Manoel José da Silva; quartel-mestre, o tenente Joaquim Tiburcio Goulart Pinto; secretario, o capital Porfirio da Cruz Metello (A FEDERAÇÃO, 1892, p.1)

Depois disso, houve ainda outros combates, e a vitória do maragato Gumercindo Saraiva em 27 de agosto de 1893, no Cerro do Ouro, mas São Gabriel não foi tomada (AXT, 2018, p.120-121). A sucessão de conflitos terminou com a derrota dos federalistas e a consolidação do castilhismo, em 1895 (AXT, 2019, p.133).

Finda a Revolução Federalista, Francisco José foi promovido a Coronel da Guarda Nacional, tendo obtido o reconhecimento de Floriano Peixoto e fortalecendo ainda mais seu prestígio junto ao governo gaúcho. A valorização da sua atuação política por uma pessoa como Floriano Peixoto é perfeitamente coerente com a forma como enaltecia os regimes conservadores, assim como aquele do imperador Francisco José, em sua terra natal, a Boêmia. Assim, noticiou o jornal “Deutsche Zeitung” de São Paulo que o “boêmio alemão¹⁶⁹” Franz Joseph Simch, “um homem de sobrenome alemão” recebeu de Floriano Peixoto o mais alto título, por ter defendido São Gabriel da ocupação de um exército federalista:

¹⁶⁹ A utilização do termo “boêmio alemão” refere ao fato de que “populações de língua germânica que vieram à América habitavam outros territórios que extrapolavam o limite das fronteiras que formariam a Alemanha” (WITT, 2021, p.7) – neste caso a Boêmia do Norte, na fronteira com a Alemanha, no antigo Império Austro-húngaro e atual República Tcheca.

Fotografia 21 - Notícia no jornal “Deutsche Zeitung” de São Paulo.



Fonte: Arquivo do Instituto Martius-Staden.

Observa-se que a precisão da etnia alemã na notícia, ao lado do termo “boêmio”, define Francisco José como pertencente à comunidade germânica, distinguindo-o da etnia eslava do Império Austro-húngaro. Além disso, indica o reconhecimento do pertencimento de Francisco José à comunidade germânica brasileira, que fazia circular e lia este jornal em língua alemã.

Depois deste feito, em 31 de janeiro de 1895, Francisco José Simch foi nomeado Chefe da recém-criada 2ª Seção – de Terras e Colonização, da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização do governo estadual, entrando em exercício em 18 de fevereiro (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, anexo n.2). Enquanto isso, seu filho Francisco Rodolfo continuava residindo em Ouro Preto, estudando na Escola de Minas e trabalhando como Lente de Alemão no Gymnasio Mineiro¹⁷⁰ da cidade, onde seu caminho cruza com aquele dos irmãos Vargas, em um evento que muda os planos da família e traz impactos para Francisco José.

Ao atuar como Chefe da 2ª Seção de Terras e Colonização para o governo do Rio Grande do Sul, Francisco José Simch, como agrimensor, identifica recursos naturais e percebe as inconsistências na posse das terras, especialmente na colônia de Santa Cruz, região onde se casou, teve seus primeiros filhos, e onde residia a família de sua esposa. Este conhecimento técnico e político torna-se útil logo em seguida, quando transita do serviço público para o setor privado, com o aval de Júlio

¹⁷⁰ Francisco Rodolfo Simch foi nomeado Lente de Alemão do Externato do Gymnasio Mineiro em 7 de abril de 1896, tendo tirado 4º lugar em concurso de admissão (O ESTADO DE MINAS. Gymnasio Mineiro. Ouro Preto, Minas Gerais, 10 de abril de 1896, ed.451. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/305367/932>. Acessado em 27/05/2019).

de Castilhos¹⁷¹, tornando-se acionista e Diretor da *Westbahngesellschaft*¹⁷², sediada em Berlim, na Alemanha.

Com a nomeação de Francisco José Simch para um cargo de chefia na administração pública estadual, em 1895, consolida-se uma posição de pertencimento da família que acabava de se instalar definitivamente na capital do estado à elite.

De forma ampla, os relatórios de Francisco José Simch para a SOP possibilitam compreender a política de imigração gaúcha nos anos que antecederam a inserção do filho Francisco Rodolfo junto ao governo do estado. Relatam o desenvolvimento de regiões do estado relacionadas com esta pesquisa, como a comissão de Santo Antônio e a região de São Jerônimo. Alguns dos imigrantes que chegaram no Rio Grande do Sul, cujo perfil é descrito nestes relatórios, integraram a atividade de mineração, nos anos seguintes.

O Acto n.15 de 31 de janeiro de 1895¹⁷³ reorganizou a Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul e criou a Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização. O ano de 1895 é muito importante para a imigração no Rio Grande do Sul, porque neste ano o serviço de Colonização é transferido da União para os estados brasileiros, através do Decreto nº 42, de 10 de janeiro daquele ano:

Reorganização de secretaria

N.15. – Acto de 31 de janeiro de 1895, dando nova organização á secretaria das obras publicas.

O presidente do Estado do Rio Grande do Sul, attendendo aos interesses do serviço publico e usando da attribuição que lhe confere o artigo 20 da Constituição política do Estado, resolve reorganisar a secretaria dos negocios das obras publicas do seguinte modo:

¹⁷¹ A concessão feita por decreto n.104, de 26 de julho de 1897, e os contratos de 30 de julho de 1897 e 24 de maio de 1899, outorgavam a Horst Hoffmann a concessão de terras para os núcleos de imigração Boa Vista e Serro Azul (A FEDERAÇÃO, 1903, p.2). Francisco José Simch atuou junto a este empreendimento, negociando, em Porto Alegre, a compra de terras de Júlio Prates Castilhos e de sua esposa, representando a Companhia Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande, com Henrique Schüller. Esta e outra posse adquiridas com o concurso de Francisco José Simch foram transferidas para Herrmann Meyer (Escritura Pública de Compra e Venda. Pasta Júlio de Castilhos, Caixa 29, MAHP; NEUMANN, 2009, p.304).

¹⁷² “A Rio Grande Nordwestbahn Gesellschaft ou Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande, sociedade com responsabilidade limitada, era formada por um grupo de acionistas, com sede em Berlim. Dentre eles, estava Francisco José Simch, o qual também era o representante da mesma no Rio Grande do Sul, com o escritório central em Porto Alegre” (NEUMANN, 2009, p.68). Em 1903, depois da dissolução da empresa, Francisco José Simch processou Horst Hoffmann para receber o ressarcimento do seu investimento (APERS, Processo nº 3492).

¹⁷³ Com o referido Acto n.15, foi nomeado chefe da 2ª seção o agrimensor Francisco José Simch, ajudante o capitão Bartholomeu Catão Mazza, 1º escrivão o major Antonio Garcia de Miranda e, ainda, Victor Manoel Soares de Leães. Em 20 de abril, o 2º condutor da Diretoria de Viação, o agrimensor Nicoláo Pujol, foi nomeado 1º condutor da recém-criada 2ª seção e, em 19 de junho, o 2º condutor, o agrimensor Octavio Rodrigues da Silva (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895).

A secretaria de Estado se comporá de tres directorias que são: directoria central, directoria de obras publicas, terras e colonisação e directoria de viação [...].

Continua com o pessoal e organização que tem actualmente, até ulterior deliberação, o serviço de colonisação, que, tendo sido transferido para o Estado, foi por decreto n.42 de 10 d'este mez cometido á mesma secretaria. [...]

Palacio do Governo em Porto Alegre, 31 de janeiro de 1895. – *Julio Prates de Castilhos. João José Pereira Parobé (A FEDERAÇÃO, 1895, p.2).*

Isto posto, depreende-se que Francisco José Simch já fazia parte do pessoal do serviço de colonização, antes de 1895, já que o pessoal que trabalhava, naquele momento, no serviço de colonização, havia sido mantido: “Continua com o pessoal e organização que tem actualmente, até ulterior deliberação, o serviço de colonização”, ocorrendo apenas a transferência da administração da União para o estado¹⁷⁴. Ele é, assim, nomeado, em 31 de janeiro daquele ano, chefe da segunda seção – de Terras e Colonização, entra em exercício em 18 de fevereiro (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895) e, durante seu exercício no cargo, apresenta seus relatórios ao secretário de obras públicas, integrando o relatório geral que este remetia regularmente ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Seu primeiro relatório descreve, assim, as atividades das Comissões de Terras do estado e da hospedaria geral de imigrantes no Cristal, no período entre 1º de janeiro e 30 de junho de 1895, prestando contas ao Secretário dos Negócios de Obras Públicas da época, João José Pereira Parobé (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, p.75).

A 2ª seção expedia títulos definitivos de concessões de lotes e pareceres sobre os autos e medições de terras. De acordo com o filho Francisco Rodolfo Simch (1931¹⁷⁵), o sistema do Rio Grande do Sul era o mais perfeito,

[...] em que o Estado põe à disposição do imigrante espontaneo e do agricultor nacional lotes de terra medidos e demarcados em zonas que deveriam ser de facil acesso; passam os lotes á propriedade do occupante

¹⁷⁴ O Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas havia transferido a atribuição do serviço de colonização da União para o controle do Rio Grande do Sul, a partir de 1º de janeiro de 1895. O Ofício nº 181 de 22 de fevereiro do Secretário de Obras Públicas Parobé ordenava que fosse mantido o pessoal existente, sem interrupção dos serviços. O serviço de colonização era “até então dirigido e custeado pela União e pela Delegacia da Inspectoria Geral das Terras”, tendo o Congresso votado “a consignação de 200:000\$000 para tal fim” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895). Isto indica que Francisco José Simch já atuava no serviço de colonização de responsabilidade da União antes deste ser atribuído ao governo do estado.

¹⁷⁵ Faz-se referência à sua obra Programa de Economia Social (SIMCH, Francisco Rodolfo. *Programa de Economia Social*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1931, consultado no Acervo pessoal de Clélia Simch Marc, e disponível em bibliotecas de universidades e de outras instituições públicas).

mediante o preenchimento de condições liberalíssimas – preços ínfimos e prazos longos (SIMCH, 1931, p.304)

Esta observação indica que a realidade dos outros estados brasileiros deveria ser pior para os imigrantes e para os agricultores nacionais, com condições e prazos de pagamento mais difíceis de cumprir.

A seção registrava a entrada no Rio Grande do Sul de 932 imigrantes, em 170 famílias, sendo 127 recebidos pela Agência de Imigração de Rio Grande. Quanto aos 805 imigrantes que chegaram em Porto Alegre, por via terrestre, no período, o relatório apresentava como detalhamento, que 416 tinham vindo por conta própria e 389 com passagens pagas pela União¹⁷⁶. Percebe-se que alemães e austríacos representavam 222 imigrantes germânicos, ou seja, quase 28% do total de imigrantes, sendo, talvez, acrescidos dos 9 imigrantes suíços, caso fossem germânicos. Eram pessoas, em sua maioria, analfabetas, ocupadas com a agricultura.

Nesse contexto, Francisco José apresentava várias características favoráveis para desempenhar a chefia da Seção de Terras e colonização do Rio Grande do Sul. Além de apresentar a formação profissional e as habilidades necessárias para o cargo, como agrimensor, ele era também um eficiente interlocutor entre os imigrantes germânicos e o governo gaúcho, por ser ele próprio oriundo da Boêmia, e por estar perfeitamente integrado na sociedade brasileira, com domínio da língua portuguesa.

A 2ª Seção de Terras e Colonização administrava a Hospedaria do Cristal¹⁷⁷, o vapor Colonial, e as comissões de terras do Ijuí, de Guarani, São Feliciano, Jaguari, Alfredo Chaves e Santo Antônio. Além da hospedaria do Cristal, o estado havia recebido um prédio em São Sebastião do Caí¹⁷⁸, para receber os imigrantes. No processo de colonização do estado, a redução de custos com a imigração era uma das tarefas a cumprir, para se ter condições de “receber qualquer numero de imigrantes, por mais avultado que seja” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.81). Havia interesse em se fortalecer a imigração no estado, portanto.

¹⁷⁶ No final da pesquisa, encontram-se em anexo as tabelas detalhadas, apresentadas por Simch (1895) em seu relatório.

¹⁷⁷ A Hospedaria do Cristal era um “importante estabelecimento, cujo pessoal consta de um administrador, um medico, um farmacêutico, dois fiscais, um enfermeiro e dois serventes” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.79). Francisco José Simch elogiou, ainda, a administração da Hospedaria do Cristal pelo Delegado da Inspeção Geral das Terras e Colonização, o Engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão. Para o transporte dos imigrantes e suas bagagens entre a capital e o Cristal, contava-se com o vapor Colonial, em perfeito estado, e com uma chata, que seria reparada por José Henrique Mariante. Outra chata estava em construção, nas oficinas de Guilherme Bostelmann.

¹⁷⁸ O prédio servia para alojar imigrantes, mas precisava de reforma (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896). Novamente, percebia-se a dificuldade em compor o orçamento para a imigração.

Francisco José Simch demonstrou preocupação com os núcleos de São Marcos e Guaporé¹⁷⁹, que estavam “em poder dos revolucionários, que, cometendo toda a sorte de depredações, tornam impossível qualquer fiscalização e ingerencia administrativa” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.82). Este posicionamento era coerente com seu protagonismo na Revolução Federalista. Este tipo de crítica às ações contrárias ao governo também acontece nos relatórios do filho Francisco Rodolfo para o governo, como no caso da Revolução de 1923.

Entre as comissões relatadas, destaca-se a comissão de Santo Antônio da Patrulha¹⁸⁰, onde tinha sido feita a conservação das estradas de rodagem da vila de Santo Antônio, em direção ao Fraga e a construção do trecho entre a mesma seção e a do Bocó, de 540 metros, custando, em média 8 e 290 réis por metro (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.83). Havia saldo, para esta comissão, de 2:482\$667, mesmo com as obras de conservação das estradas (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.84). Percebia-se, aqui, a preocupação com as vias de acesso para propiciar o desenvolvimento econômico do estado, e com as limitações do orçamento.

A comissão de Guarani¹⁸¹ situava-se “encravada nas terras devolutas existentes entre os rios Uruguay, Ijuhy Grande, Nhancorá e os campos do município de Santo Angelo de Missões”. Havia 1681 lotes disponíveis e somente 245 ocupados (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.84), o que chamou a atenção de Simch¹⁸².

A preocupação com o desenvolvimento do acesso às colônias, bem como da verificação das posses, era recorrente. Assim, construíam-se pontes e rodovias, e todo tipo de obra que constituísse “um melhoramento indispensável”.

Além disso, as medidas dos lotes deveriam ser verificadas e retificadas (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.86), para o controle pelo governo dos recursos

¹⁷⁹ Estes núcleos, assim como Alfredo Chaves e Antônio Prado, faziam parte da comissão a cargo do agrimensor Francisco Carlos Resin Barreto Leite.

¹⁸⁰ Esta comissão era dirigida pelo agrimensor Samorim Gustavo de Andrade, abrangendo Vila Nova e Marquês do Herval. O Anexo n.2 do relatório indicava o nome dos funcionários desta comissão. O escriturário chamava-se Irineu Pereira da Silva. Havia dois farmacêuticos: Pedro de Mendonça Rodrigues e João Manoel Guedes Falcão. O Auxiliar de Escrita era Felisberto Ferreira de Abreu e o Contínuo era José Furasté.

¹⁸¹ Esta comissão estava a cargo do agrimensor Ernesto Müzell Filho. Seus núcleos coloniais chamavam-se Uruguai e Comandáí, e foram povoados, antes dos imigrantes estabelecidos pela comissão, por russos e “alguns nacionais”, no Serro Pelado, com um total de 221 famílias e 8.840.090 metros quadrados de área cultivada com, principalmente, cana de açúcar, fumo, arroz, feijão, milho, mandioca, trigo, centeio e cevada.

¹⁸² Francisco José Simch utilizou, depois, este conhecimento sobre as terras devolutas desta região para o projeto de imigração alemã de que participou, como acionista e Diretor da empresa alemã *Westbahngesellschaft*, sediada em Berlim.

naturais, com a regularização das posses e o registro das terras devolutas. A Serra Herval exemplifica esta assertiva de Francisco José, havendo, pois,

[...] a necessidade urgente de proceder-se a discriminação de terras na serra Herval, onde as existem francamente devolutas em uma extensa zona devastada por intrusos, que criminosamente derrubam as mattas, abandonando as localidades onde acampam, depois de destruírem os herveas, que são uma fonte de riqueza pública e dos grandes interesses da colonização (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.87)

De acordo com Francisco José, o governo gaúcho precisava discriminar o quanto antes as suas terras, saber exatamente de que posses dispunha, porque, enquanto não o fizesse, outras pessoas esgotariam ou destruiriam os recursos naturais que forneceriam a riqueza para o estado. A demora em mapear os terrenos geraria, assim, prejuízo econômico e inutilizaria as terras que seriam úteis para o propósito da imigração. O governo castilhistas procurava, assim, recuperar as terras devolutas para recompor o patrimônio público que se perdia. Segundo Bosi (1992, p.283), “o paralelo da política fundiária de Batlle com as intervenções de Castilhos e Borges na retomada pelo Estado das terras devolutas é flagrante e mereceria estudo em detalhe”, provavelmente porque a estrutura subjacente do “fenômeno do *batllismo*” promovido pelo uruguaio republicano José Batlle (1856-1929) era essencialmente conservadora, ao ampliar as funções do Estado para garantir um equilíbrio de força das classes, enquanto aprimorava o papel do sistema político, em um contexto de crescimento da economia urbana (FINCH, 1981, p.10). Nesse sentido, o intervencionismo do Rio Grande do Sul reforçava o papel do sistema político como garantidor de um equilíbrio econômico que teria impacto nas classes sociais, embora este não fosse seu objetivo primeiro.

Francisco José Simch (In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.87) demonstra, ainda, preocupação com o abuso da boa-fé dos imigrantes¹⁸³, que, finalmente, começava a se resolver, com o advento de melhorias nas condições das colônias, como a inauguração do Registro Civil¹⁸⁴. Ele tem sensibilidade aos problemas

¹⁸³ Francisco José Simch apontou ao governo, diversas vezes, as dificuldades dos imigrantes recém-chegados no Brasil, uma realidade que conhecia muito bem, tendo sido ele mesmo um imigrante da colônia alemã, assim como seus familiares.

¹⁸⁴ Na Colônia Barão do Triunfo, no 2º Distrito de São Jerônimo, havia sido inaugurado o Registro Civil. O contexto anterior era o seguinte: “com a presença de um padre excursionista se celebram batizados e casamentos atropelladamente, por filas de 18 e 20, sem o menor cunho de legalidade”, o que traria “um futuro cheio de desastres e dificuldades, para os pobres imigrantes que, obedecendo a suas crenças religiosas, comettem um crime, por desconhecerem as exigencias da lei sobre registro civil” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896).

vivenciados pelos imigrantes, ao se instalar nas colônias sul-rio-grandenses, porque ele mesmo já passou por situações semelhantes, ao chegar da Europa. Aponta, nesse sentido, a necessidade de instrução, criticando a ausência de escolas em São Feliciano e Mariana Pimentel, “existindo centenas de crianças em completa ignorância, com grande prejuízo para os nossos interesses” e salientando a necessidade de educação também nestes núcleos de colonização (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.87). Percebe-se, aqui, a presença de um dos princípios que seu filho Francisco Rodolfo Simch também defenderá, ao fazer parte do governo gaúcho: a educação como um princípio que deve ser defendido pela política e que traz retorno financeiro, porque impulsiona a economia, ao formar trabalhadores qualificados (SIMCH, 1931).

A experiência de Francisco José sobre as características dos imigrantes e das colônias em que estes foram estabelecidos foi consolidada através da própria experiência migratória familiar e, depois, neste cargo de chefia da 2^o Seção de Terras e Colonização. Estas concepções influenciam o filho Francisco Rodolfo, que reproduz muitas destas observações sobre a colonização, associando-as ao tema da economia (SIMCH, 1931). A experiência familiar de vivenciar o processo de colonização no interior do Rio Grande do Sul traz uma experiência única para Francisco Rodolfo compreender o contexto da mineração e dos mineiros, em grande parte imigrantes ou descendentes destes.

A economia despertava o interesse dos empreendedores, ao se observar que, em algumas comissões, como a de Jaguari¹⁸⁵, a indústria crescia (SIMCH, 1931, p.88). Este fenômeno confirmava que o processo de imigração bem administrado poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento do estado.

Quanto ao orçamento, Francisco José Simch concluiu que as despesas com obras sob a responsabilidade da recém-criada 2^a Seção de Terras e Colonização, no primeiro semestre de 1895, haviam sido de 28:000\$000¹⁸⁶. Somando-se as demais despesas do referido semestre, as despesas totais daquela seção tinham sido de 124:878\$236, o que representava mais da metade do orçamento anual acordado pela

¹⁸⁵ A comissão de Jaguari era dirigida pelo agrimensor Severiano de Souza Almeida, e incluía os núcleos coloniais Jaguari, Ernesto Alves, Toroquá, São Xavier e Toropi. Jaguari havia sido fundada em outubro de 1880, com estabelecimento de imigrantes alemães e italianos em abril de 1891. A superfície colonizada era de 476.250.000 metros quadrados, com área cultivada de 97.050.000 metros quadrados (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895).

¹⁸⁶ Em anexo, ao fim da pesquisa, encontram-se os detalhamentos que levaram a este valor final.

União, que era de 200:000\$000. Nesta etapa nova de descentralização administrativa para os estados, surgia o desafio de executar um projeto economicamente viável e que, ao mesmo tempo, proporcionasse o desenvolvimento esperado para as colônias. Francisco José conclui que a verba destinada à seção era insuficiente, sobretudo porque entre outubro e dezembro chegariam mais imigrantes no Rio Grande do Sul, gerando mais despesas, e explica a situação financeira difícil em que o estado se encontra, do ponto de vista da imigração:

A crise financeira pela qual passa este Estado, obrigado como se acha a despender ainda com a manutenção da ordem dos nucleos coloniaes, cuja tranquilidade é perturbada por bandidos que não respeitam nem a vida nem a propriedade dos colonos e dos habitantes de outras localidades, levou-o à supressão dos favores concedidos pelo aviso do Ministerio da Agricultura de 31 de Outubro de 1889, os quaes consistiam na concessão de uma casa provisoria, no valor mínimo de 150\$000, e de ferramenta e sementes, no maximo de 50\$ a cada familia (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.91).

Os referidos “favores” que o Ministério da Agricultura havia deixado de pagar ao estado eram de 200\$000, e Francisco José Simch solicitava que fosse mantido este auxílio de que o Rio Grande do Sul precisava, para a imigração: “[...] que seja pedido ao Congresso o restabelecimento dos citados favores [...] isto ao menos enquanto perdurar a actual crise que atravessamos” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.91). A União, no entanto, subvencionava os burgos agrícolas nos estados. Isto criou uma desvantagem orçamentária para o Rio Grande do Sul, que não possuía empresas de burgos agrícolas, contrariamente a estados como Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, que recebiam verba para os seus burgos (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.91-92). Esta disparidade era incompreensível, ainda mais porque o Rio Grande do Sul procurava estabelecer uma quantidade de imigrantes muito superior àquela que chegava em outros estados brasileiros. Com efeito, as tabelas do relatório de Francisco José¹⁸⁷, indicavam que o Rio Grande do Sul vinha recebendo, entre 1888 e 1893, uma quantidade de imigrantes 4,31 vezes maior do que Santa Catarina e 3,26 vezes maior do que o Paraná, porém recebia menos subvenções da União do que estes estados:

Como verá V. Ex., não ha proporcionalidade nas subvenções votadas pelo Congresso, igualando-se a d'este Estado com as de Santa Catarina e dando

¹⁸⁷ Em anexo, no final da pesquisa, estão as tabelas com as quantidades de imigrantes que chegavam no Rio Grande do Sul, em 1895.

150:000\$000 para o de Paraná, 50:000\$000 para o de Mato Grosso, devendo observar-se que para o 1º e o 3º serão em parte aliviadas as despesas do estabelecimento oficial de imigrantes, como d'aquelles que procurarem os burgos agricolas (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.92)

Com a passagem da Seção de Terras e Colonização para a responsabilidade estadual, a partir de 1895, o orçamento previsto era, portanto, insuficiente para realizar as melhorias necessárias, apontadas pelos respectivos chefes das comissões, bastando somente “para satisfazer, com a mais severa economia, à recepção, agasalho e estabelecimento do imigrante no lote” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1895, p.93).

O ano de 1895 inseria-se, portanto, em um momento difícil para a administração dos núcleos coloniais gaúchos. Além da urgência do Rio Grande do Sul em restabelecer efetivamente a ordem perturbada pela recente Revolução Federalista, a União havia reduzido os incentivos para a agricultura no Rio Grande do Sul e delegado a responsabilidade pela administração da colonização ao estado, mas com uma verba insuficiente para o bom andamento do processo de estabelecimento dos imigrantes. Por fim, o estímulo à concorrência da produção agrícola com outros estados brasileiros, que recebiam maiores subvenções da União, dificultaria ainda mais a administração da colonização no Rio Grande do Sul.

Foi neste cenário de crise orçamentária da administração gaúcha que o seu filho Francisco Rodolfo retornou de Ouro Preto, Minas Gerais, e constatou que as dificuldades de estabelecimento dos imigrantes poderiam desmotivá-los a se integrarem no Brasil, “conservando-se com seus costumes, hábitos e peculiaridades, muitas das quaes, sinão em oposição, ao menos aberrantes das do paiz em que se achavam” (SIMCH, 1931, p.305). A pouca receptividade das autoridades locais diante dos desafios da adaptação cultural dos estrangeiros poderia, assim, fazer com que estes se isolassem em sua própria cultura, perdendo, eventualmente, o interesse pela sociedade do lugar que os acolheu. Com efeito, para Francisco Rodolfo, este fenômeno seria “falta e culpa exclusiva das autoridades do paiz que se descuidavam e desinteressavam do assumpto” relativo à instalação dos imigrantes. Logo, a falta de investimento e de estrutura para recepcioná-los e proporcionar-lhes boas condições de vida no país que escolheram para se instalar poderia, segundo ele, causar dificuldades em sua integração na sociedade brasileira.

A diferença na forma como pai e filho consideram o tema da imigração é evidente. Nos exemplos selecionados, é nítida a identificação do pai com as

dificuldades dos imigrantes, enquanto o filho, embora não seja insensível a este tema, se identifica prioritariamente com o governo, considerando os eventuais problemas de integração social dos imigrantes como um problema para o Brasil.

Em 1896, a perspectiva de Francisco José no governo gaúcho é aquela de um imigrante germânico. Ao mesmo tempo em que o contato permanente de Francisco José com a Alemanha era útil para o governo do Rio Grande do Sul, esta mediação parecia gerar um certo grau de desconfiança no governo gaúcho, porque, acima de tudo, ele era um austríaco, um estrangeiro. Isto se percebe nas correspondências de Júlio de Castilhos, em que seu secretário salienta que não teria contado detalhes de uma determinada negociação a Francisco José Simch, pois, afinal de contas, ele estava em contato com Berlim. Outro exemplo é a forma como Francisco José é rapidamente substituído, em seu cargo de Diretor de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, quando defende os interesses dos colonos germânicos. Porém, a persistência do pai de Francisco Rodolfo em ocupar seu lugar na sociedade gaúcha é maior que todos estes obstáculos. A atitude dele de não aceitar ficar sem resposta de Júlio de Castilhos aos seus contatos, sendo incisivo ao abordá-lo quando este sai do veículo, em frente ao Teatro São Pedro, em um momento de lazer, ilustra bem isto. Esta atitude insistente paterna, de não aceitar não receber resposta à sua demanda e criar situações de fato para ser atendido pelas autoridades do governo é repetida pelo filho Francisco Rodolfo, como ele mesmo narra em seu diário de trabalho, em que não saía da porta do gabinete de Borges de Medeiros enquanto não fosse por ele atendido, ou quando retornava diversas vezes na casa das pessoas com quem queria falar, até que abrissem a porta e com ele falassem. A persistência é, pois, mais uma estratégia paterna que Francisco Rodolfo segue, para alcançar seus objetivos.

Neste contexto, em 15 de julho de 1896, Francisco José Simch apresentou para o Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, João José Pereira Parobé, novo relatório das atividades da 2ª Seção de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, relativo ao período de 1º de julho de 1895 a 30 de junho de 1896 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.59). A despesa do período foi de Rs. 273:523\$755, com o custo médio por imigrante de 88,461 réis (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.62). Um dos aspectos apontados foi a necessidade de melhorias no setor de transportes, que continuou a ser defendido pelo filho Francisco Rodolfo Simch (SIMCH, 1931), ressaltando, aliás, uma piora no sistema de transportes brasileiro, nas décadas seguintes:

Infelizmente, e para nossa vergonha, devemos confessar-o, o Brasil em materia de estradas, salvas muito poucas excepções, é desprovido delas, não sendo difficil de se constatar que ha cincoenta ou cem annos, guardadas as proporções, as vias de transporte, no respeitante ao leito, eram muito superiores ás de hoje (SIMCH, 1931, p.421-422)

Nestas condições, um total de 3092 imigrantes chegaram ao estado, com 627 famílias, das quais 547 haviam chegado em Rio Grande, onde ficaram 341. As 206 famílias restantes dirigiram-se a outros locais do Rio Grande do Sul. A imigração tendia a aumentar, ao longo do período. Mesmo se considerando o maior fluxo no final do ano, o ano de 1896 iniciava-se com “um excesso de 52 imigrantes” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.59).

Considerando-se somente o segundo semestre, que era, de acordo com Francisco José, o período de maior fluxo de imigrantes no Rio Grande do Sul, os números confirmavam a tendência de aumento da imigração, de 1895 para 1896¹⁸⁸. Os austríacos, por exemplo, passavam de 51 imigrantes no segundo semestre de 1895 para 194 no último semestre de 1896. Aumentou o fluxo de imigrantes que chegavam ao Rio Grande do Sul através de Rio Grande¹⁸⁹, embora a grande maioria ainda chegasse pelo Rio de Janeiro.

Os vapores tornaram-se o meio principal de transporte, com maior variedade do que no primeiro semestre de 1895. Assim, a via terrestre perdeu importância: se, no primeiro semestre de 1895, 387 imigrantes chegavam ao estado por essa via, no segundo foram apenas 29 e, no primeiro semestre de 1896, 61 pessoas. Com isso, 90 imigrantes chegaram ao estado por terra, em um ano, o que representa uma quantidade muito menor do que os 387 imigrantes que haviam chegado por via terrestre apenas no primeiro semestre de 1895. Estes dados indicam um crescimento do interesse pelas vias de transporte fluviais no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, que vai ao encontro da ideia de expansão deste tipo de transporte no litoral norte.

As novas características da imigração no Rio Grande do Sul refletiram-se, cerca de uma década depois, no perfil da mão-de-obra dos mineiros. A média da despesa com transporte e alimentação, por imigrante, nos dois últimos semestres, era de

¹⁸⁸ As tabelas apresentadas em 1896 por Francisco José Simch encontram-se em anexo, no final da pesquisa.

¹⁸⁹ Com a necessidade de receber o maior fluxo de imigrantes em Rio Grande, e encaminhá-los às cidades do sul do estado, foi, inclusive, nomeado em 25 de janeiro de 1896 o funcionário Egidio Enderle (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.67). Observa-se que o relatório não esclarece se alguns imigrantes chegavam diretamente no porto de Rio Grande, sem escala, ou se chegavam de algum outro porto brasileiro.

16\$329, elevando-se a 29\$399, ao se considerar as despesas totais¹⁹⁰. Foram recebidos mais 770 imigrantes no 2º semestre de 1895 e mais 1072 imigrantes no 1º semestre de 1896, somando 1842 imigrantes a mais do que orçamento inicial havia previsto, no período de dois semestres (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.66).

Já o orçamento geral para 1895 gerou uma economia de 1:334\$180, apesar do excesso de imigrantes, graças às estratégias de Francisco José Simch para reduzir despesas¹⁹¹. Além disso, como pouco mais da metade dos imigrantes se estabelecia nas colônias, reduziram-se as despesas com transporte e alimentação¹⁹² (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.70). Portanto o orçamento para o segundo semestre de 1895 planejado foi de 130:129\$586. No entanto, a despesa realizada no semestre foi menor, sendo de 128:798\$406, com a referida economia de 1:331\$180.

Chama a atenção a perda de interesse dos imigrantes pelas colônias, com preferência pelas cidades, fenômeno que o filho Francisco Rodolfo Simch (SIMCH, 1931, p.306) chamou, mais tarde, de “fuga da terra”, em que “o camponês vem à cidade simplesmente porque nesta o salário que lhe pagam é mais elevado que no campo”. Na verdade, muitos dos imigrantes que chegavam ao Rio Grande do Sul sequer se dirigiam à colônia: na segunda metade de 1895, dos 1523 imigrantes recebidos, somente 810 foram transportados e encaminhados aos núcleos coloniais¹⁹³, o que representa 53,29% dos imigrantes recebidos naquele semestre.

¹⁹⁰ Com o aumento da imigração no estado, foram hospedados, alimentados e transportados para os núcleos coloniais do Rio Grande do Sul 2545 imigrantes, correspondendo a uma despesa de serviços, pessoal, execução de obras e custeio do vapor Colonial de Rs. 92:832\$558, para a Hospedaria do Cristal (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.64). Deste valor, 18:011\$072 corresponderam à realização de obras urgentes e não previstas no orçamento inicial: finalização das obras do necrotério, conserto no armazém do trapiche, distribuição e encanamento de água para a enfermaria, alojamentos e refeitório, aquisição de um guindaste e bomba de incêndio, construção de uma chata de ferro, para transporte de imigrantes e suas bagagens, manutenção do vapor Colonial, concluindo-se que a despesa efetiva com o transporte de imigrantes e o custeio da hospedaria era de Rs. 74:821\$486.

¹⁹¹ Isto provavelmente ocorreu em razão do acréscimo de uma margem de 15% sobre a alimentação, o embarque e desembarque e as dietas e medicamentos, isto é, 15% sobre 14:629\$040. Além da adição desta margem de 2:194\$356 na previsão de orçamento, no item “hospedagem e alimentação”, o acréscimo do subitem “eventuais” no item “estabelecimento”, no valor de 5\$129 por imigrante, também foi uma estratégia de planejamento do orçamento.

¹⁹² As tabelas em anexo, no final da pesquisa detalham estes cálculos. Evidencia-se uma nova tendência dos imigrantes, ao buscarem se estabelecer nas cidades, ao invés de se instalarem nas colônias.

¹⁹³ Os outros 710 imigrantes foram recebidos, alojados e alimentados, porém 335 deles encontraram trabalho em Porto Alegre, 95 em Pelotas, 204 em Rio Grande, 67 em Bagé, 1 em Jaguarão, e 3 em Santa Vitória. Deste grupo, ainda, 5 imigrantes faleceram durante o semestre (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896).

Este relatório mostra, pois, um mecanismo diferente de integração dos imigrantes no Rio Grande do Sul, com relação ao ano anterior, em que a atividade laboral se encontrava principalmente no interior do estado, em relação com a agricultura e com a colonização (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.70).

Para o primeiro semestre de 1896, o orçamento foi de 201:777\$000¹⁹⁴. Houve excesso de imigrantes¹⁹⁵, e, novamente, poucas pessoas se estabeleceram nos núcleos coloniais, dirigindo-se a maioria delas para as cidades¹⁹⁶. A despesa total foi de Rs. 144:725\$349¹⁹⁷, ou seja, ocasionou um déficit de Rs. 13:985\$996 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p71). Entretanto, ao se considerar que a maior parte deste déficit (Rs. 13:222\$527) se originou de despesas não previstas no orçamento, mas realizadas com autorização do governo, o relatório concluiu que o orçamento previsto havia sido excedido, em realidade, em Rs. 763\$469¹⁹⁸. Neste período, portanto, as dificuldades orçamentárias decorriam, principalmente, de obras necessárias para a infraestrutura das colônias, muitas vezes imprevistas.

Em síntese, o orçamento para 1896 era de Rs. 201:777\$000, prevendo receber e estabelecer 1000 imigrantes, porém, já no primeiro semestre, haviam sido gastos 144:725\$349, restando somente 57:051\$651 para as despesas do resto do ano (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.67-68). O orçamento restrito era um problema para o cumprimento do planejamento estabelecido pela administração da colonização.

Mais uma vez, Francisco José Simch anunciou que o orçamento era insuficiente para as atividades da Seção de Terras e Colonização, apesar dos esforços com a economia. Outro aspecto importante que era, inicialmente, uma tendência, acabou se confirmando, no primeiro semestre de 1896: os imigrantes

¹⁹⁴ Orçamento destinado à recepção, alimentação e transporte de 1000 imigrantes ou grupos de 200 famílias, para estabelecimento nos núcleos coloniais (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896).

¹⁹⁵ Assim, foram recebidos 1572 imigrantes, reunidos em 329 famílias, representando, logo, um excesso de 572 imigrantes, com relação ao orçamento previsto.

¹⁹⁶ Destes 1572 imigrantes, 644 foram estabelecidos nos núcleos coloniais, e 819, depois de recebidos, agasalhados e alimentados, encontraram ocupação nas cidades, 12 faleceram e 97 ficaram para serem transportados no semestre seguinte. Quanto aos imigrantes que encontraram trabalho fora dos núcleos coloniais, 642 estabeleceram-se em Porto Alegre, 36 em Pelotas, 2 em Bagé, 2 em Jaguarão e 137 em Rio Grande.

¹⁹⁷ Realizando-se os cálculos de forma análoga ao semestre anterior, incluindo a margem de 15% sobre a alimentação, embarque e desembarque, dietas e medicamentos, a despesa de hospedagem e alimentação, somada à despesa de estabelecimento, totalizou 130:739\$353. Este valor, somado a outras despesas, compõe a despesa total.

¹⁹⁸ Estas despesas justificavam-se, ainda, com as comissões de Jaguari e Alfredo Chaves, e não diretamente pela atividade de estabelecimento dos imigrantes (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.71-72).

começavam a buscar trabalho em cidades como Porto Alegre e Rio Grande, ao invés de se estabelecerem nos núcleos coloniais.

No item “Discriminação de Terras”, Francisco José Simch passou novamente ao assunto da discriminação das terras devolutas¹⁹⁹, que era realizada pela medição dos agrimensores da Seção de Terras e Colonização. O conhecimento da realidade da posse de terras no estado e das características do solo foi importante para sua participação posterior na imigração particular. Através desta atividade, ele soube em que áreas do estado seria possível investir na imigração particular.

Sobre as comissões, Francisco José Simch explicou que, em 31 de janeiro de 1896, foi extinta a Comissão de terras de Santo Antônio da Patrulha, da qual faziam parte os núcleos coloniais de Vila Nova e Marquês do Herval. Esta área relaciona-se com o trajeto entre a capital gaúcha e o litoral norte.

A realidade com que Francisco José teve contato era de escassez de lotes para o estabelecimento de imigrantes, nas comissões de Jaguari, Alfredo Chaves e São Feliciano, que eram muito visadas pelos imigrantes (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.68). Isto demonstrava uma situação de saturação de determinados núcleos coloniais, que propiciava a exploração de novos núcleos para as novas gerações de imigrantes estabelecidos no estado e para os imigrantes que chegassem. Esta oportunidade chamou a sua atenção e foi explorada na imigração particular, nos anos seguintes.

Em outras comissões, como a de Alfredo Chaves²⁰⁰, por exemplo, houve investimento nas estradas de rodagens e pontes (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.72-73), e a construção de caminhos vicinais, ao preço de 500 rs. por metro (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.73). Percebe-se, novamente, a preocupação do governo com o transporte e com o fluxo de pessoas e produtos internamente, nas comissões, e em ligação com outras localidades, como fator de desenvolvimento econômico das colônias. As maiores despesas desta comissão, relatadas em 1896, justamente, foram com pessoal, conservação de estradas e

¹⁹⁹ Em 1896, foi realizada a discriminação da zona devoluta em São José do Norte, e o ofício n.601 de 9 de junho concedeu autorização para discriminação das terras devolutas da seção Cantagalo do núcleo colonial Vila Nova, em Santo Antônio da Patrulha. O orçamento não incluiu a despesa com o serviço de discriminação de terras, entretanto (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.69).

²⁰⁰ Esta comissão estava a cargo do agrimensor Francisco Carlos Resin Barreto Leite e era composta pelos núcleos Alfredo Chaves, Antonio Prado, São Marcos e Guaporé. Ali foram estabelecidos 192 imigrantes, reunidos em 52 famílias, sendo a maioria italianos, em número de 181 pessoas. Nos dois semestres do final de 1895 até 1896, foram distribuídos 195 lotes em Alfredo Chaves e Guaporé (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896).

caminhos vicinais, ressaltando-se as obras do escritório da comissão, que gerou um déficit de 3:934\$243 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.73), que impactou o orçamento geral da 2ª Seção de Terras e Colonização, como mencionado anteriormente.

O mesmo tipo de investimento de conservação das estradas e construção de novos caminhos vicinais foi observado na Comissão de São Feliciano²⁰¹. Nesta comissão, nota-se uma instabilidade maior tanto do pessoal quanto da permanência dos imigrantes²⁰², ocorrendo um processo dinâmico no desenvolvimento destes núcleos²⁰³. Apesar das despesas²⁰⁴, porém, houve economia de 2:911\$170 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.75).

Na Comissão de Guarani²⁰⁵, a população dos núcleos havia aumentado de 1049 para 1210 pessoas, de 31 de dezembro de 1895 até o final do primeiro semestre de 1896. As estradas de rodagem estendiam-se por 35 quilômetros, e foram, naquele período, realizadas operações de conservação, somadas à construção de novos caminhos vicinais (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.75). Constata-se, nesta comissão, a prosperidade econômica ligada à produção a partir da agricultura, com possibilidades de expansão²⁰⁶, graças à quantidade expressiva de terras incultas, que ainda poderiam gerar riquezas e ocupação para muitos imigrantes. Quanto aos imigrantes, 49 imigrantes austríacos haviam sido recebidos, além de 114 nacionais²⁰⁷.

²⁰¹ Esta comissão era administrada pelo agrimensor Julio Antonio Vasques, abrangendo Barão do Triunfo, São Feliciano e Mariana Pimentel (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896).

²⁰² 377 imigrantes tinham sido recebidos, porém deixaram a área da comissão 239 outros imigrantes.

²⁰³ Houve 92 óbitos e 276 nascimentos, com aumento de população em 322 pessoas. Houve muitas modificações na organização do pessoal, como o falecimento do auxiliar de escrita José Hebert, além da dispensa, remoção e exoneração de outros funcionários (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.74).

²⁰⁴ A maior parte das despesas foi com pessoal, conservação de estradas e construção de caminhos vicinais.

²⁰⁵ Esta comissão estava a cargo do agrimensor Ernesto Müzzel Filho, e era composta pelos núcleos coloniais Uruguai e Comandaí. O relatório incluiu um breve histórico, indicando sua criação em 1890, mas com atividades de medição realizadas nos lotes somente em abril de 1891, pelo Banco Iniciador de Melhoramentos, e, em maio, pelo pessoal da comissão. Sua área cultivada era de 9.999,500 metros quadrados, com uma área inculta de 459.250.500 metros quadrados. As culturas principais eram cana-de-açúcar, fumo, arroz, feijão, mandioca, trigo, cevada e outros cereais, com produção de erva-mate, considerada a melhor do estado, além de farinhas, aguardente e rapadura (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896).

²⁰⁶ Havia, ainda, a necessidade de se construir um caminho de 30 quilômetros entre os núcleos de Comandaí e Uruguai. Esta obra havia sido iniciada, com a construção de 5862 metros desta ligação, com despesa de 2:931\$000 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896).

²⁰⁷ O total desta comissão era de 402 lotes ocupados e devolutos, distribuídos em 59 linhas. O barracão para o alojamento de imigrantes em Santo Ângelo estava em mau estado, tendo sido demolido e suas telhas de zinco aproveitadas para a construção de um novo barracão para imigrantes, em Comandaí. O quadro de pessoal apresentou a exoneração do auxiliar de escrita e o

Nesta comissão as maiores despesas foram com pessoal, construção de caminhos e conservação de estradas, com uma economia, no período, de 1:956\$542 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.77), como se observou nas outras comissões. Mais uma vez, percebe-se a importância dos transportes como fator de desenvolvimento econômico, na política gaúcha.

Também havia áreas com maior avanço tecnológico²⁰⁸, como a Comissão de Jaguari²⁰⁹, em que se aproveitava a força motora das águas na atividade de oito indústrias coloniais. Foi fundado o núcleo de São Vicente, definitivamente criado em 1º de março daquele ano, tendo sido estabelecidas 25 famílias de imigrantes alemães e austríacos, e realizada a discriminação de 44 posses de moradores de São Vicente que estavam estabelecidos como intrusos, mantendo-se lavouras e criando-se gado²¹⁰. Quanto à viação, foram construídos 353.375 metros de caminhos vicinais, e investidos 8:568\$000 na conservação de estradas. Houve déficit, ao término do período relatado, de 22:279\$669 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.79). Observa-se um grande investimento nesta comissão, com criação de um novo núcleo e chegada expressiva de novos imigrantes, inclusive do Uruguai. Francisco José Simch estabeleceu considerações positivas sobre a comissão, fundamentadas no avanço tecnológico dos colonos²¹¹, que ele valorizava. A colônia Jaguari estava em pleno desenvolvimento econômico e industrial, atraindo imigrantes e os investimentos do governo em infraestrutura, sendo descrita por ele como “actualmente uma das que

não comparecimento do novo funcionário nomeado para entrar em exercício na comissão (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.76).

²⁰⁸ Havia 200 casas, de alvenaria e de tábuas, 22 ruas, com bueiros de alvenaria revestidos de cimento e iluminação pública nas ruas principais, custeada por particulares, comércio, farmácia, hotéis, açougues, fábricas a vapor para moagem de trigo e milho, serraria, refinação de banha e preparação de fumos, fábrica de tijolos e telhas, cervejarias, olarias, sapatarias, ferrarias, marcenarias, curtumes, padarias, selarias, funilarias, moinhos hidráulicos. A sede da colônia estava a 450 km de Porto Alegre, 41km da estação do Umbú, 22km da vila de São Vicente, 42km de Santiago do Boqueirão, 60km de São Francisco de Assis. (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.77-78).

²⁰⁹ Esta comissão estava a cargo do agrimensor Severino de Souza e Almeida, e compreendia os núcleos coloniais Jaguari, Ernesto Alves, Toroquá, São Xavier e Toropi, situando-se à margem direita do rio Jaguari, 6500 metros acima da confluência com o Jaguarzinho, no município de São Vicente. Tinha uma superfície urbana de 1.000.000 metros quadrados, tendo sido demarcados e medidos 774 lotes de 1000 e 1250 metros quadrados, estando 328 ocupados e 416 desocupados (SIMCH, In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.77).

²¹⁰ Para o núcleo Toropi, fundado pela extinção da comissão de Silveira Martins, foi necessário levantar-se uma planta e verificar-se a medição da seção de área 13.084.184 metros quadrados e com 53 lotes rústicos. Com isso, poder-se-ia dar andamento à cobrança da dívida colonial. A tarefa foi realizada em dezembro de 1895 pelo agrimensor Carlos Berger. (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.78).

²¹¹ Francisco José Simch ressaltou que a produção anual tinha sido boa, com exceção do trigo e do vinho, por razões climáticas, porém os colonos estariam certos de compensar este acontecimento com a produção de cana, bastante desenvolvida, na época, com o estabelecimento de 60 alambiques. A exportação dos produtos coloniais também era rentável.

mais se salienta pelo seu desenvolvimento e progresso” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.83).

Em resumo, no período do segundo semestre de 1895 até o primeiro semestre de 1896, houve um déficit geral de Rs. 51:118\$980. Em suas considerações finais, Francisco José Simch reforçou a necessidade de se realizar obras que melhorassem a circulação do transporte e a comunicação entre as margens dos rios, nos núcleos coloniais²¹², para que o transporte não dependesse do “capricho das enchentes e estações” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.83). Configura-se, pois, um contexto em que a necessidade de melhorar a rede de transportes no Rio Grande do Sul se torna um imperativo para o progresso, e esta ideia será compartilhada com seu filho Francisco Rodolfo, que a defenderá em seus próprios projetos, como no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres.

Francisco José mencionou Ijuí, onde o transporte se fazia “por meio de uma pinguela das mais primitivas”, isolando a população, dificultando o estabelecimento de novos imigrantes e prejudicando, assim, o desenvolvimento da colônia (SIMCH, 1896, p.82). Portanto, toda a sua argumentação demonstra a ciência da importância da circulação do transporte, fator este propulsor da economia e retomado pelo filho Francisco Rodolfo.

Por fim, Francisco José Simch retoma, neste relatório de 1896, a dificuldade orçamentária apontada no relatório de 1895, em especial o problema da diminuição dos auxílios que até então eram recebidos pelos imigrantes para seu estabelecimento, em um contexto de crise financeira já instalada no Rio Grande do Sul, logo após a Revolução Federalista. Recebendo menos recursos, a colonização tornava-se menos vantajosa para os imigrantes, surgindo, inclusive, uma tendência dos recém-chegados de buscar ocupação fora dos núcleos coloniais. Com isso, comprometia-se o desenvolvimento econômico que poderia ser proporcionado pela colonização no estado:

Como V.Ex. sabe, devido á crise financeira por que passou este Estado no período revolucionario, foi o Governo levado, quando tomou a si o serviço de colonisação, a suspender os favores concedidos aos immigrantes recém chegados.

A supressão de taes favores, e principalmente os auxilios até então concedidos em virtude da circular do ministerio da agricultura de 31 de outubro de 1889 tem tornado muito difficil o estabelecimento da maior parte

²¹² Francisco José Simch reforçou a necessidade de se construir pontes nos arroios Jaguari, Subtil e da Ponte, para melhorar o trânsito nos núcleos Jaguari, São Feliciano e Ijuí.

dos imigrantes que, privados dos meios de subsistência e de tecto provisório para se abrigarem nas mattas virgens das nossas colônias, muitas vezes desanimam, abandonando os lotes em procura de outro meio de vida. É sobejamente reconhecido que os imigrantes chegados a este Estado, onde vêm procurar nova pátria e constituir-se n'ella um dos factores mais importantes do seu progresso e adiantamento, são quasi que exclusivamente proletarios, não trazendo recursos de ordem alguma e por consequencia compellidos a lutar com difficuldades insuperaveis, até que se obtenham a primeira colheita de suas plantações (SIMCH, 1896, p.83)

Diante disso, os imigrantes, fonte de progresso para a agricultura do Rio Grande do Sul, começavam a se recusar a seguir para os núcleos coloniais. No período do relatório de 1896, 972 imigrantes não quiseram se estabelecer nestes núcleos. Como resultado, na década de 1930, tem-se a presença consolidada dos imigrantes trabalhando como operários nas indústrias das grandes cidades, como constata o filho Francisco Rodolfo:

Os allemães – que se encontram, com os italianos, formando extensos nucleos de população rural no Estados do Sul, formam igualmente nos centros populosos dahi um dos grandes contingentes do operariado das fabricas e manufacturas existentes (SIMCH, 1931, p.443)

Por esse motivo, e pretendendo reduzir o deslocamento dos imigrantes para as cidades, Francisco José Simch solicitava a intercessão do Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, João José Pereira Parobé, para que fossem “restabelecidos os auxilios para construcção de casa provisórias, ferramentas e sementes”, como adiantamentos escriturados que seriam restituídos ao Rio Grande do Sul, assim como o valor das terras, trazendo a vantagem do rápido povoamento e valorização, com o reforço do fluxo migratório (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.84).

Em conclusão, apesar das reiteradas solicitações orçamentárias realizadas no relatório anterior, de 1895, baseadas na argumentação sobre a desvantagem dos auxílios recebidos pelos imigrantes no Rio Grande do Sul, com relação a outros estados, não aconteceu nenhum resultado concreto para o ano de 1896. As modificações no processo de imigração no estado já se manifestavam pela recusa de muitos imigrantes em se estabelecer nos núcleos coloniais gaúchos. O orçamento havia diminuído, porém os encargos do estado haviam aumentado.

Em 1898, Francisco José ficou encarregado da verificação de posses da colônia alemã de Santa Cruz do Sul, e redigiu, para o relatório geral da SOP, como nos anos anteriores, o subitem relativo à 2ª Seção de Terras e Colonização. Desta

vez, o relatório havia sido apresentado conjuntamente pelo próprio Secretário de Obras Públicas, João José Pereira Parobé e pelo “chefe de secção da Directoria de Obras Publicas Francisco José Simch, actualmente chefe da comissão verificadora de posses”, em Santa Cruz (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.9). É importante lembrar que Francisco José estava encarregado de verificar as posses na terra natal do filho Francisco Rodolfo. Foi em Villa Theresa, atual município de Vera Cruz, na região de Santa Cruz do Sul, que a própria família tinha se originado e onde permanecia, ainda, a família da mãe de Francisco Rodolfo, a família Wild. Sobre o tema da posse de terras, faz-se o seguinte esclarecimento:

A história da ocupação das terras seguiu um padrão que vinha do passado e se repetiria ao longo da história do Brasil. Havia uma total indefinição dos limites das propriedades e muitas terras inexploradas. Os títulos de propriedade, quando existentes, podiam ser contestados porque, entre outras coisas, uns se sobrepunham aos outros. Em um quadro desse tipo, prevaleceu a lei do mais forte. O mais forte era quem reunia condições para manter-se na terra pela força, desalojar posseiros destituídos de recursos, contratar bons advogados, influenciar juizes e legalizar assim a posse de terras (FAUSTO, 2018, p.101).

Nesse contexto, Francisco José desempenhava uma atividade conexas à administração das terras e colonização, em que compartilhava com Parobé um “pensamento consagrado na organização de 21 de Março de 1890²¹³: - aproveitar eficazmente as terras do Estado e a bem da prosperidade agrícola”:

Nos relatorios anteriores e nas minhas informações insisti sempre pela verificação das posses já julgadas, cujos posseiros exerciam domínio sobre área superior à mencionada nos respectivos títulos; e bem assim pela discriminação das terras públicas, das quaes grande area se achava indevidamente em mãos de particulares.

Previa eu então e afirmava que as terras reivindicadas compensariam largamente a despesa que se fizesse e isso vae succedendo (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.9)

A compensação da despesa através da reivindicação das posses pelo estado e da regularização das posses de particulares demonstrava-se pelos cálculos, como

²¹³ Esta data refere-se aos princípios que nortearam a criação da Secretaria de Agricultura e Obras, no final do século XIX, como explica o site da atual Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul: “Em 21 de março de 1890 foram criadas as Secretarias de Agricultura e Obras, do Interior e da Fazenda. Na época, a Secretaria de Obras foi incorporada pelos funcionários da “Diretoria de Agricultura e Obras”, tendo serviços distribuídos pelos setores de forma independentes, porém reportados diretamente ao titular da pasta” (RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Obras Públicas. *História*, 2023. Disponível em: <https://obras.rs.gov.br/historia>. Acessado em 21/05/2023).

se via no caso de Santa Cruz, onde a comissão havia iniciado seus trabalhos nas seguintes condições:

[...] cerca de 193.153.274 metros quadrados, que, cedidos aos actuaes ocupantes, mesmo por preço muito inferior ao seu valor, produzirão quantia superior a 200 contos de reis contra a despeza de 28:048\$694, que é realizada pela comissão desde o inicio de seus trabalhos até 30 de junho ultimo (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.9).

Estes cálculos confirmavam que o investimento com a verificação da posse das terras valia a pena, mesmo se o estado recebesse dos particulares um valor inferior ao valor real das terras, porque os lotes passariam a produzir riqueza, movimentando a economia gaúcha e retornando o investimento ao estado. Já as terras exploradas pelos intrusos, irregulares, destruíam as riquezas naturais do estado e não desenvolviam a indústria e o comércio, como se verá, a seguir. Com efeito, segundo Parobé, este movimento da administração das terras públicas ia, justamente, contra os interesses de “especuladores que chegam a formar sindicatos para a compra de posses manifestamente fraudulentas”, e não beneficiavam aos colonos, que compravam os lotes “por preço exorbitante” (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.9).

O relatório conjunto, assinado por Parobé, reforçou argumentos dos relatórios anteriores de Francisco José, a respeito dos efeitos sobre o orçamento da consignação dos serviços de colonização da União para o Rio Grande do Sul, indicando que o problema da falta de verbas persistia, com esta descentralização. Parobé e Francisco José Simch estavam, assim, de acordo, em relação ao orçamento. O relatório afirma, ainda, que as entradas de imigrantes no estado haviam diminuído²¹⁴. Um dos motivos seria a rescisão dos contratos para a introdução de imigrantes, que antes eram firmados com a União (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.10). Com isso, novos contratos deveriam ser firmados, com o estado. A verba para as despesas da secretaria, para o ano de 1897, havia sido de 948:548\$000. Além desta quantia, havia autorizações previstas pelo art. 3º da lei, que haviam sido parcialmente utilizadas (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.14).

Apesar disso, Parobé acreditava que a imigração no Rio Grande do Sul ainda voltaria a crescer, especialmente dos imigrantes espontâneos, porque as colônias

²¹⁴ As entradas de imigrantes no Rio Grande do Sul passaram de 1451 imigrantes em 1897 para 646, no primeiro semestre de 1898.

estavam em pleno desenvolvimento, oferecendo oportunidades que não demandavam uma despesa extremamente importante para o estado. Destacou a prosperidade e o clima que permitiam ao “colono que veio pobre, tornar-se proprietário, realizar economias, constituir peculio, formar capitaes, chegar mesmo á fortuna e á abastança”, como no caso dos imigrantes alemães e italianos:

Nas colonias allemãs, as de mais antiga fundação, são em grande numero os moradores cuja fortuna se calcula por dezenas e até por centenas de contos de reis.

Nas colonias italianas, que são as mais modernas, já também ha regular numero de individuos possuidores de pequena fortuna (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.10)

Em 1897, a cobrança da dívida colonial, composta da dívida territorial e da dívida de auxílios, totalizou 429:783:189. Assim, no primeiro semestre de 1898, haviam sido restituídos 127:672\$459. Isto porque algumas colônias já tinham extinguido suas dívidas totalmente ou as tinham restritas aos colonos que haviam chegado mais recentemente (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, p.13). De forma geral, os colonos procuravam cumprir seus contratos, no processo de estabelecimento nos núcleos coloniais.

Nesse sentido, aliás, Parobé lembrou o papel da SOP para acompanhar este processo de estabelecimento dos imigrantes e desenvolvimento das colônias, documentando tudo isso com “plantas, quadros estatísticos da população, produção etc.” (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL,, 1898, p.10). Porém, as realizações do governo, em especial com relação às terras, apresentavam seguidamente falhas na forma como a informação era conservada, o que demandava a repetição das mesmas diligências e dificultava conhecer a realidade da população, para traçar estratégias de desenvolvimento para as colônias. Ao se conhecer a população de imigrantes que se consolidava no estado, e a forma como a posse das terras estava distribuída, seria possível, por exemplo, caracterizar a demografia local.

Sobre a viação, Parobé observou que “desenvolver o systema de viação e navegação interna é preceito da Constituição do Estado que se tem preocupado observar fielmente” (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.10). Isto já vinha sendo constatado nos relatórios precedentes, em que o orçamento privilegiava a conservação de estradas e a construção de caminhos vicinais. Neste período em que Francisco José trabalhava para o governo, era nítida a preocupação com o desenvolvimento dos transportes, particularmente da navegação, então o filho

Francisco Rodolfo certamente mantinha-se bem informado pelo pai deste posicionamento estratégico do governo gaúcho, mesmo estando em Ouro Preto.

Com relação à navegação, Parobé anunciou o estudo de obras nos rios Jaguari, Jacuí, Taquari, dos Sinos e Guaíba, por comissões técnicas criadas no ano anterior (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.11-12). Estes pareceres e estudos faziam circular ideias de desenvolvimento econômico, no serviço público, que faziam parte do debate da época e dialogavam com as concepções que Francisco Rodolfo vinculava ao espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, e isto incluía a introdução de novas técnicas nas obras públicas. Um exemplo disso foram as obras da barragem do Caí e do canal entre Porto Alegre e Torres, em que o Engenheiro José da Costa Gama, que havia estudado na Escola de Pontes e Estradas de Paris²¹⁵, trazia a técnica francesa para o Rio Grande do Sul. Assim, em 8 de junho de 1897, “a Companhia Melhoramentos do Cahy apresentou pedido para serem provisoriamente recebidas as barragens e obras construídas no rio Cahy”, para o qual seria necessário um despacho. Por esse motivo, Parobé informava ter enviado seu parecer e a informação do Diretor de Viação e do engenheiro Candido José de Godoy, que haviam examinado as obras (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.12). A barragem Rio Branco, construída por Costa Gama, seria uma inovação técnica para o Brasil e para a América do Sul, por utilizar sistema diferente do sistema Poirée, da América do Norte²¹⁶, e contava com a mão-de-obra de imigrantes franceses, provavelmente porque estes tinham familiaridade com a técnica. Segundo Attali (2017), a França teria um papel importante e peculiar para a história marítima, em razão da sua tradição nesta área, com participação nas obras fluviais e portuárias na América Latina, e em suas conexões ferroviárias, como se percebe, por exemplo, na construção do Porto de Rio Grande, no Brasil, com a vinda de imigrantes franceses para trabalhar nestas obras, e no crescimento da participação francesa nos investimentos em concessões públicas na Argentina, na virada do século XIX para o século XX, passando a representar 20% dos capitais estrangeiros daquele país, em 1913 (CHALIER; ROHOU, 2020, p.95), com destaque para a área de Puerto Belgrano (CHALIER;

²¹⁵ A formação de Costa Gama na Escola Nacional de Pontes e Estradas de Paris era na área de engenharia civil. Segundo Macedo e Sapunarú (2016, p.42-43), “a primeira escola para o ensino formal de engenharia e a que se organizou com características que mais se assemelham às atuais foi a École Nationale des Ponts et Chaussées (ENPC), fundada em 1747 na França. Essa escola formava basicamente construtores”.

²¹⁶ Relatório de J. L. de Faria Santos, Director, p.243 do Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, pelo Secretário de Estado Cândido José de Godoy, em 10 de setembro de 1910.

ROHOU, 2020, p.99) e o Porto de Arroyo Pareja (CHALIER; ROHOU, 2020, p.103). Os empreendimentos de Costa Gama tinham relação com Francisco Rodolfo, porque abrangiam a navegação fluvial, inclusive no espaço Mina de Gravataí – Torres, e também porque fazia parte de sua equipe o francês Victor Marc²¹⁷, cujo filho será, mais tarde, um dos seus genros²¹⁸. Como chefe de obras de José da Costa Gama, engenheiro formado na França e responsável pela construção de canais entre as lagoas do litoral norte gaúcho, Victor dirigiu a obra da Barragem Rio Branco, a construção e a abertura de estradas (KLEIN, 2012; O REPUBLICANO, 1911), e a família de sua esposa, também francesa, fez parte do cotidiano desta barragem²¹⁹. A presença destas famílias de imigrantes franceses nestas obras ocorria, provavelmente, em função de sua afinidade na operação de técnicas de engenharia aprendidas e trazidas de Paris por Costa Gama, que elogiava o trabalho destes imigrantes publicamente, na imprensa²²⁰. Assim como Francisco José Simch, Victor instalou-se em país estrangeiro, fundou família com uma pessoa com cultura e língua

²¹⁷ Victor Marc nasceu em Pau, na região do Béarn, na França, e emigrou para o Brasil para trabalhar na construção de ferrovias, a exemplo de muitos imigrantes das comunidades das montanhas dos Pirineus Atlânticos, que habitavam ao longo de uma fronteira de quase 100km com a Espanha, e se instalaram na América do Sul, especialmente no sul do Brasil, Argentina e Uruguai. As localidades da região tiveram suas populações reduzidas de 30 a 45%, desde 1876 (DALLA-ROSA, 1970).

²¹⁸ Oscar, um dos filhos mais novos de Victor Marc, casou-se com Clélia, filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch, unindo, na década de 1930, duas famílias com áreas de trabalho e posicionamento político republicano em comum, como se depreende do seu envolvimento com a Biblioteca Pública de Porto Alegre, em que Francisco José Simch foi testemunha da aquisição do prédio, conforme Escritura Pública de venda de imóvel da União Telefônica à Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Porto Alegre, Livro nº 123, folha 56, de 3 de julho de 1911 (IPHAÉ – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. *Bem tombado*: Biblioteca Pública, Proc. 01125-25.00/SCDT-82, 1982, fl.25. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15904>. Acessado em 12/05/2023), enquanto Victor Marc, segundo a tradição familiar, prestou serviços como artesão em mármore para este edifício, sob supervisão do arquiteto francês Alphonse Hébert. De sua terra natal, Victor trouxe a técnica do trabalho em mármore. Depois de trabalhar nas ferrovias e na navegação fluvial, ele fundou, com Carlo Franzoni, a oficina de mármore Franzoni & Marc, na rua Voluntários da Pátria, em Porto Alegre (PMPA, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Licença para construção de trapiche*, 1893. Disponível em: https://atom.procempa.com.br/index.php/001-000105-93-0-00893-projeto-aprovacao;isad?page=3&sf_culture=pt. Acessado em 12/05/2023; *Licença para a construção de um galpão para oficina de mármore*, 1893. Disponível em: <https://atom.procempa.com.br/index.php/001-000040-93-0-00893-projeto-aprovacao;isad?page=3>. Acessado em 12/05/2023). Em documentos oficiais, ele se apresentava como “marmoreiro”, ofício em que, segundo seus descendentes, ele teria perdido um olho devido a um ferimento com uma lasca de mármore e, por este motivo, usaria um olho de vidro.

²¹⁹ A família envolvia-se com a barragem, pois, sua esposa Maria Sagebin Marc ofereceu jantar, em sua residência, na ocasião da inauguração do busto de Visconde do Rio Branco, na Barragem do Rio Caí, depois que o marido e os filhos Cipriano, Waldemar e Ataliba assinaram a ata de inauguração do busto, juntamente com outras personalidades (A FEDERAÇÃO, 1909, p.2), e seus irmãos, Gustavo Sagebin, nascido na França, e Ernesto, nascido em Rio Pardo, passaram a trabalhar, respectivamente, como controlador e conferente da Barragem do Caí. A família Sagebin era originária de Reims, na França.

²²⁰ A FEDERAÇÃO. *Secção livre*. Aos meus amigos. Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1906, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/17474>. Acessado em: 10/06/2020, p.43.

em comum, trabalhou com os filhos, como forma de fortalecer e integrar a família no país que o acolheu, e alinhou-se com o PRR. Este era um período em que estas duas famílias estavam envolvidas com a política sul-rio-grandense, acreditando em um propósito em comum de desenvolver o estado culturalmente e economicamente²²¹. Nesse sentido, Parobé ressaltava: “Si já avançamos bastante na senda de melhoramentos aberta pelo Governo Republicano, comtudo muito temos ainda a fazer pelo progresso material do Rio Grande do Sul” (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1896, p.14). O início do Governo Republicano, no Rio Grande do Sul, era visto como um marco para o progresso do estado, que ocorreria com o desenvolvimento da indústria e dos transportes para o escoamento eficiente da produção. Tudo isso garantiria a autossuficiência econômica que tornaria o Rio Grande do Sul competitivo não somente em relação aos outros estados brasileiros, mas também a outras nações.

Como chefe da comissão de verificação de posses em Santa Cruz, Francisco José Simch redigiu, em 28 de junho de 1898, um relatório sobre o trabalho de campo que havia sido iniciado no ano anterior e que prosseguia naquele ano. A área de atuação era a divisa oeste e noroeste de Santa Cruz com Rio Pardo, e se fazia alusão a muitas dificuldades na tarefa da verificação das medições:

[...] a todo passo surgem obstáculos imprevistos e de forma tal que são precisos toda calma e reflexão para removel-os e fazer triumphar a verdade á bem dos altos e nobres interesses que esta comissão advoga (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.96).

Francisco José Simch explicava que a superfície a ser medida não tinha forma geométrica regular que permitisse um cálculo aproximativo que considerasse o contorno dos terrenos, cujo limite era marcado por “divisas naturaes, como sejam caminhos, cursos d’agua e dorsos de serras” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.96). Com isso, era necessário reconhecer todo o contorno de cada lote, o que era difícil, em razão do terreno acidentado e da ausência de vestígios das marcações

²²¹ Esta união indica que, para Francisco Rodolfo, o engajamento político em comum era mais importante do que a origem étnica e a riqueza da família do genro, cujos pais chegaram pobres ao Brasil, mas conseguiram se estabelecer em Porto Alegre, apesar dos modestos recursos. Assim como Francisco José, que chegou ao Brasil com formação técnica aprendida na Boêmia, Victor trouxe da França a técnica de escultura em mármore e valorizava a educação, a cultura e o pensamento castilhistas. O estudo do inventário de Oscar, genro de Francisco Rodolfo, indica um patrimônio compatível com a própria atividade de comerciante e proporcional às heranças recebidas de Victor Marc e Francisco Rodolfo Simch (Porto Alegre, 3º Cartório do Cível e Comércio. APERS, N17186, M75, E36, 1964). Portanto as heranças decorrentes do trabalho de Victor e Francisco Rodolfo na administração pública sul-riograndense não lhes proporcionou enriquecimento desproporcional.

realizadas na época da divisão dos terrenos. Além disso, os próprios interessados pouco informavam sobre isso, resultando em uma realidade muito diferente daquela descrita na documentação de que dispunha na Seção de Terras e Colonização:

É um verdadeiro chaos o estado das terras e causa suspreza a confrontação dos dados contantes dos autos e plantas, com a realidade que se encontra no terreno; quanta inverdade, fantasia e audácia por parte dos que fizeram taes serviços, adulterando a verdade e ilaqueando a bôa fé d'aquelles, que por fatalidade lhes eram entregues (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.97)

Portanto Francisco José Simch colocou-se do lado dos colonos, que teriam tido a boa-fé de confiar a medição de suas terras a pessoas que não teriam agido de forma honesta, prejudicando-os. Nesse sentido, completou, ainda:

Como disse nas informações de Janeiro, medições há, que consistem unicamente em minuciosos autos e plantas, mas que na realidade não foram executados e sim feitos em gabinete, não podendo-se portanto encontrar os vestígios e marcos nos lugares devidos (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.97)

Logo, quando Francisco José percorreu as terras de Santa Cruz, não encontrou vestígios de medições anteriores porque simplesmente estas não haviam sido realizadas. Toda a documentação relativa aos lotes havia sido produzida em gabinete, longe dos terrenos. Como esta documentação preenchia os requisitos formais e não se fazia objeção a ela, as sentenças eram confirmadas pelo governo e eram emitidos os títulos de propriedade.

O relatório apontou ainda dois ofícios do “ex-encarregado desta ex-colônia e ex-juiz commissario d’este municipio”, datados de 2 de novembro de 1891 e 16 de setembro de 1893, em que era comunicado ao governo um esquema de compra de terras a baixo preço, para revenda com alto lucro, em que muitas terras tinham origem em transações fraudulentas realizadas em desfavor dos incautos, que “apenas figuravam com os seus nomes nos autos das medições” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.96). Francisco José Simch denunciou, assim, muitos erros entre 1880 e 1890 na legitimação de posses na região de Santa Cruz, que feriam a legislação e, inclusive, o desvio de conduta do papel do Juiz comissário e de outros funcionários do governo que agiriam como mercadores:

Quanto a esse ponto direi que, realmente no decennio de 1880 á 1890 legitimou-se muitas posses nos municipios de Santa Cruz e limítrofes,

cometendo-se os maiores erros em taes trabalhos, abuzando-se ou desrespeitando-se as Leis que regem o assumpto, e sómente para saciar a combinação com aquelles a quem o Governo havia confiado o cargo de represental-o, na qualidade de Juiz commissario, e que este em vez de interpretar, cumprir e fazer cumprir a lei, convertia-se em mercador, combinado com os mais funcconarios, negociando terras nacionaes da maneira mais escandalozza (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.97)

Assim, Francisco José denunciou uma atitude “escandalosa” nas ações que representavam o governo, descaracterizando sua função reguladora da lei e da ordem. Este descontentamento com a administração pública da colonização no Rio Grande do Sul foi retomado pelo filho Francisco Rodolfo, décadas depois, ressaltando que isto provocou a formação de uma corrente migratória das antigas colônias gaúchas para o Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso, e, na América do Sul, para o Paraguai e a Argentina:

Qual a causa disso? A má gestão dos negocios municipaes por parte dos *coronelões* da politicalha ou dos noveis engenheiros, medicos e advogados que querem fazer sua média na carreira política, a inqualificável aggravação por parte do Estado e das communas, de toda a classe de tributação, a localisação de suas colônias em logares sem viação, a difficuldade de conseguir terras – lotes coloniaes – nas Commissões respectivas em virtude dos *barbicachos* que o desconhecimento da materia por parte das Administrações superiores introduziu nesse assumpto, a opressão exercida em materia eleitoral em períodos curtos – tudo isso leva os excessos das populações de nossas *colônias velhas* – o que de melhor e mais efficiente temos em agricultura – a buscar outros Estados do Brasil quando não se desintegrarem da pátria para reforçar a economia do Paraguay e da Argentina (SIMCH, 1931, p.307-308, grifo do autor).

A questão dos transportes, portanto, era um problema antigo, e as irregularidades eram, realmente, frequentes: havia terras legitimadas em 1875 com expedição dos respectivos títulos de posses, que haviam sido legitimadas novamente em 1887, desta vez em nome de outras pessoas que não eram os titulares das primeiras legitimações, fazendo-se uma demarcação que favorecia os especuladores, cuja “força pecuniária” prevalecia (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.98). Além disso, o relatório apontou outra dificuldade na tarefa de verificação das posses: a falta de controle dos autos de medição, que deveriam ser guardados somente pelos juízes comissários, escrivães e agrimensores, mas acabavam nas mãos de particulares, não mais retornando aos arquivos dos juízes comissários, deixando as terras sem documentação (In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.98).

Tratava-se, para Francisco José Simch, de medições defeituosas, feitas entre 1870 e 1880 nas terras que, então, pertenciam a Passo Fundo e que, em 1898,

pertenciam a Soledade, Rio Pardo e Santa Cruz. Além disso, o relatório denunciou que as pessoas pagavam ao juiz comissário, com muito sacrifício, para que fossem cumpridas as formalidades inerentes ao processo de medição das posses, e que, no entanto, não havia nenhum traço nos autos nem nos arquivos que indicasse a realização das medições requeridas e, em consequência, o governo não expedia nenhum título aos pretensos proprietários dos lotes, que ainda aguardavam este documento (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.98).

Francisco José Simch assumiu, com isso, o papel de denunciar as injustiças cometidas contra os colonos de Santa Cruz, pessoas, segundo ele, trabalhadoras, porém, em sua maioria, despreparadas para negociar com o governo:

Os posseiros verdadeiros em maior parte leigos e analfabetos, porém homens de bem e de bôa fé, eram acariciados e convencidos que deviam vender as posses, visto que a colonisação extendia-se cada vez mais para a região serrana, o que por certo lhes incomodaria nos labores de suas vidas, porque quasi todos se dedicam ao fabrico de erva-mate e alguma criação, o que sendo visto e ouvido por eles, a isto annuíram, diante a linguagem convincente com que se lhes fallava, e principalmente devido ao respeito que os mesmos tributavam a estes personagens, que se intitulavam representantes do Governo e chefes políticos das localidades e da epocha, conseguindo-se assim a compra e venda mediante 200\$000 mais ou menos, de muitas posses, legitimando-se em nome do vendedor áreas muito superiores a que a lei permite, e ficando em alguns casos ao posseiro garantido a área de 50 ou 100 hectares, como premio do negocio effectuado, e em outros casos ficaram tolerados nas terras como arrendatarios, mediante o pagamento de uma annuidade (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.98)

Agora, atuando como membro do governo, Francisco José representava os interesses do estado na verificação de posses, em Santa Cruz, mas não deixava de apontar a corrupção de funcionários que manchavam a imagem do estado e possibilitavam a ação de especuladores inescrupulosos:

Tudo isto, passar-se por cima de todas as Leis, Regulamentos, Avisos e Instituições, desprestigiando o Governo, estabelecendo uma verdadeira anarchia, negociando o que não era seu, illequeando a bôa fé de muitos, só podia ter bom êxito, porque os interessados o faziam com muita astucia e ardileza e contando com os poderosos auxílios dos agentes que tinham em toda parte, e, sem medo de errar o digo: até na Capital do Estado; se assim não fosse, como explicar o facto de que certos e zelosos funcionarios passaram por alto nas informações que ministravam sobre taes legitimações, desprezando completamente o que a legislação preceitúa, despachando autos com rapidez, ao passo que outros ficavam retidos até por annos, embora legaes! (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.98-99)

Francisco José Simch denunciou, desse modo, a corrupção dentro do próprio governo em que atuava, mostrando que a ilegalidade das ações de seus funcionários possibilitava aos especuladores enganarem os colonos de Santa Cruz, e esta forma de agir desonesta prejudicava a imagem do governo do Rio Grande do Sul (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.99). Não se faziam objeções porque se sabia que a área das propriedades legitimadas era maior do que permitia a legislação da época:

Por que motivo nunca se fez objeções sobre as areas das posses? Pois o § 1 do Art. 5 da Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850²²² e o final do Art.44 do Regulamento de 30 de janeiro de 1854²²³ são muito positivos e dizem; que em nenhum caso a extensão total da posse exceda uma sesmaria para cultura ou criação, igual ás ultimas concedidas na mesma comarca ou na mais proxima.

Quem ignorará que o typo das sesmarias para criação, concedidas n'este Estado, é de trez léguas quadradas, e as de cultura de um quarto de légua quadrada ou de 10:890.000 metros quadrados.

Poucas são as posses legitimadas aquem d'esta area, excedendo o maior numero d'ellas, attingindo a 40 e tantos milhões de metros quadrados (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.99)

²²² Trata-se da chamada “Lei de Terras”, cujo referido § 1 do Art. 5 afirma o seguinte: “Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes: § 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, comprehenderá, além do terreno aproveitado ou do necessario para pastagem dos animaes que tiver o posseiro, outrotanto mais de terreno devoluto que houver contiguo, comtanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual ás ultimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha” (BRASIL, 1850. *Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850* [Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na forma que se declara]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.. Acessado em 10/04/2020).

²²³ O mencionado regulamento é o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que manda executar a Lei de Terras e determina: “Art. 44. Se a medição requerida for de posses não situadas dentro de sesmarias, ou outras concessões, porêm em terrenos, que se achassem devolutos, e tiverem sido adquiridas por occupação primaria, ou havidas sem titulo legitimo do primeiro occupante, devem ser legitimadas, estando cultivadas, ou com principio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, o Juiz Commissario fará estimar por arbitros os limites da posse, ou seja em terras de cultura, ou em campos de criação; e verificados esses limites, e calculada pelo Agrimensor a área nelles contida, fará medir para o posseiro o terreno, que tiver sido cultivado, ou estiver occupado por animaes, sendo terras de criação, e outro tanto mais de terreno devoluto, que houver contiguo; com tanto que não prejudique a terceiro, e que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a huma sesmaria para cultura, ou criação igual ás ultimas concedidas na mesma Comarca, ou na mais visinha” (BRASIL. *Decreto nº 1.318, de 3º de janeiro de 1854* [Manda executar a Lei N.º 601 de 18 de Setembro de 1850]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html#:~:text=dobro%20nas%20reincidencias.-,Art.,Art..> Acessado em 10/04/2020). Francisco José Simch aponta que, na prática, o regulamento que executava a Lei de Terras não era cumprido, e, com isso, denunciava, dentro do próprio governo, a corrupção que era praticada.

Francisco José faz alusão à Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como a “Lei de Terras”²²⁴, que determinava que as terras públicas seriam doravante vendidas, e não mais doadas, como eram as sesmarias, normatizava a legalização da posse de terras e buscava forçar o registro das propriedades, para “evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes” (FAUSTO, 2018, p.107). Isto porque o preço de venda das terras era alto o bastante para impedir a compra por imigrantes pobres e, além disso, os estrangeiros que chegassem ao Brasil com passagens financiadas não poderiam comprar terras antes de um prazo de 3 anos a contar da chegada ao país (FAUSTO, 2018, p.107-108). Ele apontava, assim, que esta lei fortalecia o latifúndio em detrimento das pequenas propriedades, o que era uma corrente oposta àquela defendida por setores tradicionais e pelos intelectuais “que se identificavam com o pensamento ilustrado”, os quais “defendiam uma política colonizadora baseada na distribuição de pequenos lotes aos imigrantes, aos quais encaravam não como substitutos dos escravos, mas como agentes civilizados” (COSTA, 2010, p.16). Além da forma irregular como eram adquiridas as terras, Francisco José Simch denunciava que “o irrisório valor de 200 ou 300\$000”, atribuído a muitas propriedades, não era impugnado, apesar de não corresponder nem mesmo a um lote de terras de má qualidade ou distante dos centros de consumo e, ainda, prejudicar o governo (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.100). Também se verificou a existência de falsos documentos comprobatórios de posse de terras, que diferiam dos arquivos da comissão de verificação, constituindo mais um “crime impune” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.100).

O relatório de Francisco José Simch detalhou os procedimentos de verificação e medição de posses em Santa Cruz, que apresentavam diferenças nas áreas das terras, para mais ou para menos, documentadas em plantas e memoriais remetidos à SOP, juntamente com informações suplementares (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.100-101). Mencionou, também, a existência de terras medidas e com sentenças confirmadas, mas para as quais os interessados não haviam retirado os títulos (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.101). O relatório trouxe ainda um caso de uma área legítima subdividida de forma incorreta, formando lotes coloniais

²²⁴ Francisco Rodolfo, o filho, dizia que a Lei de Terras de 1850 e outras leis, algumas úteis e outras ridículas, manifestam a ação do Estado sobre a utilização do território, pois o “Estado é ou deveria ser o guia e o condutor do progresso e do desenvolvimento das coletividades humanas” (SIMCH, 1934, p.296).

que invadiram terras devolutas e outros lotes que já tinham seus proprietários com seus respectivos títulos. Com a verificação das posses, os compradores dos lotes provenientes da subdivisão desordenada do terreno original, que haviam agido com boa fé, compreenderam que não poderiam ter acesso à porção das terras que já tinha proprietário, mas havia necessidade de se regularizar a situação de forma justa (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.101).

Seu texto trouxe ainda o caso das terras vendidas sem legitimação ou revalidação. Em um caso, nas terras conhecidas como *Hasslocher*, as terras foram consideradas devolutas porque, embora fossem, em sua origem, legítimas, as cláusulas de concessão não haviam sido cumpridas, além da ocorrência de irregularidades nas primeiras medições e a subtração dos autos de medição da última escritura de venda, inexistentes nos arquivos de Santa Cruz e de Rio Pardo (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.102).

Chama a atenção o caso da data Helm (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.104), concedida por título de 14 de dezembro de 1850 a Felipe Helm, que chegou ao estado como colono e logo foi empregado em minas de carvão, deixando de receber suas terras quando houve a distribuição aos colonos. Assim, uma Portaria de 25 de outubro de 1898 concedeu-lhe um lote na picada de Santa Cruz, mas Helm preferiu ter suas terras à margem do arroio Taquari Mirim, devendo, para isso, apresentar a medição da data concedida, no prazo de um ano a contar da expedição do título de posse. Diante disso, Francisco José Simch relatou:

[...] e sendo visto seu requerimento, resolvi permittir que o dito Felipe Helm se estabeleça nas terras devolutas que existem em uma das margens do arroio já citado, com a extensão de um quarto de légua quadrada, devendo antes de tomar posse d'ellas, proceder á medição nos termos da Lei e com a citação dos heréos confinantes se os houver [...] (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.104-105).

Em seguida, são descritas as obrigações de Helm para com o uso da terra: habitação, disponibilização de estrada e servidão, quando necessário, usufruto da terra, emprego exclusivo de “braços livres” para o trabalho em suas terras (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.105). Tratava-se de terras que não haviam ainda sido medidas nem demarcadas, compradas em 3 de janeiro de 1881 por Carlos Trein Filho de Frederico Weingartner e sua esposa, por 800\$000 por escritura pública. Estes, os vendedores, diziam possuir, sem comprovação documental, as terras por herança de

Felippe Helm, que havia vivido em Santa Cruz, mudando-se para São Leopoldo, onde havia falecido há cerca de vinte anos (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.105).

Havia também o caso das datas do Paredão²²⁵. Apesar de saber que a reivindicação de terras pelo governo geraria protestos fundamentados, especialmente, na prescrição da concessão das terras, Francisco José reiterava sua posição do estado retomar a posse das terras (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.105). Tratava-se de uma tarefa necessária para o propósito de autossuficiência do governo estadual, mas que se tornava até mesmo perigosa, porque gerava revolta por parte da população que ocupava estas terras, como ele bem exemplifica, com relação às terras à nordeste do município de Santa Cruz, no lugar “Quatro Léguas”:

[...] ha uma confusão tal, que existem posses em parte superpostas, incravadas em outras, legitimações de uma e a mesma em diferentes epochas, transmissões a terceiros, de maneira que o deslinde de tudo é um trabalho não só muito melindroso como até perigoso (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.113)

Com isso, a verificação da posse das terras era uma atividade perigosa, porque perturbava uma organização das terras informalmente estabelecida e até então consentida, trazendo um reordenamento do território e das populações. O governo estadual preocupava-se com o bom manejo das riquezas das florestas, exploradas por intrusos, para reorganizar a posse das terras gaúchas. Para isso, procurava-se documentá-las, com medidas, mapas, relatórios, para regulamentar sua posse e seu

²²⁵ Com a criação de uma estrada ligando Cruz Alta e Rio Pardo, em 1849, atravessando uma extensão grande de mata, o governo ordenou a demarcação de nove datas de terras em cada lado da referida estrada, a partir do colo do Paredão em direção ao norte, com medida de “um quarto de léguas quadrada”, realizada pelo engenheiro civil contratado Frederico A. de Vasconcellos Almeida Pereira Cabral” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.112). O objetivo era a conservação das estradas e o povoamento daquela região deserta. Para a colonização da área, concedeu o usufruto das terras aos colonos em troca do estabelecimento de moradia, do cultivo de terras e da limpeza da vegetação na estrada, de 1850 a 1854, porém somente três concessionários cumpriram o acordo. Nos demais lotes, houve invasões e estabelecimento de intrusos “que se dedicavam ao fabrico de erva mate, devastando essas ricas florestas”, e que não foram desalojados, porque as concessões já haviam expirado. Depois, uma portaria de 19 de abril de 1871 fixou editais oferecendo prazo de seis meses para que os concessionários revalidassem suas concessões, sob pena de comisso se não o fizessem. Sem reação dos concessionários, considerou-se a desistência das terras (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.112-113). Francisco José Simch manifestou-se, em seu relatório, a favor da reivindicação pelo governo das terras concedidas em Santa Cruz e nos municípios limítrofes, com exceção do direito de revalidação das datas habitadas e cultivadas, onde a vegetação da frente, na estrada, estava limpa (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.113). Este episódio demonstra a preocupação de Francisco José Simch com a exploração econômica indevida das matas, posicionando-se favorável à apropriação das terras pelo governo estadual, quando os beneficiários não cumprissem o objetivo de colonização e manutenção da área com que foram contemplados.

uso, buscando o progresso econômico e o melhor aproveitamento dos recursos do estado pelo próprio estado. A riqueza se perdia nas mãos de terceiros, e o estado procurava reconhecer a realidade de seu território para melhor explorá-lo, neste período de maior autonomia estadual. Esta questão da posse das terras é importante para a mineração, em que se debate o direito do estado à exploração do solo e do subsolo e de requisição de terras de particulares para a mineração.

Esta reorganização das posses das terras constitui o panorama da mineração estatal, cerca de uma década depois. Francisco José Simch tem consciência de que a verificação da posse das terras era um pressuposto para a exploração de riquezas naturais pelo estado, tanto que enfatizava a necessidade de se manter os autos originais das medições no arquivo da comissão (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1898, p.113-114).

Havia duas comissões de verificação de posses: a comissão em Santa Cruz, Rio Pardo, Santo Amaro, Soledade e Estrela e a comissão em Cruz Alta, Santo Ângelo, Passo Fundo e Palmeira. Ambos os chefes das comissões apresentavam, em seus relatórios, as irregularidades cometidas na posse das terras, e a ação dos especuladores e falsos posseiros, o que levava a concluir que haveria a reivindicação de grandes áreas pelo governo (PAROBÉ In: RIO GRANDE DO SUL, 1899, p.11-12)

Outro aspecto importante mostrado neste relatório é a participação dos imigrantes germânicos na mineração do carvão no Rio Grande do Sul, como indicou o caso da data Helm, em que o imigrante passou décadas afastado da colônia, trabalhando na mineração e retornando somente depois, para receber o lote a que tinha direito.

Entre 1897 e 1900, Francisco José foi diretor da *Nordwestbahngesellschaft*, utilizando seu conhecimento das terras gaúchas na iniciativa privada, mas em articulação com o governo estadual. Em 26 de julho de 1897, o governo do Rio Grande do Sul publicou o decreto n.104, autorizando a concessão para a Sociedade Dr. Meyer²²⁶ & Cia. para a construção de uma ferrovia no noroeste do estado, onde seria também promovida a imigração privada. Para isso, foram firmados contratos com Horst Hoffmann. No mesmo mês e ano, foi firmado contrato com Henrique Schuler,

²²⁶ O nome da referida sociedade é escrito, na maioria das vezes, como “Meyer”, porém, em algumas publicações como a citação do jornal “A Federação”, logo a seguir, consta como “Mayer”. Buscando-se a uniformidade do texto desta pesquisa, dar-se-á preferência à forma “Meyer”.

[...] para a construcção, uso e gozo, durante 30 annos, de uma estrada de ferro de Tupanciretan a S. Luiz, com ramaes para Itaquy e Nonohay e outro de Nonohay a Caxias, passando por Alfredo Chaves, [...] tendo sido esse privilegio transferido á sociedade dr. Mayer & C., mais tarde denominada Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande [...] (A FEDERAÇÃO, 1903, p.2).

Este decreto havia sido assinado por Júlio de Castilhos, que era o Presidente do Rio Grande do Sul, na época. A concessionária de Henrique Schuler atraiu capital europeu, da sociedade Meyer, e firmou contrato com empresas como a casa Arthur Koppel, de Berlim, Alemanha. Observa-se a participação do “engenheiro Francisco Simch²²⁷” na medição dos terrenos devolutos entre os rios Ijuí e Comandá (A FEDERAÇÃO, 1901, p.2). Segundo Neumann (2009) Francisco José Simch tornou-se acionista da *Westbahngesellschaft* e diretor da empresa em Porto Alegre.

Sendo assim, em 2 de dezembro de 1898, portanto no ano consecutivo à realização do negócio com a Sociedade Dr. Meyer & Cia, Leal foi nomeado para substituir Francisco José Simch na chefia da 2ª Seção de Terras e Colonização, com exercício a partir de 6 do mesmo mês (LEAL In: RIO GRANDE DO SUL, 1899, p.225). O sucessor de Francisco José Simch assumiu também a comissão de verificação de terras em Santa Cruz, e iniciou seu relatório reconhecendo a minúcia do estudo realizado por Francisco José sobre a forma escandalosa como a legitimação de posses naquele município havia sido feita, onde “o escândalo só terminou quando no município de Santa Cruz já não existiam mais terras devolutas” (LEAL In: RIO GRANDE DO SUL, 1899, p.225). No entanto, Leal pareceu discordar da forma de atuação de Francisco José: “Resta-me, porém, tratar d’essa questão debaixo de um ponto de vista que me parece mais decisivo” (LEAL In: RIO GRANDE DO SUL, 1899, p.225).

O ponto de vista de Leal foi realmente mais decisivo do que o de Francisco José, no sentido em que criticou de forma muito menos incisiva os funcionários do governo, que seriam, segundo ele, somente gananciosos, não poupando, porém, os imigrantes germânicos. Diferentemente de Simch, que atribuiu “boa fé” aos colonos, Leal não os supõe enganados. Ao contrário, Leal acredita que os colonos sabiam que as terras eram irregulares. Mais do que isso, os colonos alemães só ousavam comprar

²²⁷ Geralmente, Francisco Rodolfo Simch era denominado “engenheiro”, enquanto seu pai era “agrimensor”. No entanto, também é possível encontrar o pai Francisco José referido como engenheiro, nos jornais da época. Pela atividade relatada, acredita-se que esta referência seja ao pai, Francisco José Simch.

estas posses porque estas antes passavam pelo nome de seus compatriotas Carlos Trein Filho e Eichenberg:

Todos os escandalos cometidos na fraudulenta legitimação das posses são amplamente conhecidos. Era necessário que as terras passassem para o domínio de Carlos Trein Filho e Eichenberg para que ficassem remidas do vício original. Só então o colono adquiria a suficiente confiança para comprá-las.

Si o estado de coisas anterior a 15 de Novembro de 1889 subsistisse ainda, é fora de duvida que Carlos Trein seria hoje o proprietario de uma extensão territorial nada inferior a 50.000 hectares, unicamente n'este municipio. Apesar de possuir elle enormes extensões de terras excelentes, estou convencido de que actualmente não conseguiria vender um unico lote colonial. O encanto cessou. As terras de Carlos Trein não adquirem melhor cotação do que as dos mais desacreditados posseiros do Herval de S. João (LEAL In: RIO GRANDE DO SUL, p.232-233)

Leal destacava, com efeito, o início da República como um marco para a regularização das terras gaúchas, colocando um freio às ações dos posseiros irregulares:

Deu-se então o advento do regimen republicano, que ainda a tempo sustou a consumação das ultimas expoliações praticadas no riquissimo patrimonio publico que aqui existiu. Foram, porém insignificantes os restos do pantagruelico banquete (LEAL In: RIO GRANDE DO SUL, 1899, p.226)

Os casos de legitimação irregular de posses trazidos no relatório de Leal eram ilustrados com o destaque da nacionalidade “alemã” dos colonos, e com a citação repetida do nome de Carlos Trein Filho. Para Leal, os funcionários do governo, apenas dois, inominados, tiveram sua ganância explorada em proveito de algumas pessoas, o que pressupõe um grupo: “a sórdida ganancia de dois juizes commissários, habilmente explorada por uma commandita assás conhecida, tolheu o desenvolvimento do municipio em proveito de alguns indivíduos” (LEAL In: RIO GRANDE DO SUL, 1899, p.232).

Dentro desta perspectiva, um aspecto do ponto de vista “mais decisivo” de Leal seria “neutralizar” o germanismo da região de Santa Cruz ao promover a colonização da região por italianos²²⁸, porque os alemães seriam uma “raça” difícil de integrar no estado:

²²⁸ Com o processo de unificação italiana, que ocorreu até 1871, associado à diminuição do fluxo de imigrantes alemães para o Brasil, fortaleceu-se a imigração italiana no país, como bem explica Azevedo (1969, p.146): “Declinado o ímpeto da imigração alemã, o governo da Província do Rio Grande do Sul tomou a iniciativa de completar o povoamento da parte não explorada do Planalto por meio de imigrantes europeus de outra procedência: a região da Europa a que mais facilmente se poderia

Julgo de uma grande importância social a localização de colonos italianos na última zona referida [Santa Cruz] afim de neutralizar até certo ponto o *germanismo* que domina nesta importante região. Não pareça que eu seja infenso á imigração alemã; faço a devida justiça a essa raça laboriosa, honesta e ordeira, porém o meio acima referido julgo ser o mais eficaz para apressar a sua difícil assimilação (LEAL In: RIO GRANDE DO SUL, 1899, p.233)

Percebe-se, neste relatório, que a argumentação baseada na constituição social do Rio Grande do Sul foi pelo menos tão importante quanto a necessidade de desenvolvimento econômico, para Leal. As questões de nacionalidade e cultura foram trazidas em destaque como um aspecto intimamente ligado à economia, sendo consideradas parte da política do estado.

Surgiu aqui, um aspecto do “perigo alemão”, dos colonos que se unem em proveito próprio, como uma categoria com interesses distintos dos interesses sul-riograndenses. Conhecendo esta concepção contida no relatório de Leal, representando o posicionamento do governo gaúcho, Francisco Rodolfo Simch, nascido no Rio Grande do Sul, mesmo identificando-se como germânico, não participava de grupos típicos da organização social dos imigrantes alemães e seus descendentes, como verificou Gertz (2002). Para Francisco Rodolfo Simch, os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul:

[...] são essencialmente ordeiros, disciplinados e obedientes, com cultura melhor que a dos grupos anteriores [portugueses, espanhóis, italianos], mas por isso mesmo dados á reformas sociaes, organização de grupos, círculos, etc., de onde irradiam idéas bem exquisitas por vezes (SIMCH, 1931, p.443)

Francisco Rodolfo atribuía características de organização do trabalho ou disciplina aos imigrantes, mas não os categorizava como superiores ou inferiores, reprovando este tipo de atitude: “(...) não há muitos anos ainda, no relatório de um secretário de estado se declarava de uma das correntes étnicas estabelecidas no Rio Grande do Sul que ela era moralmente inferior... e pelos domingos, diz o vulgo, se podem tirar os dias santos...” (SIMCH, 1934, p.309, grifo do autor).

Conforme apresentado anteriormente, a família tinha raízes na colônia alemã de Santa Cruz do Sul. Francisco José Simch casou-se com Emma Wild Simch, cuja

recorrer era a Itália recém-unificada politicamente mas em precárias condições econômicas para integrar sua massa populacional”. Quanto à distribuição da população de imigrantes no Rio Grande do Sul, o autor toma por base o primeiro censo nacional, de 1872, que indicava que a maior parte desta população se instalava na Depressão Central do estado, no Litoral e na Campanha, enquanto somente um sexto dos imigrantes habitavam a Encosta da Serra, de modo que o alto da Serra era uma área ainda pouco povoada (AZEVEDO, 1969, p.14-15).

família foi uma das primeiras a se estabelecer na região, tendo comprado prazo colonial de Carlos Trein filho. Seus filhos Francisco Rodolfo e Carlos Alfredo eram nascidos e batizados na colônia de Vila Theresa, assim como os filhos que nasceram depois, em São Gabriel, Eleonora Emma e Waldemar, que foram levados à colônia para que lá ocorresse o batismo, o que mostra a forte ligação da família com aquela região, onde a família Wild é, até hoje, uma família tradicional.

Quanto aos Simch, o irmão de Francisco José, Antônio, estabeleceu família na região, possuindo um terreno de 250.000 metros quadrados. Com a verificação de posses, foram efetuadas medições em suas terras, constatando-se que a área efetiva do seu terreno excedia os 250.000 metros quadrados previstos na escritura. Para legalizar a área total efetiva da sua propriedade, foi-lhe oferecida a preferência de compra da área excedente, para expedição do título de posse corrigido e atualizado (A FEDERAÇÃO, 1906, p.2).

Logo, havia muitos motivos para que Francisco José Simch se afastasse da comissão de verificação de posses em Santa Cruz, não estando claras as circunstâncias desta decisão, nem se esta partiu dele ou do governo, ou de ambos. O que se percebe é que as relações de Francisco José Simch com o governo e com o Secretário de Obras a que estava subordinado, João José Parobé, se mantinham boas.

Com efeito, depois de deixar a SOP, Júlio de Castilhos deu permissão à compra de terras devolutas pela empresa *Westbahngesellschaft* da qual Francisco José Simch era acionista, apoiando sua nova atividade no estado. Para este empreendimento, o filho Francisco Rodolfo veio de Ouro Preto a Porto Alegre, para contribuir com seu conhecimento técnico: “Acha-se nesta capital o nosso amigo Francisco R. Simch, engenheiro geômetra e de minas, recém formado na Escola de Ouro Preto, em cujo curso muito se salientou” (A FEDERAÇÃO, 1899, p.3). Francisco Rodolfo Simch aproveitou a ocasião para realizar uma sondagem de caulim nas imediações do Cristal, apresentando à imprensa gaúcha o valor comercial do minério de 40 marcos por tonelada, na Alemanha (A FEDERAÇÃO, 1900, p.2).

Francisco José noticiava, em nome da *Westbahngesellschaft*, em 1900, que a sociedade dr. Meyer & Cia. Limitada realizaria a discriminação de terras a que teria direito ao longo da linha de trem entre Tupanciretã e São Luiz até Nonoai, com autorização do estado, avisando que se iniciariam os trabalhos entre os rios Ijuí Grande e Santo Cristo:

[...] convida os posseiros com títulos legítimos de suas terras e a todos que se julgarem com direito a posses legítimáveis nos termos da lei vigente , a virem exhibir os seus documentos legais perante o abaixo firmado, afim de poderem ser tomados na devida consideração.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1900.

Francisco José Simch (A FEDERAÇÃO, 1900, p.3)

Francisco José continuava a trabalhar com a interface da posse de terras entre governo e colonos, mas, desta vez, junto à iniciativa privada de imigração. Entretanto, em despacho de 31 de julho de 1903, o Presidente do Rio Grande do Sul encerrou o contrato de concessão da “Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande (Rio Grande Nordwestbahn Gesellschaft M. Casebräukter Haftung)”, em razão da liquidação da sociedade, decidida em assembleia geral de acionistas realizada em Leipzig, Alemanha, em 24 de janeiro daquele ano. A responsabilidade pela administração dos núcleos coloniais de Boa Vista e Cerro Azul permaneceria, porém, com a Confederação de Lavradores Rio-grandenses, também denominada *Rio-grandenser Bauerverein* (A FEDERAÇÃO, 1903, p.2):

Resolvo declarar caduca a concessão feita por decreto n.104, de 26 de julho de 1897, e insubsistentes os contractos de 30 de julho de 1897 e 24 de maio de 1899, outorgando ao peticionário [Horst Hoffmann] a concessão que solicita, mediante contracto em que se hão de estipular as condições geraes de direito, além dos que concernem á fôrma de pagamento e ás obrigações que deverá assumir a sociedade “Confederação de lavradores rio-grandenses” na qualidade de cessionária e administradora dos referidos núcleos Boa Vista e Serro Azul (A FEDERAÇÃO, 1903, p.2).

Tratava-se de uma concessão “para a exploração de uma estrada de ferro de Tupanciretan a S. Luiz e Nonohay, com um ramal para Caxias, e outro de S. Luiz para S. Borja e Itaquy” (A FEDERAÇÃO, 1903, p.2). Com o término da concessão, deveria:

[...] reverter ao domínio do Estado, de accordo com o art.3º do contrato additivo de 24 de maio de 1899, todas as terras que a sociedade adquirira, por compra, ao governo do Estado, em 23 de novembro de 1900 e 15 de fevereiro de 1901, as quaes constituem os nucleos de Boa Vista e Serro Azul, situadas nos municipios de Santo Angelo e S. Luiz Gonzaga, com uma área de 83.176 hectares, 18 ares e 0,4m2 (A FEDERAÇÃO, 1903, p.2).

O despacho referia-se à petição de Horst Hoffmann, liquidante da referida empresa. A petição expunha que havia sido realizada a liquidação da sociedade, como referido anteriormente, por falta de capital, apesar das tentativas empreendidas na Alemanha, na França, na Inglaterra, na Bélgica, na Áustria e nos Estados Unidos. Explicava, ainda, que naquelas terras havia 31 famílias de agricultores brasileiros. A

sociedade já teria realizado as medições, a demarcação da sede e dos lotes coloniais, a construção de estradas e caminhos vicinais e de uma casa para receber os imigrantes. Diante disso, o peticionário requeria comprar, individualmente, a área não cultivada dos referidos núcleos, deduzindo a parte que a sociedade já havia pago, e pagando a diferença em prestações, à medida que fosse realizada a colonização das terras. Para isso, propunha que a administração e a colonização das terras se mantivesse a cargo da Confederação de Lavradores Rio-grandenses (*Rio-grandenser Bauerverein*) (A FEDERAÇÃO, 1903, p.2).

Esta proposta foi aceita pelo governo, como se verifica no despacho acima transcrito. No entanto, Francisco José Simch não recebeu sua parte do investimento como acionista, e processou judicialmente Horst Hoffmann²²⁹, solicitando que fossem vendidos os materiais referentes ao estabelecimento da Colônia, ou que consultassem a empresa, em Berlim, na Alemanha, para que fosse executada a dívida e ele fosse ressarcido da perda financeira causada com a dissolução da sociedade²³⁰. Francisco José havia tido êxito na ação judicial que havia movido contra esta sociedade sediada na Alemanha. Apesar da carta de sentença favorável, não havia ainda recebido sua indenização, cerca de seis anos depois. Em razão disso, foi autor de uma ação para procurar obter, por intermédio de Horst Hoffmann, representante da referida empresa alemã, os valores que lhe eram devidos. A solicitação de penhora dos bens da empresa traz informações interessantes sobre a organização da colonização germânica no noroeste do estado, com a publicação do jornal *Tageblatt* e os bens relacionados à agricultura e à pecuária²³¹. O processo de execução traz, pois, uma

²²⁹ Francisco José Simch pede a citação de Horst Hoffmann sob pena de revelia para pagar dez contos de reis cento e oitenta e quatro mil e cinquenta 10:184.050, em razão da liquidação da sociedade, além do pagamento de custas. Os autos trazem a certidão de citação na própria pessoa de Horst Hoffmann, que tomou ciência do conteúdo e da data da audiência e não quis aceitar a contrafé. (APERS, 1903, p.4-6)

²³⁰ Processo de Execução Judicial nº 3492. Autor: Francisco José Simch, réu: Horst Hoffmann, APERS, 1903.

²³¹ Assim, Francisco José Simch dirige-se ao Juiz Districtal do Commercio de Porto Alegre, em 22 de outubro de 1909. Francisco José Simch moveu ação subsidiária contra a “Rio Grande Nord West Bahn Gesellschaft”, na pessoa do liquidante Horst Hoffmann, que foi intimado da carta de sentença que condenou esta sociedade. Simch pediu a penhora dos bens em posse do liquidante, para pagamento da quantia pedida, dos juros e custos. Solicitou que fosse nomeado um depositário para tomar conta dos bens. Seu advogado era o Dr. Ulysses de Carvalho Armenio Jouvin. O juiz da comarca da 1ª Vara da cidade de Porto Alegre era o Dr. Melchesedech Mathusalem Cardoso. Solicitava-se a penhora de bens da sociedade: material leiloado do escritório e da tipografia do jornal *Tageblatt*, 25000 marcos obtidos com a venda de terras na Villa Rica, dívida dos colonos dos lotes vendidos, conforme balanço remetido a Berlim, 1 barracão para abrigar os imigrantes, 1 carroça com 4 rodas, para transporte de passageiros, 4 arreiaamentos completos para carroça, 13 animais de montaria, cargueiros e puxadores (Juízo Distrital da Sede do Município da Capital. Processo de Execução. Executado: Horst Hoffmann. Exequente: Francisco José Simch. Autuação 422, 116, 1. Porto Alegre, APERS, 12/10/1903).

Carta de sentença comercial extraída dos autos de ação decendiária²³² passada a favor do autor, o coronel Francisco José Simch, e contra o réu, o Dr. Horst Hoffmann, Liquidante da *Nordwestbahn Gesellschaft* (PROCESSO DE EXECUÇÃO JUDICIAL. APERS, 1903, p.3).

Apesar destes empreendimentos na esfera privada, o pai, Francisco José, se mantinha, ao mesmo tempo, vinculado à administração pública. Um exemplo disso ocorre em 1904, quando foi nomeado para substituir o Tenente Coronel Ernesto Jaeger como administrador da cadeia de Porto Alegre, depois da fuga de três presos, o que motivou a demissão de seu antecessor²³³.

Nesta época, a Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia abordava o assunto da construção de um porto em S. Domingo das Torres, como uma obra de interesse da administração pública para a beneficiar a fecunda região nordeste do estado, atendendo, assim, aos seus interesses, além de oferecer a possibilidade de ligação ferroviária inclusive com países vizinhos. Contrapunha-se às objeções inicialmente alegadas, lembrando que não se trataria de obra menos complexa e cara do que a abertura da barra, como havia sido feito em Rio Grande, acreditando-se na possibilidade de concluir o empreendimento no prazo de seis anos e sem despesas excessivas (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1904, p.22)²³⁴. Para tanto,

A Lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, artigo 22, n. 28, mantida pela de n. 1145, de 31 de dezembro de 1903, artigo 24, investiu o Governo Federal da faculdade de contractar com quem mais vantagens oferecer a construção da dita obra, bem como a de uma estrada de ferro que ligue o porto á cidade de Porto Alegre, mediante os onus e vantagens conferidas no decreto n. 1746, de 13 de outubro de 1869, servindo de base ao ajuste as clausulas que baixaram com o decreto n. 597 A, de 19 de julho de 1890, additado pelo de n. 1382, de 19 de fevereiro de 1891, excluídas terminantemente as que se referem á garantia de juros (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1904, p.22)

²³² “A ação de assinação de dez dias, ou ação decendiária, introduzida no velho direito português, pelas Ordenações Manoelinas, e no direito brasileiro, pelo Regulamento 737, de 25 de outubro de 1.850, descende desse procedimento monitório medieval italiano. Nesta ação - de assinação ou decendiária - o réu era citado para, em dez dias, pagar ou apresentar quitação da dívida, ou, então, apresentar embargos que o relevassem da condenação”. (MARQUES, Wilson. A ação monitória. (Artigo 1.102 a. b. e c. do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei nº 9.079, de 14.07.95), Revista da EMERJ, v.1, n.1, 1998, p.85

https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista01/revista01_84.pdf

²³³ Seu antecessor desistiu do cargo, após a fuga de três detentos, um inglês, um espanhol e um turco (O 14 DE JULHO, 1904, p.2). Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/882550/382>.

²³⁴ MENSAGEM do Presidente do Rio Grande do Sul à Assembleia. P.22. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/511>. Acessado em 20/10/2020.

Observa-se que a retomada do projeto de se construir um porto em Torres, com ligação ferroviária com Porto Alegre, era fundamentada em uma lei de 1902, mantida em 1903, e que remetia a um decreto de 1869, com cláusulas revistas em 1890 e completadas em 1891. Todas estas referências demonstram, como visto, que o projeto do Porto de Torres vinha sendo cogitado e reformulado há várias décadas, tendo períodos de discussão mais efervescente para a efetivação do plano, reiteradamente abandonado pelo governo, no entanto. Ao longo destes ciclos de consideração do projeto do Porto de Torres, discussão e abandono, o ano de 1904 desponta como o início de um processo de retomada desta ideia.

Desse modo, no início do século XX, com o retorno definitivo do filho Francisco Rodolfo Simch à capital, pai e filho passaram a trabalhar juntos por décadas, na administração pública, em um ambiente em que a construção de um porto em Torres ligado a Porto Alegre fazia parte dos temas de atualidade. De qualquer modo, as atividades do pai na Seção de Terras e Colonização subsidiaram o trabalho do filho por meio da informação técnica e das observações obtidas em seu trabalho de campo, como os dados altimétricos que lhe permitiram analisar a orografia do Rio Grande do Sul (SIMCH, 1910, p.512). Em seu cotidiano de trabalho, tornaram a exploração estatal do carvão sua principal atividade em conjunto, sempre pensando em articulá-la a um futuro porto no litoral norte.

3 O RETORNO DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH A PORTO ALEGRE: UMA HISTÓRIA DE PAI E FILHO (1901-1927)

“Existe uma expressão gaúcha – “dar nome aos bois” – que exprime nosso desejo de sinceridade e clareza. Eu não lhe peço, minha amiga, que dê nome aos “bois”, mas que venha vê-los no seu campo. Considere-se, pois, convidada a visitar o Rio Grande do Sul, onde serei seu anfitrião e o seu guia”.
(Érico Veríssimo)

O ramo da família fundada por Francisco José no Brasil teve acesso a uma sólida formação acadêmica e seus quatro filhos participaram intensamente da política e da sociedade. Conforme exposto anteriormente, Francisco José deu prova de sua competência técnica ao construir a ponte sobre o rio Vacacaí, em São Gabriel, e conquistou o respeito dos republicanos ao comandar os chimangos da cidade, durante a Revolução Federalista. Estes eventos marcaram sua presença política no estado, tanto que, com o advento da República, foi nomeado como o primeiro Diretor, em nível estadual, de Terras e Colonização, ofício que o levou a um cargo de responsabilidade do governo, abrindo caminhos para os seus filhos. É deste predecessor ambicioso e tenaz que descende Francisco Rodolfo Simch.

Fotografia 22 – Francisco José e Francisco Rodolfo Simch, início do século XX



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Com efeito, depois do nascimento dos filhos, no final do século XIX, a família de imigrantes germânicos Wild-Simch procura fortalecer redes profissionais e sociais através do trabalho, da política e da maçonaria, buscando se aproximar do modo de vida da capital gaúcha e desejando participar da sua elite. Este movimento de integração só se torna possível graças à persistência e aos esforços da família em valorizar e consolidar a educação de todos os homens e mulheres que a compõem, articulando as aprendizagens com a experiência peculiar da terra que desenvolveram. A família, unida, consolida um patrimônio estável e conquista seu espaço na administração pública²³⁵.

Quanto a Francisco Rodolfo, quando ele deixa Porto Alegre, para estudar e trabalhar em Ouro Preto, é um jovem ambicioso e audacioso. Conforme a descrição de Getúlio Vargas²³⁶, ele era um homem alto, de olhos claros, com postura elegante e desenvoltura intelectual. Com relação à sua aparência e costumes, se reconhece

²³⁵ O anseio de Francisco Rodolfo pelo progresso social para si e para seus descendentes permanece presente ao longo de sua trajetória e se estende à preocupação com questões ligadas ao trabalho, ao operário e à terra, refletidas em sua obra “Programa de Economia Social”.

²³⁶ A introdução desta pesquisa traz a descrição que Getúlio Vargas fez do colega Francisco Rodolfo Simch, publicada no jornal do Bloco Castilhistas “O Debate”.

como uma pessoa de ascendência germânica²³⁷. Quando em Ouro Preto, mantinha contato com o estado natal, participando de expedições científicas, até seu retorno definitivo, no início do século XX, para o Rio Grande do Sul²³⁸.

3.1 INSERÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL (1901-1907)

*“We're lost in a cloud
With too much rain
We're trapped in a world
That's troubled with pain
But as long as a man
Has the strength to dream
He can redeem his soul and fly”
(Elvis Presley)*

Ao se estabelecer em Porto Alegre, em seu retorno, Francisco Rodolfo é um homem com cerca de 25 anos, com esposa e filhas, e pouco conhecido profissionalmente. Para os gaúchos ele é, em primeiro lugar, o filho mais velho do “Coronel Francisco José Simch”. No entanto, em Minas Gerais ele já se comportava como um intelectual engajado e esta postura ele pretende manter na capital gaúcha. Francisco Rodolfo instala-se com a esposa e suas filhas na rua dos Andradas, em Porto Alegre. Ele se reinsere no círculo de amigos do seu pai, retoma contatos antigos, cria novos vínculos. Seu pai está bem posicionado na sociedade gaúcha, pois é próximo de Júlio de Castilhos e de outros políticos influentes da capital, incentivando-o e auxiliando com o seu próprio exemplo de trajetória.

²³⁷ Francisco Rodolfo se considera como uma pessoa de ascendência germânica, ao comparar sua aparência com aquela de uma pessoa que entra no trem de Porto Alegre para Santa Maria, com cabelos e olhos claros. Diário de trabalho, década de 1930, Acervo Particular de Clélia Simch Marc.

²³⁸ A transição entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul foi gradual, com idas e vindas entre os dois estados, até o retorno definitivo para Porto Alegre. Em 14 de agosto de 1899, partiu para uma expedição científica no Rio Grande do Sul. (DIÁRIO DE MINAS. *Gazetinha*. Minas Gerais, ed. 195, 1899, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800694/728>. Acessado em 12/03/2020). Depois disso, lembrando que Francisco Rodolfo Simch era Lente de Alemão do Ginásio Mineiro, em Ouro Preto, foi apresentado, em 16 de março de 1899, atestado médico e obteve 60 dias de licença para tratamento de saúde (MINAS GERAES, 1899, p.1). Em 14 de agosto, noticia-se a sua partida para trabalhar em uma expedição científica no Rio Grande do Sul (DIÁRIO DE MINAS, 1899, p.2; A FEDERAÇÃO, 1899, p.2). Em outubro do mesmo ano, noticiava-se o retorno do Rio Grande do Sul de Simch e família para Ouro Preto (DIÁRIO DE MINAS, 1899, p.5). Em 19 de outubro, Francisco Rodolfo Simch foi nomeado para reger interinamente a cadeira de Grego, no Ginásio Mineiro (A FEDERAÇÃO, 1899, p.1). A partir de 1901, Francisco Rodolfo Simch é sistematicamente mencionado no jornal “A Federação” como participando da vida social do estado.

Pode-se supor que o pai tenha influenciado Francisco Rodolfo em sua aproximação com o governo estadual, onde trabalharam lado a lado por muitos anos. Embora, posteriormente, Francisco Rodolfo tenha se tornado mais conhecido que seu pai, ele não foi o primeiro nem o único da família que se envolveu com a política gaúcha. Pode-se acreditar na influência paterna em sua decisão de retornar a Porto Alegre e se reinserir na sociedade por meio dos novos contatos que estabeleceria na primeira turma de bacharéis da Faculdade Livre de Direito, como uma forma de acesso ao governo estadual que lhes permitissem atuar, juntos, na mineração estatal.

Não se deve esquecer as circunstâncias em que este retorno a Porto Alegre aconteceu, posteriormente ao crime em Ouro Preto. Francisco Rodolfo estava presente na cena do crime e foi reconhecido inocente, mas o episódio causou grande comoção na sociedade mineira, e, certamente, perturbou o cotidiano da família que recém havia fundado. Já no jornal “A Federação”, não se encontra notícia deste evento, pouco divulgado no Rio Grande do Sul, para não envolver as famílias dos jovens, filhos de republicanos convictos.

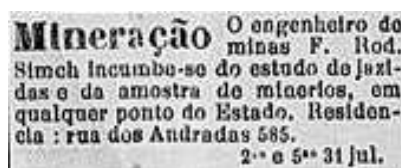
Francisco Rodolfo e sua esposa Alice provavelmente vislumbraram melhores possibilidades para o futuro de seus filhos na sociedade gaúcha, pelo menos naquele momento. Alice já era órfã de pai, quando casou com Francisco Rodolfo, não podendo contar com a proteção paterna, contrariamente ao marido, que teria seu pai para apoiá-los. Contudo, o jovem engenheiro não era o primeiro da família a buscar a inserção social no Rio Grande do Sul e a se comprometer com uma carreira envolvendo a geografia. É possível que Francisco Rodolfo tenha feito de seu pai um modelo a seguir, porque, a partir dele, encontram-se muitos paralelos entre suas trajetórias. Afinal, Francisco Rodolfo torna-se ele também uma pessoa que estabelece conexões culturais entre o Rio grande do Sul e os países germânicos, tornando-se interessante e útil para o governo gaúcho como um articulador de negociações econômicas e um implementador de inovações tecnológicas.

Apesar disso, o retorno de Francisco Rodolfo a Porto Alegre com a família representava uma perda da estabilidade financeira, pois ele havia deixado seu cargo como Lente de Alemão, desvinculando-se do serviço público em Minas Gerais. Depois de pedir exoneração do cargo, retorna à terra natal e procura, através do trabalho, restaurar o padrão de vida que ele tinha em Ouro Preto.

A ideia de explorar os recursos naturais do Rio Grande do Sul permanece na sua atuação, ao longo de toda a sua vida e com maior ou menor destaque, nas suas

atividades. Assim, na virada do século, ao retornar a Porto Alegre com a família recém-formada, Francisco Rodolfo oferece seus serviços de prospecção mineral, como se observa em sucessivos anúncios seus nas edições do jornal republicano “A Federação”: “O engenheiro de minas F. Rod. Simch²³⁹ incumbem-se do estudo de jazidas e da amostra de minérios, em qualquer ponto do Estado. Residência: rua dos Andradas, 585” (A FEDERAÇÃO, 1902, p.2):

Figura 6 – Anúncio dos serviços de mineração de Francisco Rodolfo Simch em jornal



Fonte: A FEDERAÇÃO, 1902, p.2.

Os tempos são difíceis para pai e filho. Em 1903, o pai, Francisco José, ainda não conseguiu o ressarcimento da sua parte como acionista da sociedade *Nordwestbahngesellschaft*, que havia sido liquidada por falência, apesar do deferimento de seu pleito na ação judicial que havia movido contra esta sociedade sediada na Alemanha, com carta de sentença favorável. Em razão disso, foi autor de uma ação subsidiária para procurar obter por intermédio de Horst Hoffmann, representante da referida empresa alemã, os valores que lhe eram devidos. A solicitação de penhora dos bens da empresa traz informações interessantes sobre a organização da colonização germânica no noroeste do estado, com a publicação do jornal *Tageblatt* e os bens relacionados à agricultura e à pecuária²⁴⁰.

Contudo, as relações sociais construídas pela família trazem prosperidade: em 1903, Francisco Rodolfo Simch foi nomeado Diretor do Museu do Estado²⁴¹, que

²³⁹ Como referido na introdução, o prenome “Rodolfo” individualiza o nome composto “Francisco Rodolfo”, em uma linhagem de “Franciscos”: Francisco José Simch, Francisco Rodolfo Simch, Francisco José Simch Júnior. Assim, a abreviatura de Francisco Rodolfo é “F. Rod.”.

²⁴⁰ A carta de sentença solicitava a penhora de bens da sociedade para pagar a soma devida a Francisco José Simch, e que fosse nomeado um depositário para tomar conta destes bens, que eram: material leiloado do escritório e da tipografia do jornal *Tageblatt*, 25000 marcos obtidos com a venda de terras na Villa Rica, dívida dos colonos dos lotes vendidos, conforme balanço remetido a Berlim, 1 barracão para abrigar os imigrantes, 1 carroça com 4 rodas, para transporte de passageiros, 4 arreios completos para carroça, 13 animais de montaria, cargueiros e puxadores. O advogado de Simch era o Dr. Ulysses de Carvalho Armenio Jouvin. (Juízo Distrital da Sede do Município da Capital. Processo de Execução. Executado: Horst Hoffmann. Exequente: Francisco José Simch. Autuação 422, 116, 1. Porto Alegre, APERS, 12/10/1903).

²⁴¹ A FEDERAÇÃO. *Intendência*. Porto Alegre, 10 de março de 1903, ed. 58, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/13913>. Acessado em 10/05/2019.

passará, mais tarde, a ser chamado de Museu Júlio de Castilhos. A partir deste cargo, ele passa a compor sua própria trajetória nos círculos políticos do estado, demonstrando sua postura de intelectual engajado, que começara a tomar forma em Ouro Preto, modelando seu papel de homem político, em Porto Alegre. Isto se observa pela presença frequente do seu nome no jornal “A Federação”, enquanto funcionário público do governo estadual, em acontecimentos sociais em que expressa sua estima e respeito ao PRR e à sua liderança²⁴². Como exemplo disso, tem-se o registro da sua presença na missa em homenagem a Júlio de Castilhos, na Catedral²⁴³, na ocasião de seu falecimento, ou nas felicitações pelo aniversário de Borges de Medeiros:

Museu do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 19 de novembro de 1903 – Exm. Sr. Dr. Borges de Medeiros, d. d. presidente do Estado – Exm. Sr. O pessoal do museu do Estado do Rio Grande do Sul vem, por nosso intermedio, cumprimentar-vos por vosso anniversario natalicio que hoje passa, desejando-vos toda sorte de venturas para o bem de vossa exma. familia e para o progresso de nosso Estado.

Serão fraquissimos nossos prestimos, porém nos esforçaremos sempre por cumprir á risca as palavras que nos dirigiu o grande Dr. Julio de Castilhos, de inesquecivel memoria, quando, ao communicarmos-lhe nossa nomeação, synthetizou seus profundos conselhos no seguinte: “...bem; agora aproveita teus conhecimentos para honrar o Rio Grande do Sul e seus administradores.”

É escusado declarar-vos que esta norma de conducta que nos foi traçada será seguida invariavelmente por nós, achando-se gravada profundamente em nosso coração.

Reiterando-vos nossas saudações, subscrevemo-nos com a mais dinstincta consideração e respeito. – Patricio e creado obrigadissimo, F. Rodolpho Simch, director (A FEDERAÇÃO, 1903, p.2).

Percebe-se, nesta mensagem de Francisco Rodolfo Simch a Borges de Medeiros, a figura de Júlio de Castilhos como sua referência maior, ao lembrá-lo como a pessoa que reconheceu seu conhecimento científico e lhe deu conselhos na ocasião de sua nomeação como funcionário público, firmando com ele um compromisso de honrar o Rio Grande do Sul e o serviço público estadual.

No início do século XX, além do envolvimento com o castilhismo, Francisco Rodolfo Simch também se interessava pelo austromarxismo, corrente política cujos

²⁴² Seu pai, Francisco José, já vinha sendo frequentemente mencionado neste mesmo órgão de imprensa, sempre associado ao governo estadual. Por exemplo, no mesmo ano de 1903, em que Francisco Rodolfo homenageia Borges de Medeiros pelo seu aniversário, também lê-se “Coronel Francisco José Simch e família” como pessoa que manifestou seu respeito e admiração por meio de carta (A FEDERAÇÃO. *Felicitações*, 1903, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/14756>, acessado em 20/02/2020).

²⁴³ A FEDERAÇÃO. *Novas consagrações*. 1903, ed.253, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/14693>. Acessado em 02/01/2020.

autores mais representativos foram muito mencionados e comentados em suas publicações científicas. Neste período inicial de sua vida profissional, estava se consolidando o austromarxismo, centrado na reconciliação das nacionalidades e na qualificação dos trabalhadores (JOHNSTON, 1972, p.99). Esta orientação, inspirada no Partido Social-Democrata austríaco, fundado por Viktor Adler, reunindo alemães da Boêmia que se encontravam em Viena, provocava inimizades com as orientações políticas de direita e também de esquerda, em razão de sua “intensa intelectualidade” combinada com “a vontade de emendar a ordem existente” (JOHNSTON, 1972, p.99-100, tradução nossa). Francisco Rodolfo estava atento a novas tendências no Brasil e em outros países, pois tinha grande curiosidade intelectual. Passa a estudar este alinhamento político e citar autores representativos deste movimento em sua produção científica. Sua postura de intelectual engajado, no Brasil, passa a tomar uma forma mais definida. A atitude desafiadora é um traço característico de Francisco Rodolfo, a exemplo dos austromarxistas. Ele expõe de forma extremamente crítica suas ideias e apreciações sobre a política, desagradando pessoas de todos os lados. É severo, rigoroso e franco, a respeito do desempenho dos seus alunos, nos anos seguintes, provocando, muitas vezes, desafetos.

Foi também no princípio das atividades de Francisco Rodolfo como funcionário público que se intensificou, mais uma vez, a discussão sobre a construção do Porto de Torres e sobre as riquezas minerais gaúchas. A importância e a relevância destes assuntos era tal que, em 1904, o engenheiro de minas alemão Eugênio Dahne²⁴⁴ (DAHNE, 1904) publicou, a pedido do Presidente do estado, Borges de Medeiros, um memorial descritivo do Rio Grande do Sul. A obra foi publicada em inglês, nas circunstâncias da Exposição Universal de Saint Louis, nos Estados Unidos, com o

²⁴⁴ Eugênio Dahne foi objeto de um processo judicial nos Estados Unidos, cujo objeto era a propriedade de um terreno e uma casa na Califórnia. Ele foi considerado bigamo por ter se casado e vivido maritalmente naquele país por cerca de dez anos, até a data de 26 de março de 1916, enquanto ainda estava casado com outra mulher. O processo tratava do direito de propriedade dele e da segunda esposa, que se encontrava nos Estados Unidos (SUPERIOR COURT OF SAN DIEGO COUNTY, 1920). Disponível em: <https://casetext.com/case/dahne-v-dahne/>. Acessado em 16/01/2023. Portanto Dahne, logo depois desta Exposição Universal em Saint Louis passou a viver nos Estados Unidos, e é provavelmente por este motivo que não se encontra nenhum indício de troca científica ou negociação política entre ele e Francisco Rodolfo Simch neste período, apesar de atuarem na mesma área. Como se verá mais adiante, algumas décadas depois, a empresa gaúcha de engenharia formada pelos filhos de Dahne terá grande presença nas licitações de obras no estado, e Francisco Rodolfo, enquanto Secretário de Obras Públicas, se mostra desfavorável à empresa. Na década de 1930, o governo alemão também era desfavorável à empresa dos irmãos Dahne, e criticava o fato destes filhos, segundo ele, esconderem que o pai era alemão, como será explicado em seção própria. Talvez esta postura dos irmãos Dahne tenha tido relação com este episódio dos casamentos paternos.

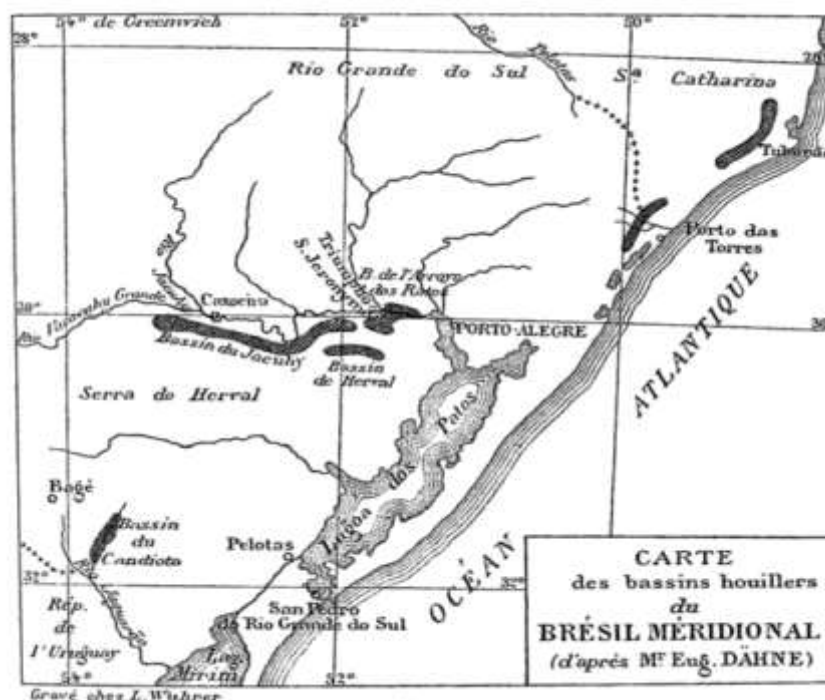
objetivo de representar o estado e ampliar possibilidades comerciais. Sabendo-se que Francisco Rodolfo mantinha-se atualizado e em constante troca com a comunidade científica, certamente tomou conhecimento desta obra.

Dahne (1904, p. 14-15) declarava a existência de wolfram, entre Caçapava e Encruzilhada do Sul, na Serra do Herval, impregnado no quartzo e, algumas vezes, acompanhado de ferro-piritas e de cobre-piritas, mas dizia ter procedido a um exame superficial que não poderia determinar a extensão e a profundidade em que se encontravam os minerais.

Também eram mencionadas as tentativas, no passado, de se contruir um porto em Torres. Dahne (1904, p.19) indicava que o governo estaria seriamente reconsiderando retomar o projeto, e explicava que a construção de alguns moles poderia transformar a costa em um porto marítimo excelente, bem protegido e com boa profundidade, conectado por uma ferrovia a Porto Alegre, a uma distância de apenas 200 quilômetros, o que reduziria em cerca de meia hora o trajeto para o Rio de Janeiro, ao se evitar descer da capital até o porto de Rio Grande e depois, novamente, avançar em direção ao norte, além de abreviar as distâncias de transporte para os produtos da região central e norte do estado.

Mencionava-se, ainda, a formação de carvão, especificando sua presença em Tubarão e Araranguá, em Santa Catarina, e estendendo-se até Osório, no Rio Grande do Sul, havendo uma interrupção, até ser encontrado novamente em uma extensão de cerca de 200 quilômetros à margem sul do rio Jacuí, na porção que vai desde Arroio dos Ratos até São Sepé, com profundidade média de 10 a 20 quilômetros (DAHNE, 1904, p.7):

Figura 7 - Mapa das bacias carboníferas brasileiras, indicando carvão em Torres e a localização do projeto do Porto das Torres



Fonte: Adaptado de Dahne por ZEILLER, 1895, p.603

É muito interessante observar que Dahne (1904, p.7) indicou que as bacias carboníferas do estado eram muito extensas, mas eram, até então, conhecidas somente por seus afloramentos, pois ainda não havia sido devidamente prospectada sua real extensão e sua profundidade, e que deveria também haver camadas profundas de carvão sob o rio Jacuí e no norte do estado. No mapa desenhado a partir das informações fornecidas por Dahne, publicado por Zeiller (1895), a total extensão das bacias carboníferas ainda estava por ser descoberta, mas a existência de carvão na região de Torres está ali indicada, com a indicação, inclusive, do local que seria destinado ao “porto das Torres”. Nesse sentido, embora não estivesse indicada no mapa a existência de carvão na área de Viamão, Dahne salientou, ainda, que, na região próxima a Porto Alegre, seria encontrado carvão de excelente qualidade, em profundidades maiores²⁴⁵, com capacidade para suprir todo o Brasil com carvão

²⁴⁵ O assunto da grande profundidade da camada de carvão foi considerado um dos obstáculos para a rentabilidade da exploração em larga escala, recentemente, levando-se em consideração a matriz energética atual. Resta determinar se esta característica da profundidade também influenciou a viabilidade da continuidade da exploração carbonífera na Mina de Gravataí, pois as escolhas referentes à matriz energética da época eram outras.

(DAHNE, 1904, p.15-16). E foi exatamente isto que Francisco Rodolfo e Francisco José buscaram, na área metropolitana de Porto Alegre, em suas prospecções que levaram à exploração da Mina de Gravataí, em nome do estado do Rio Grande do Sul.

O trabalho de Francisco Rodolfo, recém nomeado no serviço público, seguia as tendências castilhistas de buscar o desenvolvimento econômico do estado. Para poder desenvolver o estudo das jazidas, e realizar a extração dos minérios que encontrasse, era preciso criar o Serviço Mineralógico e Geológico²⁴⁶, procurando identificar, em nome do estado, estas bacias carboníferas para além dos afloramentos até então explorados pela iniciativa privada. O que pai e filho fazem, como parte da comunidade científica conhecedora da mineração, é seguir os indícios conhecidos de que haveria muito mais carvão disponível para exploração do que se supunha inicialmente, identificando a verdadeira profundidade e extensão da bacia carbonífera gaúcha e centralizando sua exploração pelo estado do Rio Grande do Sul. Pretendia-se modificar a situação corrente na época de uma exploração monopolizada pela iniciativa privada, ao ampliar e estatizar a atividade mineradora, com a criação de uma nova repartição pública.

Tudo isso aconteceu enquanto Francisco Rodolfo era Diretor do recém-criado Museu do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, ele criou um lugar de destaque para a geologia nesta sua atividade de direção. Em 1904, seu relatório de trabalho descreve as atividades realizadas entre 30 de junho de 1903 e 30 de junho de 1904²⁴⁷ e destaca a falta de pessoal para trabalhar na repartição. Percebe-se que o interesse pela geologia predominava, na elaboração das coleções da instituição.

Naquele período de um ano, ele havia expedido 68 ofícios, 5 cartões e 36 cartas oficiais, cuja distribuição ao longo dos meses foi detalhada, em seu relatório à SOP. A correspondência era realizada com instituições nacionais e internacionais, buscando divulgar o acontecimento da fundação do museu e promover a troca científica, porém havia pouco retorno destas tentativas de contato, especialmente no

²⁴⁶ Em nível nacional, o Serviço Geológico e Mineralógico foi criado em janeiro de 1907, “destinado a realizar o estudo científico da estrutura mineralógica e geológica ‘dos meios e recursos naturais da República’, incumbindo-se ainda de responder a consultas sobre questões de minas, bem como fazer a propaganda sistemática das nossas riquezas minerais” (PIMENTA, 1949, p.105). Assim como a Escola de Minas de Ouro Preto, era considerado uma iniciativa para estimular a exploração das minas brasileiras, e procurava pesquisar, estimar e reconhecer o potencial mineral do país (PIMENTA, 1949, p.101). O Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul teria um propósito semelhante, em nível local, para os minérios do estado.

²⁴⁷ Relatório do Museu do Estado do Rio Grande do Sul, por Francisco Rodolfo Simch, como parte integrante do Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, 1904, p.215-222. Acervo do IHGRGS.

interior do Rio Grande do Sul. Esta atitude de se colocar em contato com outros profissionais no país e no mundo, compartilhando e divulgando o conhecimento, era frequente no seu trabalho.

Francisco Rodolfo lamentava não poder contar com o interior do estado, que, segundo ele, deveria contribuir espontaneamente para o enriquecimento das coleções. O que ocorria, na verdade, era que muitos objetos acabavam integrando coleções particulares, não sendo compartilhados com a sociedade. Ao tentar entrar em contato com as instituições interioranas, ele buscava trazer para a capital os elementos que seriam representativos da cultura do Rio Grande do Sul. Ele buscava uma cooperação científica para a socialização do conhecimento, o que nem sempre era fácil.

Para aumentar a coleção do museu, contava-se com doações de particulares e de instituições, e realizavam-se compras, em nome do estado. As relações tinham reciprocidade, pois Francisco Rodolfo também buscava enviar amostras para outras regiões e países, fazendo conhecer as coleções sul-rio-grandenses. Assim, o governo havia comprado coleções de moedas, minerais, rochas, fósseis, medalhas, livros, perfis geológicos, em grande parte do “Sr. Dr. Eugênio Dahne”, mas também lepidópteros, coleópteros, répteis e monografias de Adolfo Mabilde. O “Sr. Dr. H. von Ihering”, Diretor do Museu Paulista, havia enviado uma coleção de pássaros. Em contato com o Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, onde estudara, recebeu uma coleção de minerais e rochas classificados. O “Sr. Dr. Salvador Mattos”, também de Ouro Preto, enviou outra coleção de minerais e rochas. Em troca, Simch enviou uma coleção de ovos para o Museu de São Paulo, e outra para o *British Museum*, assim como uma coleção de peles de pássaros e quadrúpedes. Coletou exemplares nos arredores da cidade para compor o herbário. Ele solicitava a criação de uma revista para a circulação científica, informava quem havia realizado doações e a quantidade de visitas ao museu, que aumentava, com o tempo.

O livro de reclamações e impressões trazia elogios ao desempenho de Francisco Rodolfo do novo museu, por Clarimundo de Almeida Santos, Manoel Teophilo Barreto Vianna, Eugenio Dähne, José de Mello, José Montaury de Aguiar Leitão, Decio Villares, Felizardo Junior, Arnaldo Barbedo, Alfredo Carlos de Iracema Gomes, Alberto Barcellos, Ramiro Barcellos, Adolpho Mabilde, Dr. Susviela Guarch, Octacilio Barbedo e Gastão Gomes. Francisco Rodolfo, por sua vez, elogiava e

agradecia aos funcionários do museu pela dedicação com que realizavam seu trabalho.

Para ampliar seu próprio espaço de participação política, Francisco Rodolfo escolhe uma segunda formação, sem negligenciar as relações estabelecidas em Minas Gerais, que ele manteve até o fim de sua vida. Ele se integra ainda melhor à elite republicana em formação em Porto Alegre, ao ingressar na primeira turma do curso de Direito da Faculdade Livre de Porto Alegre, onde reencontra Getúlio Vargas, depois do episódio em Ouro Preto. Segundo Grijó (1988, p.73), esta era uma instituição gaúcha fortemente ligada à política partidária, cuja militância contava com o reconhecimento dos mais proeminentes chefes políticos do PRR, e cujos alunos, em sua maioria, herdavam de casa a vinculação a este partido de casa. Logo a educação é, para a família Simch, uma forma de oportunizar aos seus membros a comprovação de seus talentos técnicos, culturais e de estreitar laços políticos iniciados pela família.

Outras instituições foram importantes para a família Simch, como a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, onde seus irmãos Carlos Alfredo e Waldemar estudaram²⁴⁸, depois do retorno de Francisco Rodolfo a Porto Alegre, criando relações familiares com pessoas ilustres do estado, como o Doutor Protásio Alves, e com alunos de outras localidades do Brasil e do exterior, ampliando ainda mais a rede de amizades da família. Cada filho vinculava-se à sociedade gaúcha, inicialmente, como “o filho do nosso amigo coronel Francisco José Simch” e, portanto, amigo de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, seguindo um processo de socialização.

Nesta época, em 10 de março de 1904, Cândido Godoy e João Luiz de Faria Santos demonstraram ao governo estadual a viabilidade do projeto “Porto Alegre, porto de mar”, de construção de um ancoradouro marítimo para navios de maior profundidade, prevendo a dragagem dos canais a 4 e 6 metros. A fundamentação do projeto estava no menor frete marítimo e fluvial para barcos de maior arqueação, que chegariam em uma área de confluência dos rios Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí²⁴⁹. Este projeto, além de se relacionar com o assunto do transporte marítimo e fluvial, tem

²⁴⁸ Ambos iniciaram seus estudos em Farmácia na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, sendo Carlos Alfredo diplomado em Medicina pela Faculdade da Bahia e Waldemar diplomado em Farmácia pela Universidade de Berlim, na Alemanha.

²⁴⁹ Relatório de João Luís Faria dos Santos, p.158, parte integrante do relatório geral da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, em 1904 (RIO GRANDE DO SUL, 1904).

impacto direto na vida de Francisco Rodolfo, porque, décadas depois, ele será o Diretor do Porto de Porto Alegre.

O início do século XX é, portanto, uma fase de muitas oportunidades que se abrem para Francisco Rodolfo e seus irmãos, consolidando o lugar da família no Rio Grande do Sul. Para ele, o Museu do Estado é um espaço de socialização do conhecimento para os cidadãos, em que a educação dos brasileiros é, para ele, um fator fundamental para o desenvolvimento intelectual e a qualificação da população para o trabalho, que impulsionariam a industrialização do país.

Entre 30 de junho de 1904 e 30 de junho de 1905, Francisco Rodolfo mantinha correspondência, como Diretor do Museu do Estado, com outras instituições, salientando a receptividade das autoridades japonesas, que o colocam em contato com o Museu do Império do Japão²⁵⁰. Mantinha-se, outrossim, em estreito contato com a Escola de Minas de Ouro Preto, fortalecendo sua rede de contatos na instituição em que estudou: “É de agradecer-se a solícitude com que sua direção atende a todos os pedidos que lhe faço e fica aqui registrado o quanto lhe somos gratos por tal proceder, que já vem desde o tempo em que, terminando o curso, deixamos aquella escola”, escreve ele em seu Relatório da Direção do Museu do Estado, em 1905 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1905, p.150)

Em seus relatórios do Museu do Estado para a SOP, Francisco Rodolfo faz, com frequência, agradecimentos às pessoas que o apoiam, sejam elas funcionários públicos, diretores de outros museus, colegas ou doadores de objetos, buscando reconhecer as contribuições. As coleções ampliavam-se, contando com doações e com a compra de novos exemplares pelo governo gaúcho. Como no ano anterior, pessoas conhecidas no estado haviam feito suas doações às coleções do museu, como seu pai (Coronel Francisco José Simch), Getúlio Vargas, Dr. José Montaury, Eugenio Dähne. Eram objetos variados, como um jacaré, notas antigas de 20\$000 réis, cobras, aves, um autógrafo de Floriano Peixoto, balas de canhão, um feto de veado, um lagarto, conchas, destroços da cidade de St. Pierre de Martinique, arcos e flechas indígenas, por exemplo.

As visitas haviam aumentado, com relação ao ano anterior, mas não tanto quanto o diretor esperava. Nenhum visitante havia registrado reclamações, e

²⁵⁰ Relatório da Direção do Museu do Estado, por Francisco Rodolfo Simch, parte integrante do Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, p.147-152, em 1905 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1905, p.147-152).

destacavam-se as visitas dos membros de uma comissão geológica chefiada pelo Sr. S. White, e composta por Francisco de Paula Oliveira e Carlos Moreira, além do Sr. João O. de Sá Camello Lampreia, Ministro de Portugal, e do Dr. J. Martin, que registraram elogios no livro de visitas. Visitantes como Jannasch, V. Rauselow, registravam, em alemão, suas impressões positivas no livro de visitas.

Francisco Rodolfo Simch reiterava, em 1905, o caráter provisório das instalações do Museu do Estado, e a necessidade de um espaço permanente para as coleções. Assim, em 12 de agosto de 1905, reforça-se a ideia da mudança do Museu do Estado, que havia sido estabelecido em pavilhões de madeira, para um outro prédio, pronunciando-se o Secretário de Estado João José Pereira Parobé a favor da compra pelo governo estadual do imóvel pertencente aos herdeiros do falecido Dr. Júlio de Castilhos, como medida urgente para garantir a integridade das coleções²⁵¹.

Enquanto isso, o assunto da exploração do tungstênio no estado volta a chamar a atenção. Ainda no ano de 1905, Pandiá Calógeras publicou, em sua obra “As minas do Brasil e sua legislação”, que teria sido encontrado no Rio Grande do Sul, na região de Encruzilhada, wolfram com teor de 69,20% de ácido túngstico (BRAZIL-FERRO-CARRIL, 1917, p.225). O propósito de desenvolver a mineração e a siderurgia no Brasil era um assunto de atualidade para a época, e sempre atraía Francisco Rodolfo e Francisco José.

Como visto, apesar de respeitado “como engenheiro geômetra e de minas, recém-formado na Escola de Ouro Preto, em cujo curso muito se salientou” (A FEDERAÇÃO, 1899, p.2), e de ter sido nomeado como Diretor do Museu do Estado, estando em exercício no cargo, Francisco Rodolfo Simch aposta na formação em Direito como a garantia de uma maior inserção política no Rio Grande do Sul. Integrando a primeira turma de Bacharéis em Direito da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, ele se forma com a chamada “geração de 1907”, conforme a expressão cunhada por Joseph Love (GRIJÓ, 1988, p.6). A “geração de 1907”, ao atuar profissionalmente e politicamente, caracteriza-se por suas “inclinações ideológicas pelo intervencionismo estatal acompanhado do controle do capital estrangeiro, bem como sua descrença na democracia liberal” (FAUSTO, 1997, p.14-15), mas é importante observar: “apesar de ser assim designado este grupo não era totalmente coeso”, como bem salienta Balbinot (2008, p.30), pois, como o desenvolvimento do

²⁵¹ Relatório de João José Pereira Parobé. Relatório as Secretaria de Obras Públicas, p.13, 1905. IHGRGS.

presente estudo indica, Simch não era um representante típico deste grupo. É a partir da tendência à generalização do ensino que surge a oferta deste primeiro curso de direito em Porto Alegre, da qual emergirá esta nova geração de jovens intelectuais, a chamada “geração de 1907”:

Joseph Love denominou de "geração de 1907" a um grupo de políticos riograndenses nascidos no final do século XIX, cujas carreiras se iniciaram à época de Borges de Medeiros como presidente do Estado e chefe do partido político dominante no Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) (GRIJÓ, 1988, p.6).

Segundo, pois, esta tendência e vislumbrando esta oportunidade de inserção no meio político gaúcho, Francisco Rodolfo ingressou como aluno desta primeira turma, junto com Getúlio Vargas, fazendo parte de um grupo de jovens diplomados, ricos em relações políticas e, algumas vezes, em fortuna, que desejava conquistar seu lugar na sociedade brasileira.

Como muitos de seus colegas, ele permanece ambicioso, mas a responsabilidade com a família e a necessidade de assegurar sua posição social no Rio Grande do Sul o tornam certamente mais cauteloso em suas empreitadas políticas, ao menos durante os primeiros anos em Porto Alegre. Isto se observa, por exemplo, durante seus estudos de Direito. Os seus colegas, em especial Getúlio Vargas, apresentam seus nomes listados como castilhistas, em notícias na imprensa. No entanto, na lista do bloco castilhista, não se vê listado o nome de Francisco Rodolfo Simch, embora seu perfil tenha sido publicado no jornal “O Debate”. É no jornal “A Federação” que seu nome aparece com frequência, em notícias organizando eventos da turma de 1907, proferindo discurso para Borges de Medeiros, e está presente nos funerais de Júlio de Castilhos. A sociabilidade é uma característica de Francisco Rodolfo, que participa de confraternizações e comemorações com a elite política da capital.

Getúlio Vargas e Francisco Rodolfo Simch participam ativamente da vida acadêmica da instituição, tendo constituído uma comissão, no ano de formatura, para a “kermesse organizada em benefício do patrimônio da Faculdade de Direito” (A FEDERAÇÃO, 1907, p.2), convidando para a comissão central a Senhora Carlinda Borges de Medeiros, esposa do Dr. Borges de Medeiros, reforçando os vínculos políticos castilhistas. Em 25 de dezembro de 1907, ocorreu a colação de grau da 1ª turma de Bacharéis em Direito da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre:

Após a leitura dos resultados finais da turma, foi chamado o bacharelado Francisco Rodolpho Simch, que, ao ser-lhe collocada a borla pelo director da Faculdade, prestou o compromisso regulamentar do grau que collava, sendo depois abraçado pelo desembargador André da Rocha e dr. Leonardo Macedonia, recebendo o anel de bacharel.

Seguiram-se nessa cerimonia todos os demais bacharelados e finda ella foi dada a palavra ao nosso colega e distincto amigo Getulio Vargas, incumbido por seus companheiros de fazer o discurso congratulatório.

[...] Os novos bacharéis são: Francisco Rodolpho Simch, Getulio Dornelles Vargas, Carlos Lisboa Ribeiro, Firmino Paim Filho, Antonio Alves Nogueira, Apollinario Francisco da Rosa, Oswaldo Fernandes Vergara, Innocencio da Rosa, Manoel Luiz Pizarro, Henrique Alves de Araujo Filho, Alziro Marino, Claudio Ferrando Junior, Amantino Fagundes, Antonio Moraes Fernandes, Francisco de Leonardo Truda e Henrique Rupp Junior (A FEDERAÇÃO, 1907, p.2)

A fotografia a seguir mostra o quadro de formatura dos bacharéis da primeira turma da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1907, e os professores homenageados:

Fotografia 23 - Primeira turma de bacharéis em Direito da Faculdade Livre de Porto Alegre, em 1907



Fonte: Hemeroteca digital – BNDigital – Biblioteca Nacional (O MALHO, 1943, p.102).

Em 1927, quando completaram 20 anos de formados, reencontraram-se estes bacharéis, em Porto Alegre, o que ficou registrado em nova fotografia, incluindo professores, em que se vê, em pé, da esquerda para a direita: Osvaldo Vergara, Francisco Rodolfo Simch, Francisco Leonardo Truda, Manoel Luiz Pizarro, Henrique Rupp Júnior, Alziro Marinho, Antonio Moraes Fernandes, Amantino Fagundes e Alvaro Sergio Maser. Sentados, da esquerda para a direita, estão: Inocencio Borges da Rosa, Carlos Lisboa Ribeiro, Firmino Paim Filho, Leonardo Macedonia, André da Rocha, Normelio Rosa, Valentim do Monte, Getúlio Vargas e Apolinario Francisco de Borba Ferreira (O MALHO, 1943, p.104).

Fotografia 24 - Bacharéis da turma de 1907 da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em comemoração aos 20 anos de formados.



Fonte: Hemeroteca digital – BNDigital – Biblioteca Nacional (O MALHO, 1943, p.104)

A nomeação de Francisco Rodolfo como Diretor do Museu do estado do Rio Grande do Sul, durante o governo de Júlio de Castilhos, e o pertencimento à “geração de 1907” são decisivos para associar seu nome ao governo gaúcho, alavancando sua participação na política. Na direção do museu, Francisco Rodolfo cria todo tipo de oportunidade para estudar as jazidas gaúchas e desempenhar atividades de cunho prático para obter amostras de minérios, reativando, sempre que possível, na memória

de todos, a sua disposição para protagonizar a mineração estatal como fator de desenvolvimento econômico. Ele se torna um profissional multifacetado.

Sendo assim, ao escolher uma nova formação acadêmica e se formar Bacharel em Direito, em 1907, Francisco Rodolfo não abandona sua paixão pela mineralogia, mas a combina com os novos conhecimentos que construiu, na área jurídica. No mesmo ano de 1907, publica, pela Livraria do Globo, um livro didático trazendo noções de mineralogia e de geologia para os alunos do ensino secundário ou para aqueles que se preparassem para a admissão na Escola de Minas de Ouro Preto, que ele assim apresenta, na folha de rosto da primeira edição²⁵²:

Noções Elementares de Mineralogia e Geologia adaptadas aos programmas dos institutos de ensino secundario e aos dos exames de admissão à Escola de Minas de Ouro Preto pelo antigo alumno da referida Escola, Dr, Francisco Rodolfo Simch, Director do Musêo do Estado, professor de Mineralogia e Geologia no Gymnasio do Rio Grande do Sul, membro da Sociéte de Géologie de France, etc, etc (SIMCH, 1907)

A experiência da formação profissional em Ouro Preto foi prazerosa, e é trazida em sua argumentação jurídica sobre a mineração. Destaca-se seu apreço pela França e seu vínculo forte com a ciência francesa, estreitado pelos estudos na escola fundada por Claude-Henri Gorceix, evidenciado com a escolha de salientar o seu pertencimento à *Société de Géologie de France*, enquanto ele também poderia citar outras sociedades estrangeiras das quais fazia parte, na Alemanha, por exemplo.

Além disso, a escrita deste livro revela que Francisco Rodolfo era, acima de tudo, um professor, uma pessoa que tinha gosto pelo ensino e pela organização didática do conhecimento. Depois de ter sido professor de alemão em Ouro Preto, trabalhou, portanto, como professor de Mineralogia e Geologia no Gymnasio do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Seus livros buscavam apresentar as informações de forma clara, citando exemplos e remetendo a uma bibliografia variada para que os alunos pudessem expandir os conteúdos. No caso deste livro de mineralogia e geologia, apresenta exemplos também de jazidas sul-riograndenses, aproximando estas disciplinas da realidade do estudante gaúcho.

Conforme apresentado anteriormente, a exploração do carvão no Rio Grande do Sul e a ideia de construção de um porto em Torres são assuntos que foram objeto

²⁵² A segunda edição desta obra foi publicada em 1923.

de projetos anteriores a Francisco Rodolfo Simch. Isto posto, para melhor compreender a forma como Simch construiu sua representação do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, é importante conhecer outros pontos de vista sobre este espaço, porque ele costumava dialogar com a comunidade científica e debater estes projetos anteriores, argumentando e construindo sua própria opinião com base no estado da arte da pesquisa científica. A consideração de outros pontos de vista que lhe são contemporâneos é uma das estratégias propostas, coerente com a biografia do grupo primário (FERRAROTTI, 2014). Por isso, além dos relatórios de Francisco Rodolfo Simch na SOP, outros relatórios de colegas seus são apresentados, pois suas contribuições permitem reconstituir o debate político e econômico da época.

Além disso, como Francisco Rodolfo era funcionário da SOP, estas relações com os pontos de vista dos colegas possibilitam direcionar “a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 1991, p.184).

Com a conclusão do segundo curso superior, na primeira turma de bacharéis em Direito da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1907, Francisco Rodolfo reforçou ligações políticas com o castilhismo, e encontrou as condições propícias para seguir seus próprios passos na política gaúcha. Ao mesmo tempo, a relação profissional com o pai, Francisco José, é de companheirismo, pois os dois fazem parte do mesmo universo de trabalho e de atuação política.

Naquele ano de 1907, a investigação geológica ganha força. Francisco Rodolfo permanece em seu cargo de Diretor do Museu Júlio de Castilhos, atividade que desempenhava desde 1903, desde a fundação desta instituição. Em 30 de julho de 1907, ele presta contas ao Secretário de Obras Públicas das prospecções dos recursos naturais gaúchos, realizadas no exercício entre 30 de junho de 1906 e 30 de junho de 1907. Este relatório chama a atenção para o início efetivo de suas atividades no campo da mineralogia e da geologia a serviço do Rio Grande do Sul, bem antes da criação do Serviço Mineralógico e Geológico, que dirigiu.

O aspecto que o seu relatório destaca, em 1907, é que esta atuação no campo da mineralogia e da geologia não constituía um mero interesse pessoal, em razão de seu gosto e competência. Esta atuação interessava, em primeiro lugar, ao governo estadual, que buscava na especialidade profissional de Francisco Rodolfo a *expertise* para a prospecção e o reconhecimento dos recursos naturais gaúchos.

Fora isso, o relatório descrevia a situação do pessoal e as más condições estruturais do edifício sede do museu, bem como sua inadequação em termos de espaço para abrigar a crescente coleção. Francisco Rodolfo Simch queixava-se, ainda, da impossibilidade de transformar o jardim do museu em jardim de plantas medicinais: “porque todos os esforços no sentido de obter os specimens respectivos da flora indígena fracassaram de encontro ao indiferentismo e ainda porque não me era dado ir pessoalmente colher-os” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.228-229). Portanto não havia um estímulo às atividades de conservação da flora indígena e de investimento na estrutura do museu, diferentemente dos estudos geológicos, por parte do governo gaúcho.

Apesar de aguardar o regulamento para a organização definitiva do museu para liberar oficialmente a sua visitação pública, Francisco Rodolfo Simch recebia grande afluência de visitantes, principalmente escolas e jornalistas, mas também de autoridades, como o Presidente da República, em visita a Porto Alegre, e os secretários do Interior e das Obras Públicas. Simch relatava, entretanto, que a imprensa da oposição havia atacado as ideias que havia manifestado para a organização do museu (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.229), o que comprova que ele era uma figura pública reconhecidamente alinhada ao governo republicano, como se depreende igualmente de sua importância e ocorrência frequente nas publicações do jornal “A Federação”.

Francisco Rodolfo Simch detalhou, em uma seção própria, “gabinetes”, o material para pesquisa disponível, enfatizando: “com este material está em condições a repartição de executar toda e qualquer espécie de pesquisas nos campos da mineralogia, geologia, botânica, zoologia, petrographia, etc.” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.229). Com isto, percebe-se sua preocupação em fornecer ao governo gaúcho argumentos objetivos para mostrar que ele poderia iniciar desde já a pesquisa dos recursos naturais gaúchos. Esta insistência em atuar nesta área ensejou, poucos anos depois, a criação do Serviço Mineralógico e Geológico do estado, em que ele atuou como diretor, deixando provisoriamente seu cargo de diretor do museu para um substituto, enquanto explorava as minas de carvão de Gravataí.

Francisco Rodolfo costumava articular seu conhecimento em direito com a mineração e a geologia, o que marcava sua atuação e seus projetos no Museu Júlio de Castilhos:

Um completo estudo sobre as montanhas do Rio Grande do Sul, baseado nos dados geológicos do Museu e dados altímetros e topográficos colhidos em documentos oficiais, um estudo das condições climatológicas do Rio Grande do Sul, baseado no trabalho antecedente, na formula de Emanuel Liais, e uma serie de considerações sobre agrologia, um estudo detalhado sobre as condições geológicas e mineralógicas do Municipio de S. Jeronymo, acompanhado de cartas topográficas e oito perfis montanísticos, resultado das excursões feitas por ordem da secretaria de Obras Publicas (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.230)

Nota-se que não era somente Francisco Rodolfo Simch quem fazia emergir sua especialidade profissional no serviço do museu. Ele era requisitado pela SOP para participar de excursões técnicas, mais exatamente em São Jerônimo²⁵³, para conhecer as condições geológicas e mineralógicas de uma região onde já vinha ocorrendo a exploração privada dos minérios de carvão. Havia interesse do setor público em controlar as atividades de mineração particular no estado. Para o detalhamento destes projetos, Simch requisitava a publicação de uma revista própria do museu.

A distinção da participação do Museu Júlio de Castilhos na área de mineralogia foi, inclusive, consagrada com diploma de honra na Exposição de Milão, para a qual a repartição havia enviado madeiras e minerais, que haviam sido, depois, devolvidos à coleção do museu gaúcho (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.230). Observa-se que, desde a sua fundação, o museu mantinha um espírito de troca científica com outros países e estados do Brasil e, principalmente, com os cidadãos e autoridades, que doavam coleções e objetos. Este movimento de comunicação partia de Francisco Rodolfo, como se depreendia do fluxo de correspondência por ele relatado, em que expediu 114 correspondências e recebeu 14 unidades, com quantidade crescente do recebimento de correspondência até o final do período relatado (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.231). Isto mostra um esforço de interação em nome do museu, divulgando-o e trazendo, aos poucos, retorno e reconhecimento da importância da instituição para o estado.

²⁵³ Em 1907, Francisco Rodolfo Simch já expressa a preocupação do governo do Rio Grande do Sul com o monopólio da mineração privada do carvão em áreas como São Jerônimo. Décadas depois, falece o seu pai, em 1928, e ocorre a sua própria morte, em 1937, e seu irmão Carlos Alfredo publica sua própria experiência nas minas de carvão, em São Jerônimo, onde atuou como médico e prefeito do município, a partir de 1936: a obra “Monografia de São Jerônimo”, com edições em 1943 e 1961. Diferentemente de seu irmão mais velho, Francisco Rodolfo, que, nas duas primeiras décadas do século XX, em nome do governo estadual, utilizou sua formação em mineração e direito para implementar a técnica e revisar a legislação da mineração estatal, Carlos Alfredo atuou como médico e político em uma fase posterior da mineração privada – consequência do monopólio da indústria particular do carvão, que Francisco Rodolfo reiteradamente criticou e que, segundo ele, foi motivo do encerramento das atividades estatais da Mina de Gravataí. O enfoque e o período de atuação destes irmãos são distintos, embora estas duas trajetórias sejam igualmente importantes para a historiografia.

3.2. ALGUMAS PERSPECTIVAS DO ESPAÇO MINA DE GRAVATAÍ – PORTO DE TORRES (1907-1909)

*“C’est pas l’homme qui prend la mer
C’est la mer qui prend l’homme
Moi, la mer, ele m’a pris
Comme on prend un taxi”
(Renaud)*

Enquanto Francisco Rodolfo procurava ampliar suas atividades na área da mineração e da geologia, o debate sobre o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres ganhava força na SOP, em particular o assunto do transporte ferroviário e fluvial. Estes aspectos são relevantes para compreender a perspectiva defendida por Francisco Rodolfo Simch para os transportes, ao longo de sua atuação política, que se inicia nesta época. Com efeito,

Desde 1905, os contratos do sistema ferroviário rio-grandense estavam unificados através do Contrato de Arrendamento da Cie. Auxiliaire de Fer. Todas as linhas passaram ao controle dessa única empresa. O ponto central para esse sistema era Porto Alegre. Em 1908, com a posse de Carlos Barbosa no governo do estado, os projetos que visavam a valorizar o comércio de Porto Alegre e torná-lo o centro de operações comerciais entre o interior do estado e o centro do país (pela via porto de Rio Grande) obtiveram mais apoio no meio político. Um dos passos concretos foi dotar a capital de um sistema viário, sendo que, neste, a navegação fluvial foi incluída como prioritária (REINHEIMER, 2010, p.108).

Nesse sentido, o relatório da Comissão de Terras e Colonização de Jaguari, escrito pelo Coronel Severiano de Sousa e Almeida para a SOP, apesar de referente a uma área geográfica sem relação direta com o vale do rio Gravataí e Torres, clarifica o posicionamento do governo republicano gaúcho quanto à questão dos transportes e a priorização da navegação fluvial, ao enfatizar que Júlio Prates de Castilhos o “Immortal Organizador do Rio Grande do Sul republicano”, considerava “necessidade urgente” a desobstrução de dois canais daquela região (ALMEIDA In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.82). A partir do “olhar investigador” de Júlio de Castilhos, o relatório exalta a importância do transporte fluvial no estado:

Consideradas as razões todas que devem influir na escolha dos meios de transporte dos nossos productos agrícolas, é bem claro que, não sendo densa a nossa população, nem tão considerável o desenvolvimento econômico do Rio Grande, que o transporte ferro-viario se imponha, e o transporte fluvial deva merecer a nossa preferencia (ALMEIDA In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.82)

Portanto a concepção de Francisco Rodolfo Simch do Porto de Torres em relação ao transporte ferroviário e fluvial manifestar-se-á, na década seguinte, como parte de um discurso do governo republicano do qual ele próprio fazia parte, ao entrar para a vida pública, no início do século XX.

A preferência do transporte fluvial em detrimento do ferroviário era uma tendência inovadora no Rio Grande do Sul, no início do século XX, defendida especialmente pelo engenheiro Costa Gama, que apontava como vantagem a redução de frete (ALMEIDA In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.82). Aliás, “os estudos topográficos da área por onde deveria passar a via lacustre do “canal de Porto Alegre a Torres” realmente se iniciaram imediatamente após a chegada do engenheiro responsável da obra, Costa Gama” (REINHEIMER, 2010, p.115). O diretor da comissão de terras e colonização de Jaguari também utilizava o argumento do menor custo de frete na navegação fluvial, em comparação com as ferrovias²⁵⁴.

Criticava-se a escolha tradicional das ferrovias²⁵⁵, sob o pretexto de se alcançar maior velocidade do transporte, como um entrave ao progresso do estado, citando-se, como exemplo, a longa espera pela efetivação do projeto de ligação ferroviária entre Porto Alegre ao porto das Torres (ALMEIDA In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.82). Este atraso na construção desta ferrovia entre capital e o litoral norte perdurou, permanecendo como um projeto desenhado nos mapas de planejamento viário até o final da década de 1920 e retomado como parte do projeto de concessão do Porto de Torres de 1933, como se verá adiante.

O ano de 1907, como se vê, traz muitas discussões em torno dos transportes, com o objetivo de concretizar ideias que vinham sendo discutidas pelo governo republicano. Um exemplo disto é o plano para melhoramento dos portos, de Francisco de Paula Bicalho²⁵⁶. Este documento havia sido apresentado ao governo federal em 4 de novembro de 1907, e integrou o relatório da SOP do Rio Grande do Sul, em 1908,

²⁵⁴ “(...) releva conhecer que o custo do transporte por agua vae da metade e mesmo, menos da metade nos canaes, até um vigésimo do custo dos fretes nas estradas de ferro, navegação de grande calado e longo curso” (ALMEIDA In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.83).

²⁵⁵ As ferrovias, assim como a navegação fluvial, envolveram o investimento de empresas e mão-de-obra da França e da Bélgica, no Rio Grande do Sul, como bem ilustra a trajetória do imigrante francês que se tornou o sogro da filha mais velha de Francisco Rodolfo.

²⁵⁶ À época do plano para melhoramento dos portos, Francisco de Paula Bicalho era diretor técnico da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro (1903-1911). Depois disso, ele se tornou consultor técnico da *Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*, de 1911 a 1919 (ARQUIVO NACIONAL. Bicalho, Francisco de Paula. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/bicalho-francisco-de-paula-1847-1919>. Acessado em 23/05/2023).

quando o Presidente do estado era Carlos Barbosa Gonçalves²⁵⁷ (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908), constituindo uma referência para os anos seguintes, para as discussões estaduais referentes às estruturas portuárias. Trata-se da “Exposição do plano de realização de melhoramento dos portos da República”, que era o capítulo V do documento apresentado por Francisco de Paula Bicalho em 1907, intitulado “Regimen para o melhoramento de portos”. Mais do que um método restrito aos portos, tratava-se de uma forma de proceder considerada pela diretoria de viação do Rio Grande do Sul como um modelo para as obras públicas gaúchas, em um momento em que Francisco José Simch e Francisco Rodolfo Simch também atuavam na administração pública. Percebe-se, inclusive, que alguns elementos da concepção de Bicalho (RIO GRANDE DO SUL, 1907) de porto estão presentes na publicação do artigo “O Porto de Torres”, por Francisco Rodolfo Simch (SIMCH, 1916). Nesse sentido,

Os portos devem ser considerados o traço de união entre a viagem terrestre e a navegação marítima, pois por elles se estabelece a continuidade do transporte entre as estradas de ferro e as embarcações de longo curso para a troca internacional dos productos.

Com tal feição poderão elles ser, de facto, poderosos instrumentos de riqueza, desde que, por suas boas disposição e aparelhamentos, possam offerecer, a par do máximo de presteza e facilidades, a possivel economia na baldeação e braçagens dos gêneros de importação e exportação (BICALHO, In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p. 246).

Este conceito do porto como um local de confluência entre o transporte terrestre e o marítimo está presente no projeto do Porto de Torres, em 1916 e em 1933, quando se fala de uma conexão ferroviária entre os centros produtores e consumidores com o litoral norte, para o escoamento das mercadorias (SIMCH, 1916).

A simples existência de uma rota para a circulação do transporte, através da rede ferroviária, não bastaria, no entanto. Um ponto fundamental era, segundo Bicalho (In: RIO GRANDE DO SUL, 1907), a escolha acertada da localização geográfica e da estrutura do porto e da malha ferroviária, para que a presteza e a comodidade do serviço acompanhassem a economia nas operações comerciais. Este aspecto também existe na concepção de Simch (1916) do Porto de Torres, sendo apresentados cálculos detalhados para comprovar que o escoamento das

²⁵⁷ João Luiz de Faria dos Santos transcreveu, em 1908, o texto de Bicalho em seu relatório da Diretoria da Viação, que era parte integrante do relatório geral da SOP do Rio Grande do Sul (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908).

mercadorias produzidas e recebidas no norte do Rio Grande do Sul deveriam fluir pelo Porto de Torres, enquanto aquelas relativas à porção sul seriam transportadas pelo porto de Rio Grande. Esta ideia alinhava-se com a política castilhista, que, “objetivando o desenvolvimento multilateral do Estado buscava possibilitar o acesso tanto da produção do norte do Estado quanto da produção da zona pastoril do sul aos grandes portos do país e do exterior” (ESPÍRITO SANTO, 2004, p.89), o que se refletia na perspectiva de Francisco Rodolfo, visto que “Simch considerava, ainda, que o comércio internacional era o verdadeiro modulador da produção e do consumo” (ESPÍRITO SANTO, 2004, p.21). Além disso, idealmente, o estado deveria contribuir com capital para a melhoria dos portos, sem exigir reembolso, de modo a reduzir ao máximo os encargos cobrados nas taxas dos serviços portuários, com o objetivo de “desenvolvimento do commercio e das industrias nacionais, cuja prosperidade constitue a riqueza publica” (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.246). Um exemplo desta orientação era o porto da Antuérpia, administrado pela municipalidade belga desde 1874, que se impunha como “poderoso concorrente” até mesmo para o porto de Londres, segundo relatório apresentado à Câmara do Comércio do Havre, na França, por Maurice Taconet, representante da Comissão da Autonomia dos Portos (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.247). Tratava-se de tornar o transporte ágil e barato, tornando a rota até o porto atraente para o comércio e, com isso, gerando benefícios indiretos para a área portuária:

Terminando o seu relatório sobre os portos da Bélgica, o referido Mr. Maurice Taconet assim se exprime:

“Parece, para resumir este exame da administração dos portos belgas, que a idéia capital é attrahir, pelo regimen mais econômico possível até a gratuidade, a navegação e o trafego, em vista de benefícios indirectos, consequencia forçada da grandeza do movimento marítimo e commercial e dos novos freguezes (apports) que uma tal concurrencia consegue desviar dos caminhos antigos”.

A facilidade dos transportes, a rapidez das communações e o grande progresso em tudo o que diz respeito às relações entre os povos civilizados tem promovido a mais intensa concurrencia commercial por toda a parte: a corrente, porém, procura naturalmente o caminho menos embaraçado e mais econômico e as facilidades crêam mesmo interesses, onde, sem ellas, deixariam de existir (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.247)

Este aspecto contrasta com a ideia que surgiu no governo gaúcho, nas décadas seguintes, de concessão do Porto de Torres para a iniciativa privada. Para uma concessionária, o objetivo principal não era o estabelecimento de um novo caminho que trouxesse o progresso para a região do porto, mas sim, o lucro para a empresa

concessionária ou para o país desta empresa. A perspectiva apontada por Bicalho (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907), que se baseava no controle e no investimento de capital pela administração pública, não está presente na forma como foi negociada com o governo alemão, em 1933, a concessão do Porto de Torres. Do ponto de vista da Alemanha, o objetivo da exploração do Porto de Torres não era o desenvolvimento do comércio e da indústria do Brasil, mas sim a exploração econômica de uma estrutura que traria lucro para o Terceiro *Reich* e uma contribuição para combater o problema da alta taxa de desemprego naquele país, com empregos para famílias de alemães sem trabalho. Portanto houve, na década de 1930, uma orientação diversa daquela do final do início do século XX, que se opunha claramente à ideia deste tipo de concessão: “Na questão dos portos, uma das intervenções acessórias que deve ser eliminada é a exploração do serviço com caracter industrial por empresas particulares que delas procurem retirar grandes lucros” (BICALHO, In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.247).

No entanto, isto não significava que Bicalho não concordasse com nenhum tipo de concessão, pois ele, inclusive, havia citado a obra de Rochemont e Despret, “Curso de trabalhos marítimos”, explicando que o Estado francês executava as obras essenciais para o melhoramento dos portos, mas que o estabelecimento e a exploração das instalações e da estrutura para a movimentação e a guarda das mercadorias ficavam a cargo das câmaras de comércio e da indústria particular (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.248). Esta era uma forma de concessão, por decreto pelo Conselho de Estado francês, que revertia ao Estado após o prazo de 30 a 60 anos. As câmaras de comércio podiam impor taxas para seus serviços, porém estes recursos somente poderiam ser empregados na realização de obras e instalações do porto ou para pagar empréstimos. Isto significa que as câmaras de comércio não podiam receber mais do que o necessário para custear os serviços prestados e amortizar o capital utilizado, não obtendo lucro (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.248). As taxas de uso não eram obrigatórias e serviam somente como remuneração pelos serviços efetivamente prestados (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.249). Mais uma vez, vê-se que este é um tipo de concessão diferente da concessão negociada com a Alemanha, em 1933, para o Porto de Torres, em que, ao que parece, a concessionária estrangeira seria responsável pelas obras essenciais de construção do porto e da ferrovia conexa, sem restrição para a cobrança de taxas de uso dos serviços portuários fornecidos. Inicialmente,

antes de 1882, os portos franceses contratavam “meros concessionários”, assim como teriam sido as empresas a serviço do governo da Alemanha, na proposta de concessão da década de 1930, porém logo foi “reconhecida a necessidade de serem afastados, pouco a pouco, taes intermediários e substituídos pelas camaras de commercio” (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.249). Desse modo, o capital utilizado para o melhoramento dos portos era substancialmente garantido pelo Estado francês, para “afastar deste serviço o caracter de exploração industrial propriamente dita, para proporcionar ao commercio um mínimo de encargos nas suas relações internacionais” (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.249).

Assim, Bicalho (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907) apresentou um modelo de gestão dos portos em que há controle da administração pública sobre as taxas de uso cobradas dos usuários, através da participação no mínimo majoritária, se não total, do capital investido na construção e manutenção do empreendimento, com o objetivo de manter estas taxas baixas e atrair a navegação e o comércio para a região do porto.

A exceção a esta tendência era a Grã-Bretanha, em que, desde 1861, se acordava “aos concessionários uma excessiva liberdade de acção, pois alli é sempre licito *tudo o que é razoável* (all that is reasonable)” (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.254, grifo do autor).

Citando-se os portos de Amsterdã, Roterdã, Hamburgo, Bremen, Antuérpia e Gênova, concluiu-se que o controle dos portos pela administração pública era a escolha estratégica da maior parte dos portos europeus:

Da ligeira revista que acabamos de passar, pelos principaes portos do commercio do continente europeu, ve-se que a parte mais pesada dos capitaes precisos para melhoramento desta espécie é fornecida pelos erários dos Estados respectivos e que a exploração de taes portos é geralmente confiada á municipalidades ou associações do commercio, que administram os serviços de portos, sem o caracter de empreendimentos industriaes propriamente ditos.

Na Grã-Bretanha, porém, o regimen é diverso (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.252-253).

A Grã-Bretanha era, de fato, uma exceção, porque, apesar das concessões, as taxas cobradas pelos portos autorregulavam-se, não sendo cobradas tarifas elevadas aos usuários. Isto porque este era justamente um caso diferente dos demais portos europeus analisados. O território de pequena superfície contava com centenas de portos muito próximos uns dos outros e isto gerava competitividade entre as tarifas

portuárias, fazendo com que nenhum porto ousasse cobrar tarifas exageradas que fizessem desviar os usuários de sua rota de navegação comercial. Portanto nesta situação única o sistema de concessões funcionava bem (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.254).

Já os portos comerciais dos Estados Unidos não tinham um modelo administrativo único, o que levou os engenheiros Quinette de Rochemont e Vetillard a concluir, em 1902, que “para o completo conhecimento é preciso estudar-se quase que um por um todos os seus inumeros portos”, referindo-se aos portos da América do Norte (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.256).

Isto posto, passou-se ao exame do caso brasileiro, para o qual o modelo de gestão adotado na maioria dos portos europeus, como explicado anteriormente, seria o mais adequado: “a orientação sobre este objecto das nações do continente europeu – *reduzir ao mínimo possível as despesas do porto* – é a que nos parece mais acertada e mais de accordo com os verdadeiros princípios economicos” (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.256). Bicalho observou que, posteriormente à apresentação deste seu trabalho, em 1907, o engenheiro Elmer Lawrence Corthell publicou um trabalho intitulado *Results of investigation into the cost of ports and of their operation*, trazendo fundamentação análoga à sua. Assim, Corthell teria afirmado que a maior parte dos portos europeus eram operados pelos governos, ou pelas municipalidades, ou pelas câmaras de comércio, para reduzir o custo do comércio e se tornarem competitivos. Para as autoridades europeias, a intensificação do comércio era mais importante do que o retorno do investimento (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.256).

Em oposição a isso, curiosamente, Corthell havia firmado, naquela mesma época, contrato com o governo do Rio Grande do Sul para executar as obras da barra e do porto de Rio Grande. Segundo o Secretário de Obras Públicas, Cândido José de Godoy,

(...) para uma empresa arriscar-se a essas consequências [do imprevisto na luta contra o mar para a execução de taes obras], era necessário contar com um forte esteio, que, no caso, só póde ter sido o monopólio da exploração do porto do Rio Grande” (GODOY In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.24).

Cândido Godoy (1908) acreditava que teria sido melhor a realização de contratos separados para a barra e para o porto de Rio Grande, para, justamente, não comprometer o futuro porto com a responsabilidade de remunerar a iniciativa privada

pela obra da abertura da barra e, com isso, ter um obstáculo à expansão da navegação, que **“deve penetrar tão longe quanto fôr possível no interior das terras”** (GODOY In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.25, grifo do autor).

Este relatório mostra que o Brasil ainda não tinha desenvolvido uma visão estratégica comum para os portos do país. Os portos brasileiros ainda eram considerados simplesmente uma fonte imediata de renda, que deveria gerar o retorno do investimento aplicado e o maior lucro possível. Nos exemplos de administração portuária europeia, trazidos pela SOP neste relatório, o papel principal dos portos na economia era o desenvolvimento econômico nacional, ao intensificar e impulsionar o comércio. A principal ideia sustentada por Bicalho (In: RIO GRANDE DO SUL, 1907) é que o Brasil, a exemplo de outros países, deveria reconhecer a importância estratégica dos portos para intensificar o fluxo comercial e, em conseqüente, desenvolver a economia, ao invés de reduzir o porto a uma simples construção para a qual se espera o retorno a curto prazo do capital investido. Esta era grande diferença apontada entre a importância dos portos na política dos transportes no Brasil e na Europa, segundo Bicalho (In: RIO GRANDE DO SUL, 1907). Esta fundamentação justificava a tese de Cândido Godoy (In: RIO GRANDE DO SUL, 1908) de que o Estado deveria controlar a administração portuária, para que não se criasse um monopólio de capital estrangeiro em uma atividade que é crucial para o país, porque envolve o fluxo de comércio e, portanto, o desenvolvimento econômico nacional. Além disso, se os portos fossem controlados pelo Estado, a redução das despesas operacionais ao mínimo necessário compensaria o fato destas estruturas não gerarem renda, assim como vinha acontecendo na Europa. Alertava-se, no início do século XX, para o perigo do controle do capital privado sobre os portos:

Nós, por enquanto, temos seguido um caminho muito diverso e é mais do que tempo de mudar de rumo como excellent objecto de exploração mercantil que, podendo produzir gordos rendimentos, facilita o concurso de capitaes particulares para o seu melhoramento e dispensa os poderes públicos de procurarem uma outra solução mais conveniente e mais patriótica para o grande problema (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.257).

A lei de 1869²⁵⁸ permitia que os capitais investidos por empresas particulares auferissem até 12% de rendimentos, o que era, ainda, frequentemente excedido, por

²⁵⁸ Bicalho refere-se ao Decreto nº 1.746, de 13 de outubro de 1869: “Art. 1º Fica o Governo autorizado para contractar a construcção, nos differentes portos do Imperio, de dócas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação [...] Será revista esta

manobras contábeis (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.259). Para mudar esta situação, no entanto, o Brasil enfrentava um importante obstáculo. A administração pública de uma “nação nova, que ainda não tem recursos acumulados nem fontes de renda suficientes para fazerem face a tão pesados encargos” (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.258), não podia abrir mão do reembolso, com juros, do capital investido nos portos (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.257). Assim, as despesas por tonelada de carga no Porto de Santos eram mais do que o dobro das despesas do Porto Le Havre, na França, em razão da alta taxa cobrada pelo serviço de carga e descarga, no porto brasileiro (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.259).

Sob uma perspectiva realista, a implementação deste sistema administrativo não era imediatamente aplicável ao Brasil. Porém, seria, sim, possível, caminhar nesta direção, preparando o país para um sistema comercial semelhante ao europeu (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.257). Para isso, recomendava-se reduzir o orçamento destinado ao comércio, destinando-se 2% sobre as importações para os portos. Este investimento retornaria em benefício do próprio comércio, ao proporcionar maior facilidade e agilidade dos transportes. Com efeito, estimava-se uma economia futura de cerca de 25%, com relação aos custos operacionais que o comércio até então assumia. Ao mesmo tempo, com a intensificação comercial e a amortização do capital, as taxas portuárias poderiam ser gradualmente reduzidas, já que não visavam ao lucro, chegando-se a uma situação semelhante àquela europeia, em que as tarifas de uso cobradas correspondiam ao mínimo necessário para cobrir as despesas de custeio. Segundo o estudo, os recursos da iniciativa privada deveriam ser utilizados no desenvolvimento industrial do país, deixando-se a exploração do comércio portuário à administração pública:

O Estado lucrará duplamente se afastar destes [dos portos] o interesse particular, pois por esta forma deixará livres maiores recursos para as outras industrias e amparará ao mesmo tempo o seu commercio, que tanto carece de um auxilio efficaz para se desenvolver e florescer (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.258)

tarifa pelo governo imperial de cinco em cinco annos; mas a redução geral das taxas só poderá ter lugar quando os lucros liquidados da empresa excederem a 12%” (BRASIL. *Decreto nº 1.746, de 13 de outubro de 1869* [Autorisa o Governo a contractar a construcção, nos differentes portos do Imperio, de dócas e armazens para carga, descarga, guarda e conservaão das mercadorias de importação e exportação.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL1746-1869.htm. Acessado em: 23/05/2023). Este decreto foi revogado pelo Decreto nº 24.599, de 1934.

Partindo-se do princípio de que “a barateza dos portos é um dos elementos essenciaes para a prosperidade da navegação e do commercio, e, portanto, da riqueza nacional” (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.260), o governo brasileiro deveria seguir um planejamento econômico que garantisse o capital necessário para cobrar as taxas das operações sem geração de lucro, de forma a estimular a navegação comercial.

Isto posto, este era o plano para a realização das obras de melhoramentos dos portos brasileiros:

- O melhoramento e aparelhamento dos portos, em vez de serem confiados á industria particular por meio de concessões, serão levadas a efeito por conta do Estado, systematicamente, e dentro dos recursos disponíveis da Caixa Especial de Portos, creada pelo Dec, nº 6.368, de 14 de Fevereiro do anno corrente.
- Será cobrada a taxa de 2% sobre o valor da importação estrangeira pelos portos e fronteiras da Republica, cujo produto, ainda não empenhado como garantia das concessões até hoje feitas e demais rendas da Caixa Especial, serão dados como garantia de empréstimos que serão levantados por séries relativas a cada um dos portos, cujo melhoramento deve ser empreendido desde já.
- As obras serão feitas por empreitada, nos termos das que estão sendo executadas neste porto e, quando terminadas, no todo ou em parte, serão arrendadas para sua exploração á empreza ou associações que offereçam as precisas garantias de capacidade, mediante contractos por prazos que não excedam de dez anos, podendo ser prorrogados.
- Quando as rendas do porto excederem os limites marcados nos contractos de arrendamento para cada porto, por biennios, o excedente reverterá para o commercio, por meio de reduçção nas taxas do porto.
- Serão feitos os estudos para todos os portos e executados, mesmo com caracter provisório, os melhoramentos reclamados para cada um, de conformidade com sua importancia commercial (BICALHO In: RIO GRANDE DO SUL, 1907, p.260)

Esta proposição dependeria, ainda, da aceitação do governo. O plano pretendia, evidentemente, a redução das taxas portuárias e o aumento do controle das operações pela administração pública. Destaca-se, aqui, a criação da Caixa Especial dos Portos, com o Decreto nº 6.368 de 14 de fevereiro de 1907, como uma conta do governo para ser investida nos portos, em substituição ao capital privado.

O entusiasmo do governo com os transportes como o meio principal de desenvolver a economia do estado despertava o desejo de Francisco Rodolfo de participar ativamente desta construção de um Rio Grande do Sul autossuficiente. Para isso, recém-formado em direito, ele combina seu conhecimento jurídico com a mineralogia, quando, em 1908, submete ao procurador geral do estado do Rio Grande do Sul o projeto de lei que elaborou, sobre mineralogia (PACOTILHA, 1908, p.1).

Como no ano anterior, Francisco Rodolfo demonstra sua intenção em participar do governo atuando nesta área.

Durante a Presidência do estado do Rio Grande do Sul por Carlos Barbosa Gonçalves, entre 1908 e 1913, o planejamento portuário foi mais amplamente discutido no contexto estadual, retornando a navegação fluvial para Torres ao debate, assim como os portos de navegação interior.

O engenheiro João Luiz de Faria Santos havia assumido a pasta da Diretoria de Viação em 1904, recém-criada para superar os obstáculos do setor de transportes gaúcho (REINHEIMER, 2010, p.243). Nesse contexto, o relatório da diretoria de viação de 1908, parte integrante do relatório geral da SOP daquele ano, além da demonstração da despesa e do andamento dos serviços realizados no ano de exercício referido, apresentou propostas de obras para melhorar o transporte no Rio Grande do Sul, destacando-se, para esta pesquisa, o início da construção de uma ponte de madeira sobre o rio Gravataí, com 50 metros de comprimento e 5,50 metros de largura, que levaria um ano para realização (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.202), e o planejamento do canal de navegação entre Porto Alegre e Torres (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.206).

Este relatório fazia parte do relatório geral da SOP, dirigida por Cândido José Godoy. Com relação à navegação, Godoy (In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.27) mencionou a realização da primeira barragem com eclusa do Brasil pelo engenheiro José da Costa Gama, da Companhia Melhoramentos do Cahy, melhorando a navegabilidade pelo porto São João de Montenegro até o porto de São Sebastião. Trata-se da barragem Rio Branco²⁵⁹, que “pode ser apontada como a principal obra hidrográfica realizada no Rio Grande do Sul na Primeira República” (REINHEIMER, 2010, p.114).

Além disso, o relatório apontou a necessidade de melhoramentos no rio Gravataí, que seria um futuro meio de transporte eficaz para escoar a produção do município de Santo Antônio (GODOY In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.27). Assim, reconhecia-se a importância da navegação interna e da rota pelo rio Gravataí, em cujo vale ocorreria, na década seguinte, a exploração do carvão.

²⁵⁹ Segundo Reinheimer (2010, p.114) a barragem Rio Branco “representou um pioneirismo no Brasil neste tipo de empreendimento”.

Cândido Godoy cita, ainda, seu posicionamento e o histórico dos projetos de construção de um canal ligando Torres a Conceição do Arroio²⁶⁰, bem como a visita técnica que realizou no local, com autoridades francesas, defendendo a navegação preferencialmente pelo rio Gravataí, e não pelo rio Capivari. Em combinação com a navegação entre Palmares e Porto Alegre, que já ocorria, em uma extensão de 135 quilômetros, essa nova rota ligaria Torres a Porto Alegre (GODOY In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.27-28). A opinião técnica de Costa Gama era diversa: para este engenheiro, “o trajeto pelo rio Gravataí era mais longo, e, por isso, mais oneroso, e o trecho pelo Capivari era mais curto em tempo de travessia e não oneraria o tesouro do Estado” (REINHEIMER, 2010, p.116), apesar de também apresentar algumas restrições quanto à abundância de vias de comunicação. Este era um tema de discussão, à época.

Assim, Francisco Rodolfo participou do planejamento e das ações de um desenvolvimento econômico cuja orientação foi esboçada na virada do século XIX para o século XX. Levando isso em conta, é relevante observar a valorização do rio Gravataí e dos portos neste período de sua inserção política, porque é justamente sobre estes dois pontos que ele e seu pai atuarão, nos anos a seguir, com a mineração carbonífera no vale do rio Gravataí e a defesa da construção de um porto em Torres e de sua conexão com a capital.

Com isso, passa-se ao exame dos empreendimentos realizados neste período, para melhorar o transporte no estado, e da valorização da exploração portuária com controle estatal, concretizada por meio de regulamentação. A navegação interior e o canal Porto Alegre – Torres faziam parte de um contexto em que, segundo o diretor de viação da época, era “cada vez mais urgente o melhor aproveitamento do admirável systema hydrographico do nosso Estado, consistindo nas grandes bacias opostas da lagôa dos Patos a Sudeste e rio Uruguay a Noroeste” (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.202).

Na ausência de levantamentos hidrográficos, as informações sobre a navegação a vapor interna eram fornecidas pelos práticos, sendo que a linha de Porto Alegre a Gravataí percorria o rio Gravataí em uma extensão de 44 quilômetros. Durante a seca, a navegação a vapor tornava-se bastante limitada a pontos extremos, como o baixio do Sangradouro, na entrada da lagoa Mirim, e a ponte de Cachoeira no

²⁶⁰ Atualmente, Conceição do Arroio corresponde ao município de Osório, no Rio Grande do Sul.

rio Gravataí. Durante a estação chuvosa, no entanto, a navegação a vapor cobria uma extensão de cerca de 2.400 quilômetros. As obras de aprofundamento da navegação nos canais do Guaíba e lagoa dos Patos ainda não garantiam a navegação para 3 metros, embora fosse possível obter o dobro de profundidade, conforme previa o projeto “Porto Alegre porto de mar”. O serviço de aprofundamento dos canais havia iniciado em 12 de outubro de 1897 na barra de São Gonçalo, mas seu andamento era lento porque o material de dragagem era insuficiente (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.202).

Havia muitos opositores, tanto nas classes dirigentes brasileiras quanto nas europeias, à realização de obras pela administração pública, mas a opinião sobre o assunto vinha se modificando, enfraquecendo a ideia de privilegiar a iniciativa privada para a execução de serviços de interesse público. A prática capitalista, segundo o relator, era a economia nas obras, desrespeitando os compromissos contratuais para garantir o lucro, em detrimento do povo. Isto restringia a atuação do governo, que seria, esta sim, benéfica para a coletividade (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.202-203). Santos posiciona-se claramente contra a privatização indiscriminada das obras públicas:

Guiado pelos conselhos de pensadores eminentes e de práticos estimáveis, eu tenho sustentado, desde que o Governo Estadual confiou-me, em Novembro de 1895, a direção do serviço de viação, a conveniência de serem por elle construídas as vias de communição fluviaes e terrestres sem jamais entregal-as a empresas privilegiadas. Isto se pode perfeitamente fazer sem prejuízo da verdadeira iniciativa particular, a que, sem monopólios, applica-se, sob uma vasta concorrência, a operações industriaes, commerciaes e bancarias. Assim, os capitaes acumulados no mundo inteiro podem, sem se estorvarem, ser empregados na cultura do solo rio-grandense e na elaboração e permuta dos seus produtos naturaes (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.203)

Portanto Santos (In: RIO GRANDE DO SUL, 1908) não se opunha à participação da iniciativa privada na economia gaúcha, mas sim à forma como isto ocorria. Para ele, equivocados eram os monopólios e privilégios conferidos aos capitalistas, atuando sem fiscalização e controle efetivo da administração pública. Através da “verdadeira iniciativa particular”, o capital estrangeiro poderia, sim, participar da economia do Rio Grande do Sul, porém isto deveria acontecer por meio das práticas industriais, comerciais e bancárias. O posicionamento da diretoria de viação alinhava-se com “pensadores eminentes e de práticos estimáveis”, tendo sido constituído em consonância com o espírito dominante na administração pública de

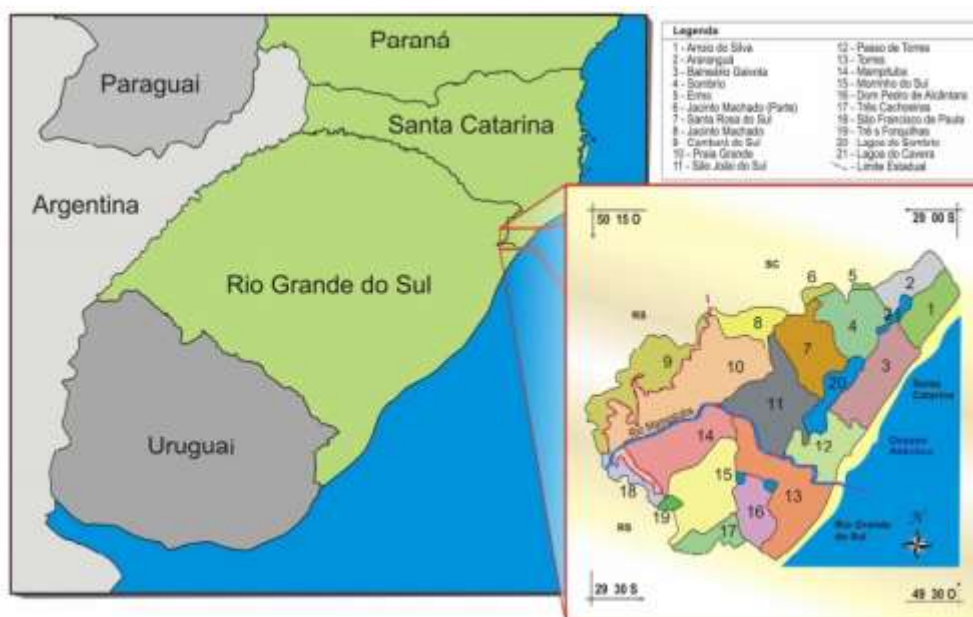
1895, logo após a Revolução Federalista, quando Francisco José Simch também desempenhava um cargo de direção da administração pública, tendo demonstrado este mesmo ponto de vista em seus relatórios, como visto.

Para reforçar sua argumentação, o diretor de viação afirmou que a experiência convenceu a administração pública europeia de que a exploração dos serviços de interesse público, como o abastecimento de água, esgotos, por exemplo, deveriam ser competência dos governos. Para ilustrar esta assertiva, mencionou o projeto de encampação da rede ferroviária da Companhia de Oeste da França, pelo governo francês, descrito em 16 de maio de 1908 pela revista “Le Génie Civil”. Além disso, citou o relatório apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre, em 15 de outubro de 1907, pelo Intendente Municipal, o engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão, que apresentou fatos que comprovavam o posicionamento favorável à municipalização dos serviços públicos em países como França, Itália, Inglaterra e Alemanha.

No caso do Rio Grande do Sul, lembrava-se que a seção sobre o canal de Porto Alegre a Torres era um projeto que ocupava a atenção do governo há mais tempo, tendo sido este canal “proposto durante a monarquia com o nome de Príncipe D. Affonso” (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.207). Para a diretoria de viação, “o problema é realmente importante”, pois a construção do canal pretendia aproveitar as lagoas entre Conceição do Arroio e Torres, “com o comprimento provável de 230 km”.

Além disso, o governo de Santa Catarina pretendia “abrir o canal de Laguna ao rio Mampituba que, próximo a Torres, o separa de nosso Estado”. De acordo com o relatório, se estas duas obras, que eram a construção do canal entre Porto Alegre e Torres e a abertura do canal de Laguna ao rio Mampituba, se realizassem, então a bacia da lagoa dos Patos seria ligada à região de Santa Catarina, onde engenheiros indicavam a construção de um porto (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.206):

Figura 8 - Localização geográfica da bacia hidrográfica do rio Mampituba e de Torres, indicada com o nº13



Fonte: BOHN, 2008, p.30

Assim, também havia a hipótese do estado de Santa Catarina se antecipar ao projeto do Porto de Torres e construir um porto naquela região limítrofe. Diante disso, o governo estadual continuava a estudar a possibilidade da obra portuária no litoral norte gaúcho. Desse modo, em outubro de 1907, o Secretário de Obras Públicas Cândido Godoy, juntamente com representantes estrangeiros em missão na América Latina, Charles Wiener, Ministro Plenipotenciário da França e seu secretário, conde Pierre de Faily, percorreram a região entre Taquara e Torres, passando por Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.206). Esta visita técnica, relatada por João Luiz de Faria Santos, reforçava ao seu superior hierárquico, o Secretário de Obras Públicas do estado, as vantagens, segundo ele, da construção do canal entre Porto Alegre e Torres:

Tivestes assim ocasião de observar a fertilidade do solo contíguo á serra do Mar e á zona baixa do Estado que aquelle canal vae servir e se acha presentemente privada de comunicação economica com os centros consumidores (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.206-207).

Com efeito, em sua opinião, a região de Torres encontrava-se isolada dos centros consumidores do Rio Grande do Sul²⁶¹, tendo poucas e precárias vias de transporte com o resto do estado. Estas condições desfavoráveis para o desenvolvimento da economia gaúcha permaneceram por bastante tempo, conforme os relatórios da SOP seguintes. Em especial, o mapa anexo ao relatório da SOP de 1927 evidencia o planejamento das conexões ferroviárias na região de Torres, para ligá-la ao norte do estado e à capital. Embora aquela não fosse a única região do estado em que os caminhos fossem precários, a região de Torres era vista como uma área estratégica e prioritária para a circulação dos transportes no estado, para o escoamento de produtos.

Para reforçar a argumentação defendendo a construção do canal entre Porto Alegre e Torres, retoma-se a fundamentação que sustentou a viabilidade do projeto, já na época da monarquia:

O tenente-coronel de Engenheiros Eduardo José de Moraes diz em memória de 1888, referida em vosso predito relatório, que os estudos primitivos deste canal datam de 1856 e foram realizados pelo Eng. Major Pereira de Campos, que julgou o projecto perfeitamente exequível já naquella época. Pensava então o Governo Imperial estabelecer a navegação interna de Laguna ao extremo da lagôa Mirim, na extensão de 900km (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.207)

Assim, a abertura de um canal entre Torres e Porto Alegre era considerada viável, desde os estudos realizados em 1856, como parte de um projeto de navegação interna entre Laguna e a lagoa Mirim.

Para o trecho entre Porto Alegre e Conceição do Arroio, a navegação ocorreria preferivelmente pelo rio Gravataí, escolha técnica esta que havia sido confirmada pelo engenheiro Antonio Pradel em março de 1908 (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.207). Percebe-se, com isso, que as minas de carvão de Gravataí, que foram exploradas na década seguinte, posicionavam-se de forma estratégica para a

²⁶¹ Nesta seção, quando se menciona o isolamento da região de Torres, exemplifica-se uma ideia que circulava naquela época. Nesta citação, extraída de um relatório da SOP de 1908, João Luiz de Faria Santos referia-se ao tema da circulação dos transportes e, portanto, ao fluxo comercial entre esta região litorânea e outras regiões. É preciso distinguir que Francisco Rodolfo Simch não concordava com esta “tese de isolamento”, como se percebe em seu artigo “O Porto de Torres” (SIMCH, 1916), que será analisado a seguir. Para Simch, o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres refere-se à intensificação e à otimização da circulação do transporte – que já ocorria naquela região. A inovação de Simch, em seu tempo, foi a proposta da articulação do transporte com a mineração do carvão em toda esta área, mas a existência do transporte e do comércio era por ele reconhecida. Atualmente, a “tese do isolamento” da região de Torres foi devidamente relativizada pela historiografia, sendo comprovado que havia, sim, comunicação e conexão destas populações com outros locais (WITT, 2015).

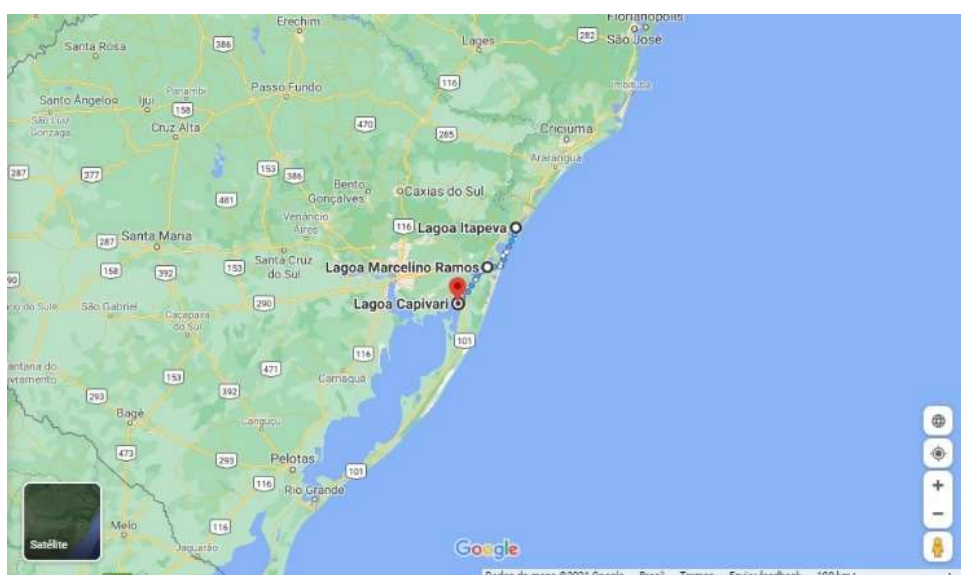
circulação do transporte, no vale do rio Gravataí, situando-se, portanto, na rota de navegação interna entre Porto Alegre e Torres.

Apesar da importância e da viabilidade reconhecidas da construção do canal entre Porto Alegre e Torres, a despesa e o tempo necessários para a obra ainda constituíam um argumento desfavorável. Assim, o relatório apresentava uma alternativa inicial para a navegação:

Como solução provisória, tendo em vista a despesa e o tempo, propozestes melhorar a navegação desde a lagôa Itapeva, cerca de 20 km de Torres, até a lagôa Marcellino junto a villa de Conceição do Arroio, e d'ahi seguindo para o porto de Palmares, no sacco de Capivary da lagôa dos Patos, por uma estrada de rodagem de 52km, de fácil e barata construccção (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1908, p.207).

Esta proposta combinaria o transporte pelas estradas de rodagem com a navegação. Assim, para o trajeto a partir de Torres, seria necessário percorrer 20 quilômetros, aproximadamente, de Torres até a lagoa Itapeva, por via terrestre, seguidos da navegação até a lagoa Marcelino, em Conceição do Arroio, para depois utilizar um trecho de 52 quilômetros de estrada de rodagem, que ainda deveria ser construída, para se chegar no porto de Palmares. Com isso, percebe-se, de qualquer forma, que as possibilidades de conectar Torres com determinados centros produtivos eram limitadas e onerosas, e mesmo a solução provisória, considerada menos cara e demorada, ainda estava longe de proporcionar uma via direta de circulação do transporte entre o litoral norte e a capital.

Figura 9 - Localização geográfica das lagoas Capivari, Marcelino Ramos e Itapeva



Fonte: GOOGLE Maps, 2021

Apesar do longo histórico do projeto de construção de um canal entre Porto Alegre e Torres, a realização só tomou forma a partir de 1915, e com participação da iniciativa privada na década de 1920 (REINHEIMER, 2010, p.247). Com a escolha da rota pelo rio Gravataí, o governo pretendia utilizar o transporte fluvial para escoar a produção de carvão para Porto Alegre (REINHEIMER, 2010, p.247), referindo-se à Mina de Gravataí, dirigida por Francisco Rodolfo Simch.

Retomava-se, além disso, um pedido anterior de construção de estrada de rodagem de Conceição do Arroio a Santo Antônio da Patrulha pela margem oriental da lagoa dos Barros, concluindo a reconstrução das estradas da cidade de Santo Antônio a Taquara e a Porto Alegre, que completariam a obra proposta de navegação e estradas de rodagem, mencionada anteriormente (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1909, p.207). Desse modo, Conceição do Arroio e Santo Antônio da Patrulha eram uma rota intermediária para o transporte entre Torres e Porto Alegre, sem possibilidade concreta de navegação direta através de canais.

O relatório da diretoria de viação mencionava, ainda, reparações, reconstruções e serviços de conservação das estradas de rodagem, entre elas a estrada que ligava Porto Alegre a Gravataí e Santo Antônio da Patrulha.

3.3 A CONSOLIDAÇÃO DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS E SOCIAIS DE FRANCISCO RODOLFO, NA DÉCADA DE 1910

*“Deixa que a tua certeza se faça do povo a canção
Pra que teu povo cantando teu canto ele não seja em vão”
(Geraldo Vandré)*

Em 1909, Francisco Rodolfo Simch anunciava na imprensa o oferecimento de seus serviços de advocacia, juntamente com Afonso Antônio Rodrigues, em Porto Alegre e em São Sebastião do Caí (O REPUBLICANO, 1909, p.1), o que demonstra a intenção de valorizar o trabalho na área jurídica, ao estender sua atuação ao interior do estado. Na região de colonização germânica de Santa Cruz do Sul, onde nasceu, resgata os laços da família com os imigrantes e seus descendentes, no papel de advogado da família, ao representá-la no inventário do avô materno. Na colônia, a família materna Wild é uma das famílias mais antigas e participante da vida política e social, e esta possibilidade de se reinserir na região da sua infância é experimentada.

Como sempre, o jornal “A Federação” é o veículo através do qual ele oferece seus serviços profissionais. No entanto, esta aposta de uma carreira vinculada ao interior do estado e à colônia germânica não parece ter trazido grandes resultados, porque logo Francisco Rodolfo deixa de anunciar seus serviços como advogado, e passa a fortalecer suas relações políticas em Porto Alegre na administração pública estadual. No início do século XX, portanto, Francisco Rodolfo parece estar ainda definindo sua trajetória profissional, reformulando suas estratégias sociais constantemente.

Assim, ele constrói uma rede de amizade e trabalho com os professores da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, onde foi diplomado, que lhe abre possibilidades de inserção na capital. Nesse sentido, ele articula com o Desembargador André da Rocha e com Leonardo Macedônia a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre²⁶², fundada em 1909 e vinculada à Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre²⁶³, por Ato da congregação desta faculdade, em sua 66ª

²⁶² Depois disso, esta instituição passou por uma série de transformações em sua estrutura, até se tornar a Escola Técnica da UFRGS, que deu origem, por sua vez, ao Campus Porto Alegre do IFRS, onde a autora realizou, em nível de Mestrado, sua pesquisa, cujo tema foi a participação de Francisco Rodolfo Simch na fundação da Escola de Comércio, em 1909.

²⁶³ Getúlio Vargas faz menção à participação de Francisco Rodolfo Simch neste novo projeto, ao escrever uma descrição do colega, no contexto da formatura do curso de Direito, em 1907.

reunião, por iniciativa dos professores Manoel André da Rocha, Leonardo Macedônia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch (CORREIO DO POVO, 1959, p.17; MARC, 2019).

Seu interesse na criação desta instituição é evidente, afinal, a profissão de professor sempre fez parte de toda a sua vida profissional. Além disso, esta seria uma possibilidade prestigiosa de trabalho que alavancaria a sua carreira em Porto Alegre e possibilitaria atuar como intelectual engajado. Era pouco provável que ele se tornasse um catedrático da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, imediatamente depois de formado, em 1907. Esta oportunidade se concretiza depois, com a liberação da vaga de uma cadeira, com a renúncia do Dr. Posidonio da Cunha, quando Francisco Rodolfo Simch é nomeado catedrático de Economia Social²⁶⁴. Sendo assim, com a criação da Escola de Comércio, Francisco Rodolfo Simch assumiu prontamente o cargo de Lente, reforçando seu vínculo com seus pares, na área do Direito, e criando oportunidades para dialogar com a sociedade através da sua capacidade intelectual. A Escola de Comércio também constitui um local de atuação da família, onde também atuam seu filho Francisco José Simch Júnior, seu irmão Waldemar e seu sobrinho Altair. Estas primeiras experiências no âmbito da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre lhe permitirão, em suma, ter maior visibilidade na cidade.

Entretanto, a participação de Francisco Rodolfo na criação da Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909, corresponde a um ideal maior do que a projeção social na capital gaúcha. A ideia de exercer uma atuação política forte no estado possibilitaria concretizar seu desejo de explorar as jazidas gaúchas. Francisco Rodolfo perseguiu este ideal, tanto que, em 1910 e 1911, enquanto Diretor do Museu do Estado, pesquisou o carvão no vale do rio Gravataí (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.524), nunca abandonando esta ideia de explorar os recursos naturais do estado e descobrir recursos que lhe possibilitassem atuar nesta área para o governo. A primeira década do século XX reforçava o caráter nacionalista da política do PRR, em que se defendia o controle estatal sobre as riquezas naturais brasileiras e a importância dos minérios para o desenvolvimento industrial e a defesa:

A década de 1910 correspondeu à primeira fase da história da indústria de ferro no Brasil. Dois fatos significativos marcaram esse período: a aquisição

²⁶⁴ A notícia do falecimento de Francisco Rodolfo Simch, publicada no Correio do Povo de 26 de outubro de 1937, traz informações biográficas nesse sentido (Acervo Particular de Clélia Simch Marc, CORREIO DO POVO, 1937, p.1)

das jazidas nacionais por grupos estrangeiros e a política de concessão de vantagens e privilégios a todos os que se propusessem a explorar o minério de ferro.

A aquisição a baixo preço das reservas de minério por grupos estrangeiros fez surgir no país uma tendência nacionalista, ligada ao receio de que o Brasil perdesse para o exterior a posse de suas jazidas. Esse temor foi expressado de início por um grupo constituído preponderantemente de técnicos. Por outro lado, as empresas nacionais e estrangeiras que se formaram para explorar o ferro estavam mais interessadas na exportação do minério do que propriamente na instalação de indústrias siderúrgicas no país. Diante das críticas do grupo de técnicos nacionalistas, o governo obrigou os exportadores a transformar uma parte do minério em gusa e aço dentro do país (ABREU, 2016).

Com este propósito de garantir ao Estado o domínio dos seus recursos naturais, em especial dos minérios, e seguindo esta linha nacionalista, Francisco Rodolfo Simch considerava importante conhecer as terras brasileiras, através do estudo da natureza e da ciência, identificando-se os animais, as plantas, os minerais, desenhando-os, explicando-os e fazendo circular a informação na sociedade. Nesse sentido, mantinha seu caráter multifacetado, e considerava a botânica uma ciência importante à qual o museu que dirigia deveria dar ao povo acesso. Assim, em 12 de julho de 1910, Francisco Rodolfo adquiriu, para a biblioteca do Museu do Estado, o livro *Sertum Palmarum brasiliensium*²⁶⁵, de autoria de João Barboza Rodrigues²⁶⁶. Para ele, esta era “a mais notável obra actualmente existente sobre palmeiras”²⁶⁷ (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL p.31).

Com relação à navegação fluvial, em 31 de dezembro de 1910, era assinado o Termo de encampação das obras realizadas pela “Companhia de Melhoramentos no Cahy”, no rio Caí (RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.5-6). Esta etapa da barragem Rio Branco e de outras obras²⁶⁸ leva, pois, à formalização da encampação na SOP, em Porto Alegre, na presença do Secretário de Obras Públicas, Candido José de Godoy e da comissão liquidante da Companhia Melhoramentos do Cahy, da qual faziam parte

²⁶⁵ « *Sertum palmarum brasiliensium* : ou Relation des palmiers nouveaux du Brésil, découverts, décrits et dessinés d'après natures : volume 2 », de João Barbosa Rodrigues (1842-1909). Disponível na Biblioteca Nacional Digital :

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon103515/icon103515.html. Esta obra é, atualmente, considerada um livro raro. Trata-se de uma obra pictórica de botânica, com descrições técnicas em latim e notas em francês.

²⁶⁶ João Barbosa Rodrigues publicou este clássico da botânica brasileira em 1903, impresso em dois volumes, na Bélgica, pelo governo do Brasil. A obra traz aquarelas e a descrição de 389 espécies de palmeiras, das quais 166 eram desconhecidas da ciência. Em 1903, o autor era diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (MARCOLIN, 2013, p.88).

²⁶⁷ Relatório do Museu do Estado para a Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, 1911.

²⁶⁸ As obras realizadas pela Companhia de Melhoramentos do Cahy eram a barragem Rio Branco, sua eclusa, espigões, barragens submersas, diques longitudinais, canais abertos e obras entre o porto dos Pereiras e a vila de São Sebastião (Relatório da Secretaria de Obras Públicas, 1911, p.6).

Álvaro Nunes Pereira, Manoel Feijó e o Engenheiro José da Costa Gama. Com a encampação, o Rio Grande do Sul pagaria uma indenização em títulos de 6% da dívida do estado à empresa, e receberia “as obras realizadas no rio Cahy, o material de conservação das mesmas e um terreno na barranca do rio” (RIO GRANDE DO SUL, p.5-6). O Decreto nº 166B, datado de 2 de janeiro de 1910, concedia um crédito de 150 contos de réis para que acontecesse a concretização desta encampação.

Sobre as relações que mantinha com seus funcionários, o relatório de Francisco Rodolfo Simch para o Secretário do Estado de Obras Públicas, em 1911, referente às atividades do período de julho de 1910 até junho de 1911, inicia-se com a expressão do seu pesar pelo falecimento, em 29 de março daquele ano, do funcionário mais antigo e que lhe servia desde a fundação do Museu do Estado como guarda porteiro, Patricio Pereira d’Almeida²⁶⁹. Ele ressaltava “seu rigoroso zelo, sua incançável atividade no desempenho de todas as incumbências que lhe eram commettidas” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.29). Estas manifestações de apreço e reconhecimento do valor do trabalho das pessoas é recorrente nos relatórios de governo de Francisco Rodolfo e tinham, para ele, grande valor. Com relação à qualidade do trabalho e do estudo de alguém, Francisco Rodolfo era conhecido por dizer muito francamente o que pensava diretamente à pessoa em questão, mesmo que uma apreciação negativa provocasse inimizades. Nesse sentido, a Revista do Globo descrevia detalhadamente esta sua característica, em homenagem póstuma:

As notas que dava eram a expressão matemática do aproveitamento e da aplicação do estudante. Foi sempre o carro de fogo da nossa academia e nunca deu a um aluno uma aprovação que não merecesse. A sua retidão, muitas vezes mal interpretada, doeu a muita gente e gerou rancores e revoltas por parte dos alunos. Mas o egrégio professor, compenetrado das responsabilidades de seu cargo, preferia perder a amizade do aluno a traí-lo dando-lhe uma consideração ou uma aprovação imerecida. Passava, porém,

²⁶⁹ Patricio Pereira d’Almeida havia entrado em licença para tratar da saúde em 1º de janeiro, depois retornado ao trabalho em 1º de fevereiro. Em 10 de março solicitou nova licença, e faleceu em 20 de março. Fernando José d’Oliveira Docca substituiu o colega falecido, sendo promovido a guarda. O servente Augusto Bianchi Filho foi, então, promovido para o cargo do colega Fernando José d’Oliveira Docca e, por sua vez, foi nomeado em 7 de abril de 1911, por Francisco Rodolfo Simch, o cidadão Lourival Meirelles Saraiva para ocupar o cargo vago de servente. (Relatório do Museu do Estado, Francisco Rodolfo Simch, 1911, p.29). É interessante observar este mecanismo com que os funcionários públicos eram sucessivamente promovidos, à medida que um cargo ficava desocupado, restando vago o cargo mais baixo na hierarquia do serviço público, para o qual o chefe da repartição poderia nomear um novo funcionário.

o tempo e a gente ia se convencendo de que o professor Simch era bom e, o que sempre o distinguiu, era justo (REVISTA DO GLOBO, 1937).

Esta retidão como professor se estendia a todas as esferas de trabalho e da vida privada, como se via na expressão genuína de seu lamento pela morte do antigo funcionário do Museu do Estado, cujo trabalho reconhecia.

Outra modificação no quadro de pessoal era a admissão, no cargo de preparador, desde 1º de fevereiro de 1911, de Otto Schmidt Brauner, prestando seus serviços para a organização das coleções de insetos. Este cargo havia sido autorizado pelo Secretário de Obras Públicas (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.29). As despesas com o pessoal da repartição totalizavam, no exercício do ano anterior, 14:648\$000, e passaram a 17:120\$000 somente no primeiro semestre de 1911, distribuídas entre as categorias diretor, amanuense, preparador, guarda porteiro, guarda e dois serventes (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.40-41).

Francisco Rodolfo continuava a se queixar da falta de espaço nos pavilhões do museu, impossibilitando a exposição de todas as coleções. Apontava, também, a precariedade das instalações, que demandavam reformas e limitavam os cuidados com o jardim à sua conservação. Sugerira, então, a construção de um prédio adequado, com boa conexão com alguma linha de bonde. Além disso, havia problemas de extravio de amostras, como os minerais de Bruxelas que aguardava receber, sem sucesso (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.30). As queixas também eram um traço característico de Simch, que costumava lutar pelas melhorias na qualidade do serviço público.

A prospecção mineral é um objetivo de Francisco Rodolfo. Para alcançá-lo, ele salienta para a sua chefia a importância e as vantagens de realizar excursões para buscar elementos para as coleções do museu, e lembra que esta atividade estaria prevista em regulamento do governo do Rio Grande do Sul. Esta argumentação havia sido bem acolhida pelo Secretário de Obras Públicas, que teve a iniciativa, com o apoio do Presidente do Estado, de incluir a verba para excursões no orçamento previsto para 1911. Embora Francisco Rodolfo considerasse esta verba insignificante, reconhecia com satisfação o gesto do governo e o acolhimento de seu pleito. Diante disso, prestava contas das excursões realizadas, desde então (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.30).

Assim, de 7 a 28 de março de 1911, a excursão de Francisco Rodolfo a São Jerônimo, Encruzilhada e Rio Pardo custou um total de 974\$200, e beneficiou ao museu com o aumento da coleção no valor de 2:894\$000:

425 exemplares de rocha, 57 de mineraes, 39 rarissimos cristaes biterminados de quartzo, 265 exemplares perfeitos de lepidópteros, 1 hemiptero novo para a sciencia, além do material descriptivo, botânico, geológico e agrológico. Computando, pelos catálogos, as colleções feitas, teremos	
425 rochas a 5\$000	2.125\$000
57 rochas a 2\$000	114\$000
39 rochas a 10\$000	390\$000
265 rochas a 1\$000	265\$000
	2:894\$000 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.30-31)

O que se depreende deste detalhamento do valor das rochas coletadas na excursão ao interior do Rio Grande do Sul é a forma como Francisco Rodolfo sustentava sua argumentação para o governo do estado, para justificar o valor e a necessidade do investimento nestas saídas de campo. O raciocínio de Francisco Rodolfo era baseado na matemática e na ciência, sendo o valor econômico dos elementos coletados quantificados e contrastados com o baixo investimento orçamentário. Para ele, estes cálculos exemplificavam indiscutivelmente a desproporcionalidade entre o custo das excursões, de 974\$200, e o valor dos minerais coletados, de 2:894\$000.

Um aspecto muito interessante destas excursões financiadas pelo estado é que uma das primeiras localidades que Francisco Rodolfo visitou foi o município de Encruzilhada, onde sabia da existência e exploração de wolfram.

No ano de 1911, Francisco Rodolfo havia realizado pequenas excursões no vale do rio Gravataí, mas as más condições para a exploração geológica fizeram com que transferisse as atividades para o mês de setembro. Seu objetivo era “conhecer-se com exactidão, a extensão e natureza das camadas ali existentes desde a Invernada do Estado até o banhado dos Pachecos” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.31). Ele havia obtido licença para escavações na Invernada, e havia encontrado vestígios de nafta. Desse modo, percebe-se que, em suas excursões, mantinha uma linha de pensamento própria de um engenheiro de minas, que se impunha diante das atividades como diretor do museu. Os minerais que Francisco Rodolfo encontrava eram, para ele, sim, elementos para as coleções do museu, mas,

acima de tudo, eram indícios da possibilidade de exploração de recursos energéticos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

Esta atuação mais próxima da engenharia do que da direção de museu se verifica também pelos ensaios que realizou com calcários de várias marcas, para compará-los com aqueles que coletou em suas excursões²⁷⁰. As experiências, reunidas em uma tabela ocupando duas páginas do relatório do museu, determinam as suas características (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.36-37). Nas excursões na Invernada do Estado, e ao longo do rio Gravataí, onde, alguns anos depois, aconteceu a exploração de carvão estatal, Francisco Rodolfo havia encontrado bancos de calcário, mas alegava que eram “extremamente magnesianos”, inviabilizando a fabricação de cimento, segundo ele. Descrevia também uma faixa clara junto à Ponte da Cachoeira, com a qual fez testes na olaria do estado. Destacava a existência de veios de pirita marcial (bisulfureto de ferro) e a impregnação de nafta em toda a rocha, qualquer que fosse a jazida. Em seguida, fez experimentos para determinar a resistência ao esmagamento de grés de diversas procedências²⁷¹, especificando que aguardava, ainda, receber de São Jerônimo uma quantidade de grés de Capivary e Serro do Roque, que teria propriedades notáveis²⁷² (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.38). Também foram realizadas experiências para avaliar a resistência de madeiras das espécies “louro, cabriúva, ipé, grapiapunha, angico, canella preta, taruman, guajuvira”, mas os resultados díspares²⁷³ não permitiam calcular o coeficiente de resistência das amostras, porque estas eram poucas e heterogêneas (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, p.38-39).

²⁷⁰ Francisco Rodolfo Simch realizou ensaios com as marcas Macaco, White, Brazil, Pyramide e com uma amostra anônima. Determinou a densidade aparente, o peso específico, o resíduo no HCl, a perda ao fogo em 103° e a 150°C, a deformação a frio e a quente, o tempo de pega, no começo e no fim, a aderência, os resíduos deixados na peneira, em diferentes malhas, a resistência da pasta de cimento puro e com areia (flexão, tração e esmagamento) e a composição da pasta pura e com areia, pelo método Vicat (teores de cimento, água e, no segundo caso, areia normal) (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do Museu do Estado*, 1911, p.36-37).

²⁷¹ Segundo Simch, a ordem de resistência ao esmagamento das amostras de grés era: “1) grés amarello vivo; 2) grés amarello claro; 3) grés branco; 4) grés vermelho claro; 5) vermelho escuro; 6) grés azulado” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911. *Relatório do Museu do Estado*, 1911, p.38).

²⁷² Seria “branco de grão excessivamente fino (marmoreo) e de uma resistência de 460 kos” (Relatório do Museu do Estado. SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.38). Considerando-se que as maiores resistências ao esmagamento, em quilogramas, encontradas nos ensaios de Simch, eram de 437 e 391, em 28 dias, nas amostras Brazil e White, respectivamente (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.37), esta propriedade de resistência ao esmagamento das amostras de Capivary e de Serro do Roque seria realmente notável.

²⁷³ Para uma mesma espécie de madeira, algumas amostras esmagavam-se com 200 a 300 quilogramas, enquanto outras com 500 ou 550, não fornecendo um resultado confiável (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911. *Relatório do Museu do Estado*, 1911, p.39).

Estes ensaios de resistência dos materiais indicam que Francisco Rodolfo buscava sobretudo o desenvolvimento industrial e econômico do estado, ao identificar as características dos recursos naturais capazes de gerar riqueza.

Quanto à socialização do conhecimento no Museu do Estado, diminuíram as visitas, de dezembro de 1910 a março de 1911, até porque as instituições de ensino, que traziam a maioria dos visitantes, estavam fechadas durante as férias, momento em que as famílias deixavam a cidade para “veranear” e fugir dos “grandes calores reinantes” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911). Diante disso, sugeria que nos meses de férias a visita se restringisse às quintas-feiras, dispensando-se os funcionários aos domingos (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.31). Nas páginas seguintes, o relatório apresentava uma tabela com o número de visitantes do Museu do Estado, entre 1903, ano de sua fundação, e aquele ano de 1911 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.32-34). Sendo assim, o museu, no ano em que foi fundado, não recebeu visitantes, mas, a partir de 1904, passou a receber cada vez mais visitantes.

Chamam a atenção o período entre setembro de 1905 e agosto de 1908, quando não há registro de visitantes, provavelmente porque se aguardava a regulamentação para a visita pública e porque Francisco Rodolfo se preparava para se formar Bacharel em Direito na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Em 1909, ano em que participou da fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre, e lá se tornou professor, também há lacunas na quantidade de pessoas visitando o museu. O fluxo de pessoas somente se normaliza a partir de novembro de 1909. Naquele ano de 1911, com exceção do mês de janeiro, em que 79 pessoas haviam visitado o museu, a frequência estava em torno de 425 visitantes por mês²⁷⁴. Mais uma vez, percebe-se que a argumentação de Francisco Rodolfo é fundamentada em números, cálculos, que tornam indiscutíveis suas afirmações. Em um primeiro momento, ele apresenta um fato, propõe uma modificação em sua estrutura e fundamenta o exposto através de cálculos matemáticos.

Em 1911, o Museu do Estado recebeu novas doações. Assim, o Major Antonio Luz d’Almeida Júnior doava armas e munições, o Dr. Homero Baptista, fósseis, o Sr. José Carlos de Abreu e Mello, uma espora de ferro, o sr. Domingos Manoel da Silva

²⁷⁴ Em janeiro de 1911, 79 pessoas haviam visitado o Museu do Estado. Em fevereiro, 251; em março 360; em abril, 564; em maio 504 e, finalmente, em junho, 445 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911. *Relatório do Museu do Estado*, 1911, p.33)

Reis, uma borboleta, entre outras doações, que mostram a variedade dos elementos que compunham as coleções (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.39-40).

Quanto à correspondência, nos meses de julho de 1910 a junho de 1911, percebia-se uma queda na quantidade expedida e recebida (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1911, p.40), o que sugere a possibilidade de um menor contato com outras instituições, depois de divulgada a fundação do museu.

Em 1912, Francisco Rodolfo Simch havia realizado novas excursões, como Diretor do Museu do Estado, passando pelos municípios de Porto Alegre, Viamão, Gravataí, Santo Antônio, Conceição, Torres e um trecho se Santa Catarina, para estudar a geologia destas áreas, e colhendo 526 amostras de rochas. Havia realizado novos ensaios de resistência de madeiras, preparando 76 amostras que foram exibidas na Exposição Estadual de 1912 e, depois, conservadas em coleção do Museu do Estado²⁷⁵. As características dos materiais encontrados no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres eram objeto de interesse de Francisco Rodolfo, para a realização de um projeto de valor econômico.

A partir de 1912, Francisco Rodolfo já abriu caminhos para a prospecção geológica, com o apoio da SOP, tendo a oportunidade de comprovar as riquezas minerais que encontra em suas excursões científicas. Ao mesmo tempo, como professor da Faculdade Livre de Direito, consolida as suas ideias políticas e econômicas, em uma fase de maturidade intelectual. No ano de 1912, ele publica mais uma obra dedicada ao ensino, o “Programa de Economia Social” (SIMCH, 1912²⁷⁶), sucedendo outras obras suas, que publicou nas décadas anteriores, como mencionado, uma servindo para preparar alunos que pretendessem ingressar na Escola de Minas de Ouro Preto, à época em que era professor de Geologia (SIMCH, 1907), e a outra sobre Orologia (SIMCH, 1910). A nova publicação também era destinada ao ensino, mas pensada especialmente para os estudantes da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, “obra esta de grande divulgação e proveito para a mocidade das Faculdades de Direito e Ciências Economicas” (CORREIO DO POVO, 1937, p.1). É importante salientar duas características desta obra.

²⁷⁵ Fortunato Pimentel referia-se, no jornal Correio do Povo, ao relatório do Dr. Cândido José de Godoy, de 1912, então Secretário de Obras Públicas do governo do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, onde Francisco Rodolfo Simch prestava conta de suas atividades (Acervo particular de Clélia Simch Marc).

²⁷⁶ O acervo particular de Clélia Simch Marc conserva as sucessivas edições, com as anotações do autor e os gráficos feitos à mão.

A primeira é o desejo de oferecer aos alunos um estado da arte da Economia Social de sua época, apresentando uma cronologia das diferentes correntes do pensamento econômico, procurando estabelecer, sempre que possível, relações com o caso brasileiro. O caráter didático de Francisco Rodolfo é marcante: suas explicações são claras e usualmente acompanhadas de exemplos, referências bibliográficas para aprofundamento ou, ainda, esquemas ou gráficos. Francisco Rodolfo divide, ainda, o livro em pequenas seções, facilitando sua localização do assunto no índice pelo aluno. Assim, constituía-se em um livro didático de fácil consulta pelos estudantes, como um manual.

O segundo aspecto é a manifestação da sua própria opinião sobre os temas apresentados. Francisco Rodolfo apresenta as ideias teóricas e as práticas políticas das quais tem conhecimento, tanto as brasileiras quanto as estrangeiras. Esmiúça até mesmo conceitos e princípios com os quais não concorda, explicando que é necessário fazê-lo, para que o aluno saiba que determinada corrente existe. Porém, em um segundo momento, argumenta, expondo sua opinião fundamentada sobre os temas, as práticas que condena, e, na maior parte das vezes, apresenta soluções. Sob esta perspectiva, o livro traz muitos indícios do seu pensamento²⁷⁷.

Esta obra tem traços nítidos da orientação austromarxista, influência da cultura familiar, presente na circulação do pensamento de Kautsky²⁷⁸, ao defender a educação dos trabalhadores como fundamento para o desenvolvimento econômico da sociedade, entre outros aspectos, como a propriedade da terra. Isto se reflete na forma como a Escola de Comércio foi organizada, com um currículo extenso e variado, propondo uma formação humanística aliada à experiência prática, com saídas de campo, inspirada neste princípio de aprimoramento técnico e cultural da educação do trabalhador. Por outro lado, a valorização da experiência prática, com saídas de

²⁷⁷ Um exemplo disso é quando Francisco Rodolfo explica o georgismo de Henry George, dos Estados Unidos, e finaliza com uma crítica: “horrible mistura de conceitos”, “incrível baralhamento de argumentos”, contrapondo a ideia de George de que “o aumento do valor do solo sempre se há de fazer à custa do valor do trabalho” com sua própria assertiva: “o pauperismo acompanha o progresso, porque o proprietário do solo se apodera dos frutos produzidos pelo trabalho” (SIMCH, 1934, p.335).

²⁷⁸ Karl Kautsky (1854-1938) foi um dos mais famosos socialistas austríacos, convertido ao socialismo na Comuna de Paris em 1871. Sua obra *Erinnerungen und Erörterungen* (The Hague, 1960) descreve Praga e Viena, no período em torno de 1880. Ele nasceu em Praga, na atual República Tcheca e estudou na Universidade de Viena, onde viveu de 1863 a 1880. Depois disso, viveu na Suíça e na Alemanha. Voltou a viver em Viena em 1924, onde permaneceu até a sua morte. Foi editor do *Die Neue Zeit* de 1883 a 1917 (JOHNSTON, 1972, p.101). O artigo de Kautsky intitulado *Bodenbesitzreform und Sozialismus* [Reforma fundiária e socialismo, tradução nossa], publicado nesta revista em 1890, é citado por Francisco Rodolfo Simch na terceira edição do seu livro *Programa de Economia Social* (SIMCH, 1934, p.37).

campo, tem sua inspiração na Escola de Minas de Gorceix, que privilegiava a experiência e a aplicação dos conhecimentos teóricos pelos alunos.

É importante notar que uma das características do austromarxismo é que o tema da luta de classes não está presente da mesma forma como no marxismo. Isto se observa na maneira como Francisco Rodolfo apresenta o marxismo, sem ênfase na luta de classes, tendo como sua maior referência Kautsky, que é fortemente criticado por Lênin (1918), por se afastar das palavras de Marx a respeito da ditadura do proletariado²⁷⁹. Francisco Rodolfo compartilha o posicionamento de Kautsky sobre a propriedade do solo:

Relativamente aos socialistas, convém frisar que todos eles se alheiam da questão da socialização da propriedade do solo porque *êste simples fato pouca significação ou vantagem traz aos proletários cujos problemas são muito mais vastos e mais amplos, não estando em nenhuma proporção ao resultado colhido com os esforços necessários para obtê-los* – (K. Kautsky, in *Bodenbesitzreform und Sozialismus – Artigo da Neue Zeit, 1890*) (SIMCH, 1934, p.337, grifo do autor)

Francisco Rodolfo preocupava-se com o tema da propriedade do solo, argumentando que “o solo está no domínio de relativamente pouquíssimos indivíduos”, e questionava: “será razoável isto?”, utilizando termos como “equitativo”, “insignificante minoria” e “sugar o suor da grande maioria de seus concidadãos”, ao se referir aos lucros sociais em sua origem (SIMCH, 1934, p.343). Ele explicava, ainda: “não se trata de atacar a propriedade nem as vantagens do proprietário, mas sim não deixar ele também pegar o que é da sociedade” (SIMCH, 1934, p.343), voltando ao tema da socialização da propriedade do solo. Para ele, o Estado não deveria se apropriar de trechos a que todos deveriam ter acesso, como as estradas, os rios navegáveis, os mares, os lagos, cujo uso deveria ser gratuito (SIMCH, 1934, p.344), e os proprietários de terras deveriam utilizá-la, sob pena de desapropriação mediante reembolso, pois “a terra não é caixa econômica”, e “não pode ser dono da terra de cultura quem não a cultiva” (SIMCH, 1934, p.346).

²⁷⁹ Em sua obra “A revolução proletária e o renegado Kautsky”, de 1918, Lênin tece duras críticas a Kautsky: “A questão da ditadura do proletariado é a questão da relação do Estado proletário com o Estado burguês, da democracia proletária com a democracia burguesa. Pareceria que isto é claro como o dia. Mas Kautsky, exatamente como um professor de liceu ressequido pela repetição de manuais de história, volta-se obstinadamente de costas para o século XX e de frente para o século XVII, e mastiga e rumina pela centésima vez, de modo incrivelmente aborrecido, numa longa sucessão de parágrafos, velharias sobre a relação da democracia burguesa com o absolutismo e a Idade Média!” (LÊNIN, 1918).

Na edição de 1934, Francisco Rodolfo acrescentará um subitem sobre o comunismo, como parte do panorama histórico econômico que pretendia oferecer aos alunos. Ele critica o preconceito de muitas pessoas em rejeitar por completo os regimes socialistas e comunistas, que eram, geralmente, considerados sinônimos, sem que neles se reconhecesse algum aspecto positivo. Elogia Stalin quanto ao plano quinquenal, citando a revista *Pravda*, mas declara que a solução não é fácil, porque todos têm que ter acesso ao mínimo, alertando: “evitem-se em tempo as causas para se poderem desviar os efeitos!” (SIMCH, 1934, p.345).

Francisco Rodolfo denunciava, desde o início do século XX, a destruição das florestas gaúchas para a agricultura nas áreas coloniais, em que, com “a *derrubada e queimada*” feita “*á bruta*” por um único colono destruíam-se, em dois meses, mais do que o mais ativo lenhador poderia aniquilar em dois anos²⁸⁰ (A FEDERAÇÃO, 1907, p.1, grifo do autor). Em “Programa de Economia Social”, ele também manifesta preocupações com a preservação do solo contra a erosão por meio da vegetação: “as matas precisam ser protegidas” (SIMCH, 1934, p.363-364) e retomava o tema do “desmatamento feito sem ordem”, desnudando o solo sem replantio, em grande parte em razão do sistema de colonização nas matas, que o Estado vinha promovendo há mais de um século (SIMCH, 1934, p.363-364). Segundo Francisco Rodolfo, “o reflorestamento se impõe lá onde os bosques existiram e o plantio de bosques é indispensável onde nunca tenham existido”, ressaltando-se que “há trechos de bosques que se não podem derrubar sob nenhum pretexto – são os chamados bosques protetores à margem dos rios, os do terço superior das montanhas, os de derredor de fontes e mananciais, etc” (SIMCH, 1934, p.364-365, grifo nosso). Ele criticava a falta de legislação para tratar deste assunto, e afirmava que esta situação deveria mudar, regulando-se a pesca, a caça, as matas, porque “a natureza, se *non saltat* também *non currit* e entanto, chega sempre a tempo, vinga-se sempre...” (SIMCH, 1934, p.365-370),

Como outros filhos de imigrantes da primeira geração nascida no Rio Grande do Sul, Francisco Rodolfo encontra em Porto Alegre um lugar onde pode ter visibilidade para dialogar com a comunidade científica, expondo suas ideias e colocando-as a serviço do progresso. Sua primeira experiência como membro do serviço público permitir-lhe-á, de fato, fazer parte dos debates e das decisões da elite

²⁸⁰ A FEDERAÇÃO. *Aspecto da questão econômica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 8 de março de 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/18766>. Acessado em: 12/03/2020.

intelectual gaúcha. É no âmbito da Direção do Museu Júlio de Castilhos que ele realmente impulsionará sua carreira, com a criação do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, que ele funda com a aprovação do governador do estado, Borges de Medeiros, nomeando seu pai, Francisco José, como seu assessor, no contexto do Primeiro Plano de Viação Geral para o Rio Grande do Sul.

Francisco Rodolfo coloca em prática o conhecimento científico seu e de seu pai, que alia a este projeto sua experiência e conhecimento técnico, construído na Boêmia e incrementado no Rio Grande do Sul. Francisco José é uma pessoa de confiança, que substitui o filho na direção das minas de Gravataí quando este precisa se ausentar. É um agrimensor competente para a execução de um projeto ambicioso de garantir a autossuficiência energética para o Rio Grande do Sul e o controle da exploração particular do carvão pelo estado. Finalmente, o conhecimento jurídico de Francisco Rodolfo como Bacharel em Direito da turma de 1907 conferiu-lhe ferramentas para transitar pelo universo político que enfrentaria durante a execução de suas ideias.

Em 19 de abril de 1913, foi publicado o Decreto nº 1.958, contendo o 1º Plano de Viação Geral para o Rio Grande do Sul, de Borges de Medeiros. Segundo Ruschel (2004, p.192-193), em 1884, o Congresso do Partido Republicano já havia incluído em seu programa “um plano geral de viação como garantia da defesa do território nacional, do desenvolvimento industrial do país e facilidade de suas relações internas”, mas a publicação do decreto foi posterior. Observa-se a relevância de Torres, no litoral norte gaúcho, no âmbito deste planejamento:

Torres teve seu lugar de destaque neste plano. Caracterizou-se como um dos propostos centros de irradiação viária do Estado. O Decreto previa expressamente como finalidade “fazer convergir a exportação e a importação do Estado para os portos marítimos atual e futuro do Rio Grande e Torres e os de cabotagem de Porto Alegre e Pelotas”

Os artigos 2º e 3º do Decreto tratavam de uma ferrovia Torres – Porto Alegre, com 1m de bitola, rampas máximas de 1,5% e curvas de raio mínimo de 150m.

Também no referente à navegação interna, Torres estava contemplada: as lagoas e sangradouros entre Conceição do Arroio (Osório) e Torres seriam dragadas, abrindo-se um canal entre essas duas vilas com a profundidade inicial de 2m, a ser aumentada para 3m numa segunda etapa (artigo 4º) (RUSCHEL, 2004, p.193)

Esta era, pois, uma fase de reformulação das estratégias governamentais de desenvolvimento econômico do estado, em que Torres teria um papel decisivo para a circulação dos transportes. Portanto a representação por Simch da exploração de

carvão no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres seria uma oportunidade de participar da construção de um novo Rio Grande do Sul economicamente forte, contribuindo com o conhecimento técnico da mineração articulado com o direito, para fazer convergir a produção carbonífera para o almejado Porto de Torres.

Conforme demonstrado na introdução, Dahne (1904) acreditava que havia carvão no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, afirmação com a qual Francisco Rodolfo e Francisco José concordavam, e, por isso, vislumbravam a exploração do carvão nesta área. Atualmente, aquilo que antes era uma hipótese é um fato conhecido, porque se sabe que este espaço está localizado na Bacia do Paraná²⁸¹.

Sendo assim, Francisco Rodolfo Simch relaciona as minas de carvão de Gravataí com o Porto de Torres, porque fazem parte de uma mesma bacia, e podem ter um propósito em comum, que é a exploração do carvão. Francisco Rodolfo constrói, a partir desta concepção visando ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, uma lógica de ação envolvendo suas interações com o governo e com a sociedade gaúcha. O desenrolar deste processo de se conceber as minas de carvão de Gravataí e o Porto de Torres como um conjunto duplamente articulado de exploração carbonífera e de racionalização dos transportes, ou seja, como um complexo econômico capaz de produzir riqueza, coletá-la e transportá-la de forma racional, representa uma mudança na forma tradicional como as pessoas vinham projetando o Porto de Torres, até então.

Como demonstrado na introdução, o governo estadual de Borges de Medeiros, no contexto da Primeira Guerra Mundial, defendia a necessidade de desenvolver a autossuficiência da indústria carbonífera gaúcha. O Rio Grande do Sul deveria, para isso, produzir carvão em minas estatais e ter o controle da produção privada, nas minas particulares, já existentes. A grande preocupação, contudo, era a qualidade do carvão no estado, e, conseqüentemente, seu rendimento e preço final. Além de prospectar jazidas, desenvolver a capacidade de produção e a qualidade do minério,

²⁸¹ “Sobre a origem, os carvões da bacia do Paraná identificam-se como carvões húmicos, oriundos de material lenho-celulósico (vegetais superiores). No Permiano, a flora *Glossopteris* contribuiu significativamente para formação do carvão brasileiro. As camadas de carvão ocorrem na formação Rio Bonito na Bacia do Paraná. A profundidade das camadas de carvão varia de nula (aflorante) a aproximadamente 1.200 m no litoral, na área de Torres” (LEVANDOWSKI, 2003, p.35). Neste caso específico, o objetivo de utilizar uma referência bibliográfica contemporânea é demonstrar que a previsão de Dahne e Simch de que haveria carvão no espaço Gravataí – Torres (certamente conhecida também por outros especialistas da área de geologia, em sua época) estava correta e se confirmou. Esta justificativa se aplica em seções posteriores, em que autores modernos confirmam a existência de bacias que, no início do século XX, eram somente hipóteses.

seria necessário reduzir o preço do carvão gaúcho para torná-lo competitivo. Nesse sentido, um dos aspectos essenciais era a diminuição das despesas com o transporte. Levando-se em consideração estas circunstâncias econômicas e as dificuldades de importação de carvão, impostas pelo primeiro conflito mundial, a ideia de se explorar esta fonte de energia e de se ter uma rede de transporte eficiente que escoasse o seu transporte pela rota mais curta possível, através de um porto no litoral norte, ao alcançar das jazidas recém-prospectadas da bacia do Paraná, seria extremamente importante para garantir ao Rio Grande do Sul a autossuficiência energética com o menor custo possível envolvendo as operações de logística.

Nesse sentido, a construção do Porto de Torres já vinha sendo considerada antes de Francisco Rodolfo Simch. Segundo Witt (2015), desde o Império, reconhecia-se em Laguna e Torres uma posição geográfica propícia para a entrada na Província do Rio Grande de São Pedro:

A segunda cidade [Torres], último baluarte da província rio-grandense, servia de barreira natural para a defesa da parte mais meridional do Brasil, tanto que em uma de suas “torres” foi construído um forte para abrigar tropas imperiais permanentes (WITT, 2015, p.283).

Então um porto em Torres marcaria também um ponto estratégico militar, e não somente comercial, no limite do estado sul-rio-grandense, a partir do qual se poderia projetar a circulação do transporte e as trocas com os demais estados brasileiros e com os países do hemisfério norte.

O que se pretende verificar, então, é se o olhar de um especialista em geologia sobre este porto foi realmente particular e inovador para a sua época. Para isso, busca-se contextualizar a argumentação de Simch para sustentar a ideia do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, identificando os fundamentos geológicos, as possibilidades vislumbradas de otimização dos custos dos transportes dos produtos da exploração de recursos naturais, e sua vinculação à política de Borges de Medeiros para desenvolver economicamente o Rio Grande do Sul.

Sabe-se que, antes disso, no Império, “a legislação tentou impedir que imigrantes e descendentes ocupassem cargos públicos e/ou eletivos” (WITT, 2015, p.316). O que esta pesquisa evidencia é que, na República, existem oportunidades que não seriam possíveis, antes, para um brasileiro filho de imigrantes. Torna-se, assim, possível a trajetória de um gaúcho castilhistas, de origem germânica, por meio de estratégias de inserção da família na sociedade e a construção de redes de

amizades. Isto significa que o advento da República propiciou um contexto favorável para que Francisco Rodolfo ocupasse um cargo público no estado.

Quanto à ligação entre as minas de carvão de Gravataí e o Porto de Torres, esta repercute até hoje, mas, em sua origem, inspirava-se no Plano de Viação de Borges de Medeiros de 1913, significando um passo importante para a autossuficiência econômica do Rio Grande do Sul. Restava, ainda, a comprovação da qualidade do carvão gaúcho e de sua produção coincidente com uma futura linha de circulação de transporte para o litoral norte, e estes eram as etapas seguintes que Francisco Rodolfo pretendia realizar.

As repercussões deste cruzamento das minas de carvão e do Porto de Torres enquanto objetos de estudo impactam as décadas seguintes, quando se prossegue a busca por uma área de exploração de carvão em direção ao litoral norte²⁸².

A exposição, nas seções precedentes, de diversos pontos de vista a respeito da qualidade do carvão gaúcho, bem como das possibilidades de ligação entre a capital e o litoral norte, indica o estabelecimento de uma estrutura relacional no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, que se formou, a partir de 1913. Desse modo, ainda que existisse uma representação própria de Francisco Rodolfo Simch, este espaço abrangia outras representações decorrentes da rede de relações políticas e técnicas estabelecida entre ele e seus colegas da SOP. Esta estrutura relacional era, portanto, formada por interesses políticos diversos, associados a formações técnicas também diversas, que, ao longo das décadas, conduzia os rumos dos projetos, que reverberam na atualidade.

Considerando-se o conceito de *passer* como um agente de mediação entre as culturas ou universos intelectuais (FLÉCHET, 2017, p.301; p.316), é possível

²⁸² Assim, a pesquisa sobre o carvão na região sul do Brasil vem sendo retomada desde a década de 1970 (FABRÍCIO, 1980, p.3), com o relatório final do projeto “Carvão do Rio Grande do Sul”, de 1978, indicando a descoberta da jazida de carvão coqueificável em Morungava (FABRÍCIO, 1980, p.2), o “Projeto Gravataí-Torres”, na década de 1980 (SIMÃO, 2016, p.19), cuja área se estendia do leste de Gravataí até o Oceano Atlântico, na altura do meridiano passando por Torres (FABRÍCIO, 1980, p.4), e que se apoiou no relatório do Projeto Carvão Araranguá – Torres (FABRÍCIO, 1980, p.8) e, por fim, tem-se o projeto recém iniciado em 2019, “Reavaliação do patrimônio mineral. Área Torres – Gravataí (carvão)” (ARAÚJO; VIEIRA JÚNIOR; WOSNIAK, 2019). A justificativa para todos estes projetos, desde o início do século XX até hoje, está na característica geológica da área em torno de Torres, com a presença de carvão: “a região da Sinclinal de Torres, foi, sem dúvida, uma das áreas foco de extravasamento de magma basáltico da Bacia do Paraná. Foi uma região submetida a elevação de temperatura por um período considerável, quer pela presença do magma ou pela existência de prováveis Geoclases, o que tem conotação direta com o estágio de evolução dos carvões. As camadas de carvão que estão mais perto desta fonte térmica atingiram estágio mais avançado de evolução” (FABRÍCIO, 1980, p.29).

identificar, nesta estrutura relacional, o papel de mediador de Francisco Rodolfo Simch, entre os universos científicos do Brasil e, principalmente, da Alemanha.

Tendo sido previamente apresentado um breve histórico de alguns projetos anteriores do Porto de Torres, deve-se lembrar a afinidade política de Francisco Rodolfo Simch com o PRR, partido que buscava desenvolver e centralizar no estado do Rio Grande do Sul os setores estratégicos, inclusive em detrimento dos governos municipais e federal (REINHEIMER, 2010, p.240). Para se atingir este propósito, segundo Miguel do Espírito Santo (2004, p.102), era necessário reorganizar os transportes e o comércio. Sob esta perspectiva, a representação de um porto em Torres, interligado a Porto Alegre e ao restante do estado por via férrea e fluvial, além das estradas de rodagem, fazia parte de uma concepção castilhistas dos transportes como fator fundamental para o desenvolvimento do comércio²⁸³, que Francisco Rodolfo Simch adota e desenvolve em sua publicação “O Porto de Torres”, publicada em 1916 – portanto 3 anos depois do 1º Plano de Viação de Borges de Medeiros.

Fotografia 25 - “Dr. Francisco R. Simch, Lente de Economia Social na Faculdade de Direito de Porto Alegre”,



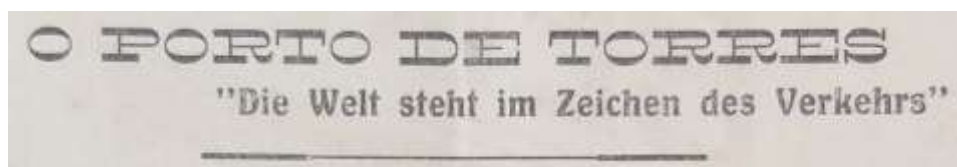
Fonte: SIMCH, Francisco Rodolfo. O Porto de Torres. Revista “O Progresso”. Porto Alegre, 1916.

Em plena Primeira Guerra Mundial, Francisco Rodolfo Simch inicia seu artigo com uma epígrafe em língua alemã: “*die Welt steht im Zeichen des Verkehrs*” (o mundo é marcado pelo transporte, tradução nossa), indicando que a circulação do transporte é determinante para o mundo. Esta é a ideia central que Francisco Rodolfo defende, em seu artigo sobre Torres: tornar Torres um lugar de circulação do

²⁸³ Miguel Frederico do Espírito Santo desenvolve esta concepção da atuação política de Francisco Rodolfo Simch em entrevista concedida à autora para o documentário “Simch, prepara o projeto para amanhã” (SIMCH..., 2019).

transporte. De acordo com Meier (2012), esta frase teria sido dita pelo Imperador Wilhelm II em 1891, significando que o mundo gira em torno dos transportes, no contexto de planejamento de uma conexão direta entre a capital do *Reich*, Berlim, com o porto de Kiel. Conta-se que Wilhelm II teria traçado com uma régua uma linha reta entre Neumünster, no noroeste da Alemanha, até Hagenow, no sudeste, representando um trajeto com extensão de 123,3 km. A via implementada ficou conhecida como *Kaiserbahn*, pois Wilhelm II costumava utilizá-la para realizar uma viagem mais rápida, em seu trem. Francisco Rodolfo vincula esta ideia à concepção que havia sido apresentada recentemente por Dahne (1904), no contexto da representação do Rio Grande do Sul na Exposição Universal de Saint Louis, nos Estados Unidos, de que a retomada e a revisão dos projetos anteriores do Porto de Torres pelo governo gaúcho otimizaria o fluxo dos transportes na porção central e norte do estado. É a partir desta ideia, circulante naquele período, que Francisco Rodolfo procura dialogar com seus pares e encadear a sua reflexão.

Fotografia 26 - Epígrafe do artigo “O Porto de Torres”: “*die Welt steht im Zeichen des Verkehrs*”²⁸⁴



Fonte: SIMCH, Francisco Rodolfo. O Porto de Torres. Revista “O Progresso”. Porto Alegre, 1916.

Em seguida, Francisco Rodolfo indicou, em seu artigo, que o problema dos transportes no Rio Grande do Sul tornava-se evidente, bastando o leitor visualizar o mapa por ele traçado. A legenda do mapa indicava diferentes hachuras, de acordo com o montante dos orçamentos municipais, contabilizado em contos. Com isso, ele quis mostrar que, desde 1870, diversas zonas de produção foram desenvolvidas no Rio Grande do Sul. Ao visualizar o mapa, percebe-se rapidamente, nas áreas pintadas com cor mais intensa, as zonas de produção correspondentes aos maiores montantes. Isto posto, Simch prosseguia, apresentando as principais zonas de produção:

A do Rio Grande – compreende com Pelotas, a mesma antiga extensão mais ou menos:

²⁸⁴ O mundo é marcado pelo transporte (tradução nossa).

A da bacia do Ibicuy, escoando por Quarahy e Sant'Anna do Livramento, rumo do Prata:
 A missioneira tendendo particularmente ao Uruguay:
 A da bacia dos tributarios do Guahyba concentrando-se em Porto Alegre:
 A serrana com tendencia a procurar Paraná e S. Paulo (SIMCH, 1916)

Figura 10 – Desenho das zonas de produção no Rio Grande do Sul, por Francisco Rodolfo Simch



Fonte: SIMCH, Francisco Rodolfo. O Porto de Torres. Revista “O Progresso”. Porto Alegre, 1916.

Figura 11 - Legenda do mapa das zonas de produção, por Francisco Rodolfo Simch

MUNICÍPIO DE:	
10 a	50 contos
50 a	100 contos
100 a	150 contos
150 a	200 contos
200 a	250 contos
250 a	300 contos
300 a	350 contos
350 a	400 contos
400 a	450 contos
450 a	700 contos
800 a	850 contos
	1614 contos
	1827 contos
	2024 contos

Fonte: SIMCH, Francisco Rodolfo. O Porto de Torres. Revista “O Progresso”. Porto Alegre, 1916.

Na legenda do mapa das zonas de produção, cada padrão de hachura representa um montante do orçamento municipal.

Seu raciocínio prosseguia com outro gráfico, que indicava as correntes de circulação, que representavam “a tendência dos nossos productos destinados á

exportação” (SIMCH, 1916). Simch explicou que, mesmo sem planejamento da administração, a tendência natural do escoamento dos produtos segue as “linhas de mínima despesa”.

Figura 12 – Desenho das correntes da circulação do Rio Grande do Sul atual, por Francisco Rodolfo Simch



Fonte: SIMCH, Francisco Rodolfo. O Porto de Torres. Revista “O Progresso”. Porto Alegre, 1916.

Diante disso, Simch apontou que a tarefa da administração é retirar todos os obstáculos que atrapalhariam esta tendência natural de escoamento da produção pelas linhas de mínima despesa:

O que nos cumpre a nós, que nos interessamos pelo assumpto, é descarnar o fenómeno de tudo quanto é accessorio, secundario, de tudo que o poderia mascarar ou encobrir, para facilitar, tanto quanto possível, a marcha de nossos produtos para onde quer que se dirijam (SIMCH, 1916).

Percebem-se, nas correntes da circulação apresentadas por Simch, que há alguns pontos a partir dos quais são transportados os produtos. Na área do litoral norte, na fronteira com o estado de Santa Catarina, observa-se a ausência de correntes de circulação, e, de acordo com as figuras anteriores, uma zona de baixa produção. Em face disto, ele questionou: “os escoadouros existentes bastam para manter a vitalidade dos municípios do Estado? São elles aptos a permittirem um desafogado progresso?” (SIMCH, 1916).

Para responder a estes questionamentos, Francisco Rodolfo propunha que se analisasse o mapa das correntes de circulação, destacando a existência de alguns

municípios muito ricos, porém com pouca circulação de produtos, mesmo dispondo de meios de transporte adequados e população suficiente. A explicação para este fenômeno seria a atividade agropecuária, em que “a natureza é elemento predominante” (SIMCH, 1916).

A seguir, ele apresentou uma lista de localidades, classificada em função do cálculo aproximado realizado, a partir dos orçamentos dos municípios, de sua contribuição por hectare de terra. De acordo com este ordenamento, a capital Porto Alegre apresentaria a maior concentração de orçamento, em contos por hectare, com o valor de 13.200, seguida de Pelotas e Rio Grande, com 6.600 e 5.100, respectivamente. Torres obteve como valor 55, e Viamão, onde ele realizou a exploração estatal do carvão, naquela década, obteve o valor de 40 contos por hectare.

A partir disso, Francisco Rodolfo observou que as regiões gaúchas com piores condições de produção eram o nordeste do estado do Rio Grande do Sul, a porção acima do planalto rio-grandense, assim como o noroeste e a região acidentada do sudeste. Por este motivo, estas áreas apresentavam menor capacidade de exportação. Analisando os fatores demográficos, de fertilidade do solo e das rotas de transporte, nestas regiões, ele não atribuiu o problema aos dois primeiros fatores elencados. Quanto ao terceiro fator, das rotas de transporte, Simch argumentou que a questão do acesso aos pontos coletores não era tão simples quanto poderia parecer, exigindo uma análise das circunstâncias envolvidas. Francisco Rodolfo explicou que, naquelas regiões, a produção dificilmente atingia os pontos coletores da circulação. A razão para este fato era a seguinte:

Effectivamente, o collector acolhe os productos de todas as partes, mas somente quando elles tenham preços convenientes; isso não succede com os artigos dessas regiões porque ainda que venham pela linha da menor despesa para elles chegam ao destino muito mais caros do que os dos municipios mais proximos, isto é, com relação a estes aquella linha de despesa não é a menor (SIMCH, 1916).

Sendo assim, não bastava para uma localidade que os seus produtos chegassem aos pontos coletores para que, então, circulassem. Um ponto fundamental seria que a linha de despesa daquela localidade fosse menor do que as linhas de despesa dos municípios em seu entorno, para que seus produtos não chegassem com preço mais caro do que os produtos concorrentes, nos centros consumidores.

Francisco Rodolfo deu continuidade à argumentação, explicando que os produtores destas regiões, conhecedores das leis do comércio, sabiam que seus produtos não seriam competitivos e, como não poderiam fornecê-los abaixo do preço de custo, sequer os encaminhavam aos coletores. Ele demonstrou, pois, por que as rotas existentes no Rio Grande do Sul, naquela época, não seriam vantajosas para estes produtores. Ao considerar as ferrovias para São Paulo, que reduziriam o frete, observou que Santa Catarina e Paraná apresentavam condições parecidas de solo e clima, de modo que seus produtos, semelhantes aos produtos gaúchos, seriam menos onerosos, por necessitarem de menor extensão de circulação, comparativamente. De qualquer forma, antes mesmo disso, o transporte daquelas regiões gaúchas até as ferrovias já seria inviável economicamente, porque teria que transpor terrenos com grande declividade. O trajeto até a região de Porto Alegre, de forma análoga, passando pelos rios tributários do Jacuí, também constituía um obstáculo geográfico.

Restava, pois, apresentar uma proposta “para solucionar o problema de modo tal que aquellos municipios se venham collocar em nivel pelo menos igual aos seus co-irmãos da communhão sulriograndense” (SIMCH, 1916). Para isso, Francisco Rodolfo analisou as exportações de Porto Alegre, que assim se distribuía:

Para o norte da barra: 39.897.156\$
Para o sul da barra: 2.889.942\$
Para Europa: 2.415.582\$
Como se vê, dos 45.202.684\$000 da exportação, a maxima parte – 39.897.156 – toma o rumo do norte, isto é, 88% seguem este destino (SIMCH, 1916)

Considerando que estas exportações, a partir da capital, eram realizadas por água, Francisco Rodolfo passou a analisar a navegação fluvial. Observou que as exportações destinadas a localidades ao norte de Porto Alegre eram majoritárias, mas os produtos tinham que ser transportados primeiramente ao Porto de Rio Grande, a uma latitude inferior, para somente então serem transportados a uma latitude superior. Assim, os produtos eram transportados até o Porto de Rio Grande, deslocando-se 186 milhas em direção sul, para depois subirem até a mesma latitude, ou seja, mais 186 milhas, em direção norte. Além disso, a travessia do Guaíba e da Lagoa dos Patos, na primeira parte do trajeto, em direção ao sul, era difícil, em razão das características geográficas locais, não permitindo grande velocidade nem a utilização de embarcações com maior tonelagem. Levando estes aspectos em consideração, e, em especial, com o trajeto duplicado de 186 milhas, desnecessário, a navegação fluvial

não era vantajosa. Já o transporte marítimo, além de não exigir este percurso de ida e de volta ao ponto de partida, não apresentava despesas com amortização do capital gasto com o preparo do caminho, nem com a conservação do leito fluvial, sem contar a possibilidade de redução do frete com a utilização de embarcações de maior tonelagem. Esta lógica, segundo ele, seria válida para os 88% de exportações destinadas a localidades mais ao norte de Porto Alegre.

Para os 12% de exportação restantes, 7% eram destinadas a localidades ao sul de Porto Alegre, portanto a rota em direção ao Porto de Rio Grande fazia sentido, porque o transporte era realizado no sentido do destino final. Quanto aos produtos destinados à Europa, o excesso de 372 milhas realizado pelo desvio em direção ao sul era desprezível, com relação à extensão total do percurso. Uma mudança deveria acontecer no transporte de produtos em direção ao norte, portanto.

Com o objetivo de se evitar o que Francisco Rodolfo (SIMCH, 2016) chamou de “*extranho caminho da roça*”, a sugestão era “a abertura de um porto em latitude pouco diferente da de Porto Alegre”, evitando percursos desnecessários. Ele observou que era sabido que o litoral gaúcho era inteiriço, sendo Rio Grande a única entrada. No entanto, via a possibilidade de um porto em Torres, ao norte do estado:

Mais ao norte existe a enseada de Torres que, pelos competentes em trabalhos de portos de mar, foi julgada capaz de ser transformada em ancoradouro seguro e apto a attender todas as exigencias que se lhe venham a fazer sob qualquer aspecto. Admittindo que os profissionaes tenham acertado, o que não pomos em duvida, surge a discussão economica da solução proposta (SIMCH, 1916)

Assim, Francisco Rodolfo considerou que a possibilidade técnica da construção do porto em Torres seria indiscutível, “sob qualquer aspecto”, apoiando-se em estudos anteriores de especialistas na construção portuária, que ele não coloca em dúvida. Francisco Rodolfo faz referência, portanto, aos estudos técnicos precedentes, realizados nos antigos projetos de Torres que haviam sido abandonados, até então. Partindo deste pressuposto de viabilidade técnica, ele passou à discussão da exequibilidade econômica do projeto que, segundo sua exposição, restava demonstrar. Para isso, levantou duas hipóteses: 1) Torres não seria ligada diretamente a Porto Alegre e 2) Torres seria ligada diretamente a Porto Alegre (SIMCH, 1916).

Considerando-se a primeira hipótese, Francisco Rodolfo imaginou que as regiões limítrofes ao projeto do Porto de Torres, como Conceição, Santo Antônio e

Vacaria, bem como as cidades do estado de Santa Catarina, próximas de Torres, iriam buscar o porto como ponto coletor, que se tornaria, então, precário. Como estes municípios limítrofes não contavam com uma economia própria forte, que garantisse condições adequadas para o comércio, “Torres definharia não havendo nem como amortisar o capital empregado n’um de seus molhes” (SIMCH, 2019).

Passava-se, pois, à segunda hipótese, de uma ligação direta entre Porto Alegre e Torres. De acordo com Witt (2015, p.281), esta possibilidade vinha sendo considerada desde o Império, com a solicitação pelas câmaras municipais de Torres às autoridades provinciais da “abertura ou o melhoramento dos caminhos que interligavam o LNRS [Litoral Norte do Rio Grande do Sul] com a capital da província e os Campos de Cima da Serra”, com base na existência de barreiras naturais ao longo do percurso.

De qualquer modo, segundo Francisco Rodolfo (SIMCH, 1916), o Porto de Torres deveria ser construído antes da implementação da sua ligação com Porto Alegre. Logo perceber-se-ia a vantagem do maior escoamento da produção dos municípios ao longo do eixo Porto Alegre – Torres, que intensificaria ainda mais a viação. Para a ligação entre Torres e Porto Alegre, Francisco Rodolfo lembrou as opções que vinham sendo discutidas: a via fluvial pelo rio Capivari ou, então, pelo rio Gravataí, passando pelas lagunas, ou a construção de uma linha férrea (SIMCH, 1916). Segundo Reinheimer (2020, p.115-116), o Diretor da 2ª seção de Viação, Costa Gama, defendia a rota pelo rio Capivari, enquanto o Diretor de Viação Fluvial, Faria Santos, era favorável à navegação fluvial pelo rio Gravataí. Não havia uma definição clara, em 1916, sobre como seria feita esta ligação:

A partir de 1915, [...] intensificaram-se os serviços de melhoramentos no rio Gravataí, com vistas à concretização do canal Porto Alegre – Torres. Porém, os trabalhos relativos à concretização do canal Porto Alegre a Torres ou Porto Alegre a Laguna pela via Palmares, como previa o projeto de Costa Gama, também tinham prosseguimento.

Para isso, foi autorizada a construção da estrada de ferro desde a lagoa Pinguela em Conceição do Arroio até Palmares. (REINHEIMER, 2010, p.118)

Francisco Rodolfo retomou, então, argumentos discutidos, na época, encontrando vantagens e desvantagens para as duas alternativas. No caso da via férrea, via a dificuldade de atravessar zonas estéreis, pantanosas e arenosas, afastando-se das áreas produtoras, sugerindo o traçado da ferrovia ao longo do sopé do planalto, facilitando o escoamento da produção da serra e também da planície,

sendo a encosta do chapadão uma área fértil que deveria ser desenvolvida economicamente. Pelas mesmas razões, ele era contrário à construção de canais, que também passariam por áreas estéreis, além de representarem custos maiores do que as ferrovias. Quanto à escolha do rio Gravataí, Francisco Rodolfo apontou que uma retificação do curso seria necessária, por ser um rio com meandros que reduziriam muito a velocidade de navegação. Além disso, desde a nascente do rio Gravataí, no Banhado dos Pachecos, seria necessário investir fortemente na abertura e manutenção do leito nas areias, e assim por toda a extensão até Torres. Além disso, a maior parte das lagoas eram muito rasas, limitando o porte das embarcações. Quanto ao trajeto pelo rio Capivari, Francisco Rodolfo afirmava ter objeções semelhantes. Enfim, ele apresentou os aspectos que considerava importantes, naquele artigo, acreditando que os especialistas resolveriam a questão, em momento oportuno.

O artigo de Francisco Rodolfo procurou demonstrar que, diante das tentativas precedentes de construção de um porto em Torres e da retomada do debate sobre o tema nos círculos do governo, independentemente da escolha de engenharia que fosse realizada, seria fundamental analisar as consequências do novo sistema de circulação para os coletores existentes, para comprovar a viabilidade econômica do Porto de Torres. Assim, ele passou à análise dos argumentos contrários que se costumava apresentar para o empreendimento. O primeiro deles seria o alto custo do frete do transporte ferroviário, com relação às águas. Francisco Rodolfo rebateu este argumento, porque, embora o transporte ferroviário fosse efetivamente mais caro, o trajeto por trem entre Porto Alegre e o litoral norte seria muito menor, compensando as despesas decorrentes das 372 milhas excedentes do que havia chamado de “caminho da roça” até o Porto de Rio Grande. Outro argumento que ele apontou, em favor do Porto de Torres, foi a maior velocidade do transporte, especialmente para outros estados, tornando-o competitivo, ao chegarem as mercadorias rapidamente em outros locais também produtores. O porto também seria vantajoso para o serviço de passageiros e para a rapidez das comunicações, com o transporte dos correios.

Francisco Rodolfo apresentou um croqui para sintetizar o exposto, em que representa o Porto de Torres como coletor da circulação de produtos, com muitas linhas de circulação passando por ali, e com uma linha de circulação em direção ao norte. Observa-se que, de acordo com esta proposta, as linhas de circulação do Porto de Rio Grande permaneceriam muito ramificadas, como já estavam, naquela época,

direcionando-se, no Oceano Atlântico, tanto para o sul, quanto para o norte. Isto demonstra que a representação de Francisco Rodolfo do Porto de Torres não constituía uma competição comercial com o Porto de Rio Grande. Um opositor a este projeto foi, aliás, Ramiro Barcelos²⁸⁵, que considerava a construção de um porto em Torres uma ameaça para o Porto de Rio Grande, porque acreditava que haveria, nesse caso, um menor fluxo de comércio, indo de encontro aos interesses econômicos da *Compagnie Française du Port de Rio Grande* (SANTOS, 2004, p.103), argumentação esta que Francisco Rodolfo refutava. Nesse sentido, Francisco Rodolfo Simch e Ramiro Barcelos discordavam, porque, para Simch, a construção do Porto de Torres não diminuiria o comércio no Porto de Rio Grande, ou seja, estes não seriam portos rivais. Sua ideia principal era a redistribuição racional das rotas de comércio para o norte ou para o sul, tendo como critério a proximidade com o lugar de produção das mercadorias e resultando na diminuição do custo e do tempo do transporte.

Para Francisco Rodolfo Simch, seu desenho respondia negativamente a duas perguntas: “1) Torres prejudicará o Rio Grande? 2) Torres prejudicará Porto Alegre?”.

Figura 13 – Desenho de Francisco Rodolfo Simch das linhas de circulação do transporte no Rio Grande do Sul, para a hipótese de construção do Porto de Torres



Fonte: SIMCH, Francisco Rodolfo. O Porto de Torres. Revista “O Progresso”. Porto Alegre, 1916.

²⁸⁵ Segundo Ruschel (2004, p.193), “a construção do porto de Torres encontrou inimigos poderosos, destacando-se o ex-senador e então dissidente partidário Ramiro Barcelos (o ferino “Amaro Juvenal”), autor dos famosos versos satíricos “Antônio Chimango” contra Borges de Medeiros”.

Francisco Rodolfo considerava que o Porto de Torres deveria ser um coletor para a porção norte do Rio Grande do Sul, enquanto o Porto de Rio Grande deveria encarregar-se de coletar os produtos do sul do estado. Sobre Porto Alegre, Simch explicou que quatro quintos da produção da bacia do rio Jacuí e seus afluentes continuariam a ser transportados até o antigo coletor, o Porto de Rio Grande, que teria acesso mais fácil do que Torres. No entanto, a nova rota permitiria o escoamento de uma produção que, naquele momento, não estaria chegando ao resto do estado. De qualquer modo, Porto Alegre já tinha uma indústria consolidada, e não seria afetada. Além disso, a falta do coletor de produtos no litoral norte fazia com que um terço do estado do Rio Grande do Sul tivesse sua economia sacrificada.

Por fim, Francisco Rodolfo ressaltou que a mesma argumentação poderia ser desenvolvida a partir das importações, conduzindo à mesma conclusão.

Em resumo, a representação do Porto de Torres por Francisco Rodolfo Simch, em 1916, vislumbrava “a consequencia normal de uma deslocação dos centros de equilíbrio, determinados pela relação entre zonas de produção e seus respectivos escoadouros” (SIMCH, 1916).

Um aspecto muito importante da sua argumentação vai ao encontro de Witt (2015, p.358), que questionou a “tese do isolamento” no litoral norte do Rio Grande do Sul, ao comprovar que havia, sim, circulação de transportes e comunicação entre aquele espaço e a capital. Da mesma forma, Simch (1916) reconheceu estes aspectos, tanto que incluiu Torres e outros municípios próximos no cálculo da riqueza municipal por hectare. Os croquis por ele desenhados identificavam o litoral norte como uma zona de produção, com meios de comunicação e transporte de produtos minuciosamente descritos, que também são mencionados nos relatórios da SOP trazidos nesta pesquisa. O pilar da sua fundamentação era a competitividade das transações comerciais de exportação e importação do Rio Grande do Sul, que seria garantida pela otimização da circulação dos transportes, gerando menores custos para o preço final do produto.

Observa-se, ainda, que Francisco Rodolfo concordava com Dahne (1904) quanto ao objetivo principal da construção do Porto de Torres, porque ele considerava que esta obra não era somente a ligação com Porto Alegre, mas, especialmente, o direcionamento racional da circulação dos transportes em direção ao norte, e vice-versa, incluindo-se a região de Cima da Serra. Esta perspectiva retoma, portanto, a concepção inicial de Torres enquanto espaço de colonização alemã:

No que se refere à fundação da Colônia alemã das Torres, quando o governo imperial decidiu fundar ali um estabelecimento com imigrantes alemães, o local escolhido para o primeiro assentamento ficava à beira de uma estrada que comunicava o litoral com Cima da Serra. Então, o objetivo inicial desta Colônia seria o de impulsionar a ligação destes dois espaços, servindo como mercado abastecedor e de trocas. Deduz-se deste fato que, pelo menos num primeiro momento, a Colônia alemã das Torres não deveria cumprir o mesmo papel que São Leopoldo em relação a Porto Alegre. Cada uma fora criada para direcionar-se a regiões distintas, com propósitos definidos de acordo com o espaço e as habilidades de seus ocupantes (WITT, 2015, p.283)

Esta característica da colonização alemã em Torres era bem conhecida por ele, em razão da atuação profissional de seu pai, Francisco José Simch, ex-Diretor da *Westbahngesellschaft*, empresa alemã que promovia a imigração particular, sediada em Berlim, que relatava, no início do século XX, aspectos da colonização alemã em Torres. Coerente com esta abordagem, a representação do Porto de Torres de Francisco Rodolfo (SIMCH, 1916) não concebia o litoral norte como um espaço subordinado à economia da capital. Seu artigo levantou, inclusive, a hipótese de que a economia do litoral norte pudesse superar a economia da capital, com a construção do Porto de Torres. Embora considerasse esta alternativa pouco provável, ele salientou que, mesmo que este fosse o caso, o crescimento econômico do conjunto do estado do Rio Grande do Sul, em razão da construção de um porto em Torres, seria mais importante do que a manutenção da capital como espaço econômico principal, em detrimento de outros municípios.

Seguindo-se esta lógica, percebe-se, um aspecto inovador na representação de Francisco Rodolfo do Porto de Torres, depois da publicação de seu artigo sobre este tema, em 1916. Ele percebeu que entre esta futura estrutura portuária e a capital haveria a possibilidade de se explorar carvão, otimizando a produção de riquezas do estado ao longo do próprio eixo de transporte, pois Dahne (1904) já indicava a existência do mineral na região metropolitana de Porto Alegre e em Torres, e as prospecções realizadas por Francisco José e Francisco Rodolfo confirmavam aquela hipótese. Além disso, com o advento da Primeira Guerra Mundial, pai e filho ressaltavam também a importância da exploração e do transporte do tungstênio, como elemento de liga capaz de conferir dureza ao aço, qualidade esta importantíssima para a indústria bélica e decisiva para as batalhas.

A Alemanha, neste período da Primeira Guerra Mundial, iniciou um processo de estocagem de tungstênio que se estendeu até a Segunda Guerra Mundial,

buscando este minério em outros países²⁸⁶ e fazendo com que este minério tivesse um papel político fundamental nos dois conflitos mundiais, com alto valor de mercado. Este aspecto não passou despercebido no Rio Grande do Sul:

Nos últimos dez meses o valor do antimônio quadruplicou no mercado inglês e o tungstênio (um metal que serve para dar uma tempera fortíssima ao aço decuplicou de valor pelo facto de constituir um monopólio da indústria alemã, embora a matéria prima de que é derivado seja extrahida, nas suas três quartas partes, do sólo britannico. O tungstênio tornou-se tão precioso e tão indispensável que um grande número de especialistas estão actualmente estudando o meio de poder extrahir novamente esse metal de objectos de aço já usados (A FEDERAÇÃO, 1916, p.6).

Desse modo, o tungstênio já era considerado um material estratégico no princípio do século XX, e havia despertado o interesse das indústrias alemãs nos minérios brasileiros, incluindo sua comercialização e transporte nos projetos da época.

²⁸⁶ Segundo Clairin (1954), a Alemanha também buscou tungstênio no Vietnã, na Indochina, na França, em Portugal e na Espanha. Em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de aumentar suas reservas de tungstênio, a Alemanha chegou a pedir ao Japão que impusesse à França a demissão do General Catroux, militar francês que era, então, governador da Indochina, para ter acesso a importantes estoques do minério que lá se encontravam. Entretanto, o cônsul norte-americano em Hanói conseguiu fazer com que o General Catroux assinasse uma ordem de transferência imediata do tungstênio para os Estados Unidos, antes de deixar a Indochina (CLAIRIN, 1954, p.829). Também durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal e Espanha foram muito procurados pelos países do Eixo e pelos Aliados, com concorrência forte entre os compradores, influenciando as exportações. Assim, em 1940, Portugal exportava 3.443 t de tungstênio, sendo mais da metade do tungstênio destinado para a Grã-Bretanha (1.783 t), 768 t para os Estados Unidos, 540 t para a França e apenas 185 t para a Alemanha e 31 t para a Itália. Em 1941, a exportação do tungstênio português aumentou para 5.235 t, sendo que este acréscimo se devia ao aumento da exportação para os países do Eixo, que passaram a comprar 1.987 t de tungstênio, valor este que subiu para 2.801 t, em 1942, enquanto a exportação de tungstênio para os Aliados baixou de 3.211 t para 2.801 t, no mesmo período. A partir de 1943, inverte-se esta tendência, passando as exportações para a Alemanha para o valor de 1.342 t de tungstênio e subindo para 5.321 t, para a Grã-Bretanha. Já em 1944, as exportações de tungstênio português caíram para 2.687 t, sendo somente 701 t para a Alemanha, no primeiro semestre. Por fim, o ano de 1945 faz cessar a demanda pelo tungstênio de Portugal (CLAIRIN, 1954, p.829-830). Já a Espanha levou mais tempo para se beneficiar das circunstâncias econômicas da Segunda Guerra Mundial, elevando suas exportações de tungstênio de forma expressiva somente em 1943, chegando a 1.370 t, sendo dois terços disso para a Grã-Bretanha e um terço para a Alemanha. Em 1944, os espanhóis exportaram 2.502 t, mas não se sabe a distribuição entre os países importadores. Em 1945, a exploração do tungstênio espanhol havia parado, mas a Grã-Bretanha adquiriu os estoques do minério, adquirindo 1.662 t de tungstênio (CLAIRIN, 1954, p.830). A França também forneceu 78 t de tungstênio em 1942, para a Alemanha, durante o período de ocupação, na Segunda Guerra Mundial (CLAIRIN, 1954, p.830). Percebe-se a rivalidade e a competitividade entre os países para adquirir o tungstênio e a obstaculização do acesso dos países inimigos aos minérios, durante a guerra. Chama a atenção também o fato de que mesmo o final das duas guerras mundiais não fez cessar a preocupação com a formação de estoques de tungstênio pelos países envolvidos nos conflitos. Um exemplo disso está na compra do estoque de tungstênio espanhol pela Grã-Bretanha, em 1946, e, como visto precedentemente, ao longo desta pesquisa, a considerável estocagem de tungstênio pelos alemães no período entre os dois conflitos mundiais.

3.4 A MINERAÇÃO ESTATAL DO CARVÃO NO ESPAÇO MINA DE GRAVATAÍ – PORTO DE TORRES, NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

*“The bell that rings inside your mind
Is challenging the doors of time
It’s a kind of magic”
(Queen)*

Francisco Rodolfo Simch pretendia implementar a exploração estatal do carvão e comprovar a sua qualidade como fonte energética para a siderurgia, com relação ao carvão estrangeiro. Este seria um ponto decisivo para convencer o governo a investir nesta atividade. Para melhor compreender como ele pensava o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, cabe explicar a localização destas minas no espaço geográfico do Rio Grande do Sul e sua relação com outras jazidas de carvão. Pretende-se, aqui esclarecer como Francisco Rodolfo Simch planejou uma área de interesse para reunir a circulação do transporte, considerando a atividade econômica de exploração do carvão, mas também o transporte de outros produtos. Isto significa que o tema principal desta seção é sua representação do espaço.

Ainda hoje, a Mina de Gravataí descoberta e explorada por Francisco Rodolfo Simch, em nome do governo estadual, está materialmente conectada com o presente, pois deixou rugosidades na paisagem da região metropolitana de Porto Alegre, fazendo parte do mapa das jazidas daquela área, representadas como a “Antiga Mina de Viamão”, com a legenda de “mina paralisada”²⁸⁷:

Na extremidade sudoeste, próximo à cidade de Gravataí, situa-se a antiga mina de Viamão, há décadas abandonada, na qual restam atualmente apenas resquícios das antigas atividades de mineração do carvão. A área de cobertura tem espessura variando entre 0 e 50 metros de espessura, constituindo as únicas porções lavráveis a céu aberto da jazida. Atualmente, na área da jazida, não existe nenhuma mina de carvão em atividade (CPRM, 2016, p.1)²⁸⁸

²⁸⁷ Atualmente, sabe-se que as reservas das jazidas de carvão mineral da região metropolitana de Porto Alegre, RMPA, são: Morungava–Chico Lomã, Gravataí-Oeste, Charqueadas, Arroio dos Ratos, Faxinal e Água Boa, segundo o Serviço Geológico do Brasil, CPRM (2016). A jazida Morungava – Chico Lomã é assim denominada porque “a jazida Chico – Lomã é uma continuidade da jazida de Morungava e se estende ao leste de Gravataí a sudoeste da Lagoa dos Barros” (FABRÍCIO, 1980, p.1-2).

²⁸⁸ O intuito da referência ao conhecimento contemporâneo sobre as jazidas de carvão em torno da antiga mina de Gravataí é mostrar que esta, embora desativada, deixou rugosidades em uma área onde atualmente ocorre a mineração do carvão. Além disso, esta referência e as seguintes, sobre as jazidas relacionadas à mina em que Francisco José e Francisco Rodolfo trabalharam no início do século XX, confirmam a pertinência do trabalho geológico por eles realizado, que faz parte de uma série de estudos que se perpetuam até hoje.

Fotografia 27 – Mina de Gravataí, início do século XX



Fonte: Acervo pessoal de Francisco José Simch Jr.

Fotografia 28 – Visão geral da Mina de Gravataí, início do século XX



Fonte: Acervo pessoal de Francisco José Simch Jr.

É interessante observar que estas antigas minas deixaram de ser exploradas, mas que hoje se confirma sua correlação com outras áreas de mineração carbonífera. Isto indica que, desde aquela época, mais prospecções foram realizadas, ampliando o trabalho inicial, do início do século XX, e direcionando a exploração mineral para outras áreas conexas àquela primeira mina de carvão. Nas jazidas de carvão de Gravataí-Oeste, onde Francisco Rodolfo e Francisco José trabalharam, que se localizam entre Gravataí e Porto Alegre, a mineração não acontece, atualmente:

[...] suas camadas de carvão são correlacionadas por contemporaneidade com a jazida Morungava – Chico Lomã. As coberturas variam em espessura desde menos de 50 metros ao sul, a pouco mais de 100 metros ao norte. No presente, não se registra nenhuma atividade mineira em operação nesta jazida (CPRM, 2016, p.1)

Portanto, sabe-se que a antiga mina de Viamão faz parte da jazida Morungava – Chico Lomã, e que a retomada de sua exploração traria impacto ambiental, porque, além da proximidade do rio Gravataí, esta mina hoje se localiza em área urbana²⁸⁹.

A mineração de carvão pelo Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, dirigido por Francisco Rodolfo Simch, no início do século XX, seguia o conceito de “lavra modelo” para comprovar a viabilidade da produção do carvão pelo estado e expandir este modelo para um nível industrial, desmanchando o monopólio das empresas carboníferas privadas. Contudo, o estado do Rio Grande do Sul acabou desistindo desta ideia. Assim, embora o Serviço Geológico do Brasil reconheça a existência da Mina de Gravataí, indicando-a em seus mapas atuais como uma antiga mina desativada, considera-se a exploração da jazida de carvão de Morungava–Chico Lomã–Santa Teresinha²⁹⁰ como o início da pesquisa do carvão coqueificante em larga escala, na década de 1970²⁹¹, ignorando-se as pesquisas anteriores, nesta área, realizadas em nome do governo gaúcho. A forma como Francisco Rodolfo descobriu e explorou o carvão na antiga Mina de Viamão, comprovando suas propriedades energéticas e coqueificantes, como registrou em seus escritos, ilustra um momento importante da história do Rio Grande do Sul, que é a tentativa de controle pelo governo do estado da mineração do carvão, desfazendo-se monopólios de empresas

²⁸⁹ “Considerando-se as questões relacionadas com o meio-ambiente pode-se dizer que, na área da jazida Morungava – Chico Lomã, o bloco ao qual pertence a antiga mina de Viamão, dado as características da cobertura, situada no intervalo entre 0 e 50 metros e da proximidade com o perímetro urbano de Gravataí, além do mesmo estar situado na planície aluvial do rio Gravataí, configura uma área muito sensível a impactos ambientais” (CPRM, 2016).

²⁹⁰ “Jazida de Morungava–Chico Lomã (RS). Situa-se na região nordeste do estado, compreendendo uma área de 1.200 km², alongada leste–oeste [...] Foi a primeira jazida descoberta de carvão com propriedades coqueificantes no RS, em meados da década de 70. [...] Esta jazida nunca foi minerada, e seu potencial deve-se à possibilidade de obter uma fração nobre, com baixo teor de cinzas e enxofre, que poderá ser utilizada em misturas com outros carvões, para produção de coque na indústria do aço” (GOMES; CRUZ; BORGES In BIZZI et al, 2003, p.592). O jornal Correio do Povo também se referia à descoberta de jazidas de carvão nesta região, na década de 1970, e anunciava a pesquisa de carvão coque em Gravataí como uma novidade, em 21 de abril de 1983 (CORREIO DO POVO, 1983, p.10, Acervo particular de Clélia Simch Marc). As explorações de carvão realizadas por Francisco José e Francisco Rodolfo Simch, em nome do Estado do Rio Grande do Sul, no princípio do século XX, permaneciam, assim, esquecidas, na historiografia e no discurso da imprensa, no final daquele mesmo século.

²⁹¹ “A grande jazida de carvão metalúrgico de Morungava– Chico Lomã–Santa Teresinha, descoberta pela CPRM no Estado do Rio Grande do Sul nos anos setenta, tem qualidade coqueificante e pode potencialmente servir a fim mais nobre suprindo futuramente às siderúrgicas nacionais” (GOMES; CRUZ; BORGES In BIZZI et al, 2003, p.579). Mais uma vez, o projeto de exploração do carvão pelo governo e sua utilização pela siderurgia nacional são considerados um novo projeto, apesar dos empreendimentos anteriores do governo gaúcho.

particulares, e produzindo-se coque siderúrgico que faria do estado um elemento propulsor do desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira, na década de 1930.

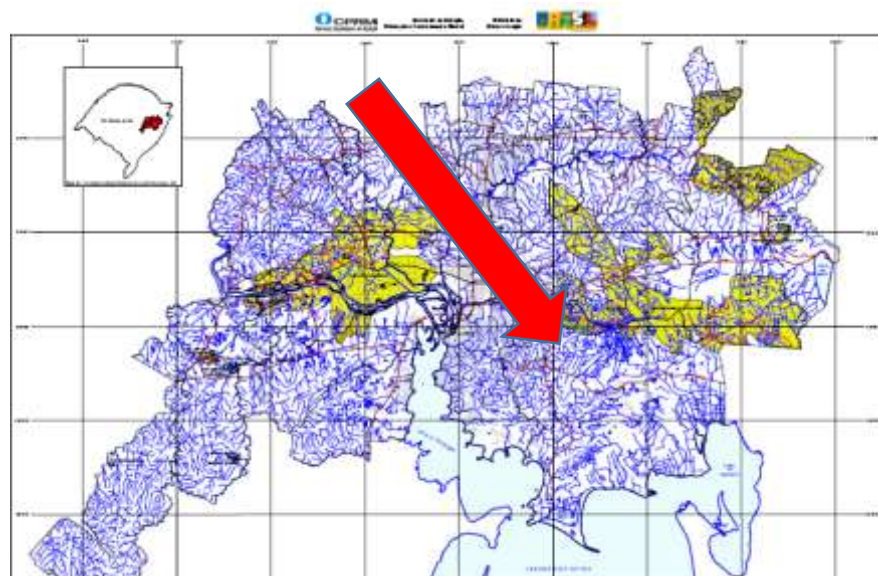
Fotografia 29 – Francisco Rodolfo Simch (à esquerda, ao fundo), Francisco José Simch (à frente, à direita), na Mina de Gravataí, década de 1920



Fonte: Acervo pessoal de Francisco José Simch Jr.

Pode-se visualizar a relação da antiga mina de Viamão, ou Mina de Gravataí, como parte do bloco que forma a jazida de Morungava – Chico Lomã. A região RMPA está indicada em vermelho, no mapa menor, que representa o estado, na porção superior esquerda. As jazidas de carvão estão indicadas em amarelo, com relação à RMPA e ao lago Guaíba. A seta vermelha, adicionada pela autora, indica a localização aproximada da antiga mina.

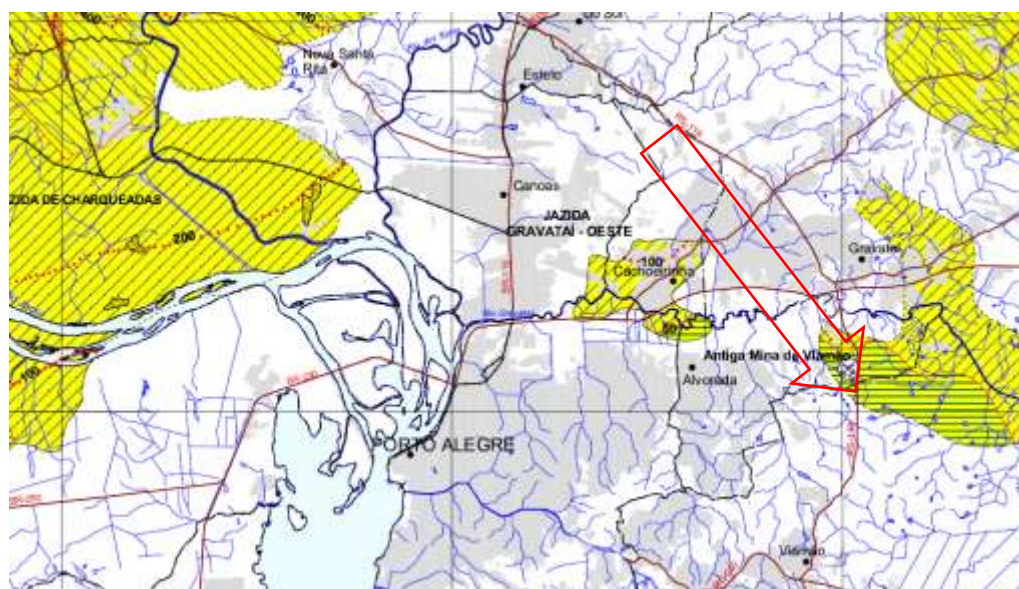
Figura 14 - Mapa das jazidas de carvão mineral da RMPA



Fonte: CRPM, 2006

Ampliando-se uma área deste mapa, pode-se localizar, aproximadamente, a antiga mina de Viamão, ou Mina de Gravataí, no limite oeste da jazida Morungava.

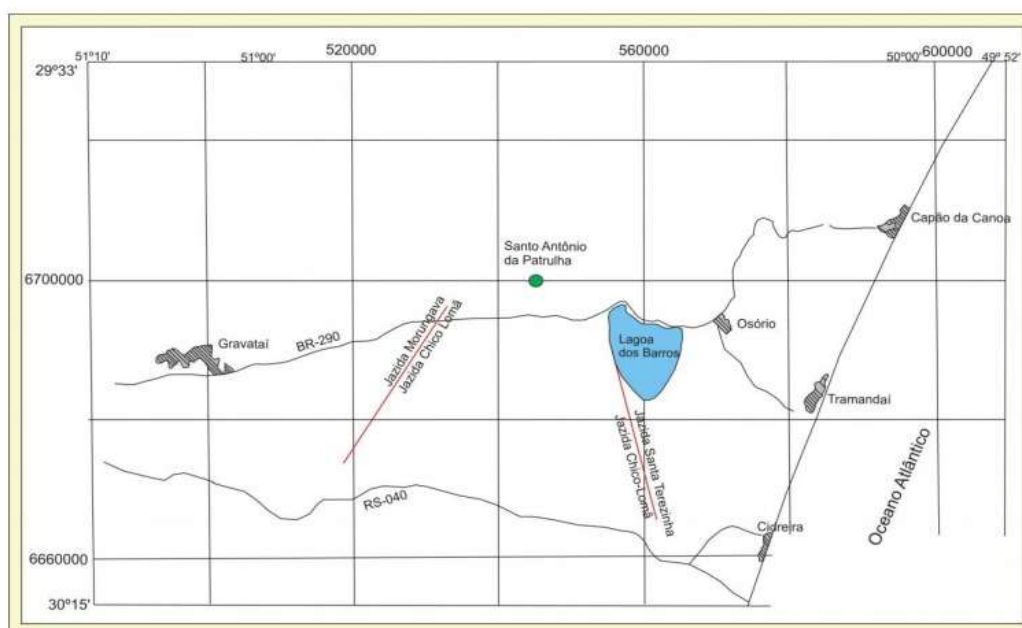
Figura 15 - Ampliação da figura anterior, ressaltando a Antiga Mina de Viamão, na divisa entre Gravataí e Viamão



Fonte: CPRM, 2006

trajeto por Conceição do Arroio passaria pela jazida Santa Terezinha e conduziria à porção sul da jazida Sul-Catarinense, em Torres. Ao se observar a localização das jazidas de carvão entre Gravataí e o litoral norte, em direção a Torres, passando-se pela lagoa dos Barros, observa-se que a jazida Chico Lomã se encontra delimitada, a oeste, pela jazida Morungava e, a leste, pela jazida Santa Terezinha (LEWANDOWSKI, 2003, p.43):

Figura 17 - Localização de Gravataí com relação ao litoral norte do Rio Grande do Sul, situando-se as jazidas de carvão Morungava, Chico Lomã e Santa Terezinha



Fonte: LEWANDOWSKI, 2003, p.43

Portanto a escolha de um porto em Torres seria estratégica para se estabelecer um trajeto ao longo do qual ocorreria produção e transporte de carvão diretamente ao longo das minas de carvão, de Gravataí a Torres. Como visto, esta ideia segue o princípio de linha da despesa mínima, apresentado por Francisco Rodolfo, em seu artigo sobre o Porto de Torres, de 1916, e os objetivos do Decreto nº 1958, de 19 de abril de 1913, que estabeleceu o Plano Geral de Viação do Estado do Rio Grande do Sul²⁹². Com isso, estabelecer-se-ia a via de transporte mais econômica possível, escoando-se a produção diretamente do local de exploração mineral.

²⁹² Com efeito, entre os objetivos deste plano de viação estavam: “fazer convergir a exportação e a importação do Estado para os portos marítimos actual e futuro do Rio Grande e Torres e os de cabotagem de Porto Alegre a Pelotas”, prevendo-se uma ligação ferroviária entre Porto Alegre e o futuro Porto de Torres, uma linha de navegação entre Conceição do Arroio e Torres e outra no rio Gravataí, para o canal de Porto Alegre a Torres ou, então, para ligar ao município de Gravataí

Feitos os esclarecimentos sobre a localização da Mina de Gravataí e sua relação com o Porto de Torres, passa-se a um breve histórico do início da exploração do carvão por Francisco Rodolfo e seu pai²⁹³. As prospecções começaram no ano de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial. As importações de carvão pelo Brasil haviam sido dificultadas com o conflito mundial, e o problema de dependência energética do país era evidente. A implementação do plano viário proposto por Borges de Medeiros ainda estava em curso, e o carvão como fonte de energia e para uso siderúrgico teria um papel muito importante para o transporte no estado. Assim, passada a Primeira Guerra Mundial, em 1919, depois de mais de dois anos de escavação e sondagens, Francisco Rodolfo, juntamente com seu pai, encontrou carvão no vale do Gravataí, confirmando seu projeto e a hipótese de Dahne (1904). Estava oficialmente reconhecida a descoberta do carvão pelo governo do estado do Rio Grande do Sul²⁹⁴:

Uma nova jazida carbonífera

A Directoria do Serviço de Mineralogia e Geologia do Estado, que tem como director esse vigoroso talento polyedrico que é o dr. Francisco Rodolpho Simch, acaba de verificar, nas margens do rio Gravatahy, uma nova jazida de carvão de pedra, o qual é de magnifica qualidade.

É digno de especial menção o interesse que V. Exc.^a o sr. Presidente do Estado vem tomando pelas explorações dessa bacia hulheira ás margens do Gravatahy. Sem precipitações, mas segura e decisivamente, vem o ilustre sr. Borges de Medeiros ordenando as medidas mais rápidas, afim de poder o mais breve possivel explorar industrialmente o combustivel mineral.

A ninguém escaparão, por certo, os incalculáveis beneficíos que essa nova mina vae trazer a nosso Estado, sendo, por consecuencia, a acção energica do ilustre Presidente do Estado credora da nossa mais sincera gratidão (MÁSCARA, 1919, p.5).

(MENSAGEM enviada à Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 1ª Sessão Ordinária da 7ª Legislatura, em 20 de setembro de 1913. Porto Alegre: Oficinas typographicas d' "A Federação", 1913, p.35-36. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720500/per720500_1913_00001.pdf. Acessado em: 23/05/2020).

²⁹³ Com relação à origem de Francisco José Simch, a Primeira Guerra Mundial provocou a dissolução do Império Austro-húngaro e a criação da Tchecoslováquia, em 28 de outubro de 1918 (OPATRNY, 2017, p.28). Houve novas levas de imigrantes que chegaram ao Brasil e à Argentina, de acordo com Opatrný (2015, p.35), que chegavam sozinhos ou em pequenos grupos, oriundos de países que, a partir de 1918, passaram a fazer parte da Tchecoslováquia. A política da Tchecoslováquia com relação à América Latina fundamentava-se em duas metas: seu reconhecimento como Estado independente, por meio das relações diplomáticas e a estabilização econômica, baseada na exportação de sua produção industrial (OPATRNY, 2017, p.28). Nesse sentido, o Brasil foi um dos primeiros países latino-americanos a reconhecer a Tchecoslováquia como Estado independente, juntamente com Peru e México (OPATRNY, 2017, p.28). Apesar destes acontecimentos, Francisco José Simch, o pai de Francisco Rodolfo, permanecia identificando-se como austríaco, e, na imprensa, percebe-se que ele mantinha contato com as autoridades diplomáticas da Áustria, mas não com a Tchecoslováquia.

²⁹⁴ Máscara. Semanário Ilustrado, dirigido por João Carlos Machado e de Souza Júnior. Ano II, número XXIX. Porto Alegre, 23 de agosto de 1919. <http://memoria.bn.br/DocReader/174181x/3099>

Com esta notícia, percebe-se que o governo do estado colocava como prioridade a mineração do carvão, desejando passar da descoberta da jazida à exploração em escala industrial o mais rapidamente possível. Francisco Rodolfo redigiu, então, neste ano de 1919, seu projeto de exploração do primeiro poço de exploração de carvão de pedra, de prospecção.

Esta foi a exploração da primeira jazida de carvão pelo estado do Rio Grande do Sul, como parte de um projeto republicano de desenvolvimento econômico. Neste mesmo ano de 1919 em que Francisco Rodolfo confirmou a existência da jazida de carvão de Pedra de Gravataí, Fausto (2006, p.27-28) menciona que Getúlio Vargas, então deputado estadual, apoiou o financiamento do projeto de exploração desta jazida pelo governo gaúcho, e que ele costumava defender, nesta época, o governo de Borges de Medeiros, bem como seus protegidos (como era o caso de Francisco Rodolfo, como Diretor do Serviço de Mineralogia e Geologia do Estado e ex-colega de Vargas da turma de bacharéis de 1907). Fausto (2006, p.27) esclarece que Vargas era favorável, pois, ao intervencionismo do Rio Grande do Sul na área da economia e dos serviços, e, mais precisamente, ao investimento de verbas do governo estadual para a exploração das recém-descobertas jazidas de carvão da Mina de Gravataí, opondo-se, inclusive, ao deputado Gaspar Saldanha, no contexto de um debate:

[...] permita-me dizer que vossa excelência está filiado à velha teoria econômica do *laissez faire*, teoria essa que pretende atribuir unicamente à iniciativa particular o desenvolvimento econômico ou industrial de qualquer país, deixando de lado a teoria da nacionalização desses serviços [...], amplamente justificada pelas lições da experiência. [...] Nos países novos, como o nosso, onde a iniciativa é escassa e os capitais ainda não tomaram o incremento preciso, a intervenção do governo em tais serviços é uma necessidade real (FAUSTO, 2006, p.28).

A defesa da nacionalização dos serviços superou a oposição e, assim, o projeto do primeiro poço de extração estatal de carvão, no Rio Grande do Sul, foi redigido no final do ano de 1919, mais precisamente em 8 de dezembro, por Francisco Rodolfo Simch, e entregue à SOP. O projeto ambicionava produzir cerca de 1.000 toneladas de carvão de pedra por dia, acompanhado de uma planta do local²⁹⁵. Conforme explicado anteriormente, a mineração do carvão estava ocorrendo no vale do rio Gravataí, porém situava-se no Distrito de Viamão. Na área pesquisada pela Diretoria

²⁹⁵ Projecto de instalação de um poço para extracção de carvão de pedra no 1º Districto de Viamão. Capacidade: 1.000 toneladas em média diárias (Acervo particular de Clélia Simch Marc, 1919).

do Serviço Mineralógico e Geológico, tinham sido realizadas, até então, 22 sondagens, sendo 11 feitas por particulares e 11 pelo governo estadual, representado pelo Diretor da repartição, Francisco Rodolfo. Outras três sondagens com sondas rotativas haviam sido feitas para confirmar o perfil geológico da área. Desse modo, estimava-se uma área de 100.000.000 m² com existência de carvão disposto em três camadas. Entretanto, se fosse considerada uma única camada de espessura 1,30m, o volume considerado seria de 100.000.000m² multiplicados por 1,30m, ou seja, 130.000.000 m³ de hulha. Ao considerar a densidade do combustível fóssil em 1,4m, Francisco Rodolfo estimava uma cubação geral de 130.000.000 m³ multiplicados por 1,4, resultando em 182.000.000 toneladas. A anotação feita a mão, neste relatório, por Francisco Rodolfo, precisava que este cálculo correspondia à “potencialidade da jazida”. Considerando que esta potencialidade fosse a metade deste valor, isto é, fosse de 91.000.000 toneladas, o diretor fazia a ressalva de que “em lavra de minas de carvão a extração nunca é tão completa, que se possa aproveitar todo o panno geológico explorado, mas, em regra, perdem-se 20%”, então, considerando-se uma perda ainda maior, de 50%, a tonelagem útil a extrair seria de 45.000.000. A seguir, Francisco Rodolfo estimava o período de exploração do carvão como dependente do modo e da intensidade com que o carvão fosse extraído, então supôs iniciar a extração com uma instalação potente de 1.000 toneladas ao dia, ou 365.000 toneladas ao ano, que consumiria as 45.500.000 toneladas em 124 anos e 8 meses. Se fossem abertos três poços, com extração anual de 1.000.000 de toneladas, a extração aconteceria em 45 anos e 6 meses (PROJECTO de installação de um poço para extração de carvão de pedra no 1º Districto de Viamão, 1919, p.1-2).

Como se vê nos escritos de Francisco Rodolfo Simch desde a Direção do Museu do Estado, toda a argumentação é apresentada matematicamente, para fundamentar sua proposta e convencer as autoridades a respeito do seu projeto. Ao arredondar sempre para menos os valores de tonelagem de carvão que poderiam ser extraídos, superestimando as variáveis que diminuiriam o rendimento da mineração e fazendo, assim, reduções enormes, Francisco Rodolfo chegava, ainda assim, a comprovar que muito carvão poderia ser extraído, e isso por muitos anos. Esta era uma forma de indicar que, mesmo que muitos problemas técnicos pudessem reduzir o rendimento da exploração de carvão, mesmo assim o negócio seria economicamente viável para o governo.

Para se atingir aquele valor de produção de carvão de 365.000 toneladas anuais, Francisco Rodolfo explicava que seria necessário um poço de 1.000 toneladas diárias. Por fim, ele ressaltava a tendência de aumento de consumo do carvão no estado e no país, enquanto as condições das hulheiras europeias e norte-americanas estavam em condições precárias, sofrendo muitas reclamações que agitavam as regiões produtoras, cenário este que ele previa se prolongar no tempo. Quanto ao investimento, a produção anual de 300.000 toneladas representaria, segundo Francisco Rodolfo, 6.000 contos de réis, restando líquidos, depois de deduzir 10% de lucro líquido, 600 contos, que somariam 3.000, em 5 anos. Este cálculo demonstrava a possibilidade de se pagar as instalações de extração e beneficiamento do carvão, e haveria, ainda uma quota excedente que poderia servir para reduzir o preço do carvão ou para aumentar ainda mais a sua produção (PROJECTO de installação de um poço para extracção de carvão de pedra no 1º Districto de Viamão, 1919, p.2-3).

Ao longo do projeto, Francisco Rodolfo procura realizar uma estimativa parcial das despesas que o Rio Grande do Sul precisaria realizar para o projeto, onde incluía as indenizações pelos terrenos e o aprofundamento do poço com barragem para reter as águas em reservatório para a usina e lavagem do carvão. Restava estabelecer um orçamento para a construção de uma vila operária pela Diretoria de Obras Públicas. Neste orçamento estimativo, estavam, então, previstas a indenização pelos terrenos de particulares (50:000\$000), as despesas com o afundamento e revestimento do poço nº2 (200:000\$000)²⁹⁶ e a construção da barragem (224:535\$000)²⁹⁷. Como a verba prevista para a seção era de 1.260:000\$000, restaria, ainda, um saldo para aquisição, transporte e assentamento de madeiras. Este projeto viabilizaria, segundo ele, a primeira fase da indústria de carvão do estado do Rio Grande do Sul em larga escala (PROJECTO de installação de um poço para extracção de carvão de pedra no 1º Districto de Viamão, 1919, p.41).

Em 1922, o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, realizou uma visita de inspeção à Mina de Gravataí, acompanhado de Ildefonso Pinto,

²⁹⁶ Para o fundamento e revestimento do poço nº2, seriam necessárias ferramentas, guincho, bombas, explosivos, estopim, espoletas, detonador elétrico, madeiras, ferragens e mão de obra. Total da despesa: 200:000\$000. Projecto de installação de um poço para extracção de carvão de pedra no 1º Districto de Viamão. Capacidade: 1.000 toneladas em média diárias (SIMCH, 1919, p.40. Acervo particular de Clélia Simch Marc)

²⁹⁷ A barragem exigia despesas com o movimento de terra, tijolos, cimento, areia e mão de obra, totalizando 224.000\$000. Projecto de installação de um poço para extracção de carvão de pedra no 1º Districto de Viamão. Capacidade: 1.000 toneladas em média diárias (SIMCH, 1919, p.40. Acervo particular de Clélia Simch Marc)

Secretário de Obras Públicas, Francisco Rodolfo Simch, Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico e de Sinval Saldanha. A visita contemplou a superfície e as galerias e câmaras de extração de carvão, e resultou na decisão de abertura de um novo poço em local indicado por Francisco Rodolfo, bem como na construção de uma estrada Decauville de bitola de 0,60 metros para transportar o carvão desde a mina até o Passo das Canoas, sobre o rio Gravataí. Além disso, Borges de Medeiros decidiu criar uma escola junto à mina, para os filhos dos operários (BRAZIL-FERRO-CARRIL, 1922, p.417). A educação para as famílias dos operários e dos próprios operários, fora dos turnos de trabalho, na vila operária, fazia parte do projeto de mineração que Francisco Rodolfo havia apresentado ao governo.

Neste período de elaboração e execução do projeto de mineração estatal, Francisco Rodolfo Simch escreveu sua obra “Methodos de desmonte e exploração do carvão”, que foi muito apreciada no Congresso Nacional do Carvão. No encerramento do evento, Luiz Betim Paes Leme, que era o Diretor da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, leu o seu parecer de 26 de outubro de 1922, sobre a publicação de Francisco Rodolfo:

O trabalho apresentado pelo dr. F. R. Simch é uma descripção geológica do Estado do Rio Grande do Sul, seguida de um detalhado estudo dos methodos de exploração em uso nas minas daquelle Estado.

O autor declara num modesto preambulo que o seu trabalho nada tem de original e apenas encerra ensinamentos já ministrados nas obras classicas.

O trabalho do dr. Simch tem, porém, a grande originalidade de ser o primeiro que até hoje tem sido escripto sobre a applicação desses principios, dessas regras classicas da mineração, ás jazidas do nosso paiz.

É, pois, uma obra cuja leitura se recomenda a todos que mineram carvão no sul da Republica.

O traçado da jazida, o corte, o desmonte do combustível, a maneira de empregar os explosivos, o transporte do carvão extrahido, a maneira de fiscalisar o serviço, tudo foi minuciosamente exposto, com a preocupação de tornar o ensinamento immediatamente utilisavel na pratica.

Vê-se logo que o professor é também um engenheiro chefe de mina de exploração. Tem-se a impressão de que ele experimentou tudo quanto aconselha.

Quanto á parte geológica do trabalho, tenho a satisfação de salientar que o dr. Simch procedeu a uma avaliação das reservas de combustível do Estado do Rio Grande do Sul. E, naturalmente, com uma grande prudencia e com as ressalvas que comporta uma previsão dessa natureza, o dr. Simch deu-nos o algarismo de 7.200.000.000 de toneladas que elle proprio aconselha deve ser affectado de um coefferiente de segurança igual a 4, e reduzido de 1.800.000.000 de toneladas (A FEDERAÇÃO, 1922, p.5)²⁹⁸.

²⁹⁸ A FEDERAÇÃO. *Várias. Congresso Nacional de Carvão*. Porto Alegre, Ed. 258, 8 de novembro de 1922, p.5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/49779>. Acessado em 20/08/2022.

Este parecer é bastante esclarecedor e perspicaz sobre a forma de atuação profissional de Francisco Rodolfo Simch. Em primeiro lugar, ele aponta a forma descritiva com que ele apresenta a geologia, que poderia ser confundida, em um primeiro momento, com uma simples transcrição dos estudos teóricos até então feitos pelos especialistas, para a socialização do conhecimento da comunidade. Entretanto, a leitura atenta da sua obra, como bem observou Luiz Betim Paes Leme, traz uma dimensão argumentativa muito forte e consistente, da qual emergem os posicionamentos do autor e suas ponderações sobre a aplicabilidade da técnica à realidade do Rio Grande do Sul. Esta forma de escrita é nítida também nas obras dedicadas ao ensino, que Francisco Rodolfo escreveu na área da mineralogia e geologia e também da economia social: ele introduz as ideias e os conceitos até então estudados por renomados especialistas, muitas vezes estrangeiros, cujas obras ele cita para consulta do leitor, para depois introduzir sua opinião e discuti-la, levando em consideração principalmente a realidade do Rio Grande do Sul, mas, algumas vezes, também do país. Outro aspecto característico da sua atuação profissional que foi perfeitamente identificado por Luiz Betim Paes Leme foi a valorização do trabalho prático articulado com a teoria científica, um dos pilares e um diferencial da formação concebida por Gorceix na Escola de Minas de Ouro Preto, cujo lema é “com a mente e o martelo”, que ele desenvolveu em sua formação concluída em 1898, e que ele defendeu como base para o ensino da técnica, ao participar da fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909.

Além da participação em eventos científicos e da publicação de livros, Francisco Rodolfo Simch também tinha o IHGRGS como um espaço de socialização do conhecimento e troca com seus pares, do qual foi sócio-fundador, em 1920. Na mesma sessão, ele foi eleito titular da Comissão Permanente de Arqueologia, etnografia e paleontologia²⁹⁹. Nesta sua gestão, ele procurou reforçar o papel do IHGRGS como lugar de circulação do conhecimento, onde os resultados dos seus projetos ganhavam visibilidade e ele tinha contato com o ponto de vista de seus colegas, proporcionando ambientes onde podia discutir com sobre avanços científicos da época. Assim, embora tenha atuado em muitas instituições gaúchas, esta foi

²⁹⁹ Francisco Rodolfo Simch foi eleito titular da Comissão permanente de Archeologia, ethnographia e paleontologia, com nove votos, e da Comissão de Fundos e Orçamentos, juntamente com Affonso Guerreiro Lima, com um voto cada um. Revista do IHGRGS. I e II Trimestre. Anno III. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1923. Actas das sessões efetuadas no decorrer do anno de 1923. Acta da 5ª sessão da assemblea geral, 1º de julho de 1923, p.625.

especialmente importante para ele como um local de troca com outros intelectuais. As atas da instituição relatam que as palestras eram eventualmente acompanhadas de mapas e objetos relacionados à exposição do palestrante, e obedeciam uma sequência pré-estabelecida. Depois dos encontros, as exposições dos membros eram publicadas na Revista do IHGRGS, ampliando a divulgação do conhecimento para a comunidade³⁰⁰.

Porém o evento mais marcante daquele ano foi a Revolução de 1923, porque uma de suas consequências para o estado do Rio Grande do Sul foi a interrupção da extração de carvão do Poço nº 1, onde a mineração de carvão havia sido iniciada, na década anterior. Naquele ano, Francisco Rodolfo planejava abrir um novo poço, mas seus planos foram frustrados pelos movimentos revolucionários (SIMCH, 1927, p.547-548). A Revolução de 1923, assim como a Revolução Federalista, foi um movimento armado originado pela constatação de fraude nas eleições para a Presidência do Rio Grande do Sul, tendo como líder Assis Brasil, candidato da oposição a Borges de Medeiros. Como decorrência disso,

O pacto de Pedras Altas, firmado após meses de luta fratricida, pôs fim à insurreição, ficando, porém, estipulado que a Constituição seria reformada para impedir a reeleição do presidente do Estado e dos intendentess municipais, que se eternizavam no poder (CESAR, 1969, p.36)

Este acontecimento foi marcante para a atuação de Francisco Rodolfo no governo do estado, porque, embora Borges de Medeiros tenha mantido a presidência do Rio Grande do Sul, sua reeleição na eleição seguinte estava impedida, pondo fim à longa continuidade de sua administração. Por sua vez, embora “ligeiramente modificada, a Carta de 14 de Julho³⁰¹ subsistiu até 1930” (CESAR, 1969, p.37). Segundo Azambuja (1969, p.344), outro acontecimento consecutivo à Revolução de 1923 foi a constituição da Aliança Libertadora pela oposição, sob liderança de Assis Brasil, dando origem, em 1928, ao Partido Libertador, “no qual se fundiu quase integralmente o velho Partido Federalista”.

³⁰⁰ Seguindo esta forma de organização do IHGRGS, Francisco Rodolfo Simch proferiu, em julho de 1920, uma comunicação sobre a arqueologia do Rio Grande do Sul, apresentando e analisando artefatos indígenas aos colegas do IHGRGS (Acta da 16^o sessão ordinária, 12 de julho de 1923, p.626). Esta comunicação foi publicada na revista da instituição. Em novembro, estava prevista a apresentação de Simch de seus estudos sobre os Tembetás, que foi adiada, em razão da extensão do cronograma de comunicações da sessão, naquele dia (Acta da 17^o sessão ordinária, 30 de novembro de 1923, p.628-629).

³⁰¹ A Constituição do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891, redigida por Júlio de Castilhos.

No ano seguinte, em 1924, Francisco Rodolfo segue suas atividades no IHGRGS, apresentando e publicando em sua revista institucional os estudos intitulados “Physiographia do Rio Grande do Sul”, em que enfatiza a necessidade de se conhecer bem as terras e as águas, entre outros fatores relacionados à dinâmica social, para “technica e economicamente – tirarmos delles a maior somma de vantagens, com o afastamento possivel de quantos elementos nos possam prejudicar” (SIMCH In: REVISTA DO IHGRGS, 1924, p.61³⁰²). Este artigo defende a ideia de se explorar os recursos naturais, assumindo o homem o controle do planejamento da atividade econômica, modificando, com isso, a natureza. Outros estudos foram publicados no IHGRGS, mas este, em especial, esclarece muitos aspectos sobre a forma como Francisco Rodolfo Simch representava o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, como um espaço geográfico capaz de garantir vantagens econômicas e estratégicas, pois:

As práticas, as habilidades, os conhecimentos geográficos que as sociedades humanas mobilizam não servem exclusivamente para orientá-los, para permitir que dominem o meio ambiente e estruturem sua vida de relações. Eles permitem que se tire partido das articulações do relevo, da distribuição de recursos, do controle das vias de comunicação para garantir vantagens em tempo de paz, e para triunfar sobre os adversários em tempos de guerra (CLAVAL, 2014).

Nesse sentido, a fisiografia seria fundamental para a exploração mineral e sua conexão com o Porto de Torres, por possibilitar realizar a melhor escolha do trajeto entre estes dois pontos, de forma a investir o mínimo de recursos na realização das obras e no transporte, ao se escolher uma via que demandasse a menor quantidade de energia possível. Para atingir este objetivo, a fisiografia, segundo ele (SIMCH In: REVISTA DO IHGRGS 1924, p.62) deveria estabelecer as relações exatas entre várias características geográficas, as quais, isoladamente, pouco contribuiriam para o planejamento da exploração da natureza, mas que, se tomadas conjuntamente, levando-se em conta sua complexidade, viabilizariam a exploração econômica eficiente dos recursos. Ele pensava especialmente em aplicar este conhecimento no Rio Grande do Sul.

Levando isso em conta, destaca a navegação, no contexto da fisiografia ou geografia física do estado: “bem mais interessante seria a correlação entre taes cursos

³⁰² Esta publicação faz parte do acervo do IHGRGS.

d'agua e os grupos de montanhas, a descrição dos typos de irrigação oferecida pelas correntes, sua navegabilidade, etc.” (SIMCH In: REVISTA DO IHGRGS, 1924, p.62). Francisco Rodolfo demonstra que conhecer a natureza possibilita aproveitar suas riquezas de forma eficiente, realizando escolhas adequadas para a sua exploração, do ponto de vista econômico.

A importância de Torres para os transportes foi enfatizada no artigo, que principia com o tema “Situação”, oferecendo, em apenas sete linhas, uma descrição geral, porém concisa, do Rio Grande do Sul, para então, detalhar, em uma página, a fisiografia da região de Torres. Comparando-se a extensão do espaço dedicado a Torres, no artigo, percebe-se a importância que é atribuída ao litoral norte:

Ha um trecho unico – a NE, na região limítrofe com S. Catharina, ainda não definitivamente fixado.

Nesta linha de contorno é notavel a actual faixa oceânica – inteiriça, sem entrancias, sem saliências notáveis, com uma unica e precaria comunicação com o interior e uma ligeira inflexão na parte mais septentrional – em Torres. Outr’ora a linha oceanica deve ter apresentado numero grande de enseadas e promontorios, talvez protegidos ainda por formidáveis bancos ou coroas de areia; ao menos é de supor, paleogeographicamente, fosse toda a região das actuaes lagoas e lagunas coberta pelo mar.

O feitio actual da linha litoral é o peor que nos poderia tocar, pois a navegação transatlântica, toda ella, se há de fazer por aquelle único e precário porto do Rio Grande – verdadeiro bico de funil, como já o chamaram há tempo, obrigando-nos a alongar imensamente dentro do próprio Estado o percurso das mercadorias e passageiros destinados a entrar ou sahir do território. (SIMCH, 1924, p.62)

Percebe-se, em primeiro lugar, que a comunicação sobre a fisiografia do estado é um pretexto para se retomar a concepção de Francisco Rodolfo Simch sobre a construção de um porto em Torres, conforme ele formulou em 1916. A seção “situação” da comunicação de Simch preocupa-se com a exploração econômica daquela região litorânea, evidenciando sua preocupação com a falta de fixação definitiva da fronteira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ao contrário do que acontecia com os demais limites estaduais, em que “a linha divisoria, ou de delimitação, é sufficientemente conhecida” (SIMCH In: REVISTA DO IHGRGS, 1924, p.62). Francisco Rodolfo aproveita para salientar, desse modo, a fragilidade política da região de Torres, com relação ao estado limítrofe, com apenas uma via de acesso para o interior do estado.

A partir destas observações, ele retoma sua argumentação, defendida publicamente desde 1916, de que o Porto de Rio Grande não seria suficiente para dar conta da expansão da economia sul-riograndense. Ele havia enfatizado, naquele ano,

que um porto em Torres não seria um substituto para o Porto de Rio Grande. Ele defendia a racionalidade do transporte no estado do Rio Grande do Sul, optando pelo menor trajeto possível entre mercadorias, pessoas e portos, gastando-se o mínimo de energia, portanto. Utilizar-se-ia, logo, o futuro Porto de Torres para escoamento de mercadorias produzidas na porção norte do estado, e para o comércio com os países mais ao norte, enquanto o Porto de Rio Grande deveria servir ao escoamento da economia da porção sul do estado e ao comércio com a América Latina.

A segunda seção do artigo denomina-se “Relevo”, como sendo “o caracter das *elevações* e *depressões* do sólo em toda sua extensão” (SIMCH In: REVISTA DO IHGRGS, 1924, p.63). Aqui, ele descreve os termos referentes ao sistema de coordenadas de um ponto em uma dada superfície para estendê-los aos conceitos de latitude e longitude. A partir disso, define as latitudes e longitudes geográficas que possibilitam marcar as elevações e as depressões do plano terrestre,

[...] utilizando a linha de *intersecção* dos dois planos *coordenados*, marcando, a contar da superfície horizontal adoptada como referencia, sobre aquella *intersecção*, acima ou abaixo, as *elevações* ou *depressões* de que se trata. Este terceiro elemento usado para fixar a *posição de um ponto no espaço* é a *altitude*, que, como qualquer das outras coordenadas, pode ser positiva ou negativa, isto é, contada para cima ou para baixo do plano de referencia, ou do *nível do mar*, em materia geographica (SIMCH, 1924, p.64).

A partir deste conceito, ele explica como estabelecer a altitude de alguns locais, com base na direção dos meridianos. Este procedimento da classificação do relevo gaúcho foi uma das iniciativas pioneiras para a ciência brasileira, pois, somente em 1949, mais de uma década do falecimento de Francisco Rodolfo Simch, foi oficialmente sistematizada a primeira classificação do relevo brasileiro, por Aroldo de Azevedo, que utilizou, justamente, a altimetria como critério de classificação de relevo³⁰³. A ciência gaúcha já caminhava nesta direção, portanto.

Francisco Rodolfo e o seu pai, Francisco José, costumavam utilizar cadernetas de bolso³⁰⁴, contendo informações científicas e tabelas para cálculos, e servindo para anotar dados coletados em saídas de campo. De acordo com as suas medições, tem-se, entre outras altitudes listadas na comunicação científica, os seguintes dados:

³⁰³ AZEVEDO, Aroldo de. O Planalto Brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relevo. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 2, p. 43-50, julho de 1949.

³⁰⁴ A caderneta de Francisco Rodolfo de 1929, por exemplo, traz anotações sobre características geográficas que ele observou e mediu, em suas saídas de campo, e que serviram de base para os seus estudos publicados.

Tabela 2 - Altitude de algumas localidades gaúchas, de acordo com a direção dos meridianos

<i>No de 7°:</i>		<i>No de 10°:</i>	
Tramandahy	0 metros	Oceano	0 metros
Tres Forquilhas	40 metros	Arroio Grande	400 metros
Serra do Oratorio	900 metros	Piratiny	345 metros
		S. Anninha	140 metros
<i>No de 8°:</i>		Jacuhy	120 metros
Oceano	0 metros	Pinheiro Machado	550 metros
Porto Alegre	10 metros	Nonohay	280 metros
S. Leopoldo	30 metros		
Caxias	840 metros	<i>No de 11°:</i>	
Vaccaria	955 metros	Bagé	220 metros
Passo Victoria	180 metros	S. Sebastião	386 metros
		S. Gabriel	130 metros
<i>No de 9°:</i>		S. Angelo	220 metros
Rio Grande	0 metros	Alto Uruguay	80 metros
S. Lourenço	40 metros		
Rio Pardo	53 metros	<i>No de 12°:</i>	
Venancio Ayres	80 metros	Ponche Verde	280 metros
Soledade	720 metros	S. Rita	240 metros
Passo Fundo	305 metros	S. Franc. De Assis	350 metros
Erechim	260 metros	S. Xavier	75 metros
Marcellino Ramos	175 metros		
		<i>No de 13°:</i>	
		Pontas de Quarahy	100 metros
		Guassú Boi	45 metros
		S. Borja	35 metros
		<i>No de 14°:</i>	
		Uruguayana	40 metros

Fonte: SIMCH, 1924, p.65

Em seguida, Francisco Rodolfo Simch realizou o mesmo procedimento com os paralelos, classificando as altitudes de localidades gaúchas, para cruzar estas informações com aquelas obtidas na tabela anterior, a partir dos meridianos:

Tabela 3 - Altitude de algumas localidades gaúchas, de acordo com a direção dos paralelos

<i>No de 28°:</i>		<i>No de 30°:</i>	
Bom Jesus	850 metros	Tramandahy	0 metros
Vaccaria	955 metros	Porto Alegre	10 metros
Lagoa Vermelha	834 metros	S. Jeronymo	45 metros
Passo Fundo	645 metros	Rio Pardo	53 metros
S. Angelo	365 metros	Cachoeira	102 metros
S. Luiz	300 metros	Pau Fincado	199 metros
Uruguay	80 metros	Umbú	124 metros
		Uruguay	65 metros
<i>No de 29°:</i>			
Atlantico	0 metros	<i>No de 30° 30' :</i>	
Rio Sertão	50 metros	Oceano	0 metros
S. Marcos	600 metros	Dôres	40 metros
Alfredo Chaves	930 metros	Encruzilhada	420 metros
Guaporé	450 metros	Caçapava	450 metros
Soledade	720 metros	S. Gabriel	130 metros
Tupanciretan	536 metros	Quarahy	130 metros
Itaquy	75 metros		
		<i>No de 31°:</i>	
No de 29° 30'		Passo de Camaquam	15 metros
Lagoa Itapeva	10 metros	S. Anninha	140 metros
S. Franc. De Paula	932 metros	S. Sebastião	386 metros
Lageado	450 metros	D. Pedrito	140 metros
S. Martinho	750 metros	Livramento	210 metros
Santiago	439 metros	Guassú Boi	45 metros
Uruguay	70 metros		

		<i>No de 31° 30' :</i>	
		S. Lourenço	41 metros
		Cangussú	350 metros
		Piratiny	350 metros
		Bagé	220 metros
		<i>No de 32° :</i>	
		Rio Grande	0 metros
		Herval	200 metros

Fonte: SIMCH, 1924, p.66

Com estes dois grupos consecutivos de medições, Simch demonstrou sua preocupação em representar o Rio Grande do Sul “*plasticamente*, isto é, com seu verdadeiro aspecto”, o que é diferente de representar o estado fisicamente (SIMCH, 1924, p.66, grifo do autor). Sendo assim, Simch descreve o Rio Grande do Sul da seguinte forma:

Ha, do lado oriental, uma grande planura, arenosa, cheia de lagoas e lagunas, arida, esteril em grande parte; o restante consta de duas partes: uma septentrional, relativamente muito alta ao oriente e pendente gradativamente para W e para S – é a *Serra*; a outra muito baixa que forma o resto do Estado – é a *Campanha*. A serra é o resto do planalto brasileiro, com grandes campos ondulados e com muitas mattas nas escarpas, nas cabeceiras e bordas de seus numerosos rios; a Campanha, bastante montuosa a E, mas muito mais baixa que a Serra, especialmente constituída de campinas. Entre ambas, como a ligal-as, ha uma vasta depressão que tem seu ponto mais baixo em Porto Alegre e que, gradualmente vae subindo até desaparecer por completo lá pelos confins do município de S. Gabriel. (SIMCH, 1924, p.66-67)

Com esta descrição daquilo que Francisco Rodolfo considera o “verdadeiro aspecto do estado”, evidenciam-se os desafios para o transporte entre áreas do estado com diferentes “representações plásticas”, como o litoral norte e Porto Alegre. As irregularidades da superfície deveriam ser levadas em consideração ao se examinar os custos da circulação de mercadorias.

Sobre o transporte entre a serra e o litoral, Francisco Rodolfo explicava que, na Serra, as características da superfície trariam algumas dificuldades para a construção de uma via de transporte, em razão das lagoas e da terra imprópria para a agricultura, portanto uma rota terrestre não serviria para escoar uma produção agrícola local, ao

longo de seu trajeto. Além disso, havia presença das matas nas encostas e em torno dos rios, o que exigiria, para a navegação fluvial, a atuação humana no sentido de “limpar” os canais de transporte entre a Serra e a capital. A opção de uma rota fluvial exigiria, assim, mais esforços do que uma via terrestre e, assim, maior despesa para sua construção. Estas são algumas das alternativas que ele percebia para o transporte a partir da Serra para Porto Alegre, uma área que engloba Viamão, onde já ocorria a mineração estatal do carvão:

Os perfis mostram uma única serra no sentido próprio e esta vem se erguendo no município de Conceição do Arroio, passa por Viamão com aspecto de massiço, estendendo-se à Porto Alegre, deixa passar o Guahyba e em direção a WSW passa pelos municípios de S. Jeronymo e Encruzilhada, expande-se em massiço em Caçapava, volta-se para S e depois para SE, para S. Gabriel, Lavras, Bagé, D. Pedrito e entra na Republica do Uruguay. (SIMCH, 1924, p.68)

Seguindo esta descrição dos limites da Serra, estabelecidos a partir dos perfis, e escolhendo uma escala em que seja possível situar a fronteira com o Uruguai, mencionada acima, tem-se a seguinte delimitação, partindo-se de Conceição do Arroio:

Figura 18 - Reconstituição dos limites da Serra descritos por Francisco Rodolfo Simch, em 1924

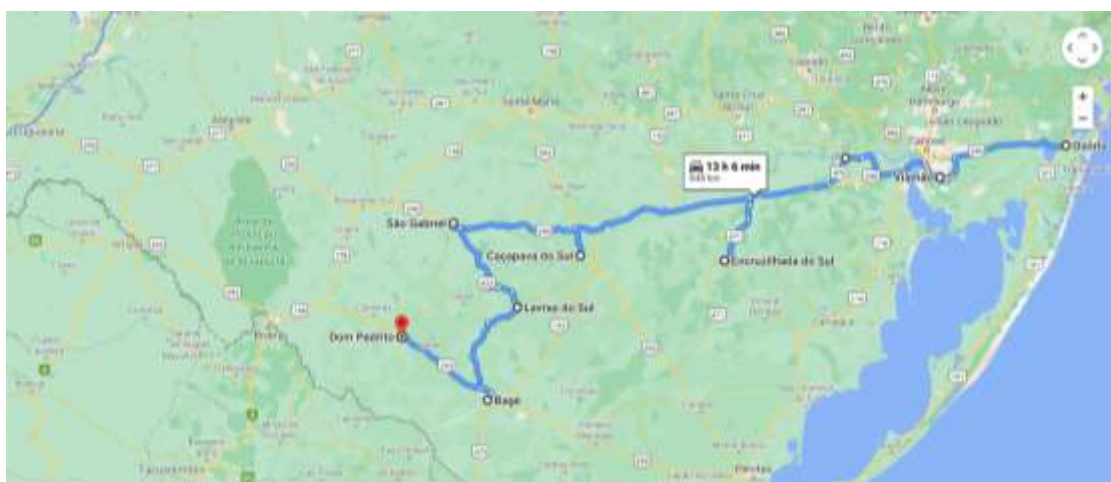


Fonte: SIMCH, 1924, p.68; Google Maps, acessado em 21/01/2021.

Observa-se que São Gabriel, cidade onde Francisco Rodolfo passou parte da infância, é, sempre que possível, uma referência geográfica em suas explanações. Além disso, ele evidencia a relação da Serra com a área de exploração carbonífera já prospectada no estado. O limite que ele traça passa por áreas de exploração do

carvão, como São Jerônimo e Viamão, ligando estas áreas, ainda, à capital, Porto Alegre. Além disso, Encruzilhada, localidade de interesse para a exploração do wolfram, também tem destaque neste delineamento. Ele também tinha feito prospecção em Lavras e Caçapava, que foram igualmente mencionadas, devido à presença de cobre. Francisco Rodolfo já conhecia a presença do cobre no rio Camaquã pelo menos desde 1907 (SIMCH In: REVISTA DO IHGRGS 1907, p.169).

Figura 19 - Detalhe da reconstituição dos limites da Serra por Francisco Rodolfo



Fonte: (SIMCH, 1924, p.68; Google Maps, acessado em 21/01/2021)

A seguir, ele prossegue, propondo analisar a constituição geológica dos dois grupos orográficos apontados, o planalto e a serra. No entanto, o que se vê é a discussão detalhada da região da serra, dedicando-se principalmente à geologia da serra, em detrimento do planalto. Mais do que isso, dentro do tema da geologia da serra, Simch (1924) destaca, justamente, Torres e Viamão, os locais em questão para o projeto envolvendo a Mina de Gravataí e o Porto de Torres.

A serra por seu turno é uma secção – a mais meridional – da do Mar, que acompanha o littoral brasileiro em grandissima extensão. A serra do Mar entra a baixar de Florianopolis para o S., sendo recoberta na altura de Torres pelos derrames trappeano-diabasicos provenientes do levantamento do planalto. No municipio de Conceição apresentam-se outra vez os primeiros traços de erguimento da Serra soterrada; no municipio de Viamão – principalmente nas Lombas – é já nitida a cadeia e dahi em deante – no percurso indicado – seu caracter petrographico é sempre uniforme, parelho, inconfundível – é formada de rochas primitivas granito-gneissicas.[...] Já na serra do Mar e nos terrenos que della derivam ou a ella se prendem se observa uma notavel constancia de accidentes: o terreno sempre é irregular, aspero, rugoso, de modo que a secção SE do Estado é de facto mais accidentada que o resto (SIMCH, 1924, p.69)

A seguir, a seção “Hydrographia” explica as irregularidades do solo, descritas na seção anterior, que “dão margem á formação dos valles e nestes, de ordinario, correm as aguas” (SIMCH, 1924, p.70). Portanto a explicação sobre o terreno irregular e acidentado da serra dá, nesta seção, origem à discussão sobre os aspectos hidrográficos da região, que se vinculam à questão do transporte entre Porto Alegre, Viamão e o litoral norte do estado. Nestas circunstâncias, ele define lagos, lagoas, canais, charcos, pântanos e banhados, relacionando-os:

[...] acontecerá seguidamente existirem depressões do sólo fechadas de todas as partes, de maneira a não poderem escapar as aguas: teremos os lagos. Outras vezes estes se comunicam por meio de canaes formando-se systemas lacustres mais ou menos extensos. Si os lagos são muito razos ou de pouca profundidade fala-se em lagoas.
Pode tambem succeder, tanto á orla dos lagos como á margem dos rios, se encontrem terrenos empapados d’agua de modo permanente ou não; são os charcos, pantanos, banhados. (SIMCH, 1924, p.70)

Assim, o litoral do Rio Grande do Sul apresentaria “um immenso cordão de lagoas e lagoas especialmente na zona NE [nordeste]” (SIMCH, 1924, p.70), em que se encontra Torres. Em seguida, o autor destaca quatro grupos de rios, no estado, desaguando no Oceano Atlântico: o rio Uruguai e seus afluentes, o sistema hidrográfico da depressão central, as águas da depressão oriental e as correntes geradas pelas articulações do maciço meridional (SIMCH, 1924, p.71). No segundo grupo, que é o sistema hidrográfico da depressão central,

[...] o eixo da depressão é uma curva reversa de grande extensão, começando pelas extremas do valle do Gravatahy, seguindo pelo do Jacuhy e terminando pelo Vaccacahy e, precisamente, é este collecter d’aguas cujo ponto mais baixo ou mais deprimido está no Guahyba, em frente de Porto Alegre (SIMCH, 1924, p.72).

Este trecho refere-se a uma área geográfica familiar para Simch, onde seu pai, havia construído a ponte sobre o rio Vacacaí, em São Gabriel, onde a família viveu, antes de se mudar definitivamente para Porto Alegre. A Mina de Gravataí, por sua vez, localizava-se no vale acima mencionado. Logo, as experiências que Francisco Rodolfo viveu, em sua juventude, de significação do Rio Grande do Sul, são continuamente renovadas em sua atuação profissional.

Sobre a hidrografia da região de Torres, pertencente ao terceiro grupo, ele acrescenta:

A terceira bacia ou concha fluvial consta de um eixo relativamente longo e muito desnivelado em seu terço superior por começar no alto da serra granítica; os dois terços inferiores são muito mais tranquilos a ponto de ser o último até navegável (SIMCH, 1924, p.72).

Na seção seguinte, “Irrigação”, é considerada a exploração da água para a economia. A relação da água com as camadas carboníferas do solo é destacada, para o segundo grupo de águas da depressão central, onde se situavam as minas de Gravataí:

Outra particularidade notável no Estado é que as águas da depressão central, as da superfície ao menos, são de ordinário salobras em consequência da espécie dos terrenos permocarboníferos e seus derivados sobre que correm e que preliminarmente atravessam (SIMCH, 1924, p.73)

Atenção é dada, novamente, à particularidade da tendência ao dessecamento, das lagoas e dos canais, no litoral norte gaúcho, relacionando-o com a formação de bancos de areia movediça:

[...] as lagoas e lagoas do Estado, qualquer que seja seu volume tem uma marcada tendência ao dessecamento. As causas deste fenômeno, aliás conhecido, devem ser procuradas nos seguintes factores: 1) as lagoas quase sem exceção não recebem rios ou arroios de grande volume, de modo que entre o quantum evaporado e o recolhido pelas chuvas ha um deficit no tocante a estas; 2) a região ocupada pelas lagoas é, sem exceção, arenosa de modo que grande parte das águas também se perde na infiltração; 3) as areias são de uma prodigiosa tenuidade de tal modo que os ventos, quando ellas estão seccas, arrebatem-n'as para pontos diferentes; mas succede que os ventos predominantes no verão e na primavera são os dos quadrantes de E, isto é, sopram as areias, atiradas pelo mar nas praias, para dentro das lagoas e como dahi ellas não mais sahem vaese dando o entulhamento gradual, lento mas muito seguro. Uma vista d'olhos lançada ao nosso littoral e aos seus cômodos de areia movediça, sobretudo um exame ainda que perfunctorio das margens das lagoas, nos mostra a constante diminuição em volume (SIMCH, 1924, p.73).

Este fenômeno acontece, portanto, em lagoas e lagoas que não recebem grandes volumes de água. Já as lagoas que recebem um volume maior de água e desaguam no mar podem formar canais, em razão do depósito de detritos e da erosão causada pela água:

Nas que recebem grandes volumes d'água parece não se dever dar este fenômeno, mas comtudo elle se realiza igualmente; com efeito os rios que desaguam nas lagoas trazem sempre grandes quantidades de materia em suspensão notadamente argilas; no momento de desaguarem, isto é, de augmentarem a secção e, por isso mesmo, perdem a velocidade de que se achavam animadas suas massas e a diminuição de velocidade, a seu turno, torna possível o deposito dos detritos de toda a espécie. Si a lagoa, como

sucede com a dos Patos, por seu turno, se escoo para o mar o entulhamento se dará mas ficando reservado um canal em que a propria agua se encarrega de um trabalho de erosão, ao menos emquanto houver correnteza e quando as aguas oceânicas, por quaisquer motivos não façam o papael de represas naturaes. (SIMCH, 1924, p.74)

Apresentadas estas explicações, Francisco Rodolfo relaciona a agrologia com a imigração. Na seção seguinte, “Agrologia”, a ciência que trata do aproveitamento pelo homem da “*crosta aravel*” para o crescimento de vegetais nutridos pelo depósito contínuo de resíduos e detritos, ao longo do tempo (SIMCH, 1924, p.74) ele enfatiza, mais uma vez, o caso da região da Mina de Gravataí e do litoral norte:

Toda a região da Serra do Mar, isto é, aquella parte granito-gneissica que fica ao S. do Gravatahy, do Jacuhy a E do Vaccacahy e do Ibicuhy, tem nas suas cumiadas os granitos e porphyros desnudados por uma forte erosão. A parte da serra voltada para o Atlantico, consequentemente a parte oriental deste massiço granítico está desnudado por uma erosão que deve ter sido extremamente violenta, pois nenhum complexo uniforme de schistos cristallinos mais se encontram; atesta, porém, sua anterior existência. Do lado oposto ao contrario, não só se encontram os phyllitos em questão, como restos de formações bem mais novas, quaes sejam os terrenos permeo-carboníferos que infalivelmente se extendem desde as pontas do Gravatahy, pelo Jacuhy e Vaccacahy acima, até o Rio negro e pontas do Jaguarão, sem solução de continuidade. A porção de território, com esta formação primitiva, é relativamente limitada, pois nos valles as aluviões a recobrem e, do mesmo modo, em quesquer depressões que por toda parte se observam (SIMCH, 1924, p.74-75)

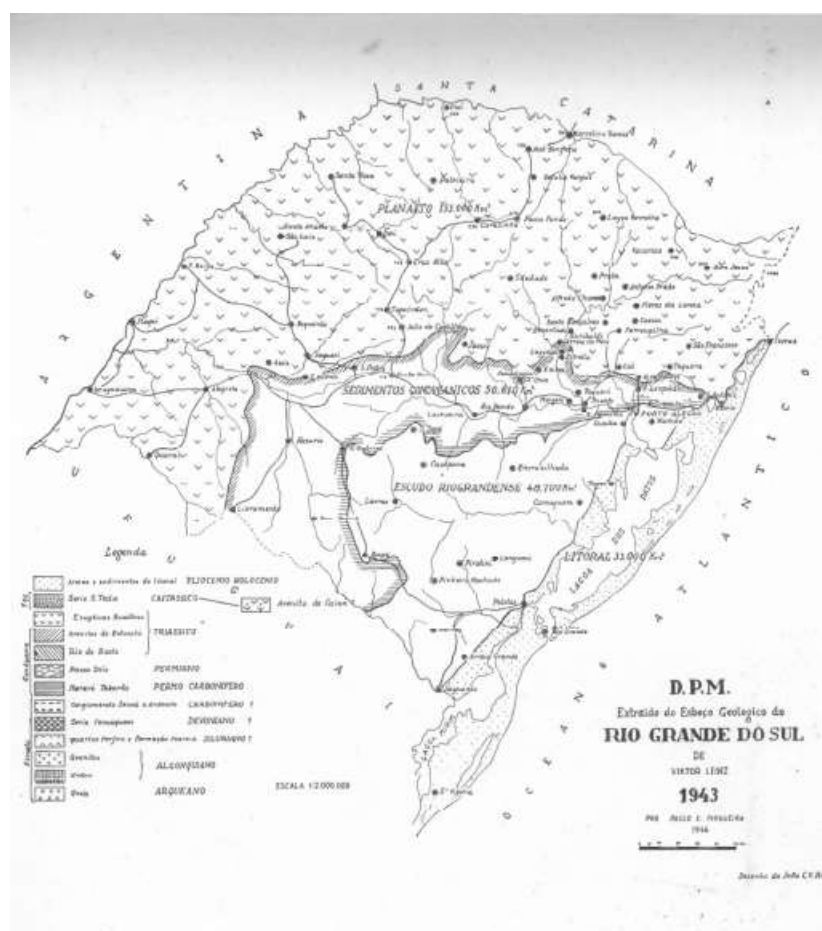
Com isso, percebe-se que a região que engloba o litoral norte e as minas de carvão de Gravataí faz parte de um maciço granítico, cuja particularidade da composição, com relação a outras regiões, está na presença, nos granitos, de “grandes porções de apatito ou fosfato de calcio perceptíveis em forma de longas agulhas dentro do quartzo das laminas delgadas”, fazendo com que estes terrenos sejam impermeáveis e impróprios para a agricultura, porém, onde “se misturam alluvialmente com a areia em seus diversos graos de finura, tornam-se melhores como se verifica em depressões, ao longo dos rios, nas varzeas, etc” (SIMCH, 1924, p.75). Assim, as regiões mais arenosas do maciço granítico apresentam um terreno um pouco mais fértil para a agricultura. A relação destas variações da qualidade da terra para a agricultura com a colonização é por ele apontada:

A fertilidade dos solos derivados das rochas eruptivas modernas é universalmente conhecida, de modo a dispensar maiores detalhes; mas em corroboração da these convém lembrar que a zona colonial, aliás velhissima em alguns pontos do Estado, acha-se precisamente assestada em terrenos desta espécie e si a agricultura até hoje ainda não teve necessidade de

recorrer á adubação intensa é porque de certo as terras em amanho a dispensam ou, o que dá no mesmo, é porque taes terras encerram sobejos elementos para nutrir os vegetaes cujas sementes a seu seio se confiam todos os anos (SIMCH, 1924, p.76)

Esta perspectiva vincula as características geológicas do Rio Grande do Sul com as suas principais áreas de colonização, que coincidem com o solo eruptivo, fértil para a agricultura. Essa observação fica evidente no mapa a seguir:

Figura 20 - Mapa Geológico realizado por Viktor Leinz, em 1943



Fonte: NOGUEIRA, 1947, p.70.

Este mapa confirma o que ele escreveu sobre a presença de solo eruptivo nas principais áreas de colonização do estado, principalmente alemã e italiana, onde há produção agrícola (SIMCH In: REVISTA DO IHGRGS 1924).

A partir desta classificação de relevo do Rio Grande do Sul estabelecida por Francisco Rodolfo, e da forma como ele fazia circular este conhecimento e integrava o conhecimento de seus pares, no meio científico, torna-se possível compreender sua representação do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres.

É importante lembrar que o período da Presidência de Borges de Medeiros entre 1913 e 1928 é um marco para a presente pesquisa porque, como mencionado anteriormente, 1913 foi o ano de publicação do Plano de Viação prevendo a construção do Porto de Torres, entre outras estruturas de circulação do transporte. Além disso, outros acontecimentos são importantes para o assunto pesquisado: a Revolução de 1923 e o ano de 1928, em que Getúlio Vargas sucede a Borges de Medeiros, porque modificam o cotidiano de trabalho de Francisco Rodolfo. Passa-se da gestão de um republicano histórico a um representante da “geração de 1907”. Com isso, os abundantes estudos técnicos para atender às disposições de Borges de Medeiros, em especial sobre as possibilidades de ligação entre Porto Alegre e Torres devem se adaptar à nova gestão estadual.

Com a Revolução de 1923, a Mina de Gravataí teve suas atividades interrompidas, e foi sublocada em 1925. O processo de arrendamento da mina iniciou em 1924, com a publicação do edital da sublocação da mina de carvão de pedra de Gravataí e de instalação de uma central elétrica, no jornal “A Federação”, assinado por Francisco Rodolfo Simch, como Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico, subordinado à Secretaria de Obras Públicas do estado do Rio Grande do Sul³⁰⁵. O edital tornou-se público em 18 de fevereiro de 1924, com validade até às 15h do dia 18 de maio daquele ano, e foi publicado no mencionado órgão de imprensa em 3 de março do mesmo ano, e em outras edições subsequentes³⁰⁶. Oito condições faziam parte do referido edital (A FEDERAÇÃO, 1924, p.10).

³⁰⁵ A FEDERAÇÃO. *Secretaria de Estado das Obras Públicas*. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. Edital. Porto Alegre, edição 54, 3 de março de 1924, p.10. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/52942>. Acessado em 02/02/2020.

³⁰⁶ Além de ter sido publicado na edição de 3 de março de 1924 do jornal “A Federação”, o edital de sublocação da Mina de Gravataí foi publicado também nas edições de 17 de março, 31 de março, 15 de abril, 22 de abril, 23 de abril, 7 de maio e 12 de maio, sucessivamente (A FEDERAÇÃO. *Secretaria de Estado das Obras Públicas*. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. Edital. Porto Alegre, edição 77, 31 de março de 1924, p.6. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53032>; A FEDERAÇÃO. *Secretaria de Estado das Obras Públicas*. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. Edital. Porto Alegre, edição 90, 15 de abril de 1924, p.11. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53120>; A FEDERAÇÃO. *Secretaria de Estado das Obras Públicas*. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. Edital. Porto Alegre, edição 94, 22 de abril de 1924, p.14. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53235>; <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53282>; A FEDERAÇÃO. *Secretaria de Estado das Obras Públicas*. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. Edital. Porto Alegre, edição 95, 23 de abril de 1924, p.6. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53288>; A FEDERAÇÃO. *Secretaria de Estado das Obras Públicas*. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. Edital. Porto Alegre, edição 106, 7 de maio de 1924, p.12. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53288>; A FEDERAÇÃO. *Secretaria de Estado das Obras Públicas*. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. Edital. Porto Alegre, edição 110, 12 de maio de 1924, p.12. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53414>).

Em primeiro lugar, o edital especificava que o prazo de sublocação seria de 45 anos, compreendendo as instalações já existentes, com a possibilidade de comprá-las do governo do estado, e salientava os direitos dos proprietários do solo, conforme o art. 8 da Lei de Minas, estabelecida pelo Decreto nº 4265 de 15 de janeiro de 1921: “Art. 8º O arrendatario da mina não poderá sublocal-a sem o consentimento do locador”³⁰⁷. A segunda condição era a construção, no local da mina, pela empresa locatária, de uma central elétrica com um potencial de no mínimo 20.000 KW para aproveitar o carvão extraído para geração de energia elétrica, devendo ser apresentado um projeto detalhado e com orçamento no prazo de um ano a contar da assinatura do contrato de sublocação, e dispondo do prazo de mais um ano para o início da sua execução, que deveria ser, então, completada em 2 anos. A terceira exigência era o direito por parte do governo do Rio Grande do Sul de encampar o conjunto do empreendimento, a partir de um prazo de 15 anos contados do início do fornecimento da energia elétrica pela central, indenizando o concessionário do valor do custo que tivesse sido aprovado, subtraindo-se as reservas acumuladas para amortizar capital, porém acrescentando-se 3% da média da renda líquida dos três anos que precedessem a encampação, multiplicando-se, ainda, esta média pelo número de anos que restassem para que se completasse o prazo de 45 anos de arrendamento, mas sem acumulação de juros. A quarta exigência do edital era a necessária aprovação do governo do estado do capital do concessionário, devendo qualquer alteração ser também submetida a sua apreciação. A quinta premissa dizia respeito à forma como os concorrentes deveriam apresentar suas propostas, com tabelas de preço do fornecimento de energia elétrica, para a força e para a luz, especificando os valores previstos para a administração pública e para os particulares. Os critérios para determinar as variações das tarifas nas tabelas seriam, para as tarifas da força, o consumo, enquanto as tarifas de luz sofreriam variações de acordo com o fornecimento total da central. Entretanto, o edital permitia a proposta de outro critério para a variação das tarifas. Todo aumento de tarifa deveria ser submetido ao governo do Rio Grande do Sul para se obter consentimento. As propostas deveriam, além disso, apresentar as condições especiais do fornecimento da energia

³⁰⁷ A Lei das Minas de 1921 é o Decreto nº 4.265 de 15 de janeiro de 1921, que regula a propriedade e a exploração das minas. (BRASIL. Decreto nº 4.265 de 15 de janeiro de 1921 [Regula a propriedade e a exploração das minas], 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4265-15-janeiro-1921-568703-publicacaooriginal-92061-pl.html>. Acessado em 20/02/2020).

permanente como força, nos períodos de consumo reduzido, e especificando as condições de suprimento de energia excedente da permanente, quando fosse o caso. O sexto tópico do edital de sublocação determinava que, no caso da ocorrência de uma renda líquida superior a 12% do capital, então dois terços da renda excedente deveriam ser utilizados para diminuir as taxas de consumo e o outro terço desta renda deveria ser aplicado, segundo a vontade do governo estadual, na ampliação dos serviços ou no aumento dos lucros a distribuir, admitindo-se um valor máximo de 15%. A sétima premissa era a sujeição pelo concessionário à fiscalização técnica e financeira do governo do estado, incumbindo ao arrendatário as despesas decorrentes deste procedimento. Por fim, a oitava imposição era a previsão da anuência expressa do governo do Rio Grande do Sul para a transferência de contrato a outrem. Expostas estas condições, o edital determinava, ainda, que as propostas fossem apresentadas em duas vias, com firma reconhecida, e que fosse realizado um depósito em nome do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de 10:000\$000, em dinheiro ou em títulos, para garantia de assinatura do contrato. A seguir, informava-se o endereço da Diretoria do Serviço Mineralógico e Geológico: rua Duque de Caxias, nº 199, em Porto Alegre, precisando que informações poderiam ser obtidas naquela repartição ou no local das minas (A FEDERAÇÃO, 1924, p.10).

Percebe-se que o edital de sublocação da mina de Gravataí fundamentava-se na Lei das Minas de 1921, no que se refere à propriedade do solo e do subsolo e ao controle da propriedade pelo governo. A forma de arrendamento proposta previa um grande controle do governo sobre o concessionário, em todas as etapas de funcionamento da concessão, desde o projeto e estabelecimento das tabelas de preços até a regulação das tarifas, prevendo a necessidade de aprovação governamental para modificações no contrato, a destinação de parte da renda líquida acima do percentual de 12% para o governo e a possibilidade de encampação. Portanto, embora houvesse um movimento de abertura da mineração estatal ao capital privado, a sublocação fundamentava-se em um modelo de forte controle da atividade mineradora e da geração e abastecimento de energia elétrica pelo governo do Rio Grande do Sul.

O Coronel Evaristo Lopes dos Santos e outros, futuros concessionários da empresa de eletricidade do Gravataí, haviam feito uma requisição de fornecimento de luz pela empresa que representavam. Depois de estudar o caso, Francisco Rodolfo apresentou relatório a Octavio Rocha, mostrando-se favorável ao empreendimento,

sob determinadas condições técnicas, que especificou (BRAZIL-FERRO-CARRIL, 1925, p.88).

O contrato de sublocação das Minas de Gravataí foi, então, assinado na SOP em 6 de julho de 1925³⁰⁸, pelo referido Coronel, por si e representando as empresas Frederico Mentz & Cia., Rosa Araújo & Cia., Frederico Link, Vieira & Gomes, Menna Barreto & Cia., Antonio Hermenegildo Pinheiro, J. O. Rentszch & Cia., Pereira & Cia., Chaves & Almeida e Barreto Vianna & Cia. e outros sócios que viessem a fazer parte da empresa sublocatária. O contrato foi assinado em presença do Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, Antonio Marinho Loureiro Chaves³⁰⁹, e previa uma sublocação por 45 anos, a partir da assinatura do contrato, devendo-se ali estabelecer uma usina central termoelétrica com potencial de pelo menos 20.000 kw. Trata-se de um documento que seguia as exigências do edital, acrescido de detalhamentos minuciosos sobre as atribuições dos custos das instalações e do material existente na mina, do direito de propriedade do solo, dos requisitos técnicos do projeto da central elétrica a ser elaborado, da distribuição de capital e da regulamentação do fundo de amortização deste capital e da criação de um fundo de reserva, bem como da especificação do que é entendido por renda líquida. Um aspecto interessante do contrato foi a proteção aos trabalhadores da mina, que manteriam seus empregos, a menos que quisessem deixá-los ou motivassem sua demissão. Além disso, o sublocatário deveria depositar caução e estaria sujeito a multa, caso não cumprisse os projetos e realizações estipulados dentro dos prazos previstos em contrato. Chama a atenção, ainda, a isenção de impostos pelo estado do Rio Grande do Sul sobre materiais de engenharia importados do exterior (A FEDERAÇÃO, 1925, p.1).

Em caso de necessidade de arbitragem de eventuais dúvidas e conflitos relativos ao contrato de sublocação da Mina de Gravataí, Francisco Rodolfo Simch seria o representante do estado:

As duvidas que se suscitarem na interpretação das clausulas do presente contracto serão resolvidas por arbitramento na conformidade dos artigos setimo (7) e oitavo (8) do Codigo de Processo Civil e Commercial do Estado,

³⁰⁸ A FEDERAÇÃO. *A Mina de Carvão de Gravatahy*: o teor do contracto da sua sublocação. Porto Alegre, edição 157, 7 de julho de 1925, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/56397>. Acessado em 03/02/2020.

³⁰⁹ Segundo a Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, “Antonio Marinho Loureiro Chaves era Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo e, além de procurador fiscal e Secretário da Fazenda de 1915 a 1928, respondeu pela Secretaria das Obras de julho de 1925 a julho de 1926” (RIO GRANDE DO SUL. *Galeria de Secretários*. Disponível em: <https://obras.rs.gov.br/secretarios>. Acessado em 22/04/2023, grifo do autor).

sendo desde já nomeados, por parte do Estado, os engenheiros Francisco Rodolpho Simch para arbitro, e João Evangelista Teixeira para suplente, e, por parte dos sublocatarios, os engenheiros Mauricio Bony para arbitro, e Otto Weinstein para suplente, todos domiciliados nesta capital; escolhido de commum accordo para desempatador o engenheiro Luiz Englert, também domiciliado nesta capital (A FEDERAÇÃO, 1925, p.1³¹⁰)

O conteúdo do contrato foi retomado e comentado na edição seguinte do Jornal “A Federação”, em 8 de julho de 1925, elogiando-se o governo estadual pelo feito (A FEDERAÇÃO, 1925, p.1³¹¹).

Além da relevância da competência técnica de Francisco Rodolfo Simch, João Evangelista Teixeira, Maurício Bony, Otto Weinstein e Luiz Englert, chama a atenção a presença das testemunhas João Luiz Faria Santos e Carlos Torres Gonçalves, cujos pareceres nos relatórios da SOP, por diversas vezes, relacionam-se com os temas do transporte entre Porto Alegre, Gravataí e Torres e com a utilização do carvão da Mina de Gravataí.

Maurício Bony representava a filial da Companhia Brasileira Fichet – Schwartz Hautmont em Porto Alegre (A FEDERAÇÃO, 1925, p.1³¹²), uma das primeiras multinacionais, fundada em 1923, no antigo município de São Bernardo³¹³ (SÃO BERNARDO DO CAMPO, s/data, s/p.).

³¹⁰ A FEDERAÇÃO. *A Mina de Carvão de Gravatahy*: o teor do contracto da sua sublocação. Porto Alegre, edição 157, 7 de julho de 1925, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/56397>. Acessado em 03/02/2020.

³¹¹ A FEDERAÇÃO. *O contracto de Gravatahy*. Porto Alegre, edição 158, 8 de julho de 1925, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/56405>. Acessado em 10/02/2020.

³¹² A FEDERAÇÃO. *A sublocação da mina de carvão de Gravatahy*. Porto Alegre, edição 175, 29 de julho de 1925, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/56541>. Acessado em 03/02/2020

³¹³ No município de São Bernardo, o capital e a técnica francesa e italiana estavam presentes em empreendimentos que marcaram a industrialização da região: “Em 1919, a Companhia Química Rhodia Brasileira (proprietária da Rhodiaceta), consórcio francês com participação de brasileiros, dedicava-se à fabricação de ácido sulfúrico e lança-perfumes. Em seguida, passou a fabricar inúmeros produtos farmacêuticos, especializando-se nos campos da medicina, da veterinária e da lavoura. Em 1923, surgiu a Companhia Brasileira Fichet E.S. Hautmont, metalúrgica dedicada à elaboração de grandes estruturas metálicas, cofres, esquadrias, pontes rolantes, etc. No mesmo ano, a Fábrica de Condutores Elétricos e Pneus Pirelli iniciou atividades” (RUSSO, 2001, p.6). A área de instalação destas indústrias abrangia a atual região do Grande ABC paulista e que se localizava na Vila de São Bernardo, que hoje corresponde a São Bernardo do Campo. Na década de 1920, também se instalaram na região outras multinacionais como a Rhodia, e a Pirelli, tornando-a um importante centro industrial brasileiro (SÃO BERNARDO DO CAMPO. *A emancipação de São Bernardo do Campo*: contexto e participação popular. Disponível em: https://www.saobernardo.sp.gov.br/busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=https%3A%2F%2Fwww.saobernardo.sp.gov.br%2Fweb%2Fsbcc%2Fbusca%3Fp_auth%3DPEhMRTg5%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D1%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_state_rcv%3D1&_101_assetEntryId=1232487&_101_type=content&_101_groupId=915728&_101_urlTitle=a-rua-jurubatuba-atraves-dos-tempos&inheritRedirect=true. Acessado em: 23/04/2023). Segundo Motoyama (1999, p.33), entre 1920 e 1928, foram criadas filiais de grandes empresas estrangeiras, no Estado de São

Embora a empresa fosse de origem francesa, a imprensa a noticiava como brasileira:

É uma companhia puramente brasileira, que organiza e centraliza os trabalhos e os fornecimentos e, assim, a grande obra pelo Governo do Estado será eminentemente nacional. Sómente as machinas e os aparelhos não fabricados no paiz virão de França, sendo fornecidos pela *Compagnie Générale d'Électricité de Paris*, que, com seu capital de 60.000.000 de Frs., já executou numerosas installações similares com o mais completo exito (A FEDERAÇÃO, 1925, p.1).

No entanto, reconhecia-se que o corpo técnico da empresa era francês, pois, para o órgão de imprensa do governo republicano, a sublocação da Mina de Gravataí para a construção de uma central geradora de eletricidade seria capaz de “conciliar habilmente o legitimo desejo de recorrer o mais possível á industria nacional, com a necessidade de utilizar a velha experiencia dos technicos francezes” (A FEDERAÇÃO, 1925, p.1). Realmente, o engenheiro representante da Companhia Brasileira Fichet – Schwartz Hautmont, Maurício Bony, era francês³¹⁴, e havia sido apresentado ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, pela Embaixada da França (A FEDERAÇÃO, 1925, p.1). De qualquer modo, para Borges de Medeiros a Companhia Brasileira Fichet – Schwartz Hautmont poderia ser uma continuidade da tradição das grandes empresas francesas que haviam realizado obras importantes em Rio Grande, segundo afirmava Bony:

Envidarei todos os esforços, com o auxilio e a confiança do grupo de Gravatahy para realizar o voto que formulou o Dr. Borges de Medeiros, mais ou menos nestas palavras, quando da última visita: “Eu espero que continuareis a tradição das grandes firmas francezas que realizaram obras como a barra e o porto de Rio Grande” (JORNAL DO BRASIL, 1925, p.11³¹⁵)

Observa-se, antes mesmo da efetivação do contrato de sublocação, a troca técnica intensa entre Maurício Bony e o “grupo de Gravataí”, como ele chamava a seção dirigida por Francisco Rodolfo Simch, e a aprovação de Borges de Medeiros para que ele assumisse este projeto, expressando sua confiança na “tradição das grandes firmas francesas” e fazendo alusão ao conhecimento técnico que

Paulo, como as anteriormente mencionadas, associadas a uma média anual de crescimento industrial de 6,6% naquele estado, contra 3,3% no resto do Brasil.

³¹⁴ Por esta razão o nome Maurício Bony aparece, eventualmente, nas fontes, também como “Maurice Bony”, sendo “Maurício” a versão em língua portuguesa do seu nome.

³¹⁵ JORNAL DO BRASIL. A sublocação da Mina de Carvão de Gravatahy. Rio de Janeiro, edição 171, 18 de julho de 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/39255. Acessado em: 20/02/2021.

empregaram na construção da barra e do porto de Rio Grande. Com efeito, naquele ano de 1925, Maurício Bony relatava já ter passado três semanas no local da mina de Gravataí, e traçado um plano para uma ligação ferroviária elétrica entre esta mina e Gravataí, que percorreria 23 quilômetros, e uma outra linha entre a mina e a central elétrica, com 6 quilômetros de extensão, “colocando, assim, o carvão extraído nos poços a meia hora de Porto Alegre”. Ele planejava instalar a usina elétrica às margens do rio Gravataí, no lugar denominado Passo dos Negros (JORNAL DO BRASIL, 1925, p.11³¹⁶).

Bony teve contato com as pesquisas até então feitas sobre o teor calorífico do carvão gaúcho, característica esta que poderia fazer deste um material de menor qualidade como fonte de energia. Bony concordava com a ideia defendida naquela época por Simch, de que a pulverização do carvão poderia contornar o problema calorífico. Também reconhecia a necessidade de melhorar as condições de transporte do carvão até Porto Alegre (JORNAL DO BRASIL, 1925, p.11³¹⁷). A imprensa trazia a opinião de Maurício Bony sobre o empreendimento:

A construção da usina de 20.000 KW não é brinquito de criança, e realizar isso em 15 meses será um verdadeiro “tour de force”. Também poderemos nos orgulhar de ter no Rio Grande do Sul a maior usina thermo-electrica moderna, alimentada exclusivamente pelo carvão nacional. (JORNAL DO BRASIL, 1925, p.11³¹⁸)

Assim, no final do mesmo mês de julho de 1925, em que havia sido firmado o contrato de sublocação da Mina de Gravataí, noticiava-se a realização das primeiras etapas do acordo. Uma delas foi estimar a indenização que deveria ser paga pelos sublocatários ao governo estadual em razão da cessão dos equipamentos existentes no local. Além disso, uma comissão de peritos, composta por Francisco Rodolfo Simch, representante do estado, Maurício Bony, representante dos sublocatários, tendo como desempatador Dionélio Tubino Machado³¹⁹, havia determinado os preços.

³¹⁶ JORNAL DO BRASIL. A sublocação da Mina de Carvão de Gravatahy. Rio de Janeiro, edição 171, 18 de julho de 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/39255. Acessado em: 20/02/2021.

³¹⁷ JORNAL DO BRASIL. *A sublocação da Mina de Carvão de Gravatahy*. Rio de Janeiro, edição 171, 18 de julho de 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/39255. Acessado em: 20/02/2021.

³¹⁸ JORNAL DO BRASIL. *A sublocação da Mina de Carvão de Gravatahy*. Rio de Janeiro, edição 171, 18 de julho de 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/39255. Acessado em: 20/02/2021.

³¹⁹ Dionélio Machado é um autor literário cujo motivo central era “a análise, o enredo psicológico, a vida de representação”, sendo sua célebre obra “Os ratos”, de 1935, considerada “o seu melhor livro, uma

Esperava-se fornecer energia elétrica não somente para a capital gaúcha, mas também para as localidades em um raio de 60 a 80 quilômetros da mina (A FEDERAÇÃO, 1925, p.1)³²⁰.

Sendo assim, na Mensagem do Governador do Rio Grande do Sul para a Assembleia do Estado, em 1925, Borges de Medeiros declarou que, “em virtude do contracto celebrado em 6 de julho ultimo, para a sublocação da mina de carvão de pedra de Gravatahy, foi suprimido o serviço Mineralogico e Geologico” (MENSAGEM, 1925, p.82)³²¹.

No entanto, no início de 1926, as empresas solicitaram ao presidente do estado a rescisão do contrato, que foi feita em comum acordo, sendo designada a direção da Mina de Gravataí novamente para Francisco Rodolfo Simch, representando o estado do Rio Grande do Sul (BRAZIL FERRO-CARRIL, 1926, p.70). A rescisão do contrato de sublocação ocorreu em 20 de janeiro de 1926, e a diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico foi restabelecida por decreto, dois dias depois (MENSAGEM, 1926, p.36)³²². Assim, em face do Decreto nº 3.594, de 22 de janeiro de 1926, o governo estadual incluiu no orçamento uma verba de 1.000:000\$000 para a retomada dos trabalhos de lavra da mina (MENSAGEM, 1926, p.68)³²³.

Em 1927, o então Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, Augusto Pestana, apresenta um relatório sobre os transportes e o canal de Torres, em que menciona a Portaria n.173, de 23 de janeiro de 1926, que nomeia Francisco Rodolfo Simch “para exercer em comissão o lugar do diretor do Serviço de Geologia e Mineralogia” (PESTANA In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.7). Este relatório faz referência à anterior sublocação da mina de carvão de Gravataí, pois o decreto nº

história contada com aspereza e doçura ao mesmo tempo, transpondo-nos a uma atmosfera de sonho, pesadelo e revolta, a uma humanidade represada, capaz de todos os heroísmos e abjeções” (CESAR, 1969, p.249). Assim como Francisco Rodolfo Simch, Dionélio Machado tinha um caráter multifacetado, sendo médico, poeta, jornalista e político, o que ilustra uma tendência dos intelectuais de seu tempo e da sociedade, na virada do século XIX para o século XX.

³²⁰ A FEDERAÇÃO. *A sublocação da mina de carvão de Gravatahy*. Porto Alegre, edição 175, 29 de julho de 1925, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/56541> . Acessado em 03/02/2020.

³²¹ MENSAGEM do Presidente do Estado para a Assembleia do Rio Grande do Sul. Edição 1., de 25 de setembro de 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2195>. Acessado em: 10/04/2021.

³²² MENSAGEM do Presidente do Estado para a Assembleia do Rio Grande do Sul. Edição 1., de 27 de setembro de 1926, p.36. Serviço Mineralogico e Geologico. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2230>. Acessado em: 10/04/2021.

³²³ MENSAGEM do Presidente do Estado para a Assembleia do Rio Grande do Sul. Edição 1., de 27 de setembro de 1926, p.68. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2260>. Acessado em: 10/04/2021.

3.594 de 22 de janeiro de 1926 restabelecia a diretoria do serviço geológico e mineralógico para os trabalhos de lavra da mina (PESTANA In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.20). Portanto, em 1926, o estado retoma o controle da mina de Gravataí e nomeia outra vez Francisco Rodolfo Simch para dirigi-la.

Trata-se da retomada do Poço nº2, durante uma nova fase da história da siderurgia brasileira, marcada pelo aumento do desenvolvimento industrial e da demanda dos produtos siderúrgicos e pela formação da *Itabira Ore Company*:

A partir de 1920, mudanças importantes começaram a marcar a economia brasileira. O desenvolvimento da indústria nacional intensificou o consumo de produtos siderúrgicos, dando assim início a uma nova fase na história da siderurgia no Brasil. O governo passou a se opor à política de conservação do minério, mostrando-se igualmente desiludido com a concessão de vantagens aos empresários do setor. Nesse momento, foi assinado o contrato entre o governo federal e a Itabira Iron Ore Company, empresa de capital predominantemente inglês, que em 1911 havia adquirido as maiores jazidas de ferro do país. Dispondo de técnicos e de capital e mantendo, além disso, o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro Vitória-Minas, a Itabira centralizou nesse período o debate sobre a indústria siderúrgica, sem, contudo, nada realizar de concreto (ABREU, 2016).

A retomada da estatização da mineração do carvão, tal como descrita no relatório do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, como parte integrante do relatório da SOP de 1927, referente ao período entre 26 de janeiro e 31 de dezembro de 1926, e encaminhada ao Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Augusto Pestana, em 31 de maio de 1927, inseria-se, portanto, em um contexto nacional de participação estrangeira na mineração do ferro no Brasil, em contraste com uma tendência regional do Rio Grande do Sul de controle das minas pelo governo, e não por países estrangeiros. O Diretor desta seção era Francisco Rodolfo Simch, que explicava que o Serviço Mineralógico e Geológico se dedicava exclusivamente à retomada da Mina de Gravataí, a partir de janeiro de 1926. Com a Revolução de 1923, a extração de carvão do Poço nº 1 havia sido interrompida, assim como os preparativos para a abertura do Poço nº 2, sendo seguida de “um período de arrendamento que não chegou a produzir resultados práticos³²⁴” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.547-548). Estas circunstâncias são explicadas mais

³²⁴ Francisco Rodolfo refere-se ao contrato de sublocação das Minas de Gravataí, firmado em em 6 de julho de 1925, em nome da SOP, e pelas empresas concessionárias, conforme descrito precedentemente. A rescisão contratual ocorreu no início de 1926, retornando a direção das Minas de Gravataí para Francisco Rodolfo Simch, em nome do estado do Rio Grande do Sul (BRAZIL FERRO-CARRIL, 1926, p.70).

detalhadamente no relatório que ele escreve em 1928 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.324). Assim, em 1926, foram retomadas as escavações do Poço nº 2:

É este de grandes dimensões, 2^m,0 x 3^m,6 de luz; tripartido, com dois compartimentos de tráfego e um para as escadeiras e tubamento de bombas; é revestido de quadros de madeira de lei afastados uns dos outros de 1 ^m,0, encamisados com taboado de lei em feitio pyramidado; possui de dez em dez metros um quadro de ferro destinado a reforço.

Tem capacidade – com sua instalação mecânica – para um tráfego máximo de 1.000 toneladas diárias em tres ternos; para uma extracção média de 500 toneladas em dois ternos; dispõe de dois elevadores alternantes (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.548)

Em 31 de maio de 1926, a escavação do Poço nº 2 havia atingido uma profundidade de 44,90m, chegando à linha da camada mestra ao atingir 64m, em julho daquele ano: “no mesmo mez de Julho assentou-se a grande bomba vertical, do tipo Cameron Sinking, em seu encasamento dentro da terceira secção do poço, ficando a bomba de emergencia localizada na Recebedoria S., em vão próprio” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.548).

A seguir, Francisco Rodolfo Simch descreveu as recebedorias abertas dentro dos bancos de carvão encontrados na escavação do Poço nº 2:

Como se topassem duas bétas de carvão – uma de 1 ^m,45 de espessura aos 34 ^m,0, e outra de 2 ^m,30 aos 64^m,0 – foram abertas as recebedorias dentro dos respectivos bancos. Assim a camada de 1 ^m,45 ou a **26** (do numero do quadro correspondente a seu embocamento) foi apenas aberta de 5 ^m,0 para cada lado, pois a lavra desse banco dependerá de circunstancias a examinar ulteriormente.

As recebedorias da camada mestra têm respectivamente 25 ^m,0 de comprimento, 3 ^m,5 de largura e 2 ^m,5 de altura (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.548, grifo do autor).

Logo a camada mestra, atingida aos 64m de profundidade, tinha 2,30m de espessura, e foram para ela abertas recebedorias de 25m de comprimento, 3,5m de largura e 2,5m de altura, bem maiores do que as recebedorias preliminares que haviam sido abertas para o primeiro banco. Com o andamento dos trabalhos, foram obtidos, em 31 de dezembro de 1926, os seguintes comprimentos de galerias:

Tabela 4 - Cotas dos comprimentos das galerias da camada mestra do Poço nº 2 da Mina de carvão de Gravataí, em 31 de dezembro de 1926

Real N	28 metros
Real S	28 metros

Galeria O1	17 metros
Galeria O2	19 metros
Galeria E1	15 metros
Galeria E2	13 metros
Real d'água, seção sul	07 metros
Real d'água, seção norte	06 metros
Soma	133 metros

Fonte: SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.5

Ele observa, ainda, que “S1, S2 e N1, N2 estão apenas embocadas de modo a termos, abertas, naquela data, galerias uteis de 136 m,0” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.548). Assim como no Poço nº 1, que havia funcionado antes da interrupção ocorrida em 1923 e que ficava a oeste, o Poço nº 2 apresentava em toda a sua extensão uma camada uniforme, com a mesma regularidade dos enrugamentos ou cavalos (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.548).

Surgia a necessidade da ligação entre os poços nº1 e nº2. Francisco Rodolfo Simch apontava a necessidade de unificar os trabalhos dos dois poços, construindo-se ligações. O objetivo era aproveitar as 120 câmaras do Poço nº1, onde havia cerca de 5.000 metros de galerias, e desmontar todos os pilares disponíveis (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.549). Portanto a atividade de extração de carvão em Viamão ainda não ocorria em escala industrial, embora demonstrasse bom potencial de produção, confirmando a capacidade da camada carbonífera gaúcha.

As duas alternativas de ligações entre os dois poços de extração de carvão apontadas por Francisco Rodolfo Simch eram:

- 1) prolongar, pelo mais curto caminho, a real sul do Poço nº 2 até encontrar a real B do nº 1;
- 2) continuar a secção SE do Poço nº 2 até exceder a Real B e fazer o encontro pela parte mais alta (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.549)

De acordo com Francisco Rodolfo, a primeira possibilidade seria rápida, mas seria necessário retirar imediatamente a água do Poço nº 1 de uma única vez. Já a segunda opção seria mais demorada e mais cara, porém não teria o problema da água para resolver (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.549).

Para o revestimento das galerias, utilizava-se madeira de eucalipto. Em comparação com o Poço nº 1, o novo poço exigia menos madeira para o revestimento das galerias, embora estas fossem mais altas e largas. A razão da menor necessidade de utilização de madeira era a profundidade muito maior do novo terreno, que era mais sólido, possibilitando um maior espaçamento dos quadros. Com isso, não foi preciso utilizar revestimentos laterais nem realizar o escamamento da cobertura (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.549).

A seguir, o desmonte do carvão era realizado a mão, e o rendimento do Poço nº 2 tendia a ser superior ao do primeiro poço. O relatório fundamentava a necessidade de se adquirir perfuradoras de mão quando se pretendesse aumentar a extração de carvão e torná-la mais econômica, em uma etapa futura. Naquele momento inicial, ainda não seria conveniente utilizar perfuradoras e cortadoras mecânicas, porque a utilização de equipamentos de alto rendimento servia unicamente para aumentar a capacidade de extração de carvão, mas não para baixar o preço do produto. Para fundamentar esta argumentação sobre a relação entre o uso de equipamentos e o aumento da extração de carvão, Francisco Rodolfo Simch mencionou dados estatísticos da Europa que haviam sido fornecidos ao Secretário de Obras Públicas. Além disso, aproveitou este tema para retomar a discussão recorrente sobre a qualidade do carvão nacional: “Entre nós, onde o carvão nacional é impatrioticamente recusado e coberto de todos os defeitos, o consumo ainda é limitado e, pois, comprar tais máquinas para aumentar tão somente a produção não é razoável” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.549).

O carvão desmontado à mão era colocado nos carros, de bitola de 0,5m, que se deslocavam até as cabeceiras para receber o material e caíam automaticamente nos viradores para serem descarregados nas peneiras (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.549). As peneiras eram fixas, e tinham sido colocadas, naquela época, em duas baterias. Cada bateria tinha duas seções, possibilitando produzir três tipos de carvão: “1) a moinha na primeira seção; 2) o miudo na segunda; 3) o graudo que irá à escolha” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.550).

Em 1926, foram extraídas 946 toneladas de carvão, conforme segue:

Tabela 5 - Extração de carvão da Mina de Gravataí, em toneladas/mês, em 1926

Mês	Toneladas de carvão extraído
Abril	18 (do poço)

Junho	2
Julho	106
Agosto	160
Setembro	171
Outubro	165
Novembro	168
Dezembro	156
Produção total em 1926	946 toneladas

Fonte: SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.550

No período de 1926, haviam sido queimadas 552 toneladas de carvão nas caldeiras, a partir do mês de julho, à razão de 3 toneladas por dia (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.550). No primeiro semestre do ano em que foi redigido este relatório, ou seja, em 1927, haviam sido produzidas 905 toneladas de carvão, assim distribuídas:

Tabela 6 - Extração de carvão da Mina de Gravataí, em toneladas/mês, em 1927

Mês	Toneladas de carvão extraído
Janeiro	140
Fevereiro	144
Março	153
Abril	151
Maio	160
Junho	157
Produção total do 1º semestre de 1927	905 toneladas

Fonte: SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.550

Observa-se que, em um único semestre, a produção de carvão da mina de Gravataí de 1927 foi praticamente a mesma do ano inteiro de 1926, que foi o ano da escavação do segundo poço e da reativação do primeiro poço.

A situação da mineração estatal no primeiro ano da retomada era o objeto do relatório. Em 1927, as máquinas haviam consumido 543 toneladas, no primeiro semestre, e restava um estoque de carvão bruto de 756 toneladas, junto às peneiras (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.550). Como o consumo de carvão das

caldeiras em 1926 era considerado a partir do mês de julho, e não para o ano inteiro, pode-se dizer que o consumo das máquinas não teve alterações significativas, no ano seguinte.

As oficinas eram as mesmas do Poço nº 1, tendo sido modificada sua localização e tendo sido ampliadas, para se adequar ao serviço que se realizava na época. Um grande depósito havia sido construído para abrigar todo tipo de material, inclusive as sondas de percussão e as rotativas (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.550).

As cinzas, resultantes da combustão na fornalha, eram descarregadas por um corte profundo talhado na colina, para que as vagonetas pudessem chegar até a porta da descarga (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.550).

Outro ponto importante era a retirada das águas do subsolo, que havia representado a parte mais cara e maior dos trabalhos do antigo Poço nº 1. Esta atividade, no caso do Poço nº 2, limitava-se ao trabalho de um homem encarregado das bombas. Toda a água do fundo era conduzida, por efeito da gravidade, ao depósito geral e planejava-se transformar posteriormente a real d'água em um depósito de grande capacidade. Na superfície, a água era lançada para os vertentes norte e sul da colina em que estava localizado o Poço nº 2 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.550).

A ferrovia para o transporte de carvão de Gravataí a Torres fazia parte do tema dos transportes, com destaque no relatório de Francisco Rodolfo Simch, em especial a construção de uma ferrovia ligando as minas de carvão de Gravataí a Porto Alegre, que permanecia um projeto, como indicava o mapa anexo ao relatório da Seção de Terras e Colonização, que também fazia parte do relatório da SOP de 1927. No relatório da Diretoria do Serviço Mineralógico e Geológico, Francisco Rodolfo Simch insiste neste assunto, lembrando que já havia entregue informações detalhadas sobre o problema de transporte do carvão, e reafirmando a necessidade de um ramal ferroviário para a mina de carvão de Gravataí. Como fundamentação para esta solicitação da conexão ferroviária, ele explicou que a mina de carvão de Gravataí era muito próxima de Porto Alegre, situando-se praticamente “nos subúrbios da Capital”, a uma distância de 18 km, apenas, em linha reta, “sem ter de permeio nem rios, nem montanhas que dificultem a construção e conservação da linha; neste particular é a única no Estado” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.551). Apesar desta particularidade da Mina de Gravataí, com relação às outras minas do estado, sua linha

ferroviária de ligação com a capital continuava aparecendo somente como um projeto, no mapa anexo ao relatório da Seção de Terras e Colonização, que precedia o relatório de Francisco Rodolfo Simch, como parte do relatório da SOP, naquele ano de 1927. A perspectiva renovada de Francisco Rodolfo Simch sobre o aproveitamento e o transporte do carvão da Mina de Gravataí contrasta com aquela de seu colega Torres Gonçalves (RIO GRANDE DO SUL, 1927), que mantinha, na sua seção do relatório da SOP, o posicionamento de que o carvão deveria ser utilizado à boca das minas, como fonte de energia elétrica, mesmo depois do recente insucesso da concessão com esta finalidade.

Quanto ao transporte no subsolo, no interior das minas de carvão, eram utilizados trilhos Decauville de bitola 0,50m, e vagonetas com capacidade de 250kg, que eram anteriormente utilizadas no Poço nº1. Para isso, foi necessário reformá-las, pois estavam “completamente estragadas e sem ferragem” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.551). A degradação dos equipamentos era, provavelmente, resultante dos anos em que as minas paralisaram suas atividades, em razão da Revolução de 1923, e dos anos posteriores de arrendamento, até 1926, que não resultaram em trabalho efetivo, como exposto no início deste relatório.

As despesas com a mineração estatal eram detalhadamente justificadas. A despesa do Serviço de Mineralogia e Geologia foi de 127:506\$330, e permaneceu dentro do orçamento destinado à diretoria, previsto na rubrica “Eventuais”, no valor de 147 contos de réis:

Tabela 7 - Despesa do Serviço de Mineralogia e Geologia em 1926

Meses	Pessoal	Material
Janeiro	583\$000	-
Fevereiro	2:139\$000	300\$000
Março	6:441\$750	1:592\$100
Abril	7:575\$000	9:788\$000
Maio	8:172\$371	463\$000
Junho	7:861\$500	556\$300
Julho	8:315\$750	1:066\$000
Agosto	7:701\$125	19:207\$040
Setembro	7:441\$875	998\$400

Outubro	7:990\$249	5:764\$150
Novembro	7:754\$625	3:915\$200
Dezembro	7:562\$875	4:316\$320
Soma	79:539\$120	47:967\$210

Fonte: SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.551

Percebe-se o processo de reativação das minas de carvão, cujo trabalho havia sido interrompido, com uma despesa pequena de pessoal e nenhuma despesa de material, no primeiro mês de trabalho retomado, em janeiro de 1926. No mês seguinte, em fevereiro, há aumento significativo da despesa com pessoal, certamente com a contratação de pessoal para as atividades, e algum aumento com material, que se deve provavelmente ao início da recuperação dos equipamentos, como as vagonetas estragadas, a que o relatório faz menção. A despesa com pessoal sofre algumas oscilações, até se estabilizar em torno de 7:500\$000 entre os meses de agosto e dezembro, quando o quadro de funcionários para a continuidade das operações deve ter sido fixado. Já a despesa com material sofre variações mais amplas, até o mês de setembro, em função, certamente, da aquisição de materiais novos ou para reparação dos equipamentos que haviam ficado parados durante a interrupção dos trabalhos. Depois disso, entre outubro e dezembro, a despesa com material tende a se estabilizar em um valor de 4.700\$000. Apesar do processo de retomada das atividades nas minas de carvão de Gravataí, em 1926, o balanço anual da Seção de Mineralogia e Geologia gerou receita.

Ele apresentava, ainda, as perspectivas futuras de exploração dos recursos naturais do estado, ao lembrar que os trabalhos da Diretoria do Serviço de Mineralogia e Geologia, determinados nos artigos 13º e 14º do Decreto nº 2.477, de 11 de dezembro de 1919, eram “mui amplos e variados, mas devido a circunstancias especiaes sómente se executaram os referentes á pezquisas e lavra de carvão de pedra na bacia geológica de Gravatahy” (SIMCH, 1927, p.551-552). Entre os outros trabalhos previstos, destacou problemas que julgava “de igual ou de maior importância pratica” e que exigiam uma solução rápida (SIMCH, 1927, p.552), como o estudo das “**águas subterrâneas**”, pensando na questão do impacto das secas prolongadas na pecuária gaúcha, bem como “as pesquisas de **petróleo e seus congêneres**; as do **cobre** e sobretudo as de **wolfram** e de **estanho**” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.552, grifo do autor).

Com relação às águas, Francisco Rodolfo explicou que a distribuição das águas no Rio Grande do Sul era boa, porém ocorria a seca em períodos estivais, prejudicando a criação e a lavoura. Destacou a solução encontrada na Argentina, no Uruguai e na América do Norte, para o problema: o estudo prévio para a construção de poços artesianos ou semi-surgentes, de acordo com cada caso. Além disso, quando a única solução era represar as águas, o leito do futuro açude era estudado para garantir que o investimento das obras, muitas vezes altíssimo, não fosse desperdiçado pela falta de retenção das águas captadas pelo solo, como vinha acontecendo no nordeste do Brasil (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.552). Francisco Rodolfo Simch defende e pede autorização para incluir este assunto nas atividades de sua diretoria:

Por que, pois, não atacar o assumpto?

A benemérita Administração do Estado faria, com isso, mais uma vez jus aos applausos dos industriaes e portadores da riqueza publica.

A maior dificuldade nesta materia, como na seguinte, está na aquisição do material e “este já temos”; o pessoal de ordinario vindo do estrangeiro e caríssimo, póde vantajosamente ser substituído pelo que nesta Directoria trabalhava em sondagens há longos anos (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.552)

Percebe-se, na forma como Francisco Rodolfo Simch propõe o gerenciamento das águas do subsolo do estado, a ironia na argumentação, ressaltando os “aplausos dos industriais e portadores da riqueza pública”, isto é, o apoio que se receberia dos setores que importavam à administração pública, a indústria e a elite econômica gaúcha. Além disso, este posicionamento de Francisco Rodolfo Simch de valorizar o conhecimento técnico e o trabalhador nacional aparece com frequência em seus livros, relatórios e projetos de engenharia. Ele busca, sempre que possível, enfatizar a necessidade do Rio Grande do Sul e do Brasil de buscar autossuficiência científica e econômica, ressaltando que o país dispõe de intelectuais qualificados para o desenvolvimento de pesquisa e projetos, e de trabalhadores dispostos e capazes, devendo-se, para isso, priorizar os profissionais nacionais e investir na qualificação dos trabalhadores e de suas famílias, através da educação. Diante disso, argumenta, reiteradamente, que é um desperdício financeiro a contratação de profissionais estrangeiros para realizar testes e pareceres relativos a obras da administração pública.

Isto posto, Francisco Rodolfo Simch destaca, em seu relatório, o assunto “nafta e petróleo”. Segundo o relator, “o consumo cada vez maior de oleos minerais, kerozene, gazolina, e congêneres, o seguro exgottamento em época não longínqua dos grandes mananciais ora em lavra” traziam a necessidade de se pesquisar estas substâncias: “não se trata como muitos ingenuamente supõem, de metter simplesmente as sondas no chão; este gênero de pesquisas compreende tres phases: 1) a prospecção; 2) a stratigraphia; 3) a sondagem” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.552). Com base no esgotamento próximo dos recursos naturais até então prospectados e explorados, para os quais a demanda econômica crescia, o relatório procurava justificar a importância da realização de um estudo detalhado e cientificamente fundamentado, para o qual o Serviço de Mineralogia e Geologia do Rio Grande do Sul era competente. Portanto seus argumentos eram a preparação prévia do governo do estado para evitar a escassez de produtos da nafta e do petróleo, através do estudo científico voltado ao reconhecimento do solo gaúcho para a identificação de possíveis novos locais de exploração. Também aqui ressalta a disponibilidade de pessoal qualificado para realizar a pesquisa: “material e pessoal para isso temol-os muito bons podendo em poucos dias sahir a campo qualquer equipe para este serviço” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.553).

Evidencia-se a mesma disposição do Serviço de Mineralogia e Geologia do Rio Grande do Sul para a prospecção e exploração do cobre, wolfram e estanho, “metaes de tão largo e importante emprego nas industrias modernas”. Aqui, novamente, Francisco Rodolfo Simch defende a capacidade dos profissionais gaúchos de realizar a tarefa: “[...] as pesquisas se podem iniciar desde logo com nosso pessoal, apesar de muita gente supor que só estrangeiros sejam capazes disso ou pelo menos que se devam mandar buscar especialistas ao Rio de Janeiro (sic)” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.553).

Por fim, para reforçar sua solicitação de prospectar nafta, petróleo, cobre, wolfram e estanho, o relatório destaca como argumento favorável as “despezas”, como um item próprio, porque “um dos grandes argumentos geralmente oppostos ao inicio deste gênero de estudos é o decorrente da despeza que, dizem, é extraordinária”. O relatório reconhece que a realização destes serviços exigiria “somas avultadas”, mas como o Estado já havia investido anteriormente, em outras circunstâncias, no equipamento que seria necessário para o empreendimento, a despesa limitar-se-ia “á mão de obra e ao material indispensável para a conservação

e substituição do existente”. Sendo assim, as despesas seriam com sondagens e prospecção. Para as sondagens, seriam necessárias três sondas, sendo uma para pesquisar petróleo, ao custo mensal de 3:000\$000 (2:000\$000 para pessoal e 1:000\$000 para material), ou seja, um total mensal de 9:000\$000, ou 108:000\$000 por ano. Para a prospecção, seriam necessárias três turmas a 1:800\$000 por mês (1:200\$000 para pessoal e 600\$000 para material, isto é, 5:400\$000 por mês, ou 64:000\$000 por ano (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.553). A argumentação baseada nas despesas resumia-se da seguinte forma:

Tabela 8 - Despesas previstas para prospecção de nafta, petróleo, cobre, wolfram e estanho pelo SMG-RS, 1927

	Despesas
Sondagens	108:000\$000
Prospecção	64:800\$000
Eventuais 20%	34:560\$000
Total	207:360\$000

Fonte: SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.553

Esta argumentação do diretor do Serviço Mineralógico e Geológico mostra que, segundo ele, a tomada de decisão pelo governo do estado fundamentar-se-ia, em grande parte, no orçamento. Por esse motivo, ao apresentar a despesa que os novos serviços que se propunha a realizar gerariam, salientou que, tanto nas sondagens quanto na prospecção, a maior parte da despesa seria relativa ao pessoal. Os números reforçavam a argumentação de que a seção já dispunha do equipamento necessário, cuja aquisição era onerosa, sendo, portanto, vantajoso aproveitar os meios disponíveis para estender os serviços para além da exploração do carvão.

Já a exploração estatal de carvão de 1927 era detalhada em um relatório separado, referente ao primeiro semestre, na sequência daquele referente ao ano de exercício de 1926, que havia sido precisamente analisado. Logo, também fazia parte integrante do relatório da SOP de 1927.

Em seu texto, Francisco Rodolfo relatou a visita do Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Augusto Pestana, em inspeção dos serviços da hulheira de Gravataí, em 27 de janeiro de 1927:

O Sr. Dr. Secretario percorreu todas as dependências da superfície e em seguida baixou ao subsolo onde, pessoalmente, pôde verificar a espessura das bêtas, o estado das recebedorias, a fôrma do trabalho, a amplitude das galerias e seu escoramento bem como o serviço de educação das águas e os mais indispensáveis no desmonte do carvão.

Às 10 horas da manhã retirava-se o illustre visitante (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.555)

Assim, Augusto Pestana verificou pessoalmente os trabalhos nas minas de carvão de Gravataí³²⁵, em todos os aspectos apontados no relatório do ano de exercício de 1926, das páginas precedentes: espessura das betas, estado das recebedorias, a expansão e revestimento das galerias, a forma como as águas eram retiradas e os trabalhos realizados no âmbito do desmonte do carvão de pedra.

O andamento das obras de ampliação das galerias e o trabalho cotidiano era também descrito. No primeiro semestre de 1927, foi finalizado o revestimento do poço das águas sulfo-ferruginosas, a 400 metros ao sul da antiga instalação do Poço nº 1. Este tipo de água costumava ser utilizada para fins terapêuticos (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.555).

A extensão das galerias das minas de carvão de Gravataí, até 30 de julho de 1927, era a seguinte:

Tabela 9 - Comprimento total das galerias da Mina de Gravataí, em 30 de julho de 1927

Real Norte	51 metros
Real Sul	38 metros
Segunda Real	52 metros
Travessão do Pilar	37 metros
Galeria N1	17 metros
Galeria N2	1 metro
Galeria S1	55 metros
Galeria S2	2 metros
Galeria O1	25 metros
Galeria O2	26 metros

³²⁵ Percebe-se que Augusto Pestana participava ativamente das obras realizadas por sua secretaria, verificando seu andamento no local e se colocando em contato com o ambiente de trabalho. No relatório de 1928, especialmente, que se referia ao ano de exercício de 1927, Augusto Pestana participou do experimento proposto por Francisco Rodolfo Simch sobre a qualidade do carvão das minas de Gravataí como combustível para um trajeto ferroviário.

Galeria E1	16 metros
Galeria E2	19 metros
Soma	287 metros

Fonte: SIMCH, 1927, p.555-556

Em comparação com os comprimentos das galerias alcançados no final de 1926, a Real Norte aumentou de 28 para 51 metros, a Real Sul de 28 para 38 metros, a galeria E1 passou de 15 para 16m, a galeria E2 de 13 para 19 metros, a galeria O1 de 17 para 25 metros e a galeria O2 de 19 para 26 metros. As galerias N1, N2, S1 e S2, que se encontravam, até 1926, apenas embocadas, mediam, respectivamente, 17 metros, 1 metro, 55 metros e 2 metros. Desse modo, o comprimento das galerias úteis passou, em um semestre, de 136 para 287 metros.

O relatório fazia, ainda, menção ao requerimento de cessão de sonda de percussão Missouri, por parte da empresa Bopp³²⁶, Sassen, Ritter & Cia. Limit., em Porto Alegre, em 27 de abril de 1927, por um prazo de seis meses para a perfuração de um poço artesiano em seu terreno, à rua Cristóvão Colombo. Francisco Rodolfo Simch manifestava-se desfavorável à realização deste serviço, porque, segundo ele, ali não se encontraria água artesianas, porém manifestou-se “pela cessão desde que os cessionários reconstituíssem o aparelho e completassem o respectivo equipamento”. Assim, em 4 de maio daquele ano, a empresa recebeu a sonda requerida, mediante assinatura de termo de compromisso (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.556). O desfecho desta cessão de sonda foi apresentado no relatório de 1928, referente ao ano de 1927.

Francisco Rodolfo apresentava as despesas com a mineração estatal em 1927. A despesa do primeiro semestre de 1927 havia sido de 53:489\$0040, deixando um saldo de 946:510\$960 para o resto do ano, pois o orçamento de que a diretoria dispunha era de 1.000 contos de réis. As despesas haviam sido reduzidas ao mínimo essencial, na expectativa da solução do problema anteriormente apontado, concernente ao transporte da produção de carvão, e distribuíam-se de forma bastante regular, quanto ao pessoal, e com investimento em material nos meses de março e abril:

³²⁶ Francisco José Simch Jr., filho de Francisco Rodolfo Simch, era casado com Lili Bopp Simch, cuja família fazia parte desta empresa. A prestação de serviços à iniciativa privada e a particulares pelo Serviço Mineralógico e Geológico era parte das tarefas da seção.

Tabela 10 - Despesa do Serviço de Mineralogia e Geologia no primeiro semestre de 1927

Meses	Pessoal	Material
Janeiro	9:168\$400	-
Fevereiro	8:514\$000	-
Março	9:040\$500	1:770\$800
Abril	8:256\$500	557\$090
Maiο	8:770\$250	-
Junho	7:411\$500	-
Soma	51:161\$150	2:327\$890

Fonte: SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.556

Ora, este relatório do Serviço de Mineralogia e Geologia referia-se somente ao primeiro semestre do ano de 1927, e fazia parte do relatório geral da SOP de 1927, relativo ao ano de exercício de 1926. Este relatório de 1927 apresentava-se na sequência do relatório do Serviço de Mineralogia e Geologia do ano de 1926, chamando, portanto, a atenção, e posicionando-se separadamente daquele relatório anterior que tratava das minas de carvão de Gravataí e do pedido de realização de sua conexão ferroviária com Porto Alegre e da prospecção de águas subterrâneas, nafta, petróleo, cobre, wolfram e estanho, fundamentado essencialmente na despesa compatível com o orçamento destinado à seção. Logo, este adendo de apenas duas páginas parece ter a função de demonstrar que, a partir de 1927, as minas de carvão de Gravataí estavam bem encaminhadas, com folga, inclusive, no orçamento que permitiria a obra de ligação ferroviária com a capital e a atribuição de novas tarefas para o Serviço Mineralógico e Geológico do estado. Este pequeno relatório tem a função aparente de lembrar a viabilidade econômica das solicitações feitas por Francisco Rodolfo, levando-se em conta o andamento regular da mina. Outras atividades de desenvolvimento da estrutura viária e do comércio também eram empreendidas pela SOP, no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres. Nesse sentido, algumas das ações realizadas por seus colegas, diretores de outras seções, são descritas, com o objetivo de apresentar outros pontos de vista sobre a utilização deste espaço.

Em sua parte do relatório da SOP, o engenheiro João Luiz de Faria Santos, Diretor da Viação Fluvial, apresentou a seção sobre os transportes ferroviários e

lacustres. Em 1927, o governo estadual autorizava a importação de 2.000 toneladas de carvão Cardiff da empresa Wilson, Sons & Cia., pela Comissão de Dragagem dos Canais Interiores, com o despacho de 25 de abril daquele ano (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.126). Assim, o estado ainda dependia da importação de carvão estrangeiro para o seu desenvolvimento econômico. Outro assunto eram os canais da região de Torres, o fornecimento de equipamentos, e a conservação das estradas de rodagem, como aquela do porto do Estácio, na lagoa Itapeva, até a cidade de Torres, que passou da responsabilidade do serviço de transportes ferroviários e lacustres para o serviço de Viação Terrestre, em 1926. Para esta operação, negociava-se o fornecimento de canos de recalque para a draga Itapeva, de 10.000 dormentes de madeira, e a encomenda da draga Castilhos³²⁷, que homenageava Júlio de Castilhos. A negociação era feita junto aos *Chantiers Navals Franco-Belges* e intermediada pelo Engenheiro Basilio Malaval, em Paris (SANTOS In RELATÓRIO, 1927, p.127). A draga Castilhos seria entregue em Rio Grande e teria custado 245.000 francos franceses e 2.942 libras esterlinas, com casco construído em seções de no máximo 10 toneladas (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.127). Portanto foram os técnicos dos *Chantiers Navals Franco-Belges* que projetaram a draga Castilhos, para as necessidades de utilização descritas por Augusto Pestana e sob a supervisão de Basilio Malaval, em Paris, com o objetivo de trazer “importante economia nos trabalhos de conservação e melhoramentos dos canaes no cordão de lagôas entre as villas de Conceição do Arroio e Torres” (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.128).

Algumas obras para melhoria dos transportes no litoral haviam sido realizadas e mostram como o governo precisava atender às solicitações das empresas locais para melhorar o fluxo de transporte de mercadorias e seu armazenamento nos portos. Por exemplo, um projeto de cais de madeira e armazém de madeira coberto de zinco, para o Porto da Cachoeira, na colônia Marquez do Herval, no município de Conceição do Arroio, com orçamento total de 27:597\$505, conforme despachos de 14 e 15 de maio de 1926, melhoraria a estocagem dos produtos. Ou, ainda, a construção de um desvio da estação ferroviária de Passinhos até o armazém dos cultivadores de arroz

³²⁷ A draga Castilhos funcionaria da seguinte maneira: “1º) Aspirar os productos do leito do canal até a profundidade de 3,50 abaixo do nivel d’agua e despejal-os em batelão lameiro ou recalcal-os pela bomba sobre as margens do canal; 2º) Aspirar os referidos productos depositados no batelão lameiro e recalcal-os sobre as margens do canal” (PESTANA, 1927, p.127).

Kessler & Vasconcellos, que solicitaram a obra. O engenheiro chefe do Serviço de Transportes Ferroviários e Lacustres foi autorizado a comprar um caminhão Dodge para transporte de materiais, por 18:500\$000. O despacho do Presidente de Estado de 27 de junho de 1926 autorizou, ainda, a despesa de “até a quantia de 15 contos na desobstrução da barra do arroio Pinguella, affluente da lagôa do mesmo nome”, obra que interessava à fábrica de açúcar denominada “Uzina Santa Martha Limitada”. Além disso, os despachos de 16 e 17 de julho aprovaram o projeto de um armazém com cais de madeira para o Porto do Estácio (SANTOS In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.128). O governo do estado priorizava as obras que permitissem o escoamento das mercadorias, investindo na abertura de canais, na construção de portos de armazenagem e de vias de transporte entre as fábricas, as ferrovias e canais. Também se percebe que havia uma comunicação direta entre os representantes dos produtores industriais e agrícolas e o governo, com solicitação de melhorias para o escoamento e armazenamento de seus produtos, o que demonstra um propósito em comum de fortalecimento industrial e comercial do estado.

Ressalta-se que o projeto do Porto do Estácio servia à cidade de Torres e havia sido “organizado pelo Eng. Fernando Narciso Pons e orçado pelo Eng. Adolpho Larangeira Mariante em 61 contos, inclusive a dragagem”, com autorização de 27 de agosto de 1926 de despesas de “até a quantia de 16 contos na construção de um depósito de mercadorias, como complemento do referido armazem” (SANTOS In PESTANA, 1927, p.129). Logo Torres ganhava importância para a circulação de mercadorias através do Porto do Estácio, recebendo investimentos tanto para a melhoria das condições deste porto como estação intermediária de armazenagem como na abertura de meios de transporte rodoviários e fluviais que ligassem o município a outras localidades importantes para o comércio, como a capital.

Os trabalhadores ganhavam maior atenção, sendo tomadas medidas para proporcionar maior segurança ao trabalho. Assim, para a colônia de pescadores Don Feliciano Prates, de Torres, os despachos de 18 de janeiro de 1926 do governo do estado aprovaram a resolução sobre as baleeiras salva-vidas Carlinda e Geralda, descritas à página 101 do Relatório de Obras Públicas, de 1926. Em consequência, disso, os despachos de 21 e 22 de julho de 1926 autorizaram a proposta de Mabilde & Cia de 13 de julho de 1926 para a construção das baleeiras, com contrato datado de 31 de julho de 1926. As embarcações haviam sido entregues e encaminhadas a Torres, segundo o relatório, tendo custado 24:500\$000, no total (SANTOS, 1927,

p.129). Observa-se que, com a importância crescente da participação de Torres no fluxo do transporte e do comércio, investia-se mais na segurança das atividades econômicas, que traria, por sua vez, maior eficiência nas operações.

Estabelecer pontos servindo à arrecadação de impostos era outro aspecto importante para o governo. No Porto de Cornelios, os despachos de 13 e 14 de setembro de 1926 autorizaram a construção de um posto fiscal do Tesouro, ao custo de 13:070\$740, cuja obra já estava, naquele momento, praticamente finalizada (SANTOS In PESTANA, 1927, p.129). Os portos ao longo dos canais ganharam importância para o comércio, constituindo um ponto de interesse para o estado na arrecadação de impostos.

O desenvolvimento do transporte fluvial era acompanhado também da melhoria dos meios de comunicação. Assim, outro investimento realizado pelo governo do estado foi a implementação de linhas telefônicas na região. Com base no despacho de 21 de fevereiro de 1927, foi acertado um orçamento de 62:008\$100 para a linha telefônica entre Conceição do Arroio e Três Forquilhas, com um ramal para o porto de Cachoeira. Utilizando 43:326\$084, em uma obra que ocorreu de 15 de março a 10 de maio de 1927, foram construídos 56 quilômetros e 500 metros de linha telefônica entre Conceição do Arroio e Três Forquilhas, 17.200 quilômetros entre o ramal de João Pedro ao porto da Cachoeira, ou seja, uma extensão total de 73.700 quilômetros de linha telefônica na região, com instalação de postos telefônicos em João Pedro, Cornelios, Três Forquilhas e Cachoeira (SANTOS In PESTANA, 1927, p.130). Pretendeu-se, com isso, estabelecer uma forma eficiente e rápida de comunicação entre pontos estratégicos da região de Torres, que ganhavam importância para o comércio com o restante do estado e com outras regiões. Isto mostra que a dinâmica do transporte havia se intensificado, neste período, exigindo também um reforço nas comunicações para o desenvolvimento econômico.

As condições de trabalho recebiam atenção, com a construção de um local para os funcionários se alimentarem e para armazenar alimentos e materiais. Desse modo, os despachos de 25 e 26 de agosto de 1926 aprovaram um projeto de construção de um armazém-cantina para armazenar alimentos e oferecer um local para a alimentação dos trabalhadores, especialmente aqueles do Serviço de Transportes Ferroviários e Lacustres, com orçamento de 20 contos. Restava definir se a administração do armazém seria atribuída a uma cooperativa de trabalhadores ou se seria terceirizada (SANTOS In PESTANA, 1927, p.130). Assim como no caso da

construção dos baleeiros salva-vidas, investia-se também na restauração, para assegurar melhores condições para a atividade do trabalhador, mantendo-o próximo do local de trabalho, garantindo sua eficiência.

Os materiais de construção eram, às vezes, remanejados de uma obra para outra. Um exemplo disso é o despacho de 21 de dezembro de 1926, que autorizou a conclusão do armazém de ferro em Conceição do Arroio, para o almoxarifado, com verba de até 59 contos. Este armazém, destinado ao depósito de materiais naquela localidade, e também outro armazém de ferro que agora se encontrava no Porto de Rio Grande, eram provenientes do Porto de Porto Alegre. Em sua origem, eram dois armazéns de ferro zincado, de forma abaulada, que foram transportados da capital a Conceição do Arroio e a Rio Grande. No litoral norte, a montagem havia sido interrompida pela Revolução de 1923, e ainda não havia sido concluída por falta de pessoal (SANTOS In PESTANA, 1927, p.131). Mais uma vez, percebe-se o impacto da Revolução de 1923 no desenvolvimento das atividades da SOP, como ocorreu com a interrupção da exploração de carvão da Mina de Gravataí, mencionada anteriormente por Francisco Rodolfo Simch no relatório da Diretoria de Mineralogia e Geologia do estado. Por este mesmo motivo, o projeto de ligação fluvial entre Porto Alegre e Torres havia sido interrompido, “e a ferrovia entre Conceição de Arroio e Palmares, que já estava instalada, chegou a sofrer avarias” (REINHEIMER, 2010, p.202). Para Miguel do Espírito Santo (2004, p.114), a Revolução de 1923 “resultou por estabelecer o termo da política de orientação castilhistas sem a sua plena realização”. Com efeito, a partir de então, os objetivos de melhorar os transportes e desenvolver a economia subsistem, mas através de um novo prisma que escapa da orientação dos republicanos históricos e assume novas nuances políticas.

Apesar de algumas importações da Holanda, era forte a presença francesa na navegação fluvial gaúcha e na manutenção e assistência técnica dos equipamentos³²⁸. Um exemplo disto está nas negociações relativas a encomendas de equipamentos e peças para a navegação fluvial, como no caso da draga Castilhos. O despacho de 15 de junho de 1926 autorizou o fornecimento de gaxetas, havendo um tipo especial para vapor, dos *Établissements Industriels de l'Arve*, na França, pelo preço de 522 dólares (SANTOS In PESTANA, 1927, p.134). Os despachos de 28 de julho de 1926 autorizaram a encomenda junto à *Société Métallurgique de France* “diversas juntas

³²⁸ Isto é observado na seção “Transportes ferroviários e lacustres” do relatório da SOP de Augusto Pestana de 1927.

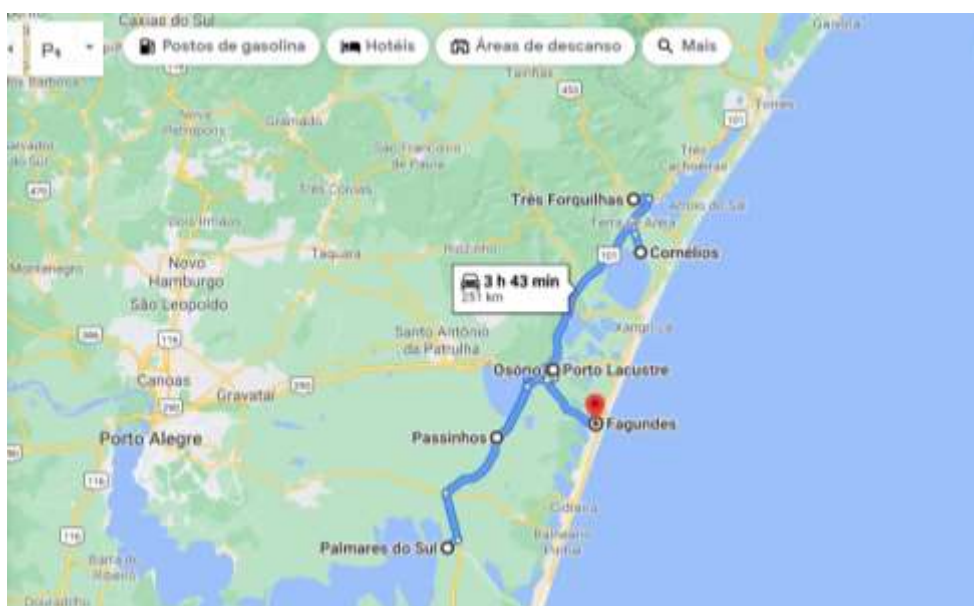
para grandes bombas de recalque e para vapor superaquecida, ressaltando que eram feitas de um novo produto chamado “Sphynk”, com custo de 6:200\$000 (PESTANA, 1927, p.134). Os *Chantiers Navals Franco-Belges*, além da realização sob encomenda da draga Júlio de Castilhos, forneceram os sobreceletes para a draga Vinte de Setembro, construída na França e situada em Rio Grande. Mais uma vez, a encomenda foi intermediada pelo engenheiro Basílio Malaval, em Paris, e as despesas foram de 135.000 francos (SANTOS In PESTANA, 1927, p.135).

Também na realização do Porto de Porto Alegre, em andamento naquele ano de 1927, verifica-se a presença das empresas francesas, como os *Établissements Daydé* (BORGES, 1927, p.151). Neste mesmo ano, foram realizados estudos e desenhos da planta e perfil do rio Gravataí (BORGES, 1927, p.161). Este era, portanto, um momento de consolidação da estrutura do transporte no estado.

Pode-se ter uma noção da porção geográfica referente ao transporte entre Palmares e Torres, situando alguns dos portos e estações descritos no relatório de Raul Bordini, em 1927³²⁹, em um mapa atual, como segue.

³²⁹ Em 31 de maio de 1927, Raul Bordini publicou seu relatório sobre os serviços de transportes ferroviários e lacustres entre Palmares e Torres para o Diretor da Viação Fluvial, João Luiz Faria Santos, como parte integrante do relatório da SOP, remetido por Augusto Pestana. O responsável pela administração provisória dos Serviços de Transportes Ferroviários e Lacustres entre Palmares e Torres era o engenheiro Fernando Narciso Pons, ajudante da Comissão de Dragagem dos Canais Interiores, sediada em Pelotas (BORDINI, 1927, p.299). O balanço do período indicou um saldo de 785:714\$283, e houve um aumento da receita “de cerca de 50 contos, na receita de 1926” (BORDINI, 1927, p.300).

Figura 21 - Área geográfica em que se situava as linhas de transporte ferroviário e lacustre entre Palmares e Torres, entre 1926 e 1927, situando-se portos e estações



Fonte: Google Maps, 2021

Observa-se um investimento na estrutura dos serviços, em expansão, com projeto de casas para operários, usina elétrica garantindo a iluminação do porto de Conceição, projeto de plano inclinado para “encalhar qualquer embarcação dos serviços de transporte” – realizado pelo engenheiro Julio Wolf, do Estaleiro Mabilde, melhoria da instalação metálica do almoxarifado de Conceição do Arroio, com revestimento de tijolos, solicitação de médico efetivo e equipamentos para o serviço médico (BORDINI, 1927, p.301). Assim, com os novos serviços, as áreas em torno das linhas de transporte eram urbanizadas, tornando-se local de residência para os trabalhadores e suas famílias.

Investia-se no transporte entre Palmares e Torres. Já havia uma estrutura para o transporte, e com o crescimento e o aperfeiçoamento da via férrea, novos investimentos eram solicitados e projetados para a permanência dos operários e o desenvolvimento dos trabalhos. No setor ferroviário, em Passinhos, uma nova construção de madeira para armazenar pequenas mercadorias havia sido construída (BORDINI, 1927, p.302).

Pretendia-se melhorar a estrutura existente para estabelecer uma via com a qual se pudesse contar a longo prazo, o que mostra que a utilidade desta rota de transporte se havia confirmado e merecia ser desenvolvida, com a construção de

estações ferroviárias e unidades de armazenamento de materiais e de água, entre outras.

Desta forma, investia-se na infraestrutura ao longo das linhas de transporte, melhorando-se o que já havia. Realizava-se a retificação da via permanente, com substituição de 15237 dormentes, projetava-se substituir os bueiros por “boeiros de pedra, de maior duração e de conservação mais econômica”, substituir os fios da linha telefônica entre Passinhos e Conceição – observa-se que estes já haviam sido instalados há uma década, plantar eucaliptos ao longo da ferrovia para produzir lenha e material para os dormentes (BORDINI, 1927, p.304). Estes projetos indicam o desejo de fortalecer esta via de transporte e, ainda, uma preocupação em utilizar materiais renováveis como a madeira do eucalipto e que se encontrassem próximos da via de transporte, economizando os custos com a circulação da madeira até o seu local de processamento. A preocupação com o reflorestamento, como no caso mencionado do carvão vegetal, como forma de suprir o governo com materiais para a sobras, através do plantio de árvores, é um aspecto importante. Embora o objetivo principal não fosse a preservação da natureza, esta não deixa de ser uma ação nesse sentido. Assim, a quantidade de pés de eucaliptos plantados ao longo da ferrovia Passinhos -Conceição era, entre 1926 e 1927:

Tabela 11 - Plantação de eucalipto ao longo da linha férrea Palmares – Conceição, 1926-1927

Passinhos	1170 pés
Pitangueiras	2931 pés
Rancho Velho	4046 pés
Total	8147 pés

Fonte: Relatório de Raul Bordini integrante do relatório geral da SOP, 1927

Além disso, eram implementados dispositivos anti-dunas no litoral norte do Rio Grande do Sul, o que demonstra um reconhecimento prévio da geografia daquela área, bem como a ação do homem no sentido de dominar a natureza, fixando as dunas e controlando a paisagem, como pressuposto para a construção das estações e vias ferroviárias e lacustres de transporte. Segundo Francisco Rodolfo,

É indispensável opor um dique à entrada das areias que gradualmente vão invadindo os terrenos cobertos de pastagens e de mato, peneirando entre os vegetais – grandes ou pequenos – os minúsculos grãos de quartzo que no

correr do tempo não de se transformar tudo em extenso areial (SIMCH, 1934, p.294).

Portanto o desenvolvimento das linhas de transporte até Torres vem acompanhado de modificações em sua paisagem.

Para acompanhar e desenvolver os transportes, procurava-se ampliar as estações³³⁰, com instalação de reservatórios de água maiores, para proporcionar melhores condições para o estabelecimento das populações e dos trabalhadores naquela área e o crescimento econômico da região. A equipe que trabalhava no tráfego da linha férrea Palmares-Conceição tinha como tarefa principal o transporte de carga, mercadorias e materiais³³¹, com a utilização de um total de 632 trens, distribuídos de forma a disponibilizar muito menos trens para o transporte de passageiros do que trens de carga, que, em maior parte, atendiam ao serviço público. O tempo médio gasto em cada viagem, para um trajeto de 54 quilômetros, em média, era de 2 horas e 50 minutos, tendo por ali passado 3.096 passageiros, dos quais 2075 de primeira classe e 1021 de segunda classe. A despesa da seção no período havia sido de 85:154\$613 (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.302). Percebe-se que o transporte ferroviário no trecho Palmares – Conceição era eficaz, com relação ao tempo de percurso, e o transporte de carga, atividade principal, era especialmente para as atividades inerentes ao serviço público. Quanto aos passageiros, percebe-se que este meio de transporte não era popular e acessível a todos, com a maioria dos usuários da primeira classe.

Além do transporte ferroviário, ocorria o transporte de mercadorias e de passageiros através da linha de navegação Conceição – Torres (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.302). Assim como nas ferrovias, o transporte de passageiros era principalmente em primeira classe, com 776 passageiros no período relatado e somente 107 em segunda classe. A exportação a partir dos portos desta linha de navegação era de 2.775.536 quilogramas, um número muito maior do que a importação, de 964.833, naquele período, sendo o Porto de Três Forquilhas responsável por boa parte da exportação, 1.538.688 quilogramas, principalmente de

³³⁰ A estação de Passinhos, neste período, já tinha seu projeto aprovado e contava com um reservatório de ferro em base de alvenaria para 27.000 litros de água. Planejava-se o aumento da estação e trapiche, em Palmares, e a ampliação das estações Urbana e Lacustre, que recebia, naquele ano, reservatórios de cimento armado para 10.500 litros para suas estações (BORDINI, 1927, p.304).

³³¹ A equipe contava com “4 agentes, 3 conferentes, 1 chefe de trem, 5 rondas, 4 guarda-chaves e 10 trabalhadores”, tendo transportado, no período relatado, 778.689,861 toneladas de cargas (BORDINI, 1927, p.302).

madeira (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.305). Logo, as cargas transportadas na navegação fluvial do litoral norte eram essencialmente materiais não industrializados, tendo sofrido poucos processamentos após a extração da natureza, e partiam do litoral.

Havia desafios no transporte entre Palmares e Torres. No caso do transporte fluvial, as despesas eram especificadas por embarcação, tendo totalizado 204:405\$668. Referia-se dificuldade com as reparações das embarcações, apontando-se seu mau estado de conservação e a demora no fornecimento de materiais pela falta de agilidade do Engenheiro Chefe em remeter os pedidos de materiais para a Diretoria, atrasando um processo de chamada de ofertas de concorrentes, que por si só já era demorado (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.305). Isto demonstra que os procedimentos de contratação de fornecedores de materiais requeriam um trâmite burocrático e demorado, passando-se o pedido do chefe de seção ao Engenheiro Chefe e, somente então, à Diretoria, para, ainda, aguardar-se a manifestação dos concorrentes, efetivar-se um contrato de fornecimento, e todas as demais etapas até a obtenção do material naval necessário para efetuar os reparos nas embarcações. O processo de aquisição de material naval parecia, portanto, mais difícil do que nas ferrovias.

Nos portos de Cachoeira, Três Forquilhas, Estácio e Cornélios também eram feitos investimentos. O porto de Cachoeira, “situado na linha Conceição – Torres, á margem direita do rio Águas Paradas, que depois toma o nome de Maquiné”, havia inaugurado seu armazém, de madeira em base de concreto, e o trapiche, em 12 de outubro de 1926, com obra orçada em 25:441\$893. Em Três Forquilhas, uma sondagem geológica ainda deveria determinar o lugar preciso em que deveria ser construído o trapiche e o armazém. Já a construção do porto de Estácio, localizado na lagoa Itapeva, estava mais adiantada, “com a estacada e o aterro prontos, faltando unicamente a construção do armazem”, que já estava em andamento (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.305). Estudava-se a estacada para o porto de Cornélios, que abrangeria todo o comprimento do terreno que havia sido adquirido pelo estado para a construção do armazém (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.306). Este investimento na construção de estações demonstra a intensificação das relações entre o homem e a natureza, com maior permanência dos indivíduos nos locais entre os dois extremos da linha de navegação, isto é, entre Palmares e Torres. Com um fluxo maior de transporte de cargas, surge a necessidade de armazenamento

destas cargas entre uma etapa e outra da circulação dos produtos, em unidades adequadas à sua guarda, e também de instalações que facilitem a interface entre as pessoas e o local de parada das embarcações, com a construção de trapiches e portos que facilitam o trânsito dos indivíduos nas estações intermediárias, ao longo da linha fluvial.

O transporte de pessoas, porém, ainda se desenvolvia lentamente, e não trazia lucro³³². Entre Estácio e Torres, havia uma linha de caminhões que só funcionava “durante a estação balneária, para o transporte de passageiros, bagagens e cargas até à villa de Torres”, contando com um caminhão Dodge e outro Ford. O transporte de passageiros não era uma prioridade, como se vê, não sendo objeto de um investimento para uma solução a longo prazo para conduzir as pessoas à estação balneária. A circulação de pessoas para o turismo era muito menos intensa do que o transporte de cargas, e ocorria de forma sazonal, não trazendo nenhum lucro à administração pública.

Já a linha telefônica entre Conceição do Arroio e o Porto de Três Forquilhas, incluindo o ramal da barra do João Pedro em direção ao porto da Cachoeira, em uma extensão de 73 quilômetros, estava em construção, tendo sido finalizados 42 quilômetros no trecho de Conceição do Arroio até Cachoeira, em quatro meses (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.306). A efetivação dos transportes de cargas demandava uma comunicação eficiente, possibilitando a tomada de decisões eficaz.

Com relação à dragagem dos canais, a draga Júlio de Castilhos, cuja encomenda junto aos *Chantiers Franco-Belges* tinha sido mencionada anteriormente, por intermédio de Basile Malaval, já estava prestes a ser embarcada³³³. A Barra das Malvas e do rio Maquiné haviam sido dragadas, para facilitar a navegação. No Canal do Caconde, procedia-se à construção de “paredes feixes de fachinas”, tendo-se completado 1.500 metros até então. Havia entulhamento na barra sul, em razão dos taludes que haviam desmoronado com as enxurradas, sendo necessária uma limpeza. Também precisava ser desobstruída a bacia do porto de Conceição do Arroio, que apresentava depósitos. Este serviço seria feito pela draga Itapeva (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.306). Como visto anteriormente, a atividade de dragagem

³³² No período referido, 327 passageiros tinham sido transportados, gerando déficit de 1:447\$707 (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.306).

³³³ À época do relatório, duas prestações somando 100:427\$100 haviam sido pagas.

de canais no estado relacionava-se à figura do intermediário Basile Malaval, que atuava em Paris junto aos *Chantiers Franco-Belges*, que projetavam e forneciam as dragas e as peças necessárias para este serviço. Embora a dragagem fosse um procedimento conhecido no Brasil, a França dominava esta técnica, sendo capaz de produzir os instrumentos necessários para realizá-la em países como o Brasil. Apesar do conhecimento em engenharia historicamente construído no Brasil, ainda havia dependência de outros países para a aplicação da técnica à realidade local.

De forma geral, os serviços de dragagem contavam com as dragas Garibaldi, Itapeva, Peixoto e com os batelões lameiros. A draga Garibaldi havia trabalhado na barra do Maquiné, dos Cornélios, dos Quirinos e no porto do Estácio, e estava em reparos de setembro a dezembro de 1926. Sua produção calculada havia sido de 663460 metros cúbicos, com avançamento de 2945 metros lineares. A draga Itapeva havia operado nos canais do Vau, barra das Malvas, Porto Estácio, barra dos Quirinos e porto de Conceição, tendo dragado 36330 metros cúbicos, com avançamento de 1201 metros lineares. Esta draga estava em mau estado, e estimava-se a despesa para repará-la em 46:483\$884. A draga Peixoto, por sua vez, havia trabalhado no sangradouro dos Cornélios, dragando 12048 metros cúbicos, com avançamento de 926 metros e despesa de 17:709\$365. Por fim, em março de 1927, o serviço de transporte recebeu dois batelões lameiros, de 30 metros cúbicos cada um, por intermédio de Basile Malaval. Estes batelões estavam desmontados, aguardando os rebites que deveriam ainda chegar (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.307). Vê-se novamente a presença de Basile Malaval e dos *Chantiers Franco-Belges* no fornecimento de equipamentos para dragagem no estado, essenciais para garantir a qualidade da navegação fluvial, mantendo-se os canais desobstruídos, apesar dos depósitos resultantes das chuvas e do curso das águas. Mais uma vez, o reconhecimento da geografia local e dos possíveis impedimentos à navegação motivaram a intervenção continuada do homem na natureza, garantindo características dos canais compatíveis com o transporte de cargas.

O relatório de Raul Bordini menciona também a barragem do Caí, também chamada de Barragem Rio Branco, que necessitou de reforço na estacada de madeira³³⁴.

³³⁴ A estacada de madeira “estava em péssimo estado, dando escapamento a um volume apreciável d’água” e a barragem necessitava de conserto na porta da eclusa. Sob a supervisão do engenheiro Adolpho Mariante, foi realizado o projeto e a barragem voltou ao seu funcionamento normal. A barragem

Outro aspecto importante para a navegação fluvial na região de Torres era a fixação de dunas. Conforme mencionado anteriormente, no reconhecimento da fisiografia do Rio Grande do Sul por Francisco Rodolfo Simch, a natureza sedimentar recente das dunas e a ação do vento sobre elas modificam a paisagem continuamente. Para fixar as dunas do litoral norte, haviam sido plantadas 83836 mudas de plantas variadas, chamadas de “anti-dunas”, ao custo de 6:433\$960. As mudas de Tramandaí deveriam, no entanto, serem replantadas, em razão de uma grande ressaca de sudoeste que as prejudicou (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.307):

Tabela 12 - Mudas “anti-dunas” plantadas na linha Conceição-Torres, 1926-1927

Caconde e Marcelino	Cerca de 40.000 mudas
Tramandaí	Quase 20.000 mudas
Torres	20.000 mudas

Fonte: BORDINI In RIO GRANDE DO SUL, 1927

Com isso, as intervenções do homem na natureza do litoral norte diversificavam-se e intensificavam-se, nas primeiras décadas do século XX, transformando as paisagens para facilitar a permanência de trabalhadores e de populações na região, favorecendo a circulação de cargas e pessoas. Este relatório tratou, especificamente, das linhas ferroviária e lacustre ao longo do litoral norte, sem abordar, no entanto, o transporte entre o interior e Torres, que é um aspecto diverso a ser tratado nesta pesquisa.

Quanto ao balanço geral de receitas e despesas com o transporte ferroviário e lacustre e melhoramentos na navegação fluvial e lacustre entre Palmares e Torres, feito pelo Engenheiro Chefe Fernando Pons e pelo contador-tesoureiro Antonio da Silva Santos, percebe-se um déficit, no exercício de 1926. As despesas com a desobstrução e a conservação dos canais, dentro da rubrica “melhoramentos da navegação”, representa uma das maiores despesas, chegando a quase quatro vezes a soma das despesas com os outros melhoramentos da navegação, que em 1926 foram os estudos de levantamentos hidrológicos e a fixação de dunas. No entanto, comparando-se especificamente as despesas da linha férrea com a linha de

finalizou o período com déficit de 22:083\$196, mas este balanço incluía, segundo o relator, todos os serviços de melhoria da navegabilidade, como a dragagem (BORDINI, 1927, p.308).

navegação, percebe-se que esta última gerou menor despesa com pessoal e um valor muitíssimo menor de despesa com material. De forma mais ampla, a soma das despesas de pessoal e de material da linha de navegação foi quase um terço da despesa correspondente com a linha férrea, naquele período. Considerando-se despesas e receitas, tem-se um déficit orçamentário como consequência do total geral da despesa no valor de 1426:777\$417 e da receita total de 351:629\$071.

Também foi detalhada a distribuição da receita de acordo com as estações e os portos da referida linha de navegação: Porto Alegre, Palmares, Passinhos, Conceição, Lacustre, Cachoeira, Três Forquilhas, Lageado, Estácio, Torres e Cornélios. A receita total do ano de exercício de 1926 foi de 316:747\$030, sendo 84:875\$780 relativos à navegação e 231:871\$250 referentes à via férrea. A maior fonte de receita nestes portos e estações era decorrente das atividades de mercadorias, carga e descarga e transporte de valores, tanto para a linha ferroviária quanto para a linha de navegação do litoral norte. Isto vai ao encontro das informações contidas no “quadro demonstrativo das passagens emitidas pelas estações e portos, durante o exercício de 1926”, anexo nº 5 deste relatório. Ao longo do referido ano, haviam sido emitidas 3894 passagens de navegação e via férrea, sendo a maior parte destas passagens de 1ª classe, com uma média de 801,5 passagens da navegação e 3092,5 da via férrea, confirmando a tendência apontada anteriormente, de deslocamentos no litoral norte através da navegação e da via férrea menos acessíveis no cotidiano de toda a população, com tarifa de segunda classe. Estes meios de transporte eram utilizados principalmente em primeira classe e a partir da capital, com maior número de passagens emitidas em Porto Alegre. Além disso, estes dados indicam que os usuários utilizavam muito mais as ferrovias do que as embarcações para o deslocamento no litoral norte. Em Três Forquilhas, nenhuma passagem de navegação de segunda classe e nenhuma passagem de via férrea havia sido emitida, o que mostra a pouca utilização destas linhas por passageiros. Em Cachoeira, nenhuma passagem da via férrea havia sido emitida. Em Palmares e Passinhos, nenhuma passagem de navegação havia sido emitida, naquele período (BORDINI, In: RIO GRANDE DO SUL, 1927). O que se conclui é que estes meios de transporte, embora também servissem aos passageiros, obtinham essencialmente sua receita do transporte de cargas e mercadorias. Desse modo, todo o planejamento da SOP do Rio Grande do Sul no sentido de desenvolver as vias férreas e lacustres, naquele

período, voltava-se essencialmente à circulação do transporte de cargas como prioridade econômica.

Vários produtos eram comercializados entre Palmares e Torres. Quanto às mercadorias e cargas transportadas pelas vias ferroviárias e lacustres, o anexo nº 6 do relatório detalha a exportação do exercício de 1926 entre Palmares e Torres, listando o que circulava nos portos e estações de Palmares, Passinhos, Conceição, Lacustre, Cachoeira, Cornélios, Três Forquilhas, Lageado, Fagundes e Estácio. Observa-se que Cornélios exportava somente farinha de mandioca, mas, ainda assim, representava somente uma pequena porcentagem do total das exportações desta mercadoria, 6,06%, no período referido, no trecho Palmares – Torres. O porto de Estácio, por sua vez, era responsável pela maior parte da exportação de casca, 87,18%, e o único a exportar polvilho, mesmo ao se considerar os demais portos e estações das linhas Palmares – Torres. Como visto, Três Forquilhas destacava-se na exportação de madeira, com 23,80 % do total da exportação desta mercadoria, o que confirma o relatório anterior, e também na exportação de crina vegetal, com 97,57 % da exportação total. Nas linhas de circulação de produção do trecho considerado, somente Conceição, além de Três Forquilhas, exportava crina vegetal (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927).

Já no sentido inverso, com relação à importação de mercadorias, a situação era outra para Cornélios, que recebia diversos produtos em seu porto. Os números referentes à importação de mercadorias revelam que as três localidades analisadas importavam menos produtos do que exportavam, o que indica que os meios de transporte ferroviário e lacustre serviam principalmente para escoar a produção local do que para abastecer aqueles portos e estações³³⁵. A circulação de produtos, a partir do local de produção das mercadorias, era mais intensa do que o abastecimento dos portos e estações intermediários com mercadorias, destinadas ao comércio local e à manutenção das populações, como gêneros alimentícios, utensílios domésticos e medicamentos. Percebe-se, assim, que nenhum dos portos e estações analisados constitui uma porcentagem significativa do total geral de importações das localidades compreendidas entre Palmares e Torres (BORDINI In: RIO GRANDE DO SUL, 1927).

³³⁵ Com efeito, em Cornélios, a quantidade de exportação total de produtos era 30.000, contra uma importação de 10.062, no exercício do ano de 1926. Em Três Forquilhas, a quantidade total de importação era muito superior à exportação, com um valor de 1.538.688, enquanto a exportação era de somente 202.911. Por fim, o porto de Estácio representava uma quantidade de importação de 646.141, sendo a exportação 420.856.

Neste mesmo relatório da SOP, de 1927, referente ao ano anterior, Torres Gonçalves discute a circulação do transporte na zona norte do estado e apresenta sua perspectiva sobre a exploração do carvão, na Seção de Terras e Colonização. Como colega de Francisco Rodolfo na SOP, ele divergia sobre os rumos que o Serviço Mineralógico e Geológico do estado deveria tomar, depois da interrupção dos serviços, com a Revolução de 1923, e do episódio da concessão.

A localização da Mina de Gravataí e de Torres aparece em um mapa anexo ao relatório da Seção de Terras e Colonização, em que aparecem as redes de viação construídas, em construção ou projeto e indicadas, ou seja, que se pretendia realizar. Além disso, neste mapa há a indicação da bacia carbonífera e das minas de carvão em exploração, incluindo a Mina de Gravataí³³⁶.

Figura 22 - “Estado do Rio Grande do Sul. Schema dos trabalhos de colonização. Schema de viação, especialmente na zona norte.



Fonte: Mapa anexo ao relatório da Seção de Terras e Colonização (GONÇALVES In: RIO GRANDE DO SUL, 1927)³³⁷.

Com esta visão geral do mapa, pode-se perceber os canais de navegação entre Rio Grande e Porto Alegre, e entre esta capital e o litoral norte, aproximando-se de Torres. Observa-se que a conexão fluvial passando por Porto Alegre ocorre ao longo

³³⁶ Dados estatísticos (12º esboço) organizados pelo Eng. C. Torres Gonçalves, diretor de Terras e Colonização da SOP. Escala 1:2.000.000. 1927”. Desenho de Ernani Muzel.

³³⁷ Parte integrante do relatório da SOP de 1927. Acervo do IHGRGS. Fotografia realizada pela autora em 28/11/2019, Samsung SM-J810M, abertura F1,7, distância focal 3,93mm, sem flash, balanço de branco automático, ISSO 80 e tempo de exposição 1/60s.

do rio Gravataí, sobre a bacia carbonífera, até chegar em seu limite com as lagoas, ao leste. Quanto às ferrovias, havia uma viação entre Porto Alegre e Viamão, que deveria ser prolongada até o litoral gaúcho, passando por Conceição do Arroio, chegando a Torres e percorrendo todo o limite norte do estado, passando por Boa Vista, até chegar em São Borja. As linhas ferroviárias seriam paralelas à navegação fluvial, no trecho que percorria o litoral norte, de Conceição do Arroio até Torres. Este detalhamento da região entre Porto Alegre e Torres e, principalmente, a localização da via fluvial ao longo da bacia carbonífera, podem ser melhor visualizados no detalhe a seguir. A bacia carbonífera está indicada em marrom:

Figura 23 - Detalhe do mapa da viação ferroviária e fluvial do Rio Grande do Sul, em 1927, com localização da bacia carbonífera entre Porto Alegre e Torres

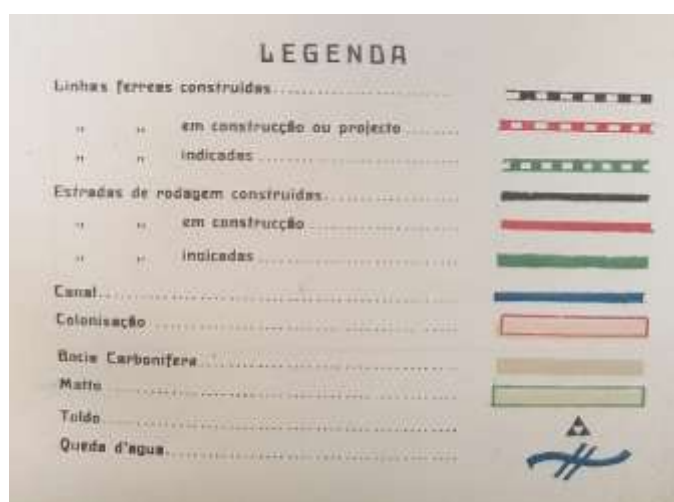


Fonte: Mapa anexo ao relatório da Seção de Terras e Colonização (GONÇALVES
In: RIO GRANDE DO SUL, 1927)³³⁸

³³⁸ Parte integrante do Relatório da SOP de 1927. Acervo do IHGRGS. Fotografia realizada pela autora em 28/11/2019, Samsung SM-J810M, abertura F1,7, distância focal 3,93mm, sem flash, balanço de branco automático, ISO 80 e tempo de exposição 1/60s.

A linha tracejada vermelha indica uma via ferroviária projetada, na época, para ligar Porto Alegre a Viamão, onde localizava-se a mina de carvão de Gravataí. Este era um pedido no qual Francisco Rodolfo Simch insistia, destacando o caráter único desta mina por sua possibilidade de ligação em linha reta com a capital, em um trajeto de apenas 18 km (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.551). As linhas azuis indicam os canais de navegação, chegando em Porto Alegre pela Lagoa dos Patos e partindo de Porto Alegre a Torres, passando por Conceição do Arroio, sobre a bacia carbonífera, prolongando-se pelo litoral norte. A linha verde tracejada indica a via ferroviária que se pretendia construir, ligando Porto Alegre a Torres e conectando Torres com toda a extensão do norte do estado. Entre Palmares e Conceição do Arroio já havia uma conexão ferroviária. A legenda do mapa esclarece a leitura destas informações:

Figura 24 - Legenda do mapa da viação ferroviária e fluvial no Rio Grande do Sul



Fonte: Mapa anexo ao relatório da Seção de Terras e Colonização (GONÇALVES In: RIO GRANDE DO SUL, 1927)³³⁹.

Evidencia-se, no detalhe do mapa, a seguir, que a bacia carbonífera que abrange a Mina de Gravataí estende-se até a área lacustre entre Porto Alegre e Torres, em uma área com uma rede de viação precária, em comparação com o restante do estado, o que dificultava o fluxo do comércio entre Torres e o resto do estado, concentrando esta atividade localmente, pois o município contava com um

³³⁹ Fotografia realizada em 28/11/2019, Samsung SM-J810M, abertura F1,7, distância focal 3,93mm, sem flash, balanço de branco automático, ISSO 80 e tempo de exposição 1/60s.

canal de navegação que o ligava a Conceição do Arroio. Porém, não tinha ferrovias que favorecessem a circulação de mercadorias e pessoas com o resto do estado.

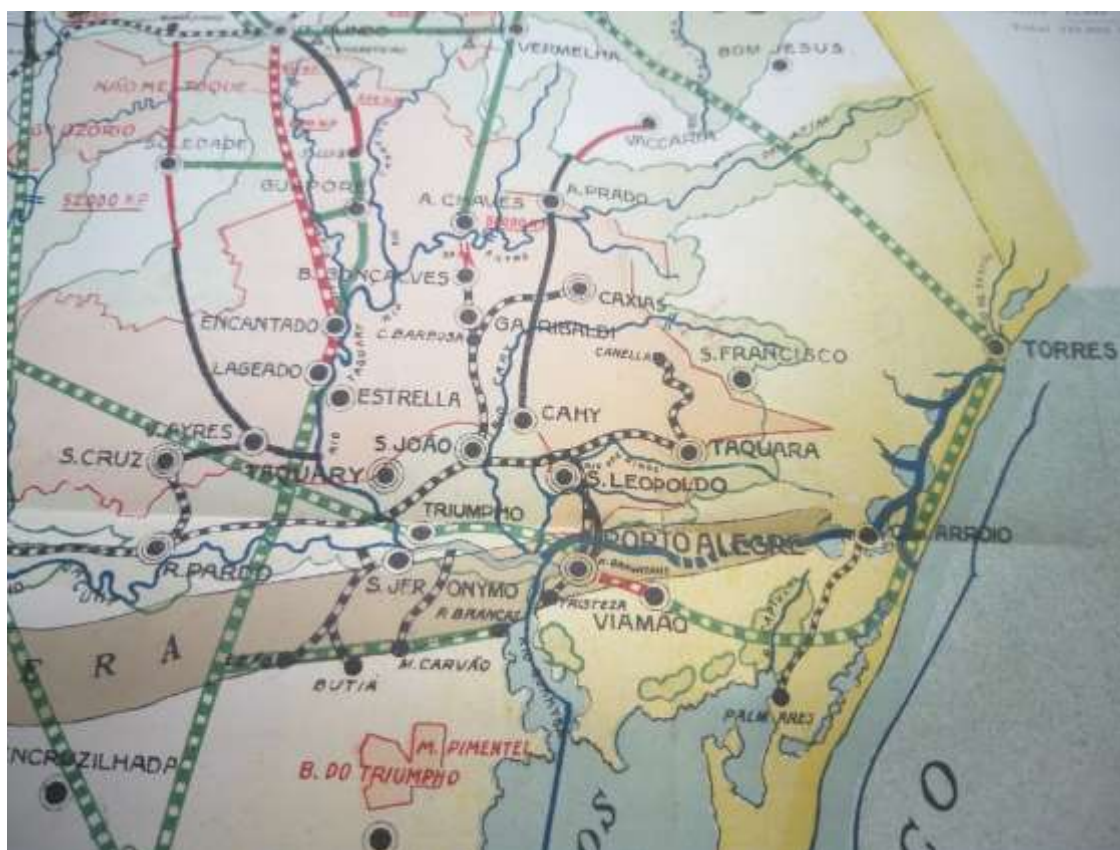
O mapa era acompanhado de informações sobre o estado, organizadas em seções, onde a seção “carvão” apresenta a seguinte descrição:

Comquanto inferior aos bons carvões conhecidos, constituem riqueza considerável e um dos grandes recursos industriaes futuros do estado.

A transformação em energia electrica, á bocca das minas para a utilização em connexão com a energia hydraulica, parece a fórma de aproveitamento mais economica.

Producção anual nas minas em exploração: 244.523 ton (GONÇALVES In: RIO GRANDE DO SUL, 1927³⁴⁰).

Figura 25 - Detalhe do mapa da viação ferroviária e lacustre no Rio Grande do Sul, com ênfase na área entre Porto Alegre e Torres



Fonte: Mapa anexo ao relatório da Seção de Terras e Colonização (GONÇALVES In: RIO GRANDE DO SUL, 1927)³⁴¹

³⁴⁰ ANNEXO do relatório anual da SOP de 1926, publicado em 1927.

³⁴¹ Relatório da SOP, 1927. Acervo do IHGRGS. Fotografia realizada pela autora em 28/11/2019, Samsung SM-J810M, abertura F1,7, distância focal 3,93mm, sem flash, balanço de branco automático, ISSO 80 e tempo de exposição 1/60s.

Portanto, apesar de defesa da qualidade do carvão gaúcho pelo diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, ao afirmar que haveria carvão de boa qualidade no estado, a concepção que se tinha do mineral extraído no estado era de uma fonte de energia de qualidade inferior aos carvões da Europa. Não é, necessariamente, que se duvidasse desta assertiva. Para a diretoria de Terras e Colonização, o carvão gaúcho de qualidade era considerado um recurso industrial para o futuro, ou seja, não era uma riqueza com que se contava no presente, e se deveria, então, extrair energia deste carvão na saída das minas, em combinação com a energia hidráulica. Ora a concessão da Mina de Gravataí acabara de fracassar, com a desistência da construção de uma central geradora de eletricidade. Logo, mesmo que se combinasse a energia elétrica à hidráulica, seria pouco provável que se firmasse novo contrato de concessão para isso, até mesmo porque o governo acabara de reassumir a direção da mina. A geração de energia elétrica não era mais um ponto central para Francisco Rodolfo, depois do arrendamento. Ele inicia uma fase de seu trabalho em que ele não só defende a qualidade do carvão gaúcho, mas começa a comprová-lo cientificamente, a começar pelo seu uso como combustível para os trens, como bem demonstra no ano seguinte, em 1928, em um experimento de utilização do carvão das minas de Gravataí para o transporte ferroviário, com a presença de autoridades, como o Secretário de Obras Públicas, Augusto Pestana (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.525).

Outro ponto de destaque neste mapa está na porção inferior, à esquerda. Lê-se, ali, a seguinte inscrição: “as linhas férreas para Torres deverão ser adiadas até que o porto do Rio Grande haja preenchido o seu destino” (GONÇALVES In: RIO GRANDE DO SUL, 1927). De acordo com o mapa, naquele período, a única conexão ferroviária do Porto de Rio Grande era com Pelotas. No entanto, estava em andamento a construção de uma ferrovia ligando Pelotas com a porção oeste do estado, passando por Canguçu e Caçapava, até chegar na ferrovia que passava por Santa Maria. Planejava-se a construção da ferrovia que ligaria Pelotas ao leste do estado, atravessando a bacia carbonífera, estabelecendo conexão com as minas de carvão de Butiá e São Jerônimo, e chegando até o vale do Taquari. Estas construções que estimulariam a circulação de mercadorias e pessoas entre Rio Grande e o norte do estado, passando por Pelotas, tinham, portanto, prioridade, com relação à futura conexão ferroviária de Torres, que se encontrava em um estágio de desenvolvimento econômico bem inferior a Rio Grande, naquele momento.

Torres Gonçalves desenvolveu mais este conceito de valorização do Porto de Rio Grande em seu relatório, defendendo a “grande linha-ferrea da ligação directa da zona norte á capital do Estado e ao Porto de Rio Grande” (GONÇALVES In: RIO GRANDE DO SUL, 1927, p.537). Para ele, o Porto de Rio Grande seria um centralizador do transporte, sendo necessário priorizar sua ligação com o norte do estado para circular as mercadorias a partir dali e também no sentido inverso. Ora, esta é a concepção oposta àquela de Francisco Rodolfo Simch para o Porto de Torres. Para Francisco Rodolfo, tratava-se de uma questão racional e essencialmente matemática, demonstrada em cálculos, como em seu artigo “O Porto de Torres”: deveria haver um porto ao norte do Rio Grande do Sul, em Torres, para o qual seriam escoadas as mercadorias produzidas na porção norte do estado ou os produtos do comercio com o norte, gerando-se o menor custo de transporte possível, pelo menor trajeto de deslocamento, enquanto o porto de Rio Grande seria utilizado para o escoamento das mercadorias produzidas na porção sul ou para o comércio com o sul, como o Uruguai e a Argentina (SIMCH, 1916). Para Francisco Rodolfo, não haveria um porto de maior ou menor importância, tratava-se de uma questão de racionalidade dos transportes no Rio Grande do Sul.

Logo, em um mesmo período em que Torres Gonçalves e Simch detêm cargos de direção no governo do Rio Grande do Sul, percebe-se divergências importantes quanto à qualidade e à utilização do carvão gaúcho, e também quanto à importância de um porto no litoral norte do estado, que descentralizasse a circulação de mercadorias pelo porto de Rio Grande. Portanto a forma de se pensar o aproveitamento econômico e a circulação dos recursos no Rio Grande do Sul não era um consenso entre os membros do governo, pelo menos com relação ao carvão e ao Porto de Torres.

4 UMA NOVA FASE NA VIDA DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH, A PARTIR DE 1928

*“Como é que existe alguém
Que ainda tem coragem de dizer
Que os meus versos não contêm mensagem
São palavras frias, sem nenhum valor”
(Lupicínio Rodrigues)*

A estratégia de se formar Bacharel em Direito da primeira turma, de 1907, da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, trouxe seus frutos, pois, agora, Francisco Rodolfo Simch estava bem inserido na vida política gaúcha, e havia criado suas próprias relações de sociabilidade. Sua integração como parte do corpo docente da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, onde, em 1909, fundou, juntamente com Leonardo Macedônia Franco e Souza e Manuel André da Rocha, a Escola de Comércio de Porto Alegre³⁴², anexa àquela instituição, trazia-lhe prestígio e o contato

³⁴² O documentário “Simch, prepara o projeto para amanhã” (SIMCH..., 2019) e a dissertação “Movimento da existência de Francisco Rodolfo Simch: lugares de memória, entre os documentos do acervo familiar e a Escola de Comércio de Porto Alegre” (MARC, 2019) consideram documentos, fotografias, projetos, anotações e outros objetos de Francisco Rodolfo Simch foram considerados “lugares de memória”, em razão da aura simbólica de que se revestem, na memória da família e do ensino, de acordo com o sentido atribuído por Nora (1997, p.34): “até mesmo em um local de aparência puramente material, como um arquivo, somente é um lugar de memória se a imaginação o investir de uma aura simbólica. Mesmo um local puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, somente entra nesta categoria se for objeto de um ritual” (NORA, 1997, p.34). Estes trabalhos descrevem a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909, como um momento de introdução do ensino profissional no estado do Rio Grande do Sul (MARC, 2019). A pesquisa demonstrou que a formação profissional propiciada pela Escola de Comércio de Porto Alegre, vinculada à Faculdade Livre de Direito, tinha um diferencial, com relação ao ensino profissional brasileiro do início do século XX. Enquanto o ensino profissional, em seu início, tinha um caráter assistencialista, com o objetivo de possibilitar aos mais desfavorecidos economicamente de ter uma profissão para seu sustento, a Escola de Comércio era uma instituição elitista, que formava pessoas que assumiriam cargos na administração pública e que poderiam prosseguir em estudos mais avançados. Francisco Rodolfo participou da formulação do projeto de ensino desta instituição, e muitos dos princípios que norteiam o “espírito de Gorceix”, na Escola de Minas de Ouro Preto, ali estão presentes: a sólida formação de base, com disciplinas de diversas áreas, como os idiomas e a matemática, por exemplo, a articulação da experiência prática com a teoria, com saídas de campo, e a reflexão como forma de construção do conhecimento, ao invés da mera repetição de conteúdos. Apesar da fundação da instituição ter ocorrido em 1909, ela nada tem a ver com a lei de Nilo Peçanha de 1909 sobre o ensino técnico (BRASIL, 1909), que previa a criação de uma instituição de ensino profissional por unidade da federação, para aquelas que não a tivessem: “através do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909 cria, nas capitais dos estados, as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs) destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. O objetivo seria habilitar os alunos aprendizes nas seguintes profissões: carpinteiro – marceneiro, sapateiro, correeiro· seleiro, alfaiate, funileiro – bombeiro, sericultor· apicultor e jardineiro. Anexo a elas havia escolas noturnas com o ensino primário assim como o de noções relativas às profissões escolhidas” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2020). No caso do Rio Grande do Sul, já havia uma instituição de ensino profissional nestes moldes do princípio da educação profissional, que era o Instituto Técnico Profissional, vinculado à Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre: “o decreto n. 7.763, de 23 de dezembro, efetuou algumas alterações na organização aprovada pelo decreto n. 7.566. Dentre estas, destaca-se a não obrigatoriedade de fundação de escola

com os alunos, que ele apreciava. A partir de então, seu envolvimento com a administração pública e com o ensino aumentou cada vez mais, tornando possível contribuir com a possibilidade de concretizar o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, orientado pelo propósito da política de viação de Borges de Medeiros, de 1913.

Fotografia 30 – Francisco Rodolfo Simch, Centro Histórico de Porto Alegre, década de 1930



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Conforme visto precedentemente, a Revolução de 1923 causou a interrupção da exploração das Minas de Gravataí e os projetos vinculados àquele empreendimento. Mais ainda, provocou grandes modificações políticas no Rio Grande do Sul:

O desfecho da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul determinou a reforma constitucional e a revisão dos procedimentos políticos. Borges de Medeiros garantiria sua permanência na presidência do estado, mas a facção palaciana borgista saíra enfraquecida do episódio, tanto diante das oposições coligadas, quanto frente ao próprio partido dominante, o PRR.

onde houvesse instituição congênere custeada ou subvencionada pelo governo estadual, que poderia ser, igualmente, auxiliada pelo governo federal. Foi o que ocorreu no Rio Grande do Sul, onde existia o Instituto Técnico Profissional, sediado em Porto Alegre” (ARQUIVO NACIONAL, 2023). Segundo Kremer (1969, p.275), a Escola de Engenharia foi fundada em 10 de agosto de 1896, e “apresenta-se como o fundamento do ensino técnico no Rio Grande do Sul”, pois o Instituto Técnico Profissional, criado em 1906, sob a Presidência de Borges de Medeiros, chamado, a partir de 1916, “Instituto Parobé”, em homenagem ao engenheiro e professor João José Pereira Parobé, funcionava na Escola de Engenharia (PAROBÉ, Escola Técnica Estadual, 2023).

A reafirmação das lideranças locais bem como da nova geração de políticos, após anos de recuo em face do sacerdote palaciano da política regional, ficou evidente por ocasião do Congresso do Partido Republicano, realizado entre 5 e 15 de outubro de 1923 no Theatro São Pedro, em Porto Alegre. O partido, que havia muito tempo não se reunia, foi convocado por Lindolfo Collor e outros correligionários, em plena guerra civil, para reiterar a confiança dos republicanos na chefia de Borges, gesto que, num momento de fraqueza do mesmo e de ameaça de intervenção federal, certamente hipotecou o capital político do líder (AXT, 2002, p.119)

Com a saída de Borges de Medeiros como Presidente de Estado, sendo sucedido por Getúlio Vargas, depois de um longo período de continuidade do seu governo, com 5 mandatos como Presidente do Estado, modificaram-se as estratégias políticas do Rio Grande do Sul. Este era um momento de significativa mudança da política castilhista, pois a continuidade administrativa era uma das recomendações do positivismo de Auguste Comte, transformada, por Júlio de Castilhos em “artigo que permitia a reeleição do presidente desde que este obtivesse três quartas partes dos votos”, garantindo ao Presidente do Estado “uma legitimidade de teor plebiscitário” (BOSI, 1992, p.282), portanto o ano de 1928 foi marcante para a administração pública do Rio Grande do Sul. Em consequência disso, alterou-se também a estrutura da SOP, à qual estava subordinado o Serviço Mineralógico e Geológico do estado:

Ao assumir o governo, em janeiro de 1928, Vargas procurou, logo de saída, imprimir uma imagem de dinamismo, desengavetando antigos projetos, propondo novos, e incorporando reivindicações dos produtores e opositoristas. Na pauta do momento, figuravam com destaque o serviço de transporte, o financiamento à produção agropecuária, de longa data em crise, e, embora menos falado, mas nem por isso menos angustioso, o saneamento do déficit estatal, caminho necessário para a elevação do nível das transações comerciais e financeiras no Rio Grande. Nas entrelinhas, tracejava-se novo desenho do aparelho de estado, através do alargamento do projeto intervencionista, de reformas tributárias e da construção de uma nova mística do poder (AXT, 2002, p.123).

Esta mudança no governo estadual trouxe muitas frustrações para Francisco Rodolfo Simch quanto ao prosseguimento de suas atividades na direção do Serviço de Mineralogia e Geologia e na mineração em Gravataí. A despedida de Borges de Medeiros como Presidente do Estado do Rio Grande do Sul foi, pois, um evento marcante em sua trajetória.

Sendo assim, em 23 de janeiro de 1928, ele representou os funcionários públicos do estado em um discurso em homenagem a Borges de Medeiros³⁴³. Em seu

³⁴³ A FEDERAÇÃO. As homenagens que foram prestadas hoje ao dr. Borges de Medeiros. Porto Alegre, 1928, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/63116>. O Prof. Dr. Miguel Frederico

discurso, ele demonstra estar totalmente de acordo com Borges de Medeiros, apoiando-o incondicionalmente em sua atuação política.

Francisco Rodolfo demonstrou, publicamente, em 1928, que Borges de Medeiros era apreciado e respeitado por diversas categorias profissionais do estado do Rio Grande do Sul como um gestor eficiente. Ele menciona a unanimidade dos funcionários públicos com este posicionamento, “desde o mais obscuro e humilde servente de repartição até o mais graduado director geral de serviços”, tratando-se este gesto de solidariedade e de respeito, segundo ele, de uma “obrigação moral e social” (A FEDERAÇÃO, 1928, p.3).

A seguir, Simch procura contextualizar as circunstâncias em que Borges de Medeiros deixava a Presidência do estado, explicando a complexidade das sociedades, “cheias de surpresas e de imprevistos, de contradicções, expostas a golpes e contra-golpes”, em que as leis normatizam o modo de agir para se proporcionar o maior bem-estar social possível, o governo “é o *agente* dessa difficilima atividade”; o funcionalismo público um dos seus instrumentos de ação, e “o povo é, simultaneamente, seu objecto, seu fim e, por paradoxal que pareça, sua causa primeira” (A FEDERAÇÃO, 1928, p.3).

Diante da difícil e complexa tarefa de guiar a sociedade, Francisco Rodolfo explica que erros podem ser cometidos na administração pública, porém se deve distinguir dois tipos de erro. Por um lado, segundo ele, há o erro intencional, objetivando colocar interesses pessoais à frente dos interesses da coletividade, em que “o agente será passível de reprovação, quiçá da execração publica”. Entretanto, ele explica que este não seria o caso de Borges de Medeiros. Para Francisco Rodolfo e, segundo ele, para a unanimidade dos funcionários públicos do estado, Borges de Medeiros encaixar-se-ia em um outro tipo de erro da gestão pública, o erro não intencional, em um contexto em que o administrador não dispõe de informações exatas e completas, o que o leva a tomar decisões equivocadas. Neste caso, em sua opinião, “ninguem por elle poderá ser inculpado e nesse numero”, ou seja, Borges de Medeiros não tinha culpa nenhuma por algum erro em sua gestão. De acordo com seu discurso, somente a “História” pode julgar personalidades como Borges de Medeiros, e isto depois de, provavelmente, alguns séculos, porque ali, naquele momento, tanto amigos quanto inimigos contemporâneos do referido político não

do Espírito Santo, Presidente do IHGRGS, contribuiu para a presente pesquisa ao destacar este discurso e se disponibilizar para discutir o tema.

poderiam avaliar o assunto com a objetividade necessária. Acima de tudo, dever-se-ia levar em consideração que são “os homens imperfeitos e que a propria perfeição é mera tendencia – curva de que o progresso é asymtota, isto é que elle nunca poderá attingir” (A FEDERAÇÃO, 1928, p.3).

Para Francisco Rodolfo, Borges de Medeiros foi “modelar, austero, disciplinado e, por tanto, disciplinador, honesto e bem intencionado”, sendo para os funcionários públicos do estado um “guia seguro e conductor sereno”, ao qual eram gratos (A FEDERAÇÃO, 1928, p.3).

Esta sua declaração enfática define sua orientação e suas escolhas políticas, como membro do governo. Nesse sentido, Balbinot (2008, p.52) distingue os republicanos históricos, como Borges de Medeiros, que se mantinham muito próximos do castilhismo, com o objetivo de consolidar uma república já formada, da “geração de 1907”, representada por Getúlio Vargas, que atua em uma república estabelecida e pode, assim, destacar-se da influência das teorias positivistas. Sobre a construção do Porto de Torres, Vargas manifestava seu interesse pelo projeto em sua Mensagem como Presidente do Estado para a Assembleia, em 1928³⁴⁴. Como vantagens, apontava o desenvolvimento dos transportes, a diminuição do frete e a melhor competitividade face à concorrência dos produtos gaúchos junto aos consumidores. Mencionava a redução no tempo de transporte até o Rio de Janeiro, em comparação com o Porto de Rio Grande. Fazia, além disso, alusão aos estudos anteriores que comprovavam esta possibilidade. Para ele, seria uma “revolução econômica” ligar a região da serra, com sua produção agrícola, à capital do estado. Reconhecia que as administrações anteriores também desejavam esta obra, mas que somente naquele momento ela seria viável, em razão da prosperidade econômica vivenciada e da conjuntura econômica mundial. Sendo assim, Getúlio Vargas encaminhou pedido de concessão ao Governo Federal, por intermédio da representação do Rio Grande do Sul no Congresso Nacional (MENSAGEM, 1928, p.24).

Embora Francisco Rodolfo Simch tenha se formado com a primeira turma de Bacharéis da Faculdade Livre de Direito, em 1907, tendo sido colega de turma de Getúlio Vargas, ele não parece representar tipicamente o posicionamento político da “geração de 1907”. No decorrer do ano de 1928, a forma como ele demonstra sua admiração e preferência pela gestão de Borges de Medeiros, um republicano histórico,

³⁴⁴ MENSAGEM do Presidente do Rio Grande do Sul à Assembleia, 1928, p.24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2425> . Acessado em 20/10/2020.

em contraste com seu descontentamento com a forma de Getúlio Vargas de conduzir o governo estadual, indica um posicionamento político claro. Nesse sentido, é fundamental contextualizar as relações entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, em 1928, no período de transição do governo estadual:

Quando da necessidade de indicação de um representante para a eleição de presidente do Estado em 1927, Borges de Medeiros novamente não concordou prontamente com a indicação de Getúlio Vargas, a possibilidade imediata de substituição seria de um representante dos republicanos históricos, que seguiriam atentamente a cartilha proposta por Borges de Medeiros. Entretanto, diante da contrariedade das oposições a eleição de um representante totalmente fiel a Borges de Medeiros e diante da possibilidade de apoio dos opositoristas à indicação de Getúlio Vargas, Borges de Medeiros cedeu e aceitou que Getúlio Vargas ocupasse seu lugar, ainda que somente na esfera administrativa, pois Borges de Medeiros continuou sendo o presidente do PRR. As relações mantidas entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas nunca foram amistosas, apesar de os dois agirem politicamente no mesmo partido, as divergências eram realmente gritantes. Tanto na questão comportamental em relação ao tratamento despendido aos opositores, onde Borges de Medeiros sempre levou seus adversários a ferro e fogo e Getúlio Vargas por sua vez buscou sobremaneira uma ação conciliadora. Chegando a questões administrativas tendo Borges de Medeiros um posicionamento baseado nas teorias positivistas, enquanto Getúlio Vargas seguia um posicionamento mais liberal. Apesar destas divergências, estes políticos em certos momentos acabavam se aproximando devido a necessidades, Borges de Medeiros utilizou a força de Getúlio Vargas em alguns momentos para conciliar, enquanto Getúlio Vargas aceitou se submeter a tutela de Borges de Medeiros, pois estava ciente de que longe do líder republicano não teria condições de desenvolver sua carreira política (BALBINOT, 2008, p.138).

Levando-se em conta estas considerações sobre os posicionamentos políticos de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, em 1928, e a preferência explícita de Francisco Rodolfo Simch pela gestão estadual do antecessor, pode-se perceber uma afinidade maior de Simch com as teorias positivistas e com os republicanos históricos. Talvez esta sua compatibilidade maior com os republicanos históricos do que com a “geração de 1907” se deva ao fato de que ele, ao se formar com a primeira turma de Bacharéis da Faculdade de Direito, em 1907, havia concluído sua segunda formação acadêmica, consecutivamente à Escola de Minas de Ouro Preto. Portanto Francisco Rodolfo era um pouco mais velho do que seus colegas bacharéis, tendo cerca de 30 anos de idade quando concluiu sua segunda formação. Provavelmente esta diferença de idade e sua maior experiência profissional com o pai e o círculo de amigos paterno fizesse com que ele tivesse maior identificação com os republicanos históricos.

Sendo assim, a mudança na gestão estadual, em 1928, constituiu uma nova fase no trabalho de Francisco Rodolfo Simch e nas suas relações políticas, levando-o a se adaptar a uma nova conjuntura.

Fotografia 31 – Francisco José Simch (1851–1928)



Fonte: Acervo pessoal de Francisco José Simch Jr.

Além disso, em 23 de novembro de 1928, outra grande mudança em sua vida foi o falecimento do seu pai e companheiro de trabalho, Francisco José Simch, aos 78 anos³⁴⁵ de idade, que, na época, atuava como desenhista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul³⁴⁶. Francisco José era lembrado como “cidadão cujos predicados moraes lhe valeram o alto apreço de que desfructava na nossa sociedade tendo vivido vida de trabalhador infatigavel e cheio de virtudes”, “espírito culto e affavel”, a quem o governo do estado prestava suas homenagens, representado por Luiz Vergara, do gabinete presidencial (A FEDERAÇÃO, 1928, p.2³⁴⁷). O único bem que deixa é um sobrado, ocupando dois terrenos, na rua dos Andradas, em Porto Alegre, o que indica

³⁴⁵ No inventário de Francisco José Simch, a viúva Emma Wild Simch, declara: “a) que o inventariado, Coronel Francisco José Simch, faleceu, nesta capital, onde era domiciliado, no dia 23 de novembro de 1928, no estado de casado, e sem deixar testamento; b) que o *de cujus* deixou os seguintes filhos, todos maiores: 1. Dr. Francisco Rodolpho Simch; 2. Dr. Carlos Alfredo Simch; 3. Dr. Waldemar Simch e 4. D^a Eleonora Simch de Assis, casada com o Tenente Coronel Jocelino Pacheco de Assis; c) que o único bem de herança é o seguinte: um sobrado, números 1757 e 1759, situado na rua Andradas, nesta Capital, com trez portas no pavimento térreo. O respectivo terreno que mede 5,95m de frente por 40,90m de frente a fundo, onde se divide com propriedade de sucessores de D^a Margarida Burkhard, dividindo-se pelo Nascente com propriedade de sucessores de Sebastião Dorneles e pelo este com dita de Helena Burkhard.” (C DO CÍVEL N7.42, M18, APERS, 1929, p.8-9).

³⁴⁶ Francisco Rodolfo foi Diretor do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

³⁴⁷ A FEDERAÇÃO. *Necrologia: Francisco José Simch*. Ed. 268, p.2, 23 de novembro de 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/65301>. Acessado em 12/10/2022.

um padrão econômico condizente com as atividades que realizou em vida³⁴⁸. Em 12 de março de 1896, como Chefe da 2ª Seção de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, Francisco José havia conquistado estabilidade financeira e econômica que lhe possibilitava adquirir uma casa própria³⁴⁹ para a família viver, porém, desde então, não enriqueceu nem aumentou seu patrimônio de maneira desproporcional ao trabalho que prestava como funcionário público do estado do Rio Grande do Sul. Como acionista da empresa alemã *Nordwestbahngesellschaft*, falida no início do século XX, não se tem notícia de que tenha sido ressarcido pela sua cota de investimento, apesar da sentença de execução em seu favor. O inventário de Francisco José Simch foi realizado no ano seguinte à sua morte, em 1929. A inventariante foi a viúva, Emma Wild, que era herdeira, junto com os quatro filhos³⁵⁰. Este evento marca o fim de uma fase do trabalho na mineração de Francisco Rodolfo.

4.1 O COQUE DO “CARVÃO GRAVATAÍ” E A VALORIZAÇÃO DA HIDROLOGIA E DA EXPLORAÇÃO ESTATAL DO WOLFRAM (1927-1928)

*Todos estes factos saltam aos olhos
(de quem, aliás, os tenha,
ou delles se queira servir)”.*
(Francisco Rodolfo Simch)

³⁴⁸ Para se ter uma ideia do valor do bem deixado em herança, o imposto sobre imóveis em 1927, pago por Francisco José Simch, havia sido de um total de 414000 para o terreno de número 1757 e no valor de 812420 para o terreno de número 1759, perfazendo um total de 1226400, mais 12440, ou seja, total de 1349040, ou um conto trezentos e quarenta e nove mil e 40 réis.

³⁴⁹ Conforme declara a viúva e inventariante, Emma Wild Simch, a casa adquirida pelo casal havia sido registrada no Livro 3 A, fls.32, número 9196 do 1º Registro de Ofício, na data do aniversário de Francisco José Simch, em 12 de março de 1896. A origem do imóvel foi compra e venda por escritura pública lavrada em 11 de março de 1896 pelo notário Francisco Pereira Santos, Livro 41, fls.88, sendo vendedores Amphilóquio Peixoto de Miranda e outros e adquirentes o casal Francisco José Simch e Emma Wild Simch, casados em comunhão de bens (C DO CÍVEL N7.42, M18, APERS, 1929, p.39-43).

³⁵⁰ É interessante observar que a filha Eleonora Simch de Assis, embora estivesse presente para a realização do inventário, necessitava de procuração do marido para poder receber sua herança, já que o casal residia, naquela época, no Ceará e somente ela viajou para Porto Alegre. A realidade feminina era bem diferente daquela dos seus irmãos, homens. Na procuração, o constituinte é o seu marido, o Tenente Coronel Jocelino Pacheco de Assis. Eleonora, por sua vez, faz uma procuração para o irmão, Francisco Rodolfo Simch, para que a represente. Traslado da procuração feita pelo Notário Pergentino Maia, Fortaleza, 05/12, 1928, em Fortaleza para Porto Alegre, notário Zeferino Ribeiro, testemunhas Augusto Ther, Francisco Dias. Livro 33, fl.48 (C DO CÍVEL N7.42, M18, APERS, 1929, p.8-9). Coronel, Jocelino Pacheco de Assis era professor no Colégio Militar de Fortaleza e, mais tarde, tornou-se subcomandante do Colégio Militar, em Porto Alegre (CORREIO DO POVO, 1937, p.1), retornando a família formada com sua esposa Eleonora Simch de Assis para a capital gaúcha. O filho Waldemar já morava em Alegrete, quando o pai faleceu, mas compareceu pessoalmente em cartório para dar procuração para o irmão Rodolfo. Já o filho Carlos Alfredo Simch dá procuração ao Dr. Clotário Soares Pinto, advogado (Porto Alegre, notário Zeferino Ribeiro, testemunhas Augusto Thor, Francisco Dias. Livro 388, fl.71).

Como visto, o Serviço Mineralógico e Geológico havia sido criado como parte da SOP, e seu diretor nomeado era Francisco Rodolfo Simch, deixando-se a direção do Museu Júlio de Castilhos sob direção provisória. Houve um período de interrupção da mineração estatal, devido à Revolução de 1923, como referido anteriormente, seguida de um contrato de concessão que foi rapidamente rompido. Com a retomada dos serviços pelo estado, em 1926, Francisco Rodolfo exerceu novamente esta função de direção, a partir de 26 de janeiro daquele ano, primeiramente como cargo em comissão, passando ao exercício efetivo a partir de 17 de maio de 1928 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.519).

O Serviço de Mineralógico e Geológico tinha um Regimento Interno, em que, segundo os artigos 13 e 14, cabia à direção deste serviço:

A pesquisa systematica da composição e estrutura do sólo e do sub-sólo sulriograndense até a lavra daquelas minas e fontes que o Estado julgue conveniente explorar por si. E como estes trabalhos se hão de registrar graficamente é também incumbencia especial a de organizar-se o mappa geologico do Rio Grande do Sul.

Apezar da immensa importancia dessa materia – já pelo seu lado economico e industrial, já pelo administrativo – somente a lavra de carvão de pedra – por circunstancias especiaes – tem sido realisada com exclusão de todas as outras pesquisas e trabalhos; mais de uma vez, como consta dos relatorios respectivos, alvitrei se iniciassem estudos de problemas de grande vulto industrial e economico e até foram organisadas para isso instruccções aprovadas em 1917: motivos de varias especies obstaram a sua realisação (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.519-520)

Isto demonstra que o propósito da repartição ia além da exploração do carvão, objetivando o reconhecimento estratégico das riquezas geológicas do estado. No Relatório da SOP de 1928, em que Francisco Rodolfo Simch publicou seu relatório do Serviço de Mineralogia e Geologia, que se referia ao período de 1º de janeiro de 1927 a 31 de maio de 1928, ele esclarecia justamente, que o estado havia priorizado a extração do carvão mineral, com relação a outros aspectos da geologia regional, no referido período. Isto decorria das circunstâncias da Primeira Guerra Mundial, em que o Rio Grande do Sul, assim como outros estados brasileiros, encontrava sua economia vinculada à energia proveniente do carvão importado, principalmente da Alemanha. Com o conflito mundial e a indisponibilidade deste recurso mineral importado, o Brasil passou a uma política de desenvolvimento e proteção da exploração carbonífera nacional, em que o Rio Grande do Sul, como importante reserva de carvão do país, adquiriu grande relevância.

No entanto, agora, no final da década de 1920, passada a Primeira Guerra Mundial, Francisco Rodolfo considerava importante ampliar as pesquisas geológicas e identificar outras riquezas minerais no estado, sem abandonar o carvão, que também era fundamental.

Por ocasião da Primeira Grande Guerra, o Brasil sofreu em sua estrutura econômica pela quase paralisação do tráfego marítimo internacional e do seu próprio. Por outro lado, este problema impulsionou o governo a explorar o carvão nacional. Esta situação se repetirá posteriormente, e com força ainda maior, com o advento da Segunda Guerra Mundial:

Assim, entre 1914 e 1918 a Mineração do carvão lucrou enormemente porque, das necessidades das crises decorrentes, e então incontornáveis, geradas pelas Guerras, nasceu a INDÚSTRIA CARBONÍFERA NACIONAL. Come feito, vários tipos de isenções e leis especiais possibilitaram na prática, que Cias. Nacionais ou estrangeiras de transporte consumissem o Carvão Nacional. Sabemos que o tráfego marítimo em 1º lugar, depois as locomotivas e, por fim, as antigas fábricas de gás, foram os grandes consumidores sucessivamente, em tempos atrás do Carvão Mineral, fora e dentro do Brasil (SUSZCZYNSKI, 1979, p.8).

Para restabelecer a economia brasileira, a partir de 1916 e 1917, haviam sido tomadas medidas para proteger e consolidar a indústria carbonífera nacional, o que tornou possível aumentar, até 1930, a produção de carvão para 350.000 t/ano (SUSZCZYNSKI, 1979, p.8-9). Entretanto, a criação do mercado interno brasileiro de consumo de carvão mineral só ocorrerá a partir de 1931, com o Decreto nº 20.089, que determinará “a taxa de aquisição obrigatória de 10% de Carvão Nacional sobre o IMPORTADO”, levando à duplicação da produção em apenas 6 anos, com uma produção de 762.780 toneladas de carvão em 1937 (SUSZCZYNSKI, 1979, p.9).

Como parte desta política, a fundação do Serviço Mineralógico e Geológico permitiu que as atividades na Mina de Gravataí fossem, de fato, iniciadas, no contexto da Primeira Grande Guerra, para suprir o carvão importado que se tornava indisponível no mercado. Esse havia sido o fruto do trabalho de Francisco Rodolfo Simch e de seu pai na prospecção da área na primeira década do século XX, como Diretor do Museu Júlio de Castilho. Em 1919, ele havia redigido seu projeto de ampliação da exploração do primeiro poço de exploração de carvão de pedra, de prospecção, que foi, na década de 1920, interligado com o Poço n.2, chegando-se, no final de 1927, a galerias com 436,5 metros de extensão (SUSZCZYNSKI, 1979, p.9).

Esta foi uma exploração pioneira de uma jazida de carvão do estado do Rio Grande do Sul, em grande escala:

Quando foi da conflagração européa o Exmo. Snr. Dr. Presidente de Estado de então, avaliando bem a importancia do assumpto creou o Serviço Geologico e Mineralogico encarregando-o de, no momento, atacar o problema da hulha que escasseava no mercado e assim se fez. Os trabalhos foram iniciados com pleno exito no valle do rio Gravatahy, nas proximidades da Capital, em continuação a pesquisas feitas pelo diretor do Museo do Estado em 1910 e 1911.

Verificada a existencia da camada foi excavado um pequeno poço de prospecção e depois de uma série de ensaios e estudos ficou resolvido a criação de uma hulheira aparelhada para fins industriaes. Estes estudos foram feitos com assistencia do especialista inglez, Mr. Rupert Newton, contractado para tal fim. O movimento subversivo de 1923 paralysou os trabalhos que só foram retomados em 1926. (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.324)

A referência de Francisco Rodolfo Simch à Revolução de 1923 como “movimento subversivo” reforça sua posição como borgista ou chimango, em oposição aos revolucionários Assisistas ou Maragatos. Em sua atuação, encontra-se o “conceito borgista de bem público” como parte de uma “organização político-administrativa do Estado, prosperidade material do mesmo e, principalmente, educação moralizadora do povo que fortaleça o império do regime da virtude” (RODÍGUEZ, 2000, p.116). Este é um alinhamento político coerente com a trajetória do pai, Francisco José, maçom, castilhistas, e engajado na defesa de São Gabriel, durante a Revolução Federalista. E o ano de 1928 marca, justamente, o falecimento de seu pai, companheiro de trabalho, como um marco em sua trajetória.

No Rio Grande do Sul, apesar de reconhecer e defender a importância da exploração do carvão, Francisco Rodolfo Simch expunha outros assuntos que também considerava urgentes, como a pesquisa e o estudo das águas superficiais e subterrâneas do estado (SIMCH, 1928, p.520).

Ele considera a água importante para o abastecimento da população e para o desenvolvimento da agricultura. No entanto, estes recursos não eram bem identificados e explorados. Nesse sentido, Simch alegava que o Serviço Mineralógico e Geológico do estado dispunha do equipamento necessário para estudar a hidrologia regional e combater a seca, para fortalecer a agricultura e a pecuária e, conseqüentemente, para desenvolver a economia gaúcha. Não fazia sentido, segundo ele, o estado dispor de águas na superfície e no subsolo e, ao mesmo tempo, sofrer

com a estiagem, prejudicando a agricultura pela falta de manejo dos recursos que a natureza colocava à disposição.

Francisco Rodolfo pontuava, ainda, que “temos mesmo a obrigação moral de não ficar atrás dos nossos vizinhos platinos que já puzeram mãos á obra” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.520). Isto indica que o Brasil tendia a se tornar tecnologicamente atrasado, com relação aos vizinhos platinos, que já haviam investido nesta técnica e, em breve, colheriam os resultados deste investimento. Havia, assim, a preocupação com a competitividade do Brasil, com relação aos seus vizinhos latino-americanos, no comércio internacional.

Com relação aos minérios, Francisco Rodolfo argumentava que, para aproveitar os minérios gaúchos, de forma geral, o governo precisava identificar e estudar as jazidas existentes, cuja exploração por empresas e particulares não era devidamente controlada, nem regulamentada. Quanto a minérios de alto valor comercial, Francisco Rodolfo menciona, especificamente, que o wolfram e o estanho eram lavrados de forma irregular no estado, embora não houvesse, então, informações detalhadas sobre tais jazidas (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.9-10). Assim como no caso da posse de terras, também lhe causava preocupação da exploração destas riquezas sem o controle do estado, de modo que este assunto merecia, segundo ele, uma regulamentação mais rigorosa.

Ele explica que a exploração do cobre, na região central do estado, não ocorrera devido a informações inconsistentes transmitidas aos investidores estrangeiros e às dificuldades ligadas à negociação dos terrenos e à estrutura de transporte para os produtos (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.10). Vê-se aqui que, mais uma vez, o tema da posse da terra interfere na exploração dos minérios. Este assunto é amplamente discutido no seu “Programa de Economia Social”, em que apresenta a legislação de diversos países. Simch explica a diferença entre a posse do solo acima e abaixo da superfície como um ponto central para a apropriação dos minérios pelo estado.

Faltava identificar a extensão da presença dos minérios no estado. Sobre a mineração de cobre, menciona a presença deste metal na Colônia Guarany e em Santa Rosa, áreas em que não havia ainda sido feito um estudo sistematizado (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.10). Assim como seu pai, ele vê a necessidade de o governo identificar e repertoriar suas terras, seus minérios, suas riquezas, antes que nada mais economicamente rentável restasse para o governo administrar, em razão

da exploração indiscriminada dos recursos naturais por particulares e empresas sem legitimidade para tal ação.

Além disso, os recursos naturais eram muitos e variados, podendo trazer riqueza para o estado. Um exemplo disso eram as rochas do Rio Grande do Sul. Havia calcário para a fabricação de cal, sendo que alguns tipos poderiam ser utilizados para produção de cimento do tipo *Portland*, e outros para aplicação em adubos (SIMCH, 1928, p.10). Isto ilustra a variedade de riquezas minerais no estado e suas aplicações na indústria gaúcha, mas era necessário que o governo manifestasse seu interesse em desenvolver e ampliar a exploração dos minérios.

Apesar do conhecimento que se tinha da existência de carvão no Rio Grande do Sul, persistiam obstáculos à sua exploração e aproveitamento pelo governo. Na seção do relatório que trata do carvão de pedra, Francisco Rodolfo reprova a falta de seriedade com que se debatia a qualidade do carvão gaúcho, dando-se voz à concorrência, interessada em desqualificar este produto, para fortalecer o monopólio, e também a pessoas cientificamente despreparadas para opinar:

Esta substancia, conhecida ha mais de um seculo em territorio riograndense, lucha ainda hoje com grandes dificultades provenientes umas de sua natureza especial e outras – as mais numerosas – creadas pela concurrencia e pela má vontade; neste particular é curioso observar como qualquer pessoa julga-se competente para decidir em assumpto de tamanha relevancia e o mais curioso ainda é opinarem todos pela imprestabilidade do carvão nacional: *não presta...* e com isto está passado o Rubicon. (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.521)

Desse modo, apesar da política recente de proteção da produção do carvão nacional, iniciada durante a Primeira Guerra Mundial, havia uma “violenta, tenaz e proteica campanha contra o uso de carvão nacional”, com motivos de ordem mercantil e técnica (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.521-522). Um dos argumentos que sustentariam a ideia de que a qualidade do carvão gaúcho seria pior do que aquela do carvão estrangeiro baseava-se na característica do valor térmico. Assim, seria necessário empregar uma quantidade maior de carvão nacional para se obter o mesmo resultado, em termos de calorias, do que o carvão inglês, por exemplo. Simch apresenta, nesse sentido, as seguintes proporções:

[...] a relação de 2,5x1; em casos de um pouco melhor escolha baixará para 2x1; em casos raríssimos vae a 1,7x1; isto é, procura mostrar-se estarem as calorias nas relações de 3.200x8.000; 4.000x8.000; 4.700x8.000. O typo de referencia é o carvão estrangeiro comum: de 8.000 calorias e cotejando os

combustíveis pelos preços respectivos – 80\$000 o estrangeiro e 45\$000 o nacional – verifica-se se o nosso muito caro (SIMCH, 1928, p.522)

Portanto o baixo valor térmico do carvão gaúcho demandaria uma quantidade superior à quantidade necessária de carvão inglês para liberar 8.000 calorias de energia, tornando-o também mais caro. O motivo seria “a maior tenacidade de nosso combustível em confronto com o inglês” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.522), porque o carvão gaúcho não queimaria inteiramente, permanecendo “um *grande nucleo ainda crú*”, contrariamente ao produto estrangeiro, que teria uma combustão quase completa, com maior rendimento (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.522). Ele explica que os críticos têm razão em afirmar que o carvão gaúcho libera menos calorias do que o produto estrangeiro, em sua utilização. No entanto, este produto teria capacidade de liberar todas as calorias que efetivamente contém, se a combustão atingisse o núcleo do carvão. Para que o carvão nacional se torne competitivo, então, são propostas duas possibilidades:

Para fazer aproveitar as calorias realmente encerradas no carvão o recurso, indicado pela natureza das cousas é destruir a tenacidade o que se conseguiria de dois modos: 1) pulverizando o carvão e queimando-o em aparelhos especiaes para isso; ou 2) quebrando-o para agglomerar-o de forma a poder ser queimado nos aparelhos comuns.

Ora, o primeiro processo implicaria n'uma remodelação total carissima de todas as industrias que empregam carvão e é inexequivel, ao menos si o escopo fosse só o de aproveitar o carvão nacional; fica, assim, apenas o segundo alvitre a examinar (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.523)

Então a queima total do carvão gaúcho seria possível, à condição que passasse por um processo de quebra e posterior aglomeração das partículas, selecionando-se, ainda, “um typo commercial com os melhores carvões que se possam extrahir das bétas; este artigo uniforme, bitolado, deve queimar bem nas fornalhas, sendo apenas uma parte da producccção” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.523). No entanto, a produção deste carvão com a qualidade uniformizada deveria ser de baixo custo, para que o preço de venda fosse competitivo, em comparação com o carvão estrangeiro, sendo necessária a utilização das hulheiras (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.523). Simch (In: RIO GRANDE DO SUL, 1928) denomina estes processos de moinha e lavagem econômica do carvão, para se obter uma granulação uniforme e a eliminação de impurezas e de piritas, processos estes seguidos da aglutinação para utilização nas fornalhas. No caso da Mina de Gravataí, a aglutinação seria feita “com pixe e com farináceos

grosseiros”, com o objetivo de garantir o “total aproveitamento do combustível purificado” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.523). Francisco Rodolfo havia realizado um experimento com equipamentos simples, descrito neste relatório de 1928, que fundamentava a viabilidade técnica econômica do procedimento, embora reconhecesse que as tentativas europeias nesse sentido não tivessem gerado resultados. Ele afirmava que seus experimentos, em andamento, eram promissores, relatando ter construído um lavador do tipo água corrente com o qual ocorreria a separação completa das impurezas do carvão, com baixo custo, seguida da utilização de farinha de mandioca como aglutinante (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.527). Ele criticava o fato da indústria carbonífera não ter aperfeiçoado seus processos nos últimos trinta anos, o que poderia ter garantido uma redução no preço do carvão como resultado de uma degressão de custo.

Como a qualidade do carvão da Mina de Gravataí era questionada, no final de 1927 foi realizada uma experiência prática de utilização deste carvão como combustível para um trajeto de trem, para o qual autoridades foram convidadas a presenciar a aplicabilidade e a rentabilidade do combustível extraído das minas estatais:

[...] o emprego do carvão de Gravatahy sempre soffreu impugnação por motivos que desconheço e para, de vez, tirar a limpo sua prestabilidade ordenou o Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado de então, se fizesse uma experiencia decisiva na Viação Ferrea e no dia 5 de Dezembro p. p. ella se realizou. (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.524)

O “Relatorio da Experiencia de Consumo de Carvão ‘Gravatahy’ em Locomotiva” trata da experiência de 5 de dezembro de 1927, em presença de Augusto Pestana, Octacilio Pereria, Secretário de Obras Públicas e Diretor Geral daquela Viação Férrea, respectivamente, de Francisco Rodolfo Simch, engenheiro chefe do Serviço Mineralógico e Geológico do Estado, e de Attila do Amaral, engenheiro ajudante (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.524). O carvão foi utilizado em uma locomotiva do tipo “Mikado”, série 501 a 520, em um trecho de 144km, entre Gravataí e Carlos Barbosa, considerado desfavorável para o tráfego, com 54km de rampas de até 2,5% de declividade (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.525). Foi utilizado carvão que havia sido extraído da Mina de Gravataí no mês de setembro daquele ano, mantido em depósito por três meses, com remoção das impurezas e transporte em caminhão até as carvoeiras do Depósito de Gravataí, onde foi guardado

(SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.525). O combustível era composto de pedras de carvão com boa aparência e, no máximo, 25cm de diâmetro, com não mais de 5% de moinha (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.525). A experiência do carvão Gravataí foi assim caracterizada:

Tabela 13 - Experiência para avaliar a qualidade do carvão de Gravataí, em 1927

Data da experiência	5 de dezembro de 1927
Tempo	Bom
Número da Locomotiva	516
Trecho	Gravataí a Carlos Barbosa
Maquinista	Manoel Vieira
Foguista	José da Silva
Lotação rebocada	249,7 t
Combustível	5,820kg (Gravataí)

Fonte: SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.525

A experiência gerou os resultados favoráveis à utilização do carvão da Mina de Gravataí como combustível, como esperado, porque serviu para a realização do trajeto de trem proposto, com uma rentabilidade adequada, em comparação com o carvão importado. Francisco Rodolfo enfatizava a importância de oferecer um tratamento adequado ao carvão, conforme o uso a que se destinava, removendo impurezas, ou controlando suas características físicas, por exemplo. Assim, esta experiência foi uma forma de socializar o conhecimento sobre a qualidade do carvão gaúcho na SOP.

Depois do ensaio do carvão gaúcho como combustível, Francisco Rodolfo quis demonstrar seu valor para a produção de coque. Ele apresentava, pois, mais de uma possibilidade de aproveitamento do carvão ao governo, para que não ficassem dúvidas sobre a possibilidade de sua utilização. Ele destaca, para isso, outra característica do carvão da Mina de Gravataí, que era, segundo ele, sua capacidade de coqueificação, sendo, em sua época, o único carvão gaúcho aproveitável para este fim, o que ele buscava comprovar experimentalmente, com a fabricação de pequenas retortas e, depois, com um forno do tipo colmeia, de retortas maiores (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.527). Todos os detalhes deste experimento foram

remetidos ao Secretário de Obras Públicas naquele ano, fundamentando suas afirmações com a “Informação nº 24”, tratada a seguir.

Também foram realizados ensaios com o tratamento *Trent*, com remessa de 100 toneladas de carvão solicitadas pelo Ministério da Viação: “é uma forma de recuperação de carbono incombusto nos detritos de fornalha e de enriquecimento de carvões baixos por meio de pulverização e subsequente agitação em uma emulsão de óleo mineral n’água” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.527). Francisco Rodolfo, no entanto, alegava que este método não era considerado eficiente pelos profissionais da América do Norte e por aquele que chamava “nosso saudoso amigo e mestre, Dr. Gonzaga de Campos³⁵¹” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.528). Ele conclui o episódio sobre a remessa de carvão que enviou para o tratamento *Trent*: “seguiu com o vapor ‘Cubatão’ do Lloyd Brasileiro para ser, de Santos, enviada a Nova York. Nenhuma notícia mais tive da remessa” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.528). Esta foi uma das várias vezes que criticou a busca de profissionais estrangeiros para opinar sobre aspectos técnicos da produção brasileira.

Apesar das discordâncias sobre a exploração industrial do carvão gaúcho, era consenso que era necessário encontrar possibilidades de aumentar seu rendimento, para baixar seu custo e torná-lo competitivo, face ao carvão estrangeiro.

Aconteciam visitas à Mina de Gravataí, na década de 1920, feitas por autoridades, cidadãos e pela família³⁵².

Em 1921, no dia 21 de abril daquele ano, uma caravana de viamonenses, tendo à frente as principais autoridades, visitaram aquelas minas. A fim de que possamos dar uma ideia precisa do que eram as minas carboníferas de Viamão, vamos nos valer do que insere o jornal local “O Viamonense”, daquela época, numa descrição do autor cujo nome desconhecemos, mas que, entretanto, revela, com finalidade, tudo o que cercava a existência daquela jazida. “A impressão da chegada à população da mina foi para nós agradabilíssima [...] Entabulamos palestra com o velhote, que nos deu permissão para entrar, e, por uma estrada lusa e que já cheirava a carvão, o nosso veículo deslizou suavemente indo parar em frente a casa do diretor da mina, o ilustre engenheiro-geólogo, Dr. Rodolfo Simch, que nos recebeu com acatamento, dispensando-nos gentilezas só próprias do seu espírito educado e generoso. O senhor Simch foi incansável em mostrar bem às excelentíssimas famílias de nossa comitiva tudo o que há de belo e de útil naquela povoação onde o trabalho impera na melhor ordem possível.

³⁵¹ O engenheiro Gonzaga de Campos realizou pesquisas e reconhecimentos das jazidas de ferro e coletou dados para o Serviço Geológico brasileiro, entre 1907 e 1909, servindo estas informações de base para o “Memorial” redigido pelo Chefe do Serviço Geológico, o professor Orville Derbi, remetido ao Congresso de Estocolmo, em 1910 (PIMENTA, 1949, p.107).

³⁵² A tradição familiar traz relatos da experiência dos filhos na área da Mina de Gravataí.

Naturalmente curioso, patenteamos ao senhor Simch o desejo que nutríamos de ir ás entranhas da terra ver o trabalho de perto. Atendeu-nos imediatamente e para o local nos transportamos num bem seguro elevador ou gaiola, conforme já vimos tratar na linguagem dos mineiros. Na ocasião que descíamos, o senhor Simch nos mostrou uma escada em sentido vertical, destinada à polícia de salvamento. Chegamos ao subterrâneo, recebemos uma impressão inesperada, pois jamais pela nossa mente se imaginara com exatidão o que fosse uma mina de carvão, os perigos a que se expõe os mineiros, a falta de ar e de luz que se nota naqueles tétricos esconderijos. [...] O carvão que está sendo extraído é classificado como de primeira qualidade em matéria de combustíveis fósseis nacionais. Após havermos saído do subterrâneo, onde apreciamos o afanoso e perigosíssimo trabalho dos mineiros, fomos conduzidos pelo Dr. Rodolfo Simch, aos diversos departamentos da superfície (SANTOS, 1965, p.111-114, In: MINAS DE CARVÃO DE VIAMÃO, 2020³⁵³).

Este relato mostra a abertura da Mina de Gravataí à visitação pela população de Viamão, demonstrando que a socialização do conhecimento, assim como acontecia no Museu Júlio de Castilhos, era uma característica da atuação de Francisco Rodolfo, que permanecia um professor, e gostava de ensinar a ciência, para os filhos, para os alunos e para quem mais se interessasse.

Quanto às visitas oficiais, Augusto Pestana, então Secretário de Obras Públicas, havia estado lá em janeiro e em dezembro, quando Simch solicitou que examinasse a instalação do lavador de carvão. Também em janeiro de 1927 esteve nas minas o Intendente Municipal de Viamão e o Subintendente do 1º distrito. No mês seguinte, o Tiro de Guerra de Gravataí esteve nas minas quando realizava uma marcha de treinamento. Em novembro, o Tiro de Guerra da Escola de Capatazes Rurais de Passo do Vigário lá esteve. Em 14 de maio de 1927, o Presidente do Estado, o Secretário de Obras Públicas e o Diretor da Viação Férrea. Borges de Medeiros “percorreu demoradamente todas as dependencias da mina, tendo baixado no poço n.2, cujos dois andares com suas galerias e cabeceiras inspeccionou uma por uma” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.528-529). A seguir, assistiu ao funcionamento do equipamento de lavagem de carvão e à fabricação e aplicação de coque com o material extraído do poço n.2 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.529). Esta informação mostra que Borges de Medeiros dava atenção à ideia de utilizar o “carvão Gravataí” como matéria-prima para o coque, já que ele foi

³⁵³ A página da *internet* denominada “Reminiscências – Minas de carvão de Viamão” traz este relato da abertura da Mina de Gravataí à população de Viamão. (SANTOS, Adonis dos. Viamão: História, Lendas, Tradições, Vultos do Passado, Tipos Populares e Vida Atual, Rogilma, Porto Alegre: Rogilma, 1965, Páginas 111-114, In: MINAS DE CARVÃO DE VIAMÃO. Reminiscências, 2020. Disponível em: <https://memoriasereminiscencia.wordpress.com/2020/11/10/minas-de-carvao-de-viamao/>. Acessado em 26/05/2023).

pessoalmente conferir o processo. Com a transição de governo para Getúlio Vargas, em 1928, parece o interesse do governo pelo processo de coqueificação na Mina de Gravataí permanece, tanto que o novo Presidente do estado autoriza a realização de ensaios conclusivos sobre o assunto, que dão origem à “Informação nº24”, detalhada a seguir. Apesar disso, o governo estadual termina por desistir destes esforços da mineração estatal, e a repartição é extinta, apesar do Serviço Mineralógico e Geológico estar sendo adequadamente administrado e obtendo os resultados a que se propunha. No tocante à gestão do orçamento, tudo parecia correr bem. Quanto às despesas, o relatório da Direção do Serviço de Mineralogia e Geologia de 1928 termina com o detalhamento das despesas, que, em 1927, totalizaram 100.995\$380. Como a verba desta repartição havia sido de 1.000 contos de réis, naquele ano, houve um saldo de 899.004\$620 (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.530), mas a seção passa, depois de 1928, a ter um espaço menor na hierarquia da SOP. Francisco Rodolfo reiteradamente atribui estes obstáculos à estatização da mineração gaúcha à pressão dos monopólios da indústria carbonífera particular sobre o governo.

O paradoxo é que se investia, no final da década de 1920, na estrutura da Mina de Gravataí. Sobre a metragem das galerias, houve um aumento de um total de 361,5 metros, em 1927, para um total de 491,5 metros, em 31 de maio de 1928. A produção de carvão, em 1927, havia sido de 1.682,4 toneladas, com um consumo de 1.460 toneladas, portanto com um saldo de 222,4 toneladas, das quais 100 toneladas haviam sido remetidas aos Estados Unidos, para um exame do processo *Trent*, requisitado pelo Ministro da Viação, conforme mencionado anteriormente (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.531-532), sem retorno nenhum dos especialistas estrangeiros, até então. Ainda havia dependência de outros países, sempre que se exigia algum ensaio técnico mais sofisticado relativo ao carvão. Esta dependência dos profissionais estrangeiros é um dos pontos que Francisco Rodolfo sempre questiona, porque ele apostava no investimento em educação e treinamento dos trabalhadores brasileiros para que a dependência técnica fosse reduzida. Além disso, ele acreditava que houvesse pessoal qualificado no Brasil para promover o crescimento da indústria.

4.2 UMA FERROVIA PORTO ALEGRE – TORRES, PASSANDO “POR CIMA DOS CAMPOS CARBONÍFEROS, QUIÇÁ Á BOCA DAS MINAS” (1928)

*“Isto é claro como a luz meridiana e só não penetra na cachola dos que a têm mais obtusa, neste particular, que o mais denso chisto carbonífero”
(Francisco Rodolfo Simch)*

Como exposto anteriormente, depois de comprovar a viabilidade do uso do “carvão Gravataí” como combustível, Francisco Rodolfo Simch demonstrou sua aplicação para a siderurgia, por meio da coqueificação. Estas afirmações baseavam-se na fundamentação científica organizada em junho de 1928, quando ele escreve a “Informação nº 24”³⁵⁴, descrevendo um ensaio técnico que realizou para comprovar a qualidade do carvão gaúcho para produzir coque, viabilizando o desenvolvimento da siderurgia nacional com coque produzido no país. Este documento foi redigido para o Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, João Fernandes Moreira³⁵⁵, e apresenta os ensaios que realizou para calcular a rentabilidade do carvão, seu preço no mercado e os lucros que proporcionaria ao Rio Grande do Sul, entre outras especificações. O Presidente do Rio Grande do Sul, à época, era Getúlio Vargas.

A extensão dos títulos das seções contidas na referida “Informação nº 24” permite que se perceba o grau de detalhamento da informação técnica fornecida por Francisco Rodolfo ao governo: “Preâmbulo”, “Histórico dos Ensaios”, “Photographias da instalação”, “Planta e secções do forno”, “Exame e qualidade do coke”, “Confronto com o coke estrangeiro”, “Rendabilidade”, “Derivados do carvão distillado”, “Derivados do benzol”, “Custo de produção”, “Preço de mercado”, “Calculo de lucros”, “Recuperação de sub-productos”, “Qual o typo de forno?”, “Producção e meneio”, “Caderneta de meneio”, “Outros fornos”, “Conclusão” e, por fim, “Arremate”. Além da minúcia, observa-se a preocupação em obter outros produtos derivados do processo

³⁵⁴ “Cópia da Informação nº 24 – O problema do coke na Mina de Carvão de Gravatahy”, datado de junho de 1928 (Acervo pessoal de Clélia Simch Marc), dirigido ao Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, João Fernandes Moreira (Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Galeria de Secretários de Obras Públicas. Disponível em: <https://obras.rs.gov.br/secretarios>. Acessado em 07/05/2023). Portanto o relatório informativo remetido por Simch chegou à SOP em um momento de recente transição da chefia dos cargos de Secretário de Obras Públicas e de Presidente do estado.

³⁵⁵ “João Fernandes Moreira, engenheiro civil, assumiu a secretaria a convite do então Presidente do Estado, Getúlio Vargas, e a exerceu pelos períodos de janeiro de 1928 a novembro de 1930, retornando em 1º de dezembro do mesmo ano para nela permanecer até 31 de dezembro de 1932, já no Governo de Flores da Cunha” (Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Galeria de Secretários de Obras Públicas. Disponível em: <https://obras.rs.gov.br/secretarios>. Acessado em 07/05/2023).

de coqueificação, procurando-se estender as possibilidades de aproveitamento do carvão para além da produção de coque. Outro aspecto importante é o estudo da técnica existente naquela época, em que Francisco Rodolfo apresenta ao governo algumas opções de fornos, discutindo qual seria o mais indicado para o caso da Mina de Gravataí, porém deixando a decisão final para o Secretário de Obras Públicas. Utiliza, como se vê sempre em sua produção escrita, argumentação científica e provas documentais, como fotografias que comprovam e ilustram a realização do experimento e o desenho técnico do forno que ele projetou, desenhou e coloriu, a mão, para tal fim.

É importante explicar a importância do coque para o desenvolvimento da siderurgia, como fonte de carbono para a redução do minério de ferro, com utilização em alto-forno, equipamento que permitiria a produção contínua e em larga escala do aço. Em seu preâmbulo, Francisco Rodolfo menciona a utilização do coque na Inglaterra, desde o século XVII:

O desenvolvimento da industria metallurgica, sobretudo o da siderurgia, reclamava cada vez melhores combustiveis e assim é que, já em princípios de século 17, na Inglaterra, se *cosia* ou distillava, em cadinhos fechados, a hulha com um triplice objectivo: conseguir um combustível isento de fumaça ao arder, isento de enxofre e capaz de produzir temperaturas elevadas. A questão da fumaça, todavia, não era determinante, pois havia anthracitos e hulhas magras³⁵⁶ perfeitamente aproveitáveis neste sentido; o mais importante era – na substituição de carvão de madeira cada vez mais escasso e caro – obter uma substancia sem enxofre e de grande resistência ao esmagamento, resolvendo o carvão cosido – o coke (de to cook, coser) isso de modo cabal (SIMCH, 1928, p.1 In: INFORMAÇÃO nº24, 1928, grifo do autor)

Assim, a palavra “*coke*”, ou “coque”, tem o sentido de “cozinhar” a hulha ao aquecê-la em cadinhos fechados, sem combustão, com o objetivo principal de obter um material sem enxofre, elemento indesejável para a siderurgia, e que pudesse resistir ao esmagamento ao ser colocado junto com a carga metálica em um forno. Como explica Francisco Rodolfo, antes do coque, se utilizava o carvão de madeira,

³⁵⁶ Os antracitos e as hulhas são carvões, caracterizados por seu alto teor de carbono, da ordem de 80 a 90% para a hulha, e 96% para o antracito, com menor teor de água, entre 8 e 10%, e poder calorífico entre 7.000 e 8.650 kcal. A hulha pode ser usada como carvão energético ou carvão metalúrgico, que é o carvão coqueificável, isto é, que pode ser transformado em coque, que dá suporte mecânico à carga de minério de ferro, permitindo a percolação de gases quentes e fornecendo calor. As reservas gaúchas de hulha são de 32 bilhões de toneladas de reservas e representam 89,25% do total nacional, estando o Brasil em 10º lugar no mundo, quanto a suas reservas de hulha, ou 1% do total mundial (BRANCO. Carvão mineral. CPRM, 2014. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/SGB-Divulga/Canal-Escola/Carvao-Mineral-2558.html>. Acessado em 08/05/2022).

ou carvão vegetal³⁵⁷, esgotando-se florestas³⁵⁸ na proximidade da instalação dos fornos, e gerando um material menos resistente ao esmagamento no carregamento do forno. A utilização do coque não significa, no entanto, que se tenha interrompido o uso do carvão de madeira em processos metalúrgicos. Na cronologia das invenções, Mumford (2016, p.425) situa o início da substituição do carvão de madeira pelo coque, no alto-forno, no ano de 1619, sendo o século XVIII marcado pelo rápido progresso na mineração e pela utilização de coque no alto-forno por Abraham Darby I.

Segundo Simch (1928, p.1 In: INFORMAÇÃO nº24, 1928), com o tempo, o processo de coqueificação do carvão foi aperfeiçoado, deixando-se os cadinhos para se utilizar o “monte” ou a “méda”, de forma semelhante ao que se utilizava para o preparo do carvão de madeira, para depois passarem a empregar fornos, sendo o forno “dos padeiros” o modelo inicial:

Tal tipo modificado para o feitiço de uma grande colmeia e organizado em baterias, durante largos annos foi empregado, encontrando-se ainda na Inglaterra e nos Estados Unidos; a Europa continental, sobretudo a Allemanha, a Belgica e a França do Norte empregam aparelhos muito mais aperfeiçoados (SIMCH, 1928, p.1 In: INFORMAÇÃO nº24, 1928, grifo do autor).

Já no início da “Informação nº 24”, Francisco Rodolfo coloca como referências para a técnica siderúrgica a Inglaterra, os Estados Unidos, a Alemanha e a França, precisando que, neste último país, era sua região norte que dispunha de técnicas e equipamentos mais avançados, com relação a outros países.

³⁵⁷ Segundo o CPRM, “o carvão mineral é completamente diferente do carvão vegetal. Este é obtido por combustão incompleta de certos tipos de madeira e é usado em fogões, lareiras, churrasqueiras, aquecedores e fogões à lenha. A combustão incompleta forma um material absorvente (*carvão ativado*), muito usado pela medicina, por exemplo. O Brasil é o maior produtor mundial de carvão vegetal, aqui usado também na siderurgia” (BRANCO. Carvão mineral. CPRM, 2014. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/SGB-Divulga/Canal-Escola/Carvao-Mineral-2558.html>. Acessado em 08/05/2022, grifo do autor).

³⁵⁸ “As terras eram vistas como fontes de potencialidades produtivas a serem consumidas até a última gota, mesmo se isso pressupusesse o exaurir de sua fonte. [...] Apesar de prevalecer na prática métodos predatórios de apropriação da biomassa florestal, desde o século XIX, experimentos de plantio de espécies arbóreas, os quais poderiam ter servido de base para o estabelecimento de sistemas de cultivo que poupassem as matas, vinham sendo desenvolvidos no país” (MORELLO, 2009, p.62). Logo, embora fossem desmatadas áreas extensas para a utilização das árvores para a obtenção de carvão vegetal para fins siderúrgicos, havia algumas iniciativas de reflorestamento, no meio do século XIX, sendo que o ano de 1862 marcou a primeira iniciativa do governo brasileiro neste sentido: “foram estabelecidas plantações de árvores nas proximidades do manancial da Tijuca, no Rio de Janeiro, visando-se recuperar a capacidade de suprimento hídrico da bacia, a qual havia sido perdida” (MORELLO, 2009, p.63). Segundo Francisco Rodolfo, praticava-se também a proteção dos barrancos com muralhas consolidadas com vegetação, ou a “raizama”, com raminhos que seguravam as barrancas, e a legislação portuguesa previa “matas de proteção”, que correspondiam à vegetação do terço superior das montanhas, que era preservada (SIMCH, 1934, p.293).

Francisco Rodolfo explica, ainda, que, quando se começou a utilizar o carvão para iluminação a gás, tinha-se como resíduo da sua destilação o coque, mas este era distinto daquele coque produzido em forno, por ser mais limpo, regular e cozido. Por outro lado, o aperfeiçoamento da técnica fez com que o coque passasse a ser produzido em retortas especiais, possibilitando aproveitar os produtos residuais deste processo. Sendo assim, ele distinguia duas formas de aproveitamento econômico do coque, cuja escolha deveria se pautar no objetivo desejado, sendo elas: i) a fabricação de coque metalúrgico, tendo como produto residual ou secundário o gás e outros produtos derivados do aquecimento do carvão e ii) o coque como sobra do processo de destilação do carvão para obtenção de gás para iluminação. Para os dois casos, seria possível reduzir o custo do produto principal, por meio dos valores que poderiam ser obtidos pelos produtos secundários ou residuais (SIMCH In: INFORMAÇÃO nº24, 1928, p.2). Sendo assim, ele procurava colocar todas as alternativas à disposição do governo para que não se desperdiçasse o mineral.

O preço do coque era uma grande preocupação, na época, constituindo um dos obstáculos para o desenvolvimento siderúrgico, gerando dependência do coque estrangeiro para o processo de redução do minério de ferro, o que gerava altos custos para o processo e comprometia a competitividade dos produtos siderúrgicos nacionais, apesar da riqueza em minério de ferro, em Minas Gerais. Assim, encontrar possibilidades para o governo estadual de produzir coque reduziria os custos de produção do ferro e do aço nacionais, mas, para isso, seria necessário um carvão de boa qualidade, o que o carvão gaúcho não parecia ser, segundo muitas pessoas. Embora o problema fosse de âmbito nacional, até porque, evidentemente, a produção de aço dependeria também do minério de ferro de Minas Gerais, a exposição de informações por Francisco Rodolfo tinha por foco a questão regional. Isto porque, no Rio Grande do Sul, como visto, há importantes jazidas de carvão de pedra que poderiam, em tese, se prestar ao processo de coqueificação, segundo Simch. Se o estado do Rio Grande do Sul abastecesse o Brasil com coque siderúrgico, garantiria sua relevância no desenvolvimento industrial nacional. Logo, mesmo quando Simch planeja o desenvolvimento industrial nacional, ele coloca em primeiro lugar o Rio Grande do Sul neste grande projeto, fortalecendo, assim, a relevância e a autonomia deste estado com relação aos demais, o que se aproxima mais de uma perspectiva própria dos republicanos históricos do que da “geração de 1907”.

A base da sua argumentação sobre o problema do coque na Mina de Gravataí é a obra do engenheiro de minas Roux-Brahic³⁵⁹, autor que enfatiza, no prefácio de outra obra sua³⁶⁰, a relevância dos Montes Metalíferos, na fronteira entre a Saxônia e a Boêmia, terra natal do pai de Francisco Rodolfo, para a mineração:

Quantas vezes a Saxônia, a Boêmia ou a Cornualha forneceram matéria para as dissertações a respeito das jazidas metalíferas! Se é indispensável voltar-se para estas terras, por assim dizer, clássicas, quando se trata de um grande número de observações ou de processos importantes de serem lembrados, bastará enumerá-las, simplesmente, pois sua constatação e sua descrição estendem-se, há vários anos, em todos os tratados que falam de minérios metálicos (ROUX-BRAHIC, 1919, p.2, tradução nossa).

Mais uma vez, percebe-se a riqueza das trocas técnicas entre Francisco Rodolfo se seu pai Francisco José, o primeiro contribuindo com uma formação profissional na Escola de Minas de Ouro Preto, baseada no ensino francês, cuja influência se percebe na escolha do autor Roux-Brahic, realizada em Minas Gerais, lugar privilegiado para os estudos mineralógicos e geológicos, e, o segundo, formado na Boêmia, região reconhecida mundialmente como referência nestas disciplinas, passando ambos a construir, juntos, uma experiência da mineração em solo gaúcho, como parte de um projeto de governo.

Feita esta observação, retoma-se a importância dos argumentos de Roux-Brahic na fundamentação teórica utilizada por Francisco Rodolfo ao defender a importância do coque para a siderurgia, para atestar sua relevância para o governo gaúcho. Este autor apresentava os desafios que outros países também encontravam na siderurgia:

A fabricação actual do coke corresponde a múltiplas necessidades modernas. Primitivamente destinado o forno só á fabricação do coke, tornou-se um orgam industrial de primeira ordem... Os problemas resultantes do incessante aumento dos salarios e a carestia das matérias primas obrigam as hulheiras a augmentar suas receitas, devendo conseguil-o, a bem geral do paiz, fora da elevação do preço de venda do carvão.

A utilização dos sub-productos – que permite aproveitar-se o carvão invendavel – é susceptível de compensar, além dos excedentes gastos, as despesas que as minas devem supportar.

³⁵⁹ Francisco Rodolfo Simch faz menção à obra *Mines*, publicada em 1925, pela Editora H. Dunod e E. Pina, de Paris, França, por ROUX-BRAHIC, J., que também publicou a obra “*Les gîtes miniers et leur prospection: technologie des minerais complexes*”. Paris: Ed. H. Dunod e E. Pinat, 1919. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k374013v?rk=21459;2#>. Acessado em 10/10/2020. Francisco Rodolfo faz menção à edição de 1925.

³⁶⁰ ROUX-BRAHIC, J. *Les gîtes miniers et leur prospection: technologie des minerais complexes*. Paris: Ed. H. Dunod e E. Pinat, 1919. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k374013v?rk=21459;2#>.

Um primeiro progresso na fabricação foi a destilação em vaso fechado, isto é, sem admissão de ar no forno, de que resultou notável aumento no rendimento do coque.

Em seguida foi preocupação aumentar a capacidade de produção do aparelho de destilação pelo aumento da área de aquecimento e, assim, o forno de padeiro – a colmeia – cedeu lugar ao forno prismático e estreito.

Os primeiros deste typo tratavam uma carga de 1.000 a 1.500 kilogrammas em quarenta e oito horas.

Os grandes fornos e actuaes, com recuperação de subproductos, de data muito recente, permitem enforar 12.000 a 15.000 kilogrammas em vinte e oito horas e mesmo em dezesseis.

O próprio forno de recuperação de sub-productos soffreu novo progresso pela adaptação de regeneradores de calor (ROUX-BRAHIC In: INFORMAÇÃO nº 24, 1928, p.2-3)

Francisco Rodolfo mostra, pois, que o desafio de se reduzir o custo da produção de coque não se restringia ao Brasil, e que a forma que outros países encontraram para contornar o problema havia sido obter receitas com o aproveitamento dos subprodutos da coqueificação. Desse modo, a utilização dos resíduos do processo poderia compensar o problema do aumento das despesas advindo de outros fatores que poderiam aumentar o custo de produção, como, no exemplo dado, o aumento salarial dos funcionários ou a falta de matéria-prima, porque geraria mais receitas e evitaria assim, a necessidade de se aumentar o preço final do carvão. Assim, o aproveitamento dos subprodutos poderia garantir a competitividade do coque. Porém, não era somente o preço um fator decisivo para a produção nacional de coque: ainda restava o tema da qualidade do carvão para se produzir coque nacional, que deveria compensar a substituição do coque estrangeiro. De qualquer forma, a importação de carvão coqueificável ou de coque estrangeiro faria com que o preço final dos produtos siderúrgicos brasileiros fosse elevadíssimo.

Para Francisco Rodolfo, a razão pela qual o Brasil não havia podido, até então, lavrar regularmente suas imensas jazidas de ferro era a falta de combustível adequado, ou seja, de carvão coqueificável e de coque, mas os trabalhos desenvolvidos na Mina de Gravataí poderiam, segundo ele, trazer “novas perspectivas para a actividade nacional” (SIMCH, 1928, p.2, In: INFORMAÇÃO nº24, 1928). A produção de coque era, portanto, um obstáculo crucial que deveria ser superado para que a siderurgia brasileira pudesse se desenvolver em larga escala e promover o consequente crescimento industrial do país.

Reconhecendo o tema do preço e da disponibilidade do coque como um obstáculo a ser superado para o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil, Francisco Rodolfo expõe um histórico do problema do coque na situação específica

da Mina de Gravataí, colocando sua origem no período após 1918, no contexto de escassez de carvão devido à Primeira Guerra Mundial, à época em que ele e seu pai Francisco José estavam realizando sondagens no terreno à margem do rio Gravataí. Quando eles estavam na fase da realização da sondagem nº 6, surgiu, então, o questionamento: não se encontrariam, no estado do Rio Grande do Sul, carvões para a fabricação de gás? O carvão que até então havia sido encontrado era impróprio para este objetivo. (SIMCH, 1928, p.3, In: INFORMAÇÃO nº24, 1928). Este ponto merece destaque, porque evidencia que, inicialmente, o coque não era o objetivo principal da atividade de mineração do carvão, mas sim a produção de gás. Nesse sentido, Francisco Rodolfo cita, então, a data de 26 de setembro, em seu diário de serviço:

Setembro, 26:

Com uma capa de trepano e um tampo de rosca adicionado de uma arruela, construí uma retorta; com ella pretendo fabricar gas de iluminação, ao mesmo tempo experimentando o coque que o carvão poderá dar.

Setembro, 27:

Aproveitei o fogo da forja igualmente para gazificar o carvão que metti na retorta hontem improvisada; o resultado foi que durante 40 minutos e com aquecimento lateral, desprendeu-se gaz a queimar com bella chamma. O coke apurado é muito desigual, mas há pedaços muito bonitos. Assistiu ao ensaio o snr. Astrogildo Barcellos que aqui esteve de visita (SIMCH, 1928, p.3-4, In: INFORMAÇÃO nº24, 1928).

Assim, Francisco Rodolfo aproveita a retorta construída para o seu primeiro experimento, que era a produção de gás para a iluminação, para aproveitar a oportunidade para fazer um segundo ensaio, desta vez de produção de coque. No ano de 1920, a fase de sondagem estava encerrada e o Poço nº 1 da Mina de Gravataí já estava aberto. Simch continuava a realizar seus ensaios:

Fevereiro, 13:

Em visita do dr. Euphrasio Borges que, por ordem do Ministerio da Agricultura, aqui veio recolher amostras de carvão recém-tiradas para submete-las, na Europa (!) á experiencias de cokificação, resolvi iniciar hoje ensaios da mesma natureza.

Afim de ter material de controle tomei do mesmo carvão lavado pelo dr. Euphrasio, quebrei-o grosseiramente e o metti em um tubo de ferro de 2"; a obturação foi feita com chapas de ferro.

A primeira experiência executada sobre 250grs. De carvão durou 30 minutos. Retirada a retorta do fogo achei um coke feio, de péssimo aspecto, aparecendo que se havia dado a entrada do ar, porque eram manifestos os signaes de combustão.

Fiz segunda experiência obturando o tubo com as mesmas chapas, porém lutando-as com barro. Findos os 30 minutos achei um coke muito melhor, porém pouco aglutinado; e rendimento foi de 67,6%.

Reduzi mais os fragmentos e com as mesmas precauções consegui coke magnífico, aglutinado, metallico, n'uma só peça. Rendimento 65%.

As quatro experiências feitas deram todas o mesmo resultado, isto é, empregando fragmentos miúdos, moinha e pó.
Fevereiro, 14: hoje determinei o peso específico médio dos cokes obtidos e achei 1,4, que em nada diversifica dos artigos comuns.
Levando o material á forja portous-e muito bem de modo que este aspecto do problema do combustível mineral brasileiro pôde ser dado como definitivamente resolvido... (SIMCH, 1928, p.4-5, In: INFORMAÇÃO nº24, 1928)

Para testar a qualidade do carvão gaúcho, havia sido encomendado pelo governo estadual uma opinião técnica de especialistas estrangeiros. Esta forma de proceder contrariava Francisco Rodolfo, pois ele dizia, que, em primeiro lugar, havia pessoal qualificado no Brasil para atestar a qualidade do carvão nacional e, em segundo lugar, estes especialistas não haviam trazido nenhuma resposta conclusiva ao tema em debate. A pontuação “(!)”, escrita por ele, mostra sua incompreensão e até mesmo sua indignação com a necessidade de se enviar as amostras de carvão para análise por especialistas estrangeiros, porque ele acreditava na capacidade do corpo técnico brasileiro no governo, que poderia ter sido consultado para a realização desta tarefa de análise. A primeira experiência, embora não tenha resultado em um produto exatamente como ele pretendia, mostrou características que apontavam para a possibilidade de um ajuste no processo, corrigindo-se a presença de oxigênio e a ocorrência da combustão, que era indesejável na coqueificação. Ao realizar estas modificações, ele teve a confirmação de que era, sim, possível produzir coque com qualidade. A partir desta experiência, passou a vislumbrar e defender a possibilidade de se produzir coque de qualidade no estado: “Como se vê, da pesquisa de carvões para gaz, como producto principal, passei para os do coke como artigo mais importante” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24, 1928, p.5).

Quanto ao objetivo inicial, que era a produção de gás para a iluminação, os resultados dos ensaios realizados em outubro de 1919 no gasômetro de Porto Alegre haviam sido bons, o que trazia perspectivas animadoras para o carvão gaúcho.

Entretanto, com a abertura do Poço nº2 da Mina de Gravataí, a produção de coque passou a ser um tema de destaque para Francisco Rodolfo, que pôde mostrar os resultados de seus ensaios ao seu superior hierárquico à época, em 21 de dezembro de 1927, que era Augusto Pestana, antecessor do Secretário de Obras Públicas em exercício em 1928, João Fernandes Moreira³⁶¹.

³⁶¹ O site da SOP apresenta a lista dos antigos Secretários de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, entre os quais Francisco Rodolfo Simch. RS, Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de

Como Diretor do Serviço de Mineralogia e Geologia, Francisco Rodolfo defende que se mantenha a exploração carbonífera naquela área, e conclui:

A lavra de carvão de Gravatahy para o preparo de coque apresenta – além do enorme valor moral de não se abandonar um serviço que sempre mereceu os desvelos de todos os governos patrióticos em toda parte do mundo – alguns pontos dignos de nota (...) (INFORMAÇÃO nº24,1928, p.26)

Percebe-se que se cogitava interromper novamente as atividades de mineração do carvão pelo governo do Rio Grande do Sul, porque se afirmava que o carvão gaúcho não teria boa qualidade e também não se prestaria à produção de coque para a siderurgia. Francisco Rodolfo era contrário a esta ideia, pois, para ele, um governo patriótico deveria se empenhar em explorar os recursos naturais e garantir sua autossuficiência econômica por meio do desenvolvimento industrial. Ele acreditava que havia interesses comerciais de empresas estrangeiras e determinados grupos da sociedade que obstaculizavam o crescimento da indústria nacional. Em face disto, ele apresenta aspectos que julga importantes para a apreciação da importância de se continuar a exploração carbonífera em Gravataí. A sua argumentação é fundamentada em ensaios científicos realizados por ele próprio, para comprovar a qualidade do coque gaúcho.

Este é um exemplo típico de como é o biografado quem opera as variações de escala desta pesquisa, ao ser o protagonista de ações que articulam o nível nacional e internacional do problema do coque com um estudo minucioso em escala local. Francisco Rodolfo amplia e reduz a sua escala de análise, tanto i) espacialmente, passando do problema global da falta de coque em função da Primeira Guerra Mundial e de seu impacto no custo final dos produtos siderúrgicos ao caso local de uma pequena área do Rio Grande do Sul, a Mina de Gravataí, quanto ii) temporalmente, ao partir da análise da utilização do coque desde o século XVII, passando pelo desenvolvimento e evolução técnica dos equipamentos para sua fabricação, até chegar ao século XX e analisar, dia a dia, as anotações do seu diário de serviço. Estas conexões com o espaço e o tempo são feitas em função da argumentação que o biografado sustenta, não se fixando necessariamente em uma sequência específica e pré-ordenada, podendo passar do nível macroscópico ao microscópico e vice-versa, ao longo do seu discurso, em um verdadeiro “jogo de escalas”, no sentido atribuído

por Revel (1998, p.20 In: REVEL (Org.), 1998), em que a mudança de escala, assim como na cartografia, “não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável)”, isto é, “a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos”. Assim, a observação do ensaio do coque na Mina de Gravataí produz efeitos de identificação da técnica em nível nacional e global, e pode ser considerada uma estratégia de conhecimento sobre a atuação de Francisco Rodolfo Simch no desenvolvimento da indústria gaúcha da mineração e da metalurgia.

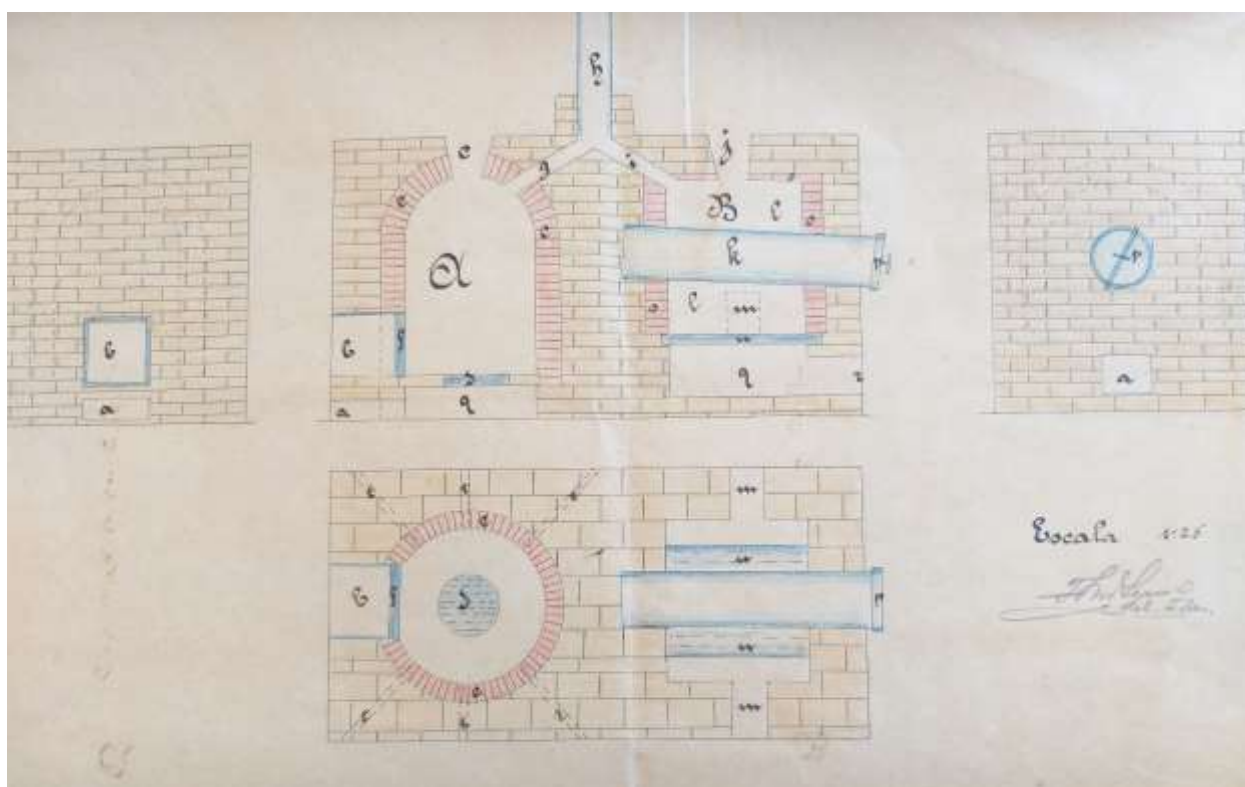
A fase inicial de pesquisa do coque e do gás foi considerada terminada, ao final de 1927, pois, em 1928, Getúlio Vargas foi nomeado Presidente do Rio Grande do Sul, e autorizou “a fazer a pesquisa em mais ampla escala para aquilatar-se das condições de ordem industrial e practica” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.5). Assim, até 14 de maio de 1928, os experimentos eram feitos em pequenos tubos de ferro que não comportavam mais do que 2 quilos de matéria-prima, porém, com a autorização de Vargas, que foi transmitida pelo Secretário da SOP, João Fernandes Moreira, em 17 de maio, Simch construiu um equipamento para poder avaliar melhor o assunto da viabilidade industrial da produção de coque a partir do carvão extraído da Mina de Gravataí, utilizando materiais que sobravam no depósito do local de trabalho e empregando o pessoal que já estava em atividade na repartição, sem novas contratações (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.6). O orçamento para a pesquisa era limitado, mas isto não impedia os ensaios.

A seguir, ele especifica os detalhes da sua construção, para explicar como os ensaios para avaliar a qualidade do coque haviam sido realizados, dando validade científica à pesquisa. O “aparelho”, como Francisco Rodolfo chamava esta sua construção, compunha um único corpo em alvenaria, com as dimensões de 3m x 1,5m x 1,5m, que comportava dois fornos:

1. Um forno tipo colmeia com 0,80 de diametro e 0,180 de altura na parte cylindrica – os dispositivos da camara do fogo e outros detalhes são visíveis da figura;
2. Construí um forno para distillar o carvão n’uma retorta de 0,30 de diametro por 0,80 de comprimento útil, isto é, fóra as partes encastradas na muralha (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.6).

Como material de revestimento das câmaras de fogo eram utilizados tijolos refratários nacionais, da marca “Papaléo”, e o aquecimento destas câmaras era feito com carvão de pedra. A carga média do forno colmeia era de 300 quilos e a da retorta,

Figura 26 – Desenho técnico do dispositivo projetado e construído por Francisco Rodolfo Simch, para testar a produção de coque, em 1928, escala 1:25, com sua assinatura à direita, abaixo.



Fonte: SIMCH, Francisco Rodolfo. Informativo nº 24, 1928. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Fotografia 32 – Equipamento para testar a produção de coque, construído por Francisco Rodolfo Simch, conforme seu projeto, na Mina de Gravataí, em 1928



Fonte: SIMCH, Francisco Rodolfo. Informativo nº 24, 1928. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

35 quilos. O ensaio utilizou carvão escolhido ou estandardizado comum, ou seja, não havia sido feita nenhuma lavagem, nem havia sido usado nenhum outro processo de refinamento do material, que foi utilizado em tamanhos variados: graúdo, miúdo e pó, sem que isto tenha provocado diferença significativa nos resultados obtidos. No entanto, Francisco Rodolfo observou que o carvão de granulação mais fina, em pó, aglutinava-se mais fortemente, e, por esta razão, permitia produzir um coque com melhor capacidade de suporte mecânico, “um coke extremamente firme e resistente ao esmagamento sem nada perder de suas outras qualidades” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.6).

O tempo de fogo, medido muitas vezes ao longo dos experimentos, era de 20 horas nas retortas de 30 centímetros e de 48 horas nas colmeias de 80 centímetros, mentendo-se, em ambos os casos, bem ativo por 5 horas, isto é, enquanto se desprendiam gases inflamáveis, e era abafado logo a seguir pelo “muralhamento das aberturas”. Simch observava que o tempo de duração era sempre proporcional ao diâmetro do aparelho, e que era necessário um cuidado especial para que não passassem correntes de ar pelas fendas da alvenaria, para evitar que ocorresse uma

combustão, ao invés da cocção do minério, que era o objetivo do experimento (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.7).

Os ensaios foram realizados entre 5 e 23 de junho de 1928, e as observações de Francisco Rodolfo Simch foram minuciosamente referidas em seu relatório. Uma delas refere-se à perda do carvão em voláteis, que foi de 30%, deixando resíduo de 70%. Além disso, percebeu a menor presença de voláteis nos carvões “velhos”, ou seja, expostos por vários meses à intempérie, o que fazia com que perdessem parcialmente seu poder de coqueificação, porque aglutinavam mal e requeriam muito mais fogo (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.7).

Foram experiências que serviram para mostrar como o carvão da Mina de Gravataí se comportava, quando cozido, sob condições determinadas por Francisco Rodolfo, simulando o processo industrial de obtenção do coque, e os resultados obtidos foram positivos. Restava, então, passar à fase seguinte do ensaio, que era o exame da qualidade do coque, para avaliar as características deste material, para que o governo tivesse elementos suficientes para decidir se o investimento na coqueificação na Mina de Gravataí seria possível, tecnicamente.

Fotografia 33 – Detalhe do equipamento para testar a produção de coque, construído por Francisco Rodolfo Simch, conforme seu projeto, na Mina de Gravataí, em 1928



Fonte: SIMCH, Francisco Rodolfo. Informativo nº 24, 1928. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Fotografia 34 – Francisco Rodolfo Simch realizando ensaios de produção de coque, no dispositivo que construiu, nas instalações da Mina de Gravataí, em junho de 1928



Fonte: SIMCH, Francisco Rodolfo. Informativo nº 24, 1928. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Esta etapa de passagem do experimento em escala reduzida a um ensaio simulando as condições de produção industrial ampliadas, com a autorização e apoio do governo do estado, mostra que Vargas, assim como Borges de Medeiros, seu predecessor, foi receptivo às ideias propostas por Francisco Rodolfo sobre a viabilidade da produção de coque na Mina de Gravataí e, certamente, partia do mesmo pressuposto de que a produção de coque no estado permitiria o melhor aproveitamento do minério de ferro mineiro para a produção siderúrgica. Na atuação de Simch e de Vargas, como Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do estado e Presidente do Estado, respectivamente, vê-se que o Rio Grande do Sul passa a uma perspectiva nacional, articulando-se com Minas Gerais, com os transportes necessários para levar o coque ao encontro do minério de ferro, necessitando de ferrovias e portos, fazendo parte de uma engrenagem maior que levaria ao desenvolvimento industrial. Do tema da autonomia energética regional, recorrente no início da carreira de Francisco Rodolfo, passa-se ao desenvolvimento industrial em nível nacional, em que o Rio Grande do Sul, em escala local, tem papel fundamental, mas articulado com os demais estados do país. O ano de 1928 é, pois, muito

importante para a atuação de Francisco Rodolfo Simch, porque marca uma mudança na forma como ele considera o Rio Grande do Sul em sua relação com o restante do Brasil e passa, a partir de então, e, principalmente na década de 1930, a estabelecer conexões muito mais fortes e frequentes entre o seu estado com o restante do país e do mundo, a começar por esta visão voltada ao desenvolvimento da siderurgia no Brasil, em nível nacional.

Francisco Rodolfo passou, então, ao que chamou de “questão técnica ou de produção” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.10) e categorizou os tipos de materiais utilizados, a partir do carvão da Mina de Gravataí, em 5 modalidades, de acordo com a característica do material e do equipamento utilizado: i) grúdo distilado na colmeia; ii) miúdo distilado na colmeia; iii) grúdo na retorta; iv) miúdo na retorta e v) moinha, sem peneirar, na retorta. Para cada etapa do processo, ele conservava uma amostra do coque fabricado, para controle. Para avaliar o valor de cada um destes produtos, ele determinou, para cada categoria, o peso por metro cúbico, por meio dos processos comuns para este fim, a densidade, com o auxílio de um densímetro “Pisani” e o controle pelo picnômetro, e realizou o ensaio Berthier, que determina o teor em carbono fixo e as calorias, com base na redução do óxido de chumbo pelo carbono incandescente sem a presença do ar. Feito o ensaio e realizados os cálculos, ele colocou os valores obtidos para o coque produzido com os 5 tipos de apresentação do carvão em uma tabela que chamou de “Resultados dos ensaios do Coke do carvão de Gravatahy”, facilitando a comparação das características destes carvões. (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.8-9, grifo do autor).

Francisco Rodolfo observou, ainda, que estes valores experimentais poderiam ser ainda melhores em um processo real, mas que, mesmo assim, já tinham grande valor, porque se aproximavam dos resultados obtidos para o coque estrangeiro que ele havia adquirido e analisado com o propósito de comparação com o coque produzido com “carvão Gravataí”. Para aprofundar a discussão dos resultados experimentais obtidos a partir do carvão extraído do Poço nº2 da Mina de Gravataí, ele apresentou os valores de referência do coque estrangeiro, citando, novamente, Roux-Brahic, e concluiu que o único ponto em que o produto importado se destacava como melhor do que o coque obtido em sua experiência era sua resistência à pressão. Segundo Simch, isto ocorria porque o carvão europeu era submetido a uma grande

compressão, o que no Brasil não ocorria, porque não se dispunha de equipamentos adequados para este fim (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.9).

Devido à falta de equipamentos, Francisco Rodolfo relatou não ter podido captar os voláteis, fato este que ele considerava “lamentável”, “pois os productos em voláteis são de extrema importância e de grandíssimo valor, justificando elles sós, por vezes, a instalação de cokerias”. Porém dizia ter aproveitado, na retorta, o breu, ou betume, que escapava pelo suspiro, tendo sido este subproduto coletado em uma amostra remetida ao Secretário de Obras Públicas (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.9-10). Percebe-se que o desenvolvimento da técnica esbarrava, em certa medida, na falta de equipamentos adequados para os experimentos, fazendo com que estes não pudessem ser cientificamente explorados em toda sua dimensão possível. Ainda sim, ele considerava os resultados bastante satisfatórios e conclusivos, porque, embora muitos melhoramentos pudessem ser feitos, o assunto da técnica parecia, para ele, solucionado. Além disso, parecia haver interesse por parte da SOP em seus experimentos.

Para Francisco Rodolfo, depois de considerar viável tecnicamente o processo, restava determinar seu custo, como fator determinante para utilizá-lo industrialmente, no caso de empresas privadas ou do governo (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.10). Este é um aspecto interessante do propósito do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul que, além de atuar para o estado, com objetivo de exploração e aproveitamento de seus minérios, também se colocava a serviço da iniciativa privada e dos cidadãos, individualmente, como se viu em outros relatórios mencionados nesta pesquisa, com a cessão de equipamentos para uma empresa privada ou a visita técnica a propriedades particulares, e a fiscalização em empresas privadas de mineração. Nota-se que não se pretendia restringir o processo de coqueificação ao governo, e que se contava, assim, com a utilização desta técnica também por empresas particulares, que contribuiriam, assim, para o processo de desenvolvimento industrial. Para que isso ocorresse, o custo do processo tinha que compensar o investimento do governo e dos particulares, portanto.

O preço estimado do carvão de pedra “á bocca da mina”, matéria-prima para o processo de coqueificação, era de, no máximo, 40\$000 por tonelada, porque este era o valor do carvão da mina dos Ratos ou de São Jerônimo (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.10). Neste ponto da sua argumentação, Francisco Rodolfo criticou a má gestão da mina de São Jerônimo, com sede administrativa no Rio de Janeiro, e que

se, esta hulheira supercapitalizada produzia carvão a este custo que englobava despesas que não deveriam ocorrer, então a Mina de Gravataí, que era administrada corretamente e pagava os mesmos salários aos mineiros, muito provavelmente produziria carvão a um preço menor ou igual a este valor de 40\$000:

Esta hulheira [de São Jerônimo], como todo mundo sabe, está supercapitalizada tendo de arcar, no preço do carvão, com grande numero de despesas feitas em vão, como sejam as do Poço 3 que custou alguns milhares de contos e foi desmontado sem render nada, as do Poço 4 que ainda não funciona mas já custou não menos milhares de contos, uma mallograda instalação de lavagem de cerca de dois mil contos, uma inútil tentativa de extracção de enxofre de centenas de contos, a caríssima administração no Rio de Janeiro, etc. Ora, em Gravatahy nada disto ocorre e o pessoal mineiro que se emprega ali ganha o mesmo que em S. Jeronymo, sendo pago por tarefa ou empreitada á razão de 16\$000 por tonelada de modo que si lá se póde fazer á bocca do poço o preço de 40\$000 como máximo não ultrapassável, cá se o póde admittir com mais forte razão (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.12-13).

Quanto aos custos da produção na Mina de Gravataí, Francisco Rodolfo explicou que o Poço nº 2 ainda não estava funcionando industrialmente, de modo que as suas despesas eram apenas compensadas por uma quantidade considerada pequena de carvão extraído, “um pequenissimo numero de toneladas” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.13). No entanto, quanto mais carvão fosse produzido, com a industrialização, melhor se repartiriam as despesas. Ainda assim, mesmo com a produção em menor escala, a média de produção de carvão no Poço nº 2 da Mina de Gravataí era de 170 toneladas mensais, o que já permitiria manter o preço em, no máximo, 40\$000 por tonelada, como proposto. Se esta produção fosse ampliada e passasse a contar com um serviço de desmonte em escala industrial, o custo seria muito menor, como havia acontecido com o Poço nº 1, em que o preço da tonelada de carvão “á bocca do poço” custava 20\$000 (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.13). Sendo assim, mesmo com as condições técnicas com que o governo gaúcho contava naquele ano de 1928, o carvão da Mina de Gravataí correspondia a um custo de produção semelhante àquele de São Jerônimo, que Francisco Rodolfo considerava um empreendimento mal administrado. As perspectivas para a produção de carvão da Mina de Gravataí eram boas, porque o que se esperava era a diminuição significativa destes custos quando as operações passassem a uma escala industrial.

Entretanto, outras despesas além daquela da produção do carvão como matéria-prima para a produção de coque deveriam ser dimensionadas. Considerando-se que o carvão produzido passaria a servir para a fabricação de coque, seria

necessário retirar as impurezas que normalmente acompanham as hulhas no desmonte. Além disso, o carvão deveria ser britado para se obter pó ou fragmentos muito pequenos que ficariam envoltos em uma massa de “poeira carbonosa”. A matéria britada seria, então, colocada no forno, e o coque seria desenformado. Além disso, haveria despesa com o consumo de carvão para aquecimento das retortas e do forno colmeia (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.13-14). Tudo isso deveria ser levado em consideração.

Depois de apresentar e justificar os custos envolvidos com a produção de coque a partir do carvão da Mina de Gravataí, Francisco Rodolfo sintetizou estes números para calcular o preço de 200 toneladas de carvão como matéria-prima para produção de coque, levando em consideração os salários habituais dos funcionários e os materiais de que o Serviço Mineralógico e Geológico dispunha para a realização dos trabalhos (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.14).

Tabela 14 – Custo total para obtenção de 140t de coque a partir de 200t de matéria limpa e britada, produzida com 300t de carvão da Mina de Gravataí, estimado por Francisco Rodolfo Simch em 1928

Etapa da produção do carvão da Mina de Gravataí	Custo estimado
Custo total de 300 t de carvão a 40\$ / t	12.000\$000
Escolha rigorosa de 300 t de carvão a 5\$ / t	1.500\$000
Britamento de 200 t a 2\$ / t	400\$000
Carvão gasto para a queima à razão de 1/4 de t de 40\$ / t	2.000\$000
Mão-de-obra para enformar e desenformar e vigilância a 3\$ / t	600\$000
Total	16.500\$000

Fonte: SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.14

Com base nestes custos e, estimando que 200 toneladas de carvão enformados poderiam produzir 70% de coque, ou seja, 140 toneladas de coque, o custo por tonelada do coque produzido a partir da Mina de Gravataí seria obtido dividindo-se o custo total de 16.500\$000 por 140, gerando como resultado uma estimativa de preço de custo de 117\$857 por tonelada de coque, o que era adequado, considerando-se que, na casa “Wilson Sons”, o coque importado era vendido a 260\$000. Ainda assim, para que se estabelecesse uma comparação válida entre os preços do coque, seria necessário considerar que o coque estrangeiro fornecia 7.600 calorias, enquanto o

gaúcho, 6.200 calorias, em média, o que representa 81% das calorias obtidas pelo produto importado, ou uma relação de 100/81 do rendimento. Respeitando-se esta proporção e considerando-se o preço de mercado do coque estrangeiro, Francisco Rodolfo estimou, então, que o coque da Mina de Gravataí poderia ser vendido por 210\$000 (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.14). Admitindo-se, por prudência, uma relação menos vantajosa de rendimento, de 100/70, então a proporção entre o valor do preço de mercado da tonelada de coque estrangeiro e do coque nacional seria de 260\$000/182\$000. A diferença entre este preço de mercado e o preço de custo seria, logo, 182\$000 menos 117\$857, o que perfaz um valor de 64\$143, o que seria uma projeção favorável, com uma boa margem entre os dois valores. Como forma de realizar um planejamento econômico ainda mais seguro, Francisco Rodolfo procurou utilizar uma estimativa desfavorável da despesa e informações de receita pessimistas, para analisar se, mesmo em uma situação ruim a produção de coque seria lucrativa. Aos custos previstos na tabela anterior, acrescentou o custo do transporte até Porto Alegre, estimado em 35\$ por tonelada, e adicionou como receita o valor de 25.480\$, referente a 140 toneladas de coque com preço de mercado de 182\$:

Tabela 15 – Saldo a favor da coqueria, deduzindo-se o custo total para obtenção de 140t de coque e a despesa de transporte da receita total, estimado por Francisco Rodolfo Simch em 1928

Etapa da produção do carvão da Mina de Gravataí	Custo estimado	Receita da venda de 140t de coque a 182\$
Custo total de 300 t de carvão a 40\$/t	12.000\$000	
Escolha rigorosa de 300 t de carvão a 5\$/t	1.500\$000	
Britamento de 200 t a 2\$/t	400\$000	
Carvão gasto para a queima à razão de 1/4 de t de 40\$/t	2.000\$000	
Mão-de-obra para enformar e desenformar e vigilância a 3\$ / t	600\$000	
Transporte de 140t de coque a Porto Alegre a 35\$/ t	4.900\$000	
<u>Saldo a favor da coqueria</u>	4.080\$000	

		25.480\$000
Total:	25.480\$000	25.480\$000

Fonte: SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.15

Com este valor total de receita, restava um saldo favorável para a coqueria, mesmo em um cenário pessimista de produção, o que era, segundo Francisco Rodolfo, um resultado positivo:

O preço obtido com os dados atrás mencionados permite entrar franca e desassombradamente e com sucesso no mercado da metalurgia comum, a de pequenas oficinas de fundição, as ferrarias, estaleiros, etc, porque taes estabelecimentos estão obrigados a consumir um artigo caríssimo; no momento em que appareça um que o desloque em preço a collocação do mais barato está assegurada (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.16).

É interessante notar que Francisco Rodolfo procura garantir um planejamento seguro e viável, sem riscos importantes para o governo. Mesmo pensando na grande indústria siderúrgica, ele começa pensando mais simplesmente, em uma primeira etapa, em conseguir produzir um coque nacional competitivo para abastecer a indústria nacional por um preço menor do que o coque estrangeiro. Desse modo, a categoria que ele chama de “metalurgia comum” passaria a preferir comprar o coque da Mina de Gravataí, garantindo a colocação deste novo artigo no mercado.

Francisco Rodolfo defendia a recuperação dos subprodutos da coqueificação para o reaproveitamento da energia para o aquecimento dos equipamentos, eliminando a necessidade de se queimar uma quantidade de carvão adicional para este fim – isto estava previsto nas tabelas quantitativas como sendo o subitem “Carvão gasto para a queima à razão de 1/4 de t de 40\$/t”, estimado em 2.000\$000. Para isso, propunha que fossem construídos fornos simples, sem instalações caras ou complicadas, mas que fossem apropriados para a recuperação de subprodutos. Desse modo, o gás serviria para aquecer a retorta ou o forno de coque, enquanto o piche poderia ser comercializado por um preço mínimo de 200 réis por quilograma, economizando 3.210\$000. Nesse sentido, Francisco Rodolfo propõe, além da utilização destes subprodutos, uma tabela listando outros derivados da destilação do carvão. Ele esclarece que os custos do processo poderiam ser ainda mais reduzidos, quanto mais subprodutos fossem aproveitados: “e si mais longe fossemos no aproveitamento de sub-productos poderíamos attingir situação semelhante á das cokerias européas em que o coke, comquanto producto principal de industria, fica

quasi de graça á empresas que dele se ocupam” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.16).

Observa-se que, embora a preocupação da recuperação de subprodutos fosse maior lucratividade ao processo, este procedimento não deixava de ser uma forma de se reduzir o impacto ambiental da extração do carvão, ao substituir sua utilização como fonte de energia térmica para o processo pelos subprodutos inevitavelmente gerados por este processo. Esta proposta não deixa de ser uma forma de reciclagem do combustível.

A seguir, o tipo de forno deveria ser determinado para o processo. Para isso, Francisco Rodolfo fundamentou-se, novamente, na obra de Roux-Brahic anteriormente mencionada, em que se observa a relação do aproveitamento dos subprodutos com a escolha do equipamento, de acordo com suas características. Sendo assim, antes de apresentar os tipos de fornos, retomava-se os subprodutos que o processo poderia proporcionar, e as condições em que eles poderiam ser aproveitados:

O coke por sua combustão regular dá uma temperatura elevada sem provocar fumo algum. O coke propriamente dito é o producto da carbonisação da hulha aquecida ao abrigo do contacto do ar. Desprende-se, a principio, agua que, abaixo do rubro, escapa indecomposta enquanto ao rubro actúa sobre o carbono para dar CO e CO₂ e libertar hydrogeneo. Entre 100 e 1200 desprendem-se methana, hydrocarburetos pesados, hydrogeneo, oxydo de carbono, acido carbônico, hydrogeneo sulfurado e azoto restando como residuo o coke. Os elementos voláteis utilisaveis são o pixe, a benzena e o amoniaco.

Para se poderem aproveitar estes productos, os gazes devem ser resfriados antes de sua combustão e tratados pela agua. O pixe é obtido pelo resfriamento a cerca de 20 a 25 e o amoniaco se dissolve; a benzena é separada dos gazes pela lavagem destes com os oleos pesados do pixe.

O resfriamento e a captura da benzena e do amoniaco diminuem o poder calórico dos gazes a ponto de se lhes ter de dar um poder suficiente para a produção do coke. Isto obtém-se aquecendo previamente tanto os gazes combustíveis como o ar comburente antes de sua inflamação (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.17, [citação de Roux-Brahic]).

Esta sua explicação sobre o processo de coqueificação e o papel do resfriamento dos gases e do tratamento pela água para o aproveitamento dos subprodutos serve de base para apresentar alguns tipos de forno, como o “Coppée”, o “Carvès”, e os fornos belgas “Smet”, “François”, “Dulait” e “Gobiet”, além dos fornos “Creusot” e “Appelt”, apresentando suas características quanto à recuperação dos subprodutos, e comparando-os:

No forno Coppée só o ar é reaquecido por sua passagem através de recuperadores.

No forno Carvès os gazes, despejados do pixe e da amonea, bem como o ar, são ambos aquecidos antes da combustão.

Em algumas uzinas só se extrahe o pixe e o amoniaco, ficando a benzena no gaz.

Os fornos belgas são fornos rectangulares alongados, completamente fechados, com conductos sob o piso e sob os lados, com portas nas duas extremidades, de modo a permittir o desenformamento mecanico por impulsor movido a braço, ou a vapor ou á electricidade.

Entre estes fornos:

O forno Smet é o mais espalhado. É o mais simples e o mais resistente.

Os fornos François, Dulait, Gobiet, etc, só diferem do precedente por sua largura e pela duração da carbonisação em vista de obter coques mais solidos.

Os fornos Coppée são, ao contrário, fornos muito estreitos em que se visou obter um aumento maior possível da superficie de aquecimento e altura de carga para obter coques muito solidos com carvões magros.

Os fornos do Creusot são mais estreitos e mais altos ainda em que os conductos verticaes do forno Coppée são substituídos por grandes camaras de combustão.

O forno Appelt que se compõe de dezoito compartimentos, verdadeiras retortas verticaes de tijolos refractarios, dispostas núm forno rectangular, permite carbonisar rapidamente carvões magros ou ricos em gaz mas pouco agglutinantes. É o mais caro ao primeiro estabelecimento e na manutenção (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.18-19, grifo do autor).

Mais uma vez, a influência do ensino na Escola de Minas de Ouro Preto é percebida pelo conhecimento e familiaridade com equipamentos franceses e belgas. Ao considerar a escolha do forno, além da forma como os subprodutos são reaproveitados, os critérios da simplicidade da operação, da resistência do equipamento, do preço de compra e de manutenção, são introduzidos. Também são apresentadas as características do coque que se podia obter, relacionando-as a diferentes tipos de carvão, como o carvão magro.

A forma de utilização e o direcionamento do gás de coqueificação era importante no processo. Francisco Rodolfo sintetiza a forma como estes fornos funcionavam, explicando que, à época, os fornos modernos aproveitavam o gás expellido no decorrer do processo de coqueificação, ao dirigi-lo através de dutos em torno das paredes e do piso. O ar era, então, levado ao contato deste gás, queimando-o. Esta combustão desprendia calor, que era suficiente não somente para carbonizar totalmente a hulha, mas também para aquecer os outros dispositivos (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.19).

Francisco Rodolfo explicava, ainda, que quanto menos gás contivessem as hulhas, maior seria o rendimento do coque, que poderia, por sua vez, aumentar em 5% com a utilização de fornos com dispositivos de recolhimento dos produtos da destilação, porque o ar que entrava no forno pelas portas e frestas do material de

alvenaria e isso fazia com que a quantidade de carvão que queimava não fosse constante. Dentre os fornos com dispositivos de reaproveitamento, os horizontais era os mais espalhados, e eram feitos muito estreitos e compridos, com 6 a 10 metros, para aumentar a superfície de aquecimento. Estes fornos tinham lados curtos, com portas, e lados compridos. O piso e parte da abóbada tinham dutos em volta, através dos quais passavam os gases da carbonização, que saiam do forno por uma abertura na metade superior dos lados compridos, direcionando-se aos dutos de combustão (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.19). Restava, enfim, comparar estes fornos.

Voltando a mencionar os estudos de Roux-Brahic, Francisco Rodolfo apresentou elementos de comparação entre os fornos com dispositivos horizontais e verticais de condução dos gases. Os fornos com dispositivos horizontais eram, por exemplo, os fornos Copée e Coppée-Otto, e, com dispositivos verticais, os fornos Smet e Carvès. Os fornos com dispositivos verticais de condução do gás conseguiam aquecer fortemente o piso, de modo que o calor penetrava perfeitamente dentro do forno. Já nos fornos com dispositivos horizontais, os gases eram conduzidos para a frente e para trás, paralelamente aos lados compridos, antes de entrarem sob o piso, o que representava um trajeto longo em que o calor era melhor utilizado, mas os gases chegavam frios abaixo do piso, gerando uma diferença de temperatura com relação às paredes do forno, desvantagem esta que os fornos com dispositivos verticais não tinham. A duração do processo de carbonização do carvão era diretamente proporcional à seção do forno, sendo de 18 a 20 horas em um forno Coppée de 0,5 m² e de 36 horas, para uma seção de 0,96 m² (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.20).

Havia ainda, o forno da “Société française des fours à coke”, que era detalhadamente descrito, combinando seus dutos verticais com um canal horizontal:

O pé direito se divide em um numero bastante grande de conductos verticaes originados um pouco abaixo do piso do forno terminando na aboboda.

Elles são reunidos por um canal horizontal que absorve todos os gazes queimados. Os tres ou quatro conductos extremos formam os canaes de volta permittindo ás fumaças de irem ao collecter.

Abaixo dos pés direitos acha-se o conducto que leva o gaz aos queimadores collocados na extremidade inferior delles. Sobre o lado do queimador desemboca um pequeno canal dirigido a uma galeria livre collocada debaixo do piso e que traz o ar necessario á combustão dos gazes.

O gaz, que se desprende dos fornos por columnas montantes, chega ao barrilete, depois aos diversos aparelhos de recuperação voltando pela coluna de recalque aos fornos e depois aos queimadores. Arde depois de ter recebido o ar pelos conductos verticaes dos pés direitos, desce depois pelos canaes de volta ao collecter d’onde passa debaixo das caldeiras para ser por

fim evacuado, pela chaminé, para a atmosfera (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.17, [citação de Roux-Brahic], grifo do autor).

Percebe-se aqui, novamente, o tema da perda de calor pela extensão dos dutos e a tentativa de combinar as vantagens de cada modalidade, vertical e horizontal, para se obter o melhor e mais uniforme aquecimento possível do forno com a menor perda de energia. Chama a atenção o impacto ambiental do processo, com a evacuação dos produtos da combustão dos gases diretamente na atmosfera, em um procedimento publicado na literatura científica da época, logo, conhecido e utilizado nos países industrializados com indústria siderúrgica desenvolvida, como a França, a Alemanha e a Inglaterra, no início do século XX, e que os demais países, cuja industrialização se desenvolvia, como o Brasil, almejavam adotar.

Depois de apresentar, de forma geral, as diversas possibilidades técnicas existentes para a escolha do forno de coqueificação do carvão, com suas vantagens e desvantagens, Francisco Rodolfo passa ao exame do caso específico da Mina de Gravataí. Segundo ele, em um primeiro momento, poderia ser utilizado um forno do tipo colmeia em bateria, passando-se a equipamentos mais modernos à medida em que a indústria se desenvolvesse ou aumentasse a demanda do coque gaúcho, para que, então, se pudesse explorar ao máximo a hulha disponível. O forno colmeia, em sua opinião, perdia totalmente os gases, e, assim, os subprodutos voláteis, mas poder-se-ia, pelo menos, aproveitar o piche. O problema da perda dos gases ainda poderia ser contornado com um pequeno investimento, entretanto. A grande conveniência da escolha do forno colmeia estaria no preço e na simplicidade do equipamento, possibilitando a operação do forno por qualquer pessoa, e poderia ser utilizada uma leve aglutinação depois da moinha, no início do cozimento (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.21). Percebe-se, aqui, que a preocupação com a falta de mão-de-obra qualificada para a realização do trabalho somava-se aos critérios técnicos e orçamentários, na escolha do forno. A limitação que se impunha ao desenvolvimento siderúrgico era devida, em parte, à falta de conhecimento técnico para a execução dos serviços, como já apontava anteriormente Eschwege, e deveria ser levada em consideração para o sucesso do empreendimento na Mina de Gravataí.

Francisco Rodolfo sugeria, assim, a construção de uma bateria de 10 colmeias, em duas séries de 5, em um único corpo de alvenaria, com um duto central de tiragem e uma chaminé única no topo. Seria realizada uma construção em alvenaria de tijolo de 14 m x 6 m x 2 m, com uma chaminé de 6 m de altura, colocando-se, logo abaixo,

uma bateria de peneiras de trapiche de manobras da mina. O carvão seria escolhido e desceria por efeito da gravidade, até as vagonetas de fundo móvel que correm até as bocas de carga de cada colmeia, e a retirada do forno pela lateral, para as vagonetas comuns que vão para o depósito (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.22). O custo aproximado desta construção seria, segundo Francisco Rodolfo:

Tabela 16 – Estimativa aproximada das despesas para a construção de uma bateria de colmeias na Mina de Gravataí

Alvenaria		
Alicerces	90m a 100\$ cada	9.000\$000
Corpo do forno	100m a 130\$ cada	13.000\$000
Chaminé	6m a 130\$ cada	780\$000
Condutos	12m a 130\$ cada	1.560\$000
Câmaras refratárias	60m a 300\$ cada	18.000\$000
	Total	42.340\$000
Escavação		
Sólo argiloso	200m a 30\$ cada	6.000\$000
Ferro fundido		
Guarnição e porta de fogo	10 a 400\$ cada	4.000\$000
Guarnição e porta cinzeiro	10 a 300\$ cada	3.000\$000
Guarnição e porta carga	10 a 800\$ cada	8.000\$000
Suspiros	40 a 12\$ cada	480\$000
Grelhas	10 a 200\$ cada	2.000\$000
Ferro batido		
Estais curtos	12 a 100\$ cada	1.200\$000
Chapas externas	10 a 20\$ cada	240\$000
Estais longos	6 a 240\$000	1.440\$000
Chapas externas	6 a 20\$	120\$000
Viação		

Vagonetas de fundo móvel	5 a 500\$	2.500\$000
Vagonetas comuns	5 a 350\$	1.750\$000
Cobertura		
Para uma área de:	162m ² a 40\$	6.480\$000

Fonte: SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.22

Como professor, Francisco Rodolfo tinha a didática em seu favor, na exposição de suas ideias. Desse modo, ele realizou as somas parciais da estimativa de custos e compôs um quadro recapitulativo das despesas da construção da bateria de colmeias para a coqueificação do carvão da Mina de Gravataí:

Tabela 17 – Resumo das despesas para a construção de colmeias para a produção de coque na Mina de Gravataí

Alvenaria	42.340\$000
Escavação	6.000\$000
Ferro fundido	17.480\$000
Ferro batido	3.000\$000
Viação	4.250\$000
Cobertura	6.480\$000
Total	79.550\$000

Fonte: SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.23

A clareza da argumentação era fundamental para que seus projetos fossem considerados por seus superiores hierárquicos. Por isso, Francisco Rodolfo esforçava-se em explicar suas ideias com textos, gráficos, tabelas, fotos, desenhos, e tudo o que pudesse clarificar seu pensamento a seu interlocutor. Ele arredondou o valor total obtido das despesas para construir as colmeias para 80 contos de réis, observando ter feito uma estimativa alta dos valores em razão das condições de operação do forno e da importância de não se permitir a entrada de ar no equipamento, para que não ocorresse combustão:

(...) deve se ter em conta que o material tem de ser escolhido com enorme cuidado, a execução tem de ser a melhor possível porque se trata de alvenaria e material destinados a resistir a temperaturas elevadas de maneira

continua e em que não póde entrar ar de espécie alguma (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.22-23).

Considerando que este investimento de 80 contos de réis fosse amortizado em 5 anos, isto corresponderia a uma amortização de 16.000\$000 por ano e, como a produção estimada de coque seria de 140 toneladas por mês, ou seja, 1.680 toneladas de coque por ano, como visto precedentemente, a amortização seria de 9\$523 por ano, para cada tonelada de coque. Arredondando-se este valor, a amortização seria de 10\$000 por tonelada de coque, por ano, ao longo de 5 anos. Este valor de amortização do investimento da construção das colmeias seria abatido do saldo a favor da coqueria, que estava previsto no cálculo anterior, como sendo de 4.080\$000 para cada 140 toneladas de coque produzido. Ora para esta produção de 140 toneladas de coque, deveriam ser amortizados 1.400\$000 que, descontados do saldo a favor da coqueria, ainda deixavam um valor positivo de saldo de 2.680\$000, “o que sempre é um lucro muito apreciável n’um mez” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.24). Desse modo, mesmo ao incluir nas despesas o custo para construir os equipamentos necessários para a produção de coque, e, mesmo realizando os cálculos com uma previsão “pessimista”, tendendo a moderar a previsão das receitas e superestimar as despesas, ainda assim o empreendimento mostrava-se viável e, inclusive, lucrativo para o governo do estado, e era isso que Francisco Rodolfo pretendia demonstrar ao Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul.

Depois de determinar a viabilidade técnica e econômica do projeto de coqueificação do carvão da Mina de Gravataí, Francisco Rodolfo Simch procurou estabelecer se seria possível, da forma como ele havia previsto o forno, produzir coque na quantidade que ele julgou necessária para compensar o investimento. Para isso, ele elaborou uma “caderneta de meneio”, ou de “conducção”, que era um planejamento de como deveria ser o ritmo do enforamento e do desenforamento³⁶² para que se chegasse à produção estimada por ele nos cálculos anteriores (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.24).

Este caderno de meneio indica como deveria ser operada a bateria de destilação de carvão de pedra da Mina de Gravataí e foi transcrito na Informação nº

³⁶² O caderno de meneio de Francisco Rodolfo Simch chama estas operações de “enforne” e “desenforne” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.24). Na prática da metalurgia contemporânea, tem-se os termos “enforamento” e “desenforamento”, relacionados à produção de coque (TAYLOR, 2000, p.1661).

24. A sequência de carregamento de cada carga estava ali prevista dia a dia, para um período de 30 dias, de modo que não houvesse perda de calor, substituindo-se logo a carga desenformada por outra, carregada por cima, realizando-se diariamente uma carga e uma descarga nas metades alternadas das baterias das colmeias. Somando-se a carga total das duas colunas do enformamento, tem-se 225 toneladas de carvão de pedra a serem destilados, enquanto as outras duas colunas de desenformamento preveem, juntas, um rendimento de 147 toneladas por mês (SIMCH In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.25).

Tabela 18 – Caderneta de meneio, bateria de destilação de carvão de pedra da Mina de Gravataí, 1928

Dias	Enformamento		Desenformamento	
	Dias ímpares	Dias pares	Dias ímpares	Dias pares
1	7.500			
2		7.500		
3	7.500		5.250	
4		7.500		5.250
5	7.500		5.250	
6		7.500		5.250
7	7.500		5.250	
8		7.500		5.250
9	7.500		5.250	
10		7.500		5.250
11	7.500		5.250	
12		7.500		5.250
13	7.500		5.250	
14		7.500		5.250
15	7.500		5.250	
16		7.500		5.250
17	7.500		5.250	
18		7.500		5.250
19	7.500		5.250	
20		7.500		5.250

21	7.500		5.250	
22		7.500		5.250
23	7.500		5.250	
24		7.500		5.250
25	7.500		5.250	
26		7.500		5.250
27	7.500		5.250	
28		7.500		5.250
29	7.500		5.250	
30		7.500		5.250
Total	112.500	112.500	73.500	73.500

Fonte: SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.25

Mais uma vez, Francisco Rodolfo Simch recomendava o reaproveitamento dos subprodutos, mas salientava que, neste caso, o forno não mais poderia ser do tipo colmeia, mas sim um forno de tipo fechado, do tipo Smet ou Coppée-Otto. Na época, estes tipos de forno custavam praticamente o triplo do forno tipo colmeia, ou seja, cerca de 240 contos de réis, mas a produção seria quatro vezes maior porque o tempo de fogo seria menor e a capacidade do equipamento seria maior. Além disso, o fato de se recuperar os subprodutos permitiria amortizar mais rapidamente o investimento. Quanto ao forno Appelt, sua instalação era mais cara, mas tinha a vantagem de dispensar a necessidade de aparelhos para extrair o coque, pois este cairia de dentro da retorta vertical, porém exigiria pessoal com maior conhecimento técnico na operação, e, por esse motivo, não seria, segundo Francisco Rodolfo, recomendado para a Mina de Gravataí. Além disso, em caso de manutenção ou reparo, uma seção inteira deste forno, ou seja, metade do forno, deveria ser resfriada imediatamente (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.26). Mais uma vez se percebe, ao lado das preocupações com o orçamento e amortização do investimento, a falta de preparo técnico dos trabalhadores na área da siderurgia, até porque esta indústria ainda estava em desenvolvimento no Brasil. Assim, a escolha do forno deveria considerar a realidade brasileira.

Por fim, Francisco Rodolfo Simch apresenta ao Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul as suas considerações finais sobre o projeto de produção de coque na Mina de Gravataí, ressaltando o “enorme valor moral de não se abandonar

um serviço que sempre mereceu os desvelos de todos os governos patrióticos em toda parte do mundo” e destacando cinco “pontos dignos de nota” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.26).

Em primeiro lugar, Francisco Rodolfo critica o governo federal, ao apontar que, embora o Rio Grande do Sul fosse “mal aquinhoado pelos favores da União”, havia conseguido resolver sozinho o problema do coque, que era de âmbito nacional³⁶³. Mesmo assim, a União destinava muitos recursos para encomendar estudos com especialistas³⁶⁴ de outros países, que apenas escreviam “eruditos relatórios sobre o assumpto” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.26), ou seja, não conheciam a especificidade da Mina de Gravataí e do Rio Grande do Sul. A não subordinação aos países estrangeiros era um ponto recorrente no discurso de Francisco Rodolfo.

O segundo argumento em favor da lavra de carvão de Gravataí era o estímulo ao desenvolvimento econômico da região metropolitana de Porto Alegre. Para Simch, o desenvolvimento da indústria e do comércio traria vitalidade à região, movimentando a economia e trazendo prosperidade aos seus habitantes (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.27). Conforme ele havia publicado em seu artigo sobre a circulação dos transportes no litoral norte, ao defender a construção de um porto em Torres, por onde passavam os meios de transporte com mercadorias, desenvolviam-se os lugares economicamente, trazendo benefícios aos seus moradores.

A terceira perspectiva por ele apontada era que este seria “um momento econômico importantíssimo” para se ligar Porto Alegre a Torres através de uma ferrovia passando “por cima dos campos carboníferos, quiçá á boca das minas” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.26). Este argumento comprova que a o projeto do Porto de Torres continuava sendo debatido pelo governo e que Francisco Rodolfo Simch estava ciente de que havia carvão no espaço entre Gravataí e Torres, e que este espaço, que nesta pesquisa é chamado o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, deveria ser um lugar de circulação dos transportes, promovendo o desenvolvimento econômico do conjunto do estado. Aqui também ressurgem

³⁶³ Sobre o carvão do litoral de Santa Catarina, por exemplo, dizia-se que se prestava pouco ao processo de coqueificação, devido ao seu alto teor em enxofre (10%), gerando cerca de 30% de cinzas, sendo necessário um tratamento prévio do carvão antes da coqueificação para poder aproveitá-lo (MONBEIG, 1955, p.51).

³⁶⁴ Ao escrever a palavra “especialistas”, Francisco Rodolfo Simch ironiza a qualidade técnica destes especialistas, ao sublinhar a palavra e colocar, em seguida, um ponto de interrogação entre parênteses: “especialistas (?)”. Informação nº24, da Diretoria do Serviço de Mineralogia e Geologia do Rio Grande do Sul, pelo Diretor Francisco Rodolfo Simch, em junho de 1928 (Acervo particular de Clélia Simch Marc, 1928, p.26, grifo do autor)

princípios que ele havia exposto em seu artigo sobre o Porto de Torres, na década anterior, de que os produtos deveriam ser coletados o mais próximo possível de seu local de produção, evitando despesas desnecessárias e reduzindo seu custo final. Esta preocupação está aqui, na sugestão da linha ferroviária Porto Alegre-Torres preferencialmente passando pela boca das minas de carvão, gerando um trajeto racional de mercadorias que proporcionaria a melhor taxa de lucros possível, e onde um porto em Torres conectaria a produção do carvão e do coque gaúcho com o restante do país e do mundo.

O quarto aspecto apontado por Simch era a necessidade de se interromper o monopólio de carvão, que provocava preços exagerados. Francisco Rodolfo acusava o monopólio da indústria carbonífera de lutar contra a exploração de carvão em Gravataí (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.27), porque esta mina, justamente por ser estatal, era mais difícil de ser absorvida por um *trust*, em comparação com as minas privadas. Como a mineração de carvão pelo estado do Rio Grande do Sul contrariava os interesses dos monopolistas do carvão, lançava-se a afirmação, segundo ele, sem fundamentos, de que a qualidade do carvão gaúcho não seria boa: “a questão da qualidade do carvão – hoje, aliás, liquidada – éra apenas o pretexto, embora impressionante, da campanha que se lhe moveu sem tréguas” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1928, p.27). Sendo assim, a produção de carvão pelo governo do estado afrontava muitos interesses políticos e econômicos, e a denúncia de Francisco Rodolfo tornava-o suscetível a hostilidades, ao questionar a dinâmica monopolizadora do setor de combustíveis.

O último ponto abordado por Francisco Rodolfo tratava da possibilidade de desenvolvimento da indústria química, por causa do aproveitamento dos subprodutos da coqueificação, que traria riqueza econômica ao estado. Além disso, havia, ainda, à disposição muitos outros elementos naturais que poderiam ser explorados no estado (SIMCH, In: INFORMAÇÃO nº24,1928, p.27). Francisco Rodolfo observava, assim, a natureza, pensando como seus recursos poderiam ser aproveitados para gerar riqueza e desenvolvimento para a sociedade.

Apesar de defender o coque nacional, Francisco Rodolfo Simch também reconhecia as limitações do país com relação à técnica: “em materia de produção de coke nós, os sul-americanos em geral e os brasileiros em especial, sob o ponto de vista industrial, somos apenas neophytos. Muito há que estudar ainda neste assumpto e não será ás cegas que se tomam as resoluções” (SIMCH, In: INFORMAÇÃO

nº24,1928, p.26, grifo do autor). Francisco Rodolfo chama a atenção para o atraso do desenvolvimento siderúrgico brasileiro, não somente com relação aos países em que este setor se destacava, como a Alemanha, a França ou os Estados Unidos, mas, inclusive, com referência à América do Sul. Francisco Rodolfo reconhecia que, embora a Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul e ele dispusessem do conhecimento teórico suficiente para a produção de coque, eram apenas principiantes nesta atividade industrial desafiadora para o Rio Grande do Sul, e tinham muito a aprender e desenvolver, tecnicamente.

4.3 EXTINÇÃO DO SERVIÇO MINERALÓGICO E GEOLÓGICO DO RS: DISSOCIAÇÃO DOS OBJETOS TÉCNICOS DO ESPAÇO MINA DE GRAVATAÍ – PORTO DE TORRES (1929)

*“Damos por findo nosso bosquejo; não pretendemos ter resolvido cousa alguma, colligimos apenas material para que os competentes o possam fazer”
(Francisco Rodolfo Simch)*

A depressão econômica de 1929 anuncia uma nova fase na economia mundial, em que as estratégias de desenvolvimento devem ser reformuladas. Em um país como o Brasil, em pleno processo de crescimento da indústria, renasce a ideia de Francisco Rodolfo Simch de explorar o potencial brasileiro em recursos naturais. Ele começa, então, a reordenar seu conhecimento geográfico e suas observações da natureza em uma caderneta de anotações, que carregava consigo.

O conhecimento de Francisco Rodolfo Simch sobre a extensão das reservas de carvão nacional, incluindo a bacia entre Porto Alegre e Torres, é demonstrado em sua caderneta pessoal de anotações³⁶⁵, de 1929, assim como outras informações científicas. A caderneta de anotações, como visto, era um dos instrumentos tradicionais de trabalho em geologia, assim como a bússola, por exemplo, porque nela

³⁶⁵ Como observado na introdução, Francisco Rodolfo escreve a letra “c” do seu sobrenome Simch com acento diacrítico, remetendo à origem paterna na Boêmia. Esta origem também é lembrada em uma frase de Aristóteles, em idioma tcheco, apresentada como epígrafe no seu livro Programa de Economia Social, significando, em língua portuguesa, “A educação tem raízes amargas, mas os frutos são doces”, como mostrou a Dissertação de Mestrado da autora (MARC, 2019) e o produto educacional a ela associado (SIMCH prepara o projeto para amanhã, 2019). No entanto, na edição de 1934 desta obra, esta epígrafe é suprimida, em um período de circunstâncias políticas turbulentas no país que passou a ser a Tchecoslováquia, depois da Primeira Guerra Mundial.

as observações realizadas no curso das saídas de campo eram registradas, para, depois, serem analisadas, servindo as informações de base para cálculos ou relatórios.

Fotografia 35 – Folha de rosto da caderneta pessoal de anotações de Francisco Rodolfo Simch, 1929



Fonte: Arquivo particular de Clélia Simch Marc

Em sua caderneta, Francisco Rodolfo Simch anotava fórmulas matemáticas e o que observava na natureza, como dados topográficos. Como exemplo do que ele anotava, tem-se os cálculos de azimutes, coordenadas geográficas, resumos de estequiometria, valores de dureza dos materiais, fusibilidade, densidade, ensaios das pérolas de bórax, altimetria, entre outros tópicos. Ali ele anotava, por exemplo, o peso atômico dos elementos, dentre os quais, “W – Wolfram 184,0”, como material de consulta para suas saídas de campo. Quando ele anota as coordenadas geográficas e altitudes, várias cidades gaúchas são listadas, mas, para a cidade de Torres, há também um pequeno desenho acompanhando a indicação de que a medição se referia à “base do farol”. Já Gravataí aparece em branco, e Viamão contém apenas um valor de altitude escrito a lápis.

A identificação das áreas ricas em carvão no Rio Grande do Sul tem destaque na caderneta. Francisco Rodolfo desenha, a mão, um mapa colorido, em que se distingue, na cor preta, a região das camadas carboníferas, passando pelo espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres. Na foto a seguir, pode-se visualizar a localização das jazidas de carvão da Bacia do Paraná, conforme mapa e legenda por ele desenhados:

Fotografia 36 - Página 147 da caderneta pessoal de Francisco Rodolfo Simch com a indicação da formação permeana carbonífera em cor preta, 1929



Fonte: Arquivo particular de Clélia Simch Marc

Logo, Francisco Rodolfo tinha pleno conhecimento da existência de carvão no espaço Gravataí – Torres, onde defendia, como visto precedentemente, a construção de uma ligação ferroviária para transporte de carvão.

Além disso, todas as informações que ele coleta, pela observação da natureza, como o horário do pôr do sol, dados climatológicos, as antigas medidas brasileiras, enfim, toda a informação que para ele faz sentido para a realização do seu trabalho e contribui para seus cálculos é ali registrada. É possível que esta caderneta fosse a base para a escrita de um novo livro ou artigo sobre a geografia do Rio Grande do Sul.

Apesar do comprometimento de Francisco Rodolfo em expandir as atividades de mineração no Rio Grande do Sul, o ano de 1929 trouxe a extinção do Serviço de Mineralogia e Geologia do estado, que passou a compor uma seção de menor importância dentro da SOP. Com esta importante modificação estrutural do governo estadual, os objetos técnicos do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres passam

a ser considerados como dois elementos distintos, a partir de 1929. Com relação aos serviços geológicos no Brasil, Francisco Rodolfo afirmava:

Colocam-nos em tristíssima dependência de repartições puramente burocráticas, que anulam e estragam os melhores esforços feitos: continua a geologia a ser olhada pelos nossos governantes como exquisitece ou extravagância quando não como filha espúria que se mantém porque alhures há também ...disso (SIMCH, 1934, p.294).

Apesar dos experimentos realizados sobre a produção de gás e de coque, a partir do “carvão Gravataí”, sobretudo nos anos de 1927 e 1928, nada foi concretizado pelo governo, no sentido de implementar uma nova técnica no estado. Esta é uma fase de desânimo com a repartição em que trabalha, que passa a ser a 4ª seção (Geologia e Mineralogia). Em seu relatório de 29 de maio de 1930, referente ao ano anterior, Francisco Rodolfo Simch expressa seu descontentamento com a reorganização da SOP, ocorrida em 2 de janeiro de 1929. Com isso, a direção do Serviço Geológico e Mineralógico foi extinta, perdendo sua importância e se tornando uma seção subordinada à Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1930, p.947).

Desde a década de 1920, Simch já expressava sua frustração com a dificuldade em se consolidar, no estado do Rio Grande do Sul, um modelo estatal de mineração do carvão, apesar das manifestações de interesse de Borges de Medeiros e de Getúlio Vargas. Embora o governo castilhistas reconhecesse o valor desta concepção, a pressão política exercida pelas empresas do monopólio do carvão parecia decisiva:

O Rio Grande do Sul esteve ensaiando esta última forma [em que os minerais do Rio Grande do Sul têm suas próprias lavras ou modelos que, em caso de necessidade, são submetidos à iniciativa privada], faltando-lhe, porém, a coragem para se lançar desassombadamente neste caminho: é que as empresas particulares de carvão representam alguns milhares de eleitores ou de votos, de modo que a este critério estreito cingiu-se a administração, fazendo parar suas minas e entregando o campo industrial à ganancia de capitalistas que nem daqui são... (SIMCH, 1931, p.369)

Observa-se que nem a iniciativa privada nem a introdução de capital de fora do Rio Grande do Sul eram as preferências de Francisco Rodolfo Simch para um modelo de mineração estatal. Para ele, o Serviço Mineralógico e Geológico, em sua concepção original, na gestão de Borges de Medeiros, era tão importante que o Museu Júlio de Castilhos, instituição anterior a sua criação, e do qual Simch também era Diretor, havia sido a ele subordinado, em seu cotidiano de trabalho. A extinção

daquele setor ocorreu, portanto, depois que Getúlio Vargas assumiu a Presidência do Rio Grande do Sul, sucedendo a Borges de Medeiros.

Somado a este fato, Francisco Rodolfo havia perdido o pai, Francisco José, falecido no ano anterior. O pai, que o iniciou na sua área de *expertise* e que o acompanhou na descoberta e na exploração do carvão, no cotidiano da mina e do funcionalismo público, era uma personalidade forte e decidida, que constituía um importante ponto de contato com a tradição germânica da mineração.

Estes acontecimentos de 1928 e 1929 geraram um manifesto descontentamento de Francisco Rodolfo, nítido em seus relatórios de trabalho. A seção reorganizada, doravante denominada “4ª Seção de Geologia e Mineralogia”, da SOP, perde seu prestígio e reduz seu quadro de pessoal, dificultando a realização dos trabalhos. Um exemplo disso ocorreu em abril de 1929, quando Francisco Rodolfo fez um projeto de pesquisa da zona de contato das formações primitiva, carbonífera e terciária a leste e nordeste de Porto Alegre, que foi autorizado, mas não pôde ser concretizado, porque o único auxiliar da seção havia sido demitido (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1930, p.947). A frustração com as condições de trabalho só fazia aumentar, nestas condições.

No mês seguinte, ele realizou um estudo sobre as condições geológicas de Santa Maria, para um projeto de abastecimento da cidade com água potável do subsolo. Depois disso, “esta excursão estendeu-se até Cruz Alta onde se dizia ter sido descoberto um depósito de fosseis” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1930, p.948). Seus relatórios passam a ser uma listagem de atividades desconexas entre si, sendo poucas delas interessantes para Francisco Rodolfo, como se depreende da sua narrativa em seus diários de trabalho. Em excursões como a de Santa Maria, percebe-se um interesse maior com a descoberta dos fósseis, o que indica que Francisco Rodolfo sentia falta de atividades estimulantes e do trabalho de campo.

Em julho, ele esteve a serviço no Instituto de Agronomia do Uruguai, para estudo de informações que, segundo ele, seriam “material aproveitável para a geologia rio-grandense” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1930, p.948). Esta é outra atividade que traz maior ânimo para o trabalho de Francisco Rodolfo. Sua paixão está, ao que indicam as fontes, nas descobertas e nas inovações, enquanto o trabalho rotineiro traz-lhe monotonia e até mesmo indignação.

Em setembro, o governo solicitou que Francisco Rodolfo fosse a Picada Café, em São Leopoldo, para conhecer o terreno onde se pretendia sondar a existência de

petróleo (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1930, p.948). Esta atividade também não trouxe maiores repercussões no seu trabalho.

A seguir, ele menciona, sem entusiasmo, 14 sondagens realizadas em Porto Alegre e em lugares onde seriam construídas pontes, perfurando-se um total de 263 metros, de julho a dezembro de 1929. Relata 3 sondagens em Tapes, de agosto a setembro, para a Diretoria de Viação Terrestre, totalizando 50,5 metros. Em Passo Novo, sobre o rio Ibicuí, realizou 3 perfurações, com 4,6 metros. No Passo da Cavalhada, 11 furos, em um total de 108 metros, para determinar a espessura de uma camada de argila utilizada para fabricar manilhas de grês, pela firma F. Casper & Cia. No Cristal, em Porto Alegre, 2 furos com total de 66,1 metros. Na Picada Café, no terreno de Pedro Schmidt Segundo, a pedido do Dr. M Freitas Valle e Silva e J. Gaertner, uma perfuração total de 140 metros (SIMCH, In: RIO GRANDE DO SUL, p.948-949).

Estes relatos indicam a atuação da nova 4ª seção (Geologia e Mineralogia) em vários pontos do estado e em terrenos públicos e particulares. Esta é uma forma diferente do funcionamento do Serviço de Mineralogia e Geologia, onde as atividades se concentravam principalmente nas áreas geográficas de prospecção e exploração carbonífera, que eram uma das prioridades do estado.

Com relação ao material de trabalho, Francisco Rodolfo Simch também se queixa: “o Serviço Geológico está completamente desprovido de material de analyses, salvo alguma pequena porção de reactivos docimasticos ainda restantes de outros tempos” – os tempos da gestão anterior, de Borges de Medeiros. Diz, ainda, que não se tem condições materiais para o trabalho, nesta nova seção: “com excepção de um pouco de material de topographia comprado, nada tem para seus serviços proprios, esta secção, desfalcada como se acha de tudo”, tanto que os ensaios eram realizados com equipamento de sua propriedade particular (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1930, p.949). Em caso de análises científicas, a 4ª seção tinha que recorrer aos laboratórios da 1ª seção, por falta de recursos e instalações, complementou (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1930, p.949).

Francisco Rodolfo relata que a Companhia Minas de São Jerônimo havia devolvido os poucos equipamentos de sondagem que haviam sido emprestados, mas estes materiais necessitavam de reparos, e a 4ª seção não dispunha de oficinas para isso. Quando havia necessidade de conserto de equipamentos, a 4ª seção tinha que recorrer às oficinas da Diretoria de Viação Fluvial, que já se encontrava ela mesma

sobrecarregada. Isso causava demora até mesmo para pequenos consertos, gerando reclamações dos interessados particulares que não estavam a par dos problemas pelos quais passava esta seção, em sua nova organização (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1930, p.949).

A cada frase, Simch demonstra explicitamente seu desagrado com a mudança na estrutura da repartição: “o serviço de expediente, insignificante, aliás, como não pôde deixar de ser em atividade da natureza das nossas, foi todo elle mantido em dia, estando completos os respectivos registros” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1930, p.949). A natureza da atividade da nova 4ª seção mudou, portanto, perdendo seu caráter científico de investigação e inovação, passando a gerar, em decorrência disso, um serviço de expediente empobrecido e burocrático, deixando passar, segundo ele, oportunidades de desenvolvimento do estado:

O Serviço Geologico e Mineralogico é mais que tudo e antes de tudo um departamento científico de pesquisas referentes á constituição e aproveitamento da crosta da terra e assim é entendido em toda parte; decorre, aliás, esse mesmo caracter do regulamento que lhe deu ao organisal-o, o benemerito cidadão Dr. A. Borges de Medeiros, quando foi presidente do Estado; por isso é indispensavel se dê ao pessoal technico, que o atende, a precisa autonomia para as operações, não podendo nem devendo ficar esse pessoal adstricto à presença hieratica na Repartição, quando ahi nada haja que fazer; bem se compreende ser isso prejudicial pelo se perderem, a troco de uma problematica obediencia a horarios exagerados, múltiplas oportunidades, muitas dellas unicas, de colher importantes e valiosos dados de ordem scientifica e pratica.

Tal como funciona este departamento – como dependência burocrática de expediente de outros serviços com que só de longe tem ligação – não corresponde aos fins para que foi creado, urgindo uma reforma qualquer nesse sentido (SIMCH, 1930 In: RIO GRANDE DO SUL, p.950-951)

Em particular, observa-se a referência a Borges de Medeiros como regulamentador deste modelo científico de exploração geológica pelo estado, elogiando seu papel como Presidente do Rio Grande do Sul da gestão anterior. Em contraposição a isso, na gestão atual, de Getúlio Vargas, ocorria, segundo Francisco Rodolfo, falta de autonomia e flexibilidade no trabalho, reorganizado de maneira a atender outros propósitos do que aqueles previstos em sua criação, impossibilitando o cumprimento de seus objetivos científicos. Por fim, ele pediu com urgência, em 29 de maio de 1928, que esta situação se modificasse.

Neste ponto da pesquisa, é importante retomar brevemente aquilo que foi exposto na introdução: Francisco Rodolfo apontava que havia carvão mineral de boa qualidade na área da Mina de Gravataí, e isto foi confirmado posteriormente, com as

descobertas de jazidas de carvão naquela área: Morungava, Chico Lomã e Santa Teresinha. O que fez com que, no período contemporâneo, a exploração deste carvão fosse considerada economicamente inviável, segundo a CPRM, foi a grande profundidade em que se encontram, que pode ser de até 1.200m (BRANCO, 2014³⁶⁶). Isto porque, atualmente a matriz, energética não privilegia o carvão, mas, nas primeiras décadas do século XX, esta realidade era outra, e este mineral era prioritário como fonte de energia. Sendo assim, naquele período, parece ter sido efetivamente o monopólio da indústria particular do carvão a razão do abandono da iniciativa estatal, apesar da complexidade técnica inerente à técnica da extração mineral em profundidade.

Como visto, para Francisco Rodolfo a Mina de Gravataí e o Porto de Torres eram dois objetos técnicos indissociáveis, mas esta concepção não é compartilhada com a nova gestão do governo estadual, pois, logo após a dissolução do Serviço Mineralógico e Geológico, tornando-se a 4ª seção, Getúlio Vargas ordenou que Francisco Rodolfo Simch realizasse um reconhecimento geológico da região de Torres, “em que se pretendia construir um porto de mar” (SIMCH In: RIO GRANDE DO SUL, 1930, p.947). Francisco Rodolfo esteve, assim, em fevereiro e março de 1929 em Torres, para realizar esta excursão científica.

É interessante observar que a mudança do governo estadual repercutiu, também, na visita de Getúlio Vargas a Torres, em 1928, seguida da visita, em dezembro do mesmo ano, de “uma comissão técnica, para fazer levantamentos topográficos e hidrográficos em busca da concretização do antigo plano”, chefiada pelo engenheiro Beno Hoffmann, pelos auxiliares Ivo Pedroso da Silveira e Roberto Hoerde (RUSCHEL, 2004, p.469; MENSAGEM, 1929, p.16³⁶⁷). Em 1929, depois de vários estudos, o governo estadual informou ao município de Torres que não realizaria o projeto, porque “no contrato de concessão existiam cláusulas contrárias aos interesses do Rio Grande do Sul, impostas pela inspetoria Federal dos Portos, cláusulas estas que recomendavam cautela” (RUSCHEL, 2004, p.470). Diante deste impedimento, Getúlio Vargas decidiu pleitear, junto ao Congresso Nacional, “uma lei especial que melhor regule a concessão” (MENSAGEM, 1929, p.16). Portanto a

³⁶⁶ BRANCO. Carvão mineral. CPRM, 2014. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/SGB-Divulga/Canal-Escola/Carvao-Mineral-2558.html>. Acessado em 08/05/2022.

³⁶⁷ MENSAGEM do Presidente do Rio Grande do Sul à Assembleia. 1929, p.16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2513> Acessado em: 24/02/2021.

legislação era utilizada como um dos instrumentos para alcançar os projetos que se pretendia concretizar.

Percebe-se que a reformulação da escolha do espaço da indústria siderúrgica brasileira acompanha um período de superação do bloqueamento técnico da economia, iniciado com a crise de 1929. Estas circunstâncias de mutação do sistema técnico trazem impacto às redes urbanas, pois, segundo Milton Santos (2012, p.172) “face às transformações técnicas, uma ou outra cidade pode ser mais ou menos capaz de adaptar-se, segundo concentre uma série mais ou menos completa de funções; a configuração da rede modifica-se, principalmente se todos os fatores de massa são atingidos”. Observa-se que os fatores de massa, assim como os fluxos e o tempo, são elementos que constituem a organização das redes, em que o tempo pondera fatores como a “massa do equipamento, especialmente do equipamento em transportes” e os fluxos das produções industriais (SANTOS, p.171-172). A Mina de Gravataí, sem a função de produzir coque, modifica sua relação com os fluxos industriais, a massa do equipamento, o espaço, o tempo, e, portanto, com as redes urbanas em formação no país.

Contudo, a ideia do Porto de Torres persistia. Mais tarde, com a Revolução de 1930, a possibilidade de construção do porto em Torres surgiu outra vez, com a publicação de um novo decreto com novas cláusulas para as obras portuárias e a ferroviárias entre Torres e Porto Alegre (RUSCHEL, 2004, p.470). Foi, justamente, nesse contexto que se previu uma ligação ferroviária a Porto Alegre e que aconteceu a negociação de 1933 de concessão do projeto para a Alemanha, com a participação de Francisco Rodolfo Simch como Secretário de Obras Públicas.

4.4 ALGUNS EFEITOS DA DEPRESSÃO ECONÔMICA DE 1929 NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ALEMANHA, A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

*“Da força da grana que ergue e destrói coisas belas
Da feia fumaça que sobe apagando as estrelas
Eu vejo surgir teus poetas de campos e espaços
Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva”
(Caetano Veloso)*

O ano de 1929 marca a depressão econômica mundial. Segundo Abreu (1974, p.7), “uma característica marcante da economia brasileira antes da depressão era a sua dependência de substancial entrada de divisas associada à emissão de

empréstimos públicos no mercado financeiro internacional", pois a economia brasileira era pautada em um "sistema do tipo semicolonial que se baseia em alguns poucos produtos primários de exportação, altamente dependentes do capital externo" (MOTOYAMA, 1999, p.34). Desde o pós-guerra até este período de início da depressão de 1929, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos haviam fortalecido seu comércio com o Brasil, então os Estados Unidos passaram a participar muito mais do mercado econômico brasileiro, enquanto se enfraqueciam as relações comerciais brasileiras com outros países fornecedores da Europa (ABREU, 1974, p.10), como a Alemanha. No Rio Grande do Sul, além da conjuntura econômica internacional, o ano de 1929 traz a formação da "Frente Única gaúcha, reunindo os velhos rivais libertadores (federalistas) e republicanos em torno da candidatura de Getúlio Vargas", como um dos casos dos "atritos locais para decidir quem recebe os favores do núcleo dominante, na escala nacional" (FAUSTO, 1997, p.122), e que terá impacto na Revolução de 1932, como se verá a seguir.

Figura 27 – Francisco Rodolfo Simch, na década de 1930



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Segundo Fausto (2001), o período entre a depressão mundial e a revolução de outubro de 1930, no Brasil, constitui um marco para a constituição do pensamento autoritário no país, distinguindo-se, desse modo, duas fases: a década de 1920, com a "maturação ideológica dos autores, com relativa influência na vida social e política", e, depois da Revolução de 1930, uma fase em que "o pensamento autoritário ganhou considerável prestígio e os principais ideólogos da corrente tiveram papel significativo na criação de instituições e na vida política em geral".

Neste contexto que levou à “crítica ao liberalismo ao primeiro plano da luta político-ideológica” (FAUSTO, 2001), Getúlio Vargas, enquanto candidato à Presidência da República, lançado pela Aliança Liberal, retomou a questão siderúrgica em um comício, na Esplanada do Castelo, em janeiro de 1930, reforçando “a necessidade de resolver o problema siderúrgico, vinculando-o a questões de segurança nacional” (FAUSTO, 2006, p.37). Logo, o tema da siderurgia surge fortemente vinculado à defesa nacional, na década de 1930, quando “as transformações abalam as bases da antiga ordem estabelecida” e “as novas forças sociais digladiam-se com as velhas, fomentando as polêmicas ideológicas e culturais” (MOTOYAMA, 1999, p.34).

Com a Revolução de 1930, o discurso do governo sobre a necessidade de criação e fortalecimento de uma grande indústria siderúrgica nacional ganha ainda mais relevo, acentuando seu caráter de defesa e a soberania do Brasil, com o apoio dos militares:

A Revolução de 1930 trouxe novo impulso à siderurgia, propondo como um de seus objetivos a criação de uma grande indústria siderúrgica, identificada mesmo com a noção de soberania nacional. Deixou-se de incentivar a criação de pequenas usinas metalúrgicas e várias comissões foram formadas, como a comissão revisora do contrato da Itabira, a Comissão Nacional de Siderurgia (ambas em 1931) e a Comissão dos Onze (em 1933), também destinada a estudar o caso da Itabira. O novo projeto de contrato com a Itabira foi enviado à Câmara dos Deputados em maio de 1935, sendo então definido o papel decisivo de uma grande indústria siderúrgica para o desenvolvimento e a independência econômica do país. Por solicitação do Legislativo, as Forças Armadas foram chamadas a se manifestar sobre o assunto. Através de pareceres emitidos pelo Estado-Maior do Exército, o Estado-Maior da Armada e o Conselho do Almirantado, os militares consideraram a questão siderúrgica não como uma simples questão econômica, mas como um problema político-econômico de cuja solução dependia o futuro da defesa nacional. A partir daí, os militares passaram a desempenhar um papel decisivo na luta pela criação de um setor siderúrgico brasileiro (ABREU, 2016).

A década de 1930 é, pois, o início de um período em que o setor militar se fortalece como protagonista do desenvolvimento siderúrgico, com relação, inclusive, aos engenheiros da tradicional Escola de Minas de Ouro Preto. O capital estrangeiro, contudo, permanecia fundamental para a realização de um projeto industrial deste porte, constituindo um paradoxo para a almejada independência econômica do Brasil. Ao mesmo tempo em que se desejava implementar instalações capazes de processar os abundantes minérios brasileiros para promover a industrialização do país, o investimento e a tecnologia de países estrangeiros eram necessárias para a

realização do projeto, com envio de parte dos minérios brasileiros para o exterior. Apesar do pensamento nacionalista, a limitação de recursos financeiros no Brasil impunha a necessidade da participação do capital estrangeiro em setores considerados estratégicos, como a metalurgia. Um exemplo da utilização de recursos estrangeiros para promover a industrialização no Brasil é a *Itabira Ore Company*. O desenvolvimento da tecnologia em solo brasileiro dependia dos investimentos dos países europeus e dos Estados Unidos.

As relações econômicas do Brasil com a Alemanha e os Estados Unidos tinham características diversas. Segundo Fausto (2006, p.98), antes do Estado Novo, Getúlio Vargas procurava manter relações comerciais com a Alemanha e com os Estados Unidos, ao mesmo tempo, porém a modalidade de comércio realizado com estes dois países era diferente: enquanto o Brasil tinha relações de livre-comércio com os Estados Unidos, mantinha apenas acordos de compensação com a Alemanha nazista, em que os marcos correspondentes às exportações do Brasil para a Alemanha eram compensados, na mesma moeda, em marcos, na compra de produtos do mercado alemão pelo Brasil.

Nestas circunstâncias de enfraquecimento das relações comerciais entre Brasil e Alemanha, na década de 1930, o Brasil retomava o projeto do Porto de Torres como um novo projeto de renovação e atualização de tentativas anteriores do governo. Na Mensagem do Presidente do Rio Grande do Sul à Assembleia, em 1930, retoma-se este projeto, especificando-se a existência dos estudos preliminares para a execução da obra, com levantamento topográfico e hidrográfico da costa. No início do ano de 1930, a comissão técnica que havia sido designada para este projeto considerou conclusa esta fase do projeto, e apresentou o plano geral da obra:

Segundo o projecto, o porto de Torres deverá ter a seguinte disposição: um anteporto, protegido por dois molhes quebra-mares, fracamente convergentes, medindo 1.200 metros de eixo a eixo; um canal de acesso com entrada para léste; um grande ancoradouro, com 10 metros de profundidade; um porto comercial, composto de três dócas, com os correspondentes terraplenos de 127^m, 60 de largura, sendo a primeira de 750 x 300 metros, com 10m de profundidade, a segunda de 300 x 300, com 8, e a terceira de 200 x 300, com 6; um porto para inflamáveis, provido do material tecnico indispensavel; finalmente, um porto fluvial, communicando com o rio Mampituba e destinado a servir o trafego interno, procedente dos canaes navegaveis das zonas norte do Estado e sul de Santa Catharina. Desnecessario é alludir ao aparelhamento complementar, comprehendido nas installações technicas de que deve dispôr um porto moderno e de grande movimento, como será o de Torres. O perimetro portuario abrange a área de 3.137.700 metros quadrados e o cáes apresentará uma extensão de 6.293,20 metros lineares, sendo 1.927,60

para calado de 10 metros, 2.587,60 para calado de 8 metros e 1.777 para calado de 6 metros.

O orçamento total da obra eleva-se a 294.471:766\$380. As rubricas que mais avultam no custo orçado são: dragagem, 30.504:960\$000; muralhas, 96.666:000\$000; armazens, 43.200:000\$000.

O interesse que poderosas empresas técnicas vêm demonstrando pela construção do porto de Torres constitui seguro penhor das promissoras perspectivas de tão notável empreendimento (MENSAGEM, 1930, p.117-118³⁶⁸)

Este projeto do Porto de Torres de 1930, no contexto em que foi apresentado, demonstra que várias etapas técnicas de estudo da viabilidade de de elaboração de um projeto minucioso de construção haviam sido concluídas, aguardando-se, somente, a aprovação do governo para que se buscasse o financiamento de empresas privadas para sua execução. Salienta-se a previsão da construção de um anteporto com quebra-mares, de forma a contornar as dificuldades antigamente apontadas das características geográficas de Torres. Nesse mesmo sentido de superar os obstáculos anteriormente apontados, sobre a profundidade para ancoragem, também se nota a preocupação em se garantir uma instalação suficientemente grande e profunda. A informação sobre o projeto privilegia, ainda, a conexão fluvial do planejado porto, colocando em valor o tráfego em direção ao norte do Rio Grande do Sul e ao estado limítrofe, o que era compatível com a ideia formulada por Francisco Rodolfo, em 1916, de direcionar o fluxo do transporte em direção ao norte, passando pelo Porto de Torres, e concentrar o comércio em direção sul por meio do Porto de Rio Grande (SIMCH, 1916). Deve-se, ainda, reter o valor total do orçamento previsto para o Porto de Torres pelo governo estadual, em 1930, estimado em 294.471:766\$380, porque este será um dos principais aspectos debatidos pelos candidatos a concessionários no Brasil e na Alemanha, no decorrer da pesquisa.

Na década de 1930, o tema dos transportes permanecia uma prioridade. Na mesma ocasião em que se submetia este projeto à apreciação do governo federal para aprovação, enviava-se, também, um estudo sobre a construção de um porto em Pelotas, com previsão de três orçamentos para a construção do cais, variando de acordo com o material empregado. O governo do Rio Grande do Sul aguardava, assim, a autorização para a execução destes projetos (MENSAGEM, 1930, p.117-

³⁶⁸ MENSAGEM do Presidente do Estado para a Assembleia. 1930, p.117-118. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2716> . Acessado em 20/04/2020.

118³⁶⁹). Os trâmites burocráticos entre o Rio Grande do Sul e o governo federal faziam parte, assim, das etapas necessárias à prefectibilização das obras públicas.

Contudo, “o problema máximo”, nos termos de Getúlio Vargas, era o siderúrgico, em razão da pouca disponibilidade de coque³⁷⁰ (A NOITE, 1931, p.2). Nesse sentido, logo após a Revolução de 1930, o escritor Monteiro Lobato, em seu retorno dos Estados Unidos, onde havia atuado como adido comercial, no Consulado do Brasil em Nova Iorque, defendia a utilização do processo Smith de coqueificação³⁷¹, tendo-o demonstrado ao Presidente Vargas e a autoridades militares, como os Ministros Leite de Castro³⁷² e Protógenes Guimarães³⁷³, na Fábrica de Ferro Nacional³⁷⁴ (A NOITE, 1931, p.2; LOBATO, 2010):

³⁶⁹ MENSAGEM do Presidente do Estado para a Assembleia. 1930, p.117-118. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2716>. Acessado em 20/04/2020.

³⁷⁰ A NOITE. *O máximo problema*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1931. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_03/6059. Acessado em 07/06/2022).

³⁷¹ Em 1931, Monteiro Lobato publicou artigos sobre o processo desenvolvido por William H. Smith no jornal “O Estado”, que foram reunidos no livro “Ferro” (LOBATO, 2010). Assim como o governo brasileiro, ele considerava a siderurgia e os transportes fundamentais para o desenvolvimento do país: “tudo na vida é transporte e este só se faz eficiente e industrialmente por intermédio do ferro transformado a multiplicidade infinita de máquinas que o homem criou”, onde o coque é o problema central para o Brasil, pois “a siderurgia moderna tem sua base no coque e não temos coque”, e fazia referência à Conferência sobre metalurgia que havia ocorrido na Escola Politécnica em São Paulo, em 1928 (LOBATO, 2010). Ressaltava a vantagem brasileira da possibilidade de produção no “*porto de exportação*”, pela proximidade dos minérios dos locais que poderiam comportar estruturas portuárias. No entanto, criticava o governo federal, seus técnicos e seus empreendimentos, como o “elefante branco de Volta Redonda, cujo fracasso já é admitido por todos” (LOBATO, 2010, grifo do autor).

³⁷² José Fernandes Leite de Castro (1871-1950) foi Ministro de Guerra do Governo Provisório, entre 1930 a 1932. Era gaúcho, nascido em Cruz Alta, e, como militar, era reconhecido por sua formação técnica sobre material bélico, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, quando chefiou uma missão para aquisição de material bélico na Europa. Na França, chefiou uma missão que estudava operações bélicas. Em 1928, era inspetor de defesa da costa, e fez parte, em 24 de outubro de 1930, do grupo de militares que depôs o Presidente Washington Luís, sendo promovido a General em 1931 (PECHMAN, 2023).

³⁷³ Protógenes Pereira Guimarães (1876-1938) nasceu em Florianópolis, Santa Catarina. Foi nomeado Ministro da Marinha do Governo Provisório em 1931, depois de ser anistiado, em novembro de 1930, e ter sido revogada sua reforma, no posto de contra-almirante, decorrente da sua participação na “Conspiração Protógenes”, no contexto do segundo ciclo das revoltas tenentistas, quando foi preso até 1927. Antes disso, ele havia cursado a Escola Naval, havia sido diretor do Serviço de Aviação na Europa, e havia sido diplomado na Escola Naval de Guerra, em 1921 (PECHMAN, 2023).

³⁷⁴ A NOITE. *O novo processo de fabricação de ferro*. A visita do Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1931. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_03/6059. Acessado em 07/06/2022).

Figura 28 – Getúlio Vargas e autoridades militares na demonstração do processo norte-americano Smith, defendido por Monteiro Lobato



Fonte: A NOITE, 1931, p.2.

Este episódio ilustra como o governo modificou suas relações, na década de 1930, com seu corpo técnico de engenharia, passando os militares a protagonizar os empreendimentos desenvolvimentistas. Além disso, percebe-se a escolha do governo brasileiro dos Estados Unidos como referência técnica e econômica para o desenvolvimento do Brasil, em oposição ao ensaio de coqueificação de Francisco Rodolfo, de 1928, em que a fundamentação técnica para a escolha de fornos e processos para a coqueificação era europeia, com ênfase na França, na Bélgica e na Alemanha. Aliás, a rivalidade entre a técnica metalúrgica dos Estados Unidos e aquela da Alemanha já estava presente na Primeira Guerra Mundial, em que a base do conflito, segundo Monteiro Lobato (2010), teria sido a “luta de aço germânico de um lado contra aço aliado de outro”.

O fortalecimento das relações comerciais brasileiras com os Estados Unidos e a Inglaterra foi acompanhada da diminuição dos negócios com o resto da Europa, depois de 1929. Esta mudança traz, portanto, reflexos nas negociações do Porto de Torres que seriam realizadas pelo governo do Rio Grande do Sul com a Alemanha, na década de 1930, pois, a partir de agora, os Estados Unidos passariam a exercer uma influência crescente na economia brasileira, superando até mesmo o domínio da Inglaterra. Com efeito, “o investimento total britânico no Brasil aumentou modestamente entre 1914 e 1930 - cerca de £ 27 milhões - enquanto o investimento norte-americano - que era de apenas £ 10,3 milhões em 1914 - aumentou cerca de £

110 milhões durante o mesmo período”. (ABREU, 1974, p.8-9). A exceção da importância crescente das trocas comerciais com os Estados Unidos, em detrimento da Inglaterra era o setor do transporte marítimo³⁷⁵.

Este fato é facilmente comprovado ao se analisar o balanço comercial brasileiro entre 1926 e 1930, citado por Abreu (1974, p.10): neste período de quatro anos, os Estados Unidos são o país de quem o Brasil mais importa, respondendo por 28% das importações, enquanto a Grã-Bretanha corresponde a 20,1% e a Alemanha a 12%. Além disso, a exportação do Brasil para os Estados Unidos era a maior: 44,7%, contra apenas 4,8% para a Grã-Bretanha e 9,6% para a Alemanha. Antes do final da Primeira Guerra Mundial, no entanto, as importações brasileiras dos Estados Unidos representavam pouco mais de 10%, e as exportações para aquele país não chegavam a 40%, enquanto as exportações para a Grã-Bretanha aproximavam-se de 18% e para a Alemanha em torno de 15%. Portanto chamam a atenção os números referentes às exportações para a Grã-Bretanha e para a Alemanha, indicando uma queda nas exportações, no período posterior à Primeira Guerra Mundial até a depressão de 1929, em oposição ao fortalecimento do comércio com os Estados Unidos.

O novo projeto do Porto de Torres é delineado como parte de uma nova tendência geopolítica. Na década de 1930, o caráter estratégico das vias de transporte e da navegação é reforçado, inserindo a concepção do Porto de Torres em uma discussão geopolítica, pois:

(...) o poder econômico, político, militar, social e cultural pertence desde sempre àqueles que sabem dominar o mar e os portos. É no mar, ou para nele navegar, que foram feitas a maior parte das inovações que, logo em seguida, perturbaram as sociedades humanas (ATTALI, 2017, tradução nossa).

Attali (2017, tradução nossa) observa, ainda, que “todas as mutações ideológicas maiores passam pelo mar”, e que a geopolítica deveria ser assim interpretada. É exatamente isto que ocorre, depois da Revolução de 1930, em que uma mudança na política acontece e renova a visão do governo a respeito da função

³⁷⁵ Abreu (1974, p.25) esclarece que, no “triângulo” das relações comerciais formado entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, “os Estados Unidos tinham um saldo comercial favorável com a Grã-Bretanha”, que perdeu seu domínio comercial e econômico sobre o Brasil. A Argentina, ao contrário, mantinha “um saldo favorável na balança comercial com a Grã-Bretanha e um saldo desfavorável no comércio com os Estados Unidos”. No entanto, a Grã-Bretanha, na década de 20, dominava o transporte marítimo brasileiro: “em 1926 navios britânicos nas rotas brasileiras transportaram o dobro da tonelagem transportada por navios alemães, seus concorrentes mais próximos”.

do Oceano Atlântico e das vias fluviais e terrestres que a ele se ligam, enfatizando a necessidade de garantia do controle marítimo.

Em 1931, o assunto dos transportes ainda está longe de estar resolvido, e ganha força, com a publicação da primeira edição da obra “Aspectos geográficos sul-americanos”, de Mário Travassos, que foi, em edição posterior, intitulada “Projeção continental do Brasil”. Esta obra faz parte de um contexto de consolidação do pensamento geopolítico brasileiro, na década de 1920 (SILVEIRA, 2009, p.649), “fundamentado na metodologia científica das escolas alemã e francesa, lideradas respectivamente pelo talento acadêmico de Rudolf Ratzel e Vidal de La Blache” (MATTOS, 2000, p.58). Mário Travassos foi um militar que formulou uma aplicação prática dos estudos teóricos da geopolítica brasileira, sistematizados pelo professor Everardo Backeuser, que se destacou pela publicação “Geopolítica Geral do Brasil” e por sua influência na política de fronteiras brasileira, logo após a Revolução de 1930³⁷⁶ (MATTOS, 2000, p.61), ao considerar que “a fronteira é a epiderme do organismo estatal, captadora das influências e pressões foraneas e, como tal, região que deve ficar diretamente subordinada ao poder central, e não a autoridades regionais que manifestam menor sensibilidade para os seus problemas”.

À época da publicação dos estudos de Travassos, Pandiá Calógeras³⁷⁷, observa que ele procura aplicar na América do Sul as referências teóricas dos geógrafos Ratzel³⁷⁸, da Alemanha, Jean Brunhes, da França, e outros, para que a circulação dos transportes fosse reformulada no Brasil:

É uma tentativa para pôr método no caos de nossas iniciativas, tão desordenadas, procurando analisar os problemas a solver, definindo-os, vendo-lhes as reações recíprocas, as possibilidades presumíveis, os fatores que podem surgir, os quadrantes em que podem aparecer, os pontos do horizonte de que são de esperar (TRAVASSOS, 1938, p.28).

³⁷⁶ Mattos (2000, p.61) destaca que Backeuser defendia que a política das fronteiras fosse centralizada no governo federal, não deixando esta atribuição em nível regional, tendo suas ideias contribuído para a criação dos seguintes territórios federais: Amapá, Roraima, Rondônia, Fernando de Noronha, Ponta Porã e Foz do Iguaçu.

³⁷⁷ Esta pesquisa utiliza a terceira edição da obra do Oficial do Exército Mário Travassos, publicada em 1938, com o prefácio de Pandiá Calógeras, que acompanhava a primeira edição do livro que se chamava, inicialmente, “Aspectos geográficos sul-americanos” (TRAVASSOS, 1938).

³⁷⁸ Albuquerque (2015, p.76) esclarece que os estudos de Ratzel refletem-se na obra de Travassos (1938) por meio da ideia de que a rede geográfica (circulação e comunicação) se relaciona com o valor das vantagens da situação territorial.

No princípio da década de 1930, a publicação da primeira edição da obra ocorreu em um contexto desenvolvimentista de valorização dos transportes, em que “o homem é o verdadeiro ator da geografia, e o que está pré-estabelecido pelas bacias hidrográficas e pelas cordilheiras pode ser exponenciado ou modificado pelos artifícios da engenharia” (MARTINS, 2011, p.101). Assim, Travassos (1938, p-9-10), lembra que os Estados buscam ter saídas para o mar e dominar as bacias hidrográficas e que, no caso da América do Sul, deveriam ser considerados os fenômenos geopolíticos decorrentes dos antagonismos entre i) sua localização limitada pelo Oceano Atlântico, no leste, e pelo Pacífico, a oeste; ii) a oposição entre a Bacia do Amazonas, ao norte, e a do Prata, ao sul, sendo estas as duas maiores bacias hidrográficas do continente, e, finalmente, iii) a localização da Bolívia e do Paraguai exatamente na área para a qual tais oposições parecem convergir:

E é iniludível a situação do Brasil, nesse complexo de fenômenos, pelo espaço e pela posição geográfica. Estão sob sua bandeira as bocas e o curso, inferior e médio, do Amazonas, ou seja, o desfecho de toda a Amazonia, do mesmo modo que grande parte das cabeceiras da bacia do Prata, cujo desfecho está sob bandeira argentina; cerca de dois terços da costa do Atlântico Sul lhes pertencem, possuindo os portos melhor colocados em relação aos grandes feixes de circulação marítima e aérea (TRAVASSOS, 1938, p.10).

Considerando estas características da América do Sul e o conceito de *heartland*³⁷⁹ de Mackinder, Mário Travassos formulou o conceito de *heartland* sul-americano³⁸⁰ como um território estratégico para o subcontinente, localizado na Bolívia, em uma área delimitada por Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de la Sierra, perto da fronteira paraguaia³⁸¹ (VICENTE, 2022, p.111). Esta analogia pode ser percebida ao se analisar, em primeiro lugar, a ideia de Mackinder, com o centro do poder territorial terrestre do mundo na Eurásia e, a seguir, a Bolívia como área estratégica do poder na América do Sul, pois, para Travassos (1938), “a definição de um *heartland* em determinado território é uma projeção discricionária e atende a

³⁷⁹ Segundo Vicente (2022, p.26), “o termo *heartland* deriva do conceito de “*pivot area*” desenvolvido por Mackinder, geógrafo inglês, em seu clássico estudo intitulado *The Geographical Pivot of History*, de 1904, no qual defendia que esta área se localizava no interior do continente euroasiático, mais precisamente na Rússia e a definia como o centro do poder territorial terrestre do mundo, ou seja, quem a dominasse dominaria o mundo. Mackinder é considerado o pai da geoestratégia”.

³⁸⁰ O estudo de Mário Travassos relaciona-se com os trabalhos do geopolítico espanhol Badia Malagrida (VICENTE, 2022, p.111).

³⁸¹ “Travassos via no Planalto Boliviano (Santa Cruz – Sucre – Cochabamba) o *heartland* da América do Sul, nos moldes com que Halford Mackinder enxergava a região pivô no centro da Eurásia” (GABRIEL, 2012, p.25).

finalidades políticas e estratégicas, em função de seu conceito original. Assim, ele pode ser estabelecido em qualquer escala, da global à local (VICENTE, 2022, p.111).

Figura 29 - Localização da *Pivot area* no núcleo do continente eurasiático (área pivô, tradução nossa)



Fonte: MACKINDER, 1904, p.435

Figura 30 - Localização do “triângulo econômico Cochabamba – Santa Cruz de la Sierra – Sucre”



Fonte: TRAVASSOS, 1938, p.60

Nesse sentido, Travassos (1938) destaca a importância do acesso à Bolívia como o *heartland*³⁸² da América do Sul. Isto se explica pela forma como as áreas geopolíticas para ali convergem:

[...] o subcontinente está dividido em quatro regiões geopolíticas: uma região andina, de vocação mineradora, costas anecumênicas e disposição longitudinal; a bacia do rio da Prata, a mais rica e povoada delas, é também a que mais sofreu com os conflitos internacionais ao longo da história; a bacia do Amazonas, com suas enormes potencialidades naturais e circulatórias, é a menos povoada do conjunto; e, por fim, desfrutando de certo grau de isolamento das outras três regiões, estão as bacias do Orinoco e do Madalena, que, servindo de estradas naturais para a Colômbia e a Venezuela, vinculam estas duas repúblicas à América insular. Estas três primeiras regiões (a andina, platina e Amazônica) têm seu ponto de convergência sobre o território boliviano, o centro de tensão máxima do subcontinente (MARTINS, 2011, p.18)

Travassos (1938, p.44-45) aponta o crescimento da influência e do investimento da Argentina sobre a Bolívia, com a intensificação do tráfego fluvial para transportar as mercadorias bolivianas para o Oceano Atlântico, acompanhado da expansão ferroviária ligando os dois países, em contraste com o que chama de “indiferença brasileira”. Para ele, “pode-se fixar de modo categorico o sentido político da Bolívia como o centro geografico do continente e a causa eventual de conflito armado, cujo vulto poderá mesmo assumir o carater de verdadeira conflagração” (TRAVASSOS, 1938, p.46).

Além disso, Travassos (1930, p.146) acrescenta: “E para completar esse esboço é preciso que se não esqueça do territorio paraguaio, sorte de prolongamento de toda a angustia concentrada no territorio boliviano”, pois ele agrupa o Paraguai e a Bolívia na categoria de países mediterrâneos (TRAVASSOS, 1938, p.10). Ora o Paraguai interessou-se pelo projeto do Porto de Torres, planejando utilizá-lo como uma saída para o mar para o seu comércio³⁸³ (DIRKSEN, 2021, p.28). Logo ligar o Porto de Torres ao Paraguai seria conectar o Brasil ao prolongamento do *heartland* da América do Sul, lembrando a importância estratégica da bacia hidrográfica do rio

³⁸² Acredita-se que a obra de Travassos (1930) tenha sido influenciada pelos trabalhos do inglês Mackinder, em que o *heartland*, ou “o *coração terrestre*, ou seja, a planície euro-asiática [...], é a chave de todo o sistema de reflexão mackinderiano, inacessível por todas as direções pelo poder marítimo, flanqueada por regiões superpovoadas, altamente propícia para a mobilização terrestre (seja pelo uso de cavalos ou camelos ou veículos motorizados) e autárquica de todos os recursos estratégicos como o petróleo e os metais” (MARTINS, 2011, p.130). Portanto, de forma análoga, se houvesse um centro do poder territorial da América do Sul, um *heartland* sul-americano, quem o dominasse teria domínio sobre uma extensão territorial ainda maior.

³⁸³ Esta afirmação baseia-se nos estudos das negociações do Porto de Torres, realizados por Dirksen (2021, p.27-28) e Adams Filho (2017, p.212-214).

da Prata e do “caráter internacional dos Rios Paraná e Paraguai (portanto da livre navegação)” (DORATIOTO, 2010, p.18):

O Paraguai se localiza no coração da Bacia do Prata, *heartland* da América do Sul, porém, sua mobilidade torna-se restrita ao norte pelo Chaco, pelo Pantanal Mato-Grossense e pela Amazônia e a oeste pela Cordilheira dos Andes, grandes obstáculos naturais de locomoção. Por isto, seu caminho natural para alcançar o mar se deu através da referida bacia hidrográfica, em direção ao sul. A condição mediterrânea do Paraguai é amenizada por sua localização no interior da Bacia do Prata, o que lhe possibilita a utilização dos rios Paraguai e Paraná e pela condição mesopotâmica da sua porção territorial oriental (VICENTE, 2022, p.26).

A importância da região do rio da Prata era reconhecida desde o Primeiro Reinado, pois as características de seu estuário possibilitavam a navegação de navios de grande porte, e porque nele desaguardam os rios Uruguai e Paraná, sendo que, “até o início do século XIX, a navegação deste último, bem como do rio Paraguai, era o caminho mais fácil e rápido para se chegar a Mato Grosso” (DORATIOTO, 2010, p.10).

Na década de 1930, este estudo foi levado em consideração como estratégia militar do governo de Getúlio Vargas, pois “suas idéias coincidiram com os propósitos políticos de fortalecimento do Estado Brasileiro oriundas dos revolucionários de 1930” (MATTOS, 2000, p.60). Dois exemplos disso são: i) a Guerra do Chaco (1932-1935), entre Paraguai e Bolívia, em que a participação do serviço diplomático do Brasil foi legitimada pela disputa do domínio da América do Sul entre Brasil e Argentina (SILVEIRA, 2009, p.658), decorrente “da projeção ferroviária que atraía para o Prata a economia do *heartland* sul-americano”, e ii) a construção da rodovia entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, que “seria a base de articulação da economia boliviana ao eixo portuário Santos – Rio Grande” (SILVEIRA, 2009, p.654), empreendida em 1938. Porém, não foram feitas as ferrovias, nem estabelecida a conexão dos portos do Brasil com os portos do Chile e do Peru pelo altiplano da Bolívia, como se planejava (ALBUQUERQUE, 2015, p.65).

Com relação aos mencionados autores brasileiros, Miyamoto (1999, p.84) ressalta “o caráter dessa produção militar, às vezes também diplomática”, “de cunho geopolítico, fazendo projeções sobre o ‘Brasil Potência’ ou a respeito do papel desempenhado pelas fronteiras na história nacional”, sendo tais estudiosos, muitas vezes, criticados, principalmente por argentinos, por serem “influenciadores das políticas nacionais, elaboradas pelo Itamaraty e pela caserna”.

A teoria do *heartland* também influenciou a Alemanha, nesta época. Segundo Braga (2011, p.153-154), na Alemanha nazista, a teoria de Mackinder foi adaptada por Karl Haushofer (1869-1946), que propunha uma nova ordem mundial composta por “quatro blocos continentais: a zona alemã (Europa menos Rússia, a África e o Oriente Médio); a zona norte-americana (o continente americano); a zona russa (Rússia mais sul da Ásia); e a zona japonesa (Extremo Oriente, Sudeste Asiático e Oceania)”, em que a área em torno da Grande Alemanha exerceria domínio sobre a Europa Central e Oriental.

No Brasil, os portos passam a articular economia e defesa nacional, com participação técnica e administrativa militar, a partir da década de 1930, que marca também o endividamento do Brasil e o consequente problema da dívida externa. Em 1931, a Inglaterra decidiu enviar Sir Otto Ernest Niemeyer ao Brasil para tratar deste assunto com as autoridades brasileiras. Ele era diretor do Banco da Inglaterra e, em 1922, havia sido nomeado Controlador da Fazenda, assumindo o controle técnico das finanças em seu país, e se tornou membro do Comitê Financeiro da Liga das Nações³⁸⁴ (THE NEW YORK TIMES, 1971, p.36).

Segundo Abreu (1974, p.15), a visita de Sir Otto Niemeyer ao Brasil, representando o Banco da Inglaterra, foi oficialmente comunicada em 10 de janeiro de 1931. Criava-se uma expectativa com a chegada desta missão, que deveria analisar a economia do governo provisório e propor um planejamento para viabilizar o pagamento da dívida externa. Nesta época, Francisco Rodolfo Simch atuava como Diretor do Porto de Porto Alegre, e frequentava Torres durante suas férias³⁸⁵ (A FEDERAÇÃO, 1931, p.4). Enquanto isso, Niemeyer chegou ao Brasil em fevereiro de 1931 e fez críticas às emissões e aos excessivos gastos públicos, propondo medidas adotadas pelo governo brasileiro que repercutiram nas suas relações comerciais com outros países, porque a União passou a exercer maior controle sobre as despesas em nível estadual e municipal, através da publicação do Código dos Interventores, impactando investimentos estrangeiros, e também porque a dívida externa deixou de ser paga até que fosse reescalada, de março de 1932 até 1934, depois de tratativas

³⁸⁴ THE NEW YORK TIMES. Sir Otto Niemeyer Dead at 87; Ex-Officer of Bank of England. Nova Iorque, 8 de fevereiro de 1971. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1971/02/08/archives/sir-otto-niemeyer-dead-at-87-exofiicer-oi-bank-of-england.html>. Acessado em 26/05/2023.

³⁸⁵ A FEDERAÇÃO. Administração do Porto. 1931, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/68365>. Acessado em: 10/10/2020.

com os países credores, que culminaram no “terceiro *funding loan*³⁸⁶” (FAUSTO, 2006, p.44), também criticado por Niemeyer:

Otto Niemeyer, assessor financeiro no início do período Vargas, criticou a idéia de que a saída para a crise cambial devesse incluir um terceiro *funding loan*: alegava que “o homem que afunda três vezes em geral se afoga”, referência aos dois empréstimos de consolidação anteriores (ABREU, 2023, p.5).

O governo da Alemanha estava atento a esta missão, pois estava sondando, através da Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro, as possibilidades de novos investimentos no Brasil. A missão Niemeyer forneceria informações seguras sobre a economia brasileira, que gerava desconfiança, na Europa, em razão de seu desequilíbrio.

Quanto ao governo brasileiro, em 23 de fevereiro de 1931, Getúlio Vargas reforçava o nacionalismo, ao discursar em defesa da ampliação da siderurgia e da indústria do aço, em Belo Horizonte, em presença do governador do estado de Minas Gerais, um estado importante e estratégico para a mineração e a siderurgia, setores que políticos mineiros, assim como os militares, buscavam desenvolver. Apesar de considerar o minério de ferro e as ferrovias como sendo estratégicos para a defesa nacional, Getúlio Vargas “traçava limites ao estatismo nacionalista”, defendendo a utilização de capital estrangeiro para o investimento na indústria do Brasil, sob forma de empréstimos e concessões, por exemplo (FAUSTO, 2006, p.47).

Estes “limites ao estatismo nacionalista” parecem um paradoxo entre a defesa do nacionalismo brasileiro fundamentado na exploração das riquezas naturais do país e a utilização de capital da iniciativa privada e, sobretudo, de recursos estrangeiros para o financiamento dos empreendimentos necessários à industrialização destes recursos naturais. No entanto, trata-se do que Fausto (2006, p.47) chama de “passos calculados” de Getúlio Vargas, ao evitar afrontar ostensivamente os interesses dos países estrangeiros e da iniciativa privada, para não provocar nenhuma ruptura. Além disso, no caso da indústria do aço e do petróleo e, sobretudo, da siderurgia, além das questões diplomáticas, havia a necessidade financeira do investimento estrangeiro ou privado para a realização destes projetos onerosos (FAUSTO, 2006, p.109).

³⁸⁶ *Funding loan* é um empréstimo de consolidação, sendo que houve sucessivos *funding loans* em 1898, 1914 e 1931 (ABREU, 2023, p.1), sendo este último o terceiro empréstimo a que Fausto (2006, p.44) se refere.

Esta linha de pensamento é recorrente também no discurso de Francisco Rodolfo Simch. Ao atuar em cargos importantes para o governo gaúcho, Francisco Rodolfo, ao mesmo tempo em que sustenta que o Rio Grande do Sul deve controlar a mineração no estado, apresenta-se favorável ao arrendamento da Mina de Gravataí para a iniciativa privada, na década de 1920, e negocia a concessão do projeto do Porto de Torres com o governo da Alemanha, na década de 1930.

A Alemanha procurava se antecipar aos resultados da Missão Niemeyer. Neste contexto de perspectiva de abertura do Brasil aos investimentos estrangeiros, em 23 de julho de 1931, antes mesmo da divulgação do relatório de Niemeyer, a Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro fornecia algumas informações sobre a economia brasileira ao Ministério das Relações Exteriores do governo alemão, que, por sua vez, remeteu as informações ao Ministério da Economia do país, em 24 de agosto daquele mesmo ano³⁸⁷.

O primeiro assunto tratado pelos alemães foi a situação das dívidas do Brasil na data de 31 de dezembro de 1930, com base em entrevista realizada com o Ministério do Interior. Segundo o relatório, a federação, os estados e os municípios tinham dívidas com os governos britânicos, franceses e norte-americanos. Os estados também tinham dívidas com a Holanda.

Nesse sentido, o segundo tema do relatório eram os empréstimos contraídos pelo estado de São Paulo entre 1926 e 1928, em que teria sido acordado, em junho de 1930, que o pagamento de juros ao governo inglês seria feito em papel mil-réis, à taxa de 6 pences para 1 mil réis, com depósito nos bancos paulistanos. Este acordo teria influenciado positivamente a taxa de câmbio, por bastante tempo, conforme indicava a embaixada da Alemanha. Os alemães analisavam atentamente o período entre 1926 e 1928 porque nesta época, justamente, de acordo com Abreu (1974, p.8), havia sido aumentada a emissão líquida de empréstimos públicos, com o objetivo de compensar a tendência decrescente dos saldos da balança comercial brasileira.

O terceiro ponto do relatório eram as consequências dos empréstimos brasileiros na bolsa de Londres, com repercussão em abril e maio de 1930: uma breve queda dos títulos brasileiros, em razão da insegurança da moeda e do desenvolvimento econômico do Brasil. No entanto, o valor dos títulos subiu novamente, de forma considerável, refletindo um retorno da confiança na situação

³⁸⁷ Documento Hd.49-31, Bundesarchiv, Alemanha.

financeira do Brasil. Esta desconfiança dos alemães na economia brasileira da década de 1930 também aconteceu, logo em seguida, por parte de Niemeyer, em sua missão no Brasil:

Niemeyer verificou ser impossível obter no Brasil estatísticas fidedignas referentes às contas públicas, sendo obrigado a aceitar "estatísticas que considerava falsificadas ou baseadas em conceitos vagos". O Banco do Brasil foi considerado "inútil enquanto banco central, mal organizado, mal administrado e sujeito a mudanças radicais de política a cada mudança de governo" (ABREU, 1974, p.15).

Em quarto lugar, calculava-se, considerando-se entradas e saídas, o saldo em ouro e papel moeda, em contos de réis, de janeiro a maio de 1931, que seria de 21.179: e 55.929:, respectivamente.

O quinto ponto era a renda aduaneira, em ouro e papel moeda, que havia sido reduzida de 55.816 e 36.762 contos de reis, respectivamente, para 35.156 e 23.252 contos de réis, de 1930 a 1931. Para estimar a renda interna, tinha-se a informação sobre a redução do papel moeda de 77.464 para 71.071 contos de réis, no mesmo período.

No sexto tópico, eram apresentados os cálculos da balança comercial brasileira entre 1927 e 1931, sendo que, para este último ano, contava-se somente com os cinco primeiros meses, visto que o relatório era datado do mês de julho. Em 1931, apesar do ano não ter terminado, o saldo comercial das exportações sobre as importações era positivo, no valor de 8.353 libras esterlinas, o que era um valor maior do que a balança comercial de cada um dos quatro anos anteriores. As exportações estavam reduzidas em 33,4% e as importações em 44,9%. Os únicos produtos que haviam registrado aumento da exportação eram o arroz e as frutas, enquanto outros produtos diminuían a taxa de exportação.

Já o sétimo tema era a situação para a realização dos negócios entre Brasil e Alemanha, que era considerada, de forma geral, insatisfatória. Além das circunstâncias econômicas desfavoráveis que o mundo todo experimentava, depois de 1929, o Brasil apresentava uma insegurança política que tornava sua moeda instável e gerava desconfiança dos investidores. Uma exceção, segundo o relatório, ocorreria em setores isolados, como a indústria têxtil, que era bem requisitada.

Em oitavo lugar, a embaixada alemã mencionava a maior queda da moeda brasileira em abril e maio, observando, porém, que em junho esta havia subido outra vez. Esta situação melhorada não duraria muito, entretanto, enquanto o país se

mantivesse endividado. Diante disso, os alemães aguardavam ansiosamente pelo relatório do ministro das Finanças da Inglaterra, Otto Niemeyer, que elucidaria os pontos da economia brasileira que consideravam obscuros. A Alemanha estava atenta ao parecer da Inglaterra sobre a economia brasileira.

O tão aguardado relatório de Niemeyer foi publicado apenas dois dias depois do mencionado relatório da Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores alemão. Assim, em 25 de julho de 1931, Niemeyer publicava seu relatório, simultaneamente, em Nova Iorque, Paris, Londres e Rio de Janeiro, sugerindo dois fundamentos para a reconstrução financeira do Brasil: a conservação do equilíbrio orçamentário pelas autoridades públicas brasileiras³⁸⁸ e a estabilização da moeda (ABREU, 1974, p.15).

A crise financeira de 1929 oportunizou a países estrangeiros que aumentassem sua influência sobre o Brasil, em virtude das suas dificuldades financeiras que representavam um entrave ao seu desenvolvimento e que o tornavam pois, financeiramente dependente. Portanto em 1931, a missão financeira de Otto Niemeyer, em nome do governo da Inglaterra, no Brasil, era vista pelos alemães como uma fonte confiável de informações para a Alemanha decidir se o país seria um bom lugar para investir. Segundo Abreu (1974, p.7), “esta missão foi importante tanto pela suposta influência de suas recomendações sobre as decisões de política econômico-financeira durante os anos iniciais do regime Vargas, quanto como marco das relações financeiras anglo-brasileiras”. A dependência do Brasil do capital estrangeiro abria espaço para que missões estrangeiras, sobretudo de Londres, avaliassem a capacidade de pagamento do país e recomendassem ajustes na política que viabilizassem o pagamento da dívida externa (ABREU, 1974, p.11).

Diante da instabilidade da economia brasileira, que gerava desconfiança nos investidores estrangeiros, as empresas alemãs preocupavam-se em saber até que ponto o governo de seu país assumiria responsabilidades para apoiá-las em projetos com o Brasil. Assim, nos meses seguintes, a Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro se manteve em comunicação com o governo alemão para tratar dos princípios

³⁸⁸ Com relação ao orçamento, as recomendações mais importantes de Niemeyer foram: “a) evitar a emissão de títulos públicos em pagamento de dívidas de entidades públicas; b) reorganizar os serviços postais, telegráficos e ferroviários com o objetivo de torná-los autofinanciáveis; c) aumentar a taxa direta e, oportunamente, reduzir o imposto de importação; d) abolir as taxas de exportação incidentes sobre o comércio interestadual e estabilizar as taxas de exportação para outros países; e) manter a unidade do orçamento evitando a criação de fundos vinculados; f) estabelecer novos sistemas de contabilidade e auditoria pública” (ABREU, 1974, p.15).

de assunção de garantias pelo *Reich*, relativas aos fornecimentos para estados estrangeiros.

O ano de 1928 marcou não somente a política do Rio Grande do Sul, mas também sinaliza o início de uma “política social generosa” do Chanceler Hermann Müller, na Alemanha, que se interrompe em 1930, como consequência da crise econômica de 1929, visto que os investimentos dos Estados Unidos financiavam em grande parte a economia alemã. Com a crise financeira na Alemanha, a quantidade de desempregados chegou a 4 milhões, em 1932. Diante disso, a esquerda propunha uma política de refluência, aumentando-se os gastos para estimular a economia, enquanto a direita sugeria a deflação, querendo economizar (CHAPOUTOT, 2017). Diante desta situação, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha sondava possibilidades de empreender em outros territórios, como uma forma de superar a crise econômica e oferecer emprego a seus trabalhadores, evitando-se o agravamento da crise financeira.

A empresa Demag, ou *Deutsche Maschinenfabrik AG*, era um consórcio formado em 1910 que se mostrava interessado em fazer negócios com o Rio Grande do Sul, formado por empresas “concorrentes no segmento de pontes rolantes e equipamentos de elevação, bem como na construção de fundições”: “a força motriz é a Märkische Maschinenbauanstalt Stuckenholtz AG, liderada por Wolfgang Reuter, e os outros dois parceiros são a Duisburger Maschinenbau e a Benrather Maschinenfabrik” (DEMAG Cranes & Components GmbH, 2023³⁸⁹).

Em sua correspondência de 31 de agosto de 1931 para o Ministério das Relações Exteriores em Berlim, o funcionário Dittler relata que se dirigiu ao Consulado da Alemanha em Porto Alegre, porque o representante da empresa alemã da área de siderurgia, da Demag de Düsseldorf, Dr. Werner Dihlmann, ambicionava intensificar o fornecimento para o Rio Grande do Sul (com o Porto de Rio Grande, entre outros), mas precisava de informações para se assegurar do retorno do investimento com o estado gaúcho, e pedia, assim, que o governo alemão lhe fornecesse estas informações.

O representante da Demag dizia ter tido conhecimento de informações extremamente desfavoráveis sobre a segurança de pagamento do Rio Grande do Sul. Segundo Dittler, Dihlmann teria expressado que, em Berlim, dizia-se que esta era uma

³⁸⁹ DEMAG Cranes & Components GmbH, 2023. Marcos da nossa história. Disponível em: <https://www.demagcranes.com/pt-br/empresa/historia>. Acessado em: 20/05/2022.

informação “arrasadora”³⁹⁰; surpreendendo a ele e a muitas empresas de construção civil, em uma época em que a indústria alemã era obrigada a buscar por todos os meios possíveis ocupação para seus trabalhadores para evitar o encerramento de suas atividades³⁹⁰. Portanto já havia uma ligação com o Rio Grande do Sul que fazia com que este lugar fosse vislumbrado como uma oportunidade de trabalho para alemães desempregados.

Mais uma vez, percebe-se, de um lado, a desconfiança e a preocupação com a credibilidade do Brasil – neste caso específico, do Rio Grande do Sul, e, por outro lado, a necessidade da Alemanha de expandir seus negócios com estados estrangeiros como uma possibilidade para resolver suas crises econômicas e sociais, como o desemprego.

Entre os negócios considerados pelo governo alemão, estava a concessão do Porto de Torres, que estava sendo negociada pelo Rio Grande do Sul. Este estudo da economia e da estabilidade política do Brasil seria o primeiro passo para a Alemanha decidir sobre a constituição de uma comitiva para visitar Porto Alegre e Torres e, então, tomar uma decisão sobre a concessão.

Em resposta à manifestação do Demag, Gottfried Walbeck, Cônsul da Alemanha em Porto Alegre, redigiu, em 15 de agosto de 1931, um relatório sobre as condições econômicas de solvência da cidade de Porto Alegre, tendo como destinatária a Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro.

Observa-se que, ao longo da década de 1930, os nomes de Francisco Rodolfo Simch e de Walbeck estão juntos em muitas notícias do jornal “A Federação”, nas circunstâncias de eventos ligados à imigração germânica e a empreendimentos para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, representando Francisco Rodolfo o governo do estado e Walbeck³⁹¹, a Alemanha.

No contexto das negociações do Porto de Torres, Dirksen (2021, p.27-28) e Adams Filho (2017, p.212-214) destacam o papel atuante do Cônsul Walbeck, de

³⁹⁰ Correspondência Hd..61-31. de Dittler, remetida pela Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, em 31 de agosto de 1931. (Bestandssignatur R2, Archivnummer 16439, Arquivo Federal da Alemanha, p.1-2, 1931)

³⁹¹ Para Ehrlich, que liderava o grupo nazista em Porto Alegre, Walbeck era considerado pouco comprometido com a política de Hitler (LUCAS, 2011, p.59).

acordo com a narrativa do padre alemão Johannes Beil³⁹², que escreveu um livro³⁹³ onde um dos capítulos, intitulado *Das Torresprojekt*, faz menção ao projeto de promover a vinda de imigrantes alemães desempregados para trabalhar nas terras ao longo de uma ferrovia que ligaria Porto Alegre a Torres. De acordo com Dirksen (2021, p.28), o Paraguai também teria interesse neste projeto, cuja segunda fase pretenderia ligar o Rio Grande do Sul àquele país vizinho através de uma ferrovia para possibilitar utilizar o Porto de Torres para o comércio, já que o Paraguai não é banhado pelo Oceano Atlântico³⁹⁴. Padre Beil teria relatado que ele deveria assumir um papel de assistência aos imigrantes alemães, no âmbito da comissão oficial do projeto, instalada em Porto Alegre, e as negociações estariam correndo bem, mas a deposição do Primeiro Ministro da Alemanha, Heinrich Brüning, e a ascensão de Hitler ao poder poderiam, segundo a narrativa do Padre Beil, ter frustrado o projeto.

Sendo assim, houve uma modificação na política interna da Alemanha, com a saída do ex-Primeiro Ministro Brüning do governo, ao longo das negociações do Porto de Torres. Brüning era um economista, um católico praticante, que desejava a restauração da monarquia como forma de remediar a perigosa impotência da República de Weimar e, inclusive, afastar a ameaça da extrema direita. Dedicou-se à campanha eleitoral de Hindenburg, em 1932, contribuindo para que Hindenburg fosse reeleito em 10 de abril daquele ano com 52,93% dos votos. No entanto, Brüning foi obrigado a se demitir em 30 de maio, porque, logo após a reeleição do Marechal Hindenburg, este, assim como seus conselheiros, não aceitava o confronto de Brüning com Hitler, proibindo os SA e os SS. Depois dele, Papen (de junho a novembro de 1932) e Schleicher (de novembro de 1932 a janeiro de 1933) fizeram as últimas tentativas de associar os nazistas, total ou parcialmente, ao poder, sem, no entanto, deixar para eles a direção do governo (BARIÉTY, In: KREBS; SCHNEILIN, 1994). Se o projeto do Porto de Torres estivesse efetivamente ligado à participação de Brüning,

³⁹² Johannes Beil nasceu em Berlim, em 1904, tendo sido ordenado padre em 1928 e capelão em 1932, em Porto Alegre, onde chegou em fevereiro de 1931, depois de passar por Santa Catarina. Conhecido como “capelão dos imigrantes alemães”, ele atuou na Escola São José, integrante da comunidade São José, criada em 1901, cuja sede passou da rua Conceição à Avenida Alberto Bins (ADAMS FILHO, 2017, p.214). Observa-se que, mais tarde, uma das filhas de Francisco Rodolfo Simch, Vera Nunan Simch, residiu em um internato na comunidade São José, na Avenida Alberto Bins, o que indica que a família Simch provavelmente já mantinha vínculo com esta comunidade.

³⁹³ Dirksen (2021, p.15) fornece a referência exata do livro de Johannes Beil como sendo: “BEIL, Johannes. *In Urwald und Großstadt Brasiliens*. Ein Menschenleben im Dienste der Seelsorge und der sozialen Entwicklung. São Paulo – Aalen/Württ., 1967”.

³⁹⁴ Esta seria uma ligação do Brasil com o *heartland* da América Latina, conforme a concepção de Travassos (1938), discutida anteriormente nesta pesquisa.

e, considerando que este deixou seu cargo em 1932, por se opor ao fortalecimento político do nazismo na Alemanha, logo é possível que, nos anos seguintes, esta tenha sido uma das razões para que a liderança de Hitler não desejasse dar continuidade ao planejamento do empreendimento vinculado ao ex-Primeiro Ministro.

Sob a perspectiva da política externa, no entanto, a situação era diferente, à época da visita da comissão de especialistas alemães em Torres. Jacques Bariéty (1994) interroga-se, justamente, se a tomada do poder por Hitler, entre 30 de janeiro e 14 de julho de 1933, teria significado uma ruptura na política externa alemã, no que se refere ao corpo diplomático e ao programa político, com relação à política que vinha sendo praticada nos últimos anos da República de Weimar e aquela que passaria a ser praticada no novo regime, que levaria à Segunda Guerra Mundial (BARIÉTY, In: KREBS; SCHNEILIN, 1994). É exatamente dentro deste espaço de tempo que as negociações do Porto de Torres parecem caminhar rumo à concretização do projeto, com a visita da comissão de especialistas alemães no Rio Grande do Sul, em 1933, sendo guiados por Francisco Rodolfo Simch, então Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, para uma visita técnica em Torres. Seria o posterior desinteresse gradual pelo empreendimento uma consequência de uma ruptura na forma como a política externa alemã passou a ser conduzida, sob a liderança de Hitler?

Nesse sentido, sabe-se que não houve ruptura na forma como a política externa alemã era conduzida, à época das negociações do Porto de Torres entre Alemanha e Brasil, no primeiro semestre de 1933, em razão do processo de tomada do poder por Hitler. Isto porque, naquele período inicial, as orientações da política externa da República de Weimar se mantiveram, inicialmente, mesmo com a presença de Hitler, porque aquele era um momento em que a Alemanha era internamente reorganizada:

Impõem-se algumas conclusões. Desde antes da tomada do poder por Hitler, a política externa alemã havia tomado novas orientações e fixou como objetivo a revisão do estatuto de 1919, no leste da Europa, evidentemente, e, primeiramente, às custas da Polônia; para isso, ela não excluía o recurso a meios militares e a própria República de Weimar iniciou o rearmamento do *Reich*. É reconhecido que a chegada de Hitler no poder significou uma descontinuidade no sentido de que os projetos bélicos e raciais de Hitler eram desproporcionais, com relação aos projetos revisionistas dos últimos governos da Alemanha de Weimar; diferenças de natureza, mas não de grau. O fato é que a permanência do dispositivo diplomático para além da data de 30 de janeiro de 1933 é indiscutível. Sejam quais forem as razões, Hitler tirou proveito disso. Ele se aproveitou disso nos primeiros meses de exercício no poder, durante o tempo necessário para consolidar seu poder interno hegemônico, sem que os países estrangeiros, para quem a diplomacia alemã tradicional mantinha uma boa imagem, se inquietasse ou reagisse (BARIÉTY, In: KREBS; SCHNEILIN, 1994, tradução nossa).

Assim, para o escopo desta pesquisa, importa observar que o projeto de Torres estava sendo negociado em um momento em que as maiores modificações na estrutura política alemã aconteciam internamente, impactando pouco, aparentemente, naquele primeiro semestre de 1933, nas tratativas com o Brasil, que conservava da Alemanha a boa imagem de sua diplomacia tradicional.

Neste contexto, o Cônsul Walbeck era o interlocutor do governo alemão em Porto Alegre, que mantinha contato com o governo do Rio Grande do Sul. Segundo Walbeck (1931), as condições financeiras do Rio Grande do Sul, até o evento da Revolução de Outubro, seriam satisfatórias, tanto que o relatório de Niemeyer indicava que o estado teria trabalhado nos três anos anteriores sem déficit. Para ele, esta situação do Rio Grande do Sul talvez tivesse sido retratada de maneira excessivamente positiva, mas o fato era que a mudança ocorrida com o advento da revolução custara ao estado cerca de 80.000 contos, que ainda não haviam sido totalmente recuperados, provavelmente porque Getúlio Vargas, antigo Presidente do estado e, então, Presidente do Brasil, havia pago a maior parte dos juros e amortizações dos empréstimos contraídos com os estados estrangeiros. Esta informação trazida por Walbeck baseava-se, segundo ele, em um pronunciamento à imprensa realizado pelo Interventor do Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha, mencionando o pagamento, naquele ano, de quase um milhão de Libras Esterlinas em juros e amortizações, que corresponderia, de acordo com o curso cambial daquele período, à quantia de aproximadamente 80.000 contos. Nestas circunstâncias de destinação de valores ao exterior, para o pagamento de juros e amortizações, somada às consequências da revolução de outubro, à desvalorização da moeda brasileira, e à crise econômica, houve a queda abrupta da estimativa do orçamento dos estados e municípios. Com isso, o Rio Grande do Sul dependia muito do apoio econômico do governo federal para cumprir o pagamento dos juros e amortizações das suas dívidas, de modo que havia, a cada mês, muita insegurança para se conseguir realizar estes pagamentos.

Walbeck informava, então, que os cofres do estado estavam vazios e que muitos funcionários recebiam seus salários parcelados. Nestas condições, os bancos exigiam garantias da cidade de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul para conceder crédito. O Cônsul trazia um exemplo para ilustrar esta situação: há pouco tempo o estado teria oferecido uma garantia do Banco do Rio Grande do Sul a um banco estrangeiro, mas, mesmo assim, a oferta de crédito teria sido recusada.

Colegas ingleses e americanos de Walbeck teriam, inclusive, confirmado esta tendência dos bancos estrangeiros de recusar crédito para o Rio Grande do Sul. Diante destas considerações, Walbeck tinha fortes preocupações com a possibilidade de o governo alemão assumir garantias de indenização da ordem de milhões de marcos para os fornecimentos de firmas alemãs a empresas locais. Em especial na área de edificação portuária, os frequentadores dos círculos econômicos e as declarações da imprensa fundamentavam a ideia de que não haveria nenhuma necessidade de investimento em portos. Nesse sentido, Walbeck questionava a surpresa manifestada pelos dirigentes de empresas alemãs sediadas no Rio Grande do Sul, com relação às notícias que o consulado alemão havia apresentado sobre os problemas econômicos no estado, até porque a situação vinha ocorrendo há mais tempo. Talvez o Demag não tivesse conhecimento desta situação porque não tinha representantes no estado. Walbeck reforçou o que já havia dito em seu relatório nº381 para o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, datado de 2 de julho de 1931, isto é, que ele se preocuparia menos com o governo alemão assumindo garantias de indenização se o governo local, brasileiro, doasse cerca de 1000 lotes de suas grandes propriedades de terra nas colônias e, para o resto dos fornecimentos, depositassem títulos realizáveis imediatamente em um banco alemão. Dessa forma, haveria a garantia do pagamento pelos fornecimentos e os trabalhadores alemães ficariam empregados, preservando-se o tesouro do governo alemão. Observa-se que a ideia de utilizar o espaço brasileiro para moradia e trabalho de cidadãos alemães desempregados já era cogitada antes do projeto de Torres.

Sem estas garantias, Walbeck não achava que se pudesse esperar que o governo alemão assumisse garantias de indenização, que seriam recusadas pelo poder de capital estrangeiro e pelos círculos bancários e econômicos locais. Por fim, ele anexava à correspondência uma cópia de correspondências consulares em que havia preocupação com as exigências formuladas pelas siderúrgicas alemãs no sentido de querer garantias pelo governo alemão para a construção de um cais em Pelotas. Como as informações por ele trazidas nesta correspondência serviriam, segundo ele, para a garantia de indenização pelo governo alemão, ele sugeria que as diretrizes que fundamentam este tipo de garantia fossem compartilhadas com as autoridades estrangeiras pelas repartições que trabalhavam este assunto.

Em todo caso, após a depressão de 1929, as relações comerciais internacionais cresciam em importância estratégica, constituindo uma fase de

negociações e acordos. Os olhares dos governos latino-americanos também se direcionaram para os seus vizinhos, neste contexto de busca de alternativas para a superação da crise econômica. Além disso, reforçava-se a preocupação com a criação de dispositivos legais que permitissem, em nível estadual, a garantia do direito de posse de terras pelo governo, ao permitir, eventualmente, a exploração do subsolo gaúcho, mesmo quando em mãos de particulares, como uma possibilidade de desenvolvimento econômico.

As correspondências de trabalho trocadas entre Francisco Rodolfo Simch como Secretário de Obras Públicas e o Interventor General Flores da Cunha demonstram uma nova fase do pensamento político de Francisco Rodolfo, em que é o conhecimento jurídico que legitima suas ações e estratégias, como mecanismo capaz de promover mudanças na economia. Nesta nova etapa do seu trabalho, mesmo quando se trata do assunto da mineração, é o direito que se sobrepõe, quando ele revisa as diversas versões das propostas de legislação e argumenta seu ponto de vista com Flores da Cunha, em uma conversa técnica entre juristas.

Nesse sentido, em 17 de dezembro de 1931, um documento confidencial, estabelecido no contexto da Comissão Econômica, em Montevideu, trazia as bases de estudo para facilitar a troca de ideias entre as delegações uruguaia e brasileira, com a ressalva de que estas bases ainda não tinham sido estudadas em definitivo pela delegação uruguaia³⁹⁵.

Tratava-se de uma proposta de convênio comercial redigida pela delegação uruguaia para a delegação brasileira. Propunha-se a exoneração de direitos alfandegários à importação no outro país de bovinos, ovinos, equinos, aves e alimentos como frutas e verduras frescos, ovos, trigo, aveia, sementes oleaginosas, algodão bruto, entre outros produtos, com origem de ambos os países e que fossem introduzidos por via terrestre.

Da mesma isenção se beneficiaria a importação de seis milhões de quilogramas de farinha de trigo e três milhões de quilogramas de trigo por ano. Ter-se-ia também o direito de se fazer passar de um país ao outro locomotivas e vagões vazios e carregados pelas ferrovias atuais e pelas que fossem construídas, de acordo com a convenção ferroviária firmada no Rio de Janeiro em 15 de maio de 1913. Haveria também exoneração de impostos consulares para o comércio de trânsitos

³⁹⁵ Memorando confidencial escrito em espanhol, em Montevideu, em 17 de 1931. Acervo Particular de Clélia Simch Marc.

pelas fronteiras terrestres, assim como se efetua entre os portos uruguaio e brasileiros e vice-versa. Em suma, na virada do ano de 1931 para 1932, intensificavam-se as negociações comerciais entre o Brasil e o Uruguai, das quais Francisco Rodolfo Simch participou e prestou contas, depois, ao General Flores da Cunha.

Sobre estas negociações, em janeiro de 1932, depois de regressar ao Brasil, Francisco Rodolfo escreveu um memorial ao General Flores da Cunha, Interventor Federal do Rio Grande do Sul. Além do memorial, Simch escreveu, em 12 de abril de 1932, uma carta ao Interventor Federal do estado, dizendo sua opinião sobre o assunto. Elogiava a habilidade do trabalho realizado, porque o tratado seria bastante flexível, permitindo que qualquer uma das partes excluísse, no final de cada ano, as mercadorias ou as medidas que achasse necessário alterar³⁹⁶. No entanto, o tratado teria duração prevista de apenas três anos, o que mostrava, segundo ele, que as comissões brasileira e uruguaia não consideravam, por enquanto, as medidas propostas definitivas. Por fim, Francisco Rodolfo fazia uma ressalva, afirmando que todo tratado era olhado pelas pessoas e pelos interessados pelo prisma antropocêntrico³⁹⁷:

Com efeito: somos anthropocentristas quando imaginamos a terra como centro do universo e o homem o eixo em torno do qual deve girar o cosmos; somos anthropocentristas quando achamos nossa terra, nossa cidade, nosso bairro, nossa casa, nossa família superiores às outras; finalmente é anthropocentrista o produtor que proclama melhores seus productos que os dos outros, que sempre enxerga ameaças e perigos para seus artigos, na persuasão de estarem deles livres e isentos os dos outros (Correspondência de Francisco Rodolfo Simch ao General Flores da Cunha, 1932, p.3, Acervo Particular de Clélia Simch Marc)

³⁹⁶ Esta “flexibilização” estava prevista no art. XIX do tratado, segundo Francisco Rodolfo (Correspondência de Francisco Rodolfo Simch para o General Flores da Cunha, 1932, p.1, Acervo particular de Clélia Simch Marc).

³⁹⁷ Esta crítica de Francisco Rodolfo Simch ao antropocentrismo vai de encontro à ideia de uma raça superior, que se fortalecerá nos anos seguintes pelo nazismo, na Alemanha. Os posicionamentos políticos de Francisco Rodolfo, de modo geral, eram incompatíveis com os acontecimentos que se sucederam na política alemã, principalmente depois de seu falecimento. Um outro exemplo disto é que ele desenvolve toda sua argumentação, inclusive na área da geologia, com base no Direito, o que é uma atitude completamente oposta ao “*Kampf um das Recht*, o “combate pelo direito” que os juristas nazistas dizem empreender”, que consiste na “substituição de um sistema normativo por outro”, aniquilando “os grandes sistemas normativos que o violentam [o povo alemão] e prejudicam: o direito internacional pós-Versailles, certamente, mas também o direito liberal, positivista, normativista pós-romano, o direito da codificação importado da França revolucionária e imperial, assim como, de forma mais ampla, toda ética judaico-cristã” (CHAPOUTOT, 2022).

Francisco Rodolfo condenava o antropocentrismo dos charqueadores brasileiros, que se sentiam prejudicados com o planejamento, previsto no art. XVI do tratado, de permissão de entrada de 4.000 toneladas de charque do Uruguai no Brasil. Esta medida constava da proposta uruguaia apresentada à Comissão Econômica em Montevideo, em 19 de dezembro de 1931, quando Francisco Rodolfo ainda estava em Porto Alegre. Depois desta proposta, ele explicava ter se esforçado em reduzir o pleito uruguaio à menos da metade e, ainda, para que comprassem sal das salinas do norte de Pernambuco, apoiando a indústria do litoral do Brasil. Além disso, esclarecia ele, o art. XIX do projeto de tratado previa a possibilidade, no caso de os dois produtos não se equilibrarem, de excluí-los do acordo (SIMCH, 1932, p.2)³⁹⁸. Finalmente, Francisco Rodolfo salientava:

É, por igual, necessário não perder de vista a supressão do imposto de absenteísmo – art. XVIII – aplicado aos fazendeiros brasileiros com propriedades no Uruguay: foi e é pedida pelas mesmíssimas pessoas que clamam contra a condicional entrada de 4.000 toneladas de xarque em território brasileiro de Pernambuco para o norte (Correspondência de F. Rod. Simch para o Gal. Flores da Cunha, 1932, Acervo particular de Clélia Simch Marc, 1932, p.3).

A negociação do tratado comercial de reciprocidade entre o Brasil e o Uruguai trazia dificuldades, portanto, em razão do descontentamento dos fazendeiros brasileiros, que, segundo Francisco Rodolfo (SIMCH, 1932, p.3)³⁹⁹, seguiam o referido pensamento antropocêntrico e se restringiam aos seus interesses individuais, em detrimento dos benefícios que poderiam advir ao país. Percebe-se que ele passa de um pensamento centrado no Rio Grande do Sul para uma visão integral do Brasil, modificando a postura de republicano histórico que mantinha até o final da década de 1920.

Em 1932, há, além disso, preocupação de Flores da Cunha e Francisco Rodolfo Simch com o aproveitamento dos recursos naturais do Rio Grande do Sul. Logo após a Revolução de 1930, eles trocam versões de propostas de legislação para regular, entre outras coisas, a mineração e a concessão de serviços. De acordo com os rascunhos de correspondência de Francisco Rodolfo, Flores da Cunha enviava-lhe minutas para as quais ele apresentava as modificações que julgava pertinentes.

³⁹⁸ Correspondência de Francisco Rodolfo Simch ao General Flores da Cunha, 1932, p.2, Acervo Particular de Clélia Simch Marc.

³⁹⁹ Correspondência de Francisco Rodolfo Simch ao General Flores da Cunha, 1932, p.3, Acervo Particular de Clélia Simch Marc.

Em uma das propostas, menciona-se a preocupação com o aumento dos combustíveis como os óleos crus, o petróleo, a gasolina e outros derivados da nafta bruta, a gradual exaustão das jazidas e fontes destes materiais além do monopólio estrangeiro. Em face disso, propunha-se garantir que o Rio Grande do Sul garantisse, pelo menos, a retenção da mão de obra da refinação e destilação da nafta bruta importada. Mais uma vez, deparava-se com uma situação em que o capital da iniciativa privada ou estrangeiro era considerado necessário para implementar um avanço tecnológico. Para isso, previa-se a concessão por um prazo de 25 anos, para explorar e cavar uma usina para destilar e refinar nafta bruta, no Porto de Rio Grande, a ser construída em 18 meses, com capacidade mínima de 5.000 barris diários de produção, e com a realização de pesquisas no subsolo para descobrir outras fontes de energia em solo gaúcho. Seria esta uma nova indústria no estado, que proporia contrato por meio da SOP e estabeleceria direitos e obrigações entre o concessionário e o Rio Grande do Sul.

Em uma destas correspondências oficiais, Francisco Rodolfo retoma o assunto da propriedade do solo e do subsolo, lembrando a Flores da Cunha que o Rio Grande do Sul não pode ceder ao concessionário o direito de pesquisar o solo do Município de Lavras, porque se trata de um solo pertencente a particulares, portanto também o subsolo pertence a estes particulares, dispositivo que nem a Lei de Minas, de 15 de janeiro de 1921⁴⁰⁰, nem seu Regulamento, de 28 de dezembro de 1921⁴⁰¹, afastavam. No entanto, ele sugeriu nova redação à minuta, propondo que, se não houvesse entendimento entre o concessionário e o proprietário da terra, o governo poderia conceder o direito de desapropriação, como previsto na Lei das Minas, Título I, capítulo VI, artigo 45⁴⁰². Francisco Rodolfo defendia, ainda, que fosse precisada a tributação incidente sobre a mineração.

⁴⁰⁰ A Lei das Minas a que Francisco Rodolfo Simch se refere é o Decreto nº 4.265 de 15 de janeiro de 1921, que regula a propriedade e a exploração das minas. (BRASIL. Decreto nº 4.265 de 15 de janeiro de 1921 [Regula a propriedade e a exploração das minas], 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4265-15-janeiro-1921-568703-publicacaooriginal-92061-pl.html>. Acessado em 20/02/2020).

⁴⁰¹ BRASIL. Decreto nº 15.211 de 28 de dezembro de 1921 [Aprova o regulamento relativo á propriedade e a exploração das minas]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d15211.htm. Acessado em 20/02/2020).

⁴⁰² Lei das Minas de 1921, Título I, Cap. VI: “Art. 45. Os serviços superficiaes ou subterraneos da viação publica ou quaesquer outros da administração federal ou estadual preferem aos da mineração” (BRASIL. Decreto nº 4.265 de 15 de janeiro de 1921 [Regula a propriedade e a exploração das minas], 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4265-15-janeiro-1921-568703-publicacaooriginal-92061-pl.html>. Acessado em 20/02/2020).

É interessante observar, nas diferentes versões redigidas por Simch, as correções que ele faz em sua escrita, ao se dirigir a Flores da Cunha. No primeiro rascunho, ele escreve: “Examinada com a devida atenção a minuta que me submetestes”, depois risca o termo “submetestes” para substituí-lo, na primeira vez, por “entregastes” e, finalmente, por “confiastes”. Há um cuidado na forma como ele se dirige ao seu superior hierárquico.

Estes dois exemplos de correspondência mostram estratégias do governo de garantir seus direitos, criando um entendimento jurídico dos dispositivos legais que o beneficiasse economicamente, preparando-se para uma fase de desenvolvimento econômico e industrial que o Brasil da década de 1930 buscava.

Outro evento importante que aconteceu à época das negociações do Porto de Torres foi a Revolução de 1932, que procurava destituir Getúlio Vargas e foi um momento de tensão entre o governo do Rio Grande do Sul e o governo federal, porque a Frente Única Gaúcha, FUG⁴⁰³, contava com a adesão de Flores da Cunha, que acabou não acontecendo (LAPUENTE, 2016, p.509-510)⁴⁰⁴. A Revolução de 9 de Julho, como também é chamada, reclamava a reconstitucionalização que tardava, e dividiu a opinião pública no Rio Grande do Sul (CESAR, 1969, p.38). Embora alguns integrantes da FUG, como Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e Borges de Medeiros constituíssem oposição a Getúlio Vargas, o poder central aumenta e leva à desintegração deste organismo (FAUSTO, 1997, p.138).

Em 30 de setembro de 1932, Flores da Cunha escreveu um manifesto, em que menciona Francisco Rodolfo Simch como um dos Secretários de Estado que assinaram sua aquiescência com o telegrama que ele havia enviado a Getúlio Vargas:

Todos estarão lembrados do telegrama que dirigi ao Chefe do Governo Provisorio, em 27 de junho proximo passado. E' um documento redigido em termos concludentes e encerra graves compromissos. Antes de expedil-o, reuni os meus Secretarios de Estado e outros altos funcconarios, e nelle firmaram a sua conformidade os drs. Sinval Saldanha, Antunes Maciel e Francisco Rodolpho Simch, desembargador Florencio de Abreu, então chefe

⁴⁰³ "A FUG, uma aliança constituída em função da Revolução de 1930, passou a ser um bloco político oposicionista a partir do momento em que se distanciou de Getúlio Vargas, rompendo por definitivo em função do apoio aos paulistas na Guerra Civil de 1932, esperando contar com o apoio de Flores da Cunha, então interventor, que não ocorre.[...]. A FUG é, basicamente, “filha” da “Revolução” de 1930, selando a união de dois partidos historicamente rivais e, na Primeira República, protagonistas de duas guerras civis. Essa união deixou o Rio Grande do Sul na singular condição de único estado unificado na campanha presidencial da Aliança Liberal e no movimento armado de 1930” (LAPUENTE, 2016, p.507-509).

⁴⁰⁴ Segundo Cesar (1969, p.38), “o interventor federal no Estado, Flores da Cunha, que a princípio se mostrou indeciso, continuou solidário com a administração de que era representante”.

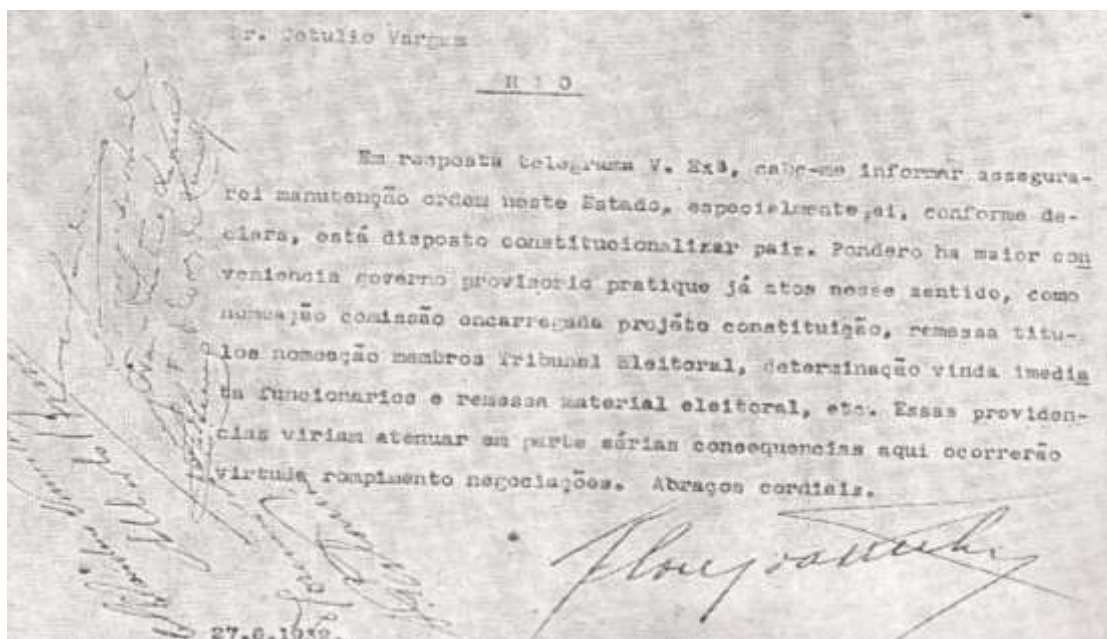
de Policia, coronel Claudino Nunes Pereira, então commandante geral da Brigada Militar doutor Joaquim Mauricio Cardoso, coronel Francisco Flores da Cunha major Alberto Bins e dr. Augusto Pestana (AGUIRRE, 2012, p.133).

A transcrição do referido telegrama, datado de 27 de junho de 1932 diz:

Dr. Getulio Vargas - Rio. - Em resposta telegramma V. Exc., cabe-me informar assegurarei manutenção ordem neste Estado, especialmente se, conforme declara, está disposto constitucionalizar paiz. Pondero ha maior conveniencia Governo Provisorio pratique ja actos nesse sentido, como nomeação comissão encarregada projecto constituição, remessa titulos nomeação membros tribunal eleitoral, determinação vinda immediata funcionarios e remessa material eleitoral, etc. Essas providencias viriam attenuar, em parte, serias consequencias aqui ocorrerão virtude rompimento negociações. Abraços cordeaes. Flores da Cunha (AGUIRRE, 2012, p.133-134).

Esta comunicação de Flores da Cunha a Getúlio Vargas foi resultado da pressão que sofreu para que não cumprisse sua ideia de apoio aos paulistas, passando, a partir de então, a se colocar indiscutivelmente junto ao governo federal, porém reforçando a necessidade de se cumprir a constitucionalização. O telegrama original, com as assinaturas dos secretários de Estado, incluindo aquela de Francisco Rodolfo Simch (no sentido vertical, abaixo, à esquerda, junto ao texto), e de outros funcionários, demonstra o apoio destes ao interventor, mostrando coesão do governo estadual:

Figura 31 - Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, em 27/06/1932, com assinaturas de seus Secretários de Estado, entre os quais Francisco Rodolfo Simch.



Fonte: AGUIRRE, 2012, p.134

Em novembro de 1933, muitas pessoas, no Rio Grande do Sul, manifestaram sua estima por Flores da Cunha, enviando telegramas desejando que ele se mantivesse como Interventor do Rio Grande do Sul, quando seu nome foi cogitado para titular de uma pasta de Ministro do governo provisório⁴⁰⁵ (A FEDERAÇÃO, 1933, p.1), como se vê na lista de nomes publicados no jornal “A Federação”, dentre os quais se lê “Francisco José Simch” (A FEDERAÇÃO, 1933, p.2⁴⁰⁶), que é filho de Francisco Rodolfo. Um dos telegramas enviados a Flores da Cunha era assinado pelos Secretários de Estado João Carlos Machado e Francisco Rodolfo Simch, e pelo Diretor Geral do Tesouro do Estado, Carlos Heitor Azevedo, atestando sua “solidariedade ao clamor de todo Rio Grande”, pedindo que Flores da Cunha permanecesse no governo estadual, considerando a direção da sua administração “infatigável e brilhante”⁴⁰⁷ (A FEDERAÇÃO, 1933, p.1).

⁴⁰⁵ A FEDERAÇÃO. A vontade do Rio Grande. Porto Alegre, ed.256, 7 de novembro de 1933, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/74114>. Acessado em: 12/03/2021.

⁴⁰⁶ A FEDERAÇÃO. O apelo do Rio Grande do Sul ao General Flores da Cunha. Porto Alegre, 24 de novembro de 1933, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/74227>. Acessado em 10/12/2022.

⁴⁰⁷ A FEDERAÇÃO. A vontade do Rio Grande. Porto Alegre, ed.256, 7 de novembro de 1933, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/74114>. Acessado em: 12/03/2021.

Assim, encerrada a revolta paulista, foram realizadas eleições para uma Assembleia Constituinte, em maio de 1933, que levou à aprovação da Constituição de 1934 e à eleição indireta de Getúlio Vargas para governar por mais quatro anos (FAUSTO, 2001). Para a elaboração da Constituição de 1934, em 19 de junho daquele ano, a Comissão Diretora do PRL, Partido Republicano Liberal, presidido por Flores da Cunha, examinou mais de 50 nomes para selecionar 32 deles para representar o partido na Constituinte Estadual, e a chapa formada seria anunciada 30 dias antes das eleições de outubro. Entre os nomes mais cotados estavam Protásio Vargas, Frederico Dahne e Paulo Rache⁴⁰⁸. Confirmar-se-ia, ainda, com o Superior Tribunal Eleitoral, se, além da oposição dos 32 deputados liberais, os Secretários de Estado, João Carlos Machado, Heitor de Azevedo e Francisco Rodolfo Simch, seriam membros natos da Assembleia Constituinte Estadual. Como representantes da Frente Única, apresentavam-se os nomes de Borges de Medeiros, João Batista Luzardo, Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Glicério Alves e Lindolfo Collor⁴⁰⁹ (JORNAL DO BRASIL, 1934, p.3). Finalmente, em outubro de 1934, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul publica um edital com os nomes dos candidatos cuja admissão foi admitida para a eleição de 14 de outubro. Pelo PRL, nenhum dos Secretários de Estado aparece como candidato à Assembleia Constituinte, mas o nome de João Carlos Machado está listado como candidato à Câmara dos Deputados⁴¹⁰. Pela FUG, Borges de Medeiros estava listado como candidato à Câmara dos Deputados, com Batista Luzardo, João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor, enquanto Raul Pilla e Glicério Alves, entre outros, eram candidatos à Assembleia Constituinte do Estado (A FEDERAÇÃO, 1934, p.7).

O jornal “A Federação”, nesta época, preocupava-se em reforçar uma imagem negativa de Borges de Medeiros, para que este não recebesse votos. Assim, ao lado do edital com os nomes dos candidatos à Assembleia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul, lê-se a manchete: “Os descendentes de alemães devem ser

⁴⁰⁸ Como apresentado anteriormente, Protásio Vargas era irmão de Getúlio Vargas e estudou em Ouro Preto. O nome Dahne está frequentemente associado a Francisco Rodolfo, em atividades relacionadas à mineração, e o nome da família Rache remete a Pedro Rache, que foi aluno da Escola de Minas de Ouro Preto e o menciona em suas memórias, citadas neste trabalho.

⁴⁰⁹ JORNAL DO BRASIL. Candidatos á Constituinte do Rio Grande do Sul. A Comissão Diretora do Partido Liberal examinou mais de 50 nomes. Rio de Janeiro, ed.145, 20 de junho de 1934, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/44294. Acessado em 18/08/2022.

⁴¹⁰ A FEDERAÇÃO. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul. Edital. Porto Alegre, ed. 232, 10 de outubro de 1934, p.7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76504>. Acessado em 25/01/2022.

exterminados até a quinta geração”⁴¹¹, em que um artigo, especialmente dirigido aos descendentes de alemães, acusa o “governicho de Borges de Medeiros”, “o homem-monstro”, de não tê-los defendido quando tiveram suas propriedades incendiadas em 1917 e 1918, em razão de sua etnia, no âmbito da Primeira Guerra Mundial, além de acusá-lo de ter dito textualmente a frase que chama a atenção, na manchete do jornal (A FEDERAÇÃO, 1934, p.7)

Figura 32 - “Os descendentes de alemães devem ser exterminados até a quinta geração”



Fonte: A FEDERAÇÃO, 1934, p.7

No Rio Grande do Sul, o governo parecia coeso e reorganizado, depois do desfecho da Revolução de São Paulo, Revolução de 1932 ou “guerra paulista” (FAUSTO, 1997, p.13), pois, ao final de 1934, este episódio é referido pelo governo do estado como um acontecimento do passado, quando João Carlos Machado proferiu um discurso, em que Francisco Rodolfo Simch e outros políticos do governo estadual estavam presentes⁴¹² (A FEDERAÇÃO, 1934, p.1):

O episódio paulista passou à história. Nunca poderíamos acreditar que os nossos patricios quizessem ser mais realistas do que o rei. São Paulo, hoje, por intermedio de um governo equilibrado e operoso coopera eficazmente

⁴¹¹ A FEDERAÇÃO. “Os descendentes de alemães devem ser exterminados até a quinta geração”. Porto Alegre, ed. 232, 10 de outubro de 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76504>. Acessado em 25/01/2022

⁴¹² Nesta ocasião, o Secretário do Interior João Carlos Machado substituiu Flores da Cunha enquanto este estava no Rio de Janeiro para um encontro com o governo federal, A FEDERAÇÃO. O encerramento dos trabalhos do Conselho Consultivo do Estado. Porto Alegre, ed.297, 29 de dezembro de 1934, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77065>. Acessado em 10/05/2022.

com o governo federal, procurando as soluções justas e oportunas dos varios problemas nacionaes (A FEDERAÇÃO, 1934, p.1).

A relação entre governo estadual e federal estava aparentemente apaziguada.

4.5 ASPECTOS DA NEGOCIAÇÃO DA CONCESSÃO DO PORTO DE TORRES COM A ALEMANHA (1932-1933)

*“Entre estatais
E multinacionais
Quantos ais!
A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna”
(Carlos Drummond de Andrade)*

No ano de 1932, Gaelzer Netto⁴¹³ era chefe do Comissariado de Emigração em Berlim, e atuava como um dos interlocutores, na Alemanha, da negociação do projeto de Torres com o governo brasileiro. Em novembro de 1932, o projeto do Porto de Torres tomou forma, depois do encontro, em março, do Presidente Getúlio Vargas com engenheiros alemães, no palácio Rio Negro, em Petrópolis, e abrangeu, além da construção de estrutura portuária e ferroviária e da atuação de trabalhadores alemães, a exploração de carvão mineral no Rio Grande do Sul (FERNANDES, 2015, p.281-284). Gaelzer Netto preparava-se para acompanhar os especialistas alemães em sua viagem de estudo ao Brasil.

Em 31 de dezembro de 1932, o Consulado da Alemanha em Porto Alegre enviou um relatório sobre o Porto de Torres, sob o número 748/32, que foi recebido pelo Ministério das Relações Exteriores em Berlim. Esta correspondência informa sobre o contexto e as possibilidades de investimento em Porto Alegre. O texto inicia mencionando o perigo da malária, que vinha sendo observado com dificuldade desde a Revolução de Julho de 1932, porque o jornal que trazia notícias sobre a doença havia sido suprimido. Sabia-se, de acordo com o relatório, que os médicos se preocupavam com a penetração da malária no Guaíba e seu afluentes, com suas áreas úmidas.

⁴¹³ Segundo Fernandes (2015, p.34-35), Gaelzer Netto foi filiado ao PRR e participou do governo de Borges de Medeiros, porém interrompeu sua trajetória política no Rio Grande do Sul durante a Primeira Guerra Mundial, quando foi transferido para a Alemanha, ainda no período da República de Weimar.

Sobre a construção do Porto de Torres, a opinião geral, segundo o relatório, era que ela não ocorreria em um tempo previsível. Osvaldo Aranha, que era o Ministro da Fazenda, seria um político gaúcho contrário a esta obra, porque via a possibilidade de crescimento do “perigo alemão”⁴¹⁴ com a vinda de muitas famílias alemãs que modificariam o caráter brasileiro da área de colonização. O relatório considerava o Interventor Flores da Cunha um amigo de Osvaldo Aranha, e, por isso, também estaria, naquele momento, contrário ao projeto do Porto de Torres, embora tivesse se declarado a favor da obra, anteriormente. Assim, mesmo não podendo, agora, manifestar-se contra o Porto de Torres, o interventor havia deixado de estar favorável ao projeto.

A narrativa procura, então, esclarecer quais seriam os motivos do desinteresse no projeto de Torres, considerando-se o contexto de Porto Alegre. Segundo ele, o projeto era considerado por algumas pessoas da capital gaúcha⁴¹⁵ como uma simples forma de especulação imobiliária, cujo interesse poderia variar em função dos interesses das pessoas envolvidas na transação da venda de terrenos em Torres, pessoas estas que, segundo o relatório, seriam personalidades importantes na sociedade. O redator do relatório, Muhlert, cita, a título de exemplo, que o Interventor de São Paulo, General Waldomiro Lima, era tio da esposa do Presidente Getúlio Vargas, e, assim, como um dos cunhados de Vargas, já teria vendido seus terrenos em Torres, e, agora, já não estaria mais interessado no empreendimento. Segundo o relatório, as pessoas em Porto Alegre tinham fortes interesses econômicos e usariam toda a sua importante influência para que o comércio local não fosse enfraquecido através da construção do complexo ferroviário e portuário em Torres. O funcionário alemão lembrava que a construção de um porto naquele município já tinha sido objeto outras tentativas de empreendimento iniciado há séculos, mas que era sempre sabotado e abandonado em razão da influência dos interesses econômicos contrários à sua concretização, fazendo, inclusive, menção aos vestígios materiais das construções anteriores, que poderiam ser constatados no local⁴¹⁶.

⁴¹⁴ O Consulado da Alemanha em Porto Alegre escreve o termo “perigo Allemao”, exatamente desta forma, e em português, em meio ao texto em alemão do relatório endereçado ao Ministério das Relações Exteriores em Berlim. Isto indica que esta já era uma expressão consagrada, na época.

⁴¹⁵ Aqui se presume que a referência seja feita a Porto Alegre e, no máximo, ao Rio Grande do Sul, tratando-se de uma correspondência redigida pelo Consulado Alemão em Porto Alegre, com o objetivo de apresentar as percepções locais sobre o tema do projeto do porto de Torres, tais como observadas pelo redator da correspondência endereçada às autoridades alemãs em Berlim.

⁴¹⁶ Estas marcas das tentativas anteriores são rugosidades deixadas no lugar em que seria construído o Porto de Torres.

Do ponto de vista técnico, havia, de fato, preocupações significativas com a construção de um porto em Torres, porque a costa era desprotegida e os navios estariam, assim, expostos às tempestades. Além disso, havia as particularidades da costa local. Enquanto a costa na área de Torres era rochosa, mais para o norte e para o sul, a costa do Rio Grande do Sul era feita de areia. Haveria uma forte corrente do norte e outra do sul, em oposição e em paralelo à terra, que formariam dunas e lagunas na costa gaúcha, bem como bancos de areia no mar. Por este motivo, a construção de um porto em Torres envolveria a retirada constante de areia dos molhes e da entrada dos molhes, além da realização de obras que permitissem o livre acesso ao porto. O relatório comparava esta dificuldade com os inconvenientes apontados nos portos chilenos, em especial no porto industrial de San Antonio. Eram apontadas, ainda, as grandes dificuldades da construção de uma ferrovia ligando Torres e o interior gaúcho, devido à elevação da Serra do Mar, considerada íngreme, podendo alcançar uma altura de 960m e descidas acentuadas de 300 a 600m. Estas características exigiriam muitas construções caras. Além disso, caso estes inconvenientes fossem evitados, e a ferrovia desviasse para o norte ou para o sul, outros portos atrairiam a circulação ferroviária para si. No entanto, os técnicos consideravam o projeto possível de ser executado, porém seria bastante caro, e as empresas poderiam não considerar rentável financiá-lo. Por este motivo, muitas empresas alemãs já haviam considerado anteriormente este empreendimento, mas acabaram desistindo. Havia dúvida se valia a pena, pelo menos naquele momento, construir um porto em Torres.

Como argumento contra o projeto, observou-se que o Rio Grande do Sul era tão grande quanto a Prússia, embora tivesse somente entre 3 e 4 milhões de habitantes, e já contasse com três portos: Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, que já seriam grandes demais para a circulação existente, e o Rio Grande do Sul já estava sobrecarregado com as suas despesas. Os portos sul-americanos já estariam sofrendo com a diminuição do tráfego, portanto não seria apropriado construir um novo porto. Segundo ele, este tema deveria ser retomado em 30 a 50 anos, quando o país estivesse mais desenvolvido.

Levantava-se, ainda, um questionamento sobre a possibilidade de que o município de Torres efetivamente viesse a ter algum futuro econômico. Para isso, comparava-se Torres à cidade de Stralsund e Porto Alegre a Stettin. Stettin ficaria no interior, às margens do rio Oder, contando com ferrovias, áreas industriais, e sendo

ponto de partida da área em torno deste rio. Seu interior era grande e rico. Porto Alegre seria uma cidade semelhante, sendo uma área rica dos cinco rios que desagüam no Guaíba. Stralsund fica na costa e tem a vantagem de um porto protegido pela natureza pela ilha de Rügen. O trajeto até o interior é fácil e plano, mas a cidade não fica às margens de nenhum rio, nenhuma indústria e dispõe apenas de uma pequena área interior. Torres teria um rio insignificante e assoreado, um porto desprotegido, nenhuma ferrovia, um interior difícil de acessar e sem desenvolvimento, nenhuma indústria e uma área ruim e pobre. Stralsund não poderia ser considerada concorrente de Stettin. Ninguém descarregaria suas mercadorias em Stralsund, para levá-las diretamente ou via Stettin para o interior. Então ninguém pensaria em construir um porto em Stralsund. Segundo o relatório, a experiência mostra que seria melhor que Stettin, que era maior e mais favorecida, atraísse parte da circulação de mercadorias de Stralsund para si e abastecesse o interior daquela cidade. Da mesma forma, Torres, que não tinha um interior desenvolvido, não teria futuro, enquanto Porto Alegre, que se situava mais para dentro do estado, sempre se expandiria com o crescimento de seu interior grande e rico. Toda a argumentação era, pois, contrária ao Porto de Torres.

Levando tudo isso em conta, questionava-se a pertinência de um grande investimento financeiro neste projeto do Porto de Torres. A situação do governo estaria, em 1932, pior do que nunca, depois da Revolução de 1930. As decisões do governo seriam tomadas sobretudo com base em razões pessoais ou político-partidárias. Um exemplo disso era a ferrovia de Passo Fundo a Iraí, no Alto Uruguai. Depois de tomada a decisão de construí-la, havia duas empresas candidatas a concessionária. Segundo o relatório, fundamentos factuais levariam a escolher a empresa Grün und Bilfinger⁴¹⁷, com representação em São Paulo, que teria o domínio

⁴¹⁷ Esta empresa foi escolhida para a construção do ramal Gravataí-Barretos, com contrato assinado com o governo gaúcho em 27 de junho de 1933, depois de um debate realizado em 12 de maio de 1933, entre Francisco Rodolfo Simch, Secretário de Obras Públicas, Carlos Heitor de Azevedo, Secretário da Fazenda, e Fernando Olyntho de Bareu Pereira, diretor geral, em comissão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Esta obra foi muito criticada pelo seu alto custo e por não ter sido entregue, razão pela qual um inquérito foi aberto pelo Interventor José Antonio Flores da Cunha, por meio de uma portaria publicada em 31 de janeiro de 1936 (BRAZIL-FERRO-CARRIL, 1936, p.66-68). A Grün und Bilfinger foi outra vez escolhida para a realização de uma obra pública, em maio de 1934. O contrato para a construção do entreposto frigorífico de Porto Alegre foi firmado pelo Engenheiro-Chefe da empresa alemã no Brasil, Max Bastian, e pelo Secretário de Obras Públicas Francisco Rodolfo Simch, em nome do governo do Rio Grande do Sul (A FEDERAÇÃO. A assinatura do contrato para construção do entreposto frigorífico desta capital foi realizada ontem na Secretaria das Obras Públicas. Porto Alegre, ed.123, 30 de maio de 1934, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75549>. Acessado em 24/02/2021)

técnico e financeiro para a realização da obra. A avaliação do Secretário de Obras Públicas local⁴¹⁸ e de outros órgãos era favorável a esta empresa. A firma concorrente chamava-se Dahne, Conceição & Cia, e construía pontes e ruas. Neste ponto, o relatório observa que o pai de Dahne era alemão, mas seus filhos negavam sua origem alemã. Somava-se a isto o fato de que, não havia muito tempo, uma ponte nova construída por eles havia desabado. Entretanto, como eram bem relacionados, o governo assumiu os danos. Segundo o relatório, a empresa Dahne, Conceição & Cia oferecia tudo, com o objetivo único de ganhar a concessão. Um de seus proprietários teria até mesmo viajado para o Rio de Janeiro, para buscar ajuda, argumentando que a outra empresa, Grün und Bilfinger, seria estrangeira, como ponto negativo para a concorrente. O Interventor havia decidido sobre a concessão, neste exemplo dado, em razão da influência da empresa Dahne, Conceição & Cia. Para o financiamento da construção desta ferrovia, as terras do governo ao norte do estado do Rio Grande do Sul tiveram também um papel importante. A construção da ferrovia deveria ser financiada pela venda destas terras aos colonos, sobretudo para brasileiros, e isto explicaria o interesse da Dahne, Conceição & Cia pelo negócio. De acordo com o funcionário alemão, todos duvidariam que esta empresa pudesse construir a ferrovia, mas o “nativismo” teria um papel importante nas negociações.

O relatório prosseguia, informando que o senhor Troppmair do jornal *Deutsche Zeitung* de São Paulo dizia ter ouvido que os norte-americanos teriam feito, há pouco tempo, uma proposta de construção do Porto de Torres, da ordem de 400.000 contos de réis. No entanto, o que se sabia, na SOP, era que isso não era verdade⁴¹⁹. Eles estariam esperando que decorresse o prazo de candidatura, que havia sido ampliado, a pedido dos alemães. Especialistas diziam, ainda, que esta soma proposta não seria suficiente. Pelo que se tinha ouvido, os americanos teriam tido interesse em Torres, mas não teriam achado o projeto adequado. Segundo Muhlert, este relatório diferia dos anteriores, e ele se sentia na obrigação de atualizar as informações sobre o assunto.

Em correspondência do funcionário Stieve, do Ministério das Relações Exteriores, endereçada ao Ministério da Fazenda da Alemanha, em 4 de janeiro de

⁴¹⁸ Francisco Rodolfo Simch exerceu o cargo de Secretário de Obras Públicas do Rio Grande do Sul a partir de 05 de maio de 1932, sucedendo a João Fernandes Moreira, portanto ele era o “Secretário de Obras Públicas local”, mencionado no relatório alemão.

⁴¹⁹ Percebe-se a comunicação estreita entre a SOP e os representantes do governo alemão, em 1932.

1933, foi enviada uma cópia de um convite a empresas e associações industriais para falar sobre o projeto de Torres. Solicitava-se que fosse enviado ao Brasil um representante para as negociações. Stieve lembrava que esta não era a primeira vez em que o governo federal e o estado do Rio Grande do Sul manifestavam interesse no projeto de Torres. Segundo ele, tratava-se de um projeto de concessão para a construção e o funcionamento de um porto em Torres e de diversas ferrovias. Em contrapartida, seriam colocadas à disposição grandes superfícies de terra para colonização no estado do Rio Grande do Sul. Uma apresentação detalhada do projeto havia sido encaminhada pelo escritório central do comércio exterior para as organizações e autoridades interessadas, em 20 de outubro de 1930, sob o número 111788. Aquele projeto, tal como formulado na época, havia suscitado muitas preocupações, e, por esse motivo, não havia sido levado adiante. Como até aquele momento, em 1933, parecia que nenhum candidato havia se apresentado ao governo brasileiro, as autoridades concordaram em apresentar modificações e limitações significativas ao projeto. Diante disso, e para se determinar até que ponto estas alterações realmente ocorreriam, Stieve considerava relevante enviar uma comissão no local para verificar a nova proposta do projeto de Torres e redigir um relatório. Para isso, seria necessário determinar se havia interesse da indústria alemã no projeto, e, com este objetivo, marcava uma reunião para as 17h do dia 6 de janeiro de 1933, no Ministério das Relações Exteriores, na sala 171 da Wilhelmstrasse 74, em Berlim.

O documento F 7003 Bras. 4/1, de 9 de janeiro de 1933, trazia as observações relativas ao referido encontro com representantes do Ministério da Fazenda alemão, ocorrido no Ministério das Relações Exteriores. A nota sobre a reunião lembrava que o governo brasileiro havia anunciado a proposta do projeto de Torres, mas não havia encontrado nenhum candidato para sua realização. Em razão disso, o governo do Brasil pretendia reduzir o projeto original de 500 milhões de marcos para 100 milhões. No entanto, segundo as autoridades alemãs, os brasileiros não queriam pagar nada, sendo a única contrapartida a concessão à Alemanha por 75 anos das operações portuárias e a disponibilização de terras para a instalação de cerca de 50.000 famílias de colonos alemães. Com os representantes das indústrias alemãs, que estavam presentes na reunião, levantou-se a possibilidade de se dividir as despesas do envio de uma comissão de estudo ao Brasil, porém tornou-se claro que seria necessário, inicialmente, definir a possibilidade de um financiamento, mesmo com a redução do projeto para 100 milhões de marcos. Outros resultados não puderam ser alcançados

naquela reunião em que o funcionário encarregado Stieve presidiu as negociações com o setor industrial, deixando que os interessados discutissem inicialmente entre eles o projeto e sua viabilidade prática e depois encaminhassem um relatório destas discussões ao Ministério das Relações Exteriores.

Nesta mesma data de 9 de janeiro de 1933, Dr. Poerschke, Conselheiro Secreto do Ministério das Finanças do *Reich*, endereçou uma correspondência ao Dr. Beisiegel, Conselheiro Ministerial do Ministério do Trabalho. Poerschke referia-se a uma reunião que ocorrera naquela data com Beisiegel, cujo tema era o envio de uma comissão de estudo para o Brasil para estudar a possibilidade de instalação de alemães desempregados no Brasil. Depois da reunião, Poerschke havia contatado o funcionário encarregado do Ministério das Relações Exteriores, Stieve, que lhe teria explicado que não havia urgência na preparação dos meios para a viagem da comissão de estudo, até porque não seria provável a viagem no dia 13 daquele mês. Stieve havia, ainda, ressaltado, que ainda não se sabia com clareza, junto ao setor industrial alemão, se o projeto poderia ser realizado, e que o Ministério das Relações Exteriores procuraria esclarecer tudo isso rapidamente. Antes deste esclarecimento, não faria, segundo Stieve, nenhum sentido enviar a comissão para o Brasil, porque a oportunidade de colonização somente poderia ser realizada em conexão com a execução das obras de construção do porto de Torres e das ferrovias. Poerschke declarou, então, a Stieve que o Ministério da Fazenda estaria disposto a assumir a metade dos custos da comissão de estudos. A decisão sobre a efetivação desta proposta e a definição de quando ela deveria se concretizar dependeria, segundo Poerschke, dos resultados das negociações com o setor industrial alemão. Poerschke aguardaria então, o contato de Stieve, que conduzia estas negociações, para que prosseguissem.

Em 11 de janeiro de 1933, Stieve enviou, então, um memorando ao Ministério da Fazenda, sobre as negociações do Porto de Torres em que participaram representantes da indústria alemã, naquela reunião de 6 de janeiro de 1933. Neste memorando, Stieve especifica que estavam presentes na reunião representantes do Ministério do Interior, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Fazenda e do Comissário do Trabalho, além de associações industriais e empresas. Foi oferecida aos participantes a oportunidade de manifestar seu interesse no projeto de Torres. Stieve conduziu a reunião, explicando que o projeto de Torres compreendia duas partes: parte I – construção do porto e da ferrovia, parte II – colonização. Neste

primeiro momento, Stieve pretendia determinar qual o interesse da indústria alemã no projeto de Torres.

Em seguida, ele explicou que aquele não era um projeto acabado e que representava, no máximo, um esboço de um projeto, que não permitia nenhum julgamento seguro sobre sua viabilidade técnica.

Além disso, segundo ele, com a grande quantidade de convidados participando da reunião, não seria de se esperar que as empresas expressassem abertamente o que pensavam sobre o projeto. Em nome das empresas de construção convidadas, o diretor Müller-Hagens, da empresa Dyckerhoff & Widmann, explicou que estas empresas realizariam uma reunião entre elas, cujo resultado seria posteriormente informado ao Ministério das Relações Exteriores. O diretor explicou também que a decisão sobre o posicionamento das empresas de construção dependeria do voto destas empresas.

Em 3 de fevereiro de 1933, Stieve enviou correspondência do Ministério das Relações Exteriores para o Ministério da Fazenda da Alemanha, incluindo uma sugestão de estimativa de custos realizada pela associação para a adaptação profissional de trabalhadores voluntários, em Berlim. Trata-se de resposta à correspondência recebida em 28 de janeiro do setor para o povoamento no exterior. Ele informa que havia sido acordado com o Ministro da Fazenda da Alemanha que o governo alemão estaria disposto a dar uma contribuição única cujo valor definitivo deveria ser decidido, para a viagem ao Brasil de uma comissão composta por 3 a 4 pessoas, que pesquisariam no local as condições de realização do projeto de Torres. Diante disso, Stieve solicitava que fossem fornecidas estimativas mais precisas das despesas necessárias e comprovações de que não havia ocorrido financiamento de outros interessados, no círculo econômico. A sugestão de orçamento para a viagem da comissão para estudar a viabilidade do projeto de Torres havia sido redigida poucos dias antes desta correspondência, em 31 de janeiro de 1933. Em seu preâmbulo, indicava não prever qualquer economia no orçamento que pudesse ocorrer em função do governo brasileiro, citando como exemplo a disponibilização de automóveis, sugerindo que seria incorreto levar em consideração valores hipotéticos porque, caso não se concretizassem, poderia haver falta de recursos. A seguir, indicava-se que a estimativa se refere a quatro senhores participantes da comissão para verificar rapidamente e minuciosamente a pertinência do projeto. Estas pessoas eram: 1) o Professor Dr. P. Vageler, Landw. Hochschule Berlin, como líder da comissão e

especialista em agricultura e povoamento; 2) o Sr. Passow, especialista em povoamento e representante do *Stahlhelm*⁴²⁰; 3) Sr. Diretor Malletke, especialista em finanças e organização da associação para a adaptação profissional e 4) Sr. Engenheiro chefe Turner, especialista em construção ferroviária e portuária.

O tempo mínimo estimado para realizar as constatações técnicas seria de dois meses a dois meses e meio, sendo a duração da viagem a bordo de seis semanas. Portanto o tempo mínimo necessário seria de quatro meses, para os quais apresentaram os seguintes custos, subdivididos em despesas pessoais e despesas objetivas. As despesas pessoais foram estimadas em RM⁴²¹ 24.000 para a viagem de quatro meses:

Tabela 19 – Estimativa das despesas pessoais da comissão do projeto de Torres (1932)

Despesas pessoais		
Viagem (ida e volta, incluindo dinheiro para as despesas a bordo)	RM1.000	
4 meses de estada no país		
3 contos de réis por mês	RM 3.000	
Subsídio para equipamentos	RM 500	
Despesas de representação	RM 1.000	
Despesas imprevistas	RM 500	
	RM 6000	RM24.000

⁴²⁰ O "Stahlhelm, Bund der Frontsoldaten" foi fundado logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, em dezembro de 1918 pelo oficial da reserva Franz Seldte em Magdeburg, com a intenção de constituir uma organização em que todos os participantes da guerra deveriam ser reconhecidos como tal. Tratava-se de uma organização paramilitar, com cerca de 500.000 membros em 1930, e que se opunha ao sistema político da República de Weimar (1918-1933). Depois que os nacional-socialistas assumiram o poder, Seldte, líder federal do *Stahlhelm*, foi nomeado Ministro do Trabalho no gabinete formado por Adolf Hitler, em 30 de janeiro de 1933, e, em 1934, a associação militar foi integrada, sob o nome de "NS-Frontkämpferbund", ao Sturmabteilung (SA), porém foi completamente dissolvida posteriormente, em 1935 (LEMO, Lebendiges Museum Online. Der Stahlhelm, Bund der Frontsoldaten. Disponível em <https://www.dhm.de/lemo/kapitel/weimarer-republik/innenpolitik/stahlhelm-bund-der-frontsoldaten.html>, acessado em 14/01/2023). Portanto, à época em que se organizou a visita de uma comissão alemã para avaliar a realização do projeto de Torres, havia um alinhamento entre o Stahlhelm e o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.

⁴²¹ Reichmark (RM).

Fonte: Bundesarchiv, Alemanha

Já as despesas objetivas totalizavam RM 34.000 para quatro meses, detalhadas como segue:

Tabela 20 – Estimativas das despesas objetivas da comissão do projeto de Torres (1932)

Assistentes	RM 5.000
Automóvel e meios de transporte	RM 20.000
Fotos de perfil	RM 5.000
Seguro contra acidentes	RM 2.000
Equipamentos como tenda, etc	RM 1.000
Equipamentos fotográficos, máquina de escrever	RM 1.000

Fonte: Bundesarchiv, Alemanha

Sendo assim, o custo máximo total para as atividades da comissão era de RM 58.000. A estimativa encerra-se com a observação de que com o pagamento de RM 25.000 pelo governo alemão, isto é, ao assumir o governo a metade das despesas, estaria assegurado o pagamento do restante do valor estimado pelos bancos e pela indústria, possibilitando a realização dos trabalhos.

É importante lembrar, neste ponto da pesquisa, que o orçamento total previsto pelo governo do Rio Grande do Sul, em 1930, era de 294.471:766\$380 para a concessão, porém não englobava o valor da construção ferroviária e nem previa a instalação de trabalhadores imigrantes, àquela época⁴²² (MENSAGEM, 1930, p.118).

Ressalta-se que Vageler tinha envolvimento com outros projetos no Brasil, vinculando-se ao Instituto Agrônomo de São Paulo a partir daquele ano de 1933, onde atuará até 1939, e será professor na Escola Superior de Agricultura do Rio de Janeiro, em 1934. O governo alemão o qualificava como “não ariano”⁴²³ (BArch R4901/13279, 1933). Em 1933, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores

⁴²² MENSAGEM do Presidente do Estado para a Assembleia. 1930, p.118. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2716> . Acessado em 20/04/2020.

⁴²³ BArch R4901/13279, ficha de V111, p.135 (Bundesarchiv)

Alemães (NSDAP) não demonstrava confiança em seu propósito, considerado “fantástico”, de construir um Porto de Torres com ajuda financeira do *Reich*, ao custo de 36 milhões de Marcos, contando com o trabalho de desempregados alemães em um país como o Brasil, onde o desemprego já era alto e os salários eram baixos, em uma área remota do sul do país. Suspeitava-se que ele tivesse interesses divergentes daqueles do partido, por ser um *Stahlhelmer*⁴²⁴ (BArch NS 9/338, 1933, p.476). Além disso, um telegrama de 29 de março de 1933, da Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro, advertia sobre a ligação de Vageler com o grupo Weber, dirigido pelo Sr. Weber, que havia sido desligado do partido por atuar como funcionário do Deutschen Bank local, cujo diretor era o Sr. Stahmer, estabelecendo-se vínculos com pessoas que eram considerados pelo partido como sendo “poderosos judeus capitalistas” (BArch NS 9/338, 1933, p.476, tradução nossa). Assim, em 3 de abril de 1933 foi nomeado Herbert Guss pelo NSDAP como um representante de confiança no Brasil, com sede no Rio de Janeiro (NS 9/338, 1933, p.486).

Enquanto se organizava a viagem da comissão alemã para o Rio Grande do Sul, Francisco Rodolfo Simch, como Secretário de Obras Públicas, realizava outras negociações para promover a construção de ferrovias associada à vinda de imigrantes. Assim, no princípio do ano de 1933, o Rio Grande do Sul assinou um contrato com o engenheiro Frederico Dahne, representando a firma Dahne, Conceição & Cia., para a construção da ferrovia ligando Giruá a Porto Mauá, no noroeste do estado, além da construção de estradas gerais e vicinais e a colonização de parte das terras devolutas estaduais (BRAZIL-FERRO-CARRIL, 1933, p.62-63). Observa-se que esta é a mesma empresa mencionada anteriormente nos relatórios do governo alemão, datados de 1932, onde se dizia que o Secretário de Obras Públicas, que já era Francisco Rodolfo Simch, era desfavorável à concessão da empresa de Dahne, preferindo uma empresa alemã.

A comissão de especialistas alemães chegou ao Brasil em 1933, percorrendo vários estados e chegando em Porto Alegre os especialistas Vageler, Turnov⁴²⁵ e Turner, acompanhados do Coronel Guilherme Gaelzer Neto, delegado comercial brasileiro, do ex-ministro do Interior e Justiça do *Reich*, e do Cônsul da Alemanha em

⁴²⁴ BArch NS 9/338. Allgemeine Korrespondenz der Zentrale mit bzw. über Landesvertretungen der AO außerhalb Europas (Vereinzelt). 1928 – 1942. Südamerika (Argentinien, Bolivien, Brasilien, Chile, Paraguay, Uruguay, Venezuela), 1931-1942. Berlin-Lichterfelde, p.476.

⁴²⁵ Nas fontes, este sobrenome é ora escrito “Turnov”, ora “Turnow”.

Porto Alegre, Walbeck, para estudar as possibilidades de acordos industriais e de colonização entre Brasil e Alemanha. Foram recebidos em maio, pelo então Major Alberto Bins, prefeito de Porto Alegre, que, juntamente com Francisco Rodolfo Simch, Secretário de Obras Públicas, prestou esclarecimentos aos visitantes, sob ordem do Interventor, General Flores da Cunha. O encontro aconteceu em um jantar na sociedade “Germânia”, na presença, ainda, do Secretário do Interior, João Carlos Machado. Na fotografia da notícia publicada no jornal, Francisco Rodolfo está ao fundo, ao lado esquerdo da mesa. Na manhã seguinte, ele partiu com a comissão para Torres⁴²⁶ (A FEDERAÇÃO, 1933, p.1):

Figura 33 - Um jantar de cordialidade teuto-brasileira



Fonte: A FEDERAÇÃO, 1933, p.1

Depois da passagem dos especialistas alemães pelo Brasil, o governo alemão prosseguiu na troca de correspondência a respeito das possibilidades de executar o projeto do Porto de Torres.

⁴²⁶ A FEDERAÇÃO. Um jantar de cordialidade teuto-brasileira. Ofereceu-o o major Alberto Bins, operoso Prefeito Municipal, à missão de cientistas que ora nos visita. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72931>. Acessado em 02/02/2018

A seguir, uma ata confidencial de uma reunião ocorrida em 13 de abril de 1933 no escritório da Hermes (banco de seguros de créditos), em Berlim W.8, Jägerstrasse 27, indicava que Hermes havia questionado se, naquele momento, poderiam ser aceitas candidaturas para a assunção de garantias subsidiárias para os negócios do governo alemão com o Brasil. A comissão respondeu que, em princípio, não havia objeções a isso, se as empresas candidatas tivessem as devidas certificações das autoridades cambiais brasileiras, de modo que a transferência de divisas pudesse ser efetuada quando fosse o caso.

Enquanto isso, inaugurava-se, em maio de 1933, a ligação da rede ferroviária gaúcha com o cais do porto de Porto Alegre, celebrada com discurso de Francisco Rodolfo Simch⁴²⁷ (A FEDERAÇÃO, 1933, p.1), valorizando o Porto de Porto Alegre como parte integrante do espaço de circulação dos transportes no estado.

Em junho de 1933, a troca de correspondência entre as autoridades alemãs considerava, ainda, a possibilidade de um projeto de construção de ferrovias e colonização alemã em Minas Gerais, entre outras coisas, além das relações comerciais com Santa Catarina.

Em 18 de setembro de 1933, Vageler, como chefe da comissão alemã que esteve em Torres, redigiu uma correspondência endereçada ao Chanceler Adolf Hitler, acompanhada de um relatório sobre sua visita ao Brasil. A comissão ainda estava em São Paulo, e pedia a aprovação de Hitler do projeto de concessão do Porto de Torres e da colonização da região com trabalhadores alemães (BArch R43 II/1471, 1933, p.173-174⁴²⁸), que também estava prevista na concessão de um porto em Guaratuba, no Paraná, associada à construção de uma rede rodoviária de circulação de transporte da colônia para o Paraguai, chegando até Assunção, e passando pelo sul do Mato Grosso, até Ponta Porã, na fronteira paraguaia⁴²⁹ (BArch R43 II/1471, 1933, p.201),

⁴²⁷ A FEDERAÇÃO. O programa de realizações do Rio Grande do Sul. Foi inaugurada, hoje, a ligação da via férrea ao cais do porto. Porto Alegre, 17 de maio de 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72982>. Acessado em 10/04/2021.

⁴²⁸ BArch R43 II/1471, 1933, p.173-174. Bundesarchiv, Alemanha.

⁴²⁹ “Estrategicamente, a porção sul do estado, marcado pelo triângulo marcado pelas cidades de Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, ganha grande relevância”, pois esta região faria parte do *heartland* sul-americano, ou seja, uma “área de manobra por excelência apontada por Travassos, a partir do uso dos imensos recursos de todo o estado mato-grossense articuladas com as ascendentes cidades na porção sul do estado estrategicamente colocadas formando uma área de atração regional, estabelecendo a projeção continental do Brasil” (ARRUDA; WALDMANN JÚNIOR, 2015, p.16). Mais tarde, o General-presidente Ernesto Geisel determinou a criação do estado do Mato Grosso do Sul, “grosseiramente delimitado segundo princípios geopolíticos onde o triângulo Campo Grande – Ponta Porã – Corumbá estaria dentro do novo estado brasileiro” (ARRUDA; WALDMANN JÚNIOR, 2015, p.17. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/int-dearruda8c.pdf>. Acessado em: 09/06/2022; BRASIL.

em um território correspondente ao *heartland* sul-americano, descrito anteriormente. Para isso, Vageler havia constituído a empresa ECRAS juntamente com a firma Albert Boesenberg & Cia. e o brasileiro Valêncio de Oliveira Xavier (BArch R43 II/1471, 1933, p.229), garantindo em contrato, porém, que os contratos de construção seriam destinados à Alemanha, bem como a transferência de capital obtido com o negócio (BArch R43 II/1471, 1933, p.201). Segundo Vageler, uma colonização alemã bem-sucedida seria uma questão técnica e econômica e só deveria ser considerada por este prisma (BArch R43 II/1471, 1933, p.189), não devendo, portanto, nenhum “material humano de valor” deixar a Alemanha (BArch R43 II/1471, 1933, p.179, tradução nossa). Depois de consultar o chefe do departamento VI do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, Stieve, Hitler imediatamente rejeitou a proposta de apoiar financeiramente o projeto de colonização alemã no Brasil (BArch R43 II/1471, 1933, p.237):

Lei Complementar Nº 31, de 11 de outubro de 1977 [Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências], 1977. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Cria%20o%20Estado%20de%20Mato%20Grosso%20do%20Sul%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.,do%20Estado%20de%20Mato%20Grosso>. Acessado em: 09/06/2022).

Fotografia 37 – O “não” de Hitler para “o projeto do Professor Vageler de colonização” no sul do Brasil, em 03/11/1933



Fonte: BArch R43 II/1471, 1933, p.237

A partir de outubro de 1933, a Alemanha continua acompanhando o tema do projeto de Torres, com uma correspondência do Cônsul da Alemanha em Porto Alegre endereçada ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, em Berlim. Walbeck afirma ter conhecimento através dos jornais da candidatura de duas empresas locais no final do período de inscrição na licitação: 1) uma oferta da Companhia Nacional de Construção Civil, representada pelo Engenheiro Arthur Rocha, disposta a construir o Porto de Torres por 294.000 Contos de Réis e 2) uma oferta da Companhia Comércio Construção Sociedade Anonyma, representada pelo General Borges Fortes, disposta a construir as ferrovias e as ruas necessárias por 440.000 Contos de Réis. As duas empresas situavam-se no Rio de Janeiro e operariam por meio de seus representantes anteriormente mencionados. Segundo a carta de Walbeck, o envolvimento das empresas teria mais a ver com a obtenção da concessão do que com a construção do porto em si. Isto porque este seria um negócio intermediário, pois as empresas provavelmente procurariam auxílio estrangeiro, depois de adquirir as concessões. Os 294.000 Contos de Réis, somados aos 440.000 Contos de Réis,

totalizam 734.000 Contos de Réis, que corresponderiam a 147 milhões de Marcos, ou seja, aproximadamente o valor da estimativa do Professor Vageler.

A documentação alemã consultada não trazia mais nenhuma informação sobre as negociações do *Torresprojekt*, que só é retomado em 1939, bastante tempo depois da aposentadoria e do falecimento de Francisco Rodolfo e em uma nova fase para a Alemanha e o mundo: o início da Segunda Guerra Mundial.

4.6 DA EXONERAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS À MORTE (1937)

*“Ouça-me bem, amor
Preste atenção, o mundo é um moinho
Vai triturar teus sonhos, tão mesquinho
Vai reduzir as ilusões a pó”
(Cartola)*

Como demonstrado, depois que Borges de Medeiros deixou a Presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, Francisco Rodolfo apresentou, em seus relatórios, muitas queixas e fez muitas críticas ao governo gaúcho. A insistência dele em comprovar a qualidade do “carvão Gravataí” para a geração de eletricidade e produção de coque não parece ter produzido resultados, pois o Serviço Mineralógico e Geológico foi extinto, sendo este tipo de atividade do governo desempenhada, a partir de então, por uma subseção do governo. A possibilidade de se concretizar o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres como um sistema de objetos técnicos desaparece, e estes dois elementos passam a ser constituídos, definitivamente, em separado. A participação de Francisco Rodolfo na negociação do Porto de Torres como objeto técnico isolado foi curta, pois ele rapidamente seguiu outros caminhos no serviço público, privilegiando a atividade de Catedrático em Economia Social, na Faculdade Livre de Direito.

Segundo João e Clemente (1995, p.39), a década de 1930 foi um momento em que as universidades ganharam destaque como um local de “renovação científica, cultural e tecnológica”. Até então, havia instituições isoladas, como a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, por exemplo, que não pertencia a uma rede estadual, federal ou particular. Em 1934, Francisco Rodolfo Simch participa, então, da criação da Universidade de Porto Alegre. O General Flores da Cunha, como Interventor Federal, designou uma comissão da Faculdade Livre de Direito, da qual Francisco Rodolfo Simch fazia parte, junto com Leonardo Macedônia:

Em 1934, o chefe do Governo do Estado, sensibilizado e motivado pela idéia da fundação de uma Universidade, o Interventor Federal Gen. José Antônio Flores da Cunha nomeou uma comissão especial para tal fim. Foi assim constituída de professores representantes da Escola de Engenharia - Ary de Abreu Lima e Egdio Hervé; da Faculdade de Direito - Francisco Rodolfo Simch e Leonardo Macedônia; e da Faculdade de Medicina - Luiz Francisco Guerra Blessmann e Martim Gomes (JOÃO; CLEMENTE 1995, p.39).

As comissões contribuíram conjuntamente para a organização da instituição e de sua regulamentação.

Ressalta-se que Francisco Rodolfo Simch e Leonardo Macedônia já haviam participado, juntos, da criação da Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909, que era, até então, anexa à Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Estes dois professores eram também sócios fundadores do IHGRGS, onde atuaram como Presidente e Vice-Presidente da instituição. As redes de sociabilidade os uniam, assim, mais uma vez.

Desse modo, por meio do Decreto nº 5.758, de 28 de novembro de 1934⁴³⁰, o Interventor Flores da Cunha, juntamente com seus Secretários de Estado, João Carlos Machado, Francisco Rodolfo Simch e Carlos Heitor de Azevedo, criou a Universidade de Porto Alegre, com o objetivo de “dar uma organização uniforme e racional ao ensino superior no Estado, elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e concorrer efficientemente para aperfeiçoar a educação do individuo e da sociedade”, contando com a Faculdade de Medicina, à qual pertenciam as escolas de Odontologia e Farmácia, a Faculdade de Direito, à qual pertencia a Escola de Comércio, a Escola de Engenharia, a Escola de Agronomia e Veterinária, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, e o Instituto de Belas Artes⁴³¹ (A FEDERAÇÃO, 1934, p.1).

1934 também é o ano em que Francisco Rodolfo publica nova edição do seu livro “Programa de Economia Social”. Ele mantém os autores austromarxistas na bibliografia da obra e, em 1934, publica uma versão atualizada com o acréscimo de um capítulo sobre o comunismo.

Um dos assuntos polêmicos trazido por Francisco Rodolfo era a desapropriação de terras, com base em Karl Kautsky, cuja bibliografia foi uma das

⁴³⁰ BRASIL. Decreto nº 5.758, de 28 de novembro de 1934 [crea a Universidade de Porto Alegre]. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2005.758.pdf>. Acessado em 06/05/2023.

⁴³¹ A FEDERAÇÃO. Actos officiaes do poder executivo do Estado. Porto Alegre, ed.271, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76842>. Acessado em: 13/04/2020.

primeiras a ser queimada pelo governo nazista⁴³². Kautsky havia fundado o seu próprio jornal para fazer circular as suas ideias, e era considerado pelo governo do recém iniciado Terceiro *Reich* uma pessoa perigosa. Francisco Rodolfo citava sua obra desde a primeira edição do seu livro Programa de Economia Social.

Para ele, a propriedade do subsolo era um aspecto muito importante, tanto do ponto de vista jurídico quanto técnico, porque a propriedade do subsolo pelo governo, por exemplo, possibilita a exploração da mineração mesmo que o solo seja propriedade particular, ampliando, assim, o controle do Estado sobre as riquezas naturais do país. Simch (1935, p. 367) cita a Inglaterra (com exceção dos terrenos de mineração de ouro e prata), os Estados Unidos e o Brasil como países em que a propriedade do solo está ligada à propriedade do subsolo, salvo legislação específica que tenha previsão contrária, o que diferia da prática de outros países europeus. Um exemplo disso, segundo ele, era Portugal, pois, durante a colonização, todas as riquezas minerais encontradas no subsolo pertenciam à Coroa, tendo sido abandonada esta prática somente à época do império, e, ainda, de forma gradual. Francisco Rodolfo aponta, ainda o caso soviético como um exemplo de como a nacionalização do solo permite maior controle do governo sobre a produção agrícola de seu território:

Mas o que mais importa é saber que o Estado Soviético apoiado na nacionalização do solo, nos recursos da indústria do Estado, no orçamento e no sistema bancário, na política dos preços, etc., dispõe de departamentos suficientemente poderosos (e cada ano o são mais) para imprimir à produção agrícola do país a orientação desejada e, por consequência, para prever seu curso (SIMCH, 1934, p.477-478).

Sobre a economia russa, Francisco Rodolfo descreve o “*comunismo de guerra*” (grifo do autor) como um período que levou à guerra civil, mas possibilitou desenvolver a economia. Ele admira o controle e a sistematização da economia pelo estado soviético:

O período mais importante no desenvolvimento da economia organizada é o do *comunismo de guerra*: foi o momento em que o poder dos Soviets teve que romper e destruir a encarnizada resistência das classes sociais expropriadas pelo novo regime e rechaçar heroicamente as intervenções

⁴³² Em 1933, as obras de Kautsky fizeram parte dos primeiros livros queimados por estudantes nazistas, juntamente com livros de Marx. Segundo o Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, em maio daquele ano, Kautsky afirmou: “não há perigo imaginável maior para a ascensão do proletariado alemão, até mesmo para o povo alemão em geral, que a constituição do ‘Terceiro Reich’” (Karl Kautsky. Holocaust Encyclopedia. <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/karl-kautsky>)

armadas dos Estados capitalísticos. Durante aqueles anos de guerra civil e de *comunismo de guerra* (1918-1921) a vida econômica estava inteiramente subordinada à necessidade de firmar o poder dos Soviets e defender o país contra as forças coligadas da contra-revolução exterior e interior; não havia e nem podia haver na economia soviética produção intensiva mas, entanto, êste período constitue uma grandiosa experiência de economia sistemática organizada: experiência de excepcional importância para o desenvolvimento do pensar econômico e das formas econômicas da sociedade soviética (SIMCH, 1934, p.478-479, grifo do autor)

Com respeito ao controle e à organização da economia pelo estado, Simch (1935, p.369) aponta que existia uma discussão sobre a propriedade do solo e do subsolo pelo Estado brasileiro, indicando que, de forma geral, tendia-se a não deter o governo a posse de todo o subsolo, com exceção dos minerais considerados fundamentais para a defesa nacional e para os transportes, como o carvão de pedra, o wolfram, o níquel, o ferro e o cobre. Portanto, na década de 1930, apesar das discussões sobre a posse do subsolo pelo Estado, era consenso no meio político que a obtenção e o processamento do carvão e do tungstênio deveriam ser controlados pelo governo, constituindo um setor estratégico para o Brasil. Esta preocupação com o controle da propriedade do subsolo pelo governo situava-se em um contexto de formação de estoques consideráveis de tungstênio pela Alemanha, acentuando uma tendência de rearmamento que, como visto ao longo desta tese, ocorria desde a Primeira Guerra Mundial e era intensificada a partir de 1934, quando, de acordo com Clairin (1954, p.835), a Alemanha se tornou o maior importador de minério de tungstênio, detendo 4.700 toneladas.

Figura 34 – Evolução da produção mundial de tungstênio (concentrado em 60%), em milhões de toneladas métricas



Fonte: CLAIRIN, 1954, p. 839, tradução nossa

A relevância do tungstênio em 1934 é muito grande, porque, a partir deste ano, há um aumento acentuado e acelerado da sua produção mundial, que acontece quase até 1944, ou seja, esta tendência antecede a Segunda Guerra Mundial e só desacelera pouco antes do seu final. Ainda assim, a exemplo do que aconteceu na Primeira Guerra Mundial, percebe-se que com o fim da guerra diminui a produção de tungstênio, mas, poucos anos depois, a preocupação em produzir este minério retorna, com o assunto do rearmamento. Isto se vê com a retomada da produção de tungstênio a partir de 1922 e a depois de 1947, observando-se que, na década de 1920 e na década de 1940, esta produção acompanha períodos de desenvolvimento da siderurgia, em razão de sua importância para a produção de aço-liga.

Depois de 1934, a Alemanha pôde acumular grandes quantidades de tungstênio por meio de um acordo de troca com a China, fazendo com que os Estados Unidos temessem que ocorresse uma prática de *dumping*⁴³³ e, então, pedissem aos alemães que se comprometessem a não esvaziar os seus estoques no estrangeiro, ao que Ulrich Friedrich Wilhelm Joachim von Ribbentrop prontamente atendeu. A política alemã de incremento dos estoques de tungstênio levou, em 1938, a uma importação de 16.340 toneladas de concentrados de WO_3 , dos quais 63 % eram oriundos da China e 10 % da Birmânia, o que representava um terço de toda a produção mundial daquele ano. A busca do tungstênio pela Alemanha também se direciona para o mercado ibérico, na década seguinte (CLAIRIN, 1954, p.835).

Neste período que antecede a Segunda Guerra Mundial, as tensões na Europa se acentuam, o que se reflete na nova edição da obra de Francisco Rodolfo Simch. Ele retira a epígrafe em tcheco, que até então aparecia no primeiro capítulo do livro. 1934 também era um ano turbulento para as relações entre a Tchecoslováquia e a Alemanha, justamente em razão da região dos Sudetos alemães, cuja população que habitava, justamente, a terra natal paterna. As hostilidades entre Hitler e o então presidente Benes, somadas aos ressentimentos dos alemães dos Sudetos com a crise econômica e com os atritos com a população tcheca, acirrava o pangermanismo. Esta retirada da epígrafe pode ser interpretada como uma não identificação com o conflito

⁴³³ *Dumping* é uma prática ilegal de comércio que ocorre quando o preço de exportação é menor do que o valor normal de um produto similar no mercado interno do país (MINISTÉRIO da economia. Dumping. Disponível em: [http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/205-assuntos/categ-comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/defesa-comercial-2/o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A%20Considera%2Dse%20que%20h%C3%A1,merca do%20interno%20\(valor%20normal\)](http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/205-assuntos/categ-comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/defesa-comercial-2/o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A%20Considera%2Dse%20que%20h%C3%A1,merca do%20interno%20(valor%20normal).)). Acessado em: 27/05/2023).

que acontecia na fronteira entre a Boêmia e a Alemanha, pois sua admiração pelo austromarxismo não seria compatível com o novo regime do Terceiro *Reich* ou com os conflitos entre alemães e tchecos, até porque ele se sentia brasileiro. De qualquer forma, a Tchecoslováquia estava representada no exterior, na segunda metade da década de 1930, com embaixadas em sete países latino-americanos, Brasil, Argentina, Peru, Chile Colômbia, México e Venezuela (OPATRNÝ, 2017, p.28). A intensificação das disputas entre alemães e tchecos na Boêmia, onde a crise econômica levava os alemães à radicalização política, poderia ter repercussões no Brasil, portanto. Esta retirada do provérbio em tcheco do livro de Francisco Rodolfo pode expressar sua isenção neste conflito, não querendo se posicionar nem como alemão, nem como tcheco, identificando-se como brasileiro e considerando que este assunto não lhe dizia respeito.

A respeito do comunismo no Brasil, Francisco Rodolfo procura mostrar em sua obra que a sociedade muitas vezes teme aquilo que não conhece, sendo necessário examinar os fatos para que se possa fazer um julgamento sobre determinado assunto. Isto posto, ele traz muitos elogios a medidas econômicas tomadas na Rússia e faz menção ao jornal de Stálin, Pravda, tecendo elogios que podem ter sido mal recebidos pelo governo de 1934, especialmente ao se mencionar a subsequente repressão ao comunismo em 1935:

A revolta de novembro de 1935 não foi, a rigor, uma revolução, e sim uma intentona, embora a designação seja tradicionalmente considerada aviltante por setores da esquerda, ao ser adotada pela direita civil e militar. Mas, etimologicamente, a expressão é correta, pois “intentona” significa “intento louco, plano insensato”, o que bem corresponde ao episódio. Deixando de lado a disputa semântica, tratou-se de uma aventura que, se não foi responsável isoladamente pelo golpe de 1937, deu uma ajuda inconsciente mas considerável à sua articulação. Assim, a saudação de Getúlio ao povo brasileiro nos primeiros minutos de 1936 teve como tema a execração do comunismo, “o inimigo mais perigoso da civilização cristã” [...] (FAUSTO, 2006, p.75)

Neste contexto, a apreciação de Francisco Rodolfo das práticas econômicas realizadas sob o regime comunista russo foi, provavelmente, percebida como provocação política, especialmente ao se considerar seu pedido de exoneração do cargo de Secretário de Obras Públicas, mudando os rumos de sua vida.

Ele se reaproxima de outras instituições, reforça seu vínculo com o IHGRGS, tornando-se Presidente da instituição, em 1934, e passa a participar mais da vida social em Torres. Assim, em 3 de julho de 1934, Florêncio Abreu, o primeiro

Presidente do IHGRGS, cumprimentava o seu sucessor⁴³⁴, eleito na assembleia geral de 21 de junho daquele ano, Francisco Rodolfo Simch, na chapa que formava com Leonardo Macedônia⁴³⁵. Este era o segundo mandato desde a criação da instituição da qual foi sócio fundador, em 1920. Vários sócios do IHGRGS⁴³⁶ que se encontravam fora do Rio Grande do Sul enviaram procurações⁴³⁷ para participar da eleição, o que mostra a relevância deste instituto tinha para estas pessoas.

É interessante observar que Francisco Rodolfo Simch deixa a Secretaria de Obras Públicas justamente em um momento em que a siderurgia passa a ser efetivamente tratada como assunto prioritário do governo, com a criação, em junho de 1934, do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), e do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), em novembro de 1937 (FAUSTO, 2006, p.93). De alguma forma, ele não parece ter buscado participar da política de mineração da época.

Em 1935, Francisco Rodolfo Simch foi nomeado Desembargador, juntamente com os advogados Amorim de Albuquerque e Vieira Pires, pois, naquele ano, segundo o jornal *Correio do Povo* (1937, p.1), “a Constituição do Estado, reproduzindo dispositivos da Constituição Federal, prescreveu que uma quinta parte dos membros da Côrte de Appellação seria constituída de advogados ou professores de direito”, e Francisco Rodolfo pertencia a esta última categoria. Em 15 de março daquele ano, Francisco Rodolfo formalizou sua desistência da Presidência do IHGRGS⁴³⁸, com uma

⁴³⁴ Carta de Florêncio de Abreu enviada do Rio de Janeiro em 3 de julho de 1934 (Correspondência passiva do IHGRGS, 1934-1935). Florêncio de Abreu passou a ser Presidente Honorário do IHGRGS, a partir de 1934.

⁴³⁵ Ambos eram professores na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre e participaram da fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre, vinculada àquela faculdade, em 1909.

⁴³⁶ Em 1934, o IHGRGS contava com 27 sócios efetivos: Dr. Florencio Carlos de Abreu e Silva (que foi o primeiro Presidente da instituição), Dr. Francisco de Leonardo Truda, Dr. Eduardo Duarte, Cel. Emilio F. de Souza Docca, Dr. Amaro Baptista, Dr. Armando Dias de Azevedo, Dr. José Vieira de Rezende e Silva, Dr. Alfredo Clemente Pinto, Cel. João Maia, Mons. Luiz Mariano da Rocha, Afonso Guerreiro Lima, Dr. Antão de Faria, Dr. Alberto Juvenal do Rego Lins, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, João Pinto da Silva, Gen. Manoel Joaquim Faria Correia, Dr. Lindolfo Collor, Dr. Francisco Rodolfo Simch, Dr. Rubens Barcellos, Mansueto Bernardi, Prof. Jorge Bahlis, Dr. Leonardo Macedônia, Walter Spalding, Othelo Rosa, Dr. Darcy Azambuja, Gastão Hasslocher Mazon e Clemenciano Barnasque (Correspondência para Francisco Rodolfo Simch, Presidente do IHGRGS, 1º de julho de 1934, Correspondência passiva do IHGRGS, 1934-1935).

⁴³⁷ Por exemplo, em 18 de junho de 1934, o advogado Adroaldo Mesquita da Costa enviou do Rio de Janeiro uma procuração para que Eduardo Duarte o representasse na eleição para a presidência do IHGRGS, escolhendo votar na chapa formada por Francisco Rodolfo Simch e Leonardo Macedônia (Correspondência passiva do IHGRGS, 1934-1935).

⁴³⁸ Carta de desistência do Presidente do IHGRGS, Francisco Rodolfo Simch, ao Vice-Presidente Leonardo Macedônia, em 15 de março de 1935. Livro de Correspondência Passiva do IHGRGS (1934-1935).

carta endereçada ao seu Vice-Presidente, Leonardo Macedônia. Sua decisão era justificada pela “impossibilidade material” para desempenhar o cargo (Anexo G).

Fotografia 38 – Francisco Rodolfo Simch, Desembargador, 1935



Fonte: Acervo particular de Clélia Simch Marc

Nesta segunda fase da vida de Francisco Rodolfo, sua família encontra-se inserida na sociedade gaúcha e participa do cotidiano cultural da elite da capital⁴³⁹. Frequenta o Hotel Picoral⁴⁴⁰, na praia de Torres, no litoral norte gaúcho⁴⁴¹, onde, segundo Cardoso (2008, p.112), o Desembargador Francisco Rodolfo Simch participa da criação da Sociedade Amigos da Praia de Torres, SAPT, em 5 de fevereiro de 1936, sendo nomeado para a Comissão de Redação de Estatutos, juntamente com Leopoldo Geyer, Dr. Ennio Marsiaj e o Desembargador Antonio Vieira Pires.

Em 1936, uma comissão examinava possíveis irregularidades na construção e no financiamento da variante ferroviária entre as pontes de Gravataí e Barreto.

⁴³⁹ A inserção social ocorreu também pela cultura musical: as filhas mais velhas, Clélia e Alaíde Simch, aprenderam a tocar piano e se apresentavam em concertos, em Porto Alegre, inclusive no Teatro São Pedro (A FEDERAÇÃO, 1915, p.4; tradição familiar). Clélia Simch Marc narra que havia aprendido a tocar piano com sua avó materna, a alemã Emma Wild Simch.

⁴⁴⁰ “O Hotel Picoral, como era chamado pelos *nobres*, era ponto de reunião da elite porto-alegrense, mesmo os que em Torres possuíam casas de veraneio” (CARDOSO, 2008, p.112, grifo do autor).

⁴⁴¹ A tradição familiar descreve as viagens a Torres como um grande evento para a família, em que os filhos, nora e genros de Francisco Rodolfo Simch se reuniam para passarem o veraneio juntos. Além da hospedagem no Hotel Picoral, também há registro de hospedagem no Pharol Hotel de Torres, com a família, em fevereiro de 1934 (A FEDERAÇÃO. Vida social. Veranistas. Porto Alegre, ed.39, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/74855>. Acessado em 10/10/2022). Francisco Rodolfo Simch realizou seus últimos registros fotográficos em Torres em 1937, antes de falecer (Acervo de Clélia Simch Marc).

Francisco Rodolfo Simch não trabalhava mais como Secretário de Obras Públicas, dedicando-se ao cargo de Desembargador, mas, como ele havia atuado naquele cargo, no início da década de 1930, o presidente da mencionada comissão, Júlio Casado, solicitou a ele que prestasse declarações no dia 3 de setembro de 1936, às 16 horas, de modo a auxiliar no inquérito, que era feito no prédio da SOP⁴⁴². No dia e hora marcados, Francisco Rodolfo questionou o presidente da comissão⁴⁴³, indagando em que dispositivo legal se fundamentava o governador do estado para a realização daquele inquérito. Júlio Casado respondeu que não sabia e mandou verificar na portaria respectiva, mas não encontrou nada a respeito. Francisco Rodolfo declarou, então,

(...) que nem na Constituição do Estado nem no Regulamento das Obras Públicas nem no da Viação Ferrea esta forma era indicada, pelo que nada responderia, pedindo se tomasse por termo o seguinte, uma vez que, no regime constitucional em que vivemos, não é possível ao Governador dispensar na lei (...) (DEPOIMENTO, 1936)

Este preâmbulo simplesmente acusa o governador de ordenar um inquérito realizado de uma maneira que não estava prevista em lei, ou seja, Francisco Rodolfo denuncia um abuso de autoridade. Ao solicitar que o presidente da comissão buscasse um fundamento legal que amparasse o inquérito, levando-o à admissão de que em que nenhuma lei ou portaria havia sido encontrada justificativa para este procedimento, Francisco Rodolfo aponta para a irregularidade do próprio governo estadual, na pessoa do governador, que, à época da instauração deste inquérito, era o General Flores da Cunha. Até pouco tempo atrás, no início da década de 1930, Francisco Rodolfo Simch era considerado próximo de Flores da Cunha, juntamente com outros secretários de estado, como João Carlos Machado e Carlos Heitor de Azevedo. O acervo particular da família comprova a grande frequência com que ele era consultado para realizar pareceres sobre a legislação estadual, especialmente na área do comércio, da mineração e dos transportes, havendo uma troca de correspondência entre eles. Curiosamente, em 1936, quando acontece o desenrolar do inquérito, Francisco Rodolfo pede a Júlio Casado que o informe qual a

⁴⁴² Correspondência recebida por Francisco Rodolfo Simch em sua residência, na rua Marquês do Pombal, 941, na data de 2 de setembro de 1936, solicitando seu comparecimento na Secretaria de Obras Públicas no dia seguinte (Acervo particular de Clélia Simch Marc, 1936).

⁴⁴³ Depoimento prestado perante a Comissão do Inquérito sobre a variante Barreto-Gravataí, a 3 de setembro de 1936, às 16h, na SOP (Acervo particular de Clélia Simch Marc, 1936).

fundamentação legal que movia o governador do estado a investigá-lo, o que demonstra, entre outras coisas, que ele já não tinha livre diálogo com Flores da Cunha e que eles provavelmente não estavam mais em bons termos.

Feita esta observação, Francisco Rodolfo apresentou à comissão o seu depoimento, que havia preparado anteriormente⁴⁴⁴, para a ocasião:

Tratando-se, perante esta respeitabilíssima Comissão, a cujos membros presta a homenagem de seu respeito, de assunto referente a um departamento de serviços públicos, deve declarar que se reserva o direito de referir o pouco que sabe e que lhe foi dado conhecer acerca da construção da variante de Barreto a Gravataí, quando for organizado um inquérito regular – policial, administrativo ou judicial – e quando forem articulados fatos positivos e concretos cujo conhecimento interesse a Publica Administração para poder punir os culpados de abusos ou malversações si os tiver havido. Declara mais que tem os snrs. Engenheiros da Viação Ferrea, sem excepção alguma, como funcionários e cidadãos acima de qualquer suspeita (DEPOIMENTO, 1936)

Seu depoimento demonstrava o apreço que ele mantinha pela equipe de trabalho na SOP, limitando sua crítica à pessoa do governador. Este relato seguido de depoimento indicava os nomes de Júlio Casado, André Rebouças, Alexandre Rosa e Francisco Rodolfo Simch, no lugar da assinatura.

No início de 1937, Francisco Rodolfo Simch aposentou-se como Desembargador (CORREIO DO POVO, 1937, p.1). Em julho daquele mesmo ano, o estado de sítio, decretado em 1935 para conter o comunismo, foi convertido em estado de guerra, que havia sido previsto em uma emenda constitucional de dezembro de 1935. Nesta época da aposentadoria de Francisco Rodolfo, milhares de cidadãos considerados, para os padrões da época, comunistas ou com ideias progressistas foram violentamente reprimidos, e muitos políticos poderiam ser presos, afastados de

⁴⁴⁴ Há dois rascunhos do depoimento de Francisco Rodolfo Simch, no Acervo particular de Clélia Simch Marc. O primeiro era escrito a mão e por ele assinado. Ele riscava o termo “sei”, em “o pouco que sei”, para substituir pela expressão “o pouco que me foi dado conhecer” e acrescentado o adjetivo “positivos” à expressão “articulando fatos concretos”, para tornar a expressão “articulando fatos positivos e concretos”. Supõe-se que ele tenha levado o seu depoimento escrito para a ocasião, pois foi escrito em um papel destacável dobrado três vezes, ficando em formato de bolso. Vê-se a sua letra corrigindo o relato do presidente da comissão, quando se refere ao depoente. Assim, riscou, a lápis, o termo “declarou” e escreveu, logo acima, “disse” (“disse, então, o depoente”), e riscou também a palavra “declaração” para substituí-la por “afirmação” (“nem o Regulamento da Secretaria de Obras Públicas, nem o da Viação Ferrea autorizavam tal inquérito pelo que fazia apenas a afirmação de que (...).”). O cuidado com a escolha das palavras demonstra a preocupação de Francisco Rodolfo Simch com a interpretação que seu depoimento teria, pela comissão do governo, em um contexto hostil de acusação, segundo ele, sem um procedimento cristalino e amparado pela lei. As suas correções no relato do Presidente da Comissão permitem supor que ele exigiu que fosse datilografada uma nova versão com as correções que indicara, para que, somente então, a assinasse. Esta pesquisa não localizou a versão final, com a assinatura, deste relato seguido de depoimento.

seus cargos e processados, sendo os condenados enviados para a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, ou para Fernando de Noronha (FAUSTO, 2006, p.76). A aposentadoria de Francisco Rodolfo pode ter sido uma atitude de defesa por ter sua atuação como Secretário de Obras Públicas investigada, por ordem de Flores da Cunha, isto depois de publicar aspectos positivos do comunismo, em um contexto de turbulência política, em que ideias e atitudes poderiam facilmente ensejar a reprovação do governo.

Francisco Rodolfo teve uma curta experiência como aposentado, pois, em 23 de outubro de 1937, ele faleceu, aos 60 anos de idade, vítima de um acidente. De acordo com o inquérito policial, Francisco Rodolfo caminhava como pedestre pelo centro de Porto Alegre, quando, ao procurar atravessar a Avenida Otávio Rocha, na quadra entre a rua Vigário José Inácio e a Praça 15 de Novembro, parou entre duas linhas de bonde, quando bateu em um bonde que se dirigia ao centro, sendo jogado de encontro ao bonde da outra linha.

Fotografia 39 – Notícia do falecimento de Francisco Rodolfo Simch, na imprensa, em

1937



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

A investigação da Delegação de Polícia de Porto Alegre traz o depoimento de várias pessoas que estavam no local do acidente, para reconstituir suas circunstâncias. Além das informações sobre a morte de Francisco Rodolfo Simch, estes depoimentos retratam algumas características da vida urbana do centro histórico da capital gaúcha, no final da década de 1930, com a descrição das suas

linhas de bonde e o comércio. Assim, o motorista de um dos bondes, Oscar Flores da Costa⁴⁴⁵, foi o primeiro depoente:

Motorista de bond, dirigia o electrico nº 19, com destino ao fim da linha Independência , parou no sinal na esquina da rua Vigário José Inácio. Simch teria surgido desta rua, mas do lado da Camisaria Rio Branco, e parou entre as linhas de bond do declarante e a linha que vinha no sentido oposto, em direção ao centro, que bateu nele, jogando- para cima do bonde do depoente. Depois disso, ficou estendido entre os dois bondes, ferido. O inspetor de trafego, com a ajuda do declarante, removeu a vítima para a Assistência Pública (RIO GRANDE DO SUL, 1935, p.5).

Desse modo, no depoimento do motorista de bonde, a Camisaria Rio Branco e o sinal de trânsito delimitam o quadro em que se dá o desastre, que é contado da forma mais objetiva e sucinta possível. Já o Termo de Declaração de Maria Victoria Drummond Coêlho⁴⁴⁶ traz uma outra perspectiva, mais detalhada, narrando como Francisco Rodolfo estava vestido, como caiu, e a gravidade do ocorrido:

(...) vio, em dado momento, um senhor de terno cinzento, de sapatos de verniz preto, vir bater de encontro ao bond, e cair de bruço sobre o solo, parecendo à declarante haver elle batido tambem no outro bond, que, em sentido contrario, vinha para cidade, tendo os pés desse senhor ficado entre as rodas desse outro bond, pelo que houve necessidade de recual-o um pouco para que ele fosse retirado daquela posição (RIO GRANDE DO SUL, 1937, p.7)

Este segundo depoimento expressa a brutalidade do acidente fatal, ao colocar em seu centro a descrição da vítima, com suas roupas, sapatos, caindo de bruços, tendo os seus pés presos entre as rodas do bonde, sendo puxado pelas pessoas que o socorreram.

O terceiro Termo de Declaração foi prestado por Julio de Freitas, caracterizado como português, 37 anos, solteiro, branco, com profissão de impermeabilizador, em presença das testemunhas Dilermando de Araujo Reis e Flávio Prunes:

⁴⁴⁵ O depoimento de Oscar Flores da Costa, brasileiro, branco, casado, natural do Rio Grande do Sul, foi registrado em um termo de declaração, na presença das testemunhas Pedro Alexandre Vitale e João Carlos da Fonseca (RIO GRANDE DO SUL. *Inquérito de homicídio culposo*. Juízo da Comarca da 1ª Vara Crime da Cidade de Porto Alegre. 1º Cartório do Juri. Escrivão: Dr. Dutra. Autor: A Justiça. Réus: Antonio da Silva Andrade e Oscar Costa Flores. Vítima: Dr. Francisco Rodolfo Simch. Autuação: ano de 1937, Porto Alegre. Delito: homicídio culposo. Pena: arquivado. CART. Juri, N3442, M215, E29, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS, 1937, p.5).

⁴⁴⁶ O termo de declaração tem como testemunhas Arthur Piccoli e João Carlos Fonseca. Foi registrado pelo Dr. Oscar Daudt, 4º delegado interino e Alberto Nogueira. A depoente era passageira do bonde da linha Independência, que estava parado na esquina com a rua Vigário José Inácio. Observa-se que há bem menos informações sobre a pessoa desta depoente mulher (RIO GRANDE DO SUL, 1937, p.7).

Estava parado na esquina da Vigário José Inácio com a Av. Alberto Bins, na Calçada da Camisaria Rio Branco. (...) um cidadão pretendeu atravessar a rua, da calçada onde se encontrava o declarante, na direção da Tabacaria Victoria, existente na esquina oposta a da Camisaria Rio Branco; no instante de transpor os trilhos, esse cidadão foi apanhado pela parte esquerda do bond, recebeu o choque na cabeça, perto da sobrançelha direita, sendo jogado ao solo com violência, e contra o bond Independencia que seguia com destino ao fim da linha; ficou este cidadão estirado no centro da rua, entre as duas linhas de bond, ficando prezo com a cabeça pelo bond que subia a Av. Alberto Bins, e os pés sob as rodas do bond que o victimou, e que descia a Av. Alberto Bins (RIO GRANDE DO SUL, 1937, p.8)

Neste depoimento, tem-se uma descrição do cenário do centro histórico de Porto Alegre ainda mais precisa, com a Tabacaria Victoria do lado oposto da rua. Aqui, também é narrada a violência do acidente de Francisco Rodolfo, ao colidir com os bondes e ao cair no solo é evidente, com o uso dos termos “choque”, “jogado ao solo”, “violência”, “estirado”, e, sobretudo, pelo fato de estar preso pela cabeça por um bonde que se movia em uma direção, enquanto seus pés estavam sob as rodas do outro bonde que trafegava em sentido inverso, conforme disseram os depoentes que presenciaram a cena.

O primeiro depoimento era muito mais sucinto, provavelmente porque tratava-se do motorista que se tornou um dos réus do processo criminal de homicídio⁴⁴⁷.

Francisco Rodolfo havia sido socorrido e transportado ao Hospital Alemão, onde, em 25 de outubro de 1937, o perito, Dr. Huberto Wallau, examinou a vítima e redigiu um Auto de exame de lesões corporais para o Gabinete Médico Legal da Chefatura de Polícia⁴⁴⁸. Trata-se de um formulário padronizado de medicina legal, em

⁴⁴⁷ Em 1937, a Justiça do estado do Rio Grande do Sul foi autora de um processo criminal para apurar o homicídio culposo de Francisco Rodolfo Simch, sendo réus Antonio da Silva Andrade e Oscar Costa Flores. Este último era motorista de bonde e foi um dos depoentes da investigação policial. Entretanto, o processo foi arquivado a pedido da viúva Alice Nunan Simch (RIO GRANDE DO SUL. APERS, CART. Juri, N3442, M215, E29, 1937).

⁴⁴⁸ O Dr. Oscar Daudt Filho ocupava o cargo de 4º delegado auxiliar e a Testemunha era Honorio Artechê Alves, amanuense. O médico perito, Dr. Huberto Wallau, indicou que “encontrou um ferimento contuso, de forma alongada, medindo três centímetros de extensão, suturado com um ponto de fio de seda, assestado na região occipital (parte superior esquerda); uma ecchymose de coloração violácea, de forma irregular, medindo seis centímetros, assestada na face externa, terço superior da coxa direita. Signaes clínicos de fractura da base do craneo. Radiographias do paciente mostram uma fratura linear do rochedo. Nessas condições responde: ao primeiro quesito, ‘sim’ [se há ferimento ou offensa physical]; ao segundo, ‘agente contundente’ [qual o meio que occasionou]; ao terceiro, ‘não’ [se foi occasionado por veneno, substancias anesthesicas, incêndio, asphyxia ou inundação]; ao quarto, ‘sim’ [se por sua natureza e sede é ou póde ser a causa efficiente da morte]; ao quinto [se a constituição ou estado mórbido anterior do offendido concorre para torna-lo irremediavelmente mortal] e sexto [se das condições personalíssimas do ofendido pode resultar a sua morte], ‘não’; aos sétimo [se resultou ou pode resultar mutilação ou amputação, deformidade ou privação permanente de algum órgão ou membro] e oitavo [se resultou ou pode resultar enfermidade incurável e que prive para sempre o offendido de exercer o seu trabalho], ‘depende de ulterior exame de sanidade, caso se verifique

que o médico preenchia suas respostas às questões impressas, para precisar as condições de saúde do paciente e estabelecer suas repercussões legais, como a razão da incapacidade física ou da morte, que poderiam fundamentar um processo na justiça. O documento indicava que as condições clínicas de Francisco Rodolfo, antes do acidente, não contribuíam para sua morte, que somente caso ele sobrevivesse poderia ser apurada alguma incapacidade para o trabalho e que o ferimento na região occipital e a fratura na base do crânio poderiam, sim, causar sua morte (RIO GRANDE DO SUL, 1937, p.12-13). Porém Francisco Rodolfo Simch faleceu exatamente nesta data do exame, em 25 de outubro de 1937.

A viúva de Francisco Rodolfo, Alice, juntamente com os filhos do casal, dispensaram a realização de necropsia, e as pessoas que representaram a família para declarar esta decisão foram o filho, Desembargador Francisco José Simch Júnior⁴⁴⁹, e o irmão, Dr. Carlos Alfredo Simch⁴⁵⁰, que era médico (RIO GRANDE DO SUL, 1937, p.11). Em 3 de janeiro de 1938, o Ministério Público decidiu arquivar o processo, porque não havia sido apurado qual dos dois motorneiros teria tido culpa do acidente. Em 19 de maio daquele ano, a viúva Alice Nunan Simch tomou ciência da decisão (RIO GRANDE DO SUL, 1937, p.2).

Nos anos seguintes à morte de Francisco Rodolfo, faleceram, ainda, uma das filhas do casal, Débora Simch Gomes, e, logo depois, a viúva Alice Nunan Simch. O inventariante era Francisco José Simch Júnior, filho do casal e irmão de Débora, que esclarecia ao juiz municipal que, depois do falecimento de seu pai, Francisco Rodolfo Simch, sua mãe, a viúva Alice, iniciou o inventário do marido, porém ficou gravemente doente por muito tempo. Em 1942, sua irmã Débora⁴⁵¹ faleceu e, em 1943, faleceu sua mãe, Alice⁴⁵². Em razão da proximidade das datas dos óbitos na família, um inventário

sobrevida do paciente'; ao nono [se produziu incommodo de saúde que inabilite o offendido do serviço activo por mais de trinta dias], 'sim'."

⁴⁴⁹ Uma tarefa difícil para o jovem Francisco José Simch Júnior, assumir a responsabilidade da família, em circunstâncias tão trágicas. Trata-se de papel análogo àquele de seu avô Francisco José, que passou a agir como chefe da família, quando o pai dele, Benedikt faleceu, na Boêmia.

⁴⁵⁰ O assunto da tese de Carlos Alfredo era a craniectomia, para obtenção de seu grau de Doutor em Medicina. Este trabalho havia sido defendido em 26 de outubro, um dia depois da data em que ocorreria, décadas depois, a morte do irmão Francisco Rodolfo, com fratura no crânio. O acidente parece responder ao questionamento de Carlos Alfredo: "O cérebro será um órgão de fragilidade e susceptibilidade especiaes, um *noli me tangere?*" (SIMCH, 1909, p.1).

⁴⁵¹ Débora Simch Gomes faleceu em 2 de setembro de 1942, e era casada com Belarmino Gomes (Formal de Partilha, Fôro de Porto Alegre, Escrivão Bel. Leandro Pierini, 1944. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc).

⁴⁵² Alice Nunan Simch faleceu em 26 de junho de 1943 (Formal de Partilha, Fôro de Porto Alegre, Escrivão Bel. Leandro Pierini, 1944. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc).

conjunto destes três membros da família falecidos foi realizado, em 1944⁴⁵³, demonstrando que Francisco Rodolfo Simch não teve nenhum aumento de patrimônio desproporcional à sua atuação como funcionário público. Francisco Rodolfo e Alice deixaram a casa, construída com economias próprias do inventariado, cujo terreno tinha sido adquirido em 1933, no final da carreira de Francisco Rodolfo, e pouco antes de morrer. Situava-se à Rua Marquês do Pombal, 941, e era avaliada em Cr\$80.000,00, em 1944. Além da casa em que moravam, o casal deixava um terreno em Gramado e outro em Canela. Uma fração da casa que fora deixada em herança pelo pai Francisco José Simch, ainda fazia parte dos bens da família. Por fim, havia os direitos autorais sobre a obra “Programa de Economia Social”, de Francisco Rodolfo Simch, estimados em Cr\$3.000,00.

Cabe esclarecer que esta seção analisa o patrimônio da família através dos inventários, para avaliar se houve enriquecimento da família com o trabalho de Francisco José e Francisco Rodolfo. Esta questão é central porque o inquérito da construção da variante Barreto – Gravataí, assunto tratado nesta pesquisa, relaciona-se com o projeto do Porto de Torres e aconteceu durante a gestão como Secretário de Obras Públicas de Francisco Rodolfo, logo antes dele morrer. Como não existe um inventário separado, exclusivo de Francisco Rodolfo, é necessário explicar por que seu inventário era conjunto com os inventários da esposa e da filha. É uma situação incomum, de partilha simultânea envolvendo três gerações de uma mesma família.

Por fim, ressalta-se a influência da família Brandão Nunan, de Ouro Preto, na formação da família formada por Francisco Rodolfo com Alice Nunan Simch, pois, dez anos depois do seu falecimento, à data do aniversário de sua morte, foi firmado um Diploma da Irmandade de Jerusalém, em nome do falecido⁴⁵⁴, solicitado pela família.

⁴⁵³ Inventário dos bens de herança deixada por falecimento do Senhor Desembargador Francisco Rodolfo Simch, Débora Simch Gomes e dona Alice Nunan Simch. O inventariante foi o filho do casal e irmão de Débora, o Desembargador Francisco José Simch Júnior, e a partilha dos bens foi homologada em 6 de outubro de 1944 (Formal de Partilha, Fôro de Porto Alegre, Escrivão Bel. Leandro Pierini, 1944. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc).

⁴⁵⁴ Diploma da Irmandade de Jerusalém [em nome do falecido Sr. Francisco Rodolfo Simch, em Porto Alegre, 25 de outubro de 1947, firmado pelo Padre Frei Solano Geubels, O.F.M, Comissariado da Terra Santa, Rua Sanatório, 310, Cascadura, Rio de Janeiro, com selo do Comissariado da Terra Santa no Brasil, Frei Valentino Schaaf O.F.M., Ministro Geral de toda a Ordem Seráfica dos Filhos de S. Francisco de Assis]. Fonte: Acervo privado de Clélia Simch Marc.

4.7 ALGUNS DESDOBRAMENTOS DO PROJETO DO PORTO DE TORRES

*“Os estrangeiros, eu sei que eles vão gostar
Tem o Atlântico, tem vista pro mar
A Amazônia é o jardim do quintal
E o dólar deles paga o nosso mingau”
(Raul Seixas)*

O início da década de 1930 é marcado pela busca do desenvolvimento da siderurgia como atividade necessária para a industrialização do Brasil, que tinha somente pequenas metalúrgicas, sobretudo nos estados de São Paulo e Minas Gerais (FREIRE Jr., 2017, p.142). O desenvolvimentismo brasileiro fazia parte de um movimento de defesa da modernização do Brasil, sustentado pelo pensamento autoritário, que se fortalecia no país, apesar de um breve período de “normalidade constitucional”, com a Constituição de 1934, culminando em um golpe de Estado que deu origem ao Estado Novo, entre 1937 e 1945 (FAUSTO, 2001).

Durante o Estado Novo, e, depois de iniciada a Segunda Guerra Mundial, as relações econômicas do Brasil com a Alemanha e com os Estados Unidos modificam-se. Com relação à siderurgia, isto se reflete no discurso de Getúlio Vargas, de 11 de junho de 1940, proferido para a cúpula militar. Em sua época, seu discurso foi interpretado como um apoio ao nazi-fascismo, o que, para alguns, teria por objetivo pressionar os Estados Unidos a apoiar a implantação da indústria siderúrgica no Brasil, em um contexto de impasse das negociações (FAUSTO, 2006, p.99). Boris Fausto (2006) parece concordar com esta hipótese:

Essa interpretação parece mais coerente com a estratégia de Getúlio de aproximar-se basicamente dos americanos, mas sem deixar de jogar a carta das relações comerciais com a Alemanha, incluindo a compra de armamentos. Tanto assim que logo após o controverso discurso foram retomadas as negociações com o governo americano para a instalação da usina siderúrgica de Volta Redonda (FAUSTO, 2006, p.99-100).

Sendo assim, a Eximbank ofereceu créditos, em 1940, para a formação da usina de Volta Redonda, com recursos do governo brasileiro e sem participação de capital estrangeiro, com controle da CSN, cujo capital seria majoritariamente estatal (FAUSTO, 2006, p.110). Para Freire Júnior (2017, p.142), “criação desta siderúrgica é considerada um divisor de águas na história da industrialização do país”.

A partir do Estado Novo, toma forma o projeto de desenvolvimento do Brasil, anunciado por Getúlio Vargas desde o golpe de 10 de novembro de 1937 e que foi

apresentado sob forma de um documento chamado “Carta de São Lourenço”, conhecido a partir de 1938. Um dos fundamentos do projeto desenvolvimentista era a implantação da indústria siderúrgica para promover a industrialização do Brasil e o aumento da produção carbonífera. Nesse sentido, o CTEF apresentou seus pareceres sobre a criação de empresas e órgãos do governo que pudessem promover este e outros setores estratégicos, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce, no princípio da década de 1940. Embora a ênfase na industrialização remetesse à ideia do nacionalismo, Getúlio Vargas não aplicou imediatamente medidas como a nacionalização gradual das minas e jazidas, prevista na Carta de 1937. Porém, em janeiro de 1940, o governo editou o novo Código de Minas, que proibia a participação de estrangeiros nas áreas da mineração e da metalurgia (FAUSTO, 2006, p.107-109).

Observa-se que as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos estavam mais intensas, desde o final de 1938 (FAUSTO, 2006, p.100). Fausto (2006, p.100-101) esclarece que, em janeiro de 1939, o ministro Osvaldo Aranha realizou uma missão nos Estados Unidos para conversar sobre as relações entre estes dois países, a chamada “Missão Aranha”, realizada em fevereiro e março daquele ano, atendendo um pedido de Roosevelt a Getúlio Vargas. Em consequência disso, o governo dos Estados Unidos se prontificou a intermediar ou financiar projetos de desenvolvimento para o Brasil, obtendo, em troca, o compromisso de Osvaldo Aranha de retomar o pagamento da dívida pública e obstaculizar o comércio de compensação com a Alemanha. Neste âmbito, também foi realizada uma missão militar dos Estados Unidos, chefiada pelo General George Marshall, que esteve no Brasil, e, depois disso, o General Góis Monteiro realizou missão nos Estados Unidos. Contudo, a proposta econômica de Aranha, somada a um pronunciamento seu sobre o “perigo nazista”, contrariou os interesses do Exército brasileiro, resultando em um discurso de Getúlio Vargas, em 24 de março de 1939, desautorizando Osvaldo Aranha (FAUSTO, 2006, p.101). Em 1940, “os Estados Unidos armavam cenários para a sua eventual entrada na Segunda Guerra Mundial”, sendo um deles o “Pot of Gold”, em que o conflito se expandiria à América do Sul, com possível “desembarque de 100 mil soldados em diversos pontos da costa brasileira”⁴⁵⁵ (GASPARI, 2014). Nesse sentido, o Brasil, com

⁴⁵⁵ Este planejamento do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em 1940, constrói um cenário equivalente àquele de 1963, quando considera a hipótese do “Brasil dividido e um governo esquerdista hostil aos Estados Unidos”, prevendo uma intervenção militar norte-americana que seria a maior desde

sua riqueza mineral e sua extensão territorial ao longo do Oceano Atlântico representava um aliado estratégico que poderia ser relevante para o desfecho do conflito mundial. O rompimento com o Eixo ocorreu somente em 27 de janeiro de 1942, resultando no torpedeamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães e na aceleração da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, tendo sido oferecido crédito para a exploração do minério de ferro brasileiro pelo Export-Import Bank, ou Eximbank, dos Estados Unidos (FAUSTO, 2006, p.102-103).

A documentação do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha sobre os negócios com o Brasil retoma a troca de correspondências somente a partir de 1939, com um relatório datado de 6 de fevereiro, remetido pela Ferrostaal A.G e encaminhado pela Deutsche Revisions- und Treuhand Aktiengesellschaft para o Ministério da Fazenda da Alemanha, aos cuidados do Conselheiro Ministerial Niemetz. A Ferrostaal é uma empresa de fabricação de aço fundada em 1920 na Holanda e comprada pela Gutehoffnungshütte Aktienverein (GHH) em 1926. A partir da década de 1950, Ferrostaal participou do comércio internacional de aço. O relatório da Ferrostaal dizia que os Estados Unidos haviam convidado o Ministro do Exterior do Brasil para Washington, o que era visto como um passo decisivo para influenciar a economia e a política na América do Sul e prejudicar, ou até mesmo romper as relações comerciais com Alemanha e Itália, ditos Estados totalitários, de um lado, e, do outro, os países da América do Sul. As medidas tomadas pelo governo norte-americano, neste sentido, haviam sido até mesmo publicadas em jornais do país. A Ferrostaal mostrava-se preocupada com os acontecimentos no Brasil, prevendo que se estenderiam a outras filiais da empresa na América do Sul. Acreditava-se que, depois desta conversa com a autoridade brasileira, o mesmo seria feito, a seguir, com a Argentina. Estava, ainda, prevista uma visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Presidente Roosevelt. Pressupunha-se que haveria uma interferência política dos Estados Unidos no sentido de relaxar a forma de governo brasileira, considerada pelos alemães como “muito parecida com uma ditadura”. Especulava-se, na imprensa, que os Estados Unidos subsidiariam os negócios brasileiros de exportação. Para os alemães, as especulações eram, geralmente, exageradas, mas sempre guardavam um resquício de verdade. Temia-se uma pressão nunca vista, até então, sobre os projetos em andamento entre a Alemanha e

a Guerra da Coreia, envolvendo 60 mil homens – para efeito de comparação, observe-se que, naquela época, os Estados Unidos tinham somente 16.300 homens no Vietnã (GASPARI, 2014).

os países sul-americanos, e que poderia se estender a projetos futuros. Falava-se na propaganda promovida contra a Alemanha pelos Estados Unidos, que provavelmente ocorria por razões econômicas, sendo, segundo o governo alemão, apoiada por pessoas semitas e relacionadas ao catolicismo político. Diziam que era necessário estar preparado para atos de sabotagem. Alertava-se também para o investimento norte-americano na influência cultural, inclusive nos estudos universitários, o que traria consequências dali a 10 a 20 anos. Propunha-se, então, que a Alemanha promovesse uma ação contrária, não oficial e não governamental, através dos representantes comerciais locais das empresas interessadas em exportar para o Brasil, que seriam apoiados por estas empresas que, por sua vez, seriam apoiadas pelo governo alemão.

Salienta-se, portanto, o caráter não governamental da proposta. O *Torresprojekt*, como visto, atraiu o interesse da indústria siderúrgica alemã, intermediada pelo Ministério das Relações Exteriores para sua eventual perfectibilização com o governo brasileiro, mas não era assunto de interesse direto do governo. Como visto no referencial teórico, a colonização em terras estrangeiras não era de interesse do governo nazista, e poderia, inclusive, provocar uma eventual “colonização reversa”, no sentido dado ao termo por Arata (1990) e na interpretação apresentada para o caso desta pesquisa. Como visto, ao governo alemão interessava reduzir a alta taxa de desemprego, oferecendo emprego, em Torres, aos trabalhadores desempregados, como contrapartida do subsídio oferecido à iniciativa privada para a realização do projeto. As ações do setor privado e do governo alemão se diferenciam quanto à abordagem com as populações estrangeiras, sendo o comércio internacional e os estudos utilizados como instrumentos de difusão e fortalecimento do reconhecimento da cultura alemã no exterior. É o setor privado alemão que deveria estabelecer o contato direto com as empresas e pessoas brasileiras, não havendo contato direto do governo alemão com os brasileiros. O apoio do governo alemão à ideia de expansão cultural e econômica no Brasil seria indireto, com auxílio ao setor privado da Alemanha.

Desse modo, pensava-se na possibilidade de disponibilizar produtos como rádios e carros, por exemplo, para os brasileiros menos influentes, porém favoráveis aos alemães, gratuitamente ou pela metade do preço, como pequenos presentes de amigos, fazer com que seus filhos fossem à Alemanha visitar fábricas ou estudar, sempre como uma iniciativa de cunho pessoal, vinculada à amizade com o

representante comercial local, começando-se nestes círculos menores para se expandir a esferas consideradas mais influentes e seletas. Sugeria-se um fundo para as despesas ligadas a este procedimento, que repassaria recursos através da Embaixada da Alemanha ou do adido comercial local. A base do plano seria a confidencialidade e o tato. Segundo o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, se não houvesse uma reação deste país aos efeitos da influência cultural norte-americana no Brasil, pensava-se ter dificuldade dentro de 10 ou 15 anos nas relações comerciais com o país, porque a propaganda positiva da Alemanha só circularia entre os amigos brasileiros mais próximos. Isto era visto como um grande e sério perigo provocado pelos ditos inimigos dos alemães, o judaísmo e o catolicismo político, segundo o relator da Ferrostaal. Contra este problema, afirmavam precisar estar vigilantes.

Diante da preocupação com o andamento dos negócios com o Brasil, em 14 de setembro de 1939 a *Deutsche Revisions- und Treuhand Aktiengesellschaft* envia ao Ministério da Fazenda da Alemanha um resumo de alguns negócios pendentes entre Alemanha e Brasil, vinculados a empresas alemãs do setor metalúrgico: Th. Wille - locomotivas, Henschel & Sohn, Ferrostaal, Fried. Krupp, Stahlunion Exp., Herm. Stoltz.

Com relação à Krupp, lembra-se que, no início desta pesquisa, apontou-se que havia, já no princípio do século XX, exportação do tungstênio explorado em Encruzilhada, no Rio Grande do Sul, para a Sociedade Krupp, na Alemanha, e que, no Brasil, assim como no resto do mundo, em 1916, já se falava na imprensa do “kruppismo”, termo este inicialmente relativo à prosperidade almejada pelos alemães para as suas indústrias, como “uma fôrma por excellencia notável” (O PAIZ, 1916, p.2)⁴⁵⁶, mas que, ao término da Primeira Guerra mundial, adquire uma conotação severa de produção de metais para a indústria bélica com práticas desonestas e a espionagem no estrangeiro, para a obtenção da matéria-prima de forma competitiva e o monopólio do tungstênio, com o aval do governo alemão, sendo tudo isso revelado somente nas circunstâncias da Primeira Guerra Mundial (A TRIBUNA, 1918, p.2)⁴⁵⁷. Portanto a presença da Krupp no Brasil vinha de longa data, desde o princípio do

⁴⁵⁶ O PAIZ. Interesse tedesco. Rio de Janeiro, 1916, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/32636?pesq=kruppismo. Acessado em 10/04/2021.

⁴⁵⁷ A TRIBUNA. Krupp e o kruppismo. São Paulo, 1918, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/153931_00/30987. Acessado em 10/04/2021.

século XX, e se fortalecia junto à mineração e à indústria brasileira, apesar das críticas que circulavam no Brasil, que repetiam as acusações publicadas pelo *Chambers Journal*⁴⁵⁸ que repercutiram na imprensa mundial.

A fragilidade das relações entre Alemanha e Brasil aumentava, no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Em 1945, William Clayton, Assistente do Secretário de Estado para os Negócios Econômicos dos Estados Unidos, denunciou à Sub-Comissão de Mobilização de Guerra do Senado norte-americano, em Washington, a existência do que chamou “pontas de lança econômicas” que sustentariam o nazismo, mencionando, entre outros países, o caso do Brasil. Em especial, Clayton mencionou o controle de mercado de empresas como a Mannesmann e a Ferrostaal, da área siderúrgica (JORNAL DO BRASIL, 1945, p.10)⁴⁵⁹, apesar da decisão de ruptura com a economia alemã, inclusive na área da siderurgia, que havia sido formalizada em 1942, no âmbito da Conferência de Washington:

As bases de cooperação para a eliminação das companhias dominadas pelo Eixo foram estabelecidas na Conferência do Rio de Janeiro de 1942, e na Conferência de Washington, em Junho e Julho do mesmo ano. A adoção dessas resoluções não foi uma simples fórmula. As resoluções foram seguidas pela ação em quase todas as Repúblicas americanas. Algumas das leis aprovadas nessas outras Repúblicas basearam-se na legislação norte-americana sobre a matéria ou foram redigidas com a ajuda de técnicos norte-americanos. As leis adotadas pela maioria dos países foram extremamente eficazes (JORNAL DO BRASIL, 1945, p.10)

A Conferência de Washington de 1942 foi também resultado da missão brasileira, chefiada pelo ministro Sousa Costa, nos Estados Unidos, para tratar, entre outros temas, do fornecimento de material bélico. Outra decisão importante para a siderurgia foi a transferência da Itabira Iron Company, até então controlada pelo norte-americano Percival Farqhar, e da ferrovia Vitória-Minas para o governo do Brasil, originando a Companhia Vale do Rio Doce, cujo objetivo era fornecer o minério de ferro em larga escala (FAUSTO, 2006, p.111-112). Vale lembrar que a usina siderúrgica de Volta Redonda, criada em 1940, e a Companhia Vale do Rio Doce,

⁴⁵⁸ A imprensa brasileira apresentava uma tradução quase literal do artigo sobre o Kruppismo publicado pelo *Chambers Journal*. A revista *The Living Age* reproduz a integralidade do texto original do *Chambers Journal* (THE LIVING AGE, 1918, p.282-286). Krupps and Kruppism. Disponível em: https://archive.org/details/sim_living-age_1918-05-04_297_3852/page/282/mode/2up. Acessado em 20/03/2023).

⁴⁵⁹ JORNAL DO BRASIL. Planos alemães para levar a efeito uma infiltração econômica na Europa e na América Latina. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1945, p.10. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/34168.

criada em 1942, eram consideradas dois empreendimentos importantes do governo de Vargas (FAUSTO, 2006, p.163).

Ora neste mesmo ano de 1942 em que se decidiu interromper a cooperação econômica com a Alemanha, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional, financiada pelo governo norte-americano, incluindo a exploração do tungstênio. Foi também neste ano de 1942 que empresas alemãs, que até então tinham negócios em andamento com o Brasil, como indicou o relatório do governo alemão, sofreram intervenção do governo brasileiro. Um exemplo disso é a Stahlunion, que foi colocada sob intervenção do governo em 2 de setembro de 1942, por meio de decreto⁴⁶⁰.

Esta manobra para implementar o parque siderúrgico nacional, aliando-se ao capital norte-americano, foi importante para a política dos aliados de dificultar o acesso dos alemães e dos países do Eixo aos minérios de tungstênio para a produção de aços especiais para fins bélicos. O temor dos países aliados de que a Alemanha tivesse acesso às reservas de tungstênio era fundamentado, porque os alemães não pararam de estocar tungstênio desde a Primeira Guerra Mundial. Depois disso, segundo Clairin (1954, p.821), a década de 1930 trouxe uma política de rearmamento que provocou um aumento da demanda de tungstênio, de modo que os alemães voltaram a estocar enormes quantidades do minério, chegando a importar 35% da produção mundial de tungstênio, em 1936, e cerca de 40%, em 1938.

Este momento de ruptura na economia brasileira e norte americana torna-se evidente ao se observar a produção de aço no Brasil, do início da década de 1920 até o final da década de 1940, tal como estimada pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço⁴⁶¹:

⁴⁶⁰ Decreto-lei nº 4647 de 02/09/1942 / PE - Poder Executivo Federal (D.O.U. 31/12/1942): coloca sob intervenção do Governo a firma Stahlunion Limitada e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4647-2-setembro-1942-414562-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Art.,qualquer%20dos%20Estados%20da%20Uni%C3%A3o.>

⁴⁶¹ A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi instituída pelo Tratado de Paris, assinado em 18 de abril de 1951, como órgão executivo, e instalada em Luxemburgo em 10 de agosto de 1952. O primeiro presidente da CECA foi Jean Monnet, chefe da delegação francesa. Era inicialmente composta por seis estados membros: França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. (Historical Archives of the European Union. Communauté Européenne du Charbon et de l'acier). Disponível em <https://archives.eui.eu/en/isaar/98>

Figura 35 - Produção de aço bruto do Brasil entre as décadas de 1920 e 1940



Fonte: CECA (1957), organizado pela autora

A produção de aço bruto no Brasil, em 1924, é de apenas 4.000 toneladas por ano, chegando a 30.000 toneladas de aço em 1929⁴⁶². Portanto a segunda metade da década de 1920 marcou o início do desenvolvimento da produção de aço em nível industrial no Brasil, que sofreu, com o advento da Revolução de 1930, leve queda, passando a 20.000 toneladas por ano. É a partir de 1932 que a produção de aço no Brasil se intensifica, chegando-se a 112.000 toneladas por ano, em 1939. A partir dos acordos realizados com os Estados Unidos, em 1942, e do financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional, esta produção de aço cresceu muito, passando a 163.000 toneladas de aço no ano de criação da CSN⁴⁶³, e chegando a 1.440.000 toneladas de aço, em 1957. O ano de 1942 é um ano de ruptura do Brasil com as empresas siderúrgicas alemãs e de aliança com os Estados Unidos, no contexto da criação da CSN. Esta ruptura é evidenciada pela mudança abrupta de declividade no gráfico, mostrando a aceleração da produção de aço no país.

⁴⁶² Percebe-se que a produção de aço brasileira ganhou importância crescente, a partir do início do século XX, tendo sido as informações sobre a produção de aço no Brasil e na América Latina consideradas relevantes pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), atenta ao desenvolvimento industrial em outros países e à competitividade do aço europeu. A CECA indica que as suas fontes de pesquisa sobre a produção de aço no Brasil, entre 1924 e 1925, foram a citação da publicação "Produção extrativa mineral" na "Stahlwirtschaftliche Länderberichte", caderno 3 – Brasil (COMMUNAUTÉ Européenne du Charbon et de l'acier, 1957, p.28). Disponível em <https://aei.pitt.edu/40542/1/A5016.pdf>.

⁴⁶³ A CSN foi criada em 9 de abril de 1941 como uma sociedade anônima de economia mista para produzir ferro gusa, ferro e aço (ABREU, 2016). Segundo a Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais, a CSN entrou em operação em 1946, sendo a primeira siderúrgica brasileira com alto-forno a coque. Foi privatizada em 1993, juntamente com a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), a Aços Especiais Itabira (Acesita) e a Açominas (Disponível em https://www.abmbrasil.com.br/pdf/NovoPortal_Alnstituicao_Almanaque.pdf. Acessado em 06/02/2022. ABM, 2014).

Em virtude desta aliança estratégica entre Brasil e Estados Unidos, ganhou importância a exploração do tungstênio a partir da década de 1940, passando-se de 6 toneladas de tungstênio em 1937 para 2.240, no ano de 1945 (CLAIRIN, 1954, p.831), sendo que a extração de tungstênio voltou-se, na década de 1940, para a Paraíba e o Rio Grande do Norte (CLAIRIN, 1954, p.824). Em 1951, o Brasil se tornou o terceiro maior exportador de tungstênio para os Estados Unidos, depois de Portugal e Bolívia. Isto foi uma decorrência da Guerra da Coreia⁴⁶⁴, que alterou as relações comerciais dos Estados Unidos com o Extremo Oriente, que, até 1949, era responsável por cerca de 90% das importações de tungstênio para o país norte-americano, 68% dos quais eram originários da China (CLAIRIN, 1954, p.834).

Este fenômeno de aumento súbito da produção de aço brasileira também acontece quando se compara este país a outros países latino-americanos. Os dados da produção de aço dos países latino-americanos analisados pela CECA englobam Brasil, México, Chile, Venezuela, Uruguai, Argentina, Cuba, Colômbia e Peru, e o destaque está na produção de aço do México entre 1920 e 1923. Entre 1924 e 1935, o Brasil também passa a apresentar uma produção industrial, o que também acontece com o Chile, a partir de 1936. Assim, durante a vida de Francisco Rodolfo Simch (1877-1937), o desenvolvimento siderúrgico brasileiro era um assunto novo e promissor, e coincidente com sua área de competência profissional. Francisco Rodolfo vivenciou o surgimento e o crescimento da produção de aço no Brasil, ao longo de sua vida, e a importância crescente do país ao aproveitar seus minérios internamente, aprimorando as ligas de aço. Até o ano de 1942, o Brasil não produzia muito mais aço do que o México, com produção de aço anual de 163.000 toneladas contra 142.000 toneladas. No entanto, em 1957, a produção brasileira de aço passa a representar mais do que o dobro do aço produzido no México: 1.440.000 toneladas contra 700.000 toneladas⁴⁶⁵ (COMMUNAUTÉ Européenne du Charbon et de l'acier, 1957, p.28). Portanto o impulso econômico com a criação do parque siderúrgico da CSN destacou o Brasil na América Latina e no mundo.

⁴⁶⁴ A Guerra da Coreia (1950-1953) “matou mais de um milhão de pessoas em combate” (HOBSBAWM, 1995, p.26), com um total de 3 a 4 milhões de mortos, para uma população total então estimada em 30 milhões de habitantes (HOBSBAWM, 1995, p.335). Trata-se de um “subproduto da Segunda Guerra Mundial”, com envolvimento oficial dos Estados Unidos (HOBSBAWM, 1995, p.47), em confronto com o exército da China (HOBSBAWM, 1995, p.358).

⁴⁶⁵ Percebe-se que a produção de aço brasileira ganhou importância crescente, a partir do início do século XX, tanto que estas informações sobre a produção de aço no Brasil e na América Latina foram obtidas e publicadas pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), atenta ao desenvolvimento industrial em outros países e à competitividade do aço europeu.

É interessante observar que, depois da Segunda Guerra Mundial, a preocupação com o acesso da Alemanha aos minérios se perpetuou, por parte das potências aliadas, limitando ou até mesmo proibindo a produção de metais não ferrosos que propiciassem o renascimento da sua indústria de armamentos, com destaque para metais como o níquel e o tungstênio, que sofreram medidas especialmente severas, em comparação ao cobre, ao zinco e ao chumbo, por exemplo, utilizados na construção mecânica e na indústria química, enquanto os metais leves, como alumínio e magnésio, com aplicação na aviação, tiveram proibição de produção na Alemanha, tendo apenas autorização de importação, com limitações (ANGOULVENT, 1948, p.112).

O interesse das empresas siderúrgicas alemãs pelos minérios brasileiros permaneceu, e a Ferrostaal procurou realizar, na década de 1950, uma concessão com características semelhantes ao projeto do Porto de Torres, integrando transporte portuário e ferroviário a serviço do transporte de minério de ferro para exportação⁴⁶⁶. A União Nacional dos Estudantes (UNE) denunciou este modelo de exploração dos minérios por empresas estrangeiras, nas décadas anteriores, no Brasil:

Não é de hoje que os interesses estrangeiros tudo fazem para reter em seu poder o domínio e o controle de nossas ricas jazidas minerais. Há mais de 30 anos estudiosos de nossa História Econômica acompanham os movimentos dos grupos estrangeiros interessados em apossar-se do patrimônio econômico da Nação, representado pelas nossas jazidas de minério de ferro. Era isto o que pretendia a ITABIRA IRON, através do sr. Farquhar; é isto o que pretende a FERROSTAAL, por intermédio do sr. Fernando Mello Vianna (O SEMANÁRIO, 1959, p.3)

A UNE alertava que o projeto inicial envolvendo a estrutura ferroviária ligada ao Porto de Angra dos Reis havia sido iniciado em 1918, pelo governo brasileiro e o trabalho realizado nacionalmente era, agora, entregue aos estrangeiros para revisão e execução das obras (O SEMANÁRIO, 1959, p.3). Retoma, então um discurso do ex-Presidente Arthur da Silva Bernardes, considerado pela UNE um defensor dos recursos naturais brasileiros, porque protestava contra a concessão de Itabira. Trata-

⁴⁶⁶ O projeto da Ferrostaal pretendia construir um ramal ferroviário ligando Itabirito, no quadrilátero, ferrífero, e Andrelândia ao porto de Angra dos Reis, onde ocorreria descarga de minério e carga de carvão. Pretendia-se exportar pelo menos 5.000.000 de toneladas de minério de ferro e a importar pelo menos 1.000.000 de toneladas de carvão, por meio de concessão a Fernando Mello Vianna, representante do grupo FERROSTAAL A. G., de Essen, Alemanha (O SEMANÁRIO, 1959, p.3). Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/149322/per149322_1959_00153.pdf.

se de um pronunciamento de 1937, exatamente o ano em que Francisco Rodolfo Simch faleceu:

Atentai bem, srs. Deputados, nestas profundas verdades que parecem escritas para o Brasil, neste caso da concessão á Itabira. Nós não vamos conceder apenas uma estrada de ferro, mas uma estrada e um porto de mar. Se os sindicatos, mesmo nacionais, costumam acarretar sérios embaraços aos governos, que não raro se vêm forçados a combatê-los, é fácil avaliar os que podem advir-nos de uma concessão como esta, que tem atrás de si diplomatas, banqueiros e homens de negócio de grande projeção e influência nos seus países... É preciso não esquecer que, sendo o ferro indispensável à vida das nações, elas lutarão por êle, como lutam pelo petróleo... Meditemos, pois, nos perigos dessa concessão. De um porto, praticamente, interdito à fiscalização pública, partirá uma extensa linha férrea de penetração, dotada de abundante material de transporte — tudo fechado em mãos estrangeiras e formando um admirável aparelhamento para desembarque e penetração rápida de forças armadas até o coração do país em caso de guerra! (O SEMANÁRIO, 1959, p.3).

Para Bernardes, além dos minérios constituírem uma riqueza importante para o Brasil, as ferrovias e um porto de mar eram estruturas estratégicas para o país e não poderiam ser controladas por estrangeiros. O mesmo acontece com a siderurgia, que ao ser controlada por negociações com a Alemanha e os Estados Unidos, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940, evidencia que o Brasil depende do capital estrangeiro para se desenvolver industrialmente, e que isto somente ocorre em função das necessidades conjunturais destes países estrangeiros, e não decorre das necessidades internas do país:

[...] a intervenção totalitária do imperialismo na economia brasileira desvirtua seu funcionamento, subordinando-a a fatores estranhos e impedindo sua estruturação normal na base das verdadeiras e profundas necessidades da população do país. O exemplo máximo disto se observa no papel que o imperialismo tem representado no sentido de manter a economia brasileira na função primária, que vem do seu passado colonial, de fornecedora de gêneros tropicais ao comércio internacional. Aos fatores que já hoje se mostram favoráveis a uma ruptura definitiva com este passado, opõe-se nitidamente, em certos aspectos fundamentais, a ação do imperialismo. [...] Em outros casos a ação do imperialismo é direta e ainda mais nítida; o exemplo da escamoteação das jazidas de ferro brasileiras, deixadas em abandono para servirem de reservas potenciais para quando e como os trustes siderúrgicos internacionais julgarem convenientes aproveitá-las, é bastante claro. Poder-se-iam acrescentar as manobras políticas do imperialismo que, graças à profunda penetração do seu capital, tornam-se fatores de primeiro plano na vida pública do país, e agem naturalmente em função de interesses completamente estranhos a ele. Finalmente, a ação do capital estrangeiro no Brasil atua como um elemento de constante perturbação das finanças nacionais. [...] Qualquer atividade brasileira, embora aparentemente sólida e de perspectivas brilhantes, pode ser gravemente afetada, mesmo paralisada de um momento para outro em

virtude de ocorrências longínquas nos grandes centros financeiros do mundo (PRADO JR., 1969, p.214).

A “intervenção totalitária do imperialismo” tal como esclarecida por Prado Jr. expõe a fragilidade da economia brasileira, sujeita à moeda e aos interesses estrangeiros para encontrar possibilidades de se desenvolver, nos momentos em que seus próprios propósitos eventualmente coincidem com aqueles das nações mais desenvolvidas.

CONCLUSÃO

*« La mer comme une préface
Avant le désert »
(Michel Polnareff)*

“O mar como um prefácio antes do deserto” (tradução nossa), faz pensar no Porto de Torres como um prefácio antes das dunas do litoral gaúcho, que introduzem, por sua vez, o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres. Isto porque o porto, com sua fundamentação no transporte marítimo e fluvial, contextualiza e apresenta, assim como um prefácio, uma ideia mais abrangente: um projeto de exploração e circulação de metais estratégicos e do coque para a indústria siderúrgica nacional que se pretendia, então, desenvolver. Além disso, “o mar é um espelho da identidade humana” (ATTALI, 2017, tradução nossa), logo a forma como Francisco Rodolfo Simch planejava utilizá-lo, no projeto do Porto de Torres, reflete características da sua identidade, que acompanham suas ações. De forma mais ampla, pode-se afirmar, ainda, que o próprio biografado constitui um prefácio para uma concepção renovada de um espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, porque ele contextualiza o Rio Grande do Sul como um estado capaz de produzir e transportar coque e wolfram para participar do desenvolvimento siderúrgico nacional em curso, em associação com outros estados brasileiros, “colligindo apenas material para que os competentes o possam fazer”, como modestamente afirmou em sua produção intelectual.

Esta representação de Francisco Rodolfo propõe um sistema técnico da produção siderúrgica estatal brasileira interligada a outros sistemas técnicos, como as demais indústrias e a circulação dos transportes, integrando uma dinâmica que envolve a insuficiência da técnica de produção de ferro e aço em menor escala para proporcionar o crescimento econômico no Brasil, pelo bloqueamento provocado pela falta de acesso ao coque estrangeiro ou, alternativamente, à produção de coque a partir de carvão nacional, obstaculizando o desenvolvimento siderúrgico. Este bloqueamento só será desfeito em um período posterior ao falecimento de Francisco Rodolfo, com a implementação das inovações técnicas decorrentes dos acordos econômicos entre Brasil e Estados Unidos, que permitirão a mutação do sistema técnico anterior para um sistema de produção de aço não muito distinto daquele pensado pelo biografado, porque, embora se desmanchasse o vínculo de coerência do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres com outros sistemas, nesta dinâmica,

outras estruturas semelhantes de produção de minério associada ao transporte fluvial e portuário foram empreendidas e interligadas, integrando o novo sistema técnico, no Brasil.

Ao estudar a biografia de Francisco Rodolfo Simch, e ao observar a atenção especial que ele dedicava à mineração e à siderurgia para o desenvolvimento industrial do Brasil, inevitavelmente a atenção recai sobre a figura paterna de Francisco José Simch. Estes dois personagens têm suas trajetórias entrelaçadas não somente pelo parentesco e pela amizade, mas, muito particularmente, pelo companheirismo no trabalho junto ao governo gaúcho. Paradoxalmente, no decorrer dos acontecimentos aqui investigados, pai e filho mostram-se ao mesmo tempo muito parecidos, mas também muito distintos um do outro.

Francisco José, que chegou em idade adulta da Boêmia no Rio Grande do Sul, traz a experiência de viver sob o autoritarismo de Francisco José, do Império Austro-Húngaro. Ele traz em si o conhecimento e uma vivência do trabalho geológico, construídos em uma terra rica em minérios, como o lignito, a prata e o tungstênio. É uma personalidade admiradora do controle autoritário de um governo sobre um povo multiétnico, que busca unidade e coesão para o império através da instrução formal e da língua, que, por sua vez, possibilitaria aos indivíduos a realização do trabalho qualificado que promoveria o desenvolvimento econômico. Ainda assim, os conflitos entre tchecos e alemães intensificaram-se, em sua terra natal, justamente quando ele se tornou um jovem chefe de família, depois do falecimento de seu pai Benedikt. Diante deste contexto, a emigração para o Brasil constituiu uma perspectiva promissora para garantir boas condições de subsistência também à mãe viúva, Theresia, e aos irmãos mais jovens, Anton e Augustin, acompanhando uma tendência de tantos outros conterrâneos seus. No Rio Grande do Sul, a família Simch encontra nas colônias germânicas oportunidades de pertencimento a uma estrutura social, por meio do trabalho e da reformulação do grupo familiar. Com efeito, enquanto Theresia se casa pela segunda vez, Francisco José, Anton e Augustin também constituem família, compondo Francisco José seu próprio núcleo familiar. A escolha do nome do primeiro filho, Francisco Rodolfo, reafirma a admiração de Francisco José pelo Império Austro-húngaro, e a lembrança do autoritarismo é por ele revivida, em terras brasileiras, nas circunstâncias de luta na Revolução Federalista, em alinhamento com o PRR. Mais particularmente, o reconhecimento de seu engajamento político por Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto possibilitou sua nomeação como Chefe de Terras e

Colonização do Rio Grande do Sul, marcando o início de suas atividades no governo estadual, controlando a posse de terras e administrando a imigração. Ao longo de sua vida, o trabalho de Francisco José relaciona-se à imigração germânica, e ele constitui uma interface de negociação entre o governo do Rio Grande do Sul e o governo da Alemanha, as agências particulares de imigração brasileiras e alemãs e entre os indivíduos germânicos e brasileiros que vivenciam esta realidade da colônia. Nestes ambientes por onde Francisco José circula, Torres já é tema de discussões sobre a colonização alemã, muito antes do projeto da década de 1930, aqui analisado.

O filho Francisco Rodolfo Simch, aparentemente, segue este mesmo caminho, qualificando seu conhecimento em geologia, ao se formar, em 1898, na Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais. Assim como o pai, ele participa do PRR e é nomeado funcionário público do governo estadual, na direção do recém-criado Museu do Estado, posteriormente denominado Museu Júlio de Castilhos. À primeira vista, é a geologia que motiva a continuidade das prospecções minerais no Rio Grande do Sul e fundamenta suas convicções, como a importância da exploração dos minerais estratégicos, tais como o wolfram, a defesa da qualidade do coque gaúcho e a necessidade de desenvolver a siderurgia nacional estatal. Além disso, ele negocia a colonização alemã em Torres com o governo alemão, então, assim como o seu pai, ele atua no governo gaúcho como uma interface entre Brasil e Alemanha para trazer trabalhadores alemães para o estado. Porém, ao se observar mais atentamente a sua forma de agir e as suas estratégias políticas de atuação junto ao governo gaúcho, percebe-se claramente que é a sua segunda formação profissional, de Bacharel em Direito da primeira turma da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1907, que estrutura sua forma de agir na sociedade.

Tem-se aqui, portanto, uma primeira diferença entre pai e filho: enquanto Francisco José fundamenta suas atitudes e seus empreendimentos no conhecimento geológico, é o conhecimento jurídico que estrutura o pensamento e a forma de agir de Francisco Rodolfo, na área de geologia. O pai, Francisco José, visita as terras devolutas, mede estas terras, observa as demarcações, analisa suas características geológicas, faz suas observações e tira suas conclusões com base na geologia. Tudo aquilo que Francisco José percebe e mede, de forma técnica e concreta, é o fundamento das suas decisões sobre a escolha de um novo terreno para trazer mais colonos alemães, ou sobre o valor econômico da terra. Seus diários de trabalho são claros e objetivos, nenhum sentimento transparece em suas anotações e cada atitude

é movida pelos fatos que a ciência colocou à sua disposição. Já o filho, Francisco Rodolfo, debruça-se sobre a legislação da mineração, sobre a estatização da exploração dos minérios, a propriedade do subsolo, as negociações propriamente ditas com as autoridades estrangeiras, entre outros. Francisco Rodolfo é conceitual, embora também utilize a ciência para medir, observar, quantificar tudo o que vê e percebe na natureza. Os diários de trabalho são muito diferentes daqueles do seu pai. Suas anotações são permeadas pela expressão de sentimentos, por sensações humanas, como o calor, o frio, a irritação, por exemplo. Cada observação factual e objetiva de Francisco Rodolfo conduz a um encadeamento complexo de ideias que o leva a refletir sobre conceitos maiores e interligar aspectos aparentemente não relacionados. Esta forma de pensar fez com que muitas pessoas o descrevessem como “multifacetado”, embora se perceba sua intenção em fazer com que estas facetas convergissem em um só plano.

Isto posto, retoma-se a importância do ano de 1928, em que Francisco José falece, como um referencial na biografia de Francisco Rodolfo e no projeto de Torres. 1928 é, sobretudo, o ano em que Getúlio Vargas assume a Presidência do Estado do Rio Grande do Sul em lugar de Borges de Medeiros, em cuja despedida foi homenageado com discurso de Francisco Rodolfo Simch, como representante dos funcionários públicos do estado. Naquele mesmo ano, Francisco Rodolfo remeteu ao novo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul o relatório fundamentando cientificamente a produção de coque a partir do carvão das Minas de Gravataí, conectando este conceito com a construção do Porto de Torres.

Até o falecimento de Francisco José, em 1928, a concatenação de ideias de Francisco Rodolfo apresenta-se mais contida. Os relatórios que ele enviava à SOP, baseados em seus diários de trabalho, eram bastante objetivos. O contato profissional cotidiano com o pragmatismo do pai certamente ajudava a modular a expressão do seu trabalho, talvez o incentivando a filtrar todo elemento que pudesse provocar atritos dentro do governo. Depois de 1928, os relatórios de Francisco Rodolfo para a SOP são mais ousados e engajados, politicamente, trazendo provocações e queixas sobre a sua chefia.

Em comum tinham o pai e o filho a aproximação continuada com as autoridades alemãs, através das negociações econômicas e da participação em projetos de imigração no Rio Grande do Sul. Portanto os dois eram vistos e procurados pelo governo estadual como interfaces eficientes entre a Alemanha e o Brasil. E aqui

percebe-se que o Império Austro-húngaro deixa de ser uma referência para a família a partir de sua dissolução, depois da Primeira Guerra Mundial, com a formação da Tchecoslováquia. Embora Francisco José tenha sido sempre reconhecido pela família e pela sociedade como austríaco, não há registro de negócios com a Áustria, nem com a Tchecoslováquia. Isto demonstra que a identificação étnica alemã de Francisco José teve um papel importante na estruturação da família dentro da sociedade gaúcha.

Curiosamente – e aqui tem-se outra distinção entre pai e filho – é Francisco Rodolfo quem busca referências intelectuais na Áustria, através do Austromarxismo e, inclusive, na Tchecoslováquia, ao escrever seu nome com grafia própria do tcheco e ao incluir epígrafe em idioma tcheco na publicação de uma obra sua – e retirá-la, na edição de 1934, quando outra vez se intensificam os conflitos étnicos entre tchecos e alemães na Boêmia. Francisco Rodolfo coloca-se, assim, em muitas situações arriscadas: identifica-se com os tchecos, povo que estava em conflito com a etnia alemã na terra natal paterna, enquanto a família está publicamente alinhada com a Alemanha, encontra-se presente na cena do crime em Ouro Preto, enquanto outros colegas fogem para escapar do escândalo, e inclui um parágrafo sobre o comunismo na última edição de seu livro, às vésperas da Intentona Comunista e do golpe de 1937 – isto enquanto negocia o Porto de Torres entre dois governos autoritários: aquele da Alemanha e o governo de seu próprio país.

Todas estas constatações parecem, à primeira vista, fugir do tema desta pesquisa. No entanto, é muito importante compreender quem foram estas pessoas, como elas se constituíram e quais foram suas motivações em suas atitudes políticas no Rio Grande do Sul, porque elas contribuíram para uma perspectiva peculiar do Porto de Torres. Muito antes do nascimento de Francisco Rodolfo e da chegada de Francisco José ao Brasil, muitas pessoas diferentes haviam iniciado a refletir sobre o que se encontra no projeto de Torres da década de 1930. Quando a Alemanha começou a negociar com o Rio Grande do Sul o projeto de Torres, o Brasil Império já havia feito suas tentativas de construção de um porto, deixando, inclusive, rugosidades naquela área. Estudos sobre as peculiaridades geográficas consideradas para a construção de um porto naquela área já haviam sido feitos, por diversos especialistas. Projetos para a circulação ferroviária e fluvial dos transportes entre Porto Alegre e Torres já haviam sido vislumbrados, bem como reconhecida a possível otimização dos transportes destinados aos portos mais ao norte do estado via Torres.

Já se sabia que havia carvão em Torres e que certamente haveria carvão na bacia do Gravataí, antes da prospecção e da mineração por Francisco José e Francisco Rodolfo, na Direção do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, no início do século XX. Também já se sabia que havia tungstênio em Encruzilhada, no Rio Grande do Sul, e que este material estratégico seria decisivo no caso de um conflito bélico entre nações – e este fato foi muito valorizado no período entre as duas guerras mundiais. A importância da implementação de um parque siderúrgico nacional era reconhecida pelo governo. Por fim, a ideia de construir um complexo ferroviário e portuário para o transporte de minérios estratégicos e do ferro já ocorria nos projetos alemães no Brasil. Francisco Rodolfo Simch estava a par de todos estes projetos e discussões sobre o Porto de Torres, a mineração do carvão no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres e a exploração do tungstênio, e nunca escondeu que as suas considerações sobre estes assuntos levavam em consideração pontos de vista precedentes e contemporâneos a ele. Ele menciona estudos anteriores, ele desenvolve, através da publicação de suas ideias, uma espécie de conversação com os demais estudiosos do assunto.

É aqui que se percebe a originalidade do pensamento de Francisco Rodolfo Simch: esta característica de proceder a um pensamento em cadeia o levou a reunir temas que pareciam desconexos em uma mesma estrutura lógica. Ainda assim, Francisco Rodolfo traz a marca do pensamento do pai: a aproximação cotidiana com a Alemanha através dos negócios de exploração das riquezas naturais do solo e de imigração de colonos alemães para o Brasil, considerando estes procedimentos proveitosos tanto para o Brasil quanto para a Alemanha. Os setores de transporte fluvial, ferroviário e portuário contavam com forte presença francesa e belga no Brasil, e a preferência dos negócios com a Alemanha era característica dos Simch. Para Francisco Rodolfo Simch, o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres forneceria carvão coqueificável para a indústria siderúrgica brasileira que estava em plena expansão. O coque seria transportado a partir do Porto de Torres, para abastecer um futuro parque siderúrgico próximo dos minérios de ferro. O tungstênio gaúcho, obtido a partir do wolfram, também seria fundamental para o desenvolvimento da siderurgia brasileira, porque permitiria dominar a produção de aços-liga especiais, com características de alta dureza, próprios para armamentos, projéteis e tanques, tornando o Brasil uma potência forte diante de um conflito, ou, ainda, um importante exportador deste material estratégico para outros países. Neste período entre as duas

guerras mundiais, já se sabia que a Alemanha estocava tungstênio, preparando-se para um conflito que, depois de sua morte, aconteceu, e os países ricos em tungstênio ganharam importância política e econômica na Segunda Guerra Mundial. Finalmente, a negociação da vinda de trabalhadores alemães para Torres era considerada tanto pelo governo alemão quanto pelo brasileiro como um fator de desenvolvimento econômico para estes países, não constituindo um objetivo de colonização, no sentido atribuído no século anterior. Com efeito, para a Alemanha nazista, as colônias no exterior seriam incoerentes com ao princípio da “lei do sangue”, segundo a concepção de Chapoutot (2018), e poderiam gerar, inclusive, um fenômeno de “colonização reversa”, segundo a interpretação dada por esta pesquisa ao termo proposto por Arata (1990). Já o governo brasileiro tinha uma preocupação que poderia ser fundamentada, até o desfecho da Segunda Guerra Mundial, no temor do “perigo alemão”, com a significação conferida por Gertz (2022) e Compagnon (2010). Sendo assim, muito provavelmente não teria o governo brasileiro como intenção maior fazer com que a vinda de trabalhadores alemães tivesse um caráter que não fosse comercial, no âmbito da negociação.

O estudo das fontes indica que a concepção de Francisco Rodolfo do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres não trata de colocar o Rio Grande do Sul ou o Brasil a serviço da Alemanha, como um país dependente da economia alemã. Também não há nenhum indício no pensamento de Francisco Rodolfo ou de Francisco José de crença em uma superioridade alemã, com relação aos brasileiros, até mesmo porque Francisco Rodolfo e seus filhos eram e se sentiam brasileiros. Muito pelo contrário, Francisco Rodolfo defendia o aprimoramento do trabalhador brasileiro por meio da educação qualificada e da instrução profissional e acreditava no desenvolvimento econômico do Brasil e dos brasileiros. Francisco Rodolfo demonstrou um pensamento nacionalista, porém as negociações com outros países se faziam necessárias para a obtenção de recursos financeiros que possibilitassem a execução de projetos vultuosos como aquele do Porto de Torres. Diante da necessidade de investimento de capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional, Francisco Rodolfo evidentemente tinha preferência pela Alemanha, país de afinidade cultural e linguística com o qual ele teria maior familiaridade nas negociações. Mas não se tratava somente de um aspecto cultural ou étnico. A Alemanha estava muito avançada na área siderúrgica, sendo um país iniciador desde séculos anteriores, e, como se viu, suas empresas estavam presentes e ativas no Brasil.

Sob a perspectiva da siderurgia, percebe-se, à época em que Francisco José emigrou para o Brasil, o domínio estrangeiro do conhecimento sobre a mineração e a metalurgia. Especialistas e empresas estrangeiras chegavam no país, realizavam prospecção mineral e exploravam a mineração, muitas vezes sem regulamentação. Francisco José chega ao Rio Grande do Sul com um conhecimento técnico que lhe oportuniza o trabalho do reconhecimento da posse de terras devolutas no estado e um mapeamento das possibilidades de expansão da colonização germânica, como no noroeste do Rio Grande do Sul. Ao se formar na Escola de Minas de Ouro Preto, o filho Francisco Rodolfo faz parte de uma instituição criada para desenvolver a siderurgia nacional, e tem consciência, assim como seus colegas, de seu papel na sociedade para participar da promoção da industrialização do Brasil. Na década de 1920, em plena atividade profissional, Francisco José e Francisco Rodolfo acompanham o crescimento da produção de aço no Brasil e, com isso, da consequente necessidade de carvão coqueificável nacional. Os aços-liga estão em pleno desenvolvimento no mundo, e a mineração de materiais estratégicos ganha importância, sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial. Até então, a siderurgia era dominada por empresas estrangeiras no Brasil, principalmente pela Bélgica, retirando os minérios de ferro brasileiros para a produção de aço no exterior. Aço este que o próprio Brasil precisaria, depois, importar para consumo interno. Logo, desenvolver a siderurgia nacional, controlada pelo Estado brasileiro, era uma questão fundamental para que os minérios de ferro fossem aqui aproveitados para a produção própria de aço e, esperava-se também, para a produção de aços especiais, com ligas como a de tungstênio, indispensáveis para a defesa nacional.

Neste contexto, a Revolução de 1930 provoca duas grandes transformações na técnica de engenharia brasileira. Em primeiro lugar, o setor militar e seus engenheiros passam a protagonizar os empreendimentos siderúrgicos, em detrimento dos engenheiros formados em instituições civis, como a Escola de Minas de Ouro Preto, que tinham, até então, relevo no governo. O segundo aspecto marcante, a partir da década de 1930, é que os Estados Unidos passam a constituir o referencial técnico para a engenharia brasileira, que até então tinha como parâmetro países como a Alemanha, a França e a Bélgica.

Cientes da riqueza mineral do Brasil e preocupados com a estocagem de tungstênio pela Alemanha para a produção de armamentos, desde o final da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos procuraram impedir o acesso da Alemanha aos

minérios, especialmente ao tungstênio. O Brasil, assim como outros países, foi pressionado a interromper relações comerciais com a indústria siderúrgica alemã, e recebeu investimento norte-americano para a criação da CSN para a estatização da siderurgia brasileira, no início da década de 1940, mas, ao mesmo tempo, comprometeu-se a enviar minérios para os Estados Unidos, um dos maiores produtores de aço do mundo. Evidentemente, a produção de tungstênio teve sua parte nestas exportações.

Francisco Rodolfo Simch faleceu em 1937, antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial e não presenciou, portanto, os sérios desdobramentos deste grave conflito e do regime nazista na Alemanha. Ele não poderia ter pressentido, pois, a mudança na política externa da Alemanha com a ascensão de Hitler, que, como visto, manteve-se, inicialmente, semelhante àquela da República de Weimar e somente se tornou perceptível para a diplomacia estrangeira a partir de 1938⁴⁶⁷. As negociações com a Alemanha sobre o Porto de Torres prosseguiram depois da sua morte, visto que se tratava de um projeto de governo do Rio Grande do Sul e do Brasil, e não pessoal, mas foram frustradas pela intervenção política e econômica norte-americana. Ao mesmo tempo, por parte da Alemanha, o *Torresprojekt* interessava à iniciativa privada alemã, ao setor siderúrgico, e não diretamente ao governo.

Logo, a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial pode ter sido ainda maior do que se costuma mencionar, pois o tungstênio brasileiro, material tão necessário para a indústria bélica, foi direcionado aos Estados Unidos, e, portanto, aos Aliados, ao invés dos países do Eixo.

Como se demonstrou, historicamente, os mineiros dos Montes Metalíferos, que intencionavam obter estanho, surpreendiam-se com a “espuma do lobo” formada no processamento do minério, reduzindo o rendimento do estanho. Eles desejavam obter o estanho, mas a “espuma do lobo”, formada em razão do wolfram ou do tungstênio, os surpreendia, impossibilitando o seu propósito.

De forma análoga e metafórica, o *Torresprojekt* é o estanho que a indústria siderúrgica alemã esperava obter, mas que foi levado pela “espuma do lobo”, que neste caso, foi o tungstênio, um dos objetos da política de industrialização do governo de Getúlio Vargas, em alinhamento com os Estados Unidos, consolidada a partir da Revolução de 1930 e culminando com a criação da CSN, na década de 1940.

⁴⁶⁷ Conforme fundamentado por Jacques Bariéty (1994).

Como disse Luiz Betim Paes Leme, diretor da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo em seu discurso proferido no Congresso Nacional do Carvão, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1922, a originalidade de Francisco Rodolfo Simch estava na forma como ele estudava obras clássicas sobre os métodos de extração mineral para trazer, como contribuição, uma aplicação destes conceitos ao contexto específico das jazidas do Rio Grande do Sul. Realmente, a forma como Francisco Rodolfo, ao estudar e fazer experiências com o carvão, transitava entre sua cultura de origem e aquelas de onde se originavam as obras clássicas da mineração, possibilitava ressignificar a técnica, fazendo-a circular, renovada, em seu meio social, por meio da sua atuação no governo ou como professor, por exemplo.

Em suma, o que era inovador no pensamento de Francisco Rodolfo era o pensamento conectado com as tendências mais modernas com as quais tinha contato em vários idiomas e países para repensar soluções para o Rio Grande do Sul, fazendo um trabalho que era o prenúncio dos jogos de escala tão estudados na história. Assim como preconiza a história cruzada, ele foi protagonista de ações que nos permitem jogar com estas escalas, reduzindo, por vezes, o foco, para analisar o caso do Rio Grande do Sul, para, em alguns momentos, pensar em termos de Brasil e, outras vezes, mergulhar no caso da Europa ou dos Estados Unidos.

Por fim, assim como uma narrativa de suspense arremata a sua trama desvendando o mistério de quem foi o responsável pela cena inicial do romance, que, geralmente é um crime, esta pesquisa conclui que Getúlio Vargas, de certa forma, pode ser considerado um “*Kobold de Hodrulf* no espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres”, entre tantos que podem ter existido, na representação deste espaço por Francisco Rodolfo. Isto porque Vargas, por meio de sua atuação política, ao suceder a Borges de Medeiros, como Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1928, e, como Presidente do Brasil, depois da Revolução de 1930, representou um período de inconstância política, que modificou os planos previstos para o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, embora isto, muito provavelmente, não fosse um objetivo de seu governo. Assim como um *Kobold* apresenta um comportamento paradoxal, porque, ao mesmo tempo protege o mineiro e lhe prega peças, quando contrariado, Getúlio Vargas assume papéis antagônicos com relação ao espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, alternando uma política de favorecimento do protagonismo de Francisco Rodolfo Simch para desenvolver a produção de carvão, coque e wolfram para o estado com uma obstaculização destes propósitos defendidos

por *Hodrulf*, retomando-se a metáfora inicialmente apresentada do “gênio brincalhão das minas, que passa facilmente de um humor a outro, de protetor e amigável a ser maléfico, perigoso e destruidor do trabalho do mineiro”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **O sítio urbano de Pôrto Alegre**. In: AB'SÁBER, Aziz Nacib; Roche, Jean. Três estudos Rio-grandenses. Porto Alegre: Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1966, p.7-28.

ABREU, Alzira Alves. **Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**. Atlas Histórico do Brasil. Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC). Rio de Janeiro: FGV, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5787>. Acessado em 06/01/2023.

ABREU, Marcelo de Paiva. A missão Niemeyer. **Verbetes da Primeira República**. Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC). Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FUNDING%20LOANS.pdf>. Acessado em 10/10/2022.

ABREU, Marcelo de Paiva. Funding loans (1898, 1914 e 1931). **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 14(4):7-8, jul./ago.1974. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/Y5nkscwrpxWr9QqWhrgspvF/?lang=pt>. Acessado em 10/10/2022.

ABREU, Sylvio Fróes. **A riqueza mineral do Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/184/1/102%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acessado em 02/10/2022.

ACADEMIA NACIONAL DE ENGENHARIA (ANE). **Honório Bicalho**. Disponível em: <http://anebrasil.org.br/patronos/honorio-bicalho/>. Acessado em 23/05/2023

ADAMS FILHO, Nelson. **Piratas, corsários, naufrágios e canibalismo em terras e mares do sul**. Porto Alegre: Editora Edigal, 2017.

AGUIRRE, Alexandre. **Flores da Cunha**: relação política administrativa com Passo Fundo e região norte do RS, nas páginas de O Nacional (1930-1937). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2012. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/151/1/2012Alexandre_Aguirre.pdf. Acessado em 20/20/2021.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. 80 anos da obra "Projeção Continental do Brasil", de Mário Travassos. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 29 (2015), p. 59 a 78. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/download/102081/100500/178011>. Acessado em 24/10/2020.

ALMEIDA, Cícera Neysi de. As Coleções Mineralógicas e a Aventura Humana na Busca do Conhecimento. **Terræ Didática**, Campinas, São Paulo, v.19 (Publ. Contínua), p.1-14, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/download/8671329/30710>. Acessado em 30/04/2023.

ANDRADE; CUNHA, 2002, p.21-46. O setor siderúrgico. In: BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) **Banco Nacional de Desenvolvimento Social 50 anos: histórias setoriais** Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13314/1/BNDES%2050%20Anos%20-%20Hist%c3%b3rias%20Setoriais%20O%20Setor%20Siderurgico%20P.pdf>. Acessado em 10/06/2021.

ANGOULVENT, Paul. L'industrie allemande. In: **Etudes et conjoncture** - Economie mondiale, 3º ano, nº2-4, 1948. p. 7-182. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/estat_1149-3755_1948_num_3_2_9421. Acessado em 26/05/2023.

ARATA, Stephen D. The Occidental Tourist: “Dracula” and the Anxiety of Reverse Colonization. **Victorian Studies**, 33(4), 1990, p.621–645. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3827794>. Acessado em 13/05/2021.

ARAÚJO, Luiza Lopes de; VIEIRA JÚNIOR, Hamilcar Tavares; WOSNIAK, Ricardo. Avaliação dos recursos minerais do Brasil. Reavaliação do patrimônio mineral. Área Torres – Gravataí (carvão). Estado do Rio Grande do Sul. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Serviço Geológico do Brasil – CPRM. Diretoria de Geologia e Recursos Minerais. Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral. **Informe de Recursos Minerais**, Série de Oportunidades Minerais, Porto Alegre, nº33, 2019. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/21592>. Acessado em 08/03/2021. Acessado em 02/10/2020.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de; WALDMANN JÚNIOR, Ludolf. Geopolítica e poder na América do Sul: a perspectiva de Mário Travassos. **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política da Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2015. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/int-dearruda8c.pdf>. Acessado em: 09/06/2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METALURGIA E MATERIAIS (ABM). Recontando a história: 1944-1964. **Revista ABM** – Metalurgia, Materiais & Mineração. Vol. 70, mar./abr. 2014. Disponível em https://www.abmbrasil.com.br/pdf/NovoPortal_AInstituicao_Almanaque.pdf. Acessado em 06/02/2022.

ATTALI, Jacques. **Histoires de la mer** [recurso eletrônico]. Paris : Fayard, 2017.

AVENAS, Pierre. À propos du nickel. **L'actualité chimique**, nº 386, Junho de 2014, p.4. Société Chimique de France. Disponível em: <https://new.societechimiquedefrance.fr/wp-content/uploads/2019/12/et-386.pdf>. Acessado em 28/06/2022.

AVENAS, Pierre. À propos du wolfram. **L'actualité chimique**, nº 397-398, Junho-julho de 2015, p.6. Société Chimique de France. Disponível em: <https://new.societechimiquedefrance.fr/numero/a-propos-du-wolfram-p6-n397-398/>. Acessado em 28/06/2022.

AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, ano 179 (477):107-136, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://www.gunteraxt.com/pdf/AREVOLUCAOFEDERALISTA1893-1895GUERRACIVILNOBRASIL.pdf>. Acessado em 10/10/2021.

AXT, Gunter. O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928 – 1930) e o setor financeiro regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 29, 2002, p.119-139.

AXT, Gunter. Tiroteio e mortes no clube Pinheiro Machado (Sant'Anna do Livramento, 1910): entre cisão partidária local e crise internacional. **História** (São Paulo), v.41, 2022, p.1-31. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/nCvHqZHfTMdZLMCzYcfDmXj/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 20/05/2023.

AXT, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e justiça no Rio Grande do Sul borgista. **Revista Justiça & História**, Porto Alegre, v. 1, n. 1 e 2, p. [1-31], 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5991>. Acessado em: 25/05/2022.

AZAMBUJA, Darcy. Correntes políticas. In: **Rio Grande do Sul: terra e povo**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p.339-346.

AZEVEDO, Aroldo de. O Planalto Brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relevo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 2, p. 43-50, julho de 1949.

AZEVEDO, Thales de. A colonização italiana. In: **Rio Grande do Sul: terra e povo**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p.145-154.

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6233/000439073.pdf?sequence=1>. Acessado em 30/04/2022.

BALBINOT, Jonas. **Relações de poder: Getúlio Vargas e Borges de Medeiros (1922-1928)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2008.

BARIÉTY, Jacques. La politique extérieure allemande au début des années 30 : continuité ou rupture ? In : KREBS, Gilbert (Org.) ; SCHNEILIN, Gérard (Org.). **Weimar ou de la démocratie en Allemagne** [recurso eletrônico]. Paris : Presses

Sorbonne Nouvelle, 1994. Disponível em: <http://books.openedition.org/psn/5794> .
Acessado em: 09/03/2023.

BÉRENGER, Jean. Vers le compromis austro-hongrois (1860-1867). In : **L'Empire austro-hongrois** : 1815-1918. BÉRENGER, Jean (Org.). Paris, Armand Colin, 2011, p. 96-110. Disponível em : <https://www.cairn.info/l-empire-austro-hongrois--9782200248888-page-96.htm>. Acessado em 26/09/2021.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Memória**: Nilo Peçanha cria as EAAs, 23 de setembro de 1909. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/memoria-nilo-pecanha-cria-as-eaas-23-de-setembro-de-1909/#:~:text=Atrav%C3%A9s%20do%20Decreto%207.566%20de,ensino%20profissional%2C%20prim%C3%A1rio%20e%20gratuito>. Acessado em 10/05/2023.

BLED, Jean-Paul. **Bismarck** [recurso eletrônico]. Paris : Perrin, 2011.

BLED, Jean-Paul. **Sophie de Habsbourg**: l'impératrice de l'ombre [recurso eletrônico]. Paris : Perrin, 2018.

BLED, Jean-Paul. L'Autriche-Hongrie : un modèle de pluralisme national ? In : **L'Europe centrale et ses minorités** : vers une solution européenne ? Genebra: Graduate Institute Publications, 1993. Disponível em: <http://books.openedition.org/iheid/4803>. Acessado em 20/03/2020.

BLED, Jean-Paul. In deinem Lager ist Österreich. **Les cahiers Irice**, 2015/1 (n° 13), p. 21-25. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-les-cahiers-irice-2015-1-page-21.htm>. Acessado em 20/03/2020.

BOHN, Luís. **Expressões de conhecimento de grupos sociais locais para a gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Mampituba**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

BORDESSOULLES, Marion. Et si on relisait Gille avec Russo ? La notion de système technique. **Bulletin de la Sabix**, 53, 2013, Disponível em : <http://journals.openedition.org/sabix/1073>. Acessado em : 12/03/2020.

BORGES, Gabriela Lafetá. **Jacques Derrida e a ética**: desconstrução como justiça. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-ADCQMH/1/tese_gabriela_lafet_.pdf. Acessado em 01/05/2023.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Disponível em: <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Bosi,%20Alfredo/Dialetica%20a%20Colonizacao.pdf>. Acessado em 10/01/2021.

BOURDIEU, Pierre. Habitus, code et codification. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 64, septembre 1986. De quel droit ? pp. 40-44. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_64_1_2335. Acessado em 10/10/2019.

BRAGA, Sandra Rodrigues. Sentos, Consensos e Dissensos: Itinerários Geopolíticos de Ratzel a Lacoste. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa - PR, v. 2, nº 1, p. 146 – 163, jan./jun. 2011.

BRANCO, Pércio de Moraes. **Carvão mineral**. CPRM, 2014. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/SGB-Divulga/Canal-Escola/Carvao-Mineral-2558.html>. Acessado em 08/05/2022.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Estudos históricos**, v.10, nº 19 (1997): Indivíduo, biografia, história, p.83-97.

CALÓGERAS, Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação** : geologia econômica do Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Ed. Nacional, 1938. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/218/1/134%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acessado em 28/01/2022.

CARDOSO, Eduardo Mattos. **A invenção de Torres**: do Balneário Picoral à criação da Sociedade Amigos da Praia de Torres – SAPT (1910-1950). Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

CARVALHO, Rosana Areal de; VIEIRA, Lívia Carolina. A Câmara Municipal de Mariana e a promoção da educação no final do século XIX, p.175-256. In: MOLLO, Helena Miranda ; SILVEIRA, Marco Antônio (Orgs.). **Termo de Mariana**: história e documentação, vol.III. Ouro Preto: UFOP, 2010.

CESAR, Guilhermino. A vida literária. In: **Rio Grande do Sul**: terra e povo. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p.229-257.

CESAR, Guilhermino. As raízes históricas. In: **Rio Grande do Sul**: terra e povo. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p.29-41.

CESAR, José Renato de Castro. **Manuel Ferreira da Câmara de Bethencourt Aguiar e Sá** – Intendente Câmara, patrono da cadeira número 50. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Disponível em: <https://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaltemMenuConteudo=7628>. Acessado em 02/03/2022.

CHALIER, Gustavo; ROHOU, Bruno. Le port commercial d'Arroyo Pareja: une aventure entrepreneuriale française em Argentine (1908-1947). **Chronique d'Histoire Maritime**, nº 89, dezembro de 2020, p.93-110. Paris: Société Française d'Histoire Maritime, 2020.

CHAPOUTOT, Johann. **A revolução cultural nazista** [recurso eletrônico]. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2022.

CHAPOUTOT, Johann. **Histoire de l'Allemagne** (de 1806 à nos jours) [recurso eletrônico]. 2ª ed. Paris : Presses Universitaires de France, 2017.

CHAPOUTOT, Johann. **The law of blood: thinking and acting as a Nazi** [recurso eletrônico]. Tradução: Miranda Richmond Mouillot. Massachusetts: Harvard University Press, 2018.

CHARTIER, Roger. Défense et illustration de la notion de représentation. In: **Working Papers des Sonderforschungsbereichen 640 2/2011**. Berlin: Humboldt-Universität zu Berlin. Disponível em: <http://edoc.hu-berlin.de/series/sfb-640-papers/2011-2/PDF/2.pdf>. Acessado em 10/10/03/2020.

CHARTIER, Roger. In: COHEN, Évelyne; GOETSCHER, Pascale. Entretien avec Roger Chartier. **Sociétés & Représentations**, 2015/2 (N° 40), p. 289-321.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, 11(5). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991, p.173-191.

CIBILS, Luis Alberto. **Trajectoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: fundação até inauguração de sede definitiva**. Porto Alegre: UBE/RS, 2005.

CLAIRIN, M. Le tungstène produit conjoncturel. In: **Études et conjoncture**. Paris : Institut national de la statistique et des études économiques (INSEE), n° 9, 1954, 9º ano, 1954, pp. 820-839. Disponível em : https://www.persee.fr/doc/estat_0423-5681_1954_num_9_9_8592. Acessado em 16/10/2022.

CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. Trad. Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2014.

COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa** [recurso eletrônico]. Tradução: Carlos Nogueira. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2014.

COMTE, Auguste. **Catéchisme positiviste** : ou, sommaire exposition de la religion universelle, en treize entretiens systématiques entre une femme et un prêtre de l'humanité. Apostolat positiviste : Paris, 1891. Disponível em : <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6823>. Acessado em 07/05/2023.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. [recurso eletrônico]. Fundação Editora da UNESP, 2010.

DAHNE, Edward Sigismund Eugenio. **Descriptive memorial of the state of Rio Grande do Sul, Brazil** ; organized by order of the president, Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, for the international exhibition S. Luiz. Porto Alegre: Steam printing shops of the "Commercial Library", 1904. Disponível em:

<https://curiosity.lib.harvard.edu/latin-american-pamphlet-digital-collection/catalog/43-990120845060203941>. Acessado em 10/01/2022.

DALLA-ROSA, Gilbert. Les migrations des montagnards basco-béarnais en France. In: **Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, tomo 41, fascículo 1, 1970. Pays de l'Adour, p. 43-52. Disponível em : https://www.persee.fr/doc/rgpso_0035-3221_1970_num_41_1_4574. Acessado em 12/05/2023.

DALY, Nicholas. **Literature, Technology and Modernity**, 1860-2000. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DARDENNE, Marcel Auguste; SCHOBENHAUS, Carlos. Depósitos minerais no tempo geológico e épocas metalogenéticas. In: BIZZI, Luiz Augusto; SCHOBENHAUS, Carlos; VIDOTTI, Roberta Mary; GONÇALVES, João Henrique (Orgs.). **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil** : texto, mapas & SIG. Brasília : CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2003, cap. VII, p.365-448.

DAUMAS, Maurice. L'aquisition des techniques par les pays non initiateurs. **Revue d'histoire des sciences**, vol.24, nº1, 1971, p. 5-11.

DAUMAS, Maurice. L'histoire des techniques: son objet, ses limites, ses méthodes. In : **Revue d'histoire des sciences et de leurs applications**. Tomo 22, nº 1, 1969, p.5-32. Disponível em https://www.persee.fr/doc/rhs_0048-7996_1969_num_22_1_2574 . Acessado em 20/04/2022.

DEMAG Cranes & Components GmbH, 2023. **Marcos da nossa história**. Disponível em: <https://www.demagcranes.com/pt-br/empresa/historia>. Acessado em: 20/05/2022

DIRKSEN, Valberto. **A colônia comunitária de jovens Heimat-Timbó**. 2ª ed. Florianópolis: Do Autor, 2021. Disponível em: https://www.ihgsc.org/files/ugd/41a46a_8ec97a9d2af34fdbbcadadeed8a86018.pdf. Acessado em 09/03/2023.

DORATIOTO, Francisco. Poder naval e política externa do império do Brasil no rio da prata (1822-1852). **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 6, p. 9-20, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21965>. Acessado em 23/01/2021.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUMMER, Celeste et al. **Vera Cruz** : tempo, terra e gente. Vera Cruz : LupaGraf, 2009.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. **A abertura da Barra do Rio Grande e a política econômica do castilhismo**. Porto Alegre: EST, 2004.

FABRÍCIO, João Aécio Correa. **Projeto carvão Gravataí – Torres**. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. Convênio DNPM –

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). Superintendência Regional de Porto Alegre, 1980. Disponível em http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/81118/rel_carvao_torres_gravatai_relatoriov1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 24/01/2021.

FABRÍCIO, João Aécio Correa; FERREIRA, José Alcides Fonseca; ALBUQUERQUE, Luis Fernando Fontes. **Pesquisa de carvão no Rio Grande do Sul**. VII Simpósio Brasileiro de Mineração. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/geologiaemetalurgia/Revistas/Edi%C3%A7%C3%A3o%2041/artigo41.5.pdf>. Acessado em 02/03/2021.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920 – 1940)** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FEBVRE, Lucien. Réflexions sur l'histoire des techniques. **Annales d'histoire économique et sociale**, vol. 7, nº 36, 1935, p.531-535.

FÉDI, Laurent. Auguste Comte et la technique. In: **Revue d'histoire des sciences**, tome 53, nº2, 2000. pp. 265-294. Disponível em : https://www.persee.fr/doc/rhs_0151-4105_2000_num_53_2_2084. Acessado em 12/12/2022.

FELICÍSSIMO Jr. **História da siderurgia de São Paulo, seus personagens, seus feitos**. São Paulo: Rothschild-Loureiro Ltda., 1969. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/233/2017/09/Boletim_IGG_49_Historia_da_Siderurgia_de_Sao_Pauloseus_Personagensseus_Feitos-1969_Edicao_Especial.pdf. Acessado em 06/02/2023.

FERNANDES, Evandro. **Guilherme Gaelzer Netto (1874-1959)**: o Kaiser dos trópicos. Florianópolis, SC, 2015. 521 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História – Doutorado em História. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135498/335062.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 10/12/202.

FERRAROTTI, Franco. **Sobre a autonomia do método biográfico**. **Sociologia** – problemas e práticas, nº9, 1991, p.171-177.

FERRAROTTI, Franco. **História e histórias de vida**: o método biográfico nas Ciências Sociais. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

FINCH, Martin Henry John. **A political economy of Uruguay since 1870**. Londres: Palgrave MacMillan, 1981.

FLÉCHET, Anaïs. Vou a Paris... Si tu vas à Rio! Imagens cruzadas da França e do Brasil na música popular do século XX. In: FLÉCHET, Anaïs; COMPAGNON, Olivier; Almeida, Sílvia Capanema P. de (Orgs). **Como era fabuloso o meu francês!** : imagens e imaginários da França no Brasil (séc. XIX-XX) Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa : 7 Letras, 2017, p.324-352.

FLORES, Hilda Hübner. **História da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004.

FLORES, Hilda Hübner. **Imigrantes Boêmios**. Porto Alegre: IHGRGS, 2015.

FRANCO, Sérgio da Costa. A campanha. In: **Rio Grande do Sul**: terra e povo. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p.65-74.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A velha Porto Alegre**: crônicas e ensaios. 2 ed. Porto Alegre: Edigal, 2015.

FREIRE Jr., Olival. Diplomacia cultural no contexto da Segunda Guerra: o caso da Engenharia Metalúrgica na USP. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 142-153, jul-dez 2017. Disponível em: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2820. Acessado em 20/01/2022.

FUCHS, Edmond; LAUNAY, Louis de. **Traité des Gîtes minéraux et métallifères** : recherche, étude et conditions d'exploitation des minéraux utiles, description des principales mines connues, usages et statistique des métaux. Cours de Géologie Appliquée de l'École Supérieure des Mines. Tome Premier. Paris : Librairie Polytechnique, Baudry et Cie., 1893. Disponível em: https://patrimoine.sorbonne-universite.fr/medias/25/56/a5/d9/2556a5d9-57da-4411-8810-3461dd770a0a/files/GH_000440_001_pdf.pdf. Acessado em 02/03/2021.

GABRIEL, Pedro Henrique Luz. **O pensamento geopolítico brasileiro**: a originalidade das contribuições de Carlos de Meira Mattos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos, Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2012. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/26358/Gabriel_Originalidade%20Meira%20Mattos%20-2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 20/10/2022.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca Ltda.

GAUDEFROY, Ghislain. Survivances de l'empreinte norroise dans la partie orientale de la Seine-Maritime (ancien pays du Talou). L'apport de la microhydronymie et de la toponymie. In: **Nouvelle revue d'onomastique**, n°35-36, 2000. pp. 209-263.

Disponível em : https://www.persee.fr/doc/onoma_0755-7752_2000_num_35_1_1375. Acessado em 26/10/2022.

GERTZ, René Ernaini. De Otto von Bismarck a Angela Merkel: do “perigo alemão” ao “neonazismo” no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 58, p. 89-112, jan./jun. 2013. Editora UFPR. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/33897>. Acessado em 10/12/2020.

GERTZ, René Ernaini. Verdades e dúvidas em relação a nazismo e neonazismo no Brasil. In: MONSMA, Karl (org.). **Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil**: historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022, p. 255-288. Disponível em:

<https://www.renegertz.com/arquivos/REG.Monsma.pdf>. Acessado em 13/05/2023.

GERTZ, René. **O aviador e o carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**. Tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810). Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2009.

GILLE, Bertrand. Morphologie des techniques. In: **École pratique des hautes études**. 4^e section, Sciences historiques e philologiques. Annuaire 1972-1973. 1973, p.521-538. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ephe_0000-0001_1972_num_1_1_5769 . Acessado em 20/05/2022.

GINZBURG, Carlo. **Microstoria**: due o tre cose che so di lei. Quaderni Storici 29, no. 86 (2) (1994): 511–39. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43778719>. Acessado em 10/02/2020.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **Il nome e il come**: scambio ineguale e mercato storiografico. Quaderni Storici 14, no. 40 (1) (1979): 181–90. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43777765>. Acessado em 02/04/2020.

GISPERT, Hélène. Testing the biographical undertaking: the case of the french mathematician Émile Borel (1871-1956) – pitfalls, challenges and assets. In:

BRANDÃO, Tiago. **História biográfica e intelectual da ciência e da tecnologia**: atores, ideias e identidades. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2020.

GIULI, Matteo. Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi. **Revista Brasileira de História**, n. 76, 2017, p.144.

GOMES, Aramis J. Pereira; CRUZ, Paulo Roberto; BORGES, Lindemberg Pinheiro. Recursos minerais energéticos: carvão e urânio. In: BIZZI, Luiz Augusto;

SCHOBENHAUS, Carlos; VIDOTTI, Roberta Mary; GONÇALVES, João Henrique (Orgs.). **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil** : texto, mapas & SIG. Brasília : CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2003, cap.XI, p.577-630.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.

GUIMARÃES, Fábio Nelson. Fausto Mourão, um poeta esquecido. **Revista da Academia de Letras de São João del-Rei**. Ano VI, nº 6 – 2012/ Ano VII. nº 7 – 2013, p.49-71. Disponível em: <https://academialetrassidelrei.org.br/files/uploads/pdf/d230a23b71454f7fd4bb3b70cb854d5ef45e59852d5816dece9d.pdf>. Acessado em 23/05/2023.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Biografia**: Francisco Adolfo de Varnhagen. Universidade e São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/labteo/varnhagen/>. Acessado em 28/02/2023.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf. Acessado em 25/04/2023.

HOENSCH, Jörg K. **Histoire de la Bohême** : des origines à la Révolution de velours. Trad. Françoise Laroche. Paris : Éditions Payot & Rivage, 1995.

HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. **O Brasil que eu vi**: retrato de uma potência tropical. Trad. Huberto Augusto. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1939.

JACOMY, Bruno. **Une histoire des techniques** [recurso eletrônico]. Paris: Éditions du Seuil, 2015.

JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

JOHNSTON, William M. **The Austrian mind**: an intellectual and social history, 1848-1938. The Regents of the University of California. University of California Press: Berkeley and Los Angeles, California, 1972.

JUDSON, Pieter M. **L’Empire des Habsbourg** : une histoire inédite. Trad. Johan-Frédéric Hel Guedj. Paris: Perrin, 2021.

KAUTSKY, Karl. Bodenbesitzreform und Sozialismus. **Die neue Zeit** : Revue des geistigen und öffentlichen Lebens. 8(1890), H. 9, p.393-403. Bonn : FES Library, 2008. Disponível em: <http://library.fes.de/cgi-bin/nzpdf.pl?dok=1890&f=393&l=403>. Acessado em 20/03/2022.

KRÄTKE, Michael R. Trad. Danielle Moralès. **Retour sur une tradition méconnue : austro-marxisme et économie politique (I)**, Actuel Marx, vol. 60, no. 2, 2016, pp. 121-138.

KREMER, Alda Cardozo. Panorama da educação. In: **Rio Grande do Sul: terra e povo**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p259-283.

LALANDRE, Alexandre. **Le Port de Paris : naissance d'un port industriel (milieu du XIXe siècle-1914)**. Tese (Doutorado em História Moderna). Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Disponível em: <https://theses.fr/2017PA01H019>. Acessado em 04/04//2021.

LANDGRAF, Fernando José Gomes ; TSCHIPTSCHIN, André Paulo ; GOLDENSTEIN, Hélio. Notas sobre a história da metalurgia no Brasil (1500-1850). In : **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 412 . Disponível em : <http://www.pmt.usp.br/notas/notas.htm> . Acesso em: 06 mar. 2022.

LANDGRAF, Fernando José Gomes. **Dois aspectos da História da engenharia metalúrgica no Brasil no século XIX**. São Paulo: Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Escola Politécnica da USP, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5739931/mod_resource/content/1/Historia%20da%20engenharia%20metalurgica%202020.pdf . Acessado em 10/04/2022.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **Entre o varguismo e o florismo: a atuação da Frente Única Gaúcha no processo de isolamento político de Flores da Cunha**. História Unicap, v. 3 , n. 6, jul./dez. de 2016. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/904/784>. Acessado em 10/10/2022.

LE GOFF, Jacques. **Saint François d'Assise**. Malesherbes : Éditions Gallimard, 1999.

LEMONNIER, Pierre. A Propos de Bertrand Gille : la notion de « système technique ». In: **L'Homme**, 1983, tomo 23 n°2. pp. 109- 115. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hom_0439-4216_1983_num_23_2_368375. Acessado em: 04/05/2020.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. A revolução proletária e o renegado Kautsky [recurso eletrônico]. Moscou: Editorial Kommunist, 1918, In: **Obras completas**. Tomo 37. Trad. Edições Avante!. Lisboa, Moscou: Edições Progresso, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/index.htm>. Acessado em 08/06/2023.

LEVANDOWSKI, Janaina Hugo. **Características petrográficas e geoquímicas das camadas de carvão do poço CBM 001-CL-RS, jazida Chico Lomã, e sua relação como coalbed methane associado**. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2013.

LOBATO, José Bento Monteiro. **Ferro e o voto secreto**. São Paulo: Ed. Globo, 2010.

LUCAS, Taís Campelo. **Nazismo d'além mar**: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

LUCENA, Luiz Castelliano de. **Um breve histórico do IME – Instituto Militar de Engenharia** (Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, 1972). Instituto Militar de Engenharia (IME). Departamento de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: IME, 2005. Disponível em: <http://www.ime.eb.mil.br/arquivos/Noticia/historicoIME.pdf>. Acessado em: 17/06/2022.

MACEDO, Geisla Mendes; SAPUNARU, Raquel Anna. Uma breve história da engenharia e seu ensino no Brasil e no mundo: foco Minas Gerais. **Revista de Engenharia da Universidade Católica de Petrópolis**. Petrópolis, Volume 10, nº 1, ISSN 2318-0692, 2016, p.39-52. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/REVCEC/article/view/594/549>. Acessado em 10/10/2020.

MACHADO, João Timotheo Esmerio. A história esquecida do incêndio do Julinho. In: COPSTEIN, Cora Schilling; SILVA; Márcia Ivana de Lima e; SCHÄFFER, Neuva Otero. **O Julinho sempre foi notícia**. Porto Alegre: Colégio Estadual Júlio de Castilhos, Núcleo de Integração Universidade & Escola, 2001, p.9-14.

MACKINDER, Halford John. The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**, vol.23, nº 4, abril 1904, p. 421-437. Disponível em: <https://ia800902.us.archive.org/9/items/1904HEARTLANDTHEORYHALFORDMACKINDER/1904%20HEARTLAND%20THEORY%20HALFORD%20MACKINDER.pdf>. Acessado em 24/10/2020.

MANFREDINI, Fábio Navarro; GUANDIQUE, Manuel Enrique Gamero; ROSA, André Henrique. **A história ambiental de Sorocaba** [recurso eletrônico]. Sorocaba: Unesp – Câmpus Experimental de Sorocaba, 2015. Disponível em: <https://www.sorocaba.unesp.br/Home/Eventos191/historia-ambiental-editora-ebook.pdf> . Acessado em 05/03/2023.

MARCOLIN, Neldson. A glória do botânico: há 110 anos João Barbosa Rodrigues publicava livro clássico sobre palmeiras. **Revista de Pesquisa Fapesp**, agosto de 2013, p.88-89. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2013/08/088-089_PesquisaFapesp_2101.pdf. Acessado em 16/06/2022.

MARCOLIN, Neldson. Os primeiros anos da siderurgia: falta de conhecimento técnico dificultou implantação de uma nova indústria no país há 200 anos. **Revista de Pesquisa FAPESP**, ed. 173, jul.2010, p.8-9. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-primeiros-anos-da-siderurgia/#:~:text=O%20primeiro%20grande%20investimento%20em,a%20se%20fi rmar%20no%20pa%C3%ADs>. Acessado em 10/06/2021.

MARKETA, Lazarová. Direção: František Vlácil. Roteiro: Frantisek Pavlícek. Filmové studio Barrandov. 162 min. 1967.

MARTIN, Jean-Marie. **Processus d'industrialisation et développement énergétique du Brésil**. Nouvelle édition [recurso eletrônico]. Paris : Éditions de l'IHEAL, 1966. Acessado em 28/10/2021). Disponível em : <http://books.openedition.org/iheal/6444>.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1978.

MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. **Mário Travassos e Carlos Badia Malagrida: dois modelos geopolíticos sobre a América do Sul**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-09102012-104042/publico/2011_MarcosAntonioFavaroMartins.pdf. Acessado em 20/10/2021.

MARTINY, Carina. **O chefe político dos mais avançados republicanos: Júlio de Castilhos e o processo de construção da república (1882-1903)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, 2018.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica brasileira – predecessores e geopolíticos**. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, Ano XVII, no 39, 2000, p.58-82.

MAYERHOFER, Herta. Carl Menger, fondateur de l'« école autrichienne », en son temps et dans sa ville. **Austriaca**, 90 | 2020, publicado em 01/06/2021. Disponível em : <http://journals.openedition.org/austriaca/1015>. Acessado em: 02/07/2021.

MEDEIROS, Laudelino. As cidades. In: **Rio Grande do Sul: terra e povo**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p.89-105.

MEIER, Thorsten. **Kaiserbahn auf dem Prüfstand**. Hagenover Kreisblatt. 04 de setembro de 2012. Disponível em: <https://www.svz.de/lokales/hagenower-kreisblatt/kaiserbahn-auf-dem-pruefstand-id4195406.html>. Acessado em 10/06/2020.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de sociologia e política**, nº 12: p.83-98, junho de 1999.

MONBEIG, Pierre. Fer et métallurgie au Brésil. In: **L'information géographique**, volume 19, nº2, 1955. pp. 48-56. Paris : Armand Colin, 1955. Disponível em : www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_1955_num_19_2_1465. Acessado em 10/06/2020.

MORELLO, Thiago Fonseca. **Carvão vegetal e siderurgia: de elo perdido a solução para um mundo pós-Kyoto**. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São

Paulo: USP, 2009. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-07122009-093830/publico/Thiago_Fonseca_Morello.pdf. Acessado em: 08/05/2023.

MOTOYAMA, Shozo. O artigo 123. In: MOTOYAMA, Shozo (Org.) **FAPESP** : uma história de política científica e tecnológica. São Paulo: FAPESP, 1999, p.31-58.

Disponível em:

https://media.fapesp.br/bv/uploads/uma_historia_de_politica_cientifica_e_tecnologica/capitulo1.pdf. Acessado em : 12/12/2022.

MUMFORD, Lewis. **Technique et civilisation**. Trad. Natacha Cauvin; Anne-Lise Thomasson. Marselha: Ed. Parenthèses, 2016.

NEUMANN, Rosane. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). V. 1. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

NEVES, José Pinheiro. **O apelo do objecto técnico**: a perspectiva sociológica de Deleuze e Simondon. Porto: Campo das Letras, 2006. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/322932838.pdf>. Acessado em: 09/06/2020.

NOGUEIRA, Paulo de Castro. Regiões fisiográficas do estado do Rio Grande do Sul. **Revista Geologia e Metalurgia**, 5ª ed., artigo 5.4, 1948. Disponível em <http://sites.poli.usp.br/geologiaemetalurgia/Revistas/Edi%C3%A7%C3%A3o%205/artigo5.4.pdf>, acessado em 23/01/2021.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997, vol. 1 p. 23-42. Tradução de Yara Aun Khoury.

OPATRŇY, Josef. **Las relaciones entre Europa Central y América Latina**: Contextos históricos. Ibero-Americana Pragensia. Supplementum 47. 1ª ed. Praga: Universidade Carolina de Praga, 2017.

OPATRŇY, Josef. **Las relaciones entre Europa Oriental y América Latina 1945-1989**. Ibero-Americana Pragensia. Supplementum 40. 1ª ed. Praga: Universidade Carolina de Praga, 2015.

OPATRŇY, Josef. Problems in the History of Czech Immigration to America in the Second Half of the Nineteenth Century. **Nebraska History** 74 (1993): 120-129, 2015. Disponível em: <http://www.nebraskahistory.org/publish/publicat/history/full-text/NH1993CAProblems.pdf> Acessado em 25/09/2021.

PALACIUS, E. M. García; VON LINSINGEN, I.; GALBARTE, J.C. González; CERESO, J.A. López; LUJÁN, J.L.; PEREIRA, L.T.V.; GORDILLO, M. Martín; OSORIO, C.; VALDÉS, C.; BAZZO, W.A. (Orgs.). **Introdução aos estudos CTS**: ciência, tecnologia e sociedade. OEI, Organização dos Estados Ibero-americanos para a educação, a ciência e a cultura. Cadernos de Ibero-América. Brasília: OEI, 2003. Disponível em:

[https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2017081016a4ce38376218dc8a5149b27/1_Introducao aos estudos CTS Bazzo et al.pdf](https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2017081016a4ce38376218dc8a5149b27/1_Introducao%20aos%20estudos%20CTS%20Bazzo%20et%20al.pdf). Acessado em 07/06/2020.

PALACKÝ, František. History of the Czech nation in Bohemia and Moravia. In : **National Romanticism: The Formation of National Movements : Discourses of Collective Identity in Central and Southeast Europe 1770–1945**, volume II. Budapest : Central European University Press, 2007. Disponível em: <http://books.openedition.org/ceup/2256>. Acessado em 23/05/2022.

PANTOJAS, Silvia. **Lourival Fontes**. Verbete. FGV, CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontes-lourival>. Acessado em 07/05/2023.

PAROBÉ, Escola Técnica Estadual. **História**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://www.cteparobe.com.br/pagina/78_Historia-da-Cidade.html. Acessado em 10/05/2023.

PATOCKA, Jan. **L'idée de l'Europe en Bohême**. Grenoble : Éditions Jérôme Millon, 1991.

PECHMAN, Robert. In : **Verbetes da Primeira República**. Castro, Leite de. Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC). Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em : <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Leite%20de.pdf>. Acessado em 07/06/2023.

PECHMAN, Robert. In : **Verbetes da Primeira República**. Guimarães, Protógenes. Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC). Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em : <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUIMAR%C3%83ES,%20Prot%C3%B3genes.pdf> . Acessado em 07/06/2023.

PÉREZ, José Alberto Rodríguez. A minaria do volfrâmio em Galiza (1887-1960): umha primeira aproximação. P.49-70. **Agália**: Revista da Associação Galega da Língua. Monográfico nº 2. Corunha: Ed. Venus Artes Graficas, 1985. Quatro estudos de história económica de Galiza Disponível em: <https://agalia.net/Agalia/monografico02.pdf>. Acessado em 10/01/2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A indústria carbonífera rio-grandense e a questão energética**. Estudos Ibero-Americanos, II, 1982, p.282-306.

PIMENTA, Demerval José. O minério de ferro na economia nacional: evolução da política de exportação do minério de ferro. **Revista do serviço público**, outubro de 1949, p.101-112. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/7321/4418/23302>. Acessado em: 20/05/2023.

PINCHEMEL, Philippe. Les géographes. Note méthodologique pour la rédaction internationale des notices biobibliographiques. In: **Bulletin de l'Association de géographes français**, N°411-412, 50e année, Novembre-décembre 1973. pp. 687-692;

PINEAU, Gaston; LE GRAND, Jean-Louis. **As histórias de vida**. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

POSO, Antonio Toledo. **A siderurgia brasileira e mundial: o desenvolvimento desigual recente**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27082015-103244/pt-br.php>.

POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. **Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no primeiro reinado**. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18012011-094749/publico/2010_GilmardePaivadosSantosPozo. Acessado em 23/05/2023.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Economico%20do%20Brasil.pdf>. Acessado em 18/09/2021.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015

PRUNES, Lourenço Mário. As raízes históricas. In: **Rio Grande do Sul: terra e povo**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p.14-27.

PRUTSCH, Ursula; BERTONHA, João Fábio; SZENTEVARGA, Mónica (Orgs). **Aventureros, utopistas, emigrantes: del Imperio Habsburgo a las Américas**. Madri: AHILA, Iberoamericana, Vervuert, 2017.

RACHE, Pedro. A ideia de estudar em Ouro Preto: memórias de um estudante no final do século XIX. In MACHADO, Otávio Luiz. **Repúblicas estudantis de Ouro Preto e a construção de um projeto de país**. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013. Disponível em: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/37.pdf>. Acessado em 10/02/2020.

RADÜNZ, Roberto. **A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho do século XIX**. Caxias do Sul: Educ: Edunisc, 2008.

REINHEIMER, Dalva. **A navegação fluvial na República Velha gaúcha**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro : Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.15-38.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é positivismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. Contributo para uma “história da construção” no Brasil. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011, p.1-14. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312926097_ARQUIVO_Historia_Construcao_Brasil.pdf. Acessado em: 12/12/2020.

RIBEIRO, Paula. **Patrimônio industrial**: estudo de edificações na vila operária de Caeté, Minas Gerais. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Ouro Preto: UFOP, 2018.

RICHE, Alfred. **Recherches sur le tungstène et ses composés**. Paris : Mallet-Bachelier, 1857. Disponível em : https://patrimoine.sorbonne-universite.fr/medias/9a/e3/42/d6/9ae342d6-6be2-4547-a93b-3f00c72127a4/files/TH_000464_001.pdf. Acessado em 10/03/2020.

ROCHE, Jean. A colonização alemã. As cidades. In: **Rio Grande do Sul**: terra e povo. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p.129-143.

ROCHE, Jean. **As bases físicas da ocupação do solo no Rio Grande do Sul**. In: AB’SÁBER, Aziz Nacib; Roche, Jean. Três estudos Rio-grandenses. Porto Alegre: Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1966, p.29-64.

ROCHE, Jean. **Pôrto Alegre, metrópole do Brasil Meridional**. In: AB’SÁBER, Aziz Nacib; Roche, Jean. Três estudos Rio-grandenses. Porto Alegre: Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1966, p.65-86.

ROCHE, Jean. Chapitre VIII. La société nouvelle In : **La colonisation allemande et le Rio grande do Sul**. Disponível em : <http://books.openedition.org/iheal/5892>. Acessado em 10/02/2021. Paris : Éditions de l’IHEAL, 1959.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo**: uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1037>. Acessado em 25/05/2023.

ROSA, Maria de Lurdes (Org.). **Arquivos de família, séculos XIII-XX**: que presente, que futuro? Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais; CHAM – Centro de História de Além-Mar; Caminhos Romanos, 2012.

ROTH, Joseph. **A Marcha de Radetzky**. 1ª ed. 1932. LeBooks, [?].

ROUX-BRAHIC, J. **Les gîtes miniers et leur prospection**: technologie des minerais complexes. Paris: Ed. H. Dunod e E. Pinat, 1919. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k374013v?rk=21459;2#>. Acessado em 10/10/2020.

ROYER, Guy. **Claude-Henri GORCEIX**: du Brésil à Bujaleuf, une œuvre généreuse. Eymoutiers : CAT Eymoutiers, 2012.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Obras Públicas. **Galeria de Secretários**. Disponível em: <https://obras.rs.gov.br/secretarios>. Acessado em 10/09/2019.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. **História**. 2023. Disponível em: <https://obras.rs.gov.br/historia>. Acessado em 21/05/2023

RUÍNAS Engenho São Jorge dos Erasmos. Projeto de valorização patrimonial do monumento nacional. Ruínas do Abarebebê. Disponível em: <http://www.resjeroteirosbaixadasantista.prceu.usp.br/sitio/ruinas-do-abarebebe>. Acessado em 10/03/2023

RUSCHEL, Ruy Ruben. **Torres tem história**. Porto Alegre: EST, 2004.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RUSSO, Alexandre Toler. Política e economia do ABC no fim da década de 20 e início dos anos 30. **Revista Raízes**. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, Ano XII, n. 23 p. 5-14, julho de 2001. Disponível em: <http://www.fpm.org.br/Publicacoes/PDF/40>. Acessado em 20/04/2023.

RUSSO, François. Introduction à l'étude de la structure des sciences et des techniques du monde physique. **Thalès**, vol.5, 1948, p.26-39.

SANTOS, João Bernardo dos. Convento dos Dominicanos irlandeses do Corpo Santo. **Revista Municipal**, Ano XX, nº 83, 4º trimestre de 1959, p.5-16. Publicação cultural da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: Oficinas gráficas da Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N83/N83_master/N83.pdf. Acessado em: 23/05/2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, Milton. **O intelectual anônimo**. Disponível em: geocrocetti.com/msantos/iintelectualanonimo.htm. Texto publicado no Correio Braziliense em 3 de junho de 2001. Acessado em 09/03/2021.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 20012.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHULTE, Hansgerd. Histoire des intellectuels em Allemagne. In: LEYMARIE, Michel; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **L'histoire des intellectuels aujourd'hui**. [livro eletrônico]. Paris: Presses Universitaires de France, 2018.

SCHULZE, Frederik. Imigrantes alemães entre a participação e o papel de vítimas : a transformação de Leopoldina em heroína da Independência brasileira. **Boletim do Tempo Presente**, nº 05, de 08 de 2013, p. 1 – 18. Disponível em : <https://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4215/3472>. Acessado em : 12/04/2023.

SCHULZE, Frederik ; FISCHER, Georg. Brazilian History as Global History. **Bulletin of Latin American Research**, vol.38, nº 4, p. 408-422, 2019.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB). **Barão de Eschwege**. Disponível em: <http://cprm.gov.br/publique/Redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Barao-de-Eschwege-519.html>. Acessado em 20/01/2023.

SILVEIRA, Helder Gordim da. A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul. **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 649-667. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2740> . Acessado em 23/05/2020.

SIMÃO, Gustavo. **O carvão da jazida de Morungava-RS**; caracterização petrográfica, química e tecnológica das camadas de carvão do poço de exploração CBM 001-MO-RS. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SIMARD, Jean-Claude. L'histoire des techniques selon Bertrand Gille. **Chroniques**. La Science em culture. 1º de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.acfas.ca/publications/magazine/2012/12/l-histoire-techniques-selon-bertrand-gille-0>. Acessado em: 09/06/2020.

SIRINELLI, Jean-François. Alain et les siens. Sociabilité du milieu intellectuel et responsabilité du clerc. In: **Revue française de science politique**, 38^e année, nº2, 1988. pp. 272-283; doi : <https://doi.org/10.3406/rfsp.1988.411137>
https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1988_num_38_2_411137

SOARES, Jô. **O homem que matou Getúlio Vargas**: biografia de um anarquista. 2ª ed. [ed. Eletrônica]. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SPIEGL, Walter. **Böhmisches Glas České Sklo 1500 – 1800**: Beiträge zur Geschichte der Glaserzeugung in Böhmen unter Einbeziehung der Entwicklung in Deutschland, Tirol und den Niederlanden. Disponível em: <http://glas-forschung.info/pageone/pdf/BOE%201500%201800.pdf>. Acessado em 02/06/2020.

SUESS, Paulo. **A história dos jesuítas no Brasil**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2006/01/24398/#> . Acessado em 10/02/2022

SUPERIOR COURT OF SAN DIEGO COUNTY. **Dahne v. Dahne**, 49 Cal.App. 501, 193 P. 785 (Cal. Ct. App. 1920). Disponível em <https://casetext.com/case/dahne-v-dahne>. Acessado em 02/01/2020.

SUSZCZYNSKI, Édison. **Avaliação dos recursos carboníferos e programas de mineração**. Seminário sobre o modelo energético brasileiro “carvão mineral”. Ministério das Minas e Energia. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Porto Alegre, outubro de 1979. Disponível em http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/16814/1/rli_avaliacao_recursos_carbon.pd. Acessado em 25/01/2021.

TAYLOR, James L. **Dicionário metalúrgico**: inglês-português, português-inglês. 2ª ed. São Paulo: Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais, 2000. Disponível em: <https://old.foundrygate.com/upload/artigos/Dicion%C3%A1rio%20Metal%C3%BArgico%20-%20Taylor.pdf>. Acessado em 11/05/2023.

TRAVASSOS, Marcos. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938, 3ª ed. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/132/1/50%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acessado em 10/10/2020.

TRINDADE, Cônego R. **Genealogias da Zona do Carmo**. Ponte Nova: Estabelecimento Gráfico Gutenberg, Irmãos Penna & C., 1943. Disponível em: <http://www.marcopolo.pro.br/genealogia1/paginas/ConegoTrindade.pdf>. Acessado em 23/05/2023.

TRUCHOT, Paul. **Les petits métaux**: titane, tungstène, molybdène. Paris: Gauthier-Villars, 1905. Disponível em: <https://iris.univ-lille.fr/bitstream/handle/1908/4148/42163-178.pdf?sequence=1>. Acessado em 24/10/2022.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência [recurso eletrônico]. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia** [recurso eletrônico]. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015.

UMANN, Josef. **Memórias de um imigrante boêmio**. Tradução e notas: Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: EST, 1997.

UNIÃO EUROPEIA. **Comércio responsável de minerais provenientes de zonas de alto risco e de conflito**. Eur-lex. Access to European Union Law. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=LEGISSUM:4314928>. Acessado em 20/12/2022.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2023. **Os Andrada e Silva**: de Coimbra à Independência do Brasil. Disponível em: https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/brasileiros/andrada. Acessado em 30/04/2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **João Monlevade** – cidade sede do departamento de Ciências Exatas e Aplicadas. Disponível em: <https://decsi.ufop.br/hist%C3%B3ria-do-departamento>. Acessado em 01/05/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Scheelita – Ca(WO₄)**. Porto Alegre, 2020, p.1. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/minmicro/Scheelita.pdf>. Acessado em 10/04/2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Wolframita – (Fe,Mn)WO₄**. Porto Alegre, 2021, p.1. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/minmicro/Wolframita.pdf>. Acessado em 10/04/2023).

VARGAS, Alzira do Amaral Peixoto. **Getúlio Vargas, meu pai**: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto [recurso eletrônico]. São Paulo: Objetiva, 2017.

VARGAS, Milton. Ciência, técnica e realidade. **Revista USP**, [S. l.], n. 14, p. 96-103, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25652>. Acessado em: 17/03/2020.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia de uma sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

VILLAS-BÔAS, Pedro. **Notas de bibliografia sul-rio-grandense**: autores. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Penser l'histoire croisée : entre empirie et réflexivité. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 2003/1, 58^o ano, p. 7-36. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-2003-1-page-7.htm>. Acessado em 09/03/2021.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: estratégias políticas, imigração alemã. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2015.

WITT, Marcos Antônio. O Brasil de Weech e Bösche em seus relatos de viagem. **Revista Prâxis**. Novo Hamburgo, a. 18, n. 1, jan./abr. 2021, p.5-23.

ZEILLER, M.R. Note sur la flore fossile des gisements houillers de Rio Grande do Sul. In : **Bulletin de la Société Géologique de France**, 3^{ème} série, tome 23, 1895. Disponível em : <https://patrimoine.sorbonne-universite.fr/viewer/2743?viewer=picture#page=608>. Acessado em 20/04/2020.

ALGUMAS PUBLICAÇÕES DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH

SIMCH, Francisco Rodolfo. Artefactos indígenas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. I e II Trimestre. Anno V. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1925, p.305-314. Acervo IHGRGS.

SIMCH, Francisco Rodolfo. Gíria dos mineiros rio-grandenses: vocabulário dos principais termos da gíria dos mineiros de carvão de pedra no estado do Rio Grande do Sul. In: BERNARDI, Mansueto; SILVA, João Pinto da. **Almanaque do Globo para 1926**. 10º ano. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1926, p.271-275. Acervo IHGRGS.

SIMCH, Francisco Rodolfo. Mineraes do Rio Grande do Sul. In: **Anuario do Estado do Rio Grande do Sul para o anno de 1911**. Fundado pelo Dr. Graciano A. de Azambuja. Publicado sob a direção do Dr. Alcides Cruz. Anno XXVII. Porto Alegre: Editores Krahe & Cia, 1910, p.177-187. Acervo IHGRGS.

SIMCH, Francisco Rodolfo. **Noções elementares de mineralogia e geologia**. Adaptadas aos programas dos institutos de ensino secundário e aos exames de admissão à Escola de Minas de Ouro Preto. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 1ª ed., 1907. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

SIMCH, Francisco Rodolfo. **Noções elementares de mineralogia e geologia**. Adaptadas aos programas dos institutos de ensino secundário e aos exames de admissão à Escola de Minas de Ouro Preto. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 2ª ed., 1923. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

SIMCH, Francisco Rodolfo. O Porto de Torres. In: **O Progresso**. Revista mensal dedicada aos interesses da Agricultura, Industria, Commercio. Finanças, bancos e estradas de ferro, obras públicas do Brazil e do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typographia d'O Progresso, Rua dos Andradas, 275. Anno IV. Junho e julho de 1916, nºs 33-34. Acervo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

SIMCH, Francisco Rodolfo. Orographia do Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Livraria e Papelaria Brasileira, de Tancredo de Barros Paiva, Rua dos Andradas, 132, Rio de Janeiro, 1910. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

SIMCH, Francisco Rodolfo. Os campos do Estado. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. Porto Alegre: IHGRGS, 1925, p.151-181. Acervo IHGRGS.

SIMCH, Francisco Rodolfo. Physiographia do Rio Grande do Sul. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. I e II trimestre. Anno IV. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1924, p.61-83. Acervo IHGRGS.

SIMCH, Francisco Rodolfo. **Programa de Economia Social**. Economia pura e política econômica. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 1ª ed., 1912. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

SIMCH, Francisco Rodolfo. **Programa de Economia Social**. Economia pura e política econômica. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 2ª ed., 1931. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

SIMCH, Francisco Rodolfo. **Programa de Economia Social**. Economia pura e política econômica. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 3ª ed.1934. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

SIMCH, Francisco Rodolfo. Tembetás. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. I e II trimestre. Anno IV. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1924, p.51-60. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

SIMCH, Francisco Rodolfo. Tungstênio. In: **O Progresso**. Revista mensal dedicada aos interesses da Agricultura, Industria, Commercio. Finanças, bancosm estradas de ferro, obras públicas do Brazil e do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typographia d'O Progresso, Rua dos Andradas, 275. Anno IV. Junho e julho de 1916, nºs 33-34. Acervo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

ALGUMAS PUBLICAÇÕES DA AUTORA SOBRE FRANCISCO RODOLFO SIMCH

MARC, Alice. (2020). Da biografia do grupo primário à biografia de FRANCISCO Rodolfo Simch. **Escritas**: Revista Do Curso De História De Araguaína, 12(2), 2020, p.212-229. Universidade Federal do Tocantins. Tocantins: UFT, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/10302>. Acessado em: 12/03/2021.

MARC, Alice. “Simch, prepara o projeto para amanhã”: da cítara à marchinha de carnaval In: SILVEIRA, João Paulo Borges da; BERNARDI, Manuela Ciconetto (Orgs.). **IV Colóquio de Educação Discente** [recurso eletrônico]: desafios éticos, estéticos e políticos na educação. Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. Caxias do Sul, RS: Educs, 2020, p.46-50. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-ivcoloquio-educacao.pdf>. Acessado em 10/10/2021.

MARC, Alice. Contextualização dos estudos dos tembetás no Rio Grande do Sul, na década de 1920. **Tarairiú**. Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Campina Grande: UEPB, v. 1, p. 55-64, 2021. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REVELAP/article/view/1141>. Acessado em 10/12/2022.

MARC, Alice. Francisco Rodolfo Simch: uma concepção de vila operária nas minas de carvão. In: **VII Dos Ofícios de Clio**. Patrimônio e memória em risco. Desafios do século XXI, 2019, São Leopoldo. Porto Alegre: Ed. UNISINOS, 2019. p. 239-253. Disponível em: https://da0cf2c0-f569-48a5-8e6e-9e6d82660079.filesusr.com/ugd/124ad7_e46a05efdf384cc0b357b2d73aad81fc.pdf. Acessado em 23/03/2020.

MARC, Alice. Memórias transnacionais na concepção de educação profissional e tecnológica de Francisco Rodolfo Simch. In: Andrea Helena Petry Rahmeier; Caroline von Mühlen; Daniel Luciano Gevehr; Rodrigo Luis dos Santos. (Org.). **Migrações, Educação e Desenvolvimento**: convergências e reflexões. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 1, p. 17-30. Disponível em: <https://www.editorafi.org/673migra>. Acessado em 10/10/2020.

MARC, Alice. **Movimento da existência de Francisco Rodolfo Simch**. Lugares de memória: entre os documentos do acervo familiar e a Escola de Comércio de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IFRS, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/178>. Acessado em 15/04/2023.

MARC, Alice. Os 110 anos da criação da Escola de Comércio de Porto Alegre: gestão participativa e formação humanística na Educação Profissional e Tecnológica. In: Josimar de Aparecido Vieira; Ana Sara Castaman. (Org.). **Gestão da Educação Profissional e Tecnológica**: elementos para reflexão. 1ed.Curitiba: CRV, 2018, v. 1, p. 85-98.

MARC, Alice. Trajetória social do engenheiro de minas Francisco Rodolfo Simch: memória do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IHGRGS. In: **Anais do I Colóquio de Pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 24, 25 e 26 de abril de 2019. Porto Alegre: IHGRGS, 2019. p. 157-174. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook%20-%20Anais%20I%20Coloquio%20de%20Pesquisa%20do%20IHGRGS.pdf>. Acessado em: 15/03/2020.

MARC, Alice; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. A Escola de Comércio de Porto Alegre de 26 de novembro de 1909: memória do Campus Porto Alegre do IFRS e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS a partir da trajetória social de Francisco Rodolfo Simch. In: **IV Congresso de Contabilidade da UFRGS**, 2019, Porto Alegre. Apresentações e Autores, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/congressocont/index.php/IVcongressocont/IVCongCont/paper/download/190/115>. Acessado em 10/03/2020.

MARC, Alice. *C'est en forgeant qu'on devient forgeron*: Claude-Henri Gorceix, Francisco Rodolfo Simch e a memória da mineração carbonífera no Rio Grande do Sul. In: **IV Seminário Internacional de Língua, Literatura e Processos Culturais**, SILLPRO, 2019, Caxias do Sul. Caxias do Sul: UCS, 2019. v. 2. p. 25-32. Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/volume-ii-iv-sillpro_2.pdf](https://www.ufrgs.br/site/midia/arquivos/volume-ii-iv-sillpro_2.pdf). Acessado em: 12/3/2020.

SIMCH, prepara o projeto para amanhã. Direção de Alice Marc. Porto Alegre, Brasil. 40 min 14s. 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552782>. Acesso em: 4 set. 2019.

FONTES E ACERVOS CONSULTADOS

ALEMANHA

Bundesarchiv

BArch R2 16439. 1931-1939.

BArch R4901/13279.

BArch NS 9/338. 1931-1942.

BArch R43 II/1471.

Porto de Bremen, Alemanha

Lista de passageiros Franz Simch, 1871.

Lista de passageiros Theresia Simch, Anton Simch e Augustin Simch. 1873

Stadtarchiv Idar-Oberstein

Registro de nascimento de Emma Wild, em Idar, atualmente Idar-Oberstein.

BRASIL

Acervo Privado de Clélia Simch Marc

BRANDÃO, Theobaldo. **Dados genealógicos dos ascendentes e descendentes de Francisco Sanches Brandão e Manuel da Rocha Brandão**. Viana: Tipografia Gutenberg, 1962.

Informação nº 24. O problema do coke na Mina de Carvão de Gravatahy, por Francisco Rodolfo Simch, em junho de 1928 [cópia, com anotações a mão, inclui fotografias e desenhos técnicos, traz ensaios realizados sobre a qualidade do carvão e discussão sobre o valor econômico do carvão oriundo da exploração estatal]

Transcrição do Perfil de Francisco Rodolfo Simch, publicado no nº9 do Ano I do jornal castilhistas "O Debate" de Porto Alegre, de 12 de junho de 1907, extraída de uma coleção completa e encadernada do jornal "O debate", pertencente ao Dr. Joaquim Maurício Cardoso, onde ele anotou o nome de Getúlio Vargas como autor. Cópia

assinada em 29/10/1963 pelo Professor Antônio da Rocha Almeida, 2º Secretário do IHGRGS, e enviado pelo correio para a família Simch.

Formal de partilha extraído dos autos do inventário de bens da herança deixada por falecimento do Sr. Desembargador Francisco Rodolfo Simch, dona Alice Nunan Simch e dona Débora Simch Gomes. Estado do Rio Grande do Sul. Fôro de Porto Alegre, 1944.

SIMCH, Francisco José. **Diários de trabalho nas minas de carvão**. Serviço de Mineralogia e Geologia do Rio Grande do Sul. Período 1914-1927. Acervo particular de Clélia Simch Marc.

SIMCH, Francisco Rodolfo. **Diários de trabalho nas minas de carvão e outros**. Diretoria do Serviço de Mineralogia e Geologia do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1917-1932. Acervo particular de Clélia Simch Marc.

REVISTA do Globo. **In Memoriam**. Magazine quinzenal. Diretor: Luiz Estrela. Gerente: Henrique Mais. Editores: Barcellos, Bertaso & Cia. Nº 216. Porto Alegre, 30 de outubro de 1937. Ano IX.

Diploma da Irmandade de Jerusalém. [em nome do falecido Sr. Francisco Rodolfo Simch, em Porto Alegre, 25 de outubro de 1947, firmado pelo Padre Frei Solano Geubels, O.F.M, Comissariado da Terra Santa, Rua Sanatório, 310, Cascadura, Rio de Janeiro, com selo do Comissariado da Terra Santa no Brasil, Frei Valentino Schaaf O.F.M., Ministro Geral de toda a Ordem Seráfica dos Filhos de S. Francisco de Assis].

Processos de eliminação de fumaça e fuligem aplicados às Usinas Electricas da The New York Edison Company e The United Electric Light and Power Company. 31 de janeiro de 1931. [sobre a instalação de equipamentos que evitassem a descarga de fuligem pelas chaminés da recém-concluída obra do grupo das “Usinas da Costa”, sob os auspícios da Smoke Prevention Association]

Correspondência de Francisco Rodolfo Simch [sobre a comissão do governo estadual para estudar o problema da fuligem expelida pelas chaminés da usina da CEE Riograndense. Várias versões de rascunho]

Refinação de óleo mineral cru, por Francisco Rodolfo Simch [rascunho comentando vários itens sobre aspectos técnicos e legais da refinação de óleo mineral cru]

Directoria da Viação Fluvial, 2ª Secção. Exposição sobre a organização do 2º terrapleno das docas. Chefe de Secção B. Hofmann. 28 de fevereiro de 1930.

Contracto lavrado entre partes – d’um lado o Estado do Rio Grande do Sul e do outro o cidadão... [diversas versões rascunho redigidas por Francisco Rodolfo Simch de contrato entre a Secretaria de Obras Públicas e uma concessionária para explorar uma usina de destilação e refinação de nafta bruta, em Rio Grande], 1931

Correspondência de Francisco Rodolfo Simch para o Interventor Federal do Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha, com parecer sobre os portos de Rio Grande e de Torres. [sobre a política de transporte marítimo portuário e a incidência

de impostos no porto de Rio Grande, com anotações e correções escritas à mão], 1931

Informação nº87, de Francisco Rodolfo Simch ao Secretário da Fazenda [parecer desfavorável à organização e funcionamento de uma empresa de navegação do Rio Grande do Sul liderada pelo capital do Rio de Janeiro, com anotações e correções escritas a mão]

Relatório técnico por Francisco Rodolfo Simch [sobre o Lavador Baum, descrição da experiência realizada com carvão de Criciúma, separador Draper, rascunho com anotações e correções a mão, acompanham os respectivos desenhos técnicos, década de 1920]

Correspondência de Francisco Rodolfo Simch ao Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Sul, ao assumir o cargo de Diretor do Porto de Porto Alegre [rascunho sobre a organização técnica e administrativa do porto de Porto Alegre, parcialmente escrito a mão, década de 1930]

Índice dos apontamentos sobre o Porto de Porto Alegre remetidos por Francisco Rodolfo Simch ao Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Sul [rascunho, com os itens 1. A repartição, 2. O porto, 3. Aspectos geraes. Este roteiro serviu de base ao parecer que enviou em outra correspondência]

Observações sobre o regulamento geral das correções, por Francisco Rodolfo Simch [rascunho de parecer provavelmente enviado ao General Flores da Cunha, sobre o Regulamento das Correções] 2 de janeiro de 1931

Correspondência de Francisco Rodolfo Simch ao General Interventor Federal do Rio Grande do Sul [diversas versões de rascunho, em que propõe modificações na legislação referente à indústria mineral] 7 de março de 1932

Correspondência de Francisco Rodolfo Simch [para o General Flores da Cunha, sobre a competência do governo estadual para as licenças para as concessões, diversas versões de rascunho]

Parecer de Francisco Rodolfo Simch sobre um serviço complementar do sistema viário da capital do Rio Grande do Sul, década de 1930.

Correspondência de Francisco Rodolfo Simch ao General Interventor Federal no Rio Grande do Sul, 20 de junho de 1931. [sobre um dissídio entre os proprietários de ônibus a serem vendidos à empresa Carris, diversas versões de rascunhos com anotações escritas a mão]

Modificações propostas para a legislação referente ao transporte com ônibus [rascunho]

Biografia de Francisco Rodolfo Simch feita pelo filho Leo Nunan Simch [datilografada, com correções feitas a lápis pelo autor, assinada por Leo Nunan Simch]

Correspondência da Faculdade de Direito de Porto Alegre para Francisco Rodolfo Simch, em 24 de setembro de 1937 [solicita documentos para serem incluídos nos anais da Universidade: nome por extenso, retrato, lista de trabalhos acompanhados por exemplar e respectiva crítica nacional e internacional, cópia de conferências e pesquisas realizadas]

Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas. Directoria do Serviço de Mineralogia e Geologia. Projecto de instalação de um poço para extracção de carvão de pedra no 1º Districto de Viamão: capacidade: 1.000 toneladas em média diárias. Porto Alegre, 8 de Dezembro de 1919 [memorial com assinatura de Francisco Rodolfo Simch]

Rocha da base S. da Torre Norte em Torres, 1936. Diabase cheia de fragmentos de arenito já metamorfoseado com sílex e ágata [fotografia de análise microscópica de amostra de rocha com a descrição no verso e assinatura de Francisco Rodolfo Simch, acompanhada de um recorte de papel transparente para sobrepor à referida fotografia, indicando a composição da rocha – arenito, etc]

Correspondência de Francisco Rodolfo Simch ao Interventor Federal do Rio Grande do Sul [sobre a concessão de contratos de loteria] 17 de setembro de 1931

Correspondência da Comissão de Inquérito sobre possíveis irregularizações na construção e financiamento da variante ferroviária entre as pontes de Gravatahy e Barreto para o Desembargador Francisco Rodolfo Simch, e resposta de Francisco Rodolfo Simch à comissão [cópia rascunho da resposta, redigida à mão, por Francisco Rodolfo Simch] 2 de setembro de 1936

Bases de estudio para facilitar el cambio de ideas entre las dos delegaciones. Memorandum confidencial. [sobre a reunião das delegações do Uruguai e do Brasil, sobre os impostos aplicados no comércio internacional entre os países] Montevideo, 17 de dezembro de 1932

Correspondência de Francisco Rodolfo Simch ao General Interventor Federal do Rio Grande do Sul [cópia rascunho sobre o projeto de um tratado de comércio entre o Brasil e o Uruguai] 12 de abril de 1932

Parecer sobre o monopólio das empresas de petróleo estrangeiras, por Francisco Rodolfo Simch, março de 1931

Correspondência de Francisco Rodolfo Simch ao General Flores da Cunha [sobre o carvão do Rio Grande do Sul] 20 de março de 1931

FORTINI, Archymedes. Revivendo o passado: perfil de bacharelados de 1907. Correio do Povo. [reproduz a descrição feita por Getúlio Vargas do colega Francisco Rodolfo Simch e publicada no jornal "O Debate"]

PIMENTEL, Fortunato. Dr. Francisco Rodolfo Simch. 1952. Correio do Povo. [breve descrição da trajetória profissional de Francisco Rodolfo Simch]

FALLECEU, hontem, o desembargador Francisco Rodolpho Simch. Correio do Povo. [informações biográficas e narrativa de sua morte] 26 de outubro de 1937, p.3

OS TRÊS primeiros professores que exerceram a cátedra. James Macedônia Franco. Correio do Povo. [sobre a intervenção de Francisco Rodolfo Simch e Leonardo Macedônia para a equiparação da Faculdade Livre de Direito ao regime oficial de 1915, Lei Maximiliano, para garantir os interesses dos alunos] 20 de novembro de 1959.

CORREIO DO POVO. 26 de novembro de 1909/59: meio século a serviço do ensino de economia. Faculdade de Ciências Econômicas: 50 anos de trabalho e dedicação – dados históricos em torno da tradicional instituição – primeiros formandos – atividades atuais. [apresenta Francisco Rodolfo Simch como uma das pessoas que teve a iniciativa da criação da Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909]. 26 de novembro de 1959, p.17

CORREIO DO POVO. Garantida a pesquisa de carvão coque em Gravataí. [sobre a abertura de um poço de exploração em Gravataí pelo governo federal] 21 de abril de 1983, p.1.

Correspondência do Presidente da Comissão Central da Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre para a viúva Alice Nunan Simch [informa a decisão tomada em assembleia geral dos bacharelados de 1939, realizada em 27 de setembro de 1939, por unanimidade de votos, de prestar homenagem póstuma à memória de Francisco Rodolfo Simch, com inserção do retrato do professor no quadro de formatura dos bacharelados] Porto Alegre, 6 de outubro de 1939

Acervo Privado de Francisco José Simch Jr.

Passaporte de Francisco José Simch, emitido pelo antigo Império Austro-húngaro.

Fotografias.

Arquivo do Instituto Martius Staden

DEUTSCHE ZEITUNG. **Ref. Franz Josef Simch.** Objeto glb., mo. 72/1. Arquivo da Sociedade Hans Staden de São Paulo. Arquivo do Instituto Martius-Staden.

Lista de passageiros do navio sueco Arvid, com partida do porto de Hamburgo, Alemanha, em junho de 1873, p.637-638.

CORREIO DO POVO. **Pe. Milton Valente.** O ensino e a pesquisa. 27/07/1975. Objeto glb, nº 527/2. Arquivo da Sociedade Hans Staden de São Paulo. Arquivo do Instituto Martius-Staden.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. AHRS, APAVB, Maço 1, doc. 75.

Praço Colonial nº13, Colônia de Santa Cruz, Linha Entrada de Rio Pardinho, p.117, 29/04/1876.

Arquivo Nacional

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Bicalho, Francisco de Paula**. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/bicalho-francisco-de-paula-1847-1919>. Acessado em 23/05/2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Escolas de aprendizes artífices**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/1114-escolas-de-aprendizes-artifices>. Acessado em 10/05/2023.

MAPA, Memória da Administração Pública Brasileira. João Pandiá Calógeras, 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/862-joao-pandia-calogeras>. Acessado em 23/04/2022.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS

Inventário de Oscar Marc. Inventariante: Clélia Simch Marc. Porto Alegre, 3º Cartório do Cível e Comércio. APERS, N17186, M75, E36, 1964.

PROCESSO DE INVENTÁRIO. Processo nº 74 de Inventário de Carlos Wild. Inventariante: Carolina Wild. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS, 1908.

PROCESSO DE INVENTÁRIO. Processo nº 742 de Inventário de Francisco José Simch. Inventariante: Emma Wild Simch. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS, 1929. C DO CÍVEL N7.42, M18, 1929. JUIZO DISTRICTAL DO TERMO DA CAPITAL. 6ª CLASSE. JURISDICÇÃO DO CÍVEL. 1º CARTÓRIO DO CÍVEL E CRIME. ESCRIVAO ANDRADE PRATES. INVENTÁRIO. EMMA WILD SIMCH INVENTARIANTE. FRANCISCO JOSÉ SIMCH FALLECIDO. AUTUAÇÃO EM 02/01/1929

PROCESSO DE EXECUÇÃO JUDICIAL. Processo nº Processo de Execução Judicial nº 3492. Juízo Districtal da Séde do Municipio da Capital. Jurisdição Comemrcial. Escrivão Francisco de Paula Guedes. Exequente: Francisco José Simch. Executado: Horst Hoffmann. Autuação 422, 116, 1, APERS, 12/10/1903.

RIO GRANDE DO SUL. Inquérito de homicídio culposo. Juízo da Comarca da 1ª Vara Crime da Cidade de Porto Alegre. 1º Cartório do Juri. Escrivão: Dr. Dutra. Autor: A

Justiça. Réus: Antonio da Silva Andrade e Oscar Costa Flores. Vítima: Dr. Francisco Rodolfo Simch. Autuação: ano de 1937, Porto Alegre. Delito: homicídio culposo. Pena: arquivado. CART. Juri, N3442, M215, E29, APERS, 1937.

Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 5.758, de 28 de novembro de 1934** [crea a Universidade de Porto Alegre]. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2005.758.pdf>.

Acessado em 06/05/2023.

Relatórios da SOP (1895-1930)

RIO GRANDE DO SUL. Directoria de Agricultura, Indústria e Commercio. **Relatório parcial da 4ª Secção** (Geologia e Mineralogia), p.947- [relatório de Francisco Rodolfo Simch sobre o que aconteceu em 1929, no Serviço Geológico e Mineralógico, depois de 2 de janeiro de 1919, quando foi extinta a Diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico, no âmbito da reorganização da Secretaria de Obras Públicas, passando a ser uma seção da Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio, em maio de 1929/1930]

RIO GRANDE DO SUL. Serviços de Transportes entre Palmares e Torres. **Relatório apresentado ao Engº Diretor da Viação Fluvial**, Dr. Carlos Torres Gonçalves, em 31 de março de 1930, por Martimiano Leal, Fiscal do Governo do estado. P.719- [relatório sobre as atividades de fiscalização dos Serviços de Transportes arrendados à firma Edmundo Dreher & Cia., de Porto Alegre, que passou a se chamar Empresa de Transportes entre Palmares e Torres, entre 15 de maio e 31 de dezembro de 1929], p.719-727

RIO GRANDE DO SUL. **Annexo n.3**. Directoria de Obras Publicas, Terras e Colonização em Porto Alegre, 3 de julho de 1895. Relatório apresentado ao sr. Dr. Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas por Alfonso Hebert, Diretor Interino de Obras Públicas. [sobre a criação da Directoria de Obras Públicas, Terras e Colonização, compreendendo duas seções: 1ª seção: de Obras Públicas e 2ª seção: de Terras e Colonização, sendo nomeado como chefe da 2ª seção, em 31 de janeiro, o agrimensor Francisco José Simch e, não sendo preenchido o cargo de direção de Obras Públicas, foi nomeado interinamente Affonso Hebert].p.39-43

RIO GRANDE DO SUL. **Annexo n.6**. Directoria de Obras Publicas, Terras e Colonização em Porto Alegre, 15 de junho de 1895. Relatório apresentado por Francisco José Simch, Chefe da 2ª Seção de Terras e Colonização. [apresenta informações sobre os trabalhos e as despesas realizadas pelas comissões de terras do estado e hospedaria geral de imigrantes, entre 1º de janeiro e 30 de junho].p.75-93

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório dos Negócios das Obras Públicas**, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado, pelo Secretario de Estado João Joé Pereira Parobé. Porto Alegre: Officinas Typographicas d'A

Federação, 1896. [sobre a manutenção da organização da secretaria, dada pelo ato n. 15 de 31 de janeiro de 1895, dividida em três diretorias: a Diretoria Central, a Direção de Obras Públicas, Terras e Colonização e a Direção de Viação, continuando em serviço o diretor Affonso Hebert e o chefe da seção de terras Francisco José Simch], p.5., 1896

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Diretoria de Obras Públicas.** Ao Sr. Dr. Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em Porto Alegre, 7 de julho de 1896. [sobre a manutenção dos cargos do Pessoal da Directoria, inclusive o cargo efetivo de chefe da 2ª seção do agrimensor Francisco José Simch]

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Secção de Terras Públicas e Colonização.** 2ª seção, Estado do Rio Grande do Sul. Ao Exm. Sr. Dr. João José Pereira Parobé, Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas. Porto Alegre, 15 de julho de 1896. [informa sobre os trabalhos e despesas realizadas nas comissões de terras e hospedaria de imigrantes no Cristal, no período entre 1º de julho de 1895 a junho de 1896]

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Diretoria de Obras Públicas.** Terras Publicas e Colonização. Porto Alegre, 30 de julho de 1896. Dr. João José Pereira Parobé, Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas. [sobre a verificação de posses em Santa Cruz pelo chefe de seção da Diretoria de Obras Públicas, o agrimensor Francisco José Simch] P.9-10.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Comissão verificadora de posses e de discriminação de terras publicas em Santa Cruz,** em 28 de junho de 1898. Ao Dr. João José Pereira Parobé, Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas. Por Francisco José Simch, chefe da comissão. [informa sobre os trabalhos de campo realizados na zona sobre a divisa Oeste e Noroeste da ex-colônia de Santa Cruz com o município de Rio Pardo], p.96-114

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Diretoria de Obras Públicas.** Pelo Dr. João José Pereira Parobé, Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas. Porto Alegre, 31 de julho de 1899.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório ao Dr. João José Pereira Parobé,** Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, pelo Chefe da Comissão de Terras e Colonização, Nelson Coelho Leal. [sobre a nomeação do novo chefe da comissão, em 2 de dezembro de 1898, em substituição a Francisco José Simch, e andamento do assunto da verificação das posses em Santa Cruz] p.225-234, 1899

Biblioteca Nacional do Brasil

RODRIGUES, João Barbosa. ***Sertum palmarum brasiliensium*** : ou Relation des palmiers nouveaux du Brésil, découverts, décrits et dessinés d'après natures : volume 2. Bruxelles [Bruxelas, Bélgica] : Imp. typ. veuve Monnom, 1903. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon103515/icon103515.html. Acessado em 16/06/2022.

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da 3ª zona da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Certidão de óbito de Alice Nunan Simch. Livro C-16, folhas 155, nº 12.515. Registro e óbito em 26/06/1943, declarado pelo genro, então Capitão do Exército Nemesio Gay de Campos.

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da 4ª zona da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Certidão de óbito de Francisco Rodolfo Simch. Livro C-28, folha 97v, nº 22.541. Registro em 26/10/1937 do falecimento ocorrido em 25/10/1937, declarado pelo Doutor Heitor Ayres Pinheiro Machado.

Cartório de Vila Rica 1º Registro Civil de Ouro Preto, Minas Gerais

Certidão de casamento de Francisco Rodolfo Simch e Alice Ubaldina Brandão Nunan. Livro 01-B, folha 190, Termo 21. [sobre o casamento realizado em 15/08/1896, às seis horas da tarde, na residência da mãe da noiva, Thereza de Jesus Brandão Nunan, viúva. A residência situava-se à rua do Pilar, nº25. Foram testemunhas Doutor Thomaz Brandão, advogado, 42 anos, e Augusto Berardo Nunan, 21 anos de idade, negociante, ambos residentes em Ouro Preto]

Hemeroteca Digital

A FEDERAÇÃO, 1903, p.2, ed. 270. **Intendência municipal**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/13913>. Acessado em 02/03/2020.

A FEDERAÇÃO, 1903, p.2, ed. 58. **Felicitações**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/14760> . Acessado em 02/03/2020.

A FEDERAÇÃO, 1903, p.2, ed.269. **Felicitações**; Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/14756>, acessado em 20/02/2020).

A FEDERAÇÃO. **A assinatura do contrato para construção do entreposto frigorífico desta capital foi realizada ontem na Secretaria das Obras Públicas**. Porto Alegre, ed.123, 30 de maio de 1934, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75549>. Acessado em 24/02/2021

A FEDERAÇÃO. **A Mina de Carvão de Gravatahy**: o teor do contracto da sua sublocação. Porto Alegre, edição 157, 7 de julho de 1925, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/56397>. Acessado em 03/02/2020.

A FEDERAÇÃO. **A sublocação da mina de carvão de Gravatahy**. Porto Alegre, edição 175, 29 de julho de 1925, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/56541> . Acessado em 03/02/2020.

A FEDERAÇÃO. **A vontade do Rio Grande**. Porto Alegre, ed.256, 7 de novembro de 1933, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/74114>. Acessado em: 12/03/2021

A FEDERAÇÃO. **Actos officiaes do poder executivo do Estado**. Porto Alegre, ed.271, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76842>. Acessado em: 13/04/2020.

A FEDERAÇÃO. **Administração do Porto**. 1931, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/68365>. Acessado em: 10/10/2020.

A FEDERAÇÃO. **As homenagens que foram prestadas hoje ao dr. Borges de Medeiros**. Porto Alegre, 23 de janeiro de 1928, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/63116>).

A FEDERAÇÃO. **Aspecto da questão econômica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 8 de março de 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/18766>. Acessado em: 12/03/2020.

A FEDERAÇÃO. **Assumptos de tungstênio**. Porto Alegre, 1928, ed.10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/63782>. Acessado em 10/05/2021

A FEDERAÇÃO. **Aviso**. Porto Alegre, edição 47, 27 de fevereiro de 1900, p.3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/11470?pesq=%22francisco%20josé%20simch%22>. Acessado em 03/02/2021.

A FEDERAÇÃO. **Collegio Ivo Affonso Corseuil**. Porto Alegre, 1895, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/9409?pesq=corseuil%20simch>. Acessado em 23/03/2020

A FEDERAÇÃO. **Concerto Schwarz Filho**. Porto Alegre, edição 185, 12 de agosto de 1915, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/37106388926/I0032463-20Alt=001877Lar=001330LargOri=004666AltOri=006585.JPG>. Acessado em: 26/06/2021.

A FEDERAÇÃO. **Decreto nº 5.644, de 12 de julho de 1934**. Crêa a Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ed.159, 12 de julho de 1934, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75818>. Acessado em 10/10/2019.

A FEDERAÇÃO. Diário Oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Órgão do Partido Republicano Liberal. **Um jantar de cordialidade teuto-brasileira**. Porto Alegre, edição 107, Ano L, 8 de maio de 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72931>. Acessado em: 02/02/2018.

A FEDERAÇÃO. **Estrada de Ferro “Rio Grande Nordwest-Bahn”**. Porto Alegre, edição 121, 24 de maio de 1901, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/12945?pesq=simch%20henrique%20schuler>. Acessado em 09/02/2021.

A FEDERAÇÃO. Governo do Estado. Secretaria de Obras Públicas. **Despachos**. Porto Alegre, edição 167, 19 de julho de 1906, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/388653/17983> . Acessado em 04/02/2021.

A FEDERAÇÃO. Governo do Estado. Secretaria de Obras Públicas. **Despachos**. Porto Alegre, edição 180, 4 de agosto de 1903, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/14401?pesq=nordwestbahn> . Acessado em 09/02/2021.

A FEDERAÇÃO. Indicações. **Mineração**. Anno 1902. Ed. 153. 3 de julho de 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1597202241938/I0013077-20Alt=001913Lar=001330LargOri=004797AltOri=006901.JPG>. Acessado em 20/06/2020.

A FEDERAÇÃO. **Intendência**. Porto Alegre, 10 de março de 1903, ed. 58, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/13913>. Acessado em 10/05/2019.

A FEDERAÇÃO. **Justa homenagem**. Porto Alegre, edição 110, 14 de maio de 1909, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3010809217035/I0021528-20Alt=001927Lar=001330LargOri=004811AltOri=006972.JPG>. Acessado em 03/02/2020.

A FEDERAÇÃO. **Kaolin**. Porto Alegre, edição 48, 28 de fevereiro de 1900, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/11473?pesq=francisco%20jose%20simch>. Acessado em 09/02/2021.

A FEDERAÇÃO. **Movimento de passageiros**. Porto Alegre, edição 47, 26 de fevereiro de 1894, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/8950?pesq=%22francisco%20josé%20simch%22>. Acessado em 03/02/2021.

A FEDERAÇÃO. **Necrologia**: Francisco José Simch. Ed. 268, p.2, 23 de novembro de 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/65301>. Acessado em 12/10/2022.

A FEDERAÇÃO. **Novas consagrações**. 1903, ed.253, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/14693>. Acessado em 02/01/2020.

A FEDERAÇÃO. **O apelo do Rio Grande do Sul ao General Flores da Cunha.** Porto Alegre, 24 de novembro de 1933, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/74227>. Acessado em 10/12/2022.

A FEDERAÇÃO. **O contracto de Gravatahy.** Porto Alegre, edição 158, 8 de julho de 1925, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/56405>. Acessado em 10/02/2020.

A FEDERAÇÃO. **O encerramento dos trabalhos do Conselho Consultivo do Estado.** Porto Alegre, ed.297, 29 de dezembro de 1934, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77065>. Acessado em 10/05/2022.

A FEDERAÇÃO. **O preço dos metaes.** Porto Alegre, edição 184, 9 de agosto de 1916, p.6. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/34739>.

A FEDERAÇÃO. **O programa de realizações do Rio Grande do Sul.** Foi inaugurada, hoje, a ligação da via férrea ao caes do porto. Porto Alegre, 17 de maio de 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72982>. Acessado em 10/04/2021.

A FEDERAÇÃO. **O tungstenio.** Porto Alegre, edição 123, 29 de maio de 1917, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/36590>. Acessado em 16/01/2023.

A FEDERAÇÃO. Orgam do Partido Republicano. 31 de agosto de 1899. N. 200. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1597202241938/10010947-20Alt=001902Lar=001330LargOri=004681AltOri=006693.JPG>. Acessado em 10/02/2020.

A FEDERAÇÃO. Orgam do Partido Republicano. **Faculdade de Direito.** Ano 1907, ed.164. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/2640309001995/10019222-20Alt=001890Lar=001330LargOri=004880AltOri=006936.JPG>. Acessado em 18/06/21.

A FEDERAÇÃO. Orgam do Partido Republicano. **Faculdade de Direito:** a kermesse de amanhã. Ano 1907, ed.239. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/2640309001995/10019524-20Alt=001862Lar=001330LargOri=004949AltOri=006928.JPG>. Acessado em 18/06/21.

A FEDERAÇÃO. **Registro de nascimentos.** Porto Alegre, edição 200, 31 de agosto de 1899, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/10947?pesq=%22%20simch%22>. Acessado em 03/02/2021.

A FEDERAÇÃO. **Reorganização de secretaria.** Porto Alegre, edição 31, 5 de fevereiro de 1895, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/9496?pesq=%22francisco%20josé%20simch%22>. Acessado em 03/02/2021.

A FEDERAÇÃO. **Restauração da Legalidade**. Porto Alegre, edição 152, 7 de julho de 1892, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/7597?pesq=%22francisco%20josé%20simc h%22>. Acessado em 03/02/2021.

A FEDERAÇÃO. **Secção livre**. Aos meus amigos. Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1906, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/17474>. Acessado em: 10/06/2020

A FEDERAÇÃO. **Secretaria de Estado das Obras Públicas**. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. Edital. Porto Alegre, edição 54, 3 de março de 1924, p.10. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/52942> . Acessado em 02/02/2020.

A FEDERAÇÃO. Secretaria de Estado das Obras Públicas. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. **Edital**. Porto Alegre, edição 77, 31 de março de 1924, p.6. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53032>;

A FEDERAÇÃO. Secretaria de Estado das Obras Públicas. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. **Edital**. Porto Alegre, edição 90, 15 de abril de 1924, p.11. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53120>;

A FEDERAÇÃO. Secretaria de Estado das Obras Públicas. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. **Edital**. Porto Alegre, edição 94, 22 de abril de 1924, p.14. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53235>;
<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53282>;

A FEDERAÇÃO. Secretaria de Estado das Obras Públicas. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. **Edital**. Porto Alegre, edição 95, 23 de abril de 1924, p.6. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53288>;

A FEDERAÇÃO. Secretaria de Estado das Obras Públicas. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. **Edital**. Porto Alegre, edição 106, 7 de maio de 1924, p.12. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53288> ;

A FEDERAÇÃO. Secretaria de Estado das Obras Públicas. Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico. **Edital**. Porto Alegre, edição 110, 12 de maio de 1924, p.12. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53414>).

A FEDERAÇÃO. **Serviço eleitoral** (eleitores municipais, 3ª secção). Porto Alegre, edição 234, 4 de outubro de 1895, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/10417>. Acessado em 16/01/2023.

A FEDERAÇÃO. **Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul**. Edital. Porto Alegre, ed. 232, 10 de outubro de 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76504>. Acessado em 25/01/2022.

A FEDERAÇÃO. Várias. **Congresso Nacional de Carvão**. Porto Alegre, Ed. 258, 8 de novembro de 1922, p.5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/49779>. Acessado em 20/08/2022.

A FEDERAÇÃO. Vida social. **Veranistas**. Porto Alegre, ed.39, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/74855>. Acessado em 10/10/2022.

A NOITE. **O máximo problema**. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1931. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_03/6059. Acessado em 07/06/2022).

A NOITE. **O novo processo de fabricação de ferro**. A visita do Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1931. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_03/6059. Acessado em 07/06/2022).

A TRIBUNA. **Krupp e o kruppismo**. São Paulo, 1918, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/153931_00/30987. Acessado em 10/04/2021.

ALMANAK HENAULT. **Preiss, Wiedemann e Cia**. Rio de Janeiro, 1910, p.1121. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/709930/2457>. Acessado em 12/02/2020.

BRAZIL-FERRO-CARRIL. **Construção da E. F. Giruá – Porto Mauá**. Rio de Janeiro: 16 de fevereiro de 1933, edição 778, 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/161730/34989>. Acessado em 16/01/2023.

BRAZIL-FERRO-CARRIL. **Erro de orientação das construções ferroviárias: a responsabilidade do poder público (construções ferroviárias abandonadas e reiniciadas após vários anos), variante Barreto – Gravatahy**. Rio de Janeiro: 16 de fevereiro de 1933, edição 862, 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/161730/37903>. Acessado em 16/01/2023.

BRAZIL-FERRO-CARRIL. **Força e luz**. Rio de Janeiro, 18 de março de 1925, edição 382, 1926, p.88. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/161730/17844>. Acessado em 12/01/2023.

BRAZIL-FERRO-CARRIL. **Industrias extractivas: carvão**. Rio de Janeiro: 16 de julho de 1922, edição 264, 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/161730/11455>. Acessado em 10/01/2023.

BRAZIL-FERRO-CARRIL. **Minas de carvão de Gravatahy**. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1926, edição 442, 1926, p.70. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/161730/20777>. Acessado em 16/01/2023.

BRAZIL-FERRO-CARRIL. **O tungstênio**. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1917, edição 141, 1917, p.224. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/161730/5254>. Acessado em 12/01/2023.

DIÁRIO CARIOCA. **O tungstênio no Brasil**. Wolframita. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1933, p.8. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/11055. Acessado em 12/03/2020.

DIÁRIO DE MINAS. **Propriedade de uma sociedade anonyma**. 20 de agosto de 1899. Anno I. Nº 195. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/252602844202/I0000728->

20Alt=001846Lar=001330LargOri=004449AltOri=006175.JPG. Acessado em 10/10/2019.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Rio Grande do Sul**. Recife, 18 de maio de 1901, p.2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/2294?pesq=simch. Acessado em 11/02/2021.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Relação de passageiros do paquete a vapor francez Béarn**, entrado a 17 do corrente. Ed. 167. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1861, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/14450. Acessado em 10/10/2019.

JORNAL DO BRASIL. **A sublocação da Mina de Carvão de Gravatahy**. Rio de Janeiro, edição 171, 18 de julho de 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/39255. Acessado em: 20/02/2021.

JORNAL DO BRASIL. **Candidatos á Constituinte do Rio Grande do Sul**. A Comissão Diretora do Partido Liberal examinou mais de 50 nomes. Rio de Janeiro, ed.145, 20 de junho de 1934, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/44294. Acessado em 18/08/2022.

JORNAL DO BRASIL. **Planos alemães para levar a efeito uma infiltração econômica na Europa e na América Latina**. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1945, p.10. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/34168.

MENSAGEM do Presidente do Estado para a Assembleia do Rio Grande do Sul. Edição 1., de 25 de setembro de 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2195>. Acessado em: 10/04/2021.

MENSAGEM do Presidente do Estado para a Assembleia do Rio Grande do Sul. Edição 1., de 27 de setembro de 1926, p.36. Serviço Mineralógico e Geológico. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2230>. Acessado em: 10/04/2021.

MENSAGEM do Presidente do Estado para a Assembleia do Rio Grande do Sul. Edição 1., de 27 de setembro de 1926, p.68. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2260>. Acessado em: 10/04/2021.

MENSAGEM do Presidente do Estado para a Assembleia. 1930, p.117-118. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2716> . Acessado em 20/04/2020.

MENSAGEM do Presidente do Rio Grande do Sul à Assembleia. P.22. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/511>. Acessado em 20/10/2020.

MENSAGEM do Presidente do Rio Grande do Sul à Assembleia. P.24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873780/2425> . Acessado em 20/10/2020.

MENSAGEM enviada à Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 1ª Sessão Ordinária

da 7ª Legislatura, em 20 de setembro de 1913. Porto Alegre: Oficinas typographicas d" A Federação", 1913, p.35-36. Disponível em:

http://memoria.bn.br/pdf/720500/per720500_1913_00001.pdf. Acessado em: 23/05/2020

MINAS GERAES. **Grave conflito**. Ouro Preto, 13 de julho de 1897, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/12466>. Acessado em: 10/12/2020.

MINAS GERAES. **Guarda Nacional**. Ouro Preto, 8 de maio de 1897, ed.121. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/11952>. Acessado em 12/10/2020.

MINAS GERAES. **Julgamentos**. Petições de habeas corpus. Ouro Preto, 20 de junho de 1987, ed. 162. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/12277>. Acessado em 10/10/2020.

MINAS GERAES. Orgam Oficial dos Poderes do Estado. **Externato do Gymnasio Mineiro**. Ano 1895, ed. 278. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4450902780529/10007908-20Alt=001828Lar=001330LargOri=003201AltOri=004399.JPG>. Acessado em 10/05/2021. Ouro Preto, 16 de outubro de 1895.

MINAS GERAES. Órgao Official dos Poderes do Estado. Governo do Estado. **Actos do Presidente**. Nº 68. 16 de março de 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4773306270345/10016066-20Alt=001752Lar=001330LargOri=003442AltOri=004533.JPG>. Acessado em 20/05/2019.

MINAS GERAES. Órgao Official dos Poderes do Estado. Governo do Estado. **Actos do Presidente**. Nº 276. 19 de outubro de 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4773306270345/10017258-20Alt=001699Lar=001330LargOri=003481AltOri=004448.JPG>. Acessado em 20/03/2021.

MINAS GERAES. Órgao Official dos Poderes do Estado. **Hóspedes e viajantes**. Nº 270. 12 de outubro de 1899. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4773306270345/10017230-20Alt=001709Lar=001330LargOri=003432AltOri=004411.JPG>. Acessado em 20/05/2018.

O 14 DE JULHO. **Fuga de presos**. Caxias do Sul, n.102, 31 de maio de 1904, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/882550/382?pesq=francisco%20josé%20simch>. Acessado em 04/02/2021.

O BRAZIL. Orgam do Partido Republicano. **Os alumnos do 6º anno do "Instituto Julio de Castilhos", de Porto Alegre, virão a Caxias**. Caxias do Sul, 27 de agosto de 1910, n.73. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/882534/1562>. Acessado em 04/02/2020.

O ESTADO DE MINAS. **Gymnasio Mineiro**. Anno VII. Nº 451. Ouro Preto, Minas Gerais. 10 de abril de 1896. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3750407425762/10000932-20Alt=001998Lar=001330LargOri=004042AltOri=006072.JPG>. Acessado em 10/01/2020.

O MALHO. **Grupo feito, em Porto Alegre, em 1927, por ocasião do vigésimo aniversário de formatura dos bacharéis de 1907, da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre**. Rio de Janeiro, edição 39, 1943. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/116300/95476>. Acessado em 10/01/2019.

O MALHO. **Quadro de formatura dos Bacharelados da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, que colaram grau em dezembro de 1907**. Rio de Janeiro, edição 39, 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/95474>. Acessado em 10/01/2019.

O MUNDO LITTERARIO. Revista de propaganda da Livraria Universal de Echenique & Comp, Pelotas, Rio Grande do Sul. **Obras de Direito**. N.4, dezembro de 1920, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/174068/2569>. Acessado em 04/02/2020.

O PAIZ. **Interesse tedesco**. Rio de Janeiro, 1916, p.2. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/32636?pesq=kruppismo. Acessado em 10/04/2021.

O PALADINO, Orgam dos Funcionarios Publicos. **Caixa de Auxilios Mutuos**. Porto Alegre, 1º de julho de 1910, p.1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/810193/221?pesq=simch>. Acessado em 11/02/2021.

O REPUBLICANO. **Dr. Francisco Rodolfo Simch e Affonso Antonio Rodrigues, advogados**. São Sebastião do Caí, 3 de janeiro de 1909, ed.196, ano IV. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/213934/142?pesq=simch>. Acessado em 11/02/2021.

O REPUBLICANO. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Coronel Pedro A. Gonçalves de Carvalho**. 4º Districto. Anno VII. Nº 142, 1911. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/2496203468439/10000695-20Alt=001943Lar=001330LargOri=003855AltOri=005632.JPG>. Acessado em 02/01/2020.

O REPUBLICANO. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Coronel Pedro A. Gonçalves de Carvalho**. 4º Distrito. Ano VII, nº 342, 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213934/695>. Acessado em: 22/05/2023.

O SEMANÁRIO. **A União Nacional dos Estudantes denuncia**: verdadeiro escândalo público, a concessão á “Ferrostaal”! Semana de 2 a 8 de abril de 1959, nº 153, Ano IV. Disponível em:

http://memoria.bn.br/pdf/149322/per149322_1959_00153.pdf. Acessado em 16/01/2023.

PACOTILHA, jornal da tarde. **Pelos estados**. Rio Grande do Sul (datas até 25 de maio). 18 de junho de 1908. Maranhão, edição 144, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/168319_01/32461?pesq=simch . Acessado em 11/02/2021.

REVISTA DAS ESTRADAS DE FERRO. **O início da aviação sem motor em Porto Alegre**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/142204/7629>. Acessado em 12/08/2019

VARGAS, Getúlio. **Perfil de Francisco Rodolfo Simch**. In: O DEBATE, nº 9, 12 de junho de 1907.

Portal da Presidência da República

BRASIL. **Decreto nº 6.026, de 6 de novembro de 1875** [Crêa uma Escola de minas na Província de Minas Geraes, e dá-lhe Regulamento]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim6026.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.026%2C%20DE%206%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201875.&text=Cr%C3%AAa%20uma%20Escola%20de%20minas,%2C%20e%20d%C3%A1%20lhe%20Regulamento. Acessado em: 05/12/2019.

BRASIL. Decreto nº 15.211 de 28 de dezembro de 1921 [Aprova o regulamento relativo á propriedade e a exploração das minas]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d15211.htm. Acessado em 20/02/2020).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE

BERNARDES, Nilo; JABLONSKY, Tibor. **Thalweg em Wagner (BA)**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=412374&view=detalhes>. Acessado em 29/04/2023.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, IPHAN

MOURÃO, Rui. Crime em Ouro Preto. In : IPHAN. Ministério da Cultura. **Isto é Inconfidência**. Ano VI, nº13, 2004. Disponível em: <https://museudainconfidencia.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/edi%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-13-ano-VI-2004.pdf>. Acessado em 12/12/2021. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2004, p.4-5.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE).

Bem tombado: Biblioteca Pública, Proc. 01125-25.00/SCDT-82, 1982, fl.25.

Disponível em:

<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15904>.

Acessado em 12/05/2023.

Revistas

ACTAS das sessões efetuadas no decorrer do anno de 1923. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. I e II Trimestre. Anno III. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1923.

SIMCH, Francisco Rodolfo. Physiographia do Rio Grande do Sul. In: REVISTA DO IHGRGS, 1924, p.61. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IHGRGS

Correspondências

Carta de renúncia da Presidência do IHGRGS por Francisco Rodolfo Simch ao Vice-Presidente Leonardo Macedônia, em 1935, e outras correspondências. Correspondência passiva (03/03/1934-23/12/1935).

Relatórios da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros**, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, em 12 de agosto de 1905. Porto Alegre: Oficinas typographicas d' "A Federação", 1905.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas**. Porto Alegre: L.P. Barcellos & Cia – Livraria do Globo, 1908. Relatório da Diretoria de Viação, apresentado por João Luís de Faria Santos, Director de Viação. Canal de Porto Alegre a Torres [sobre retomada de projeto de construção de um canal entre Porto Alegre e Torres, passando pelas lagunas, nas circunstâncias da missão da França na América Latina]. P.206

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas**. Porto Alegre: L.P. Barcellos & Cia – Livraria do Globo, 1908. Relatório da Diretoria de Viação, apresentado por João Luís de Faria Santos, Director de Viação. Canal de Porto Alegre a Torres. Planta do rio Vaccacahy. Organizada de acordo com os documentos existentes no arquivo da Secretaria das Obras Publicas. Escala 1:500.000

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr, Dr. Getulio Vargas**, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Eng^o Civil João Fernandes Moreira, em 31 de maio de 1928. 1^o volume. Porto Alegre: Oficinas Graphics d' "A Federação", 1928.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao III^o Exm^o Snr^o Dr. Secretario de Estado dos Negocios de Obras Publicas**, pelo Eng^o de Minas Francisco Rodolfo Simch, Director do Serviço Mineralógico e Geológico, em 15 de junho de 1928, p.518-532.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros**, Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. 2^o vol. Serviço Geologico e Mineralogico. P.20 [sobre a rescisão, em 20 de janeiro de 1926, de comum acordo, do contrato para sublocação da mina de carvão de pedra do Gravataí, restabelecendo, por decreto nº 3.594, de 22 de janeiro de 1926, a diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico por Francisco Rodolfo Simch].

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros**, Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. 2^o vol. Canaes interiores. p.125-126 [relatório do Chefe da Comissão de Dragagem dos Canaes Interiores, Eng. Antonio Rocha Meirelles Leite, sobre os serviços de conservação dos canais interiores: aprofundamento dos canais e recebimento de propostas, bem como autorização de aquisição de carvão Cardiff da Wilson, Sons & Cia]

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros**, Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. 2^o vol. Transportes ferroviários e lacustres. Pelo Diretor J. L. Faria Santos. [sobre as obras referentes ao transporte ferroviário e lacustre entre Palmares e Torres: conservação da estrada de rodagem Estácio-Torres, draga Itapeva, compra de dormentes, encomenda da draga Castilhos, construção do porto da Cachoeira, de um desvio da ferrovia da estação de Passinhos, compra de um caminhão Dodge, desobstrução do arroio Pinguella, projeto de armazém para o porto do Estácio, compra das balieiras Carlinda e Geralda, para a colônia de pescadores de Torres, construção de casa para o posto fiscal de Cornelios, instalação de postos telefônicos em João Pedro, Cornelios, Três Forquilhas, entre outros],p.126

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado à Comissão das Obras do Porto de Porto Alegre**, em Porto Alegre, 30 de abril de 1927, ao Eng^o João Luiz de Faria Santos, Director da Viacção Fluvial da capital, pelo Eng^o Chefe A. A. Borges. [sobre a construção das docas, encomenda de armazéns para montagem, aquisição de guindastes, calçamento e assentamento de canos de cimento para o escoamento das águas pluviais, remodelamento da rede elétrica do porto, linhas férreas, pedreiras e areal do Cristal para alvenaria, usina elétrica da pedreira, oficinas, usina elétrica da Praça da Harmonia, posto de socorro, fabricação de canos de cimento, sondagens geológicas no alinhamento do projetado muro da praia de Belas, sondagens hidrográficas do litoral entre o Mercado Público e a estação da Via Férrea do Rio Grande do Sul e levantamentos topográficos] p.149-162

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Comissão de Dragagem dos Canais Interiores**, referente ao ano de 1926, em Porto Alegre, 4 de junho de 1927, ao Eng. Director da Viação Fluvial. [sobre o estado dos canais, trabalhos de conservação dos canais da barra do São Gonçalo, Feitoria e Sangradouro, manutenção do material naval, entre outros] P.258-265

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do Eng. Chefe da 2 Secção Raul Bordini**, interino (Serviços de Transportes ferroviários e lacustres entre Palmares e Torres, Arroio Capivary, Barragem do Cahy e quadros anexos), sobre o ano de 1926. À Directoria da Viação Fluvial, Eng. João Luiz Faria Santos, Director da Viacção Fluvial, em Porto Alegre, 31 de maio de 1927. [sobre a linha Palmares-Conceição, os portos de Cachoeira, Três Forquilhas, Estácio e Cornelios, a linha de caminhões do Estácio a Torres, a linha telefônica de Conceição do Arroio a Três Forquilhas, a dragagem das Malvas e do rio Maquiné, do Canal do Caconde, da Bacia do porto de Conceição do Arroio, o trabalho realizado pelas dragas Garibaldi, Itapeva, Peixoto, e pelos batelões lameiros, a fixação de dunas em Caconde e Marcellino, Tramandaí e Torres, serviços diversos, e a barragem do Cahy: estudos do rio Cahy, barragem "Rio Branco"] p.298-308

RIO GRANDE DO SUL. **Quadros sobre viação de rodagem**. Directoria de Terras e Colonização. Schema dos trabalhos de colonização. Schema de Viação, especialmente da zona norte. Dados estatísticos (12º esboço). Organizado pelo Eng. C. Torres Gonçalves. Desenhado por Ernani F. Muzell. Escala 1: 2.000.000. Anexo do Relatório Annual de 1926, em 1927. P.477

RIO GRANDE DO SUL. **Minas de Carvão de Gravatahy**. Relatório da Directoria do Serviço de Mineralogia e Geologia. Porto Alegre, 31 de maio de 1927. Ao Secretario de Estado dos Negocios de Obras Publicas. Por Francisco Rodolfo Simch, Director do Serviço de Mineralogia e Geologia. [sobre as atividades entre 26 de janeiro de 1926 a 31 de dezembro de 1926, depois do restabelecimento do Serviço de Mineralogia e Geologia, posterior à paralisação em 1923, na ocasião da Revolução de 1923. Nomeação de José Cailar Barreto Vianna como escriturário, exonerado a pedido em julho por motivos de saúde e substituído por Pedro Ivo Gonçalves da Cunha. Detalhamento da extensão das galerias, do revestimento, da técnica de desmonte do carvão de pedra, das peneiras, cálculo da quantidade de carvão extraído, estado das oficinas e depósitos, descarga de cinzas, retirada de águas do subsolo, transporte no subsolo, detalhamento de despesas, argumentação sobre o interesse em investir em sistemas de irrigação e prospecção de nafta e petróleo, cobre, wolfram e estanho]. P.547-554

RIO GRANDE DO SUL. **Minas de Carvão de Gravatahy**. Relatório da Directoria do Serviço de Mineralogia e Geologia. Porto Alegre, 31 de maio de 1927. Ao Secretario de Estado dos Negocios de Obras Publicas. Por Francisco Rodolfo Simch, Director do Serviço de Mineralogia e Geologia. [sobre as atividades do primeiro semestre de 1927. Inspeção da mina pelo Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Finalização do revestimento das águas sulfo-ferruginosas. Descrição da extensão das galerias. Cessão da sonda de percussão à firma Bopp, Sassen, Ritter & Cia. Ltda. Demonstração de despesas], p.555-556.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas do Rio Grande do Sul**, apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, em 24 de agosto de 1904. Porto Alegre, Oficinas typographicas d"”A Federação”, 1904.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do Museu Júlio de Castilhos**, apresentado ao Secretario de Estado dos Negocios das Obras Públicas pelo Director do Museu Julio de Castilhos, Francisco Rodolfo Simch, em 18 de julho de 1911 (p.28-41). Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado Candido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo – L. P. Barcellos & C.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório dos trabalhos executados pela Comissão de Terras e Colonização de Jaguary**, durante o período de 1891 a 1907, apresentado á Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas pelo chefe da comissão Coronel Severiano de Sousa e Almeida. Colônia Jaguary: Tipografia “A Colonial” de J. N. Maciel de Oliveira, 1907.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros**, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana. Secretário de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. 2º vol. ANNEXO do relatório anual de 1926.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas**. Francisco de Paula Bicalho. Exposição do plano para a realização do melhoramento dos portos da República. Capítulo V. Regimen para o melhoramento de portos. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1907. Relatório anexo ao relatório de João Luiz de Faria Santos, diretor da viação. In: Porto Alegre: L.P. Barcellos & Cia, Livraria do Globo, 1908, p.246-262.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros**, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana, Secretário de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. 2º vol. BORDINI, Raul. Relatório do Eng. Chefe da 2. Secção. Serviços de Transportes Ferroviários e Lacustres entre Palmares e Torres, Arroio Capivary, Barragem do Cahy e quadros anexos. 1926. Apresentado ao Eng. João Luiz Faria Santos, Director da Viação Fluvial.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros**, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana. Secretário de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. 2º vol. Relatório da comissão das obras do porto de Porto Alegre, por Alfredo de Araújo Borges.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas**. José de Cândido Godoy. Porto Alegre: L.P. Barcellos & Cia, Livraria do Globo, 1908.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Directoria de Obras Publicas, Terras e Colonização em Porto Alegre**, 3 de julho de 1895. Relatório dos Negocios das Obras Publicas, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado, pelo Secretario de Estado João José Pereira Parobé. Anexo n.3. Alfonse Hebert. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação, 1896.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatorio**, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João José Pereira Parobé, Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas. Nelson Coelho Leal. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação, 31 de julho de 1899, p.225-234.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatorio dos Negocios das Obras Publicas**, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado, pelo Secretario de Estado João José Pereira Parobé. Relatório de Terras Publicas e Colonização. João José Pereira Parobé. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação, 1898, p.9-17.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatorio dos Negocios das Obras Publicas**, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado, pelo Secretario de Estado João José Pereira Parobé. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação, 31 de julho de 1899, p.7-15.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros**, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana. Secretário de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. 2º vol.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório apresentado ao Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros**, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana. Secretário de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. 2º vol. Relatório da Direção da Viação Fluvial apresentado por João Luiz de Faria Santos.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas**. Porto Alegre: L.P. Barcellos & Cia, Livraria do Globo, 1908. Relatório da diretoria da viação apresentado por João Luiz de Faria Santos.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Ex.mo. Sr. Dr, Carlos Barbosa Gonçalves**, Presidente do Rio Grande do Sul, pelo Secretario de Estado Candido José de Godoy em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre e Santa Maria: Oficinas tipográficas da Livraria do Globo, 1910. Relatório da diretoria da viação apresentado por João Luiz de Faria Santos.

SIMCH, Francisco José In: RIO GRANDE DO SUL. **Relatorio dos Negocios das Obras Publicas**, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado, pelo Secretario de Estado João José Pereira Parobé. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação, 1896, p.57-82. Anexo n.6. Directoria de Obras Publicas, Terras e Colonização em Porto Alegre, 15 de junho de 1895...

SIMCH, Francisco José In: RIO GRANDE DO SUL. **Relatorio dos Negocios das Obras Publicas**, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado, pelo Secretario de Estado João José Pereira Parobé. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação, 1898, p.97-114. Relatório da comissão verificadora de posses e de discriminação de terras publicas em Santa Cruz, em 28 de junho de 1898.

SIMCH, Francisco Rodolfo In: RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas**, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Eng^o Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 31 de maio de 1928, 1^o volume. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'"A Federação", 1928, p.519-529. Relatório da Directoria do Serviço Mineralogico e Geologico de 15 de junho de 1928.

SIMCH, Francisco Rodolfo. In: RIO GRANDE DO SUL. **Relatório** apresentado ao Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana. Secretário de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. 2^o vol, p.547-554. Relatório da Diretoria do Serviço de Mineralogia e Geologia do Rio Grande do Sul.

SIMCH, Francisco Rodolfo In: RIO GRANDE DO SUL. **Relatório** da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Ex.mo. Snr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário d'Estado José Barboza Gonçalves em 24 de agosto de 1907. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1907, p.227-231. Relatório do Museo Julio de Castilhos.

SIMCH, Francisco Rodolfo In: RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas**. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'"A Federação", 1930, p.947-951. Relatório parcial da 4^a secção (Geologia e mineralogia).

GONÇALVES, Carlos Torres In: RIO GRANDE DO SUL. **Relatório** apresentado ao Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana. Secretário de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. 2^o vol. Relatório da Diretoria das Terras e Colonização do Rio Grande do Sul por Carlos Torres Gonçalves.

Ministério da Economia

BRASIL. Ministério da economia. Dumping. Disponível em: [http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/205-assuntos/categ-comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/defesa-comercial-2/o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A%20Considera%2Dse%20que%20h%C3%A1,mercado%20interno%20\(valor%20normal\)](http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/205-assuntos/categ-comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/defesa-comercial-2/o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A%20Considera%2Dse%20que%20h%C3%A1,mercado%20interno%20(valor%20normal).). Acessado em: 27/05/2023).

Portal da Câmara dos Deputados

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 [Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito]. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 10/05/2023.

BRASIL. Decreto nº 7.763, de 23 de dezembro de 1909 [Altera os decretos ns 7.566 e 7.649, de 23 de setembro e 11 de novembro últimos, referentes à criação de escolas de aprendizes artífices, nas capitais dos Estados, e à nomeação de professores para os respectivos cursos noturnos - primário e de desenho]. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7763-23-dezembro-1909-525420-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 10/05/2023.

BRASIL. Decreto nº 8.787, de 16 de Junho de 1911 [Concede autorização à «Itabira Iron Ore Company, Limited», para funcionar na República]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8787-16-junho-1911-525467-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 12/03/2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.647, de 2 de setembro de 1942 [Coloca sob intervenção do Governo a firma Stahlunion Limitada, e dá outras providências]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4647-2-setembro-1942-414562-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Art.,qualquer%20dos%20Estados%20da%20Uni%C3%A3o>. Acessado em 14/01/2023.

BRASIL. Decreto nº 1718, de 17 de junho de 1937 [Institue a data comemorativa da Escola Militar]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1718-17-junho-1937-459925-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 07/06/2023.

BRASIL. Decreto nº 5.529, de 17 de janeiro de 1874 [Aprova o Regulamento para as Escolas do Exército]. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5529-17-janeiro-1874-550076-publicacaooriginal-65706-pe.html>. Acessado em: 07/06/2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942 [Encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A. e dá outras providências]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4352-1-junho-1942-414669-norma-pe.html>. Acessado em: 10/10/2020.

BRASIL. Decreto nº 4.265 de 15 de janeiro de 1921 [Regula a propriedade e a exploração das minas], 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4265-15-janeiro-1921-568703-publicacaooriginal-92061-pl.html>. Acessado em 20/02/2020).

Portal do Senado

BRASIL. **Decreto nº 4.265 de 15 de janeiro de 1921** [Regula a propriedade e a exploração das minas], 1921. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4265-15-janeiro-1921-568703-publicacaooriginal-92061-pl.html>. Acessado em 20/02/2020).

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto brasiliensis**. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 140, 2011. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573547/000970489_Pluto_brasil_iensis.pdf. Acessado em: 18/10/2021.

SANTOS, Amilcar Salgado dos. **A Imperatriz D. Leopoldina, mãe do Imperador D. Pedro II**. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Sagrado Coração de Jesus., 1927. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/593936/000017563_Imperatriz_Leopoldina_mae_Pedro_II.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 12/03/2023.

Portal da Presidência da República

BRASIL. **Decreto nº 1.746, de 13 de outubro de 1869** [Autorisa o Governo a contractar a construção, nos diferentes portos do Imperio, de dócas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação.]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL1746-1869.htm. Acessado em: 23/05/2023

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 [Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.. Acessado em 10/04/2020).

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Lei nº 1624, de 19 de julho de 1956**. Dá denominação a logradouros públicos. [Denomina a Avenida Eng. Francisco Rodolfo Simch]. Sancionada por Leonel Brizola. Disponível em: <http://leismunicipa.is/aouhf>. Acessado em: 10/10/2020.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Licença para construção de trapiche**, 1893. Disponível em: https://atom.procempa.com.br/index.php/001-000105-93-0-00893-projeto-aprovacao:isad?page=3&sf_culture=pt. Acessado em 12/05/2023.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Licença para a construção de um galpão para oficina de mármore**, 1893. Disponível em: <https://atom.procempa.com.br/index.php/001-000040-93-0-00893-projeto-aprovacao:isad?page=3>

Sites da Internet

CARVALHO, Neuza Guerreiro de. **Preços de antigamente em São Paulo**. São Paulo, minha cidade. Disponível em: <https://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/257/Precos%2Bde%2BAntigamente%2Bem%2BSao%2BPaulo>. Acessado em 12/12/2022.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. Serões e vigílias. Páginas avulsas. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952, In: MACHADO, Juremir. **Novos golpes de Lira para vender o velho como novo**. Correio do Povo, 25/08/2013. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/novos-golpes-de-lira-para-vender-o-velho-como-novo-1.305100>. Acessado em 20/10/2020.

SANTOS, Adonis dos. **Viamão: História, Lendas, Tradições, Vultos do Passado, Tipos Populares e Vida Atual**, Rogilma, Porto Alegre: Rogilma, 1965, Páginas 111-114, In: MINAS de carvão de Viamão. Reminiscências, 2020. Disponível em: <https://memoriasereminiscencia.wordpress.com/2020/11/10/minas-de-carvao-de-viamao/>. Acessado em 26/05/2023

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE. **Vida**. Disponível em: <https://www.carlosdrummond.com.br/>. Acessado em: 20/04/2023

KLEIN, Renato. **Histórias do Vale do Caí**. 31 de março de 2012. Disponível em: <http://historiasvalecai.blogspot.com/2012/03/costa-gama.html>. Acessado em 10/06/2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Obras Publicas. **Galeria de Secretários**. Disponível em: <https://obras.rs.gov.br/secretarios>. Acessado em 22/04/2023

MARQUES, Wilson. **A ação monitoria**. (Artigo 1.102 a. b. e c. do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei nº 9.079, de 14.07.95), Revista da EMERJ, v.1, n.1, 1998, p.85
https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista01/revista01_84.pdf)

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). **Mapa das jazidas de carvão mineral**. Projeto plano diretor de mineração da região metropolitana de Porto Alegre, PDM. Superintendência Regional de Porto Alegre. Escala 1:250.000. Abril de 2016. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/17388/1/mapa_jazidas_porto_alegre.pdf. Acessado em 15/03/2021.

UFMG. **Circuito cultural Vieira Servas**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/vieiraservas/apresentacao/>, Acessado em 10/04/2021).

UFMG. **João Monlevade**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/vieiraservas/municipio/joao-molevade/>. Acessado em 10/04/2021)..

SOCIEDADE DOS EX-ALUNOS DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO EM BELO HORIZONTE (SEMOP-BH). **Informativo Nº 154**. Belo Horizonte, julho de 2019. Disponível em http://semopbh.com.br/uploads/pdf/154_informativo-semop.pdf. Acessado em 10/06/2021.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Porto de Torres é viável, sim**. 05/04/2019. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/opiniao/2019/04/677960-porto-de-torres-e-viavel-sim.html. Acessado em 10/10/2019.

LES ANNALES DES MINES. **Jean Antoine Félix Dissandes de Monlevade (1791-1872)**. Disponível em: <https://www.anales.org/archives/x/monlevade.html>. Acessado em 20/04/2021

UNISINOS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. **Galeria Pe. Milton Valente**. 31 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.unisinus.br/noticias/universidade/galeria-pe-milton-valente>, Acessado em 10/10/2019.

VIVA SÃO GABRIEL. **A ponte sobre o rio Vacacaí**. Baseado na obra “São Gabriel na História”, de Aristóteles Vaz de Carvalho e Silva. 25 de novembro de 2015. Disponível em: <https://vivasao gabriel.blogspot.com/2015/11/a-ponte-sobre-o-rio-vacacai.html?m=1>. Acessado em 10/03/2020.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. **A emancipação de São Bernardo do Campo: contexto e participação popular**. Disponível em: https://www.saobernardo.sp.gov.br/busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=https%3A%2F%2Fwww.saobernardo.sp.gov.br%2Fweb%2Fsbc%2Fbusca%3Fp_auth%3DPEhMRTg5%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D1%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_state_rcv%3D1&_101_assetEntryId=1232487&_101_type=content&_101_groupId=915728&_101_urlTitle=a-rua-jurubatuba-atraves-dos-tempos&inheritRedirect=true. Acessado em: 23/04/2023.

ESTADOS UNIDOS

Internet Archive

THE LIVING AGE, 1918, p.282-286). **Krupps and Kruppism**. Disponível em: https://archive.org/details/sim_living-age_1918-05-04_297_3852/page/282/mode/2up. Acessado em 20/03/2023.

United States Holocaust Memorial Museum.

HOLOCAUST Encyclopedia. **Karl Kautsky**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/karl-kautsky>. Acessado em 26/06/2022.

National Library of Medicine

SIMCH, Carlos Alfredo. **Da craniectomia**: estudo dos meios da sua realização. Faculdade de Medicina da Bahia, em 26 de outubro de 1904, para ser defendida por Carlos Alfredo Simch, natural do Estado do Rio Grande do Sul, filho legítimo do Coronel Engenheiro Francisco José Simch e D. Emma Wild Simch, afim de obter o grau de Doutor em Medicina. Bahia: Oficinas Typographicas de Tosta & C, 1904. Digital Collections. Collection: Medicine in the Americas, 1610-1920. NLM Unique ID: 101724064. OCLC no: 1030587082. Endereço permanente: <http://resource.nlm.nih.gov/101724064>

The New York Times

THE NEW YORK TIMES. **Sir Otto Niemeyer Dead at 87**; Ex-Officer of Bank of England. Nova Iorque, 8 de fevereiro de 1971. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1971/02/08/archives/sir-otto-niemeyer-dead-at-87-exofiicer-oi-bank-of-england.html>. Acessado em 26/05/2023.

FRANÇA

Archives Départementales de la Gironde

Lista de passageiros do Porto de Bordeaux, em 1861, incluindo a família Wild, de Idar.

REPÚBLICA TCHECA

Státní oblastní archiv v Litoměřicích

Registro do nascimento de Franz Simch. MATRIKA L49/38 1826-1856, p.177-178, Acessado em 14/05/2019.

Registro de nascimento de Benedikt Simch. MATRIKA L49/37 1797-1826, p.106-107. Acessado em 14/05/2019.

Registro do óbito de Benedikt Simch. MATRIKA L49/45 1803-1875, p.90. Acessado em 14/05/2019

Státní okresní archiv Děčín

Transcrição do idioma tcheco para o alemão dos registros da família Simch, pelo Diretor do Arquivo Público do Distrito de Děčín.

UNIÃO EUROPEIA

Arquivos Históricos da União Europeia

HISTORICAL ARCHIVES OF THE EUROPEAN UNION (EUI). Communauté européenne du charbon et de l'acier. **Haute Autorité**: 1952 (Luxembourg [Luxembourg]) - 1967 (Luxembourg [Luxembourg]). Disponível em: <https://archives.eui.eu/en/isaar/98>.

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)

Communauté européenne du charbon et de l'acier. Haute Autorité. **Un siècle de développement de la production d'acier**: les tendances actuelles de développement par rapport à la croissance séculaire de la production d'acier. Supplément au Bulletin mensuel d'Information, Janeiro 1957 – Fevereiro 1958. Luxemburgo, 1957, P.28. Disponível em: <https://aei.pitt.edu/40542/1/A5016.pdf>.

REFERÊNCIAS DE EPÍGRAFES

ALVES, Bebeto. **Pegadas**. Interpretada por Bebeto Alves e os Blackbagonal. STR – Stereophonica. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/5iZc71cXTJcl61U2yjxEHP?si=f1f2370f1a014729>. Acessado em 10/02/22.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Lira Itabirana**. Disponível em: <https://www.centroloyola.org.br/revista/bagagem/um-poema/833-lira-itabirana>. Acessado em 29/02/2023.

AZNAVOUR, Charles. **Emmenez-moi**. Interpretada por Charles Aznavour e Claude Denjean. Composta por Charles Aznavour. Universal Music Division Barclay. <https://open.spotify.com/track/61Yh6AEwsba6RYsrWiNmI0?si=2fc322046352403a>. Acessado em 29/03/2023.

BUARQUE, Chico. **Vai passar**. Interpretada por Chico Buarque. Composta por Chico Buarque e Francis Hime. Produzida por Homero Ferreira e Chico Batera. Universal Music Ltda. <https://open.spotify.com/intl-pt/track/6xTxXhEXQyJJGIQtGSNslp?si=f9b5710bbaee4f3c>. Acessado em 29/03/2023.

CABREL, Francis. **Les murs de poussière**. Interpretada e composta por Francis Cabrel. Columbia. <https://open.spotify.com/track/20D3Fsic2vS0YTeVqb1WZS?si=4bd0e7c54b6b49ee>. Acessado em 29/03/2023.

CARTOLA. **O mundo é um moinho**. Interpretada e composta por Cartola. Produzida por Juarez Barroso. Universal Music Ltda. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/3PavsmA9S6QA5INmmsuOif?si=d2e4536cbb824157>. Acessado em: 20/02/2022.

GRÖNEMEYER, Herbert. **Mensch**. Interpretada e composta por Herbert Grönemeyer. Produzida por Herbert Grönemeyer e Alex Silva. Grönland. <https://open.spotify.com/intl-pt/track/2urspvjqMlyq8JVAudN3DK?si=c64bc1ad9663421e> . Acessado em 20/03/2022.

HALLYDAY, Johnny. **Allumer le feu**. Interpretada por Johnny Hallyday. Composta por Pascal Obispo, Pierre Jaconelli e Zazie. Produzida por Pascal Obispo. Universal Music Division Mercury Records. <https://open.spotify.com/intl-pt/track/1n43WxZ5esauAtNx1gfHnJ?si=86df82c4fa5745bb>. Acessado em: 29/03/2023.

MATOGROSSO, Ney. **Sangue latino**. Interpretada por Ney Matogrosso. Composta por João Ricardo e Paulinho Mendonça. Produzida por Cesare Benvenuti e Guilherme Araújo. WM Brazil. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/2u6RbTJVZEHS9Xsc1zajac?si=ed63914193784b16>. Acessado em: 29/03/2023.

POLNAREFF, Michel. **Holidays**. Interpretada por Michel Polnareff e Graham Preskett. Composta por Jean-Loup Dabadie e Michel Polnareff. Produzida por Meridian. Universal Music Division Barclay. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/5obwuj2Ybzm7PAiQ28ZT0v?si=aa576df4108b4f14>. Acessado em: 29/03/2023.

PRESLEY, Elvis. **If I can dream**. Interpretada por Elvis Presley. Composta por Walter Earl Brown. House of Iona/RCA Records. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/3C6pSIVeBKlbSpCFtaw1r8?si=d089be9965eb4816>. Acessado em: 20/03/2023.

QUEEN. **A kind of magic**. Interpretada por Fred Mercury, Queen. Composta por Roger Meddows Taylor. Produzida por Queen e David Richards. EMI. <https://open.spotify.com/track/5RYLa5P4qweEAKq5U1gdcK?si=72683486eb084073>. Acessado em: 29/03/2023.

QUEEN. **I want it all**. Interpretada por Fred Mercury, Queen. Composta por Brian May/Fred Mercury/John Deacon/Roger Taylor. Produzida por Queen/David Richards. EMI. <https://open.spotify.com/intl-pt/track/2huPrhpbAW7MmfEgRu6oDV?si=7e39c6284caa4b6d>. Acessado em: 29/03/2023.

RASSIER, Leopoldo. **Não podemos se entregá pros home**. Interpretada por Leopoldo Rasser. Composta por Francisco Alves, Francisco Scherer e Humberto Zanatta. Usa Records. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/0yol4alxki9rKaVNw2HRns?si=66ccda2ec48a44ba>. Acessado em 29/03/2023.

RENAUD. **Dès que le vent soufflera**. Interpretada por Renaud. Composta por Renaud Sechan. Produzida por Thomas Noton. Universal Music Division Label Panthéon. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/66oUD4UVvC2DsPaKzw8sJy?si=e2b435135d334ab0>. Acessado em 10/03/2023.

RODRIGUES, Lupicínio. **Loucura**. Interpretada, composta e produzida por Lupicínio Rodrigues. WM Brazil. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/02PHRaxb3OK75upFKlayST?si=e2935003c0b64a55>. Acessado em: 29/03/2023.

ROSA, Noel. **Positivismo**. Interpretada por Noel Rosa. Composta por Noel Rosa, Orestes Barbosa. 2000 Galeão. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/00tMcnzcg14547ac5sZPHH?si=5e25daad32ee4350>. Acessado em 29/03/2023.

SEIXAS, Raul. **Aluga-se**. Interpretada por Raul Seixas. Composta por Claudio Roberto e Raul Seixas. Columbia. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/60SVKic93qC7WC7cdm3y4U?si=ee4f6fa3e4f04149>. Acessado em 29/03/2023.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein or the modern Prometheus**. Londres: Penguin Books, 2003, p.49.

SIMCH, Francisco Rodolfo. **Informação nº 24**. O problema do coke na Mina de Carvão de Gravatahy, por Francisco Rodolfo Simch, em junho de 1928 [cópia, com anotações a mão, inclui fotografias e desenhos técnicos, traz ensaios realizados sobre a qualidade do carvão e discussão sobre o valor econômico do carvão oriundo da exploração estatal].

SIMCH, Francisco Rodolfo. **Programa de Economia Social**. Economia pura e política econômica. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 2ª ed., 1931. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

VANDRÉ, Geraldo. **Porta estandarte**. Interpretada por Geraldo Vandré. Composta por Fernando Lona e Geraldo Vandré. Som Livre. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/4hzAmwk4ceJdQRrmF85TGw?si=b28bd97acf114513>. Acessado em: 12/03/2023.

VELOSO, Caetano. **Sampa**. Interpretada, composta e produzida por Caetano Veloso. Universal Music Ltda., Warner Chappell Music. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/1znxSVzjXiulaN5MV5gdwt?si=cbadce15b7554544>. Acessado em: 29/03/2023.

VERÍSSIMO, Érico. Um romancista apresenta sua terra. In: **Rio Grande do Sul: terra e povo**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p.3.

GLOSSÁRIO

AUSTROMARXISMO

É uma corrente intelectual que se consolida na Áustria, no início do século XX, depois da organização do partido social democrata da Áustria por Victor Adler, em 1888, cuja proposta baseia-se na reconciliação das diversas nacionalidades do Império Austro-Húngaro e na necessidade de melhorar a educação da classe operária (JOHNSTON, 1972, p.99), como forma de conciliar o império. Um de seus representantes é Kautsky, autor citado por Francisco Rodolfo, e muito criticado por Lênin por se afastar da doutrina de Marx.

BLOQUEAMENTO

A partir do conceito de sistema técnico de Gille (1973), são estabelecidas ligações entre o desenvolvimento das técnicas e os movimentos sócio-econômicos, em períodos diferentes, como por exemplo, a crise econômica de 1929, que seria uma fase de superação de um bloqueamento técnico. Quando um sistema técnico se equilibra, ele atinge seu máximo desenvolvimento, e, a partir deste ponto, a noção de progresso técnico explica todo desenvolvimento subsequente, havendo dois aspectos fundamentais: por um lado, as linhas tecnológicas, em que ocorre o aperfeiçoamento de um princípio técnico, pelo outro, os bloqueamentos dos sistemas técnicos (LEMONNIER, 1983, p.112). No caso do sistema técnico da produção siderúrgica brasileira, a produção de coque nacional ou a aquisição de coque estrangeiro constituiu um bloqueamento ao surgimento de uma inovação técnica e o sistema técnico de produção siderúrgica em pequena escala tornou-se bloqueado pelo esgotamento das possibilidades de desenvolver industrialmente o país.

COQUEIFICAÇÃO, COQUE:

Segundo Branco (2014, grifo nosso), “a **coqueificação** é um processo químico no qual ocorre uma divisão das moléculas orgânicas complexas que constituem o carvão mineral, produzindo gases e compostos orgânicos sólidos e líquidos de moléculas menores, além de um resíduo carbonáceo relativamente não volátil: o

coque”, que serve para “dar suporte mecânico à carga de minério de ferro, calcário e outros minerais, permitindo a percolação dos gases quentes, além, é claro, de fornecer calor”.

ESPAÇO MINA DE GRAVATAÍ – PORTO DE TORRES

Este termo designa, nesta tese, a representação por Francisco Rodolfo Simch de um sistema de objetos técnicos, que são os elementos Mina de Gravataí e Porto de Torres.

HRODULF

Contração das partículas *hrod* e *wulf*, em que *hrod*, que significa glória ou renome (AVENAS, 2015, p.6; GAUDEFROY, 2000, p.243), e *wulf* é lobo. O prenome Rodolfo pode ser interpretado como “lobo glorioso”: discreto, estratégico, preciso e renomado.

KOBOLD

Segundo Avenas (2014, p.4), o *Kobold* faz parte da cultura germânica da mineração, como um espírito ambivalente e familiar que vive no subsolo e pode tanto proteger quanto prejudicar o minerador, dependendo de seu humor.

SISTEMA TÉCNICO

Para Gille (1973, p.525): “em diversos graus, as técnicas dependem umas das outras, com ações recíprocas mais ou menos pronunciadas”, cujas ligações deveriam ser estabelecidas esquematicamente, compondo um sistema técnico que, por sua vez, vincula-se a outros sistemas técnicos e a outros tipos de sistemas como a economia e a sociedade (GILLE, 1973, p.527). Bordessoulles (2013, p.41, tradução nossa) destaca três palavras-chave do conceito de sistema técnico de Gille: “interdependência – coerência – estrutura”. Assim, o sistema técnico da produção de aço no Brasil, tal como representado por Francisco Rodolfo, envolveria o espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, ao criar relações de interdependência, coerência e estrutura entre a matéria-prima (o carvão e o coque da Mina de Gravataí, o minério

de ferro de Minas Gerais, os elementos de liga, como o tungstênio), a energia, a produção de coque e de aço, com o uso do alto-forno, e o transporte (ferroviário, fluvial e marítimo), e ligar-se-ia a outros sistemas técnicos como a socialização da técnica, a economia, o desenvolvimento de outras indústrias, por exemplo.

TORRESPROJEKT

Nesta pesquisa, retoma-se o nome do projeto referido nos relatórios do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, na década de 1930, principalmente, quando se pretende fazer menção à proposta de concessão do Porto de Torres pelo governo do Rio Grande do Sul para a Alemanha, diferenciando-o do espaço Mina de Gravataí – Porto de Torres, que se refere à concepção de Francisco Rodolfo Simch.

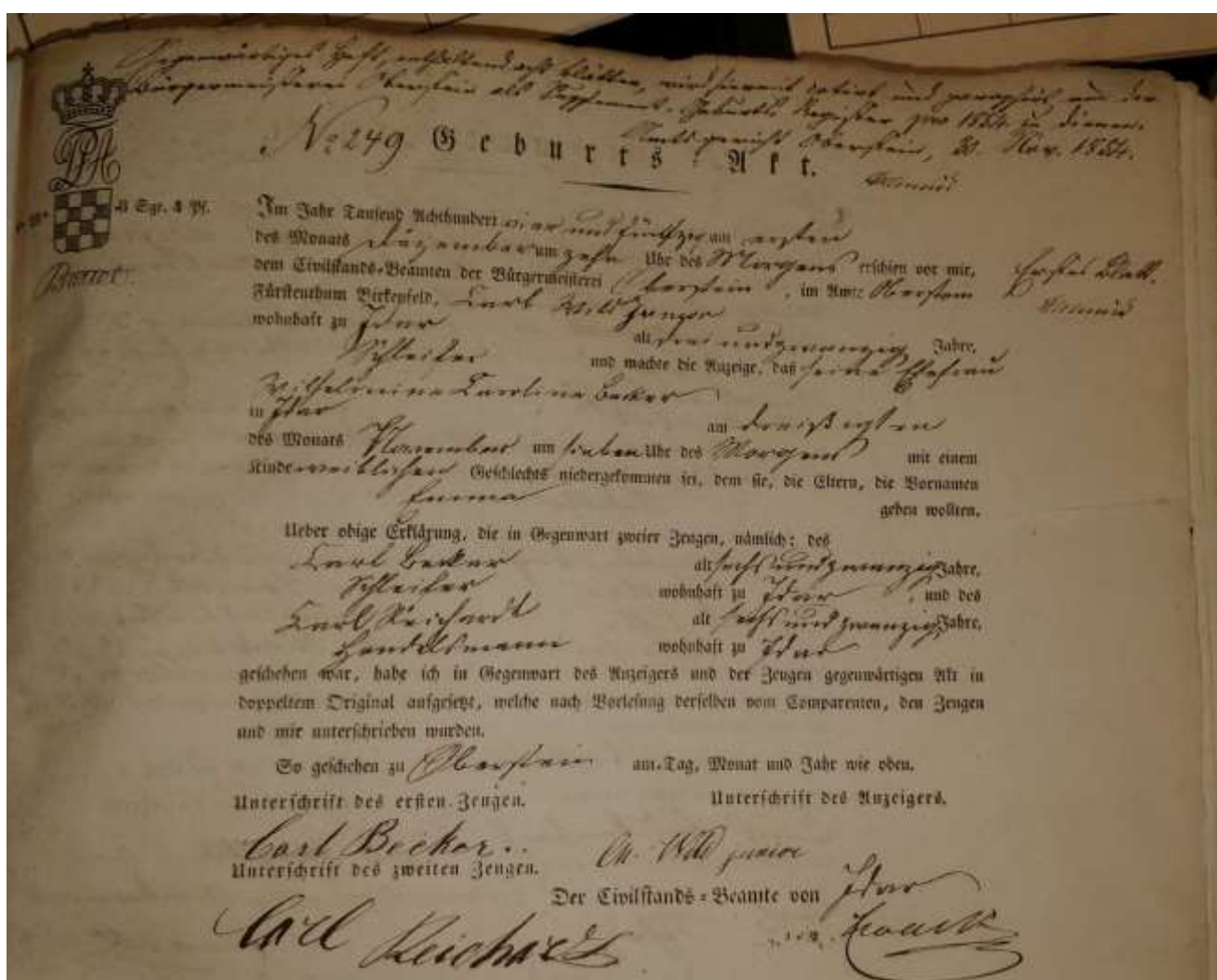
WOLFRAM

Wolfram é utilizado como sinônimo de tungstênio, neste trabalho. Francisco Rodolfo Simch utilizava preferencialmente o termo “wolfram” em seus relatórios à SOP, mas também escreveu para a imprensa um artigo intitulado “Tungstênio”.

ANEXO A – FAMÍLIA WILD, DE IDAR

A mãe de Francisco Rodolfo Simch, Emma Wild Simch, chegou ao Brasil com seus pais Carl Wild e Carolina Wilhelmina Becker Wild e uma irmã, Caroline, em 1861, provenientes de Idar, no Principado de Birkenfeld, que corresponde, atualmente, à cidade de Idar-Oberstein, na Alemanha. A família Wild instalou-se em Vila Theresa, no atual município de Vera Cruz, na região de Santa Cruz do Sul.

Fotografia 40 – Registro nº 249 de nascimento de Emma Wild, em Idar



Fonte: Arquivos da Prefeitura de Idar-Oberstein, Alemanha.

ANEXO B – CARACTERÍSTICAS DA COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Tabela 21 - Classificação dos imigrantes chegados em Porto Alegre, no 1º semestre de 1895

Por nacionalidades		Total
Alemães	171	
Austríacos	51	
Dinamarqueses	7	
Espanhóis	6	
Italianos	467	
Portugueses	5	
Russos	85	
Suecos	4	
Suíços	9	805
Sexos		
Masculino	426	
Feminino	379	805
Estado civil		
Casados	293	
Solteiros	496	
Viúvos	16	805
Religiões		
Católicos	576	
Acatólicos	229	805
Idades		
Menores de 10 anos	261	
De 10 a 30 anos	299	
De 31 a 60 anos	235	
Maiores de 60 anos	10	805

Profissões		
Agricultores	678	
Operários	81	
Diversos	46	805
Alfabetização		
Sabem ler	307	
Analfabetos	498	805
Procedências		
Capital Federal	282	
Santos	112	
São Paulo	9	
Estado Oriental	321	
Santa Catarina	81	805
Vapores		
Desterro	159	
Satellite	138	
Planeta	68	
Rio Pardo	14	
Victoria	35	
Rio Grande	4	418
Por via terrestre		387
		805

Fonte: SIMCH, Francisco José. Relatório da 2ª seção de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul. In: RIO GRANDE DO SUL. Relatório da SOP, 1895, p.78-79

Tabela 22 - Despesas com obras da 2ª Seção de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul

Obras na Hospedaria no Cristal	7:500\$000
Construção de uma chata de ferro	9:000\$000
Discriminação de terras e medição de 100 lotes rústicos na colônia Jaguari	10:000\$000
Reconstrução de uma ponte na estrada de Alfredo Chaves a Antônio Prado	1:500\$000
Total	28:000\$000

Fonte: SIMCH, Francisco José. Relatório da 2ª seção de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul. In: RIO GRANDE DO SUL. Relatório da SOP, 1895, p.91

Tabela 23 - Quantidade de imigrantes recebidos em alguns estados brasileiros, entre 1888 e 1893, de acordo com os relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas

Estados	1888	1890	1891	1892	1893	Soma Total
Rio Grande do Sul	4833	20825	17742	7751	1976	53127
Santa Catarina	452	6991	1902	2922	952	12319
Paraná	1302	3356	10782	853	120	16313
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIMCH, Francisco José. Relatório da 2ª seção de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul. In: RIO GRANDE DO SUL. Relatório da SOP, 1895, p.92

Tabela 24 - Classificação dos imigrantes chegados em Porto Alegre, no 2º semestre de 1895 e no 1º semestre de 1896

Por nacionalidades	2º semestre de 1895	1º semestre de 1896	Total de imigrantes em 1896	Total

Alemães	298	174	472	
Austríacos	283	194	477	
Belgas	1		1	
Russos	65	316	375	
Espanhóis	63	205	268	
Húngaros	51	94	145	
Italianos	480	383	863	
Portugueses	212	186	398	
Polacos	63	19	82	
Franceses	4		4	
Suíços		2	2	
Ingleses		1	1	
Diversos	4		4	3092
Sexos				
Masculino	926	880	1806	
Feminino	594	692	1286	3092
Estado civil				
Casados	925	902	1827	
Solteiros	559	619	1178	
Viúvos	36	51	87	3092
Religiões				
Católicos	1366	1456	2822	
Acatólicos	154	116	270	3092
Idades				
Menores de 12 anos	409	479	888	
Maiores de 12 anos	1111	1093	2204	3092
Profissões				
Agricultores	1030	933	1963	

Operários	326	510	936	
Diversos	164	29	193	3092
Alfabetização				
Sabem ler	971	827	1798	
Analfabetos	549	745	1294	3092
Procedências				
Capital Federal	1327	1059	2886	
Santos	41	-	41	
Santa Catarina	78	23	101	
Rio Grande	33	-	33	
Paraná	5	-	5	
São Paulo	7	-	7	
Rio da Prata	29	40	69	3092
Vapores				
Planeta	244	172	416	
Iris	238	176	414	
Desterro	254	230	484	
Rio Grande	232	-	232	
Porto Alegre	114	105	219	
Satellite	218	43	261	
Victoria	58	59	117	
Rio Pardo	39	-	39	
Meteoro	36	92	128	
Antonina	9	-	9	
Itaperuna	34	59	93	
Marte	14	-	14	
Itaituba	1	286	287	
Santos	-	39	39	
Aymore	-	208	208	
Itaipava	-	6	6	

Itapacy	-	36	36	
Via terrestre	29	61	90	3092

Fonte: SIMCH, Francisco José. Relatório da 2ª seção de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul. In: RIO GRANDE DO SUL. Relatório da SOP, 1896, p.63-64

Tabela 25 - Orçamento previsto para a 2ª Seção de Terras e Colonização no 2º semestre de 1895: hospedagem e alimentação; estabelecimento

Hospedagem e alimentação	
Alimentação de 1520 imigrantes a 6600	10:032\$000
Embarque e desembarque de 1520 imigrantes a 2073	3:150\$000
Dietas e medicamentos de 1520 imigrantes a 952	1:447\$040
15% (sobre 14:629\$040)	2:194\$356
Transporte de 810 imigrantes a 12\$000	9:720\$000
Pessoal da hospedaria e vapor em 6 meses	13:800\$000
Soma	40:343\$396
Estabelecimento	
Pessoal das 6 comissões	46:890\$000
Conservação de estradas durante 6 meses	11:040\$000
Alimentação, transporte interno, dietas para 810 imigrantes a 10\$200	8:262\$000
Caminhos vicinais para 810 x 24\$000	19:440\$000
Eventuais 810 x 5\$129	4:154\$190
Soma	89:786\$190

Fonte: SIMCH, Francisco José. Relatório da 2ª seção de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul. In: RIO GRANDE DO SUL. Relatório da SOP, 1895, p. 70

Tabela 26 - Resumo geral das despesas da 2ª Seção de Terras e Colonização, do segundo semestre de 1895 ao primeiro semestre de 1896

Comissões	Créditos	Despesas	Saldo do déficit
Hospedaria do Cristal	62:201\$525	92:830\$558	-30:631\$033
Comissão de Alfredo Chaves	36:599\$500	48:533\$743	-3:934\$243
Comissão de São Feliciano	25:879\$000	22:967\$830	+2:911\$170
Comissão de Jaguari	31:715\$500	53:995\$169	-22:279\$669
Comissão de Guarani	23:179\$000	21:222\$458	+1:956\$542
Comissão de Ijuí	24:907\$250	25:039\$494	-132\$244
Comissão de Santo Antônio	17:923\$000	16:932\$503	+990\$497
Soma	222:404\$775	273:523\$755	-56:977\$189 +5:858\$209

Fonte: SIMCH, Francisco José. Relatório da 2ª seção de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul. In: RIO GRANDE DO SUL. Relatório da SOP, 1896, p.82

**ANEXO C – AMOSTRA DE DIÁRIO DE TRABALHO DE FRANCISCO JOSÉ
SIMCH NA MINA DE GRAVATAÍ, 1920**

Fotografia 41 - Capa do diário de trabalho de Francisco José Simch, Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, 1920



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Observa-se a assinatura de Francisco José Simch: “F.J. Simch”, em cor azul, na porção central inferior da capa do diário de trabalho.

Fotografia 42 – Página interna do diário de trabalho de Francisco José Simch, com sua assinatura, acima, à esquerda, 1920



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Francisco José assinava na porção superior esquerda da página interna do diário de trabalho. Ele descrevia as sondagens, os minerais encontrados e os equipamentos utilizados, e se referia ao filho como “Sr. Director” da Mina de Gravataí.

ANEXO D – AMOSTRA DE DIÁRIO DE TRABALHO DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH NA MINA DE GRAVATAÍ, 1920

Uma das fontes de pesquisa foram os diários de trabalho de Francisco Rodolfo Simch, que eram documentos manuscritos, em que ele relatava o cotidiano do trabalho na Mina de Gravataí, registrava as condições meteorológicas do dia, as visitas recebidas, a profundidade das escavações, e outras informações técnicas e sobre a equipe de trabalho. As imagens a seguir são uma amostra do tipo de documento analisado. São carnês com capa impressa e papel timbrado da Diretoria do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, em que Francisco Rodolfo completava, a mão, na capa, o título “Diário” com a inscrição “do Director”, acrescentando a data. Ele também assinava as páginas internas dos diários.

Fotografia 43 - “Diário do Director” Francisco Rodolfo Simch, “Directoria do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul”, 1920



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

A amostra selecionada é um registro de um ensaio de coqueificação realizado em 13 de fevereiro de 1920, em que ele assina, abaixo, à direita, a tabela com os resultados obtidos.

ANEXO E - DISCURSO DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH EM HOMENAGEM A BORGES DE MEDEIROS, EM 23 DE JANEIRO DE 1928

Em 1928, Francisco Rodolfo Simch representou os funcionários públicos do estado do Rio Grande do Sul em uma homenagem a Borges de Medeiros, que passava, então, a Presidência do estado para Getúlio Vargas⁴⁶⁸. Estas circunstâncias de transição do governo estadual, sob o ponto de vista das repercussões trazidas para o trabalho de Simch e a mineração estatal, são analisadas ao longo desta pesquisa. Assim, ao longo desta tese, trechos do discurso de Francisco Rodolfo Simch em homenagem a Borges de Medeiros foram citados e estudados. Ainda assim, parece pertinente transcrever a integralidade do discurso de Simch, porque ele fala como um representante dos funcionários públicos do Rio Grande do Sul e em seu nome, compondo um texto rico em informações sobre o posicionamento destes profissionais diante da conjuntura política em que ocorreu a sucessão da Presidência do estado em favor de Getúlio Vargas:

Exmo. sr.dr. Presidente do Estado.

Vem, com a devida permissão, e a exemplo de todas as outras classes sociaes do Rio Grande do Sul, a dos funcionários prestar a v. ex. o preito a que faz jús pela larga e eficiente gestão dos destinos de nossa terra.

Ao espirito são, recto e justiceiro de v.ex. deverá repugnar ver neste nosso gesto um simples acto de lisonja vil, assim como á nossa altivez repugnaria commettel-o; aqui nos encontramos, representando a totalidade do functionalismo, desde o mais obscuro e humilde servente de repartição até o mais graduado director geral de serviços, para o cumprimento digno do que nos parece ser nossa obrigação moral e social, por ocasião de deixardes as redeas do governo.

Exmo. Sr.

O Estado, como instituto evolutivo encarregado da conducção dos povos atravez de sua existencia – qualquer que seja sua fórmula, onde quer que exerça sua atividade, só póde actuar atravez de representação; e o representante máximo, seja quem fôr, tem de se desempenhar de sua ardua e melindrosa tarefa como melhor lhe seja possivel, como lh'o dictem a sciencia e a consciencia, conforme lh'o permittam as circumstancias e o ambiente social: alçam-se e aleandoram-se n'isso uns, decahem e precipitam-se no nada outros...

É que as sociedades, sobretudo as modernas, constituem entidades extremamente complexas, grandemente complicadas, cheias de surpresas e de imprevistos, de contradicções, expostas a golpes e contra-golpes, portadoras de ancieos de innovações a par de um conservantismo por vezes exagerado até a vesania – mas o conductor tem de atender a tudo, deve prever tudo para a tudo prover.

As leis – as normas de coexistencia, aceitas e adoptadas pela collectividade – são os *modos de agir* com o intuito de alcançar o maximo de bem-estar social; o governo, por seus pró-homens, é o *agente* dessa difficilima

⁴⁶⁸ A FEDERAÇÃO. **As homenagens que foram prestadas hoje ao dr. Borges de Medeiros.** Porto Alegre, 1928, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/63116>.

actividade; o funcionalismo um dos muitos *instrumentos* de acção, assim como o povo é, simultaneamente, seu objecto, seu fim e, por paradoxal que pareça, sua causa primeira.

As leis – as normas de conducta – e os governos devem vibrar uníssonos, agir e funcionar synchronicamente e por isso mesmo não se os pôde comprehender sem a quarta dimensão, sem o tempo, não se pôdem conceber em estado estatico: são essencialmente movimento, essencialmente dynamismo, representam, em synthese, a propria vida.

Assim os homens eminentes, os investidos, como v.ex., na conducção das sociedades, tem de pôl-as em marcha com os olhos fitos, a um tempo, na lei, nos instrumentos de sua applicação e nos resultados colhidos pela collectividade; e nem doutra fórma poderia ser, pois indispensavel é attender a todos os interesses e vantagens, a todas as resistencias, a todas as manifestações do misoneismo em seus variadissimos matizes, para gradual e oportunamente, sem precipitação nem desordem, corrigir o susceptível de correcção, eliminar o anachronico, o inadequado e o inutil, adoptar moldes novos – creando-os ou adaptando os existentes ás exigencias vigentes.

Mas... não ha, em campo algum das humanas actividades, quem as domine integral e completamente até os mínimos detalhes, já pela falta absoluta de tempo, já pela ingencia sobrehumana do intento e por isso, muitas vezes, se tomam medidas menos adequadas, se realisam desvios e se commettem erros de varias espécies; e á regra não escapam os administradores publicos, os conductores de sociedades, e não terá escapado v.ex. Ila., porém, para o caso, um fator de máxima relevancia a levar em conta; si o erro resulta de um proposito consciente de desviar-se do recto cumprimento do dever, si visa antepôr interesses pessoais aos sociais, o agente será passível de reprovação, quiçá da execração publica; si, porém, ocorre apesar da sã intenção de praticar o bem, si apenas decorre da fatalidade, ou das contingencias, si deflúe de falsas ou imperfeitas informações fornecidas por quem as devia dar exactas e completas – ninguem por elle poderá ser inculpado e nesse numero, nós todos, sem discrepancia, collocamos v.ex. Não compete aos contemporaneos – amigos ou adversarios – dos homens eminentes, julgal-os: é tarefa da Historia e só se fará quando, com o perpassar do tempo – seculos, em certos casos, se tenham gasto e desaparecido todos os momentos de ordem pessoal que viciam e deturpam as apreciações e, ademais, só se fará bem não perdendo de vista serem os homens imperfeitos e que a propria perfeição é mera tendencia – curva de que o progresso é asyntota, isto é que elle nunca poderá attingir.

Sem embargo, nós, os auxiliares mais ou menos directos de v.ex., antecipando-nos á História, vimos lhe prestar nossas homenagens, vimos, sobretudo, nos declarar solidarios com os actos emanados directamente de v.ex.; e por sermos ambos – V.ex. e os funcionarios – servidores ephemeros da causa permanente de nossa pátria – queremos compartilhar, na proporção que nos caibam, das responsabilidades da Administração Rio-grandense.

Dispendeu v.ex. toda sua energia em pról do Rio Grande do Sul, gastou sua vida, sacrificou seu repouso, sua tranquillidade, seus bens, empenhado, como estava, em conquistar o bem-estar e a felicidade para nossa gleba amada. Foi v.ex. modelar, austero, disciplinado e, por tanto, disciplinador, honesto e bem intencionado, servindo-nos sempre de guia seguro e conductor sereno.

E si o Estado em seu conjuncto mereceu os esforços de V.Ex. não é menos certo não termos sido esquecidos por V.Ex. nos outros: par i passu com as novas exigencias ambientes, sociais e econômicas, dedicou V.Ex. seu zelo e atenção a seus auxiliares que aqui de publico, lhe agradecem.

Homem algum, porém, pode trilhar com segurança as asperas veredas dos deveres sociais si não encontrar amparo solido em lugar onde repouse das fadigas e onde se lhe retemperem as fibras de seu ser – este lugar é o lar domestico; si o homem é toda energia e acção, é bem verdade que a mulher – mãe, irmã ou esposa – é toda sentimento e toda carinho; e nessa diversidade complementam-se, fundem-se ambos em um blóco indrerocavel.

Quem não tiver este arrimo ou, tendo-o, o abandonar a título de uma pretensa sociabilidade ou de deveres de cortesia, claudica, falseia o rumo da vida e naufraga na existência, embora as lantejoulas sociaes encubram o fracasso sob as pompas mais ou menos faustosas de uma exterioridade brilhante; pode se dizer com a velha philosophia que o caracter do homem está na razão directa de sua assiduidade ao lar. Teve V.Ex. a suprema ventura de ser assistido durante toda sua vida publica por uma Esposa modelar, compassiva e virtuosa, por isso nós pedimos a V.Ex. com o respeito devido, para associar-vol-a nesta homenagem rendendo-lhe o preito de nosso mais profundo acatamento e veneração.

Aqui tem V.Ex. uma singela lembrança de seus leaes auxiliares; não lhe dê V.Ex. valor em almoeda que isso amesquinhará V.Ex. e nos deprimirá a nós; tome-os como meros symbolos de nosso agradecimento, de nosso respeito e de nossa dedicação. Ha de haver em seu retiro um espaço para elles e pedimos a V.Ex. que reserve, igualmente, em sua memoria um canto, um logar modesto, onde se possa alojar a recordação desta homenagem singela mas profunda e cordealmente sincera; e, por ultimo, um pedido todo pessoal digno-se V. Ex. excusar meus collegas pela má escolha do interprete, mandado a V. Ex. para lhe dizer o que lhes vae nalma (A FEDERAÇÃO, 1928, p.3).

O discurso proferido por Francisco Rodolfo Simch demonstra que não somente os funcionários públicos apoiaram Borges de Medeiros, posicionando-se de forma solidária com as circunstâncias em que deixou a Presidência do Rio Grande do Sul, e manifestando sua solidariedade a ele. São exemplos disso a Federação Rural, o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, a Associação Protetora do Turfe, cujos membros também homenagearam Borges de Medeiros naquela mesma data de 23 de janeiro de 1923. Dois dias depois, um banquete na Sociedade Germânia, em Porto Alegre, continuaria as homenagens, sendo a lista de inscritos extensa e contando com nomes como Barreto Vianna, José Montaury, Alberto Bins, João Carlos Machado, Sinval Saldanha, André da Rocha, d. João Becker, Antonio Chaves Barcellos, Frederico Linck, Frederico Carlos Gomes, Flores da Cunha, Frederico Trein, Benno Mentz e Carlos Oderich, entre outros. Entre as várias empresas representadas no referido banquete, estavam a Companhia Nacional de Navegação Costeira, a Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres e a Bopp, Sassen, Ritter & Cia, empresa vinculada à família da nora de Francisco Rodolfo Simch (A FEDERAÇÃO, 1928, p.3).

ANEXO F – FOTOGRAFIAS DE TORRES, FEITAS POR FRANCISCO RODOLFO SIMCH, NA DÉCADA DE 1930

A máquina fotográfica era um dos instrumentos de trabalho de Francisco Rodolfo Simch. Além das fotografias das estruturas geológicas, ele registrava os passeios com a família, como em Torres.

Fotografia 44 – Torres, década de 1930

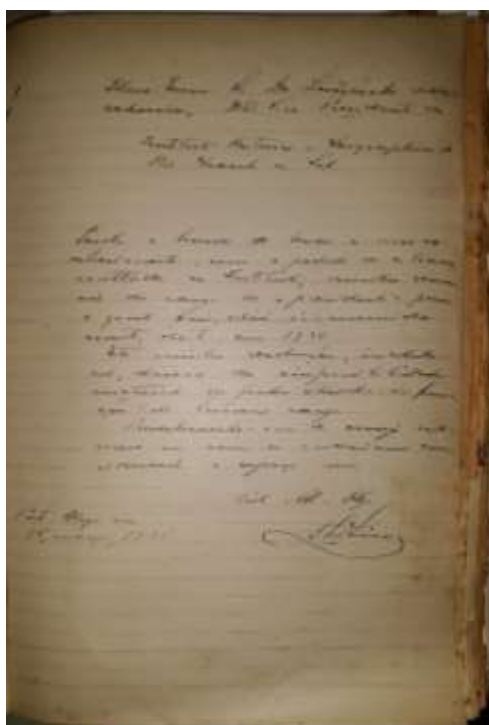


Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc.

ANEXO G – CARTA DE RENÚNCIA DE FRANCISCO RODOLFO SIMCH DA PRESIDÊNCIA DO IHGRGS, EM 1935

Em 15 de março de 1935, Francisco Rodolfo Simch desistiu da Presidência do IHGRGS, endereçando uma carta de renúncia ao seu Vice-Presidente, Leonardo Macedônia:

Fotografia 45 – Carta de renúncia de Francisco Rodolfo Simch da Presidência do IHGRGS, em 1935



Fonte: Correspondência Passiva (1934-1935), IHGRGS.

Francisco Rodolfo foi sócio-fundador do IHGRGS e havia sido eleito Presidente desta instituição, em 1934, tendo exercido o segundo mandato, na ordem de sucessão desta atribuição. Os registros da correspondência enviada pelo IHGRGS neste mesmo período indicam que Francisco Rodolfo insistia para que Flores da Cunha desse apoio material à instituição, o que não ocorreu. Em diversas correspondências, Francisco Rodolfo queixava-se da falta de condições materiais de trabalho. Assim, em 15 de março de 1935, fundamenta sua decisão na “impossibilidade material” para desempenhar o cargo.

ANEXO H – FRANCISCO RODOLFO SIMCH E A TÉCNICA FRANCESA NA NAVEGAÇÃO FLUVIAL, NO RIO GRANDE DO SUL

Como visto, nas duas primeiras décadas do século XX, principalmente, a técnica francesa esteve presente na realização de obras de navegação fluvial, no Rio Grande do Sul, com participação em obras como a Barragem do Caí e a abertura de canais na região de Torres. O Engenheiro Costa Gama, que estudou em Paris, foi um dos mediadores de técnicas francesas de engenharia, e tinha em sua equipe famílias francesas, como as famílias de Victor Marc e de seus cunhados Sagebin, em que vários membros destas famílias atuaram na construção e na inauguração da Barragem do Caí, tendo muitos deles permanecido na região para trabalhar no cotidiano da barragem. Francisco Rodolfo tinha em comum com estas famílias o alinhamento com o PRR e as obras públicas do estado, propiciando estes lugares de circulação da técnica a união das famílias Simch e Marc pelo casamento, na geração seguinte.

Fotografia 46 – Oscar Marc, genro de Francisco Rodolfo Simch e filho do capataz da Barragem do Caí, com seus irmãos, década de 1910



Fonte: Acervo pessoal de Clélia Simch Marc

Na fotografia acima, Victor Marc está sentado, à direita. Ele trabalhava, com seus filhos e cunhados, a serviço de Costa Gama. Seu filho Oscar é o jovem que está ao seu lado, em pé, que se tornou um dos genros de Francisco Rodolfo.